

FERNANDO JOÃO DE MATOS MOREIRA

**O TURISMO E OS MUSEUS NAS ESTRATÉGIAS
E NAS PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de
Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em
Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes

Lisboa

2008

Com as dificuldades próprias das que caminha
um Ford do ano de 1920 e por mau caminho,
vamos de tombo em tombo, mas avançando,
avançando ...

Salvador Allende

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	5
ÍNDICE DE FIGURAS	7
ÍNDICE DE QUADROS	12
RESUMO	15
ABSTRACT	18
PARTE A – O TRIÂNGULO DESENVOLVIMENTO, TURISMO E MUSEUS	21
1 – CONTORNOS E RUMOS	23
1.1 – A gênese do tema – uma reflexão pessoal	23
1.2 – A organização e a estruturação do tema	27
1.3 – A operacionalização do tema	35
2 – O TURISMO E OS MUSEUS NA ÓPTICA DO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS	37
2.1 – Relação Turismo, museus e desenvolvimento, uma discussão	37
2.2 – Desenvolver desenvolvendo	52
2.3 – O desenvolvimento do desenvolvimento	89
3 – A GLOBALIZAÇÃO DO TURISMO E A SUA AFIRMAÇÃO ENQUANTO VECTOR DE DESENVOLVIMENTO	97
3.1 – O turismo mundial após os anos 40, evolução quantitativa e distribuição espacial	100
3.2 – O turismo mundial após os anos 40, evolução qualitativa e sua fundamentação prévia 112	
3.3 – Turismo e modelos de desenvolvimento	125
3.3.1 – Turismo e modernização	126
3.3.2 - Turismo e dependência	134
3.3.3 – Turismo e neo-liberalismo.....	143
3.3.4 – Turismo e desenvolvimento alternativo.....	150
3.4 – Os turismos em Portugal, um relance ficcionado e alguns apontamentos de reflexão ..	162
3.4.1. Uma relação ficcionada entre turismo e território	163
3.4.2. O turismo em Portugal, um relance sintético.....	185
3.4.3. Portugal e o turismo - fases e perspectivas de desenvolvimento	203
4 – O ALARGAMENTO DO CONCEITO DE MUSEU E AS SUAS FUNÇÕES ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO	211
4.1 – A cultura e o desenvolvimento	213
Fonte: elaboração própria	232
4.2 – O pensamento museológico após os anos 40 – etapas de desenvolvimento	233
4.3 – Percursos do desenvolvimento museológico - dos anos 50 à actualidade	274
4.3.1 – As fases evolutivas dos museus no seu contexto espacio-temporal	274
4.3.2 – Evolução das principais componentes dos museus.....	276
4.4 – Os museus em Portugal, apontamento ficcionado e notas de reflexão	284
4.4.1 – Uma relação ficcionada entre museus e território.....	284
4.4.2 – Os museus em Portugal, quantidade e evolução	305
4.4.3 – Museologia e museus portugueses, uma reflexão qualitativa	322
5 – CONCLUSÕES PARCIAIS	355

PARTE B – ESTUDO DE CASO, O CONCELHO DE SILVES	361
6 – CONTEXTO TERRITORIAL NUMA PERSPECTIVA DINÂMICA E MULTI-ESCALAR ..	363
6.1 – O concelho de Silves - integração estratégica de contexto.....	366
6.2 – O concelho de Silves, características específicas de contextualização	396
6.2.1 – Silves, um concelho marcado pela história.....	397
6.2.2 – Silves, um concelho com profundas mudanças socio-económicas	410
6.2.3 – Silves, um concelho com profundas disparidades territoriais	439
6.2.4 – Silves, um concelho com forte potencial de desenvolvimento	446
7 – O OBJECTO DE ESTUDO: MUSEUS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONCELHO DE SILVES.....	459
7.1 – O desenvolvimento turístico em Silves.....	464
7.1.1 – Armação de Pêra e o turismo balnear	466
7.1.2 – Outros turismos e outros destinos.....	501
7.2 – Os museus em Silves	521
7.2.1 – Silves e os museus.....	522
7.2.2 – Os museus de Silves	532
7.2.3 – Os museus de Silves e os turistas	563
8 – TURISMO, MUSEUS E DESENVOLVIMENTO EM SILVES, SÍNTESE E CONCLUSÕES PARCELARES DA PARTE B	573
PARTE C – APONTAMENTO CONCLUSIVO	583
9 - DE NOVO AS HIPÓTESES, UM RETORNO CONCLUSIVO	585
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	596
BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	599
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	609
ANEXO 1.....	613
ANEXO 2.....	615

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões do estudo	28
Figura 2 – Roteiro metodológico simplificado da Parte C	31
Figura 3 – O triângulo desenvolvimento, turismo e museus	37
Figura 4 – Primeiro modelo relacional intermédio	39
Figura 5 – Segundo modelo relacional intermédio	42
Figura 6 – Modelo relacional final	49
Figura 7 – Relações activas e passivas na óptica da coesão social	51
Figura 8 – O triângulo do desenvolvimento dos territórios	52
Figura 9 – Evolução do conceito de desenvolvimento	58
Figura 10 – Fins e meios do desenvolvimento	60
Figura 11 – Modernização e desenvolvimento	68
Figura 12 – Dependência e desenvolvimento	75
Figura 13 – Neo-liberalismo e desenvolvimento	81
Figura 14 – Etapas no despoletar do potencial de desenvolvimento	83
Figura 15 – Desenvolvimento alternativo.....	89
Figura 16 – Integrated Area Development	95
Figura 17 – Os primeiros passos para a democratização e massificação do turismo	101
Figura 18 – Evolução mundial das chegadas e das receitas do turismo internacional.....	102
Figura 19 – Chegadas internacionais por regiões mundiais.....	103
Figura 20 – Chegadas internacionais e população mundial.....	104
Figura 21 – Receitas do turismo internacional por regiões mundiais	106
Figura 22 – Arquipélago dos destinos turísticos – 1950.....	106
Figura 23 – Arquipélago dos destinos turísticos - 1980	107
Figura 24 – Arquipélago dos destinos turísticos - 2005	107
Figura 25 – Estâncias turístico-balneares tradicionais.....	118
Figura 26 – Evolução da entrada de visitantes em Portugal	188
Figura 27 – Visitantes em Portugal, percentagem do total mundial – evolução	190
Figura 28 – Capacidade de alojamento - estabelecimento hoteleiros	192
Figura 29 – Capacidade de alojamento – Turismo em Espaço Rural	194
Figura 30 – Receitas do turismo	196

Figura 31 – As regiões portuguesas – peso e estrutura das dormidas turísticas (%), 2005.....	197
Figura 32 – Os modelos de desenvolvimento e a escala do tempo.....	207
Figura 33 – O turismo em cartaz I.....	208
Figura 34 – O turismo em cartaz II.....	209
Figura 35 – cultura nacional e cultura operária	217
Figura 36 - Museu Basco e Guggenheim	222
Figura 37 – Cultura e desenvolvimento.....	232
Figura 38 – Museus tradicionais e novos museus – elementos estruturantes	265
Figura 39 – Desdobrável da rede de ecomuseus do Quebeque.....	269
Figura 40 – Modelos museológicos na sua relação espaço-temporal	276
Figura 41 – Missão dos museus.....	278
Figura 42 – Museus, espaço e tempo.....	279
Figura 43 – Museus e edifícios.....	280
Figura 44 – Museus e público.....	282
Figura 45 – Museus e colecções	283
Figura 46 – Portugal, número de museus	308
Figura 47 – Portugal, Número de visitantes dos museus	309
Figura 48 – Número médio de visitantes por museu e por ano.....	310
Figura 49 – Visitantes dos museus, população residente e turistas	310
Figura 50 – Dimensão média dos museus, pessoal ao serviço.....	312
Figura 51 – Museus e despesa autárquica.....	314
Figura 52 – Museus e território	316
Figura 53 – população residente por museu – NUT III	320
Figura 54 – Museus e território II.....	321
Figura 55 – A ruralidade idealizada.....	324
Figura 56 – A glorificação da nação e das suas instituições.....	325
Figura 57 – Os primórdios do Museu Etnológico de Monte Redondo	333
Figura 58 – Os museus dentro da perspectiva IAD	345
Figura 59 – A democratização da cultura	346
Figura 60 – Modelos museológicos em Portugal e o tempo	348
Figura 61 – Caso de referência I.....	348
Figura 62 – Caso de referência II	351
Figura 63 – Relações apuradas no final da Parte A ente as dimensões estruturantes do trabalho	359
Figura 64 – Modelo relacional entre componentes.....	360
Figura 65 – O posicionamento estratégico de Portugal	368
Figura 66 – O concelho de Silves	377

Figura 67 – Estrutura territorial e administrativa de Silves	384
Figura 68 – Poço – cisterna de Silves	403
Figura 69 – Evolução da população residente no Concelho de Silves.....	411
Figura 70 – Evolução da população residente no Concelho de Silves em percentagem do total nacional	412
Figura 71 – População residente no Concelho em percentagem do total do Algarve.....	413
Figura 72 – Índice de dependência dos idosos – evolução comparativa.....	414
Figura 73 – Taxas de natalidade e mortalidade brutas – evolução comparativa.....	415
Figura 74 – Níveis de instrução dos produtores agrícolas individuais, em %	417
Figura 75 – Utilização das terras, em percentagem da superfície.....	418
Figura 76 – Culturas permanentes, em percentagem da superfície.....	419
Figura 77 – Evolução do número de unidades de alojamento turístico – Concelho de Silves.....	420
Figura 78 – Etiqueta de mala do antigo hotel de apartamentos turísticos CMAR, em Armação de Pêra, um dos primeiros no seu género	421
Figura 79 – Unidades de alojamento no Concelho de Silves, em percentagem do total do Algarve ...	422
Figura 80 – Capacidade de alojamento instalada no Concelho de Silves	423
Figura 81 – Capacidade de alojamento do Concelho de Silves em percentagem do total da Região ...	423
Figura 82 – Dormidas na hotelaria – Concelho de Silves (Nº)	425
Figura 83 – Dormidas na hotelaria do Concelho de Silves em percentagem do total da Região.....	426
Figura 84 – Taxas de ocupação-cama (TOC) na hotelaria.....	427
Figura 85 - Edifícios segundo os anos de construção	428
Figura 86 – Alojamentos segundo o tipo de ocupação, em percentagem dos totais	430
Figura 87 – Encargos com a compra de alojamento e renda do aluguer – valores médios em Euros relativos ao ano de 2001	432
Figura 88 – Qualificação do emprego tendo por base as profissões	433
Figura 89 – Distribuição percentual do emprego segundo os grupos de profissões	434
Figura 90 – População servida em regime de proximidade pelos equipamentos culturais, em percentagem do total.....	437
Figura 91 – População servida em regime de proximidade pelos equipamentos desportivos, em percentagem do total.....	438
Figura 92 – Ligação-cluster das freguesias a partir dos scores dos 3 primeiros factores.....	444
Figura 93 – Tipologia das freguesias do Concelho.....	446
Figura 94 – Potencial de localização	448
Figura 95 – potencial agrícola e agro-alimentar	449
Figura 96 – Potencial nos domínios turísticos emergentes	451
Figura 97 – Potencial de integração turística.....	453

Figura 98 – Potencial de inovação.....	455
Figura 99 – Potencial de complementaridade e síntese	457
Figura 100 - Articulação da análise extensiva com a intensiva	459
Figura 101 – Armação de Pêra e a romanização	468
Figura 102 - Núcleos iniciais de Armação de Pêra e posterior evolução.....	470
Figura 103 - Armação de Pêra e o dealbar da função turístico-balnear I – finais do Século XIX	472
Figura 104 - <i>Chalet</i> Mascarenhas Gregório, Armação de Pêra	475
Figura 105 - Armação de Pêra e o dealbar da função turístico-balnear II – inícios do Século XX	476
Figura 106 - O complexo do casino e uma nova centralidade na Vila – anos 40 e 50	478
Figura 107 - A igreja paroquial induz uma nova estruturação do espaço contíguo – anos 60.....	480
Figura 108 - Hotel Garbe e cinturão de edifícios de apartamentos – anos 70.....	481
Figura 109 - Evolução demográfica da Freguesia de Armação de Pêra	483
Figura 110 - Evolução demográfica do Concelho de Silves.....	484
Figura 111 - Evolução recente do núcleo urbano de Armação de Pêra	485
Figura 112 - Vista da praia para nascente a partir da fortaleza.....	494
Figura 113 - Turistas em Armação de Pêra segunda os grupos etários e em percentagem dos respectivos totais	495
Figura 114 - Grupos profissionais, por residência habitual e em percentagem dos respectivos totais .	496
Figura 115 -Tipos de alojamento por residência habitual e em percentagem dos totais.....	497
Figura 116 - Razões principais que justificam a estada turística, em percentagem do total de referências e residência habitual	498
Figura 117 - Locais visitados pelos turistas inquiridos à excepção dos museus, por residência habitual e em percentagem dos totais.....	500
Figura 118 - Arranjos exteriores em São Marcos da Serra.....	503
Figura 119 - Unidade de alojamento turístico no meio rural	506
Figura 120 - Fábrica do Inglês com o Castelo como horizonte	513
Figura 121 - Turistas inquiridos em Silves e Armação de Pêra, por grupos etários e em percentagem dos totais.....	516
Figura 122 - Locais de alojamento dos turistas em Silves, por nacionalidade e em percentagem dos totais	517
Figura 123 - Meios de alojamento utilizado pelos turistas em Silves e Armação de Pêra, em percentagem dos totais	518
Figura 124 - Razões que motivaram as deslocações em Armação de Pêra e Silves, em percentagem dos totais de referências	519
Figura 125 - Locais patrimoniais visitados pelos turistas de Armação de Pêra e Silves, em percentagem dos totais.....	520

Figura 126 - Interior do Museu Rural da Quinta dos Avós, Algoz.....	527
Figura 127 - Interior do núcleo museológico da Capela das Artes, Alcantarilha	527
Figura 128 - Sinalizador do itinerário/exposição (nascente da Praça Al’Muthamid).....	529
Figura 129 - Exterior do Museu Municipal de Arqueologia.....	536
Figura 130 - Museu de arqueologia – níveis de satisfação com a visita	539
Figura 131 - Exterior do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês.....	544
Figura 132 - Museu da cortiça – níveis de satisfação com a visita	551
Figura 133 - Exterior da Casa-Museu João de Deus.....	556
Figura 134 - Visitantes do museus de Silves por país de residência habitual, em percentagem do total	564
Figura 135 - Níveis de instrução dos visitantes segundo a residência habitual, em percentagem	565
Figura 136 - Grupos profissionais dos visitantes segundo a residência habitual, em percentagem dos respectivos totais	566
Figura 137 - Vias de conhecimento dos museus visitados, por país de residência habitual e em percentagem dos totais	567
Figura 138 - Razões invocadas para as não visitas, pela residência habitual e por percentagens dos respectivos totais	569
Figura 139 - Importância conferida a alguns aspectos aquando da visita a museus	571
Figura 140 - Ordenação das principais adjectivações dos museus (número de referências pesado pela ordem de colocação no questionário)	572
Figura 141 - Silves no século XVII.....	595

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do <i>ranking</i> das chegadas internacionais.....	110
Quadro 2 – Balança turística dos principais países.....	111
Quadro 3 – Graus de frequentação dos museus nos últimos 12 meses, em % do total de inquiridos Países da União Europeia a 27	235
Quadro 4 – Indicadores financeiros.....	435
Quadro 5 – Factores e respectivos valores.....	442
Quadro 6 – Factores e variáveis	443
Quadro 7 - Resumo da tipologia dos turistas/visitantes no concelho de Silves	581
Quadro 8 - Relações apuradas no final da Parte B ente as dimensões estruturantes do trabalho, quadro reestruturado.....	592

AGRADECIMENTOS

É costume ouvir dizer que a elaboração de uma dissertação é um acto solitário. É verdade que sim, mas somente no que se refere ao estrito acto das decisões conjunturais e da redacção. Em tudo o resto trata-se de uma acção solitária levada a efeito entre, e por, um grupo muito alargado.

Desde logo, porque um trabalho desta natureza beneficia de todo um património de conhecimento que vamos beber a outros autores, os quais, indirectamente, também detêm, com o seu contributo, uma participação como autores. A todos - os citados, mas também os não citados - por tal, agradeço em primeiro lugar.

Depois, porque este tipo de tarefas beneficia, igualmente, da experiência que fomos acumulando ao longo dos anos, no meu caso específico, a experiência enquanto docente, mas também enquanto consultor. Às instituições que me acolheram profissionalmente também quero expressar o meu reconhecimento: ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, à Geoidea, Estudos de Organização do Território e à KeyPoint, Consultoria Científica, só para citar algumas.

Por outro lado, a tessitura do nosso pensamento também é estimulada e reforçada através do convívio e das trocas de opiniões estabelecidas com os colegas e os alunos com quem privamos ao longo do tempo. A todos eles, o meu reconhecido agradecimento pelo que, muitas vezes sem saberem, me foram oferecendo ao longo dos anos. Sendo ingrato citar nomes que a economia de espaço não permite multiplicar, gostaria de referir, entre outros possíveis, o José António Oliveira, o Mário Vale, o Herculano Cachinho, o Jorge Malheiros, o José Maria Duarte, o Zoran Roca, a Judite Primo, o César Lopes, o António Gonçalves, o João Reis e a Eunice Gonçalves. Também no plano das relações académicas gostaria de deixar uma palavra de reconhecido agradecimento a Carlos Alberto Medeiros, pela mão de quem me iniciei na docência universitária e a quem devo a condução do mestrado que concluí, em 1991, na FLUL.

Há, contudo, pessoas e instituições chave que estão na origem de percursos que, sem nos apercebermos na altura, nos definem a vida e, no caso vertente, estão nos pólos genéticos desta dissertação: falo do Mário Moutinho e do Museu Etnológico de Monte Redondo, com quem - e onde - aprendi a conhecer os museus na sua dimensão social; de Jorge Gaspar que, embora sem nunca termos tido relações estreitas, me aconselhou o tema da dissertação de mestrado “O Turismo em Espaço Rural”, tema esse que foi a minha porta de entrada para o “mundo do turismo” e, finalmente, do João Ferrão, que me abriu o caminho para os temas do desenvolvimento e que, num outro plano, constituiu o modelo de professor que, ainda hoje, passados tantos anos, persigo. A todos, também, muito agradeço.

Mas, existem também as pessoas e as instituições que facilitam e viabilizam tarefas que, doutro modo, seriam, senão impossíveis, pelo menos bastante mais árduas. Estão neste caso todos os que me ajudaram no trabalho de campo que levei a efeito, seja através da sua presença física, seja do seu trabalho. Nesta matéria, os meus agradecimentos vão para a Câmara Municipal de Silves, nas pessoas da sua presidente e do seu vice-presidente, mas também nas do Ricardo Tomé, da Luísa Brásia, da Susana Ribeiro e das responsáveis dos museus sob tutela municipal, para o Museu da Cortiça, na pessoa do seu responsável Manuel Ramos e para a Key Point, muito em especial à Ana Macedo, por este e por muitos outros motivos, mas também ao Hugo Pedrosa, à Ana Santos e a todos os outros colaboradores que me apoiaram.

Agradeço, ainda, ao Alexandre Abreu a ajuda no “Inglês” e a José Manuel Simões e Cristina Bruno as preciosas sugestões efectuadas aquando do “Júri de Classificação”.

Finalmente, de uma forma simples porque os adjectivos seriam insuficientes, agradeço à Isabel. Porque me orientou os passos, porque me criticou e apoiou e, sobretudo, porque suportou estoicamente, conjuntamente com o meu círculo mais próximo, a “neurose” da tese. Todos os dias e a cada minuto. Obrigado, com todo o carinho.

RESUMO

O objecto de estudo definido para este trabalho é estruturado pelas relações triangulares estabelecidas ao longo dos eixos do tempo e do espaço entre desenvolvimento territorial, turismo e museus.

A problematização da geometria dessas relações levou ao estabelecimento de um conjunto limitado de hipóteses de partida, as quais serviram de fio condutor ao desenvolvimento da pesquisa. Duas hipóteses principais, embora de alcance diferenciado, foram definidas:

- a) Num plano mais geral - As orientações e as dinâmicas do desenvolvimento territorial (nas suas vertentes económicas, políticas, sociais e culturais) têm uma correspondência evidente nas transformações verificadas no âmbito do turismo e dos museus, quer em termos conceptuais, quer ao nível das práticas.
- b) Num plano mais específico - Os museus podem contribuir para a definição de um novo modelo de desenvolvimento turístico com fortes implicações ao nível da coesão territorial e social.

No sentido de melhor operacionalizar as hipóteses de partida, as mesmas foram traduzidas num conjunto de questões que lhes estão intimamente associadas. Destas salientamos: i) Quais as relações entre desenvolvimento, turismo e museus? No plano teórico? Nas práticas? Ao longo do período analisado? Nas várias escalas de análise consideradas? ii) Qual o papel específico dos museus no quadro de um novo modelo de desenvolvimento turístico susceptível de promover o progresso e o bem-estar das comunidades locais (o seu desenvolvimento) numa perspectiva integrada?

Neste quadro de referência, o trabalho foi organizado em três partes, a primeira, incidindo sobre a discussão do triângulo turismo, museus e desenvolvimento territorial em contextos teórico-conceptuais diferentes dos pontos de vista temporal e espacial; a segunda, incidindo sobre o estudo de caso tendo em mente testar, ao nível local e numa realidade concreta, a matriz teórica e conceptual entretanto

estabelecidas; a terceira, incorporando uma junção das conclusões parciais obtidas anteriormente e uma avaliação das hipóteses colocadas inicialmente.

Tendo por referência que o conceito de desenvolvimento tem experimentado alterações de monta ao longo do tempo, desde uma dimensão inicial fundamentalmente económica, até uma perspectiva holística de bem estar, que engloba as vertentes sociais e da justiça societária, a liberdade de acção e de pensamento e a criatividade, definimos cinco modelos (4+1) de desenvolvimento como referenciais da nossa análise: o modelo da modernização, o da dependência, o liberal, o complexo de modelos chamados alternativos e, entre estes últimos, o *Integrated Area Development*.

Cada um destes modelos foi caracterizado e discutido tendo, posteriormente, sido relacionados com o desenvolvimento do turismo e das concepções (e práticas) museológicas. Através deste exercício, foi possível perceber muitas das alterações que se foram registando ao longo do tempo e do espaço.

Posteriormente, adoptando uma visão holística para contextualizar os factos na realidade que integram, organizou-se um estudo de caso empírico, em parte dentro de uma óptica “laboratorial”.

O estudo de caso incide no Concelho de Silves, porque: i) detém um percurso longo de desenvolvimento turístico em torno da freguesia de Armação de Pêra; ii) é suporte de um número considerável de experiências museológicas; iii) é um concelho extenso e, sobretudo, com territórios encerrando características naturais e humanas diversas e com forte potencial de complementaridade; iv) é um concelho-chave da Região em que se insere, já porque integra o grande arco urbano-turístico transversal do Litoral e do Barrocal algarvio, já porque estabelece a ligação longitudinal entre a Serra o Litoral e entre o Algarve e o Alentejo.

O percurso analítico adoptado permitiu concluir que as estratégias inerentes ao modelo de desenvolvimento turístico de Silves são pouco consistentes e coerentes, existindo contradições significativas entre os discursos e as práticas e orientações pouco articuladas que não prefiguram uma estratégia consistente.

Por outro lado, verificou-se, igualmente, que num quadro de uma procura turística muito diversificada, os museus do Concelho conservam uma atitude passiva e distante face à população local, mas também face à motorização de um novo turismo, mais baseado nas especificidades culturais e ambientais locais, mais qualificado e mais diversificado.

Apesar destes défices, nos últimos anos as autoridades locais vêm encarando as actividades culturais e os museus, em particular, como um recurso importante do desenvolvimento local.

Na conclusão geral retomam-se as hipóteses de partida sendo avaliados os diversos aspectos que as constituem. Globalmente, foi possível concluir que se confirmam as relações entre os modelos de desenvolvimento territorial, com o turismo e a museologia, embora com “ruídos” e “desfocagens” à medida que nos afastamos dos aspectos mais associados à economia e sempre que aumentamos a escala de análise, aproximando-nos da escala local.

Quanto aos museus como motor de novos modelos de desenvolvimento turístico, ainda há um longo caminho a percorrer, sobretudo no campo da oferta e, mais especificamente, na adopção de uma atitude pró-activa e articulada com as outras ofertas culturais, na óptica da coesão do território e das comunidades.

ABSTRACT

The object of the research underlying this thesis consists of the triangular relationships between territorial development, tourism and museums, as regarded from a both spatial and temporal perspective.

The specific way in which the geometry of these relationships was conceptualised led to putting forth a limited set of provisional hypotheses, which in turn served as a road map in the subsequent development of the research. Two main hypotheses were thus laid out at two different levels:

- a) *At a more general level* - An obvious correspondence, both in conceptual terms and at the level of practices, can be found between the aims, dynamics and guidelines that drive and characterise territorial development (in its economic, political, social and cultural dimensions) and the changes that take place within the ambit of tourism and museums.
- b) *At a more specific level* - Museums can contribute significantly to the definition of a new model of tourism development, which has considerable implications in terms of social and territorial cohesion.

In order to provide these research hypotheses with a workable operational content, they were then converted into a set of closely related research questions. Among these questions, it is especially important to highlight the following: (i) In what ways are development, tourism and museums related? Theoretically? At the level of practices? Throughout the period under analysis? At the various geographical scales considered herein? (ii) What specific roles do, and can, museums play in the context of a new model of tourism development that is better suited to promoting the progress and well-being of the local communities (i.e. their development) in an integrated perspective?

In accordance with this framework, the research was divided into three different parts: the first one consisted of a discussion of the “tourism-museums-territorial development” triangle, as regarded from a both spatial and temporal perspective and in accordance with different theoretical-conceptual traditions; the second one relied on case-study methodology in order to test, at the local level and in a concrete context, the theoretical and conceptual framework previously put forth; and the third part

consisted of an attempt to bring together the partial conclusions from the previous two parts in order to assess and possibly validate the hypotheses that had been initially laid out.

The concept of development has taken on a variety of different meanings in the debates that have taken place over the last few decades, from an initial definition with an essentially economic content to the current holistic view of development as an expansion of well-being, societal justice, freedom to think and act and creativity. Five (4+1) conceptual models of development were thus identified: the modernization model, the dependency model, the liberal model, the cluster of models broadly characterised as “alternative” and among the last ones the *Integrated Area Development* model.

Each of those models was thus characterised, analysed and, at a later stage, laid out in its relation to tourism development and to museological paradigms and practices. This “crosstabulation” exercise allowed for a better understanding of many of the changes that have taken place across both time and space.

Subsequently, through the adoption of a holistic outlook aimed at contextualizing the facts in the broader reality of which they are a part, an empirical case-study was undertaken that partially sought to adopt “experimental science” procedures.

The selection of the case-study area (the municipality of Silves, in the Portuguese region of Algarve) was due to the following reasons: (i) this territory has a history of tourism development that goes back a long way and which has traditionally been polarised by the coastal area of Armação de Pera; (ii) a significant number of museological “experiences” have been implemented in this municipality; (iii) it is a large municipality characterised by significantly diverse, and potentially complementary, natural and human characteristics; (iv) it is a key component of the Algarve region, both because it is a part of that region’s longitudinal urban-tourist axes, which run along the littoral and the intermediate hinterland, and because it provides a transversal linkage between the littoral and the hills, the Algarve and the Alentejo.

The analytical roadmap adopted in the case-study brought to light the lack of consistence and coherence that has characterised Silves’ local strategies in the area of

tourism development. Significant contradictions were found between discourse and practice, as well as *ad-hoc* policy guidelines that are indicative of an inappropriate strategy.

Moreover, it was also apparent that, in a context of increasingly diversified tourism demand, the various museums in the municipality have remained passively detached both from the local population and from the possibility of encouraging new tourist patterns that draw on the local cultural and environmental specificities in order to achieve higher standards of quality and diversity.

Despite these insufficiencies, it should be stressed that the local authorities have over the past few years begun to regard cultural activities, and museums in particular, as important and strategic resources in terms of local development.

In the overall conclusion to the thesis (third part), an assessment is made of the initial research hypotheses by examining each of their constitutive elements. Generally speaking, the evidence confirms the hypothesised relationships between the dominant territorial development models and the dynamic development of tourism and museums. However, these relations are much clearer and more immediate in the economic sphere - i.e. with respect to the linkages between development models and tourism activities - than in the specifically cultural field - i.e. as regards the relationships between development models and museological dynamics. Moreover, the relationships also seem to be significantly weaker at the local scale than at the regional, national or global scales.

The idea of museums as engines of new models of tourism development still has a long way to go - namely in terms of improving and upgrading the service supply and, more specifically, as regards the adoption of a pro-active and cooperative approach that draws upon the complementary character of the various different forms of cultural supply in order to advance social and spatial cohesion.

PARTE A – O TRIÂNGULO DESENVOLVIMENTO, TURISMO E MUSEUS

1 – CONTORNOS E RUMOS

1.1 – A génese do tema – uma reflexão pessoal

O processo de elaboração desta dissertação foi herdeiro de um outro, iniciado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mais propriamente no Departamento de Geografia, na primeira metade dos anos noventa do século XX (“O turismo como contributo para o desenvolvimento da República da Guiné-Bissau”). Por causas de natureza diversa, mas que se prenderam, fundamentalmente, com duas razões principais – a então forte associação que a minha vida profissional tinha com a consultoria no âmbito de uma empresa privada e, posteriormente, a eclosão da guerra civil em Bissau – o projecto em curso foi perdendo velocidade e sustentação anímica, acabando por se esvaziar totalmente.

É justo, embora como nota à parte do fluxo expositivo, deixar expresso que a ónus do insucesso desta primeira tentativa foi da minha inteira responsabilidade, já que a instituição em que desenvolvia a minha actividade docente e que, concomitantemente, acolhia o projecto de tese nunca me regateou o seu apoio e o orientador de então, o Professor Doutor Carlos Alberto Medeiros, jamais deixou de me estimular para a prossecução da tarefa que me propunha levar a cabo.

Como em tudo, também este revés, à partida negativo, acabou por encerrar aspectos positivos: desde logo, ensinou-me que a vida académica e profissional tem tempos e fases apropriadas para avançar rumo a determinados objectivos e que, como tal, não é necessário – ou possível - forçar a sua sucessão natural; mas também, pelo hiato de cerca de 15 anos que originou entre essa primeira “partida” e a actual, permitiu-me ganhar experiência profissional no âmbito do planeamento e do ordenamento do território (e do turismo, em particular), bem como amadurecer e consolidar a minha reflexão pessoal sobre os temas que estruturam o presente trabalho.

Foi, então, neste quadro de ciclo longo que foram sendo criadas as condições para a emergência da temática em causa: a relação entre o desenvolvimento, o turismo e os museus.

Quando aos três vectores de base, posso dizer que eles surgem naturalmente – e um pouco por acaso, como sempre – na decorrência dos pólos de interesse que a vida profissional e académica vão forjando:

- O desenvolvimento territorial, na sequência da minha própria formação de base em Geografia e, posteriormente, por todos os estudos e planos em que tive a oportunidade de participar directamente, durante mais de 20 anos, no âmbito da consultoria empresarial. Tudo isto, para além de aguçar o interesse pela problemática, permitiu-me confrontar a teoria com a prática, relativizar o próprio conceito e adquirir a convicção que a luta pelo seu alcance se escreve em muitos e diversificados “tabuleiros” da realidade.
- O turismo, que já foi tema da minha dissertação de mestrado e matéria em que trabalhei de amíúde no contexto de estudos e planos, experimentou um renovado impulso como centro dos meus interesses após ter sido acolhido, como docente, pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Aqui, no exercício das minhas funções profissionais e no convívio com os colegas, tive a oportunidade de complementar os meus conhecimentos na matéria, que me permitiram uma visão de conjunto da actividade que não tinha até então, muito especialmente nos planos da teoria geral do turismo e da operação concreta (desde a gestão hoteleira à gestão de produtos, passando pela gestão do lazer e da animação turística).
- Os museus, uma matéria que nunca me teria possivelmente chamado a atenção caso não tivesse elaborado um trabalho de âmbito académico que me levou até ao Museu de Monte Redondo e ao conhecimento da sua actividade museológica, então completamente inovadora e experimental. A cadeira de Antropologia terminou, o curso foi concluído mas a minha ligação afectiva com Monte Redondo e o seu museu mantém-se até hoje, da mesma forma que os laços com

o docente que me abriu as portas para a compreensão do papel social dos museus e da museologia, Mário Moutinho, se mantêm, não num plano professor/aluno, mas no de uma sólida amizade. Desde essa origem distante, nunca mais me afastei da museologia – ou da nova museologia – tendo participado, dentro das minhas possibilidades e como museólogo amador, no seu processo de afirmação e de evolução em Portugal, bem como, mais tarde, no seu ensino pós-graduado na ULHT. Foi, se me permitem no presente âmbito, um interesse à primeira vista, ainda por cima duradouro e marcante.

Quanto à consideração destes três vectores numa perspectiva relacional – que é, como veremos posteriormente, o verdadeiro domínio desta dissertação – salientaria dois momentos, afastados entre si quase 20 anos:

- O primeiro aconteceu quando, nos anos 80 do Século findo, me chegou às mãos um texto de Walter Stöhr¹ a propósito do desenvolvimento regional de matriz endógena, motorizado a partir de uma base local. Foi, para mim, uma total revelação, já que invertia e alargava as concepções que então tinha sobre o desenvolvimento dos territórios, já porque boa parte dos pressupostos e das teses aí presentes correspondiam, em boa medida, ao que se defendia no domínio da nova museologia: a importância da identidade local, a participação activa das populações na estruturação do seu futuro colectivo, a importância da memória enquanto plataforma de sustentação do desenvolvimento económico motorizado por actividades inovadoras que capitalizam os saberes tradicionais. Assim, quase instantaneamente, percebi que a nova museologia não era algo que surgia isoladamente e que nem sequer era um produto da mente de uns quantos museólogos visionários, descontentes e rebeldes relativamente ao panorama dos museus tradicionais. Era, na verdade, uma expressão na museologia de um processo, mais alargado, de reformulação do conceito e das práticas do desenvolvimento. Como escrevi, então, num artigo que se mantêm inédito,

¹ Walter B. Störr é professor no Departamento de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Economia e Gestão de Viena. Foi um dos precursores do desenvolvimento “from below” e “self-reliant”.

tratava-se afinal de algo que não rompia com o sistema capitalista (como, de certa forma, se entendia então a Nova Museologia), mas antes de um instrumento do ajuste necessário para a manutenção do seu essencial: a acumulação do capital através da extracção das mais valias do trabalho. E, se é certo que, actualmente, não dimensiono esta relação de forma tão simplista e radical, a verdade é que o paralelismo entre as novas concepções de desenvolvimento dos territórios e das sociedades com as novas propostas museológicas foi uma ideia que me acompanhou, com transformações, até hoje.

- O Segundo, muitos anos passados, quando no trabalho de preparação de uma cadeira que lecciono na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (Turismo e Desenvolvimento), me deparei com um conjunto de textos² de Richard Sharpley³ e David Telfer⁴, os quais, contrariamente à maioria dos autores que tratam essa relação exclusivamente através dos impactos do turismo no desenvolvimento, elaboram uma análise, profunda, sobre a evolução dos respectivos paradigmas. Foi um outro momento, daqueles raros para quem já tem um percurso académico e profissional longo, em que tudo parece ajustar-se numa harmonia lógica e em que os horizontes da compreensão se nos rasgam e nos iluminam conjuntos do todo.

Meses mais tarde, no final desse ano lectivo, o processo de maturação e de adequação, ao meu próprio quadro conceptual, das ideias colhidas através das duas vias anteriormente referidas estava concluído. Tinha agora um tema, a matéria-prima necessária e a disponibilidade mental para retomar, em novos moldes, a tarefa que tinha abandonado muitos anos antes. O que se segue nada mais é do que a expressão de todos estes encontros e, sobretudo, um percurso de reflexão pessoal só possível porque efectuado graças à luz alheia.

² Referenciados posteriormente em local mais relevante.

³ Richard Sharpley é professor de “Travel and Tourism Management da Universidade de Northumbria, Reino Unido. É, igualmente, um reconhecido especialista nos domínios do turismo rural, da sociologia do turismo e do desenvolvimento turístico de micro-estados insulares.

⁴ David Telfer é professor do “Recreation and Leisure Department” da Universidade de Brock, Canadá. É um especialista, entre outros domínios, na relação entre as teorias do desenvolvimento e o turismo, bem como nos laços económicos entre o turismo e as comunidades de acolhimento.

1.2 – A organização e a estruturação do tema

Como já se aludiu anteriormente, a matriz teórica e conceptual que estrutura este trabalho está alicerçada em três eixos centrais de investigação: o desenvolvimento económico e territorial; o desenvolvimento das ideias e das práticas turísticas; o desenvolvimento das concepções museológicas e as respectivas concretizações.

Também como já se referiu, a ideia básica não assenta no estudo *per se* de cada um dos conteúdos temáticos considerados, mas antes no estabelecimento de pontes de racionalidade entre as dinâmicas experimentadas por cada um deles. Ou seja, mais do que as necessárias análises longitudinais das mudanças operadas em cada um deles ao longo do eixo do tempo, interessa-nos, sobretudo, a identificação, caracterização e explicação das ligações transversais existentes e a forma como essas ligações se alteraram no tempo e no espaço.

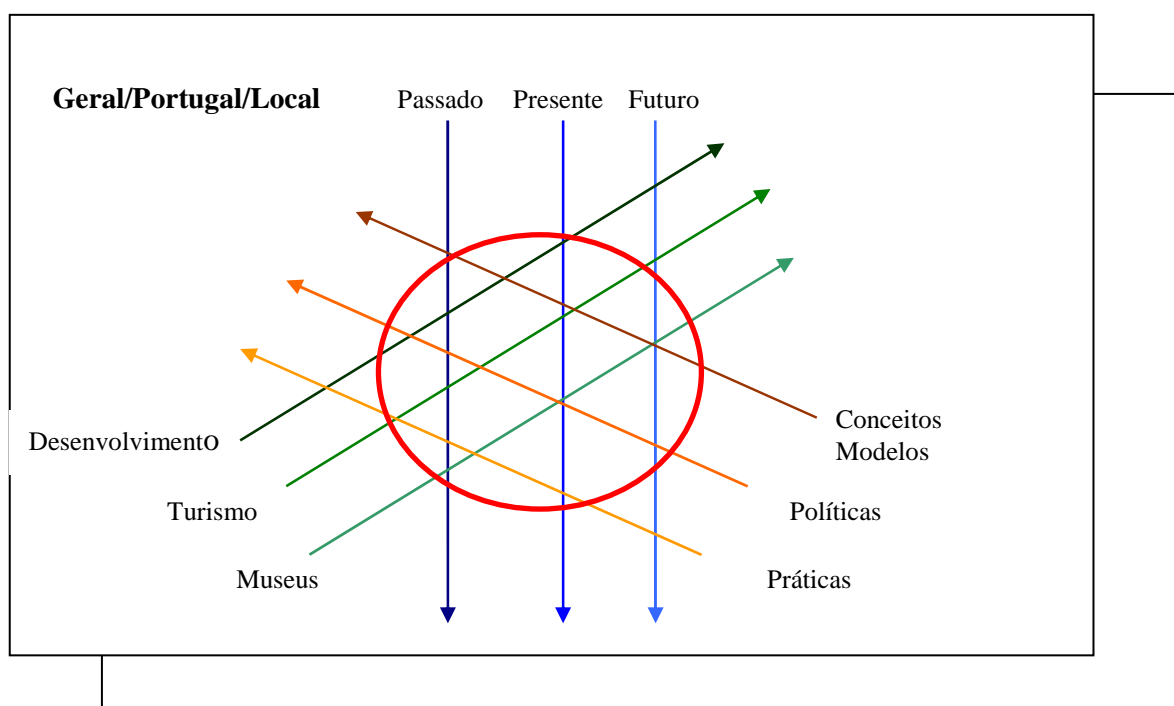
Sendo esta trama triangular o tecido original com o qual nos propúnhamos confeccionar o nosso trabalho, rapidamente nos apercebemos da necessidade de adicionar um outro eixo de investigação, com um carácter menos central e auxiliar, mas, ainda assim, importante: as concepções e funções (económicas e sociais) da cultura.

Mais à frente, no ponto respectivo, fundamentaremos mais profundamente esta opção/necessidade, facto que não dispensa, desde já, que invoquemos para o efeito a necessidade de, por um lado, integrar e contextualizar os museus dentro do sector mais vasto a que pertencem e, como tal, de onde receberam – e recebem – continuadas ideias-força sobre as suas missões e funções sociais e económicas, e, por outro lado, a compreensão de que seria importante o estabelecimento de um factor de equilíbrio entre o par turismo e museus, já que os mesmos não se encontram ao mesmo nível analítico da realidade (turismo/cultura *vs.* turismo cultural/museus). Em acréscimo, entendeu-se, igualmente, que a ligação directa entre os modelos de desenvolvimento e os museus (ou a museologia) seria mais facilmente conseguida e racionalizada através da introdução de uma etapa intermédia, menos “afastada” dos conceitos de

desenvolvimento. Neste quadro, a cultura surge-nos, no presente trabalho, como contexto, mas também como o “degrau” que mais facilmente nos permitirá ligar museus e modelos de desenvolvimento.

Ainda dentro do quadro dos parâmetros iniciais de circunscrição do âmbito de estudo, houve que definir o quadro espacio-temporal do mesmo. Relativamente ao primeiro, o espaço, optámos por considerar três *layers* de referência que, pensamos, nos permitirão dar conta das alterações registadas a escalas diferenciadas entre as relações transversais desenvolvimento/turismo/museus: uma escala global, que servirá de suporte ao raciocínio mais teórico e abstracto; uma escala nacional, que nos permitirá perceber a tradução das ligações longitudinais e transversais para o caso português; uma escala local, a qual, para além de permitir a extensão do raciocínio até ao desenvolvimento local e suas conexões, será o palco para o nosso estudo de caso.

Figura 1 - Dimensões do estudo



Fonte: elaboração própria.

No que se refere ao âmbito temporal de referência, não obstante incursões circunscritas para outras janelas do tempo sempre que consideradas oportunas, decidimos tomar como período de trabalho a segunda metade do século passado, extensível à actualidade. Trata-se, efectivamente, de uma opção que se suporta numa descontinuidade importante na história mundial e, em particular, nas concepções da geopolítica e do desenvolvimento à escala global e dos países: a segunda guerra mundial. Por outro lado, os anos 50, em que a reconstrução da Europa começa a ser uma realidade, marcam, igualmente, o início efectivo da indústria do turismo enquanto tributária da massificação do mesmo.

Foi, pois, com estes cenários que o “drama” foi construído, começando a elaboração da sua dramaturgia pela colocação das hipóteses que se procurarão confirmar ou infirmar, isto é, pelo estabelecimento das grandes linhas orientadoras de toda a pesquisa. Duas, embora de alcance diferenciado, foram definidas:

- c) Num plano mais geral - As **orientações** e as **dinâmicas** do **desenvolvimento territorial** (nas suas vertentes económicas, sociais e culturais) têm uma **correspondência** evidente **nas transformações** verificadas no âmbito do **turismo** e dos **museus**, quer em termos conceptuais, quer ao nível das práticas.
- d) Num plano mais específico - Os **museus** podem **contribuir** para a definição de um **novo** modelo de **desenvolvimento turístico** com fortes implicações ao nível territorial.

No sentido de melhor operacionalizar as hipóteses de partida, as mesmas foram traduzidas num conjunto de questões que lhes estão intimamente associadas e às quais se procurarão ajustar as respostas mais plausíveis e sustentadas através do recurso cruzado de raciocínios indutivos e dedutivos. Destas salientamos:

- a) Quais as relações entre **desenvolvimento – turismo - museus**?
 - No plano teórico?
 - Nas práticas?

- Ao longo do período analisado?
 - Nas várias escalas de análise consideradas?
- b) Qual o papel específico dos museus no quadro de um novo modelo de desenvolvimento turístico susceptível de promover o progresso e o bem-estar das comunidades locais (o seu desenvolvimento) numa perspectiva integrada?

De tudo o que atrás se expôs derivou a estrutura que adoptámos para o trabalho a desenvolver. Esta, num primeiro nível, estará dividida em três grandes partes, A, B e C, cada uma delas com as características que se seguem.

Parte A – O triângulo desenvolvimento, turismo e museus

- Óptica de análise principal – temática.
- Dimensões analíticas fundamentais:
 - Conceitos, teorias e modelos.
 - Políticas e práticas.
- Conteúdos principais:
 - Estado da arte dos estudos dentro das matérias consideradas.
 - Enquadramento retrospectivo e prospectivo do triângulo turismo, museus e desenvolvimento.
 - Articulações e lógicas de ajuste.
 - Conclusões parciais e perspectivas.

Parte B – Estudo de caso: o Concelho de Silves

- Óptica de análise principal – abordagem regional/local.
- Dimensões analíticas fundamentais:
 - Silves e as suas freguesias – análise externa e interna.
 - Relações turismo, museus e desenvolvimento, a uma escala local.

- Conteúdos principais:

Contextualização do estudo de caso – programas e políticas com reflexos e traduções no Concelho; caracterização do mesmo.

Estudo de caso – turismo, museus e desenvolvimento territorial em Silves.

- Conclusões parciais - cruzamento da dimensão conceptual com a dimensão empírica.

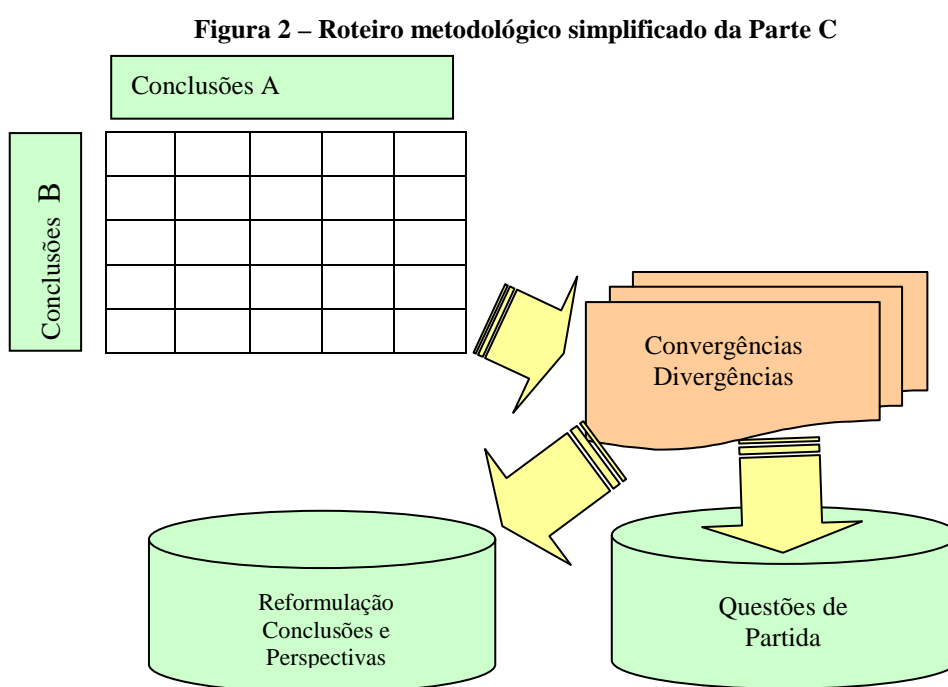
Parte C – Conclusões gerais

- Dimensões analíticas fundamentais:

Confronto das hipóteses e interrogações com os produtos adquiridos.

Conteúdos principais:

Sínteses, conclusões e verificações das questões de partida.



Fonte: Elaboração própria.

Num segundo nível da estrutura do trabalho surgem sete capítulos, cinco correspondentes à parte A e dois relativos à B. A última parte, tendo em atenção a sua natureza conclusiva, não contará com subdivisões formalmente expressas.

Cada um desses capítulos estará organizado, conforme se entenda oportuno, em blocos separados com um relacionamento entre si de natureza dendrítica. Os objectivos e conteúdos fundamentais de cada um deles são os que se expõem seguidamente.

Capítulo 1

- Objectivos: Apresentação do tema, hipóteses e questões de partida, procedimentos.
- Conteúdos fundamentais:
 - Elementos principais da investigação.
 - Hipóteses e questões associadas.
 - Roteiro metodológico e procedimentos.

Capítulo 2

- Objectivos: estabelecimento dos parâmetros de base sobre o desenvolvimento territorial.
- Conteúdos fundamentais:
 - Problematização da relação entre turismo, museus e desenvolvimento.
 - Discussão e evolução do conceito e das práticas de desenvolvimento económico e territorial – modelos.
 - Perspectivas recentes do desenvolvimento: AID – *Integrated Area Development*.

Capítulo 3

- Objectivos: Estabelecimento das bases teóricas e conceptuais sobre o turismo, caracterização sucinta do turismo no mundo e em Portugal, estabelecimento de pontes entre o desenvolvimento e o turismo.

- Conteúdos fundamentais:

O turismo mundial após os anos 40, evolução quantitativa e qualitativa, distribuição espacial e factores explicativos gerais.

O turismo e os modelos de desenvolvimento.

Ambientes e atitudes associadas ao desenvolvimento turístico através de um texto ficcionado.

Capítulo 4

- Objectivos: Cultura e desenvolvimento, conceitos, teorias e práticas museológicas ao nível global e em Portugal, relações museus e desenvolvimento, análise estrutural dos museus consoante os paradigmas de desenvolvimento.

- Conteúdos fundamentais:

A cultura e o desenvolvimento – dinâmicas relacionais.

Evolução do pensamento e das práticas museológicas após os anos 40.

As dinâmicas conceptuais e as estruturas museológicas.

Ambientes e atitudes associadas à museologia e aos museus em Portugal através de um texto ficcionado.

Os museus e a museologia em Portugal, análise e reflexão sobre a quantidade e qualidade.

Capítulo 5

- Objectivos e conteúdos:

Conclusões parciais da parte A e explicitação dos objectivos da parte B

Capítulo 6

- Objectivos: Contextualizar o estudo de caso nas suas dimensões externas e internas.

- Conteúdos fundamentais:

Razões da escolha do Concelho de Silves

Integração estratégica do Concelho

O concelho de Silves, características específicas:

Silves, um concelho marcado pela história

Silves, um concelho com profundas mudanças socio-económicas

Silves, um concelho com profundas disparidades territoriais

Silves, um concelho com forte potencial de desenvolvimento

Capítulo 7

- Objectivos: Estudo de caso, verificação e alargamento, à escala local, das conclusões parciais da Parte A..

- Conteúdos fundamentais:

O desenvolvimento turístico no Concelho de Silves: génese e evolução.

Os museus em Silves: características de conjunto e individuais.

Turismo, museus e desenvolvimento em Silves

Conclusão final (Parte C)

O trabalho conterà, para além da bibliografia e dos índices considerados necessários, uma breve introdução de carácter mais pessoal (razão porque tudo o que diz respeito ao método e à estrutura adoptados já se encontra inserido no conjunto de capítulos), bem como os anexos que se entenderem pertinentes.

1.3 – A operacionalização do tema

Como em todas as tarefas desta natureza, existem duas grandes fontes que alimentam e dão suporte à concepção e à concretização das diversas tarefas que compõem o roteiro metodológico definido:

- Uma, de natureza difusa e não identificável, que corresponde a todo o património de conhecimentos que ao longo da vida profissional e académica vamos acumulando. Trata-se, no fundo, da bagagem de base que todos nós transportamos e que, na maioria dos casos específicos, já não somos capazes de identificar a sua origem - se decorrente de elaboração ou transformação própria, se bebida em qualquer fonte por que passámos ao longo dos percursos individuais de vida. A qualidade e a organização desta “base de dados” pessoal é, diria, o elemento essencial e o garante da exequibilidade e qualidade de qualquer tarefa no domínio da produção de conhecimento.
- Outra, que deriva das lacunas que, ao confrontarmo-nos com as tarefas concretas, emergem e nos puxam para a (dura) realidade das limitações dos nossos conhecimentos acumulados, muitas vezes bem mais frágeis do que, à partida, pensávamos. Quando isto acontece – e acontece sempre – há que recorrer a fontes externas, seja no plano teórico-metodológico, seja no da informação mais operacional e traduz-se na pesquisa de fontes, nas leituras e na recolha de informação – quantitativa e qualitativa – directa e indirecta.

No nosso caso, recorreremos - e continuaremos a recorrer – às leituras de obras e artigos provenientes de autores que considerámos (consideramos) fundamentais, conscientes de que nunca se abarcará totalmente o campo dos possíveis e que persistirão sempre zonas de sombra, motivadas pelas barreiras linguísticas, pela inacessibilidade física ou, simplesmente, pelo desconhecimento.

Complementarmente, recorreremos à recolha, compilação e tratamento estatístico do conjunto de informação numérica considerada essencial para suportar raciocínios e para ilustrar ou apoiar afirmações. Seguramente as fontes serão diversificadas, desde as de natureza mundial como a Organização mundial de Turismo, o International

Council of Museums, a Organização das Nações Unidas e seus departamentos, até às nacionais, como o Instituto Nacional de Estatística, o Turismo de Portugal, o Instituto Português de Museus, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Portugal), a Rede Portuguesa de Museus, passando, claro está, pelas fontes de âmbito comunitário.

Em qualquer dos casos identificar-se-á, sempre, a origem da informação utilizada, de forma tão detalhada quanto possível.

Obviamente que, devido à especificidade dos temas e das escalas de análise considerados, não será de esperar encontrar levantada e disponível toda a informação necessária. Como tal, seremos obrigados a desenvolver processos de recolha directa da informação, muito especialmente no que ao estudo de caso dirá respeito.

Para tanto, consideramos levar a efeito três procedimentos distintos mas complementares:

Entrevistas semi-estruturadas

- Alvo - conjunto de *stakeholders* relacionados com o turismo, os museus e as instâncias de gestão autárquica.
- Número indicativo – 7/10.
- Tratamento da informação recolhida – análise de conteúdo.

Inquérito com teste prévio

- Alvo – turistas em visita ao Concelho.
- Procedimento de aplicação – à saída da visita.
- Número indicativo – 300/400 (ou 1 semana consecutiva)
- Tratamento da informação – análise estatística

Estes últimos procedimentos - bem como outros que forem utilizados -, conjuntamente com as técnicas que os suportarem, serão justificados e explicados com maior detalhe nos respectivos contextos de inserção.

2 – O TURISMO E OS MUSEUS NA ÓPTICA DO DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS

2.1 – Relação Turismo, museus e desenvolvimento, uma discussão

Em busca da “evidência” que nos escapa. Esta frase transcreve, na contradição que transporta, a essência do problema com que nos defrontamos ao reunir os três elementos que são alvo da nossa análise: turismo, museus e desenvolvimento.

É óbvia, mais que não seja pelas numerosas vezes em que surgem associados na “literatura” específica de cada um dos campos analíticos que configuram ou, então, nos relatórios decorrentes de iniciativas de planejamento territorial e sectorial, a sua ligação próxima, íntima mesmo, sobretudo na convergência dos propósitos últimos que lhes estão associados: dinamizar os territórios, entendidos estes como a composição, variável, de três dimensões – espaço, gente e dinâmicas.

Figura 3 – O triângulo desenvolvimento, turismo e museus



Fonte: elaboração própria.

Mas, tal como em muitos casos semelhantes, quando se transpõe a porta do preconceito estabelecido pela repetição acrítica ou pelos vislumbres apressados que as certezas justificam, a evidência perde contornos e as dúvidas agigantam-se.

É certo que as relações existem e, admitamos, que são estreitas. Mas relações de que natureza? E mais, com que geometria e em que níveis relacionais?

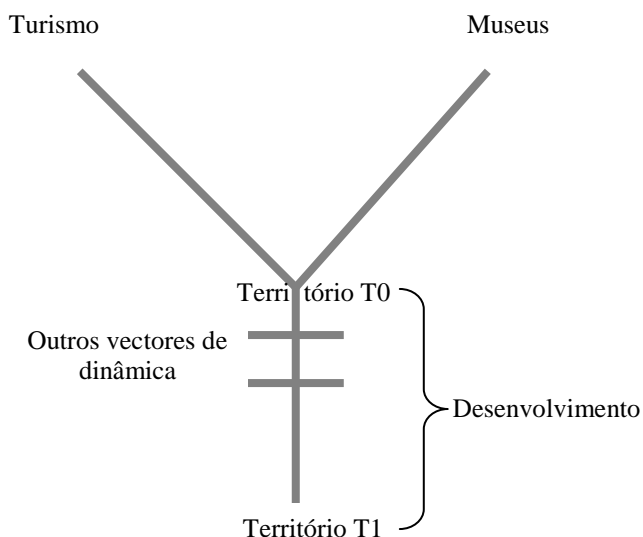
A situação de partida que assumimos assentou na fórmula de ligações mais simples, um modelo relacional triangular, a duas dimensões e somente num plano de ligações, modelo esse que, por conseguinte, não só desligava as três componentes do seu enquadramento próximo específico, mas também não estabelecia diferenças quanto às decorrências e às suas capacidades motrizes.

A sua virtude, a simplicidade na forma como estabelecia a existência de relações de complementaridade entre o turismo, os museus e o desenvolvimento na formatação dos territórios e nas respectivas dinâmicas, não resistia, porém, a uma análise mais aprofundada e exigente da tessitura relacional entre as componentes expressas.

Desta forma e identificados os problemas existentes – falta de expressão quanto à natureza de causa/efeito nas relações entre as dimensões de análise e a omissão quanto aos nexos de integração das mesmas – partiu-se para a elaboração de outros dois modelos, assumidos, à partida, como intermédios, ou seja, como formulações analíticas relacionais parciais que, posteriormente, haveria que fundir.

O primeiro, em forma de “Y” e também muito simples, introduz a concepção de que os três elementos, turismo, museus e desenvolvimento, não se encontram ao mesmo nível do quadro de ligações, sendo o desenvolvimento, em última análise e em conjugação com outros motores de dinâmica, um resultado do turismo e dos museus.

Figura 4 – Primeiro modelo relacional intermédio



Fonte: elaboração própria.

Isto é, turismo e museus são dimensões motrizes do sistema enquanto o desenvolvimento é um resultado diferencial, experimentado pelos territórios entre um tempo inicial e um outro posterior, obtido por arrastamento derivado de efeitos motrizes para os quais o turismo e os museus aportaram a sua contribuição.

Neste modelo, o turismo contribui para as dinâmicas territoriais através de um conjunto de efeitos sobejamente conhecidos e que descreveremos nesta fase do trabalho somente de uma forma genérica e resumida.

Desde logo, e numa perspectiva mais tradicional, através das dinâmicas económicas geradas, nomeadamente nos planos da geração de receitas directas e induzidas através dos efeitos multiplicadores sobre outros sectores económicos, no da contribuição para a “saúde” da balança de pagamentos do território considerado por via do seu efeito ao nível do reforço das exportações com todas as decorrências daí derivadas, no da geração de emprego directo, indirecto e induzido e no da qualidade do emprego colocado no mercado, no da participação na colecta tributária e, não menos

importante, no da visibilidade e imagem que através dele os territórios criam ou modificam, factores esses embora com capitalização imprecisa e em muitos casos pouco reconhecida, são cada vez mais importantes numa economia mundial competitiva onde as vantagens comparativas são disputadas ao milímetro e em planos também imateriais. A parcela do turismo na formação do PNB: países avançados, 3 a 10%; países em vias de desenvolvimento, até 40%. Em Portugal, 11% do PIB e 10,2% na ocupação da população activa.

Mas também noutros domínios que, como veremos posteriormente, têm vindo a ser progressivamente associados ao desenvolvimento. Referimo-nos ao incremento, por via do turismo, da qualidade de vida das bacias receptoras, seja no plano das condições materiais de base como o acesso a infra-estruturas e serviços cuja existência e viabilidade está apoiada na frequência ligada ao turismo e ao recreio, seja, só para citar alguns exemplos, no estímulo que este representa para a preservação do património material e imaterial dos lugares, no do alargamento dos mercados para as indústrias culturais, no da produção de massa crítica de suporte a diversos ramos comerciais e no do estímulo a políticas activas nos campos do ordenamento e produção do território.

Finalmente, porque o turista hodierno é um “ser” mais sensível às disfuncionalidades sociais com que se depara e nas quais é inserido aquando da estada – e não só, diga-se em abono da verdade, por questões de filantropia ou por amor à justiça, mas também por razões bem mais interesseiras como a inestética social poluidora do momento perfeito e sublime projectado e associado à vilegiatura, ou meramente como factor de redução de riscos – o turismo tem contribuído, de forma lenta e modesta, é verdade, para a colocação da liberdade e da justiça na agenda política – ou, se se preferir, na agenda da política económica - de muitos locais. É algo que o turismo qualificado compartilha, no triângulo dos três “d” das maldições dos territórios - ditaduras, disparidades e desesperança -, conjuntamente com a capacidade de inovação dos territórios e a vitalidade dos seus capitais humano e relacional.

Os museus, por seu lado, produzem dinâmicas territoriais através de duas vertentes principais, uma que se centra fundamentalmente nas condições endógenas de suporte e viabilização do desenvolvimento e outra, de natureza mais exógena ao espaço considerado, que se traduz, sobretudo, pelo aprofundamento dos ganhos relacionais com o exterior ou, por outras palavras, pela capitalização das condições de base criadas ou consolidadas através da primeira.

No plano interno, a acção dos museus pode ser considerada essencialmente como virada para a comunidade, interagindo com esta no sentido da produção de três tipos de efeitos: i) o aprofundamento da coesão social, o qual passará não só pelo fomento do cimento que transforma um grupo de pessoas numa comunidade e pelo reforço da identidade territorial através da criação de condições que reduzam a opacidade dos lugares, mas também pelo incremento da função integradora do território relativamente aos grupos geracionais ou de génese exterior ou centrífuga; ii) memorização, reforço e revalorização social dos saberes específicos e das componentes caracterizadores dos territórios, na dupla óptica da acentuação de factores diferenciadores susceptíveis de originar ganhos de competitividade externa e na da promoção de efeitos sociais centrípetos; iii) promoção da democratização e da democracia cultural, o mesmo é dizer, contribuição para os dois desideratos de cultura para todos e cultura por todos.

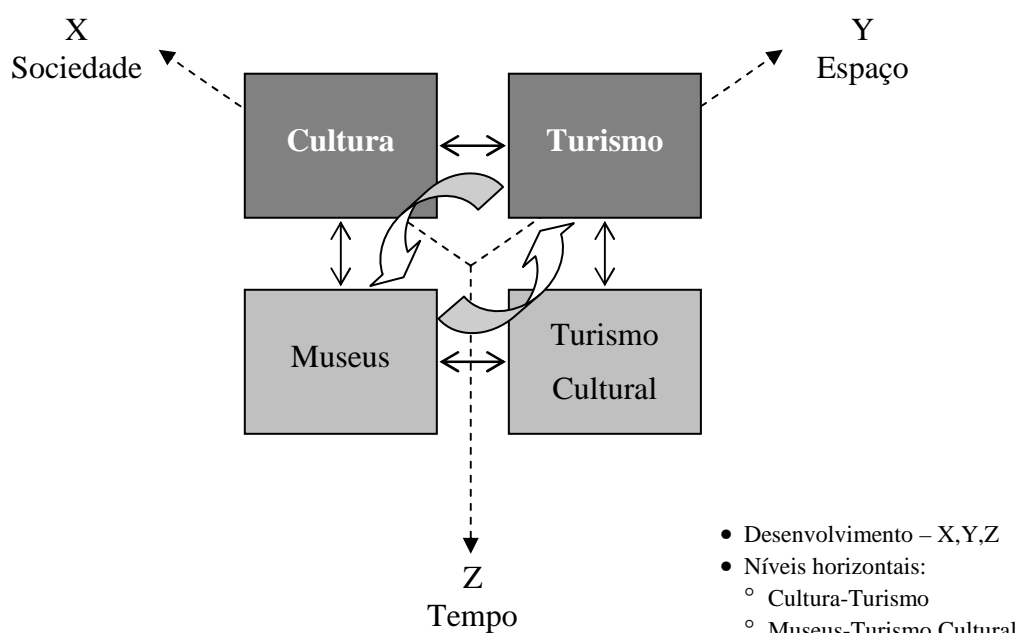
No plano externo a acção e a contribuição dos museus para o desenvolvimento coloca-se num plano mais tradicional e de maior visibilidade, prendendo-se, como já insinuou anteriormente, com o seu contributo para a captação de fluxos financeiros de génese externa através da capitalização da diferença e das mais valias decorrentes e inerentes a um espaço com uma tessitura física e humana integrada, harmoniosa e consciente de si, das suas potencialidades e responsabilidades. Neste quadro - e a título de exemplo - são de sublinhar: o reforço da atractividade turística e respectivos níveis de satisfação com a estada, nomeadamente através da densidade, qualidade e autenticidade das experiências proporcionadas; o contributo para a identificação e preenchimento de nichos de mercado em diversos sectores económicos abertos pela junção da tradição à inovação; a criação de um ambiente de empreendedorismo nos

territórios, para o qual a autoconfiança e a visão estratégica prospectiva associada a um presente iluminado pelo passado – e orientado pelo futuro - são peças fundamentais.

Turismo e museus concorrem, portanto, para transformações nos locais, transformações essas que estão na base dos ritmos e direcções daquilo que, antes de posterior discussão, convencionamos chamar de desenvolvimento.

Temos, pois, um modelo relacional mais satisfatório porque detentor de uma racionalidade causal mais explícita, continuando, contudo, a apresentar lacunas de vulto, seja porque não dimensiona as retroacções desenvolvimento/turismo/museus, seja porque não estabelece as ligações horizontais entre ambos, que os parágrafos anteriores tornaram evidentes, seja, ainda, porque turismo e museus surgem descontextualizados dos seus enquadramentos hierárquicos verticais.

Figura 5 – Segundo modelo relacional intermédio



Fonte: elaboração própria.

O segundo modelo relacional intermédio – em quadrado - pretende estabelecer as ligações em termos de conjuntos e subconjuntos, os referidos enquadramentos hierárquicos verticais, ao mesmo tempo que aprofunda os domínios, ou os panos de fundo, em que o turismo e os museus operam as mudanças a que chamámos desenvolvimento.

Como veremos posteriormente, este modelo analítico permitir-nos-á, igualmente, esclarecer algo que, à primeira vista, poderia ser tomado como um desequilíbrio na junção de níveis analíticos diferentes no que à fileira do turismo e dos museus diz respeito.

Os eixos X,Y e Z, respectivamente Sociedade, Espaço e Tempo, representam aqui as dimensões de mudança dos territórios, ou seja, as direcções das dinâmicas de mudança as quais produzem as alterações que designamos de desenvolvimento.

Neste quadro dinâmico encontram-se dois níveis de componentes motoras, “Turismo e Cultura” e “Museus e Turismo Cultural”, sendo que o segundo faz parte do primeiro – é um subconjunto do primeiro, logo de uma hierarquia inferior.

Isto quer dizer que as ligações entre eles são de natureza diversa: as verticais, Cultura/Museus e Turismo/Turismo Cultural, são de natureza hierárquica, enquanto as horizontais, Turismo/Cultura e Museus/Turismo Cultural, são, basicamente, funcionais e de complementaridade.

Como já se referiu, quando elegemos como temática central a ligação Turismo e Museus para a relacionarmos com o Desenvolvimento, estamos, efectivamente, a colocar lado a lado conceitos com graus de abrangência diferentes, porque de níveis hierárquicos distintos.

Foi uma opção que tomámos em consciência, sabendo que careceria de explicação pelas razões que a figura ilustra e que acabámos de sublinhar. Dois argumentos escoram a decisão tomada:

- a) Desde logo a economia de análise, sobretudo quando ela se projecta em evitar dar centralidade a um domínio tão vasto e plástico como é o da

Cultura. Obviamente estamos conscientes das ligações entre os museus e a cultura, ou com o sector cultural. Será algo que trataremos, evitando, contudo, enredarmo-nos em discussões e análises que, pela sua extensão e encadeamentos, nos desviariam da focagem sobre o campo dos museus. Por outro lado, os museus não são somente um facto cultural, pois, como veremos, nas últimas décadas muitos dos seus contornos tradicionais têm vindo a ser postos em causa e, mesmo, subvertidos;

- b) Mas também – e no pólo oposto – porque não nos quisemos restringir ao denominado turismo cultural, conceito vago e problemático à partida, porque consideramos que a interacção dos museus com o turismo é de banda mais larga, extravasando o turismo cultural tal como nós o concebemos.

Assim, como a figura ilustra, as ligações fundamentais serão estabelecidas entre museus e turismo, efectuando, claro está, secantes pelos campos da cultura e do turismo cultural (c. f. setas curvas centrais).

E porque estes dois conceitos surgem aqui pela primeira vez neste trabalho associados ao turismo e aos museus, importa estabelecer alguns esclarecimentos sobre como os entendemos.

Embora crescentemente apropriada pelos ramos do conhecimento mais aplicados à mudança económica e social dos territórios, o conceito de cultura continua detendo uma geometria demasiado variável, seja no que diz respeito aos contornos que a limitam, seja no que se reporta aos *layers* que a constituem. Na base desta plasticidade duas chaves explicativas avultam: foco e aparelho de focagem.

Relativamente ao primeiro trata-se de uma questão de conferir centralidade ou marginalidade a determinadas dimensões, ou seja, iluminar alguns elementos presentes no “palco” da cultura, deixando outros na sombra. Em muitos casos estes últimos “estão lá”, mas subentendidos ou relegados para um plano secundário de subsidiariedade ou de representatividade minoritária. Claro está que a focalização implica escolha e esta obedece a critérios, os quais, como sabemos, estão longe de ser estabelecidos – consciente ou inconscientemente – num plano de “inocência”

racional-científica. Temos, pois, na calibragem dos azimutes da focalização questões de perspectiva política e de poder que, por fulcrais, são incontornáveis.

Mas não é só o foco que faz parte do problema. Existe um outro aspecto que se liga com as diferentes ópticas que as várias ciências utilizam para perceber e teorizar a cultura – os aparelhos de focagem – conferindo-lhes, deste modo, tessituras com espessuras e padrões diversos. É o caso da Antropologia, da Geografia Cultural e da Sociologia, só para citar alguns exemplos.

No nosso caso concreto, passaremos por cima das visões culturalistas que, oriundas da antropologia, impregnaram, como refere Sara Radcliffe⁵ (2006: 10), os estudos ligados ao desenvolvimento: “A separação da cultura da raça ocorreu recentemente nos estudos do desenvolvimento, (...) já que durante a maior parte do século XX a disciplina contou com as ferramentas culturalistas para explicar o subdesenvolvimento das antigas colónias e dos países do Sul.”.

Assim, e no seguimento do que anteriormente se referiu, adoptaremos, na senda de Lowe and Lloyd⁶ (1997), um âmbito alargado - um terreno no qual política, cultura e economia formam uma dinâmica inseparável – cujos contornos são dinâmicos reflectindo o modo como as relações sociais produzem, local ou temporalmente, nexos de articulação e os contextos analíticos induzem lógicas de associação.

A cultura, será, pois, a produção material e imaterial resultante da interacção dos actores de um determinado território num quadro de diversidade política, económica e social, compreendendo, assim, os bens materiais, as construções mentais e sentimentais e os padrões relacionais.

Robert Borofsky⁷, no Relatório Mundial sobre a Cultura produzido, em 2000, pela UNESCO, dá conta, de forma lapidar, de um conjunto de questões básicas que estão

⁵ Radcliffe, Sara A. (org.), (2006), *Culture and Development in a Globalizing World, Geographies, Actors and Paradigms*, Oxon, UK, Routledge.

⁶ Lowe, L e Lloyd, D. (1997), *The Politics of Culture in the Shadow of Capital*, London, Duke University Press.

⁷ Robert Borofsky, Antropólogo, professor de antropologia da Hawaii Pacific University.

associadas ao termo Cultura e que, complementam e completam, a discussão tida anteriormente:

- a) A cultura é um conceito e não uma realidade, ou seja, é algo imaterial que está na base da produção material.
- b) A cultura, enquanto conceito, desempenha um papel – sobretudo desde o advento do Estado-Nação – de homogeneização, de estabelecimento de limites entre “nós” e os “outros”, ao mesmo tempo que, porque não existem culturas fechadas e porque estão em constante evolução, detêm traços de horizontalidade susceptíveis de servir de pontes entres territórios (culturais).
- c) O conceito de cultura pode ser entendido de duas formas distintas, algo que foi herdado do passado e que, tanto quanto possível, deve ser conservado e algo que impulsiona a criação e a inovação social, ou seja, que se constrói quotidianamente tendo como bases visões partilhadas quanto ao futuro. A primeira perspectiva situando-se mais no campo da criação de capital de ligação (*bounding capital*) e a segunda no da produção de capital de relacional (*bridging capital*).

Neste amplo quadro conceptual, como veremos posteriormente, a cultura desempenhará um papel de importância crescente no desenvolvimento, seja directamente como matéria prima, seja indirectamente como mediadora, suporte e garante da sustentabilidade no que diz respeito às políticas e iniciativas neste domínio, seja, ainda, induzindo forças sociais centrípetas e centrífugas.

No campo do outro conceito que entendemos aqui discutir – o turismo cultural – importa, desde já, referir que se trata, mais uma vez, de algo cuja nitidez não é muito precisa. Para confirmação desta ideia basta, simplesmente, efectuar um relance pela literatura científica especializada: ou o conceito é dado com fixo e, por conseguinte, não apresentado nem discutido, ou é apresentado de forma vaga, deixando campo para as mais diversas interpretações. Cumulativamente, deparamo-nos com uma imensidão de definições, abrangendo os mais variados âmbitos e domínios, representado

perspectivas analíticas com acentos tónicos diversos e enquadradas, as mais das vezes, em sistemáticas não sobreponíveis.

Um bom exemplo do que atrás se afirmou é a definição oriunda da Organização Mundial de Turismo⁸ (2003: 88), segundo a qual “Turismo cultural é um segmento que dá destaque especial a atractivos culturais como apresentações, museus, mostras, etc.”. Para além do “etc.”, que se revela assaz confortável e oportuno ao remetermos para aquilo que entendermos poder significar, é de sublinhar o “destaque especial”, algo que, para além de subjectivo, não tem cabimento técnico ao não precisar do que se está a falar, se de motivações associadas à procura, se da composição dos espaços e produtos ligados à oferta ou se das práticas desenvolvidas aquando das estadas.

Ou ainda outro, relativo à obra de Josep Font Sentías⁹ (2006¹⁰: 24), a qual, ao longo de mais de 460 páginas vai desfiando casos de turismo cultural sem antes existir uma tentativa credível de estabelecer os contornos do domínio que os une. O mais aproximado a tal tarefa encontra-se nesta frase presente na introdução: ” El encargo de casos es también consecuencia de la aplicación de criterios que permiten reflejar la amplitud del epígrafe turismo cultural: se han redactado casos de valorización en los que la distinción entre patrimonio cultural y natural se diluye, y se acude a los conceptos de paisaje cultural y patrimonio inmaterial. Se han desarrollado aspectos vinculados a la cultura tradicional y a la organización de celebraciones en las que pesa la noción de autenticidad.”.

Na verdade, para além das dificuldades derivadas da sistematização das modalidades e tipos de turismo com que todos somos submergidos e que dá origem a uma verdadeira floresta impenetrável de designações que muitas das vezes se intersectam ou, mesmo, sobrepõem, temos, em acréscimo, o adjectivo cultural, o que, como vimos, está longe de facilitar a definição do conceito.

⁸ Organização Mundial de Turismo (2ª Ed. 2003), *Turismo Internacional, Uma Perspectiva Global*, São Paulo, Bookman

⁹ Josep Font Sentías – (1963-), catalão, licenciado em Filosofia e mestre em Gestão Cultural. Director do Museu Granollers.

¹⁰ Sentías, Josep Font (coord), (2ª Ed. 2006), *Casos de Turismo Cultural*, Barcelona, Editorial Ariel .

É que, se tomarmos cultura num sentido lato, todo o turismo é cultural, a montante (na tomada de decisão da deslocação), durante (nas práticas desenvolvidas e na absorção da realidade vivida) e a jusante (na memorização, avaliação e sociabilização da experiência). A cultura está tão inerente ao turismo, como à vida em geral, mesmo na mais massificada estada, na praia com ou sem coqueiros ou no restaurante de *fast-food* de qualquer *main street* de estância balnear de suspeitosa qualidade.

Por outro lado, mesmo numa óptica mais restritiva, raras são as estadas que não aliam o ócio entendido no seu mais tradicional significado – por exemplo, o banho, a tomada de sol, o passeio campestre ou urbano, as actividades nocturnas ou, simplesmente, o remanso da inactividade – a “incurões” de âmbito claramente cultural, ao castelo, às ruínas, ao museu, ao teatro ou ao cinema.

Neste quadro, a definição que optaremos para turismo cultural será bastante restritiva, acantonando-se nas deslocações ou estadas cujas efectivações tenham tido na origem motivações de ordem cultural perfeitamente identificáveis como tal e cujas práticas se centram na concretização dessas motivações. Os turistas especialistas ou muito motivados, como os designa Xavier Greffe¹¹ (1999¹²), no seguimento dos estudos efectuados em França por Cluzeau¹³ e Amirou¹⁴.

Revisitando a nossa problemática inicial dos modelos relacionais entre turismo, museus e desenvolvimento, passaremos a apresentar um último que pretende compilar e dar expressão gráfica aos vários aspectos anteriormente abordados.

Como se pode verificar através da figura seguinte, existe agora uma conjugação horizontal e vertical das diversas componentes que se tentaram integrar e que, de alguma maneira, nos permite conservar uma ideia gráfica do quadro relacional que nos servirá de referência para o posterior desenvolvimento que efectuaremos.

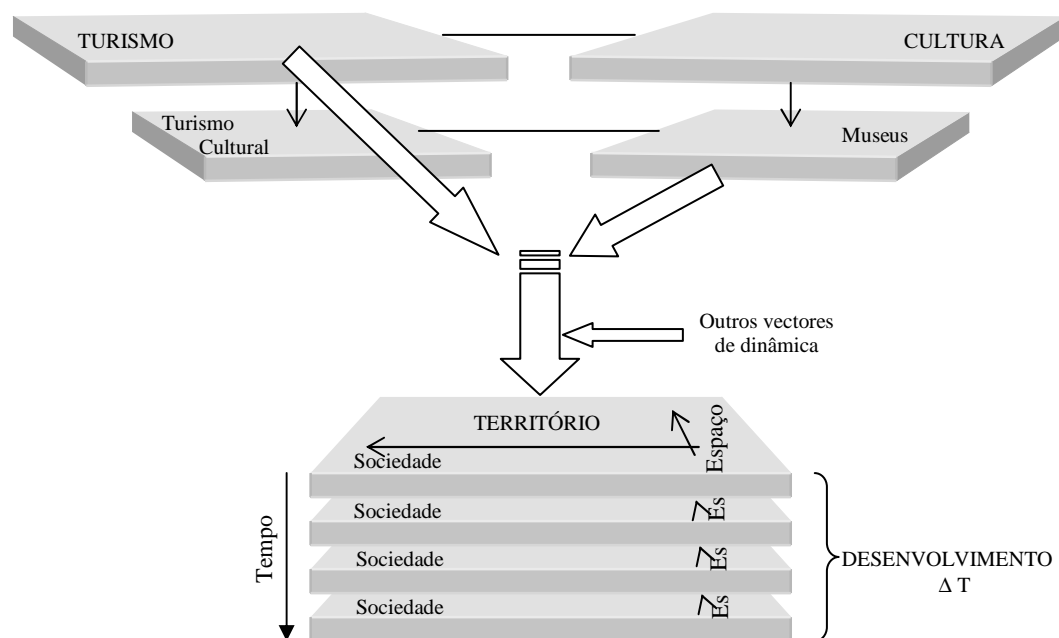
¹¹ Xavier Greffe, professor da Universidade de Paris I e consultor da UE no domínio do emprego cultural.

¹² Greffe, Xavier (1999), *La gestion du Patrimoine Culturel*, Paris, Ed. Anthropos.

¹³ Origet du Cluseau Cl. (1998), *Le tourisme culturel*, Paris, PUF.

¹⁴ Amirou, R. (1995), *Imaginaire Touristique et Sociabilité du Voyage*, Paris, PUF.

Figura 6 – Modelo relacional final



Fonte: elaboração própria

Uma vez que do ponto de vista das ligações e das discussões relativas às componentes presentes nada mais nos ocorre acrescentar ao que já foi anteriormente referido, importa, agora e ainda dentro de um quadro conceptual sintético e exploratório, referirmo-nos às vias através das quais o turismo e os museus são susceptíveis de induzir dinâmicas de transformação territorial, vias essas que, de resto, já foram anteriormente insinuadas e que agora cabe explicitar formalmente.

Tanto o turismo como os museus, através dos efeitos económicos, sociais e organizacionais que produzem, concorrem para o desenvolvimento ao actuarem simultaneamente naquilo que poderemos denominar como os dois “andamentos” da sinfonia das dinâmicas territoriais. De notar que estes dois “andamentos” são mutuamente necessários, o que quer dizer que cada um por si dificilmente existirão com a quantidade e qualidade susceptíveis de originar desenvolvimento.

São eles a competitividade e a coesão social. O primeiro, de natureza fundamentalmente económica, pode ser definido como a capacidade de um território para proporcionar à sua população padrões de vida elevados e crescentes e altas taxas de emprego, seja através da inovação, seja dos ganhos de produtividade decorrentes da especialização produtiva e da utilização intensiva e alargada das novas tecnologias¹⁵. Na prática, a capacidade de um território para se posicionar, e reposicionar, favoravelmente no quadro dos sistemas económicos multi-escalares do local ao global.

Segundo um trabalho coordenado por Augusto Mateus¹⁶ (2005), o conceito de competitividade surge nos anos 80, associado à administração americana e tendo como ideia fundamental a capacidade das nações, em ambiente de mercado livre e justo, produzir bens e serviços susceptíveis de se afirmar no mercado mundial e de aumentar os rendimentos reais do cidadãos. Nesta linha de pensamento, a OCDE, vai refinar o conceito introduzindo a dimensão da sustentabilidade e a criação de emprego. É este último o quadro conceptual de competitividade que a União Europeia vai adoptar, nomeadamente no Conselho Europeu de Lisboa, em 2000.

A experiência de sucesso da Irlanda durante a década de 90, permitiu alargar o conceito de competitividade e, ao mesmo tempo, cruzá-lo com os efeitos das políticas públicas: “É a nossa competitividade, isto é, a capacidade de ganhar e manter negócios nos mercados doméstico e externo, que tem sustentado este sucesso (...). A competitividade constitui um objectivo central da política do governo. Isto envolve o nível de qualificação da população, o capital de conhecimento na economia, as infra-estruturas físicas, os custos suportados pelas empresas, as telecomunicações e outros serviços necessários às empresas, a envolvente regulamentar, a eficiência e eficácia da administração pública e outros factores.”¹⁷ (Mateus, 2005: 20).

¹⁵ Adaptado de Inovação, Produtividade, Emprego e Competitividade de Isabel Salavisa Lança, in Rodrigues, MJ, Neves, A e Godinho MM (2003), *Para uma Política de Inovação em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.

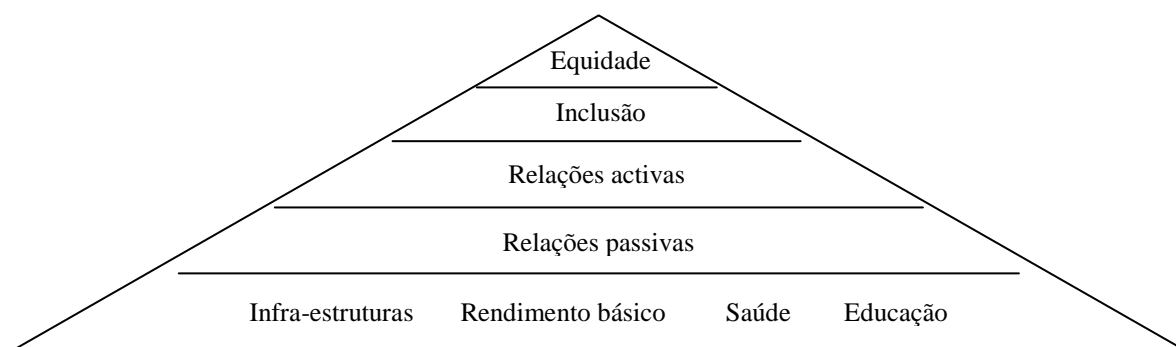
¹⁶ Augusto Mateus, Economista português, desempenhou as funções de Secretário de Estado da Indústria, de 1995 a 1996, e de Ministro da Economia de 1996 a 1997.

¹⁷ Mateus, Augusto (Coord.) (2005), *Competitividade territorial e Coesão Económica e Social*, AMA, CIRIUS, GEOIDEIA, CEPREDE, Lisboa, Observatório do QCA.

O segundo, um conceito mais abstracto, compreende um conjunto de fenómenos e de redes de sociabilização. Neste, podemos individualizar: a tolerância relativamente à diferença, a conectividade entre membros e grupos da sociedade, a capacidade de inclusão e envolvimento dos indivíduos e grupos nos mais variados domínios da estruturação do território, a igualdade de oportunidades no acesso às infra-estruturas e serviços colectivos e, finalmente, o grau de nivelação da sociedade no que respeita ao aspecto distributivo, ou seja, a capacidade desta para combater as disparidades internas.

Uma outra interpretação de coesão social é aquela que a figura seguinte ilustra, da autoria de Ivan Turok¹⁸, e que introduz a ideia das relações activas e passivas, sendo as primeiras constituídas pelas redes pessoais. A mesma figura, tem, ainda, o mérito de hierarquizar os factores apresentados, conferindo-lhes, desta forma, graus diversos de importância da composição de uma sociedade coesa.

Figura 7 – Relações activas e passivas na óptica da coesão social



Fonte: Ivan Turok¹⁹ (2005: 20)

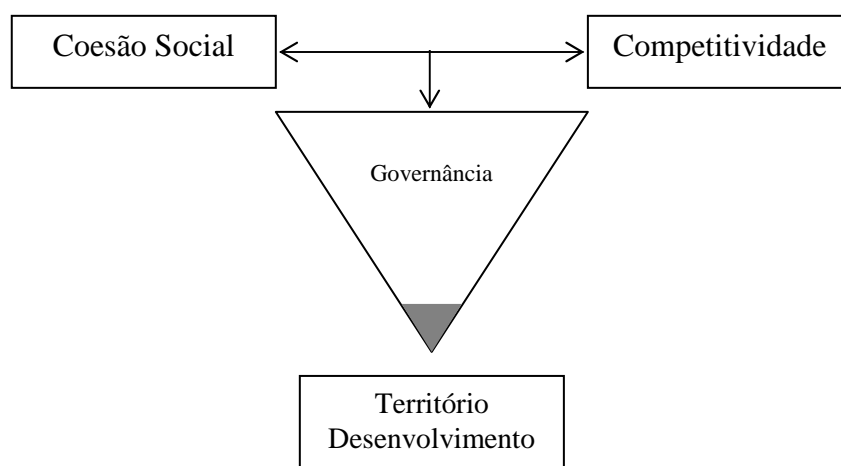
A ligação entre os dois conceitos emerge, então, de forma clara e simples: defendemos que um território saudável do ponto de vista do seu tecido social terá

¹⁸ Comunicação de Ivan Turok, Universidade de Glasgow, Social Cohesion as a Factor of Competitiveness and Regional Growth, apresentada à Conferência da OCDE, Sustainable Cities: Linking Competitiveness with Social Cohesion, 13-14 de Outubro de 2005, Montreal, Canadá.

¹⁹ Idem

muito mais condições de base para se afirmar do ponto de vista da competitividade dos lugares, seja pela via da sua capacidade criativa e da adopção de inovações, seja pela da qualidade do capital humano capitalizável, seja, ainda, pelo seu ambiente favorável ao estabelecimento de redes e ao despoletar de estruturas de governância.

Figura 8 – O triângulo do desenvolvimento dos territórios



Fonte: elaboração própria.

Finalmente, é de sublinhar o carácter dinâmico que todas estas construções de relações e de produção de efeitos encerram, seja em termos de passado, seja, seguramente, de futuro. Efectivamente, a evolução experimentada pelo turismo e pelos museus, mas, sobretudo, pelo que se entende por desenvolvimento dos territórios, produziu, e sem dúvida produzirá no futuro, alterações na geometria e nos termos que agora fixámos através de “fotogramas” que mais não representam do que momentos no filme incessante da flecha do tempo. Este aspecto, será matéria a tratar nos pontos seguintes.

2.2 – Desenvolver desenvolvendo

Com “desenvolver desenvolvendo” queremos dar um significado a este ponto que se enquadra na ideia de que se a vontade de desenvolver tem sido perene ao longo dos

tempos, já as vias que têm sido encontradas para atingir esse objectivo têm mudado bastante ao longo dos tempos. Em última análise podemos afirmar que o desenvolvimento tem sido efectuado num quadro de “navegação à vista”, à vista das sucessivas concepções de sociedade e de território e, sobretudo, à vista dos variados significados associados aos termos “bem-estar e progresso nos/dos lugares”.

Temos, portanto, uma realidade em constante mudança, muitas das vezes mudanças quase imperceptíveis que se integram dentro de um quadro de evolução “epistemológica”, outras, ao estilo do que Thomas Kuhn²⁰ (1999) defendeu para a Ciência, representando verdadeiras revoluções decorrentes do avolumar de críticas à construção socialmente predominante de desenvolvimento e à emergência de contradições teórico-metodológicas. Embora bastante menos frequentes que as dinâmicas produzidas através da evolução na continuidade paradigmática, são, contudo, estas fracturas que têm maior visibilidade e, por conseguinte, ganham acolhimento nas obras de referência da teoria do desenvolvimento. Neste aspecto, temos de confessar, também não seremos nós, para além da constatação efectuada, que introduziremos “revolução” de monta.

Num outro registo, a questão que se poderá colocar desde já prende-se com a necessidade e relevância de explorar a evolução recente do conceito de desenvolvimento dentro do quadro dum trabalho desta natureza e com este âmbito temático.

Para além de outras razões de menor centralidade, simplesmente pelo facto de nos encontrarmos aqui a discutir o quadro relacional entre turismo, museus e desenvolvimento e porque cremos que a situação actual – os tais fotogramas que referimos no ponto anterior – só se compreendem na totalidade através da visualização do filme em que se integram, ou seja, do modo como essas relações evoluíram ao longo do tempo. Acresce que temos para nós nesta fase de desenvolvimento da presente pesquisa que os caminhos evolutivos dos três conceitos, normalmente analisados individualmente e em separado – até porque estas usualmente

²⁰ Kuhn, Thomas S. (3ª Ed. 1999), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Editora Perspectiva.

com génese em campos científicos distintos -, só se compreendem na sua verdadeira extensão e significado quando efectuados em paralelo e de modo sinóptico.

Esta necessidade de transversabilidade da análise deriva do que é vulgarmente reconhecido mas pouco praticado: as ligações, óbvias, que estes três campos estabelecem. Entre turismo e museus, mas, sobretudo, entre estes e o desenvolvimento.

Neste quadro, que é, de resto, uma pedra de toque em que assenta este trabalho, para compreender aprofundadamente o caminho que o turismo e os museus trilharam desde o segundo quartel do século passado – para não recuar a épocas em que a actividade turística era incipiente e ainda não tinha ganho foros de sector económico de vulto – há que perceber como a ideia de desenvolvimento evoluiu e como esta evolução contribuiu para a formatação dos quadros de referência turísticos e museológicos. Defendemos esta tese e esperamos demonstrá-la.

Dir-se-á, porventura, que a questão do desenvolvimento tem estado sempre presente nos estudos do turismo e dos museus. É verdade, há que reconhecê-lo! Interessa, contudo, tal como nota Pearce²¹ (1989), ter em atenção a forma como se tem revestido essa presença, quase sempre através do rol genérico dos impactes positivos e negativos do turismo e dos museus, sobretudo do primeiro no caso dos negativos, na economia e, por extensão, noutros aspectos da sociedade e do território. Já no diz respeito às influências, visões, objectivos, estratégias e processos concretos de intervenção nos territórios, pouca atenção tem sido prestada a esta triangulação, ou, para expor a questão de forma mais clara, às concepções/modelos de desenvolvimento que têm formatado a projecção nos territórios do turismo e dos museus, seja à escala do edifício, da cidade ou do país.

Iremos, assim, passar em revista os discursos principais de desenvolvimento que têm servido de filosofia para as dinâmicas territoriais nas últimas décadas. Fá-lo-emos com a flexibilidade que nos permite o facto de não estarmos a produzir uma peça de economia política do desenvolvimento, mas sim, antes, um soco sobre o qual, mais

²¹ Pearce D. G. (2ª Ed., 1989), *Tourism Development*, New York, Longman.

tarde, tentaremos integrar o turismo e a museologia. Isto quer dizer que daremos maior relevo a uns aspectos e menor a outros, passando, eventualmente, por cima de alguns menos relevantes no contexto em que nos colocamos.

É, ainda, de ter presente que, embora os modelos que iremos explorar obedeçam a nexos cronológicos, não estamos perante uma estrutura evolutiva em “carruagens” que se sucedem e em que a chegada de uma implica a ausência das anteriores no *layer* temporal do presente. Pelo contrário, estes modelos, pese embora os diversos graus de sociabilização que detêm ao longo da flecha do tempo, subsistem em concomitância sendo protagonizados por vários actores e agentes dentro de uma lógica de posicionamento ideológico ou – “e”, na maior parte dos casos – dos seus interesses específicos.

Em acréscimo, parece-nos relevante referir que a organização da sistemática que adoptaremos está longe de ser a única que encontramos nos manuais da especialidade. Antes pelo contrário.

Mas, porque o nosso objectivo não se coloca na discussão das melhores sistemáticas e dos respectivos critérios que as justificam, optámos por tentar encontrar um denominador comum às diferentes perspectivas dos vários autores, ao mesmo tempo que, igualmente, entrámos em linha de conta com o factor “operacionalização” tendo em atenção os nossos objectivos próprios. Assim, estamos conscientes que, embora outras soluções fossem possíveis, a que apresentaremos representa um consenso muito alargado entre os vários autores consultados.

Ainda assim, pensamos ser importante declarar, desde já, que, independentemente de outras contribuições que oportunamente referenciaremos, este ponto deve muito a dois autores, Richard Sharpley e David J. Telfer, coordenadores de um volume de “readings” sobre a temática que actualmente versamos²² (Sharpley and Telfer, 2002) Manifestamos expressamente este aspecto por duas razões: uma, porque as citações referenciadas ficariam aquém da importância que toda esta obra deteve na

²² Sharpley, Richard e Telfer, David J. (coord.), (2002), *Tourism and Development, Concepts and Issues*, Clevedon, U.K., Channel View Publications.

estruturação deste trabalho; outra, porque, como acontece muitas vezes, aquilo que lemos continuamente, à força de ser repensado, digerido e reconstruído, acaba por produzir uma amálgama de construções mentais relativamente às quais perdemos a noção de fonte.

Neste caso, seja de forma mais directa, seja através da ajuda à organização do nosso entendimento nesta matéria, os créditos deste ponto, bem como as suas decorrências noutros, deverão ter como destinatários os autores referidos e os restantes que os acompanharam na obra citada.

Como já se referiu anteriormente o conceito de desenvolvimento é difícil de estabelecer, já que a palavra tem um significado de largo espectro: tanto assume contornos de futuro desejado, o que em planeamento estratégico se denomina comumente de visão de futuro, como o processo para atingir esse futuro, a ou as estratégias, como, ainda, numa perspectiva mais restritiva, o conjunto de acções que estão associadas à estratégia. Utilizando uma imagem de tiro com arco, tanto o alvo, como a experiência, postura e aptidão do arqueiro, como o material utilizado, é colocado ao mesmo nível na “aljava” do desenvolvimento.

Por outro lado, a própria ideia – global - do que é desenvolvimento tem experimentado alterações de monta, tendo percorrido um caminho de continuado alargamento ao longo do tempo. Na verdade, tal como um curso de água, ao seu ramo inicial, a dimensão económica, têm vindo a juntar-se, de montante para jusante, outros ramos tributários, primeiro a dimensão social e, posteriormente, as questões da justiça societária, da liberdade de acção e pensamento e da criatividade. Ou seja, a desaguar num conceito holístico de bem-estar.

Nos finais do século XX, na sequência das muitas críticas negativas que de vários quadrantes e com diversas ópticas são apontadas aos esforços desenvolvimentistas norteados segundo parâmetros com matizes distintas, surgem várias perspectivas radicais que têm como denominador comum a recusa, em bloco, do próprio

desenvolvimento, na acepção, como a expressa Escobar²³ (1992)²⁴, de engenharia social e de desenho da vida.

Esta reacção, contudo, para ser totalmente entendida terá que ser projectada no seu tempo e no respectivo ambiente filosófico-científico de *fin de siècle*. Falamos do “fim da História”²⁵ de Fukuyama²⁶ (1992) e da consequente reacção à sua defesa da democracia liberal ocidental como única, e final, alternativa de modelação social, às obras de Foucault²⁷, com as suas críticas à ideia de progresso e os seus postulados no domínio do binómio saber e poder e, numa frente mais ampla, a outros pós-modernistas tais como Jacques Derrida²⁸. No conjunto, postulam que a sociedade e o mundo são constituídos por um mosaico diversificado de perspectivas, éticas, verdades e, por acréscimo de razão, de vias e soluções de desenvolvimento. Tentar conceber, transpor ou generalizar formulações no domínio do desenvolvimento será, então, não somente uma perda de tempo e de energias, mas, sobretudo, uma via para reforçar a normalização e o “longo braço” da dominação.

Conjuntamente com este quadro que nos remete para o problema da dominação do Ocidente e para um neo-colonialismo de recente geração – a retoma em alta de um discurso orientalista, nas palavras de Corbridge²⁹ (1995) - é, ainda, de adicionar uma panóplia de discursos neo-populistas, os quais se congregam em torno de uma visão romântica dos estilos de gestão dos recursos e dos modos de vida das áreas economicamente mais débeis, as rurais ou, num plano mais global, as menos tocadas pela “mão impura do progresso”.

²³ Arturo Escobar, engenheiro e cientista colombiano. Doutorado em filosofia do desenvolvimento, políticas e planeamento.

²⁴ Escobar, Arturo (1992), *Development Planning*, in Sachs (ed.), (1992), *The Development Dictionary: a Guide to Knowledge as Power*, Londres, Zed Books.

²⁵ Fukuyama, F. (1992), *O Fim da História e o Homem*, Gradiva, Lisboa.

²⁶ Francis Fukuyama, (1952 -), Professor de economia política internacional na Universidade de Johns Hopkins.

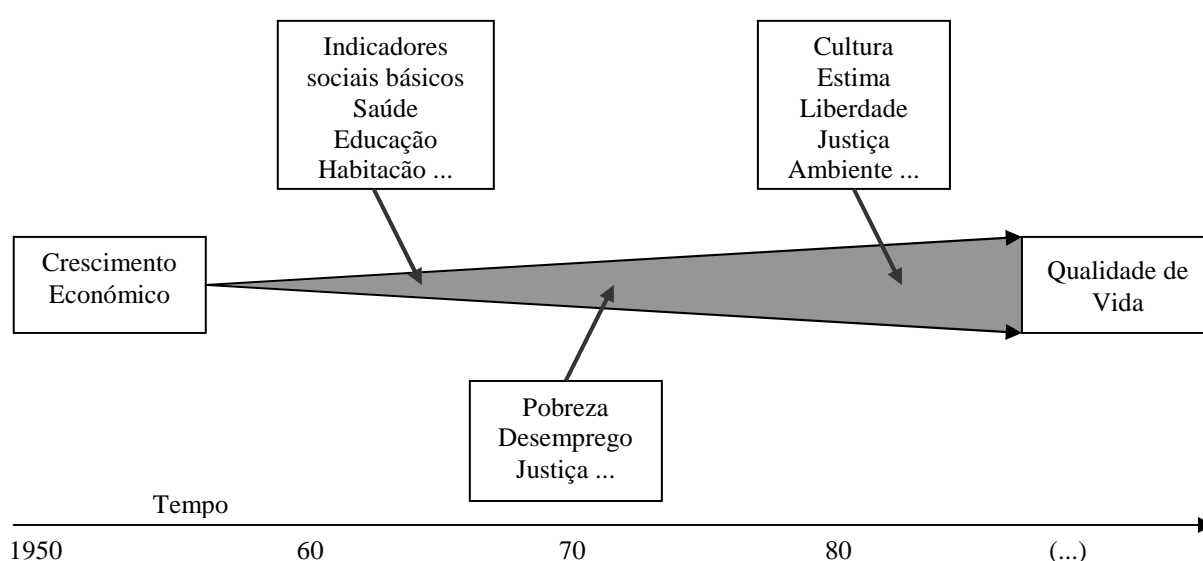
²⁷ Michel Foucault, (1926-1984), Filósofo francês, grande crítico das instituições sociais e das relações entre o poder e o saber.

²⁸ Jacques Derrida, (1930-2004), Filósofo francês nascido na Argélia, foi considerado uma das grandes figuras do pós-estruturalismo e do pós-modernismo.

²⁹ Corbridge, Stuart (Ed.) (1995), *Development Studies*, Londres, Edward Arnold.

Curiosamente, como discurso romântico que na sua essência é, outras áreas, igualmente com debilidades económicas, sociais e organizacionais fortíssimas, ficam completamente de fora do seu raio de eficiência analítico. Por exemplo as extensões urbanas degradadas, os espaços periurbanos e rurbanos ou, mesmo, retalhos territoriais do Terceiro Mundo desorganizados e desmemoriados.

Figura 9 – Evolução do conceito de desenvolvimento



Fonte: elaboração própria.

Obviamente que não estamos a discutir a validade das constatações que subjazem a estas perspectivas. Elas são reais e, infelizmente, ponderosas. Agora que a destruição dos valores e práticas tradicionais desses locais e a sua substituição por fórmulas importadas carentes de aplicabilidade nos contextos de destino, ou que as malfeitorias associadas às políticas e programas de desenvolvimento, ajuda e cooperação, tenham como solução a autarcia ou a adopção de fórmulas localistas e tradicionais de produção e gestão do território, já nos parece bastante mais duvidoso. É que, em última análise, muitas dessas construções foram eficazes em situações que já não

existem: um quadro de baixa densidade demográfica, um ambiente de anseios e aspirações limitado pela viscosidade do espaço em termos de circulação de informação e, também, um mundo muito menos globalizado.

Efectivamente, embora nutramos toda a simpatia por Rousseau, ou Gauguin, a formulação moderna do “bom selvagem” e do seu mundo idílico não é convincente por no plano da apreciação crítica do conceito e da prática do desenvolvimento: “As ideias anti-desenvolvimento estão num extremo de um espectro de ideias que desafiam as perspectivas convencionais sobre os objectivos e práticas do desenvolvimento. Têm sido atractivas para alguns na Esquerda que perderam a fé no ‘Socialismo’ como panaceia para os males da pobreza. Aspectos do anti-desenvolvimentismo têm também colhido os favores de alguns cientistas sociais atentos aos problemas de escrever sobre Outras culturas, e de activistas ansiosos de escutar as vozes das populações locais subalternas.” (Corbridge, 1995: 10)

Acresce, contudo, referir que a evolução paradigmática do desenvolvimento não tem ficado alheada das críticas que lhe têm sido formuladas. Essa é a razão, de resto, que explica não só a sua reformulação por incremento em abrangência, mas também a incorporação de aspectos que os anti-desenvolvimentistas esgrimem e que, efectivamente, estavam bastante distantes das elaborações efectuadas até à década de 90 do século passado. Bons exemplos disso é a questão da manutenção da diferença enquanto mais valia fundamental das dinâmicas de progresso e, noutro plano, a centralidade conferida à dimensão ambiental, bem como a emergência da problemática associada ao género. Um eco-feminismo, de que Shiva³⁰ (1989)³¹ foi uma das principais porta vozes na sua associação com o desenvolvimento, identificando o feminismo como ecologia, e a ecologia como o reviver de Prakrti³², a fonte de toda a vida, sendo estes, segundo a autora, os poderes descentralizados da transformação e da reestruturação política e económica.

³⁰ Vandana Shiva – Natural da Índia, é doutorada em filosofia da ciência e é a actual directora da Fundação para a Investigação em Ciência, Tecnologia e Ecologia (Nova Deli).

³¹ Shiva, V. (1989), *Staying Alive: Women, Ecology and Development*, London, Zed Books.

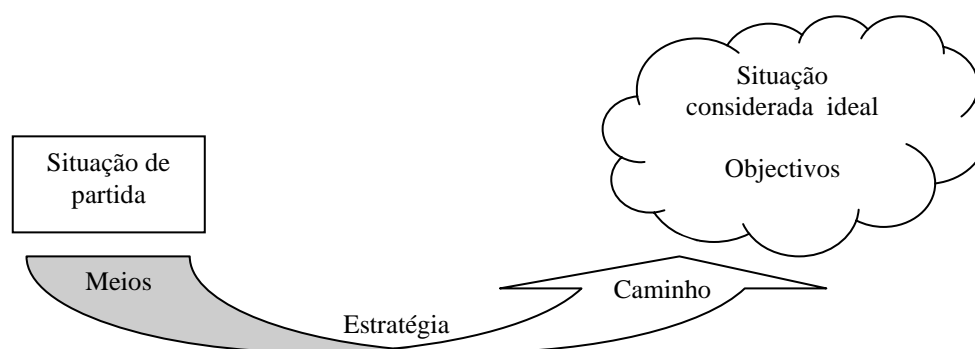
³² Prakrti – palavra em sânscrito que, de acordo com a filosofia Vedanda, significa a matéria prima última do mundo.

Dando seguimento ao quadro evolutivo anteriormente descrito, passaremos, em seguida, a analisar os quatro principais paradigmas de desenvolvimento que se perfilaram, enquanto plataformas científicas e ideológicas, após o segundo quartel do século passado: modernização, dependência, liberalismo económico e desenvolvimento alternativo.

Qualquer uma delas expressa um conjunto de valores e perspectivas que estão necessária e intimamente associados a uma determinada mundivisão ou, talvez mais concretamente, a uma determinada filosofia política. Da mesma forma, qualquer uma delas encerra duas componentes fundamentais:

- a) Uma ideologia de desenvolvimento – os fins;
- b) Uma estratégia de desenvolvimento – os meios para atingir os fins.

Figura 10 – Fins e meios do desenvolvimento



Fonte: elaboração própria.

A teorização do desenvolvimento enquanto processo voluntarista de progressão económica e social é algo relativamente recente. Efectivamente, até meados do século XX não só a sensibilidade perante as disparidades entre regiões, países ou continentes era relativamente limitada, como também explicada através de factores de ordem natural. Ou seja, factores de ordem natural subjaziam a desigualdades económicas e de qualidade de vida que, também, e por decorrência, seriam naturais.

Para este processo de dormência generalizada perante a injustiça social e territorial muito contribuíram as ciências, sobretudo as humanas, com a teorização de um arsenal de argumentos que, em última análise, cumpriam uma função de justificação das desigualdades e de lenitivo das consciências menos empedernidas.

Entre aquelas há que destacar a Geografia Humana, a qual, seja porque foi uma das primeiras que se consolidou e afirmou no domínio das ciências humanas modernas, a Antropogeografia, seja porque era detentora de um âmbito científico particularmente favorável à verificação das disparidades espaciais, foi um dos ramos científicos mais prolixo e convincente na justificação do actualmente injustificável.

Falamos, por exemplo, das teses do determinismo geográfico de Ratzel³³ ou de Ellen Semple³⁴, segundo as quais – e na linha do darwinismo - os indivíduos e as suas formas de organização social (o êxito delas, mais propriamente) seriam um produto do meio físico natural de inserção. Assim, meios favoráveis originariam indivíduos e sociedades de sucesso enquanto meios adversos produziriam exactamente o contrário. No final, as disparidades estavam justificadas e a culpa era, como quase sempre, do termo carente de voz para se defender, o meio: a falta de recursos naturais capitalizáveis, o clima, a orografia, a hidrografia,

Ou, de uma forma mais refinada e actualizada aos alvares do século XX, o possibilismo da escola geográfica francesa, o qual, dando expressão à sua matriz historicista e mais culturalista, introduz um *buffer* entre o ambiente físico-natural e os grupos humanos: a cultura e o engenho conferida por esta para aproveitar, melhor ou pior, aquilo que a natureza dispôs. Em termos práticos, estas teses Vidalianas³⁵ mais não fazem do que partilhar a culpa do insucesso dos lugares, regiões e países: agora já não se trata somente do meio físico-natural, mas também das comunidades que não sabem, ou não têm os géneros de vida adequados, para despoletar o potencial

³³ Friedrich Ratzel (1844-1904) – geógrafo alemão ambientalista e fundador da Geografia Política.

³⁴ Ellen Churchill Semple (1863-1932) – discípula norte americana de Ratzel que interpretou os postulados deste último de forma extremamente radical.

³⁵ Vidal de la Blache (1845-1918) – geógrafo possibilista francês e principal responsável, conjuntamente com Elisée Reclus, pelo desenvolvimento e afirmação da escola geográfica francesa.

dormente – mas ainda assim considerado diferente de território para território – que a providência natural disponibilizou.

Como é evidente, todos estes discursos, e outros semelhantes oriundos de diferentes horizontes científicos, justificaram as desigualdades e desresponsabilizaram os seus diversos responsáveis e indutores, mas, mais do que isso, legitimaram a agressão, a ocupação e a exploração colonial ou, no plano interno dos países, a submissão e o assalto da ruralidade. Justificaram, igualmente, outras formas de “assistencialismo” mitigado que, embora altamente autoritário na imposição de “verdades” exógenas e sendo muitas vezes aríetes de futuras formas mais consistentes e organizadas de levar a “civilização” e o “desenvolvimento” aos locais menos prósperos, detinham, basicamente, a função de prestar assistência às consciências pesadas dos que tinham nas desigualdades uma forma e um meio de vida. O esforço missionário é disso um bom exemplo, exemplo esse que, transmutando-se, ainda vive e está de boa saúde.

Foi, efectivamente, com a segunda guerra mundial e o novo mundo bipolar dela derivada que os estudos sobre o desenvolvimento dos territórios ganharam abrangência e profundidade, tornando-se uma área de pesquisa transversal a muitas ciências e um domínio de aplicação convergente através da afirmação das práticas de planeamento territorial.

As razões deste processo de afirmação prendem-se com as grandes e multivariadas mudanças que todos os grandes conflitos a esta escala e magnitude provocam. Entre outras, sublinhamos:

- a) A devastação causada pela guerra com a conseqüente necessidade de reconstrução material e das estruturas organizacionais de muitas áreas e regiões, nomeadamente através do lançamento de programas específicos de assistência ao desenvolvimento, tal como o plano Marshall para a Europa ou o seu congénere para o Japão.
- b) A rivalidade Este-Oeste decorrente da bipolarização política e económica do mundo do pós-guerra.

- c) O reforço das críticas ao sistema imperialista e colonial com a consequente emergência de fortes sensibilidades independentistas, algumas delas derivadas de promessas efectuadas pelas metrópoles no sentido de estimular a participação no esforço de guerra de territórios colonizados.
- d) A visão optimista de futuro que sempre se segue ao *terminus* de uma conflagração e que, no caso específico em apreço, se traduziu por uma confiança que os problemas de que o mundo padecia, nomeadamente os que mais estreitamente se relacionavam com o desenvolvimento, ou a falta dele, seriam susceptíveis de resolver através de políticas e intervenções sustentadas na racionalidade científica.
- e) A afirmação, no campo da ciência, das ideias defendidas, nos anos 30, pelo Círculo de Viena - o positivismo lógico, como passaria à história dos paradigmas científicos - que se traduziria pelo estabelecimento de ciências muito mais operacionais, seja nos respectivos fins, seja nos seus arsenais analíticos (através da matematização e modelização, por exemplo).

Logo nos anos 50, após um lustro em que houve que ocorrer às “feridas” de guerra mais gravosas, emerge um paradigma de desenvolvimento cujo nome, conferido pelos académicos – modernização - ilustra bem o cerne do seu edifício conceptual.

Existiriam territórios que se encontravam em fases de desenvolvimento diversificado, desde os mais “atrasados” aos mais “avançados”. Os primeiros, eram configurados por formas de estruturação socio-económica tradicionais associadas à ruralidade, à agricultura, aos valores familiares característicos de fases distantes da “transição demográfica”, a estruturas institucionais pouco diferenciadas e arcaicas, a valores caducados e a localismos mais ou menos exóticos (do ponto de vista do analista, obviamente). Os segundos, eram formatados por travejamentos sociais e económicos modernos decorrentes do mundo urbano, de economias propulsadas pela indústria, à família pós “transição demográfica” e seus respectivos códigos relacionais e de conduta, a leques institucionais modernos e diferenciados, a valores de vanguarda e a consciências e mundivisões globalizantes e niveladas.

Por outro lado, era considerado que o caminho do desenvolvimento ou, se quisermos, a via entre o atraso e a modernidade era, independentemente das diferenças entre os países ou as regiões, basicamente o mesmo; mais precisamente, passando pelas mesmas etapas de aproximação ao desenvolvimento. Neste particular, a obra de Rostow³⁶, “Etapas do Crescimento Económico”³⁷, constitui um marco de superlativo relevo ao considerar que o caminho de um território para o desenvolvimento passa obrigatoriamente por cinco estádios: sociedade tradicional, condições preliminares para a descolagem, descolagem, o caminho para a maturidade e a fase de consumo elevado e massificado.

Se juntarmos o que se afirmou nos dois parágrafos anteriores, a conclusão é imediata: para os territórios mais débeis se desenvolverem têm que adoptar valores e práticas miméticas relativamente ao percurso que os mais desenvolvidos já percorreram em momentos anteriores, alguns deles que nos remeteriam para a época da revolução industrial.

Na prática, o que este modelo nos transmite no que diz respeito às condições objectivas e subjectivas do desenvolvimento é a existência de uma contradição insanável entre modernidade e tradição, ou, focando as dinâmicas dos territórios, uma incompatibilidade absoluta entre tradição e desenvolvimento. Como veremos posteriormente noutros capítulos, algo que terá a maior das influências na formatação e desenvolvimento do turismo e do tecido museológico dentro deste contexto paradigmático.

Numa outra perspectiva, a teoria da modernização confere um acento tónico muito acentuado à dimensão económica do desenvolvimento, não esquecendo, contudo, que a viabilização do crescimento económico implica operar noutros domínios, nomeadamente no cultural e no social. Trata-se, portanto, de um modelo operativo em cujas engrenagens a dimensão não estritamente económica está presente, não tanto,

³⁶ Walt Rostow, (1916-2003), economista Americano, grande defensor da iniciativa privada e do sistema capitalista.

³⁷ Rostow, Walt Withman (1960), *The Stages of Economic Growth: a Non Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press.

diga-se em abono da verdade, por razões de justiça ou benevolência societária, mas, sobretudo, por razões de eficácia e eficiência das intervenções e dos investimentos.

Neste sentido, temos um quadro de desenvolvimento socio-económico, em que o primeiro termo viabiliza e acelera o segundo. Este é, de resto, o entendimento de um dos vultos pioneiros deste paradigma, Hoselitz³⁸, o qual, numa das primeiras revistas sobre desenvolvimento surgida em 1952, publica um artigo³⁹ no qual defende que “... o desenvolvimento económico consiste não meramente na mudança de técnicas de produção, mas também, em última análise, na reorientação de normas e valores.”, e, mais à frente, que “... é duvidoso que a transformação de uma sociedade possa ser explicada de uma forma tão simples – (refere-se a grandes transferências anuais de capital para os países do terceiro mundo) - e não há dúvida que a obstinação com que a população se agarra aos valores tradicionais, mesmo em presença de uma rápida mudança tecnológica e organização económica, pode impor obstáculos de proporções formidáveis.

Pode-se questionar se um procedimento mais frutuoso não será a tentativa de alterar primeiro os valores e esperar que isso crie um clima favorável para novas formas e processos económicos.” (Hoselitz, 1952: 8).

Sofrendo igualmente uma forte influência de Keynes⁴⁰, o paradigma da modernização preconizava uma forte intervenção do Estado na produção de desenvolvimento. A ideia seria que, tal como o ilustre economista defendeu na sua obra “General Theory of Employment, Interest and Money”⁴¹, à semelhança das medidas tendentes a combater o desemprego e a recessão – o aumento da despesa pública e a gestão do défice orçamental – também no domínio da promoção de desenvolvimento os governos deteriam um papel fundamental, já que o jogo das forças do mercado seria insuficiente para tal.

³⁸ Bert Hoselitz (1913 -1995), jurista e economista de origem austríaca, residente em Chicago desde 1945, professor da Universidade de Chicago.

³⁹ Hoselitz, Bert F. (1952), “Non Economic Barriers to Economic Development”, in “Journal Economic Development and Cultural Changes”, Nº1, 1952, Chicago, Universidade de Chicago.

⁴⁰ John Maynard Keynes (1883-1946) – economista e financeiro britânico.

⁴¹ Obra de Keynes publicada nos meados da década de 30, em Cambridge, considerado um dos mais influentes trabalhos no domínio da macroeconomia durante o Século XX.

Fazendo jus ao lugar central ocupado pelo crescimento económico neste modelo, a avaliação do desenvolvimento seria efectuada, basicamente, através da análise de indicadores globais de *performance* económica das áreas consideradas. O produto nacional bruto (PNB) e o produto interno bruto *per capita* seriam dois dos mais importantes. Mas, porque as dimensões sociais, como vimos, também foram progressivamente integradas, a grelha de avaliação seria completada com um conjunto de indicadores reveladores do acesso da população a bens e serviços básicos.

No quadro deste panorama teórico, a ciência regional, em expansão e institucionalizada nos anos 50⁴², vai consolidar a teoria da modernização ao conferir-lhe a dimensão espacial de que carecia.

Assim, dando ênfase a aspectos complementares à dimensão económica pura – difusionismo, evolucionismo e realidade sistémica – vão surgir no domínio do desenvolvimento regional duas aplicações e interpretações dos seus princípios: a teoria dos pólos de crescimento de Perroux⁴³ (em 1955) e a da causalidade cumulativa de Myrdal⁴⁴ (em 1957).

Ambas explicam as assimetrias regionais através da crescente e inevitável concentração de riqueza e dinamismo em pontos específicos do espaço devido aos efeitos de espirais de decorrências, positivas ou negativas consoante se considere as áreas em ascensão e afirmação ou as áreas em processo de enfraquecimento. No caso de uma espiral com efeitos centrípetos: crescimento de actividades, reforço do tecido empresarial, aumento do emprego, migrações de população jovem, aumento da procura de bens e serviços, estímulo para as actividades ligadas ao consumo. Nas áreas em perca o processo será inverso.

As duas preconizam medidas tendentes a contrariar os efeitos negativos da concentração: a primeira através de uma intervenção estatal tendo em vista não só

⁴² Vale, Mário (2005), *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional: Programa*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

⁴³ François Perroux (1903-1987), economista francês que desenvolveu e apresentou a ideia dos pólos de desenvolvimento (Note Sur la Notion de Pôle de Croissance, *Economie Appliquée* N°7), a qual seria, mais tarde, desenvolvida espacialmente por Boudeville.

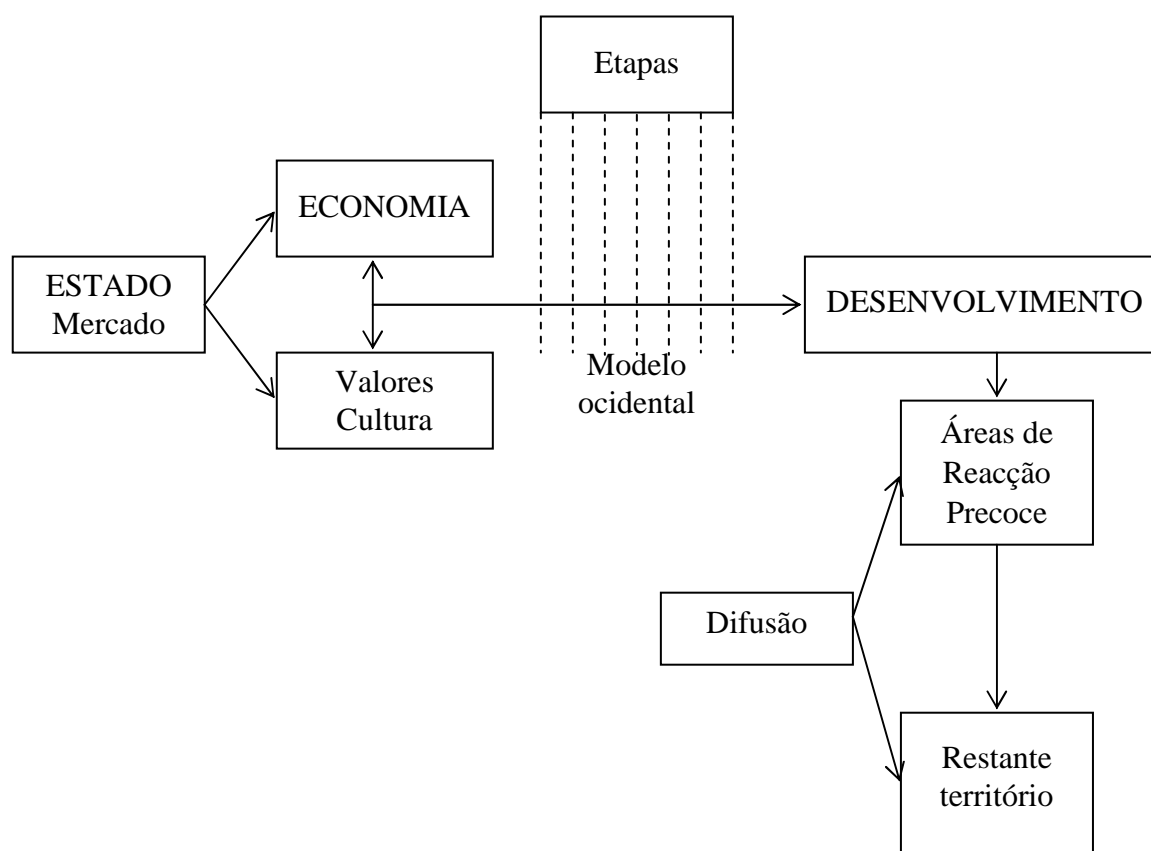
⁴⁴ Gunnar Myrdal (1889-1988), economista e sociólogo sueco.

despoletar efeitos de propagação das áreas centrais, mas também promover o desenvolvimento nas deprimidas; a segunda, através da criação de pólos de desenvolvimento nas áreas menos desenvolvidas, pólos esses que são supostos, por efeito centrífugo, irradiar efeitos de arrastamento relativamente ao restante território problemático.

As críticas ao paradigma da modernização foram numerosas e oriundas de diversos quadrantes. Entre estas sublinhamos:

- a) O caminho unidireccional e a visão determinista do desenvolvimento, perspectiva decorrente da própria matriz genética do paradigma, isto é, a análise dos caminhos percorridos pelos países desenvolvidos do Ocidente após a revolução industrial, os quais, porque efectuados por realidades semelhantes e em contextos aproximados, foram, efectivamente, de banda estreita.
- b) A oposição entre tradição e modernidade, o que, para além de revelar uma parcialidade rígida na qualificação e valoração dos factores em questão, obnubila o facto de que a tradição pode ser um importante elemento capitalizável em termos de processo de desenvolvimento dos territórios, nomeadamente através da sua associação criadora à inovação ou, mais directamente, através do papel que desempenha na diferenciação competitiva dos mesmos.
- c) A defesa de uma abordagem do desenvolvimento de cima para baixo, conferindo um papel bastante passivo aos actores e agentes locais enquanto mentores e promotores do seu próprio desenvolvimento;
- d) O ocidentalismo que está por detrás de todo o seu pensamento – na verdade, simplificando, desenvolvimento era a situação verificada nas áreas urbanas dos países ricos da Europa e América – e respectivos efeitos de exportação de valores e soluções para outros domínios geográficos, algo que, como veremos já de seguida, muitos pensavam e pensam que configuraria um novo Cavalo de Tróia na longa senda da dominação do “Sul” pelo “Norte” ou do Campo pela Cidade.

Figura 11 – Modernização e desenvolvimento



Fonte: elaboração própria.

Com o avanço da década de cinquenta e o fluir dos anos 60, começou a tornar-se evidente aos olhos dos mais atentos dos países desenvolvidos - e de todos os que, nos territórios deprimidos”, vivenciavam, no quotidiano, as dinâmicas sociais e económicas em que se inseriam – que o optimismo que fundamentava a teoria da modernização estava longe de ser justificável.

Na verdade, não só as disparidades entre promotores e promovidos no domínio do desenvolvimento não se esbatiam, como, mais impressionante e perturbador, apresentavam tendências crescentes, mesmo considerando os países que, por essa

altura, já se tinham conseguido libertar das teias relacionais inerentes ao imperialismo e colonialismo formais.

Porque a realidade não se ajustava ao modelo teórico de efeitos que a teoria da modernização supunha, não é de estranhar que se avolumassem as críticas e que, por outro lado, alternativas se fossem buscando e consolidando.

Concomitantemente, a roda do tempo não parou noutros domínios da realidade, material e imaterial, mundial: em 1949 efectua-se, em Montevideo, a terceira conferência da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), onde a teoria da industrialização por substituição de importações é, pela primeira vez, apresentada de forma estruturada; em Cuba, no início de 1959, ocorre o desfecho da revolução iniciada, três anos antes, por um grupo de 82 “náufragos” chegados às costas da província de “Oriente” no Granma; entre 1952 e 1964 surgem publicadas as três obras mais importantes de Frantz Fanon⁴⁵ – “Pele Negra, Máscaras Brancas”, “Os Malditos da Terra” e “Pela Revolução Africana” - nas quais a questão do desenvolvimento é criticada e discutida dentro do quadro da “negritude”; em 1964, sai à rua a obra de Marcuse⁴⁶, “One Dimensional Man”, onde, na linha da escola de Frankfurt, são efectuadas críticas ao marxismo tradicional que abrirão caminho, conjuntamente com outros contributos, àquilo que se convencionou denominar de neo-marxismo.

É, neste quadro - susceptível de ser muitíssimo engrossado – que entendemos enquadrar a busca das raízes e soluções, então efectuada, para as insuficiências e efeitos perversos do modelo de desenvolvimento anteriormente exposto.

Entre muitas contribuições mais ou menos convergentes, podemos salientar dois grandes caminhos que, de certa forma, aglutinam e ilustram bem o espectro do que ficou conhecido como teoria da dependência ou, paradigma de desenvolvimento da dependência (mais propriamente, contra esta). De resto, apesar dos esforços para

⁴⁵ Franz Fanon (1925-1961), médico nascido na Martinica que se radicou, após a independência, na Argélia. As suas obras influenciaram profundamente os movimentos nacionalistas africanos.

⁴⁶ Herbert Marcuse (1898-1979), sociólogo alemão radicado nos Estados Unidos após o advento do Nacional Socialismo. Associou o *status* e o poder à filosofia marxista tradicional e estabeleceu fortes críticas ao materialismo dialéctico e ao modelo soviético de socialismo.

encontrar máximos denominadores comuns, melhor lhe assentaria a designação de movimento, dando ênfase à sua pluralidade de conteúdos.

- a) A perspectiva latino-americana – centrada na análise dos elementos externos aos territórios, nomeadamente no que diz respeito ao grau de abertura das economias e à estrutura das respectivas trocas comerciais. Isto quer dizer que a raiz dos males de que padecem as regiões e os países menos desenvolvidos não se deve procurar, *à priori*, nas suas estruturas económicas e sociais, mas sim na forma como esses territórios se integram na teia das trocas mundiais. Esta interpretação, escorada nos trabalhos de Prebisch⁴⁷ e Singer⁴⁸ e desenvolvida, posteriormente, por Fernando Henriques Cardoso⁴⁹, entre outros, repousa afinal na desigualdade dos termos de trocas internacionais entre os produtos manufacturados (onerosos e provenientes do Norte) e os produtos primários (baratos e provenientes do Sul). Desta forma, um mercado aberto e estruturalmente assimétrico, produziria, inevitavelmente, a extracção de riqueza dos territórios menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, alimentando, assim, o espectro das disparidades mundiais e regionais e que, pelas necessidades de aprovisionamento em bens manufacturados e liquidez em divisas, desembocaria numa espiral autopropulsionada de pauperização das periferias.
- b) A perspectiva neo-marxista - ligada à interpretação da natureza intrínseca do capitalismo, acentua que, tal como os pobres são fundamentais para a viabilização da riqueza, da mesma forma o subdesenvolvimento é uma consequência inevitável do desenvolvimento. Um e outro são os dois pilares em que o capitalismo mundial assenta a sua viabilidade e manutenção – a

⁴⁷ Raúl Prebisch (1901-1986), economista argentino e o mais destacado e precoce crítico à modernização.

⁴⁸ Hans Singer (1910-2006), economista e contribuidor para a formulação daquilo que viria a ser chamado como as “Teses Prebisch-Singer” apresentadas em 1950.

⁴⁹ Fernando Henriques Cardoso (1931-), sociólogo brasileiro e teórico do desenvolvimento. A sua obra principal é “Dependência e Desenvolvimento na América latina”, a qual publicou, conjuntamente com Enzo Faletto, em 1969.

extracção de mais valias. Isto quer dizer que, como defende Gunder Frank⁵⁰, “o subdesenvolvimento foi e ainda é gerado pelo mesmo processo histórico que também gerou o desenvolvimento económico: o desenvolvimento do próprio capitalismo” (Frank, 1966⁵¹: 5), ou seja, que o aprofundamento e o aperfeiçoamento do sistema capitalista nos Centros, conduzirá, independentemente das transferências financeiras a título de ajuda ou de investimentos externos no quadro de deslocalizações, à reprodução e agravamento das condições de subdesenvolvimento (Samir Amin⁵², 1976⁵³). Neste processo, o Centro contará com um aliado fundamental nas periferias, aliado esse que permitirá, em condições normais, assegurar as condições políticas e a paz social necessárias ao bom funcionamento da drenagem das periferias pelos centros - as elites locais, muitas das vezes estabelecidas dentro do quadro da ascensão dentro da pirâmide dos poderes da época colonial (pirâmide à qual foi retirado o nível de topo, os colonos e respectiva administração), outras, mais impactantes, pelo alcandoramento de uma pseudo-burguesia “anti”colonial. Em resumo, a ideia seria a de uma realidade, ao nível mundial e no plano interno aos países, caracterizada por um dualismo em que ambos os termos – riqueza e deprivação – eram indispensáveis para a equação do capital e sua organização política, económica, social e territorial.

Embora distintas, estas duas correntes críticas do modelo da modernização, críticas essas que, gostaríamos de referir, podem ser estendidas em formulações aproximadas ao binómio urbano-rural, as soluções concretas que preconizavam no sentido da promoção do desenvolvimento não eram totalmente diferentes, distinguindo-se, em última análise, pelo alcance e radicalismo do corte preconizado com o sistema capitalista mundial.

⁵⁰ André Gunder Frank (1910-2006), economista e sociólogo alemão, residente na América Latina desde 1962 a título de professor e consultor do governo chileno de “Unidade Popular” de Salvador Allende.

⁵¹ Frank, G. (1966), The Development or Underdevelopment, *Monthly Review*, September 1966.

⁵² Samir Amin (1931-), Politólogo e economista egípcio, desempenhou um papel de grande relevância na denúncia da exploração dos países do terceiro mundo por parte do “Centro” desenvolvido.

⁵³ Amin, Samir (1976), *Imperialism and Inequal Development*, Hassocks, Harvester.

No primeiro caso, através do estabelecimento de um nacionalismo – ou regionalismo – económico, o qual, através da expansão da base industrial beneficiando de fortes investimentos das administrações públicas, permitisse reduzir as importações por substituição, e, desta forma, contribuir para um novo e mais favorável posicionamento dos territórios menos desenvolvidos no quadro das relações comerciais Centros-Periferias.

No segundo caso, embora o pacote de soluções fosse de banda mais larga do que o primeiro, a substituição das importações não era visto como panaceia suficiente, sendo este um dado secundário de uma resolução mais radical: “arrastar” as populações, incluindo as burguesias locais, para um novo campo da produção social e espacial – o socialismo - através do estímulo de processos revolucionários. Desta forma, este leque de soluções tinha um alcance mais profundo, uma vez que não se limitava a propugnar a alteração da relação de forças Norte/Sul no quadro do sistema de trocas global capitalista, mas a aproximação deste último a um novo quadro relacional, o do bloco socialista (ou dos blocos socialistas, após o vigésimo congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e a consequente deriva da China Popular de Mao Zedong⁵⁴ e da Albânia de Enver Hoxha⁵⁵, ou após o tímido alastramento de outras vias, como a de Tito⁵⁶ na Jugoslávia e a de Fidel Castro⁵⁷ em Cuba).

No domínio do desenvolvimento regional, a grande contribuição da perspectiva da dependência traduz-se na incorporação do modelo Centro-Periferia enquanto ferramenta analítica. É nesse sentido que se expressa Vale (2005: 56) quando refere

⁵⁴ Mao Zedong (1893-1976) – Principal teórico marxista chinês. Presidente do Partido Comunista Chinês até à sua morte. Em 1963 protagonizou um corte, pela esquerda, com alinha do Partido Comunista da União Soviética.

⁵⁵ Enver Hoxha (1908-1985) – Secretário geral do Partido do Trabalho da Albânia e ardente crítico do comunismo reformista.

⁵⁶ Josip Broz Tito (1892-1980) – Secretário geral da Liga dos Comunistas da Jugoslávia. Primeiro na desafio ao modelo soviético e defensor das vias alternativas para o socialismo. Figura cimeira do movimento dos países não alinhados.

⁵⁷ Fidel Castro Ruz (1926 -) – Presidente do Concelho de Estado e do Concelho de Ministros da República de Cuba. Cabeça do Partido Comunista de Cuba e símbolo da revolução na América Latina.

“Os contributos de Friedmann⁵⁸, em 1966⁵⁹ e 1972, para a formulação da Teoria Centro Periferia e as preocupações com a estrutura hierarquizada dos espaços económicos.”.

As críticas efectuadas à perspectiva da dependência foram numerosas e estruturadas consoante o registo mais ou menos radical, leia-se, mais ou menos marxista. No caso presente, vamos reter dois aspectos fundamentais, os meios e os resultados:

- a) No que se liga com os meios, excepção feita à via “latino-americana”, os desenvolvimentos efectuados debaixo do tecto da dependência passaram, sobretudo, por críticas à modernização e enunciados vagos de intenções. Na verdade, quando se tenta a operacionalização da concepção marxista da dependência surgem os mesmos problemas com que os revolucionários, em geral, dos séculos XIX e XX se depararam – Que fazer? Fazer a revolução? Como? Tomar o poder através de eleições? Efectuar nacionalizações dos meios de produção? Em que contexto dos processos? Qual o sistema de aliados internos e externos?
- b) No que se reporta aos resultados obtidos, a realidade encarrega-se de nos elucidar, pelo menos no que diz respeito à escala mundial. Nos países da América Latina em que a solução da substituição de importações foi adoptada como fundamento das suas políticas desenvolvimentistas, a eficácia do capitalismo encarregou-se de ilustrar a falência da solução. A dependência foi transferida do sistema de trocas mundiais para o sistema financeiro global. É que o processo de industrialização acelerado e com forte ajuda pública é especialmente oneroso, levando à falta de capitais disponíveis internamente, à contracção de vultuosos empréstimos externos, os quais implicam a abertura de uma “Caixa de Pandora” no domínio das finanças públicas. Veja-se o caso do Brasil e os efeitos que o pagamento do serviço da dívida externa tem representado ao longo das últimas décadas. No caso das soluções mais radicais

⁵⁸ John Friedmann (1926 -) – Especialista em planeamento e desenvolvimento regional, de origem austríaca.

⁵⁹ Friedmann, J (1966), *Regional Development Policy: a Case Study of Venezuela*, Cambridge (Mass.) e Londres, MIT Press.

de inspiração marxista, por outras razões - agora acrescidas num mundo monopolar -, processos acentuados de nacionalizações ou de deriva para soluções fora do sistema capitalista implicam o antagonismo dos grandes centros de poder mundial, com todos os escolhos e antagonismos que isso significa. O caso do Chile, de Salvador Allende⁶⁰, é um bom exemplo do que se acabou de afirmar, ou, anteriormente, da Guatemala de Jacobo Arbenz⁶¹, ou de Granada. Com algum humor e através de um inglês um pouco periclitante, um aluno da Universidade de Oslo, num trabalho escolar, resumiu assim o “problema”:, “Comparing the two versions of dependency theory as two possible theories and strategies one might base a countries policy on, one seems to be caught up in a dilemma. If one chooses structural dependency theory, one has a good chance of going bankrupt, and income differences grow immensely. And if one chooses to use a strategy built on a radical dependency theory and starts nationalizing foreign investments, one has a good chance of being bombed by Western countries.” (SGO2500: 7)⁶².

É interessante, igualmente, sublinhar que, sob a aparência de estarmos perante uma ideia de desenvolvimento totalmente diferente da que se denominou de modernização, muitos dos postulados de ambas são semelhantes, não estando, portanto, perante uma ruptura epistemológica total. Falamos da industrialização como forma fundamental de motorização do desenvolvimento, das transformações sociais e culturais como forma de potenciar e viabilizar as dinâmicas de progresso, a direcção prevalente *top-down*, a forte intervenção pública, entre outros aspectos. No fundo, se nos é permitido algum

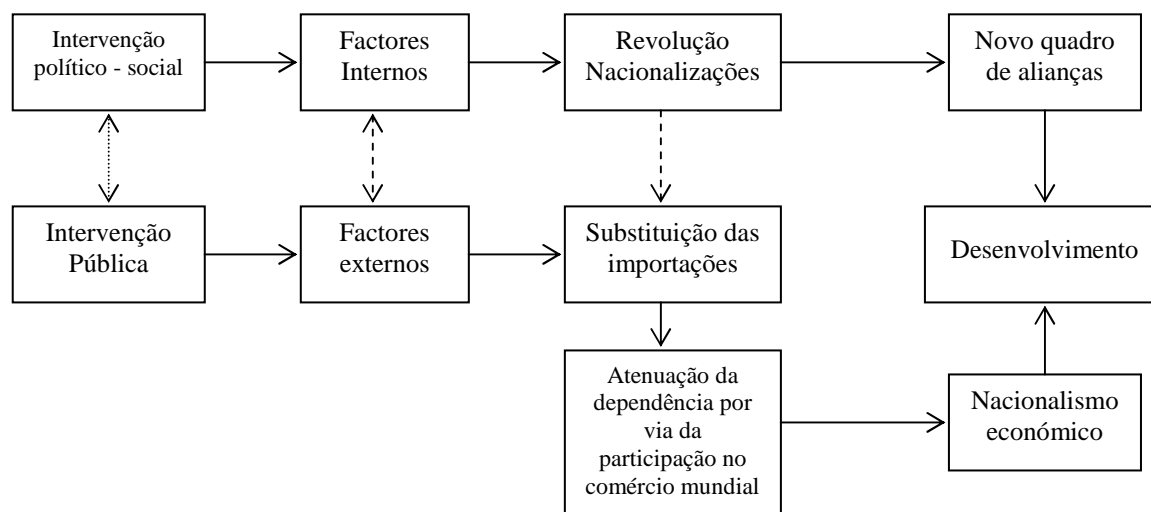
⁶⁰ Salvador Allende Gossens (1908-1973) – Médico chileno, fundador do Partido Socialista do Chile e candidato, em 1970 do movimento “Unidade Popular” à presidência do seu país. Uma vez eleito iniciou um conjunto de reformas, entre as quais avulta a nacionalização da indústria do cobre. Assassinado em 1973 durante o golpe militar apoiado pelos Estados Unidos da América e liderado pelo General Pinochet, então comandante em chefe das forças armadas (nomeado 18 dias antes do golpe militar).

⁶¹ Jacobo Arbenz Guzmán (1917-1971), presidente da Guatemala que tentou nacionalizar as terras pertencentes à United Fruit. Foi obrigado a resignar, devido à pressão externa e à ameaça de invasão, a 26 de Junho de 1954.

⁶² SGO2500: Dependency Theory, November 19, 2004 (folk.uio.no/johannwi/homework/SGO/SGO2500.pdf)

exagero, uma modernização em contextos diversos, com outros actores e, nalguns casos, outros destinatários.

Figura 12 – Dependência e desenvolvimento



Fonte: elaboração própria.

No início dos anos 70, declara-se, sobretudo no campo capitalista, uma crise económica normalmente associada à subida do preço do petróleo no mercado mundial decorrente das retaliações dos países árabes pertencentes à OPEP no seguimento do apoio dos Estados Unidos da América a Israel aquando da guerra do Yom Kippur⁶³. Esta, para além dos efeitos directos no sistema económico – queda das taxas de lucro, diminuição do investimento público e privado, redução da produção, aumento do desemprego, incremento do descontentamento e da agitação social - vai originar o repensar do sistema capitalista mundial e a sua consequente redefinição.

No essencial, as teses de Keynes (ou as interpretações correntes destas teses) relativas ao papel das entidades públicas na reprodução do sistema capitalista e na produção do

⁶³ Guerra que se desenrolou entre a Síria e o Egipto de um lado e Israel de outro. Ocorreu entre 6 de Outubro e 22 de Outubro de 1973.

desenvolvimento económico foram progressivamente – ao longo dos diversos períodos em que a referida crise pode ser desdobrada – entrando em descrédito.

Este particular – o papel do Estado na economia – vai ter repercussões importantes em domínios distintos, mas paralelos e complementares. Entre estes, pela sua ligação com o desenvolvimento, destacamos a dimensão política e a operacional:

- a) A primeira, traduz-se na emergência da nova direita liberal num conjunto de países ocidentais com forte significado na estruturação do sistema mundo e das suas geometrias de poderes, Margaret Thatcher⁶⁴, em 1979, Ronald Reagan⁶⁵, em 1980 e Helmut Kohl⁶⁶, em 1982, só para citar alguns.
- b) A segunda – a operacional – através do repegar do “grande debate” sobre os méritos e deméritos do planeamento enquanto forma de aplicação estruturada dos princípios teóricos do desenvolvimento nos territórios, debate esse que, tendo tido o seu pico nas décadas de 30 e 40, se supunha ultrapassado após a segunda guerra mundial (Campbell e Feinstein, 1996)⁶⁷. Este debate vai-se esgrimir em vários campos e, desde logo, no económico tendo por base a suficiência - ou insuficiência - do mercado para proceder à conjugação dos interesses privados com o interesse público, para proceder à distribuição dos recursos dentro de padrões socialmente aceitáveis, para compatibilizar os padrões não apropriáveis de consumo dos bens públicos com a necessidade da sua produção e para a regulação, em termos justos, das externalidades associadas aos custos sociais não incorporados nos custos de produção.

⁶⁴ Margaret Thatcher (1925-) – Química britânica e líder do Partido Conservador. Ocupou o cargo de primeiro ministro de 1979 a 1990, desenvolvendo uma política de redução da intervenção do Estado na economia e na sociedade.

⁶⁵ Ronald Wilson Reagan (1911-2004) – Actor norte americano eleito presidente do seu país em 1980. Desenvolveu uma política de forte redução da carga tributária sobre as empresas e a riqueza, bem como de significativos cortes nos programas de natureza social.

⁶⁶ Helmut Kohl (1930-) – Chanceler da República Federal Alemã de 1982 a 1990 e da Alemanha de 1990 a 1998.

⁶⁷ Campbell S. e Feinstein S. (ed.) (1996), *Readings in Planning Theory*, Cambridge, Blackwell Publishers.

O modelo de desenvolvimento neo-liberal vai assentar na perspectiva económica neo-clássica, sobretudo nas obras de Adam Smith⁶⁸, David Ricardo⁶⁹ e os utilitaristas⁷⁰ Stuart Mill⁷¹ e Jeremy Bentham⁷², todos eles grandes expoentes da teoria económica do século XIX.

Do primeiro é de referir a defesa da interferência mínima dos governos, expressa sobretudo na sua obra “A riqueza das Nações”, ou seja, de um Estado árbitro, com funções limitadas e circunscritas à esfera de velar pelo bom funcionamento das leis do mercado, nomeadamente através do controlo dos efeitos enviesantes dos monopólios.

Do segundo, a teoria das vantagens comparativas, segundo a qual, por razões que se prendem com o quadro natural, a estrutura económica, a localização e o factor trabalho, assistir-se-ia à composição de preços diferentes nos diversos territórios para os mesmos produtos, facto que daria origem à criação de vantagens comparativas naqueles cujos custos de oportunidade fossem mais favoráveis. Dentro desta perspectiva, todos os países e regiões ficariam a ganhar com a especialização produtiva e com a máxima abertura dos sistemas comerciais internacional e intranacional.

Neste quadro de influências, a perspectiva de desenvolvimento neo-liberal vai conferir um acento tónico muito forte à dimensão económica do desenvolvimento: a abertura dos países ao mercado mundial, a atracção de investimentos externos, a redução das intervenções públicas e o decréscimo da carga fiscal sobre as empresas e as mais valias em geral. Ou seja, o centro de gravidade da génese dos problemas do desenvolvimento é transferido do plano das relações externas dos países e das regiões para o plano interno da estruturação das economias e das políticas económicas, muito

⁶⁸ Adam Smith (1723-1790) – Economista e filósofo escocês.

⁶⁹ David Ricardo (1772-1823) – Economista inglês cuja obra mais famosa foi publicada em 1817, “Princípios de Economia Política e taxas”.

⁷⁰ Utilitarismo – filosofia segundo a qual a diferenciação entre uma boa acção ou uma má deverá ser efectuada pelos resultados que produz, a felicidade ou o seu inverso.

⁷¹ John Stuart Mill (1806-1873) – economista inglês, autor de “Princípios de Economia Política” (1948).

⁷² Jeremy Bentham (1748-1832) – Filósofo e economista inglês, precursor e figura máxima do utilitarismo.

em particular para tudo o que dificulta e perturba o funcionamento das dinâmicas “naturais” decorrentes do “jogo” do mercado.

Deepak Lal⁷³, uma das figuras importantes desta concepção de desenvolvimento, aponta: “Da experiência de um grande número de países em vias de desenvolvimento no período do pós-guerra, será um julgamento profissional justo dizer que a maioria das mais sérias distorções são devidas não às inerentes imperfeições dos mecanismos do mercado, mas às intervenções irracionais dos governos, das quais o controle das trocas externas, o licenciamento industrial, diversas formas de controlo dos preços e meios inflacionários de financiamento do défices fiscais são as mais importantes. Na busca de superar as imperfeições de uma economia de mercado, o *dirigismo* (...) levou a distorções politicamente induzidas que são mais sérias do que (...) as supostas distorções da economia de mercado que era suposto curar.” (in Corbridge, 1995: 63).

Assim, não é de estranhar o incremento rápido do papel protagonizado pelas agências e organismos internacionais no desenvolvimento. Estas, a troco da viabilização de vultuosos empréstimos de que, em boa parte dos casos, os territórios menos desenvolvidos necessitam - ou, noutros casos, os fazem crer que necessitam - não só vão conseguir impor as soluções neo-liberais, como, com o devir do tempo, fazê-las passar como verdades absolutas para as quais não existem alternativas credíveis e viáveis. Falamos, por exemplo, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Estes organismos vão conceber e financiar um conjunto de programas de empréstimos para os ajustamentos estruturais, os quais contemplam um vasto espectro de ajudas às mudanças políticas e económicas dos territórios receptores, nomeadamente no que diz respeito à eliminação de barreiras ao exterior, ao desmantelamento de instituições internas de intervenção na economia e à promoção do equilíbrio orçamental das finanças públicas. Assim, termos como privatizações das empresas estatais, diminuição dos serviços públicos, cortes orçamentais nos domínios sociais, desvalorização da moeda, redução da inflação, captação de investimento externo,

⁷³ Deepak Kumar Lal (1940-) – Economista britânico de origem indiana. Especialista em economia do desenvolvimento.

promoção das exportações, luta contra o despesismo do Estado, ajudas ao investimento produtivo, e muitos outros dentro do mesmo plano ideológico, vão-se tornar omnipresentes no discurso quotidiano das áreas deprimidas e significar, para muitos, o calvário que os conduzirá, a prazo, ao “Sétimo Céu” do desenvolvimento.

No campo dos estudos ligados ao desenvolvimento regional, a emergência das concepções neo-clássicas e neo-liberais originou um declínio acentuado: por um lado, verificou-se um desinvestimento por parte dos governos na promoção activa da convergência entre regiões (supondo-se que, a termo, o próprio processo de abertura e integração territorial produziria mecanismos de equilíbrio das disparidades) e, por outro, a avaliação das políticas e intervenções anteriores no domínio do desenvolvimento regional também não era totalmente satisfatória: as práticas associadas aos pólos de desenvolvimento mostraram que a dimensão centrífuga que elas muitas vezes supunham, pura e simplesmente, era suplantada pela centrípeta; as práticas de descentralização activa produziram resultados bastante limitados e os investimentos em infra-estruturas e no estímulo às relocalizações não tiveram desempenhos mais brilhantes (Polèse, sem data⁷⁴).

Globalmente, podemos constatar que a grande aportação das perspectivas neo-liberais para o domínio dos modelos de desenvolvimento regional é a ideia de equilíbrio por decorrência do próprio funcionamento do sistema propulsor do desenvolvimento económico. Esta “fé” no equilíbrio “natural” – logo dispensando políticas e intervenções específicas para obter convergências entre as regiões – foi apoiada através de mecanismos/sistemas de “vasos comunicantes” diferentes: seja porque os fluxos de capital das regiões mais desenvolvidas para as menos e de força de trabalho das menos para as mais levará ao equilíbrio (remunerações do capital mais altas nas áreas menos desenvolvidas – logo, continuidade na alimentação dos fluxos financeiros - acompanhadas de aumento dos salários devido à emigração); seja através da especialização e do comércio – regiões especializadas em actividades intensivas em

⁷⁴ Polèse, Mário (s.d.), From regional Development to Local Development: on the Life, Death and Rebirth (?) of Regional Science as a Policy Relevant Science, Universidade de Montreal.

recursos de que dispõem em abundância, com o aumento da procura, incrementarão, comparativamente às restantes, os seus rendimentos.

As críticas ao paradigma do modelo de desenvolvimento neo-liberal, foram – e são – bastante diversas. Entre outras, relevamos:

- a) O facto de serem uma expressão da mundivisão capitalista ocidental e, mesmo, de representarem formas de estreitamento dos laços de dependência dos territórios mais pobres relativamente aos mais ricos, dependência essa tanto de natureza económica e material, como nos domínios dos modelos de organização social e de produção de valores. Neste particular, é interessante reproduzir duas citações de dois presidentes dos Estados Unidos da América, um do partido democrata e outro do republicano, mas ambos “estranhamente” convergentes, pese o enquadramento ideológico em matéria de desenvolvimento, nos objectivos das suas políticas de ajudas externas – i) “A ajuda externa é um método por meio do qual os Estados Unidos mantêm uma posição de influência e de controle sobre o mundo inteiro (...)”. John F. Kennedy⁷⁵, 1962 (in Hegoa – Mugarik⁷⁶, 1996: 133); ii) “O FMI é na sua essência uma instituição apolítica (...) mas isso não quer dizer que não esteja ao serviço dos interesses e da segurança dos Estados Unidos.”, Ronald Reagan, 1979 (Hegoa – Mugarik, 1996: 131).
- b) O facto de ser constituído por estratégias com um profundo impacto negativo no domínio da qualidade de vida das populações mais vulneráveis dos territórios de aplicação, ao mesmo tempo que contribui para o enriquecimento das classes mais abastadas e com ligações privilegiadas aos recursos e aos canais comerciais com o exterior. Na prática, amplos sectores das populações dos espaços atingidos pelas medidas contidas nos pacotes de ajustamento estrutural, resvalam para situações de pauperização insuportáveis, com especial destaque para as mulheres, os idosos fora do sistema de emprego e os

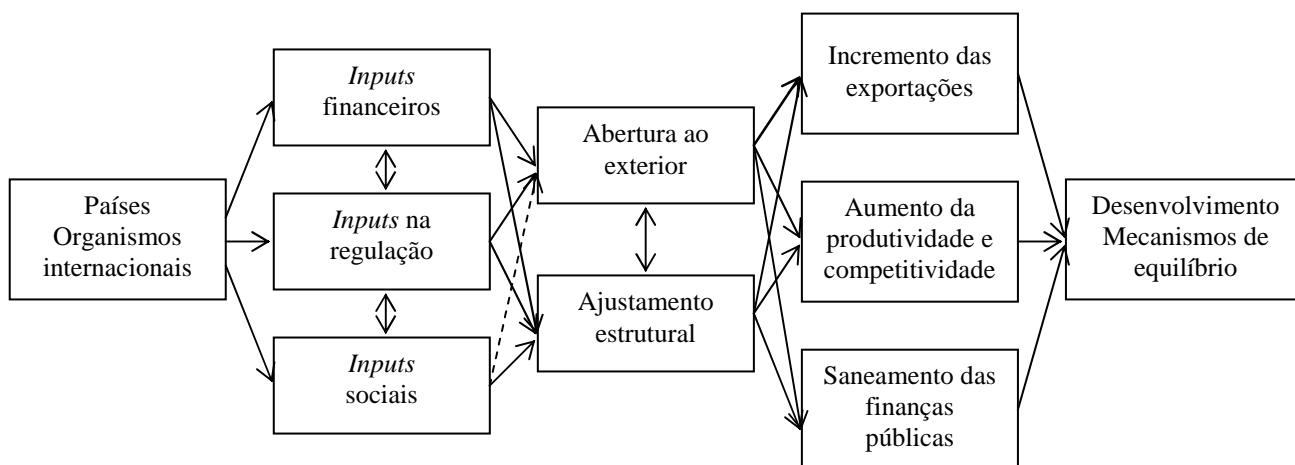
⁷⁵ John Fitzgerald Kennedy /1917-1963) – Presidente democrata dos EUA de 1961 até à data do seu assassinato, em 1963.

⁷⁶ Hegoa e Mugarik Gabe Nafarroa (1996), *Bajo el Mismo Tetcho*, Bilbo e Iruña, Instituto de Estudios Economicos sobre el Desarrollo (Universidad del Pais Vasco) e ONG Mugarik (Navarra).

jovens. “Um caso exemplar teve lugar em Janeiro de 1983, quando o governo dominicano assinou com o FMI um acordo pelo qual recebeu um empréstimo de 400 milhões de dólares. Em troca foi exigido aumentar até 200% os preços de todos os produtos destinados a satisfazer as necessidades básicas, incluindo o pão. Os protestos foram reprimidos com dureza durante três dias, com um saldo de mais de uma centena de mortos.” (Hegoa-Mugarik, 1996: 131).

- c) O facto de perspectivar o desenvolvimento desligado das dimensões da liberdade e da democracia (curiosamente palavras omnipresentes no cenário discursivo oficial), o que tem resultado num fortalecimento dos poderes das elites locais e, nalguns casos, na sua tradução política através de regimes de democracia musculada. “A ideia de que o ‘livre mercado’ é sinónimo de democracia ganhou terreno, mas na realidade é também um elemento político de concentração da riqueza e do poder e, em consequência, muito pouco democrática.” (Hegoa-Mugarik, 1996, Pág. 118).

Figura 13 – Neo-liberalismo e desenvolvimento



Fonte: elaboração própria.

Decorrente das insatisfações e críticas efectuadas aos paradigmas de desenvolvimento atrás expostos, a partir do início da década de 80 – e, mesmo, nalguns aspectos, de

meados da década de 70 – começa a emergir uma nova forma de encarar o desenvolvimento.

Trata-se de uma nova construção teórico-metodológica de largo espectro, cujas raízes mergulham em insuficiências detectadas, transversalmente, a todas as ideias e práticas anteriores e que, por justaposição e convergência, vão dar origem àquilo que se convencionou denominar de paradigma de desenvolvimento alternativo.

Alternativo, porque compreende novas sendas para produzir o bem-estar; alternativo, porque aponta, sobretudo, para a criação e gestão territorial à luz de valores éticos diferentes. Na verdade, em contraste com o pensamento dominante, segundo o qual não há alternativas, vem crescendo o número dos que desenvolvem formas de solidariedade, movimentos sociais e políticos que desenham propostas alternativas, redes de grupos e de organizações que tratam de por em questão o modelo vigente e avançar para outro tipo desenvolvimento, não somente do ponto de vista económico, mas também social e cultural. Pessoas, vontades e organizações que mostram que essa mudança é possível, se se quiser fazê-la possível.” (Hegoa-Mugarik, 1996).

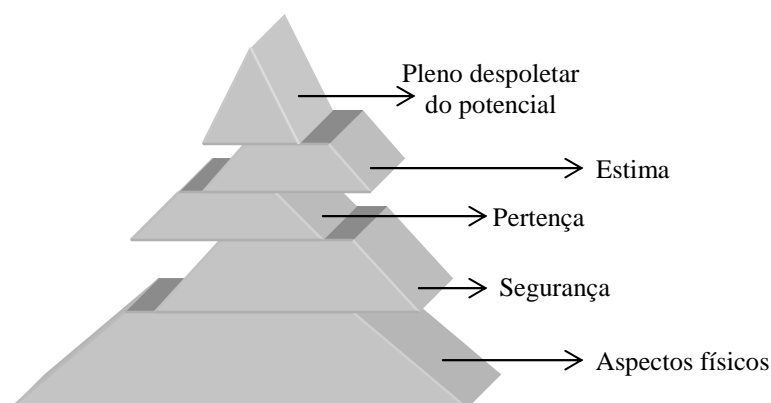
Em termos sintéticos, o campo ideológico da perspectiva do desenvolvimento alternativo é polarizado por quatro preocupações principais: prioridade do processo assente na satisfação das necessidades básicas das populações; participação activa dos alvos do desenvolvimento no processo; promoção da equidade e inclusão dos grupos mais vulneráveis como actores; compromisso com as gerações futuras. Analisaremos, agora, cada uma delas com mais detalhe.

Desde logo, o processo de desenvolvimento não pode, sob pena da sua utilidade ser posta em causa pelos destinatários do mesmo, significar um calvário para as populações mais carentes. Isto quer dizer que, contrariamente às teses neo-liberais nesta matéria, não pode ficar indiferente aos problemas imediatos, muitas das vezes colocados no plano da subsistência, que afligem os territórios menos desenvolvidos: mortalidade infantil, acesso à saúde e à educação, desemprego crónico, iliteracia, falta de acesso a meios contraceptivos, entre outros e numerosos aspectos.

Assim sendo, por questões de ética, mas também porque dificilmente sociedades enfraquecidas física e psiquicamente, a braços com a procura diária dos meios indispensáveis à sua sobrevivência e com a desesperança dos horizontes cerrados que as rodeiam, podem deter o vigor e a centelha de inconformismo de que qualquer processo de dinâmica social necessita e de que se alimenta. Há que não descurar - e dar toda a prioridade - à resolução destes aspectos que constituem o grau zero do desenvolvimento.

Na verdade, sobre este aspecto já Abraham Maslow⁷⁷ se tinha pronunciado quando apontou que as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes de outras, hierarquicamente superiores na sua pirâmide (Pirâmide de Maslow – fisiologia, segurança, amor/relacionamento, estima, realização pessoal).

Figura 14 – Etapas no despoletar do potencial de desenvolvimento



Fonte: adaptação da pirâmide de Abraham Maslow.

Directamente ligada com a robustez das populações alvo de processos de desenvolvimento, está a sua capacidade para protagonizar esses mesmos processos. Se analisarmos retrospectivamente o desenrolar de ideias e perspectivas que sobre esta matéria se foram consolidando ao longo do tempo, de imediato constataremos que,

⁷⁷ Abraham Maslow (1908-1970), psicólogo americano que se debruçou sobre o tema das motivações humanas e cujo contributo científico mais conhecido foi a sua teoria sobre as necessidades humanas, enunciada nos anos 60 do século passado (Teoria de Maslow) na obra “Motivation and Personality”.

mais ou menos explicitamente, subjaz a noção de que as dinâmicas de desenvolvimento se originam de dentro para fora e de cima para baixo, ou seja, dentro de um quadro em que é assumida uma participação pouco activa e relevante dos locais (entendido este último termo no duplo sentido de escala e de populações).

Não se nega, obviamente, a importância dos estímulos e ajudas ao desenvolvimento de génese endógena, da mesma forma que não se pode esquecer a importância que os níveis nacionais ou regionais – ou mesmo internacionais - podem desempenhar ao proporcionar condições favoráveis de enquadramento, nomeadamente através de processos de descentralização ou de delegação de competências.

Trata-se, sobretudo, de ter presente a necessidade de dar a palavra aos principais interessados no processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, àqueles que melhor conhecem as condições objectivas de suporte ao mesmo processo. Trata-se, ainda, de criar as condições para que o termo “dar a palavra” não seja uma “figura de estilo e de moda”, mas sim um exercício efectivo de participação na busca das soluções e o controle nas tomadas de decisão.

Um modelo de base local como este, com o acento tónico em dinâmicas de baixo para cima, pressupõe, em síntese, duas condições fundamentais:

- a) Uma óptica desenvolvimentista que, em termos conceptuais e metodológicos, crie espaço para tal.
- b) Locais e populações capacitados, ou seja, com condições para o exercício das responsabilidades e competências que lhes correspondem.

Assim, segundo Pretty⁷⁸ (1994)⁷⁹, o desenvolvimento, para ser efectivo e sustentável, implicará, pelo menos, uma participação funcional das populações, ou seja, a formação de grupos por parte da população no sentido de definir os objectivos dos processos de desenvolvimento.

⁷⁸ Jules Pretty, professor de Ambiente e Sociedade da Universidade do Essex.

⁷⁹ Pretty, J. (1994), *Alternative Systems of Inquiry for a Sustainable Agriculture*, Institute of Development Studies Bulletin, 25 (cit. por Sharpley & Telfer (2002)).

É precisamente este aspecto - a sustentabilidade – uma das outras preocupações que estrutura e marca a diferença do paradigma do desenvolvimento alternativo relativamente aos restantes. Efectivamente, a dimensão ambiental ou, se preferirmos, o cuidado relativamente à utilização dos recursos, foi algo quase totalmente ausente nas construções teóricas anteriores.

Foi só com o acentuar progressivo da consciência de que vivemos num mundo finito e que, como tal, há que utilizar parcimoniosamente os recursos não renováveis e renováveis dentro de quadros que os prolonguem no tempo e/ou permitam a sua regeneração, que a dimensão ambiental foi associada às políticas do desenvolvimento e incorporada nas respectivas equações económicas.

Neste caminho de “*fade in*” do ambiente enquanto dimensão indissociável do desenvolvimento, foram vários os marcos que merecem uma referência especial pelos seus significados e impactes específicos:

- a) Desde logo, o documento “Estratégia Mundial para a Conservação”, surgido em 1980, da responsabilidade da União Internacional para a Conservação da Natureza, no qual o termo “desenvolvimento sustentável” surge à luz do dia pela primeira vez.
- b) Ainda nos anos 80, mais precisamente em 1987, no contexto do Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável é definido como o que “satisfaz a geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas próprias necessidades”(Heras, 2004: 22),⁸⁰.
- c) A criação, na Organização das Nações Unidas (ONU), da “Comissão para o Desenvolvimento Sustentável”, na sequência da Cimeira do Rio (Janeiro de 1992) e da sua Agenda XXI. Este passo correspondeu, efectivamente, ao reconhecimento da difusão espacial e social que a associação entre desenvolvimento e preocupações conservacionistas tinha, entretanto, experimentado.

⁸⁰ Cit. in Heras, Mónica Perez (2004), Manual del Turismo Sostenible, Madrid, Ediciones Mundi-Prensa.

- d) A Cimeira mundial do Desenvolvimento Sustentável, realizada, em 2002, na cidade sul-africana de Joanesburgo, através da qual o desenvolvimento sustentável é estendido do ambiente aos seus outros dois pilares – económico e social – e, também, é consolidado como parte integrante e indispensável da economia política do desenvolvimento.

Ainda parte integrante da nova equação do desenvolvimento alternativo, é de referir a atenção posta na promoção e integração no processo dos grupos sociais com menos voz e tradicionalmente olvidados enquanto actores e agentes da mudança. Falamos dos grupos indígenas nalguns países e regiões do globo, falamos de grupos minoritários sistematicamente afastados das mesas onde as sociedades dirimem as suas contradições ou onde se gere o poder e respectivos estatutos e decorrências associadas (por exemplo, a comunidade cigana nalgumas regiões europeias), falamos, numa óptica transversal e mundial, das mulheres.

Concentrando-nos, por razão de abrangência, nestas últimas, é fácil de identificar o esquecimento de que sempre foram alvo enquanto protagonistas dos processos de desenvolvimento. Nesta linha de pensamento, é importante mencionar o trabalho de Boserup⁸¹, onde, para além da constatação acima referida, é salientado que esse esquecimento tem tido reflexos no sucesso dos processos devido à produtividade potencial das mulheres ter sido sistematicamente desperdiçada (Boserup, 2007)⁸².

Posteriormente, pelo facto da perspectiva de Boserup não dimensionar as raízes do problema da não participação das mulheres nas dinâmicas sociais – as suas responsabilidades ao nível da organização familiar, bem como, a outro nível, a discriminação com base nos preconceitos de género -, vão surgir novos postulados segundo os quais as mulheres devem ser parte integral de qualquer estratégia de desenvolvimento: discriminação positiva das mulheres tendo em atenção a sua maior vulnerabilidade às externalidades negativas do desenvolvimento desigual das nações e regiões; atenção às prioridades específicas das mulheres nos processos de

⁸¹ Esther Boserup, (1910-2007), economista rural dinamarquesa, pioneira do papel da mulher no desenvolvimento económico.

⁸² Boserup, Esther (2007 2ª Ed.), *Women's Role in Economic Development*, Londres, Earth Scan/James & James Ltd.

desenvolvimento; envolvimento das mulheres na definição e operacionalização das iniciativas tendo em vista o desenvolvimento.

Nesta linha de pensamento, as razões históricas que suportam as disparidades de género podem ser atenuadas, a equidade promovida e, sobretudo, os processos de desenvolvimento são susceptíveis de ganhar em eficácia e eficiência global. Esta ideia é sobretudo relevante nos países ou regiões menos desenvolvidos onde a economia doméstica e as relações familiares definem, em larga medida, o tecido social.

Pela diversidade de vectores analíticos que está associada ao paradigma do desenvolvimento alternativo e, por acréscimo, pela sua natureza de campo de pensamento em banda larga, não é de estranhar que a sua transposição para o quadro operacional do desenvolvimento regional seja bastante diversificado. No fundo, uma função de geometria variável baseada em diversos centros de gravidade do desenvolvimento regional.

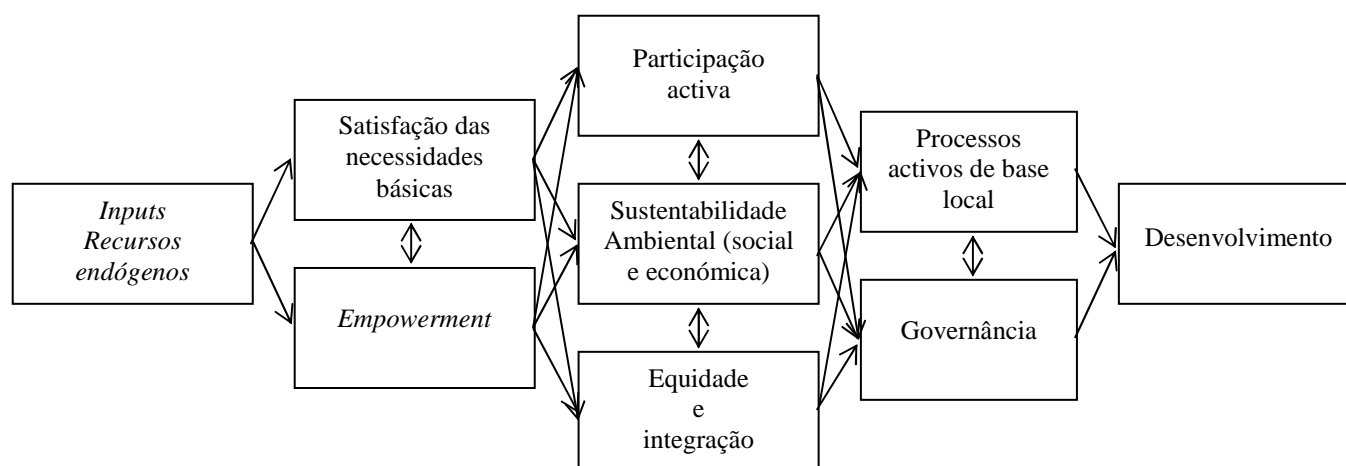
Evidenciam-se especialmente três novos eixos na promoção do desenvolvimento dos territórios, ligados entre si pela importância chave da inovação: (i) o conhecimento e a informação; (ii) o capital social e (iii) a criatividade. Este debate será desenvolvido no ponto seguinte.

As principais críticas às ideias que suportam o paradigma de desenvolvimento alternativo, podem sintetizar-se através:

- a) Da possibilidade de as acções de base local serem desligadas do contexto global em que se inserem. Isto apesar da conhecida máxima que, de certa forma, considera este risco e tenta ultrapassá-lo – “agir localmente e pensar globalmente”.
- b) De não apontar, de forma clara, para as questões políticas concretas como dimensões fundamentais do processo de desenvolvimento e, como tal, estruturar-se num registo paralelo aos governos através da acção das organizações não governamentais.

- c) De não considerar, na totalidade, as dificuldades inerentes ao estabelecimento de consensos susceptíveis de suportar os processo de desenvolvimento motorizados pelas bases.
- d) De, no plano económico, privilegiar o curto prazo, não dando o necessário relevo às soluções inseridas em estratégias com horizontes mais distantes e totalmente inseridas na economia global.
- e) De assentar fortemente na acção das ONG, especialmente as de génese exógena, as quais, com todos os méritos que detêm, não estão totalmente a salvo de reparos, seja porque são também uma via de penetração de valores ocidentais (são outros valores ocidentais, mas não deixam de ser um produto de processos históricos alheios às áreas onde actuam), seja porque implicam custos de funcionamento elevados (menores do que os das grandes agências internacionais, mas, em todos os casos, não negligenciáveis).
- f) De não considerar outros aspectos do processo de desenvolvimento – ou considerá-los de forma secundária e por decorrência – que são, cada vez mais, peças chave para a competitividade dos lugares. Este aspecto é particularmente importante, visto que, como de certa forma transparece, ou se nos afigura transparecer, o desenvolvimento não se pode conceber e operacionalizar em ambientes protegidos.

Figura 15 – Desenvolvimento alternativo



Fonte: elaboração própria

2.3 – O desenvolvimento do desenvolvimento

Com as diversas perspectivas de desenvolvimento que acabámos de passar em revisão, é possível perceber, tal como já afirmámos anteriormente, que os modelos e práticas associados à ideia de progresso efectuaram um percurso – ou, talvez melhor, percursos – longo(s) e sinuoso(s), desde o reducionismo económico até campos conceptuais mais vastos.

Por outro lado, contextos geográficos diversos e escalas de análise diferentes introduziram, em qualquer uma das construções conceptuais que analisámos, matizes que, muitas das vezes, tornam difíceis uma sistematização e ordenação totalmente desprovida de áreas onde as ideias surgem soltas e com nexos de ligações esbatidos.

Trata-se de um problema comum a muitos exercícios que, como este, pretendem arrumar, em poucas “gavetas”, muitos e variados objectos com formas, cores e dimensões diversas. No final, sobram sempre alguns que, ou consideramos uma nova categoria de “outros”, ou a sua classificação implica tomar opções nunca totalmente satisfatórias e sempre vulneráveis a um escrutínio posterior.

Vem isto a propósito de um conjunto de novas preocupações e enfoques sobre o desenvolvimento que, claramente, nos induziram dúvidas quanto à sua colocação na matriz evolutiva que apresentámos.

Por um lado, são demasiado importantes para serem escamoteadas, por outro, sentimos que nos “desarrumam” o percurso expositivo, tão pacientemente construído e tão sedutor na sua simplicidade.

Assim, a nossa primeira opinião foi incorporar estes aspectos analíticos emergentes no que denominámos modelo de desenvolvimento alternativo. De certa forma, não seria uma opção totalmente descabida, já que apresentam uma racionalidade filosófica partilhada – o *empowerment* e participação das comunidades de base – e, também, porque a sua coerência retrospectiva se funda, em ambos os casos, na crítica ao modelo neo-liberal motorizado pela economia de mercado.

Posteriormente, contudo, decidimos separar as águas. A dúvida sobre o acerto da decisão, essa, mantêm-se e, como tal, aqui damos contas da sua presença. As razões que subjazem à decisão tomada são:

- a) Do ponto de vista do modelo que apresentámos em último lugar – o do desenvolvimento alternativo -, ele já é suficientemente multifacetado para ser ainda mais sobrecarregado com novas dimensões. De resto, de tal modo isso é verdade, que uma das críticas que alguns autores lhe fazem deriva, precisamente, desse facto, o de “these views (sustainable development, stakeholders governance, cooperative administration, social-redistributive economy) seem to exist apart from each other, and where they are integrated in multidimensional approaches (...) conflicts between agendas and rationales are consciously or unconsciously avoided.” (Moulaert e Nussbaumer, 2005⁸³:48)
- b) Do ponto de vista das novas preocupações de que daremos conta em seguida, embora - como dissemos – com ligações de continuidade com as expostas na

⁸³ Moulaert, Frank e Nussbaumer, Jacques (2005), *The Social Region: Beyond the Territorial Dynamics of the Learning Economy*, *European Urban and Regional Studies* 12, Londres, Sage Publications.

perspectiva do desenvolvimento alternativo, cremos que são o advento de um novo trajeamento teórico-metodológico de olhar para o desenvolvimento e para as formas de o produzir.

- c) Na óptica da sistematização efectuada, cremos existir diferenças entre os corpos de ideias já apresentados e aquele que passaremos a expor, os primeiros estão perfeitamente consolidados enquanto tal, o segundo, cremos, está em fase de consolidação ou, ligando com a designação que demos a este ponto, em desenvolvimento.
- d) Finalmente, do pondo de vista pessoal, porque assumimos, tal como Padre António Vieira, que não tivemos tempo/distanciamento/ou engenho, para encurtar/simplificar/ligar o nosso discurso.

Importa, ainda, referir que os modelos alternativos que percorremos anteriormente estruturam-se, sobretudo, através das situações ocorridas nas periferias, enquanto que os que vamos abordar constituem alternativas decorrentes das situações verificadas nos países do Centro durante a década de 90.

Neste quadro, recuperaremos as três dimensões que referimos no final do ponto anterior, todas ligadas a uma concepção do desenvolvimento estreitamente associada à capacidade de inovação: informação e conhecimento; capital social; criatividade. A espacialidade desta ideia de desenvolvimento ligam-se à construção de meios inovadores, conceito introduzido nos anos 80 no âmbito do *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs* - GREMI (Aydalot⁸⁴, 1986⁸⁵), sejam as “learning regions”, os distritos industriais ou as cidades criativas.

De forma resumida, podemos sintetizar os três modelos - os quais são relativamente distintos – da seguinte forma:

- a) Tecnopolos – baseia-se na ideia da difusão da inovação tecnológica - em sentido amplo, incluindo a inovação nas organizações e nos processos de

⁸⁴ Philippe Aydalot, economista francês, fundador do GREMI, propõe um novo modelo de desenvolvimento territorial baseado em: organização, cognição e território.

⁸⁵ Aydalot, P. (1986), *Millieux Innovateurs en Europe*, Paris, GREMI.

produção - através das relações de proximidade entre empresas (Silicon Valley é um exemplo paradigmático). A aglomeração permite não só reduzir os custos de transporte e de comunicação (perspectiva económica), mas também os custos de transacção (perspectiva socio-económica). O capital social é um elemento central nesta perspectiva na medida em que possibilita as relações de confiança e reciprocidade entre as empresas/empresários.

- b) Sistemas regionais de inovação – assentes, fundamentalmente, no papel das instituições. A inovação surge aqui associada mais à intensidade das relações entre empresas, universidades, laboratórios de I&D, bem como a outras instituições detentoras de potencial criador e carácter catalizador. As entidades reguladoras assumem um papel central enquanto impulsionadoras da inovação, sobretudo através dos vários tipos de incentivos que as políticas de inovação contemplam, tais como, entre outros, os apoios financeiros, os apoios fiscais ou os estímulos ao emprego. Também neste modelo, o capital social tem uma importância crucial – a rede de relações horizontais e verticais é tanto mais intensa quanto mais amplo for o capital social dos agentes envolvidos.
- c) Cidades criativas – a inovação surge aqui numa versão mais ampliada e ligada à cultura e às artes. Os trabalhos de Richard Florida⁸⁶ sublinham a importância da conjugação de três condições para o “sucesso” dos lugares (os três “T” – tolerância, talento e tecnologia). É esta perspectiva que tem configurado as estratégias de desenvolvimento mais recentes, não se limitando apenas às grandes metrópoles mundiais e alargando-se, cada vez mais, às cidades de pequena e média dimensão e, mesmo, aos espaços rurais (a crescente importância da *landart* como factor de atracção cultural e turística é um bom exemplo destas estratégias). A ligação estreita entre desenvolvimento, cultura

⁸⁶ Richard Florida (1957-), economista americano. Estabeleceu a ligação entre áreas com uma população com forte diversidade, altos níveis culturais e ampla tolerância (*high bohemians*) e os níveis de desenvolvimento económico.

e turismo surge bastante explícita nesta ideia de desenvolvimento, manifestando-se, no seguimento de Landry⁸⁷, através de três vertentes.

- i) O desenvolvimento das ofertas culturais - por exemplo, os museus, as exposições e os eventos - como geradoras de consumos relevantes dirigidos, quer aos turistas e visitantes, quer aos residentes.
- ii) O reforço do prestígio das cidades e das regiões, mais concretamente, as actividades culturais e artísticas como factores de atracção de investimentos e de mão-de-obra muito qualificada.
- iii) A promoção de actividades e indústrias criativas ligadas à cultura, entendida esta como processo de valorização do capital e de criação de emprego.

As dimensões – conhecimento, informação, capital social e criatividade - embora já presentes explícita ou implicitamente em modelos anteriores, ao serem retomadas num quadro em que o mercado deixa de ser considerado o único e exclusivo motor e condutor do devir dos territórios e, concomitantemente, ao serem perspectivadas como factores fundamentais das dinâmicas sociais, vão estruturar uma outra forma de perspectivar o desenvolvimento que Frank Moulaert⁸⁸ designou como a ontologia do desenvolvimento comunitário e da inovação social de onde emerge o modelo do “Integrated Area Development” (IAD). Esta nova perspectiva do desenvolvimento amplia qualitativamente a noção de inovação, introduzindo a ideia de inovação social e abrindo um debate intenso sobre a ligação entre a inovação tecnológica, muito associada ao incremento da competitividade, e a inovação social, sobretudo ligada às dinâmicas e estratégias de coesão e inclusão social.

O IAD assenta em três premissas chave. A primeira, particularmente relevante na óptica da ligação entre desenvolvimento e cultura, liga-se ao percurso histórico dos lugares. “The IAD approach is based on the idea that the development to be pursued in any locality should take into account its historical trajectory. From this perspective,

⁸⁷ Charles Landry (1948-), fundador de “Comedia”, a maior consultora europeia na área do planeamento cultural e teórico da “cidade criativa”.

⁸⁸ Frank Moulaert, economista belga, professor da Universidade de Newcastle-upon-Tyne (UK).

history is reconstructed by looking at the nature and causes of local socio-economic disintegration and the potential for recovery. A detailed reading of the forces of decline and resurgence in each locality enables us to identify not only the mechanisms of disintegration, but also the distinctive assets of each locality which could be developed. These assets belong to the dynamics of suffering and struggle against submergence. The preservation of traditional culture, the revival of traditional activities, the valorization of skills and professional experience, social-cultural life and informal relationships in all sectors of social life are the vectors of local renaissance. It is within this existential melting pot that the dialectics of IAD come to life: it aims at providing a common analytical and practical framework for the ‘federation’ of varied local assets towards community development.”. (Moulaert and Nussbaumer⁸⁹, 2004: 251)⁹⁰

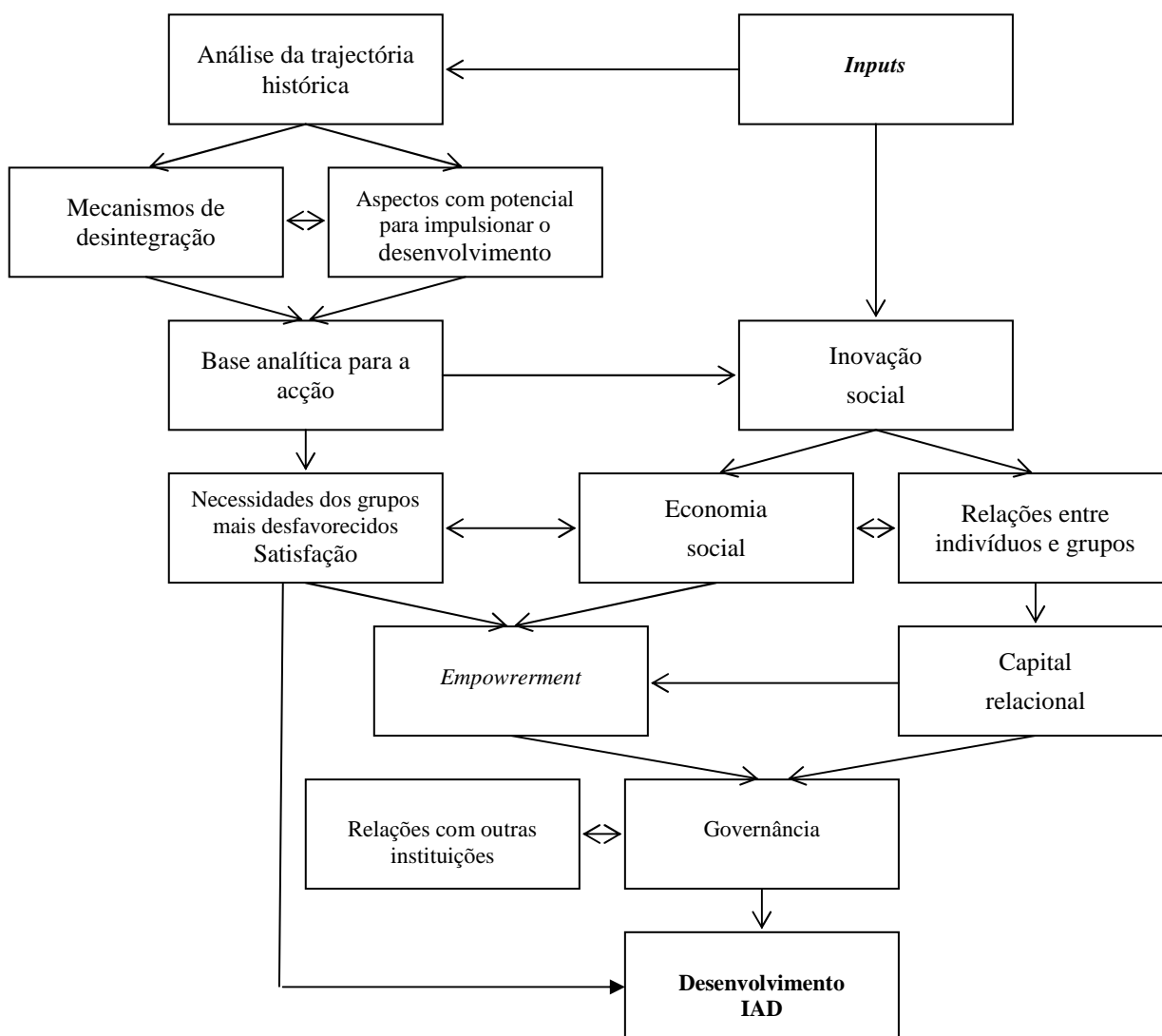
A segunda e a terceira premissas associam-se ambas ao conceito de inovação social, uma na perspectiva da mudança das relações sociais, outra nas novas formas de satisfazer as necessidades das populações. “The thesis of IAD is socially innovative in at least two senses. First, from a sociological point of view, in the sense defined by Max Weber it means innovation in the relations between individuals and between groups, as distinct from technical innovation. The organization of underprivileged groups, the establishment of communication channels between privileged and underprivileged citizens in urban society, the creation of grassroots democracy at the local level (neighbourhoods, small communities, groups of homeless, long-term unemployed) play a key role in the innovation of social relations. The second meaning of social innovation reinforces the first: it is the sense of social economy and also of social work. The challenge here is to satisfy the basic needs of groups of citizens deprived of a minimum income, housing, access to quality education and the benefits of the information society. The combination of both readings of social innovation stresses the importance of the creation of bottom-up structures for participation, decision-making and production. The mobilization of political forces, which will

⁸⁹ Jacques Nussbaumer, investigador da Universidade de Lille.

⁹⁰ Moulaert, Frank e Nussbaumer, Jacques (2004) – “Integrated Area Development and social innovation in European cities. A cultural focus”, *City* vol. 8, no. 2.

enable integrated development is based on empowerment of citizens deprived of their most basic material, social and political rights. Social movements play a very specific role in these mobilization processes.”. (Moulaert and Nussbaumer, 2004: 253-254)

Figura 16 – Integrated Area Development



Fonte: elaboração própria

3 – A GLOBALIZAÇÃO DO TURISMO E A SUA AFIRMAÇÃO ENQUANTO VECTOR DE DESENVOLVIMENTO

Como o título do capítulo sugere, o objectivo fundamental desta parte do estudo que estamos a desenvolver é estabelecer as ligações entre o turismo e o desenvolvimento. Trata-se de um objectivo que, para ser cumprido de forma satisfatória, implicará a conjugação de dois vectores analíticos:

- a) Um, assente sobre o eixo do tempo, encerrando o propósito de efectuar um varrimento sobre a evolução do turismo enquanto actividade económica, mas também enquanto prática que permite preencher os tempos de ócio, satisfazer as necessidades humanas de conhecer o que está para além do espaço vivido e, igualmente, enquanto veículo de sociabilização e de afirmação no colectivo.
- b) Outro, de natureza transversal, em que se procurará dimensionar o turismo à luz dos principais paradigmas de desenvolvimento das sociedades e dos territórios, procurando nestes ambientes conceptuais as razões últimas que explicaram as profundas mudanças que se operaram no turismo. Seja no domínio dos conceitos e perspectivas que, ao longo dos tempos, serviram de travejamento ao turismo, seja no dos seus significados económicos e sociais para as bacias emissoras e receptoras, seja na natureza das políticas de desenvolvimento turístico, seja, sobretudo, no da produção dos territórios do turismo.

Para tanto será necessário, de forma expedita e sintética, efectuar uma análise evolutiva do turismo. No plano quantitativo, mas, sobretudo, no qualitativo. Apesar de ser uma necessidade real, pois será através dela que se delineará uma das margens em que irá assentar a ponte que pretendemos estender entre o turismo e os modelos de desenvolvimento que passámos em revisão no capítulo anterior, gostaríamos de referir que não pretendemos elaborar uma história do turismo. Desde logo, porque não detemos as competências de historiador, mas, sobretudo, porque essa é uma matéria sobejamente tratada e conhecida.

Assim, sem as preocupações de exaustividade e de sequência cronológica, chamaremos à colação somente os temas que nos parecerem pertinentes para o quadro relacional que pretendemos construir, deixando os restantes num pousio explicativo ao qual, aqui e ali, para melhor precisar ou explicitar uma ideia, deitaremos fugazmente a mão.

Esta economia que decidimos aplicar ao roteiro deste trabalho é o que explica o facto do turismo só ser considerado após a década de 40 do século passado, já que é o início do seu terceiro quartel – e mais acentuadamente os anos 60 - que marca, verdadeiramente, a sua emergência enquanto actividade de real significado económico, em expansão acelerada pela pirâmide social e em processo de crescente globalização.

Em acréscimo, importa referir que a temática do turismo presente na Parte A deste trabalho, tal como a dos museus, será dimensionada a duas escalas: a mundial e a nacional. As razões que subjazem a esta opção prendem-se com:

- a) O facto de serem escalas geográficas que nos permitirão, por proximidade, estabelecer as ligações que pretendemos efectuar aos modelos globais de desenvolvimento, a escala mundial, e ao caso de estudo que nos propomos aprofundar a título de teste, a escala nacional.
- b) O facto de querermos tirar conclusões relativamente ao paralelismo, ou não, dos percursos que o turismo e os museus percorreram no plano internacional e nacional, bem como sobre as respectivas ligações com as ideias de desenvolvimento que serviram de pano de fundo às dinâmicas económicas e sociais mundiais.

Sobre este último aspecto, pensamos ser, talvez, a oportunidade para deixar aqui expresso que optámos, conscientemente, por só introduzir a escala nacional no turismo e nos museus e, não, no restante vértice, ou seja, no desenvolvimento e respectivos modelos.

Porquê esta opção? Em primeiro lugar, há que reconhecer, por uma questão de simplificação da análise. Efectivamente, pretendemos construir uma base de

referência – as ideias de desenvolvimento – que não fosse demasiado complexa e que possuísse os contornos mais nítidos possíveis. Tratou-se de uma medida cautelar, sabendo que a jusante, no turismo e nos museus, aí sim, iríamos deparar com geometrias bastante variáveis. Foi, como se costuma dizer, construir um porto seguro, onde as amarrações, pelo menos por esse lado, não fossem demasiado numerosas e confusas.

Por outro lado, claramente mais relevante, porque cremos que as condições particulares que marcaram a nossa história recente – desde logo a ditadura durante o Estado Novo e, posteriormente, a Revolução do 25 de Abril com as suas réplicas – se projectaram bastante mais na construção de “localismos” nos domínios do turismo e dos museus – sobretudo nestes últimos – do que nas ideias do que é o desenvolvimento e como lá chegar. Claro que os regimes políticos afeiçoaram a modelação dos constructos globais, isso é inegável, mas também é verdade que essa não foi uma originalidade portuguesa. Por outro lado, a própria interligação e interdependência crescente do sistema económico e político mundial e a progressiva circulação da informação - no meio científico, no técnico-profissional ou no político – fizeram o resto, ou seja, que independente dos regimes, mais tarde ou mais cedo, a globalização também atingiu os modelos de desenvolvimento. Portugal não foi excepção.

Ainda neste registo e para dar consistência prática ao que acabámos de expor, gostaríamos de lembrar, por exemplo, o projecto de Sines - lançado e executado, parcialmente, em pleno Estado Novo – o qual mais não é do que uma aplicação, no Alentejo, da teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux, aplicação essa que, infelizmente para o País, é, igualmente, um dos exemplos mais paradigmáticos, ao nível mundial, das ineficiências do modelo. Ou, já depois do 25 de Abril, em governos de matiz socialista, os programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional, os quais, ainda hoje, perduram, pela negativa, no imaginário de boa parte da população portuguesa.

3.1 – O turismo mundial após os anos 40, evolução quantitativa e distribuição espacial

A 3 de Maio de 1936, os partidos que compunham a Frente Popular francesa (Secção Francesa da Internacional Operária (SFIO) – após 1969 Partido Socialista Francês - o Partido Comunista, o Partido Radical Socialista, a União Socialista Republicana e o Partido de Unidade Proletária) ganharam as eleições legislativas.

Léon Blum⁹¹ é eleito Presidente do Conselho e uma onda de esperança, mas também de impaciência resultante de décadas de espera, apodera-se da sociedade francesa. Um forte movimento grevista desencadeia-se por todo o país durante os meses de Maio e Junho envolvendo para cima de dois milhões de trabalhadores. Na noite de 7 para 8 de Junho, os patrões franceses, sob pressão do governo e temendo o pior – a bolchevisação do país -, cedem às reivindicações que lhes são colocadas pela Confederação Geral do Trabalho e assinam os acordos de Matignon. Os salários aumentam de 7 a 15%, consoante os ramos de actividade e as férias pagas durante duas semanas são estabelecidas. Mais tarde, pela mão de Léo Lagrange⁹², às “congés payés” vem juntar-se uma redução de 40% nas tarifas dos bilhetes de comboio tendo em vista facilitar as deslocações desta nova massa de turistas potenciais.

O caminho para o turismo moderno, enquanto actividade de reconhecida função social e de acesso tendencialmente universal, estava aberto e o seu significado económico e geográfico largamente reforçado e ampliado. Apesar da queda, em 1938, do governo da Frente Popular e do ascenso de Daladier⁹³ com a sua divisa de “pôr a França a trabalhar”, nada seria como dantes, nem em França, nem no resto do mundo industrializado. Mesmo a Segunda Guerra Mundial, com o seu rosário de perturbações e devastações, iria conter, em definitivo, o ímpeto de expansão do turismo que os acordos de Matignon, em última análise, provocaram.

⁹¹ Léon Blum (1872-1950), socialista francês e dirigente máximo da Frente Popular. Chefe do governo francês entre 1936 e 1938 e entre 1946 e 1947.

⁹² Léo Lagrange (1900-1940), sub-secretário de estado dos desportos e da organização dos lazeres durante o governo da frente popular.

⁹³ Édouard Daladier (1884-1970) – dirigente do partido radical

Figura 17 – Os primeiros passos para a democratização e massificação do turismo



Fonte: cartaz da Frente Popular – sem autor.



Fotografia relativa ao primeiro ano de férias pagas
Fonte: sem autor.

De resto, passe a dimensão de comédia, este “salto” sobre o vazio da Guerra é perfeitamente ilustrado pelo magnífico filme de Jacques Tati⁹⁴, rodado em 1952, logo após a recomposição inicial da Europa (e do início da aplicação do Plano Marshall⁹⁵, em 1947), “As férias de Mr. Hulot”. Através dele, é possível contactar com o ambiente do litoral francês no pós-guerra, um microcosmos onde as classes sociais se cruzam e onde às estâncias de veraneio tradicionais das elites se começam a juntar novos destinos que a massificação permitiu colocar no mapa da geografia do turismo balnear francês.

Do ponto de vista quantitativo, o período que considerámos, anos 50 e seguintes, iniciam-se com um quantitativo de 25,3 milhões de chegadas internacionais⁹⁶, repartidas, fundamentalmente, pelo continente europeu (66,4% do total) e americano (29,5%). A estas, evidentemente, há que acrescentar o turismo doméstico, o qual, segundo a ventilação da Organização Mundial de turismo (OMT-WTO), supera o turismo internacional numa proporção média de 10 para 1⁹⁷.

⁹⁴ Jacques Tati (1907-1982), realizador cinematográfico francês de origem russa, italiana e holandesa.

⁹⁵ Plano de restabelecimento europeu financiado pelos Estados Unidos da América, o qual encorajou, fortemente, a industrialização e a aplicação do modelo económico da modernização.

⁹⁶ WTO, *Tourism market trends*, ed. 2006, Madrid.

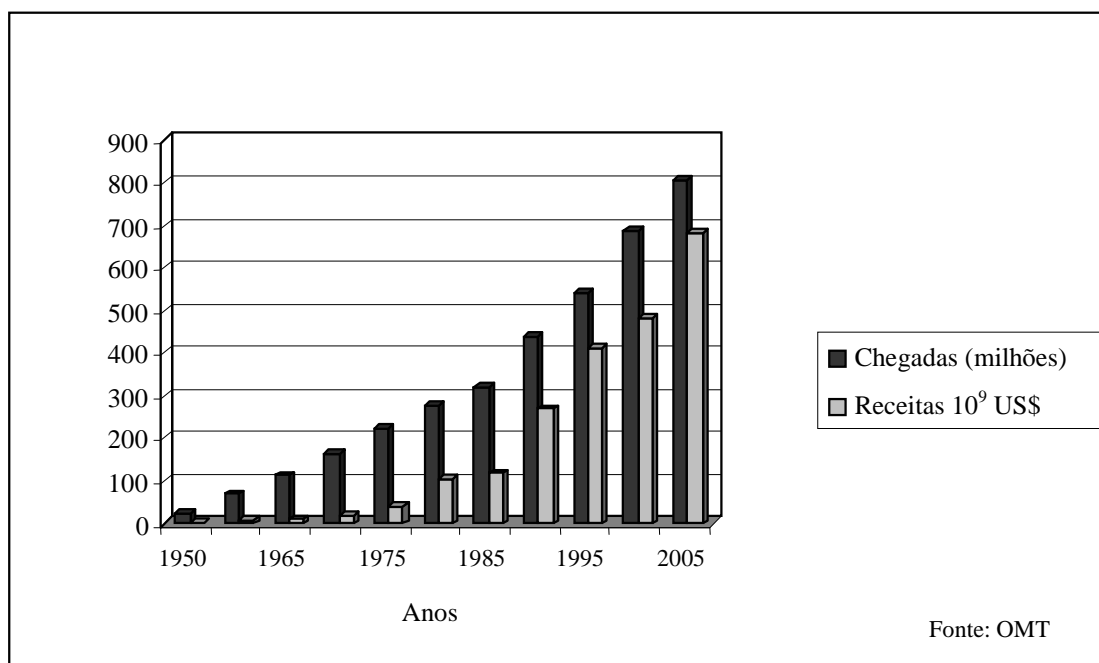
⁹⁷ WTO, *Compendium of tourism Statistics, 1990-1995*, Madrid

Para o mesmo ano, 1950, as receitas decorrentes do turismo internacional cifraram-se em 2,1 milhares de milhões de dólares dos EUA, 52,4% do qual correspondeu à quota do continente americano e somente 42,9% à do europeu.

Globalmente, Europa e Américas (do Norte) significaram 85,9% das chegadas e 95,3% das receitas, facto que, para além de ilustrar o significado diminuto dos restantes continentes enquanto destinos turísticos, coloca em evidência a sua baixa capacidade para traduzir as entradas em receitas, seja porque os respectivos níveis médios de preços ao consumidor fossem mais baixos, seja porque as estadias médias fossem menores, seja, ainda, porque a densidade das ofertas ou as capacidades económicas dos seus turistas fossem inferiores.

Desde essa data até hoje, os números envolvidos no sistema mundial dos fluxos turísticos internacionais não pararam de crescer a ritmos consideráveis, embora com expressões diversas consoante as variáveis e os continentes considerados.

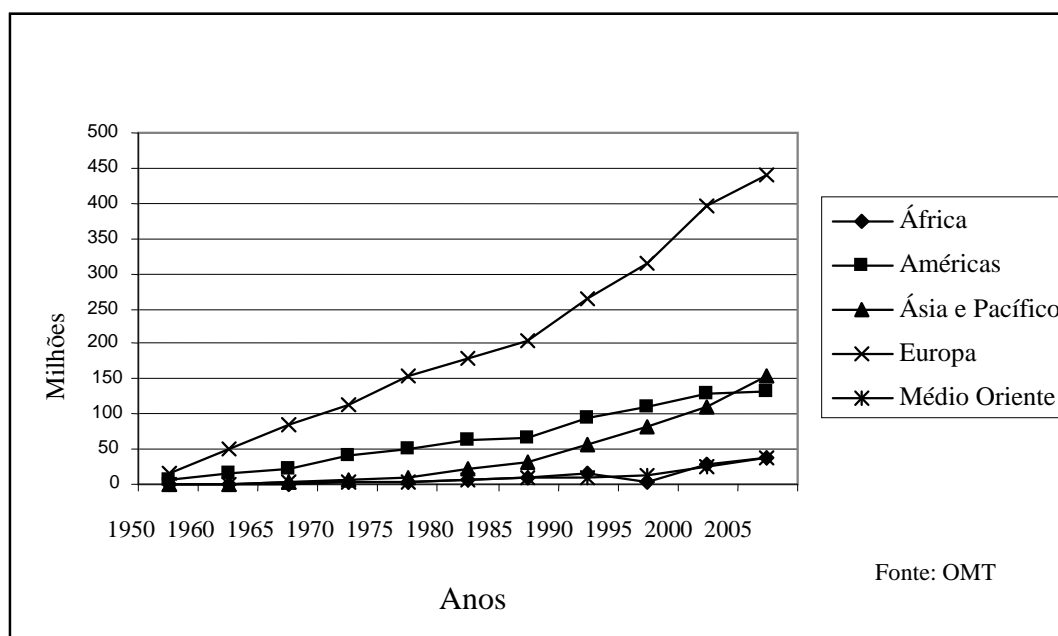
Figura 18 – Evolução mundial das chegadas e das receitas do turismo internacional



Globalmente, é patente a vitalidade do turismo mundial, bem como o peso e a importância que vem adquirindo de lustro para lustro, seja enquanto gerador de movimento de pessoas, seja como veículo de transmissão de fluxos financeiros. De resto, esta constância nas dinâmicas de crescimento que acabámos de verificar faz do turismo um sector económico sólido, que tem demonstrado uma capacidade para resistir às perturbações regionais e mundiais muito superior à que, à partida, seria de esperar do ponto de vista teórico.

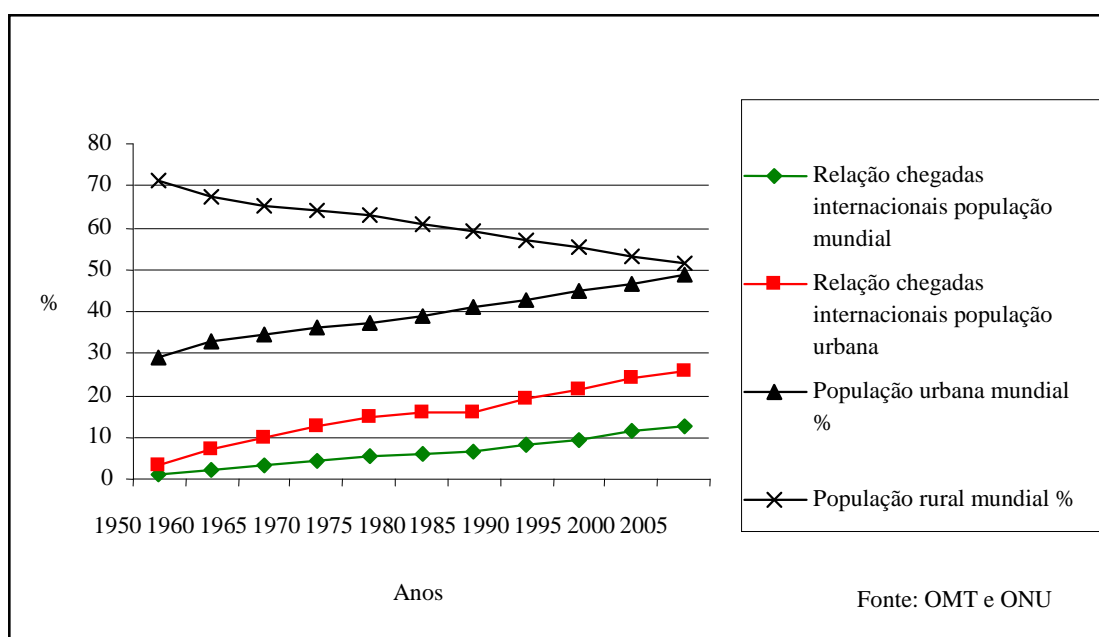
Na verdade, ou porque se tornou um factor tão inerente ao modo de vida contemporâneo que se guindou ao estatuto de consumo de primeira necessidade – e, portanto, com forte resistência às crises e oscilações dos ciclos económicos – ou porque os conflitos e perturbações detiveram, durante o período considerado, uma base essencialmente localizada – logo, produzindo alterações nos padrões de distribuição regionais e não propriamente no cômputo dos fluxos -, estamos perante um dos sectores económicos que mais confiança conseguiu capitalizar.

Figura 19 – Chegadas internacionais por regiões mundiais



É interessante, ainda, verificar que o incremento das chegadas internacionais não é apenas o efeito do crescimento da população mundial e dos respectivos níveis de urbanização, níveis estes que, expressando modos de vidas distintos dos que tradicionalmente estão associados à ruralidade, bem como as migrações do sector primário para o secundário e o terciário, estão, claramente, relacionadas com a explosão verificada nos fluxos turísticos internacionais. Na verdade, mais que não seja pela “prisão” que as actividades agrícolas tradicionais significam e pelo facto das suas formações não capitalistas envolverem rendimentos que não passam por salários efectivos e regulares, o desenvolvimento do turismo moderno esteve largamente dependente da redução da população rural com profissões no âmbito da agricultura.

Figura 20 – Chegadas internacionais e população mundial



Neste sentido, seria natural que o incremento das chegadas internacionais fosse acompanhado por um incremento da população urbana mundial. O que é interessante verificar, é que esta relação tem tido um percurso que denota ritmos de crescimento mais fortes no domínio do turismo do que no da população urbana, facto que nos

indica que esta última, para além de ser mais numerosa, também tem maior propensão para iniciar deslocações internacionais, seja porque tem maior capacidade financeira e temporal para o efeito, seja porque as suas motivações para tal são mais fortes.

Ao nível da distribuição regional das chegadas internacionais, para além de ser visível o destaque que a Europa mantém, e amplia, ao longo do eixo do tempo, merecem destaque dois aspectos:

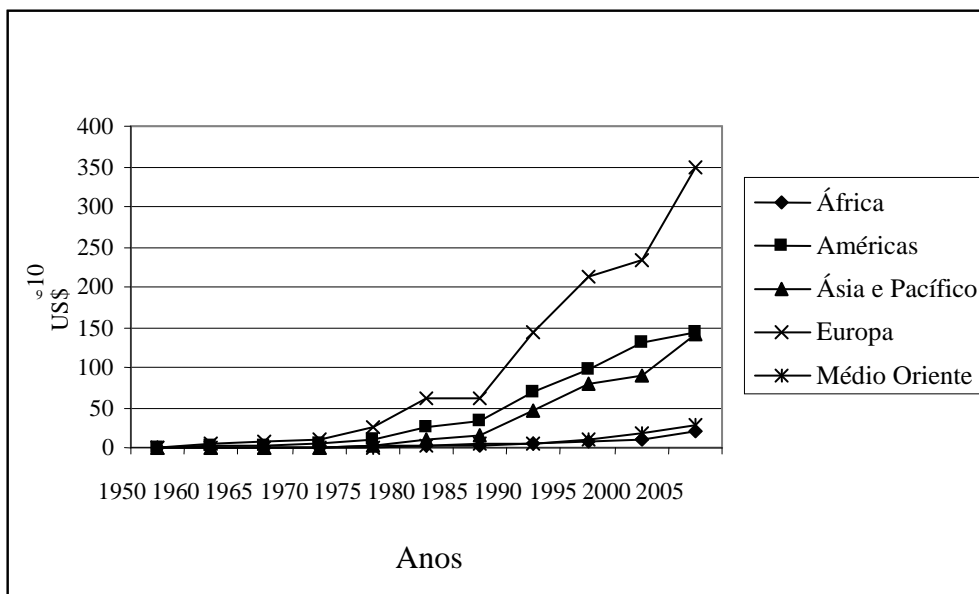
- a) A posição desfavorável de África e do Médio Oriente, áreas que, apesar do seu potencial turístico elevado, pelos problemas de instabilidade que têm vivido e pela falta de infra-estruturas e serviços de apoio ao turismo, não têm conseguido “descolar” de forma significativa.
- b) O percurso de forte expansão da Ásia e Pacífico, o qual originou, em 2005, seguramente pelos efeitos da abertura da República Popular da China ao turismo internacional, a sua ultrapassagem das Américas, afirmando-se como a segunda região turística mundial.

O que se acabou de referir é confirmado pela distribuição das receitas do turismo, embora neste particular a convergência entre a Ásia e Pacífico com as Américas experimente uma *décalage* temporal relativamente às chegadas internacionais. Seguramente, num futuro muito próximo, tendo por base, mais uma vez, o percurso efectuado, principalmente, pela China e a sua mais do que certa afirmação como grande potência turística mundial, também neste particular se verificará a inversão de que demos conta anteriormente.

No domínio da distribuição espacial dos fluxos e dos recursos financeiros que lhes estão associados, é importante ter presente que esta é muito assimétrica, não só, como vimos, ao nível das grandes regiões mundiais, mas também internamente a estas.

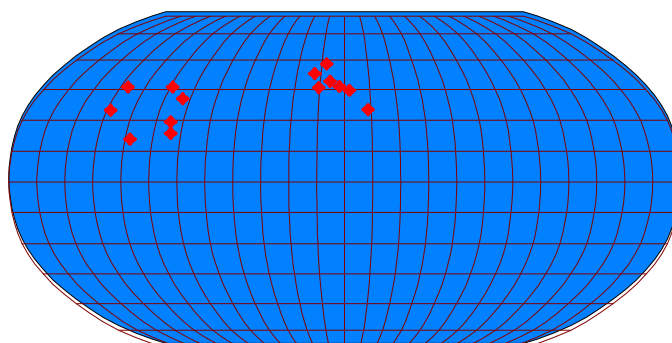
Efectivamente, quando pensamos num modelo de estruturação territorial do turismo mundial segundo o ponto de vista dos destinos, a imagem que obtemos é a de um arquipélago de espaços turísticos, rodeado por uma imensidão de áreas imersas em busca de uma orogenia salvadora.

Figura 21 – Receitas do turismo internacional por regiões mundiais



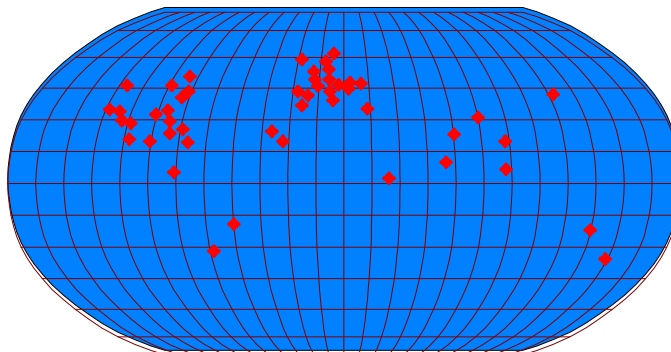
É certo que esta distribuição arquipelágica tem vindo a sofrer alterações no sentido da multiplicação das “ilhas”, é certo, igualmente, que todas as tendências que se têm verificado no sector e as que se perspectivam em horizontes futuros, nomeadamente a diversificação ao nível das motivações e o despontar dos “niche tourism”, apontam para a emergência de novos destinos. Mas, é também certo que continua a ser importante, sobretudo quando dimensionamos o turismo como uma via de promoção do desenvolvimento em áreas debilitadas, ter presente esta realidade geográfica.

Figura 22 – Arquipélago dos destinos turísticos – 1950



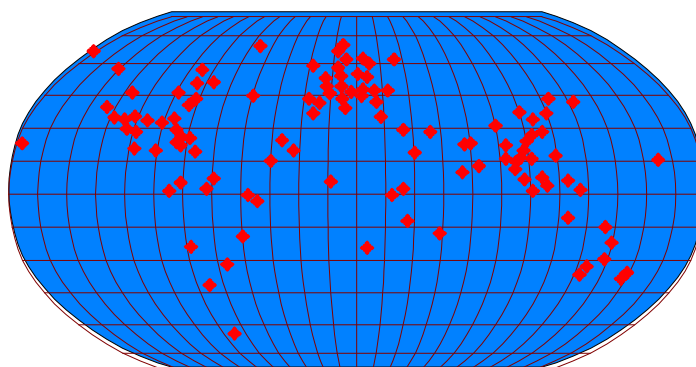
Elaboração própria seguindo critérios de importância baseados em dados da OMT.

Figura 23 – Arquipélago dos destinos turísticos - 1980



Elaboração própria seguindo critérios de importância baseados em dados da OMT.

Figura 24 – Arquipélago dos destinos turísticos - 2005



Elaboração própria seguindo critérios de importância baseados em dados da OMT.

Efectivamente, embora a difusão espacial dos destinos relevantes no domínio do turismo seja um facto, é preciso ter em conta a imensidão dos oceanos “turísticos”, imensas áreas imersas que constituem verdadeiros desertos na geografia do turismo e que recobrem extensas áreas da América do Sul, Ásia e, sobretudo, África. Por outro lado, dever-se-á, ainda, ter em linha de conta que a “orogenia” turística é acompanhada por factores de erosão e de subsidência, os quais têm efeitos contrários à tendência geral de multiplicação dos destinos. Neste particular, interessa ter presente que o

empobrecimento de vastas áreas do globo acrescida pela expansão de focos de insegurança e instabilidade, têm vindo a desempenhar alterações significativas no mapa do turismo receptor mundial, eliminando alguns destinos outrora consolidadas e impedindo a emergência de outros. No primeiro caso, basta citar Jerusalém, em particular, ou, ainda, outros destinos do Médio Oriente; no segundo caso, incluí-se, infelizmente, quase todo o continente Africano, salvo as tradicionais exceções do Quênia e da Tanzânia, na Africa Oriental, ou de algumas áreas, como o Botswana, na África do Sul, ou, ainda, Marrocos, a Tunísia e, pese embora os problemas conhecidos, o Egipto, na África islamizada do Norte.

A distribuição geográfica do turismo e os seus efeitos na promoção das economias dos países em vias de desenvolvimento é, ainda, agravada por um conjunto de factores que levam bastantes autores a descrer no papel que vulgarmente lhe é atribuído e a salientar o seu efeito de “boomerang”.

A Organização Mundial de Turismo, entidade que nesta matéria não tem mostrado uma opinião especialmente consistente, confirma este efeito quando refere que por cada 100 dólares americanos gastos no contexto de uma viagem efectuada por um turista do primeiro mundo a países em vias de desenvolvimento somente 5 permanecem nas economias desses territórios⁹⁸.

O efeito de dissipação (*leakage effects*) é enorme, sendo este tanto maior quanto menor é a capacidade de retenção das economias consideradas, normalmente uma função dos diferentes grau de estruturação e robustez destas últimas.

Este processo de retorno – mais ou menos oculto – dos capitais “transportados” pelos turistas que demandam os espaços em vias de desenvolvimento, funciona através de dois grandes canais:

- a) As importações, que derivam da incapacidade do tecido empresarial dos locais considerados para fazer frente às necessidades de infra-estruturação e de consumo que o turismo moderno pressupõe, por exemplo no domínio do

⁹⁸ Citado pelo UNEP (United Nations Environment Programme) em www.uneptie.org/pc/tourism/sust-tourism/economic.htm

fornecimento de materiais de construção e *know-how* que a estruturação da oferta em moldes e padrões ocidentais exige ou, pura e simplesmente, no domínio da importação quotidiana de bens de consumo – alimentares, entre outros - que são exógenos aos padrões de vida e hábitos locais.

- b) As exportações de capitais, tendo por base o pagamento dos empréstimos contraídos junto de instituições financeiras externas para fazer frente às infra-estruturas necessárias à competitividade dos lugares, o retorno das mais-valias decorrentes dos investimentos directos dos operadores externos, ou, até, as transferências de parte dos salários dos consultores e da mão-de-obra especializada que muitas das vezes está associada aos processos de arranque ou de requalificação e reposicionamento destes destinos.

Estas constatações vêm na linha daquilo para que Kadt⁹⁹, já em 1979¹⁰⁰, chamava a atenção, “La plupart des pays pauvres qui espèrent tirer de leur tourisme des avantages pour leur développement n’ont ni un solide secteur privé tenu par des nationaux ni un vigoureuse classe d’entrepreneurs ; ils n’ont pas non plus dans leur secteur public un volant de capacité de gestion d’une certaine importance. Ces pays devront nécessairement s’en remettre dans une large mesure aux compétences étrangères et à la finance étrangère s’ils tiennent à ce que leur tourisme se développe.(de Kadt, 1979 : 28) ”.


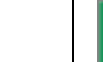



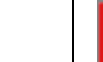



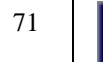



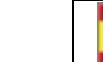



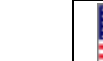



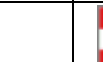



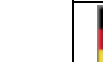



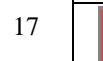










Por outro lado, quando analisamos a distribuição do turismo receptivo através de uma grelha de países, o que atrás se avançou relativamente ao modelo de estruturação territorial arquipelágico reforça-se pela força dos números. Os dez países mais importantes enquanto destino dos fluxos turísticos internacionais do mundo, mesmo experimentando um decréscimo da sua quota agregada de mercado, representaram, ainda em 2005, quase metade da totalidade das 808 milhões de entradas que foram registadas (35% para os cinco primeiros).

⁹⁹ Emanuel de Kadt (1933-), especialista nos aspectos socio-económicos do turismo e em desenvolvimento. Professor da Universidade de Utrecht onde desenvolve estudos sobre o fundamentalismo.

¹⁰⁰ de Kadt, Emanuel (1979), *Tourisme, Passeport pour le Développement*, Paris, Unesco-Banco Mundial.

Curiosamente, se a concentração e a assimetria mundiais do *inbound tourism* se verificam ao nível das chegadas internacionais, quando as traduzimos para as receitas geradas, ainda registamos um agravamento, passando o total dos dez países mais importantes de 47% para 51%.

Quadro 1 – Evolução do ranking das chegadas internacionais

Chegadas Internac. Ranking	1950		1970		1990		2005	
	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%
1		71		43		38		33
2								
3								
4								
5								
6		17		22		19		14
7								
8								
9								
10								
Total 10		88		65		57		47

Fonte : OMT e elaboração própria.

Se a isto juntarmos a natureza dos países que compõem esta lista de destinos de sucesso, de imediato nos apercebemos que:

- a) Com exceções para o México e a Turquia, que emergem como grandes potências turísticas em 1990 e em 2005 respectivamente, todos os restantes

países podem ser considerados desenvolvidos, pertencendo a sua esmagadora maioria ao binómio Europa/América do Norte.

- b) Os grandes países emissores da Europa e América do Norte são, ao mesmo tempo, grandes receptores, o mesmo é dizer que grande parte dos fluxos financeiros que circulam devido ao turismo se efectuam dentro de um circuito países desenvolvidos/países desenvolvidos e não países desenvolvidos/países subdesenvolvidos. Aliás, isso mesmo é deduzível ao verificamos que os dez países mais gastadores em termos do turismo internacional, no seu conjunto, detêm somente um saldo negativo na ordem dos 22% da totalidade dos gastos turísticos efectuados com as suas deslocações internacionais.

Quadro 2 – Balança turística dos principais países

2005	Gastos turísticos 10 ⁹ US\$ (a)	Receitas turísticas 10 ⁹ US\$ (b)	Saldo turístico 10 ⁹ US\$ (a-b)
Alemanha	72,7	29,2	43,5
USA	69,2	81,7	-12,5
Reino Unido	56,9	30,4	26,5
Japão	37,5	6,6	30,9
França	31,2	42,3	-11,1
Itália	22,4	35,4	-13
China	21,8	29,3	-7,5
Canadá	18,4	13,6	4,8
Rússia	17,8	5,6	12,2
Países Baixos	16,2	10,5	5,7
Total 10	364,1	284,6	79,5

Fonte: OMT

- c) A China, tal como já referimos, inicia o caminho que, ainda segundo a OMT¹⁰¹, a levará, em 2020, a ser o líder mundial dos destinos turísticos.

¹⁰¹ WTO, *Tourism 2020, East Asia & Pacific*, Vol. 3, Madrid.

3.2 – O turismo mundial após os anos 40, evolução qualitativa e sua fundamentação prévia

Deixando para trás o domínio puramente quantitativo do turismo mundial, iremos, de seguida, centrar a nossa atenção no qualitativo, ou melhor, nas duas vertentes que complementam o quadro que até aqui traçamos.

Tratam-se de dois momentos analíticos que permitem a aproximação entre o turismo e as perspectivas de desenvolvimento que expusemos anteriormente. Falamos dos grandes vectores de mudança que a actividade turística experimentou desde os anos 50 do século passado, bem como dos factores próximos que estiveram por detrás dessas dinâmicas. Quanto a abrangências explicativas mais globais e fundamentadas, essas, estamos cientes que serão preenchidas posteriormente no quadro do roteiro metodológico que traçámos.

Do que anteriormente foi referido, retira-se que o turismo mundial tem apresentado um crescimento forte ao longo das décadas. Crescimento esse sustentado por transformações operadas em dois domínios fundamentais: as relações sociais e o avanço tecnológico.

Neste quadro, entre outros, podemos invocar como factores que suportaram as dinâmicas quantitativas e qualitativas do turismo os seguintes desenvolvimentos:

- a) A evolução demográfica mundial e o seu perfil estrutural nas principais bacias emissoras, nomeadamente no que diz respeito ao aumento da esperança de vida das populações e à afirmação da família nuclear de pequena dimensão.
- b) O aumento do tempo disponível para práticas de lazer, particularmente através da redução dos horários de trabalho, do aumento do tempo de férias e do período activo da vida em termos profissionais (antecipação das reformas).
- c) A expansão das economias dos países avançados, com o conseqüente incremento dos rendimentos individuais e das suas fracções disponíveis para vertentes não directamente associadas à satisfação das necessidades

tradicionalmente tidas como básicas (alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, ...).

- d) O aumento dos níveis de urbanização da população mundial e dos géneros de vida que lhes estão associados, com o decorrente incremento da apetência por ambientes reparadores de "sinal contrário".
- e) O aprofundamento e expansão social dos níveis de educação e conhecimento, os quais se vão reflectir na emergência de um quadro de vida com exigências, expectativas e prioridades diferentes e mais abrangentes, nomeadamente nos campos da cultura e do lazer.
- f) O reforço do papel dos *media* no quotidiano, o que aguça a curiosidade pelo exógeno e estimula o desejo – ou cria a necessidade - de transformar o contacto virtual em presença efectiva.
- g) A incorporação do turismo e respectivas práticas como uma forma de sociabilização e de afirmação de estatuto no grupo social de pertença.
- h) O aumento da mobilidade associada à melhoria das infra-estruturas viárias e ao desenvolvimento dos meios de transportes.
- i) O desenvolvimento das formas de colocação no mercado dos produtos turísticos através da capitalização das constantes inovações no domínio das tecnologias de comunicação à distância.
- j) As transformações políticas e geopolíticas que se operaram desde o pós-guerra até à actualidade e que tiveram como resultado a passagem de um mundo bipolar para um mundo unipolar, bem como uma progressiva abertura de vastas áreas do globo aos fluxos turísticos.
- k) A emergência do turismo enquanto importante sector económico, com as consequentes apostas, dos sectores público e privado, no desenvolvimento da oferta turística.

Não esgotando a lista das transformações que o mundo experimentou desde os anos 50 do século XX e que concorreram para mudar a face das actividades do lazer, em

geral, e do turismo, em particular, é possível inferir que elas se enquadram num processo de reforço da globalização mundial, processo que, paradoxalmente, se por um lado aproximou as diversas paragens do mundo e possibilitou as deslocações massivas de pessoas, bens e capitais, por outro, fundamentou essas trocas na acentuação das diferenças entre a prosperidade e a carência, entre a modernidade e a estagnação, entre o mundo do consumo e o da exclusão.

E são, tal como o vento é um produto das diferenças de pressão atmosférica, estas realidades contrastadas que alimentam, em última análise, os fluxos mundiais de turistas de umas áreas para outras, os quais, curiosamente, possuem como contrapartida de sinal contrário, os fluxos de emigrantes.

Mas, voltando ao cerne do que é discutido nesta parte do trabalho, as dinâmicas operadas nas condições externas que atrás enunciámos tiveram reflexos importantes na evolução das características qualitativas do turismo mundial.

No que diz respeito aos espaços de frequência turística, salientam-se, no período considerado, três tendências principais:

- a) O incremento progressivo da procura de destinos distantes, efeito do embaratecimento dos transportes aéreos, mas também da espectacular valorização do exótico, do diferente, das férias-aventura, do incorrupto pelo "homo-civilizado". No fundo, um retomar Rousseau num contexto de vilegiatura.
- b) A crescente diversificação dos espaços turísticos associada a processos de valorização turística de geometria variável ao longo do tempo, mas tendencialmente inclusivos. Estes, dos domínios tradicionais – termas, litoral, montanha, grandes cidades – vão abrangendo novas áreas e destinos que permitem práticas capazes de dar resposta a uma sociedade que se massifica, mas que procura lutar, sobretudo nas últimas décadas, contra a uniformidade que a massificação significa. Práticas que, com o passar das décadas, vão ao encontro às crescentes necessidades de consumo de bens culturais, que permitem a evasão e o primado da decisão individual e que, sobretudo, se

desenvolvem num contexto - verídico ou não, pouco importa - de genuinidade e autenticidade. O voltar às origens, o retorno ao campo, o contacto, ainda que fugaz, com os valores idílicos do mundo rural, a afirmação de um "Jacinto e Zé Fernandes"¹⁰² que todos temos em nós.

- c) Um incremento progressivo das práticas intrusivas de curto raio de acção - sobretudo associadas ao recreio ou a estadias turísticas de curta duração articuladas, ou não, com o fenómeno das residências secundárias e possibilitadas pela afirmação das sociedades pós-industriais e da flexibilização dos horários de trabalho e dos períodos de férias.

No âmbito das atracções turísticas/mobilização de recursos (as quais, conjugadas com as motivações individuais dos frequentadores, determinam a decisão no que respeita à escolha do espaço, ou espaços, de destino), podem-se salientar, entre outras, as seguintes dinâmicas, com os consequentes reajustamentos no jogo das vantagens competitivas inerentes aos diversos espaços de oferta e na formatação do espaço turístico mundial:

- a) Diversificação, ao longo do eixo do tempo, das atracções susceptíveis de mobilizar a procura turística, com os efeitos daí derivados – abertura de janelas de oportunidades para o desenvolvimento turísticos de novos territórios e criação de condições para a emergência de formações turísticas menos massificadas ou, pós-fordistas, como também alguns autores as designam pela diversidade que comportam.
- b) Incremento, progressivo, da importância de atracções relacionadas com formações/temas específicos (espaços temáticos de natureza histórica, natural ou que permitam a imersão em ambientes particulares), circuitos (temáticos, de descoberta, de aventura ou, simplesmente, de inserção e

¹⁰² "Na cidade nunca se olham nem lembram os astros - por causa dos candeeiros de gás ou dos globos de electricidade que os ofuscam. Por isso, nunca se entra nessa comunhão com o Universo que é a única glória e a única consolação da Vida. Mas na serra, nem prédios disformes de seis andares, sem a fumarada que tapa Deus, sem cuidados que, como pedaços de chumbo, puxam a alma para o pó rasteiro - um Jacinto, um Zé Fernandes, livres, bem jantados, fumando nos poiais de uma janela, olham os astros e os astros olham para eles." ("A Cidade e as Serras", Eça de Queiroz).

contemplanção), fruição de experiências (agrícolas, artesanais, artísticas, sobrevivência, ...).

- c) Reforço, crescente, das atracções baseadas em actividades ao ar livre de natureza desportiva (tradicional ou, mais tarde, "radical") que propiciem, complementarmente, a actividade física e o desfrute de espaços naturais ou pouco alterados pela acção humana.
- d) Afirmação de todas as atracções associadas ao recurso "natureza" e, nas últimas décadas, traduzidas em actividades enquadradas em boas práticas no domínio da sustentabilidade ambiental. Muito recentemente, práticas turísticas ecologicamente correctas e produtos turísticos certificados com *ecolabels*.
- e) Também nos últimos anos, a progressiva centralidade conferida ao encontro de culturas e à troca de experiências num ambiente onde a ética e a justiça se cruzam com o ócio.
- f) Progressiva relevância dos factores alojamento e meios complementares enquanto componente importante na tomada de decisão quanto ao espaço de destino (não somente na dimensão "qualidade" em termos absolutos, mas, sobretudo, na vertente "integração" no que respeita aos temas fortes motivadores da estadia e da ambiência de que o turista se procura rodear - alojamentos temáticos/regionais, gastronomia temática/regional).
- g) Crescente centralidade da vertente informação/organização disponibilizada ao turista ou frequentador. Efectivamente, como referimos anteriormente, as exigências derivadas do aumento dos padrões culturais dos turistas e da sua progressiva necessidade de contacto com o autêntico, vão impondo uma transformação no sentido de uma maior transparência dos espaços turísticos, seja através da maior relevância conferida à informação turística no sentido clássico, seja, posteriormente, através da afirmação de outras formas de mediação entre turistas e locais, a animação turística.

Numa palavra, o caminho do turismo foi longo, com dinâmicas multidimensionais e com fases de transformação marcadas por acentos tónicos diversos. No geral, a palavra-chave desde processo foi a diversificação:

- Diversificação da procura, seja quanto ao espectro dos tipos de turistas e suas expectativas, seja no que os motiva, seja, ainda, nos recursos que mobilizam, nas práticas que desenvolvem, nos locais que elegem e nas formas como organizam e efectivam as deslocações.
- Diversificação da oferta turística original¹⁰³ (Beni, 1997)¹⁰⁴, derivada da mobilização crescente de recursos tendo por base a multiplicação de tipos de turistas e das suas respectivas valorizações dos patrimónios natural e cultural, o mesmo é dizer, dos graus de atractividade que, face às motivações específicas, deles decorrem.
- Diversificação da oferta derivada¹⁰⁵, no quadro da sua distribuição espacial, mas também no da sua organização e estruturação, no dos produtos que lança no mercado, no das formas de se inserir no quadro da competitividade crescente e alargada dos destinos turísticos e no das formas de mediação turística.
- Diversificação dos valores subjacentes ao turismo – enquanto actividade social, mas também actividade económica – no sentido da crescente emergência da sua função social, mas também das suas responsabilidades no domínio da sustentabilidade que deve assegurar, dos valores éticos que necessita de incorporar e da justiça – social e territorial - que deve promover. Um caminho que está em aberto e cujos horizontes continuam distantes, mas que, há que referir, os passos iniciais já foram esboçados.

Ainda no domínio das alterações de que demos conta resumidamente, importa ter presente que, nem essas dinâmicas apresentam inícios concomitantes, nem as suas

¹⁰³ Oferta turística original – recursos que compõem a matéria prima do turismo.

¹⁰⁴ Beni, Mário Carlos (1997 2ª Ed.), *Análise Estrutural do Turismo*, São Paulo, Editora SENAC.

¹⁰⁵ Oferta turística derivada – transportes, alojamento, organizadores de viagens, animação turística, etc.

velocidades de transformação são iguais, nem, tão pouco, os seus significados para o turismo são os mesmos ao longo do eixo do tempo.

No sentido de estabelecer um quadro geral no qual o factor tempo assuma uma lógica de referência, podemos estabelecer que, durante o período considerado, se podem considerar módulos evolutivos distintos – embora ligados e consequentes.

Um primeiro módulo corresponde ao início da expansão do fenómeno turístico logo nos anos 50, sendo marcado pelas deslocações das grandes cidades para o litoral ou para as margens de grandes planos de água (caso dos Grandes Lagos, na América do Norte). Estes fluxos de pessoas, como já vimos, foram, a um tempo, a consequência da expansão económica então experimentada, mas, a outro, também a decorrência de alterações que se fizeram sentir no plano psicossocial das populações urbanas, através das quais o mar e o sol assumem um estatuto ligado à promoção da saúde, à afirmação de uma nova estética corporal e ao cumprimento da democracia no acesso a locais e a práticas que, antes, estavam somente acessíveis e reservadas às elites, em pontos muito específicos do espaço como, por exemplo, Deauville, Trouville (França), Brighton (Reino Unido), Scheveningen (Países Baixos), Cuxhaven (Alemanha) ou Cape Cod (Estados Unidos da América), só para citar alguns.

Figura 25 – Estâncias turístico-balneares tradicionais



Óleo de Claude Monet - Deauville



Aguarela de William E Morrow - Scheveningen

Com o constante crescimento dos fluxos “heliotrópicos”, estavam, igualmente, abertas as portas para alterações profundas ao nível do negócio turístico. Efectivamente, de uma organização em que eram privilegiadas a qualidade das infra-estruturas e dos serviços, bem como a sua capacidade de adaptação e resposta efectiva aos desejos e gostos individuais, logo, dentro de uma lógica de obtenção de elevadas mais valias em cada acto turístico, vai-se evoluindo no sentido da aplicação dos princípios do fordismo ao turismo, ou seja, da industrialização do sector turístico (no sentido anglo-saxónico de *industry*).

Este novo quadro de organização económica, possibilitado por um mercado efectivo e potencial enorme e em crescimento, vai, como em outros domínios da actividade industrial, fundamentar o seu desenvolvimento na obtenção de economias de escala, seja no plano da redução de custos através do aumento e *standartização* da produção turística, seja no da obtenção de mais valias, agora efectuado através de pequenas margens de lucro mas aplicadas a um grande universo, seja, ainda, no plano geográfico, capitalizando as vantagens de aglomeração (promoção conjunta, bolsas de capital humano, resposta a picos súbitos da procura, ...).

No seguimento da dimensão geográfica que acabámos de invocar, é interessante sublinhar que este processo de estruturação turística é efectuado a dois tempos: um primeiro, em que os fluxos são essencialmente internos aos países emissores e um outro, posterior, em que os mesmos são canalizados para litorais externos, com melhores condições climáticas, com níveis de vida baixos e com mão-de-obra pouco organizada e dócil (nalguns casos, mesmo, controlada através dos aparelhos repressivos dos estados – Espanha, nos anos 50 e 60 até 1975, Portugal, durante os anos 60 até 1974). É o início, em força, do processo de internacionalização massivo do turismo e da entrada em cena dos países do Sul da Europa e da América não anglófona, especialmente do México.

As lógicas que subjazem a este processo de “deslocalização” do turismo, são, contudo, as mesmas que marcaram a expansão do turismo nos litorais das bacias emissoras, o predomínio da procura na marcação dos formatos, direcções e ritmos do

desenvolvimento turístico. Esta, enquanto motor e combustível da mudança, vai ter capacidade para influenciar os grandes operadores turísticos nacionais e internacionais, os quais, seja através da natureza e geografia dos investimentos, seja mediante a canalização e distribuição dos fluxos turísticos, seja, ainda, pela sua real possibilidade de arrastamento ao nível das políticas locais, regionais e nacionais das áreas de destino potencial, vão produzir ou ajustar a oferta turística em função dos desígnios da procura dos quais são porta-vozes e principais beneficiários.

A partir de meados dos anos 70, o produto “Sol e Mar”, na sua formatação de então, entrava em fase de amadurecimento e começava a experimentar sintomas de ter atingido os seus limites. Tal como evidenciou Butler¹⁰⁶ no seu modelo do ciclo de vida dos destinos turísticos¹⁰⁷, quando a fase de maturação é atingida há que tomar medidas no sentido do rejuvenescimento, sob pena do declínio ser inexorável. Neste caso, o de uma formatação turística mundial, a ideia subjacente ao modelo aplica-se igualmente, ou, se nos munirmos de uma óptica menos científica, mas não menos real, há que adoptar o conselho de Giuseppe Tomasi de Lampedusa¹⁰⁸, inscrito no seu romance “Gattopardo”: “Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi”.

E a mudança necessária para a manutenção da “ordem” turística estabelecida em torno da *standartização* do produto “Sol e Mar”, vai assentar na estratégia, já testada com sucesso anteriormente aquando da entrada nos territórios turísticos da Europa do Sul, da extensão geográfica, conservando, no essencial, as lógicas de estruturação e funcionamento preexistentes.

Isto significou um reforço da globalização turística através da mobilização de novos destinos em que a diferença e o exotismo dos cenários paisagísticos – entendido o termo na acepção de paisagem geográfica, ou seja, composta por elementos naturais e

¹⁰⁶ Ronald W. Butler, Matemático e estatístico, professor da Universidade do Colorado.

¹⁰⁷ Butler, R. W. (1980), The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources, *Canadian Geographer* 24,

¹⁰⁸ Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), escritor italiano, nascido em Palermo, autor do “Gattopardo”, a sua obra mais conhecida, imortalizada, em 1963, no cinema, por Luchino Visconti.

humanos – contrastava, muitas das vezes, com a continuidade na tipologia das infra-estruturas e com a clonização dos pressupostos e do sistema organizacional.

Esta nova dimensão global do sistema de formatação turística assente no “Sol e Mar”, dimensão essa possibilitada pelo aprofundamento dos avanços económicos e tecnológicos que se vinham experimentando no pós-guerra e, como vimos, desejada enquanto mudança que permite conservar o essencial, teve, contudo, importantes consequências, não só para os novos locais de destino, mas também para os que experimentavam agora fenómenos de deslocação para as margens do negócio global.

Relativamente aos primeiros, assistiu-se à multiplicação dos investimentos externos, os quais foram produzir novos espaços turísticos, muitos deles profundamente desligados dos seus contextos de enquadramento económico, mas também social. Este fenómeno, que assumiu intensidade especial nas áreas menos desenvolvidas, produziu espaços duais do ponto de vista do ordenamento, do acesso a bens e serviços, da empregabilidade e das condições salariais e profissionais. Em bastantes casos, pequenos paraísos para os turistas e purgatórios para os locais ligados ao turismo, tudo envolvido por um enorme inferno de subdesenvolvimento e falta de oportunidades.

Mas, apesar de tudo isto, existiram outras formatações mais benignas, o que, pesando as externalidades positivas e as negativas - que sempre existem em processos de implantação e crescimento turístico – esta fase de globalização do turismo de “Sol e Mar”, acabou por, indirectamente, abrir janelas de oportunidade para muitas paragens que anteriormente, estavam completamente arredadas do sistema turístico mundial. E isto, mesmo que essas janelas de oportunidade significassem, tão-somente, o aproveitamento das migalhas que remanesciam do “grande banquete” dos operadores turísticos mundiais, servido à mesa pelas elites locais.

No que respeita às áreas de desenvolvimento turístico de gerações anteriores, o processo de globalização do negócio turístico assente na exploração do litoral motivou a necessidade de repensar e alterar os fundamentos competitivos do negócio, até aí assentes, fundamentalmente, nos custos de produção e preços dos produtos lançados

no mercado (os quais a *standartização* e a massificação produtiva tinham permitido baixar continuamente).

As respostas concretas configuraram dois modos diferentes de fomentar a competitividade desses espaços:

- a) Promovendo as suas vantagens comparativas, através da mobilização de novos recursos.
- b) Promovendo as respectivas vantagens competitivas, mediante novas formas de aproveitamento dos recursos, seja lançando novos produtos no mercado, seja densificando e estendendo as cadeias de valor dos já existentes.

Na prática, as estratégias adoptadas passaram pela revisão do modelo fordista de produção turística nos países do centro – devido à imbatibilidade nos novos territórios turísticos exóticos neste quadro - e deram progressivamente lugar a um modo de produção turística pós-fordista.

O início deste processo de reestruturação no caminho do acréscimo de competitividade, passou, desde logo, pela ampliação do turismo de “Sol e Mar” da faixa costeira para os *hinterlands*, com a conseqüente adição de módulos de base histórica, cultural, gastronómica ou natural. Este processo de densificação da oferta de Sol e Mar, permitiu, não só renovar a sua imagem (e mercado), mas também deslocar o eixo fulcral da competitividade do domínio dos custos e preços, para o da natureza, imagem, status e qualidade dos produtos. Ou seja, uma evolução na continuidade, mas que marca o afastamento da massificação e *standartização* absoluta e tradicional.

Uma outra resposta, já mais afastada da massificação, mas ainda não totalmente dentro do quadro do turismo “feito por medida”, corresponde ao lançamento de novos produtos, destinados a outros mercados. A ideia assentava em transferir a *standartização* e a massificação, de forma controlada e tão pouco visível quanto possível, para domínios como a cultura, a natureza, os negócios, o rural, entre outros. Desta forma, seria possível aliar uma competitividade que se justificava a si própria pela natureza e prestígio dos produtos (relativamente ao Sol e Mar exótico e de baixo

custo), com os ganhos marginais decorrentes de uma semi-*standartização* e de uma massificação em quantidades admissíveis pelo mercado.

Como em muitas soluções desta natureza, híbrida, os resultados foram desiguais, seja relativamente aos vários tipos de turismo (o de negócios e incentivos adaptou-se muito bem a este modelo misto), seja face aos diversos estratos do público presente no mercado (o estrato intermédio, em termos de capacidade económica e de capital cultural, foi bastante receptivo a estes híbridos, muito em especial os estratos etários médios e superiores). De todas as formas, tudo leva a crer que estas novas apostas, com o tempo, estabeleçam percursos divergentes:

- Um, no sentido de uma progressiva normalização e crescente adopção de uma gramática turística tradicional de massas, motorizada e gerida, sobretudo, pela oferta e respectivos operadores (pacotes turísticos efectuados em torno da cultura de consumo e consumível, roteiros organizados de cariz cultural – no geral, a cultura ou a natureza como justificação para o ócio e como justificação para a composição de preços).
- Um outro, dirigido para o aprofundamento da produção turística pós-industrial, ou seja, em que a procura determina a produção no sector e em que a competitividade assenta no factor “único”, no diferente, no exclusivo, no ecológica e socialmente correcto, numa palavra, no “fato turístico feito por medida, sem rugas e sem incorporação de trabalho socialmente criticável”, caro, mas com o charme – e a imagem associada – da personalização.

E é precisamente à luz deste último caminho que vão surgir toda uma série de produtos turísticos tematizados e totalmente integrados – desde o transporte ao alojamento, passando pelos conteúdos que integram – destinados a um público altamente exigente e conhecedor, que quer fazer turismo sem ser reconhecido como fazendo parte da sub-espécie humana do turista de massas ou do turista de pronto a “vestir”, que quer, enfim, o reconhecimento social advindo do turismo esclarecido e filtrado.

Ainda dentro deste quadro, assiste-se, igualmente, à expansão dos “niche tourism” sob as mais variadas formas e mobilizando os mais variados temas. Na diversidade, uma coisa os une: públicos-alvo restritos e especializados (ou especialistas). O seu negócio assenta, mais uma vez, não na competitividade decorrente dos preços, mas antes na capacidade de inovação e de organização do produto, bem como numa efectiva promoção tendo por base estudos aprofundados de *marketing* estratégico.

De uma forma ou de outra, este movimento de afastamento do turismo industrial – ou, talvez mais correctamente, de justaposição de formas industriais e pós-industriais, vai despoletar a mobilização de recursos patrimoniais que, há poucos anos, eram tidos e encarados como totalmente alheios ao sistema turístico e, ainda, abrir novas áreas ao turismo. Como alguém já disse¹⁰⁹, isto não significa que todos os pontos do mundo, do país ou da região são destinos turísticos, mas sim que todos o podem ser, assim o engenho e a arte os “iluminem”.

Finalmente, em termos de balanço da evolução verificada no turismo durante o período considerado, parece-nos importante dar conta do reforço do processo de globalização e massificação verificado durante uma primeira fase. Posteriormente, como reacção a essas tendências dominantes, os localismos, as especificidades de interesses e a personalização começam a abrir caminho e a marcar, igualmente, a actividade turística.

Neste quadro, qual é então a situação presente do turismo?

Temos para nós que o turismo de hoje, como se passou noutros sectores de actividade, não é monolítico, antes pelo contrário é algo constituído por vários *layers*, onde o global convive com o local, a massificação com a exclusividade, a *standartização* com a personalização, a competitividade pelo preço com a competitividade pela qualidade e pela imagem, o “Sol e Mar” com o cultural, a cidade com o rural, o passivo com o activo e, porque seria fastidioso continuar, o ócio com a aprendizagem.

¹⁰⁹ Sabemos que não é correcto citar “alguém”, mas, tendo sido completamente impossível detectar o autor da frase que nos inspirou, pareceu-nos ainda menos acertado tomar a ideia alheia como nossa.

No fundo, a subsistência de vários modelos concomitantes de perspectivar, viver e vender o turismo.

O que é que separa as águas desta/nesta actividade com *layers* tão diversos? Para esta pergunta encontramos resposta fácil, embora politicamente ingrata. Como sempre, as duas grandes grelhas de triagem hierárquica: no domínio da procura, a pirâmide triangular nível económico/nível socioprofissional/nível de instrução; no âmbito dos destinos, o posicionamento em termos de desenvolvimento humano.

3.3 – Turismo e modelos de desenvolvimento

No ponto anterior já nos referimos à evolução qualitativa do turismo mundial, avançando, em concomitância, com uma rede de pontos de referências explicativos capazes de balizar as alterações que foram sendo apresentadas.

É nosso objectivo, agora, aprofundar a interpretação e o debate, estabelecendo quadros gerais que nos permitam compreender as dinâmicas experimentadas pelo turismo e, sobretudo, as alterações verificadas ao nível dos seus pressupostos teóricos e metodológicos.

Entendemos, assim, o ponto actual como um desenvolvimento e aprofundamento do anterior, mas também – e principalmente – como uma tentativa para encontrar lógicas mais globais e mais transversais ao pensamento social. Cremos que o turismo se modificou ao longo das décadas devido a numerosos factores, uns, de ordem mais conjuntural ou mais ligados à própria necessidade de responder à cascata de problemas que, em todos os domínios da actividade humana, se vão colocando constantemente, outros, de natureza mais profunda, prendendo-se com os próprios modelos gerais que as sociedades vão construindo na sua busca incessante do progresso e do bem estar.

Dos primeiros, ainda que de forma parcial, pensamos já ter dado conta. Dos segundos, ocupar-nos-emos em seguida, estabelecendo nexos entre as racionalidades do desenvolvimento e as do turismo.

Efectivamente, temos para nós que o que melhor pode explicar a evolução do pensamento e da prática turística, são, acima de tudo, as diversas perspectivas sobre o desenvolvimento que se foram colocando ao longo do tempo. O que é o desenvolvimento e como atingi-lo são, portanto, as pistas que seguiremos ao longo do vector tempo, tentando confirmar a transposição para do conhecido ditado popular: “diz-me o que pensas (sobre desenvolvimento), dir-te-ei quem és (em matéria de turismo)”.

Mais uma vez, tal como fizemos relativamente às teorias de desenvolvimento que apresentámos e desenvolvemos no capítulo anterior, parece-nos importante realçar a importância que, também neste ponto, a leitura da obra de Sharpley e Telfer (2002) teve para a consolidação do nosso entendimento nesta matéria. Não os estaremos constantemente a citar, mas não deixam de ser eles a base e a inspiração para os desenvolvimentos posteriores que fomos efectuando ao longo do tempo e da actividade lectiva sobre turismo e desenvolvimento. Também aqui, onde acaba o que se leu e começa o que se reflectiu é uma fronteira difícil de estabelecer. Portanto, por razões de honestidade científica, os créditos aqui ficam estabelecidos à *priori*.

3.3.1 – Turismo e modernização

Quando nos deslocamos pelas estâncias balneares do Sul da Europa que começaram o seu processo de edificação durante os anos 60 do século XX, é impossível, em quase todos os casos, reprimir um sentimento próximo daquele que devem ter tido os soldados que observam um campo de batalha depois de uma luta feroz ter tido lugar.

A desolação, sobretudo na época baixa, é bem patente. Os núcleos originais (o sítio), normalmente as pequenas aldeias de pescadores, completamente destruídos ou arrasados enquanto conjunto arquitectónico. Muralhas de betão alcandoradas sobre as praias escondem cortiços de espaços exíguos onde se amontoam os veraneantes e

onde, como castelos assombrados, o eco dos passos sublinha o vazio da contra-estação.

Nas ruas, ora a abarrotar, ora fantasmagoricamente vazias, o comércio sucede-se em fiadas intermináveis e repetitivas de funções que, porque viradas para os forasteiros, nada dizem e em pouco preenchem as necessidades das populações locais.

As funções tradicionais, há muito desaparecidas ou subjugadas ao espectáculo turístico, cederam lugar a uma monocultura turística, com várias nuances é certo, mas todas elas com assento posto à mesa do turismo, esperando, impacientemente, ao longo de meses, que o festim tenha o seu início anunciado.

A população local, há muito afastada do centro de gravidade económico, mercê da ocupação dos interstícios do negócio, prosperou economicamente e, há que dizê-lo, em muitos locais libertou-se dos grilhões de uma subsistência roçando a precariedade que a pesca artesanal ou a agricultura camponesa implicavam. A sociedade de consumo instalou-se, novos valores substituíram os tradicionais, a organização familiar sofreu alterações que os sectores mais envelhecidos observam com incredulidade e estupefacção.

Os bens e os conhecimentos foram totalmente revalorizados, pobres nas sociedades tradicionais encontram o caminho da riqueza fácil, muitos dos mais bem colocados anteriormente são ultrapassados no novo xadrez do prestígio social. Todos, em conjunto, tornam-se estranhos em terra própria e desenraizados no seio da sua própria comunidade de origem.

Crescentemente, locais e forasteiros, vão tomando consciência do preço pago pela prosperidade rápida e, quiçá, fugaz. As culpas, essas, são deitadas para as costas dos governos, das autarquias, dos sectores da construção civil e do imobiliário, dos grupos financeiros, dos especuladores e da falta de planeamento.

E é verdade que todos têm culpas no “cartório”, mesmo os que as apontam aos grandes interesses económicos e políticos mais ou menos gerais para absolverem o universo, ou seja, mesmo as populações locais que assistiram, aplaudiram,

posicionaram-se para recolher os “ossos”, ou, simplesmente, disseram, de si para si, “é o progresso”.

Ou, possivelmente, como defendemos, ninguém teve mesmo a culpa na sua totalidade porque, à época, desenvolver era isso mesmo: transformar radicalmente, cortar com a tradição, decalcar o modo de vida e a formatação urbana, erradicar a diferença, numa palavra, modernizar.

É certo que em alguns pontos este processo de aproximação ao ideal de desenvolvimento foi feito com preocupações de qualidade urbanística e cautelas sociais, de forma controlada e planeada; noutras, infelizmente na maioria dos países do Sul, a braços com problemas políticos e sociais profundos e com estados clientelares, foi efectuado de forma que os interesses individuais sempre se sobrepuseram ao bem comum, em roda livre, em regime de consumo rápido e retorno instantâneo, num registo de qualidade mais do que duvidoso. E, aí sim, há culpados e com nome.

Tudo isto, para chegarmos ao ponto pretendido: a produção do território turístico nas décadas subsequentes, salvaguardando a forma como foi efectuado no concreto e a regulação de que foi objecto nos diversos locais, obedeceu ao que se pensava, na altura, que era desenvolvimento e às melhores formas tidas então para lá chegar. Ou seja, obedeceu ao paradigma de desenvolvimento que designámos anteriormente como modernização. Constituiu, no fundo, a tradução das suas premissas para o campo do turismo. Outras formas de tentar perceber a produção dos territórios turísticos durante os anos 50, 60 e 70 (consoante as áreas consideradas) pode ser importante mas não vai ao fundo do edifício explicativo. E, claro, muito menos julgar com os olhos de hoje o que foi feito, no passado, à luz de nexos que eram então perfeitamente razoáveis e que hoje nos parecem descabidos de sentido.

Com esta ilustração exemplificativa que achámos por bem efectuar, a primeira e mais importante ligação entre o desenvolvimento turístico e o paradigma da modernização está estabelecida: o turismo passou a ser encarado como uma ferramenta essencial para a promoção do desenvolvimento, não somente devido aos seus efeitos

económicos directos para os territórios, mas também porque representava uma via bastante eficaz de promover a modernização das sociedades tradicionais, um aríete da modernidade introduzido no campo da tradição, o qual, a prazo, promoveria um estilo de vida moderno, ou seja, o desenvolvimento dentro dos parâmetros urbanos das sociedades industrializadas do ocidente. Na realidade, o turismo era visto como a própria quintessência da modernidade: o seu produto e, ao mesmo tempo, a sua alavanca mais potente.

Dentro deste quadro de desenvolvimento associado ao modelo da modernidade, à sociedade industrial, a massificação e industrialização do turismo era concebida como a formatação única a adoptar, permitindo baixar os preços e alargar os mercados potenciais. A concentração da actividade era um outro aspecto tido como fundamental no sentido de criar benefícios de aglomeração e, deste modo, conjuntamente com a massificação, criar muita riqueza através da aplicação de pequenas margens a universos extraordinariamente numerosos.

Acresce que esta concentração do turismo em determinados pontos do espaço era encarada, à luz, por exemplo, da teoria dos pólos de crescimento de Perroux (1955), como uma via efectiva de promoção do progresso e do bem estar para os *hinterlands*, através dos supostos efeitos centrífugos e/ou dos efeitos de difusão, em geral.

Um conjunto significativo de modelos explicativos do desenvolvimento turístico, sobretudo aplicados às áreas de recepção turística¹¹⁰ – como os modelos de Miossec¹¹¹ (1977)¹¹², de Plog (1974)¹¹³, ou de Butler (1980) – assentam também na ideia do caminho unidireccional e na visão determinista do desenvolvimento, perspectiva que, como vimos, está intimamente associada ao paradigma da modernização que foi enunciado e desenvolvido por Rostow (1960).

Ainda dentro deste quadro de desenvolvimento turístico, em consonância com a ideia de modernização, o acento tónico estava colocado na dimensão económica e nos seus

¹¹⁰ Simões, José Manuel (2007), *Geografia do Lazer e do Turismo (programa)*, Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano Nº 66, Lisboa, CEG.

¹¹¹ Geógrafo francês, presidente da Universidade Paul Valéry e especialista em geografia do turismo.

¹¹² Miossec, JH (1977), Un modèle de l'espace touristique, *L'Espace géographique*, Nº1.

¹¹³ Investigador do “The Center for Hospitality Research”, da Universidade de Cornell.

efeitos positivos, sendo esquecidos, ou tidos como males necessários e desprovidos de relevância, os impactes negativos. Uma perspectiva, tal como o espírito da época promovia, extremamente optimista de avaliação dos efeitos do turismo enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento.

No domínio dos actores do desenvolvimento turístico, os investimentos externos e a intervenção pública eram encarados de forma positiva, como factores susceptíveis de permitir a descolagem do processo e a sua posterior colocação em velocidade de cruzeiro. Como tal, o planeamento turístico é considerado um factor importante tendo em vista a constituição de territórios turísticos competitivos, com elevados ritmos de crescimento e forte imagem. Um planeamento turístico dentro da tradição do “boosterismo”¹¹⁴, perfeitamente enquadrado dentro de uma lógica *top-down*, logo, considerando as populações e os agentes locais como a parte passiva do processo de produção e gestão do desenvolvimento turístico.

Em resumo, o turismo era encarado como fazendo parte da sociedade moderna, sendo a sua produção efectuada tendo em vista o consumo massificado de onde supostamente decorreriam os benefícios económicos susceptíveis de promover a mudança rumo a uma realidade de progresso formatada por uma visão parcial e “ocidental” de desenvolvimento.

No sentido de não alargar demasiado o discurso expositivo, de lhe dar uma maior coerência interna e de proporcionar uma leitura mais rápida e relacionável, as restantes características de que o turismo se revestiu quando inspirado pelo paradigma da modernização serão apresentadas, conjuntamente com as já descritas, em forma de quadro, inspirado em Sharpley e Telfer (2002).

¹¹⁴ Pressupõe que o desenvolvimento rápido do turismo é bom e que traz apenas benefícios à comunidade de acolhimento, não considerando os aspectos negativos do turismo no ambiente pela simples razão de que considera os recursos dessas áreas (naturais, económicos e sociais) apenas como recursos, e que, portanto, devem ser explorados ao máximo para se poder gerar o lucro máximo.

TURISMO SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão fundamental	Económica	
Velocidade do desenvolvimento	Rápida	
Integração com outros sectores	Limitada	Já que, muitas das vezes, se desenvolve uma monocultura turística e o recurso às importações é muito relevante
Abertura às economias locais	Limitada	Normalmente reservada às dimensões intersticiais do sistema turístico
Impacto nas economias locais	Limitado	Devido às taxas de retenção serem, normalmente, baixas
Perspectivas de desenvolvimento regional	Difusionistas	Perroux, Hirschman, Myrdal
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Alta	O sector público é considerado com potencial para estimular o processo de desenvolvimento turístico, admitindo-se a sua intervenção directa
Papel do mercado	Limitado	O mercado é considerado como factor de dinâmica, mas necessitando de regulação tendo em vista a correcção das suas insuficiências e do seu potencial para originar enfiusamentos
Papel das comunidades locais	Pouco relevante	Não são consideradas como tendo papel determinante na concepção das estratégias de desenvolvimento e na gestão do processo
Planeamento e ordenamento	Planeamento <i>top-down</i>	Boosterismo. De notar que, em muitas áreas, por razões específicas de que já demos conta, o processo de desenvolvimento turístico foi efectuado dentro de uma lógica de “navegação à vista”

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
Quadro legislativo	Existente mas limitado	O quadro legislativo de enquadramento do turismo foi, normalmente, concebido tendo em vista mais a protecção dos investimentos externos do que a salvaguarda dos locais de acolhimento
Controle do sector	Externo	Quer através dos investimentos dos grandes operadores, quer do capital financeiro, quer, ainda, da capacidade dos grossistas mundiais na condução dos fluxos turísticos. Muitas das vezes este controle foi partilhado com as elites locais, às quais eram destinados os benefícios marginais (não propriamente as migalhas, algo mais do que isso) do desenvolvimento turístico
OFERTA		
Mobilização dos recursos	Alta	Os recursos eram encarados como inesgotáveis e, portanto, consumíveis sem restrições
Natureza dos investimentos	Externos ¹¹⁵	
Intensidade dos investimentos	Forte	O desenvolvimento rápido e de acordo com os parâmetros ocidentais predominantes do turismo supunha investimentos massivos
Propriedade dos meios	Externa	Sobretudo no domínio dos meios estruturantes, como o alojamento, mediação, transportes turísticos, ...
Equipamentos receptivos	<i>Standartizados</i> e massificados	Segundo a estética e padrões urbanos do mundo ocidental
Diversidade de produtos	Baixa	Concentrado no “Sol e Mar” e “Montanha”. Alta sazonalidade
Densidade dos produtos	Baixa	Cadeias de valor dos produtos pouco desenvolvidas

(Continua)

¹¹⁵ Aos espaços considerados.

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
Animação turística	Baixa	Limitada às formas tradicionais de animação hoteleira
Integração com outras áreas	Limitada	A concepção de desenvolvimento em rede não era tida em linha de conta
Espacialização da oferta	Concentração	Em resorts, em pontos específicos do espaço. Vantagens de aglomeração
Mercados alvo	Áreas urbanas dos países desenvolvidos	As grandes bacias emissoras do mundo desenvolvidos: as áreas urbanas dos países do “Norte”
Emprego indiferenciado	Muitas das vezes externo	Acompanhando a transferência espacial de Know-how
Emprego desqualificado	Interno	Sub-pago, muitas das vezes sazonal, pouco exigente e facilmente substituível
Atitude perante o turista	Subserviência	O turista como o salvador e o enviado e portador da riqueza e dos valores da modernidade
PROCURA		
Tipo de turista predominante	Turista de massas	Para além dos sectores tradicionais e dos profissionais liberais, surgem os trabalhadores dos serviços e da indústria (operários especializados) com níveis de instrução médios, médios/baixos. O alargamento do turismo à pequena burguesia e à aristocracia operária
Práticas turísticas	Tradicionalistas e pouco variadas	Centradas na motivação principal, por exemplo, o banho e a toma de sol
Contactos com a comunidade de acolhimento	Poucos	Nem o tipo de turista, nem a formatação da oferta se prestam a contactos profundos entre os turistas e os locais
Organização da viagem	Grupos, pacotes	A mediação turística tem um peso importante na organização das deslocações

(Continuação)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Mediadores turísticos	Grandes grossistas	Complementados pela distribuição
Divulgação	Sobretudo externa	
Informação turística	Limitada	Não havendo grandes penetrações no território para além das deslocações organizadas, a informação turística e a sinalização não são essenciais
PARÂMETROS CAUTELARES		
Sustentabilidade ambiental	Não considerado	Não constituía vertente de preocupação à luz das ideias da modernização
Sustentabilidade social	Não considerado	Não constituía vertente de preocupação à luz das ideias da modernização
Justiça territorial	Não considerado	Pressupõem-se efeitos, à posteriori, de equilíbrio
Justiça social	Não considerado	Pressupõem-se efeitos, à posteriori, de equilíbrio

3.3.2 - Turismo e dependência

À medida que a década de 70 do século XX foi fluindo, o contexto de optimismo que rodeava o desenvolvimento turístico como uma via efectiva, e sem efeitos adversos, de promoção do progresso e do bem estar nas áreas mais carentes, também ele se foi esfumando.

Após décadas em que a actividade turística, à luz do modelo inspirado pela modernização, era avaliada tendo em conta somente os seus impactos positivos, as bacias receptoras, por um lado, e os estudiosos do turismo e do desenvolvimento, por outro, “descobriram” o lado “oculto” da moeda, aquele que, pressentido mas ignorado como um mal necessário no passado, pela evidência dos factos, não podia ser obnubilado.

Este processo de perda de inocência relativamente ao turismo e de reposição da sua verdadeira dimensão, isto é, como actividade com dois gumes – um positivo e outro negativo – que carece de uma permanente reflexão crítica e de avaliações constantes dos efeitos induzidos, ocorreu em dois registos distintos, mas totalmente correlacionados:

- a) Um, específico ao turismo, que se centrou na detecção e na análise dos efeitos e impactes negativos associados directamente ao desenvolvimento do turismo de massas, fortemente concentrado e reduzido à sua dimensão económica;
- b) Outro, enquadrado na problemática mais geral do desenvolvimento e das disparidades mundiais, com o cerne na natureza extrovertida do modelo turístico prevalente, conseqüente dependência face ao exterior e, por acréscimo, capacidade para promover o desenvolvimento – na asserção de bem estar geral – nas áreas mais deprimidas.

Na prática, foram dois processos mais ou menos concomitantes e mais ou menos convergentes, até porque dificilmente indissociáveis e ambos decorrentes da mesma matriz genética: a *décalage* entre o que era suposto acontecer à luz das premissas teóricas e aquilo que efectivamente ocorreu, no turismo, em particular, e nas geografias do desenvolvimento, em geral.

Na decorrência deste despertar crítico relativamente ao então estabelecido, no campo das perspectivas de desenvolvimento, surge, como já vimos, um espectro de ideias, que se estende desde o estruturalismo ao marxismo, desde a América Latina aos intelectuais europeus mais críticos, que se convencionou chamar como a perspectiva da dependência. No domínio do turismo, as obras críticas relativamente à actividade e aos seus efeitos irrompem, a análise dos seus efeitos negativos ocupam mais e mais páginas nas obras dos estudiosos, o potencial do turismo como vector de desenvolvimento é posto em causa e reformulado, as grandes instituições internacionais iniciam um discurso mais cauteloso e, mesmo os países ou regiões com apostas fortes no turismo, aparentando a continuidade da sua fé inabalável nos seus efeitos enquanto cornucópia de onde escorrerá o leite e o mel, no fundo e na

intimidade dos gabinetes, começam a interrogar-se e a colocar medidas cautelares, mesmo que modestas, no sentido de aumentar as taxas de retenção ou fortalecer o controle interno do sector.

Como dissemos anteriormente, se mais efeitos não tivesse no binómio turismo-desenvolvimento, a inocência, essa, estava irremediavelmente em vias de ser perdida para sempre.

Para ilustrar o que afirmámos anteriormente, parece-nos importante dar conta do que escreveram, sobre esta matéria, alguns autores, uns mais próximos da problemática do desenvolvimento, em geral, outros, do turismo, em particular.

“Dans son aspect décadent, la bourgeoisie nationale sera considérablement aidée par les bourgeoisies occidentales qui se présentent en touristes amoureux d’exotisme, de chasse, de casinos. La bourgeoisie nationale organise des centres de repos et de délasserment, des cures de plaisir à l’intention de la bourgeoisie occidentale. Cette activité prendra le nom de tourisme et sera assimilée pour la circonstance à une industrie nationale. (...) la bourgeoisie nationale va assumer le rôle de gérant des entreprises de l’Occident et pratiquement organisera son pays en lupanar de l’Europe. (...) D’un coup d’aile, les hommes d’affaires des Etats-Unis, les gros banquiers, les technocrates débarquent sous les tropiques et pendant huit à dix jours s’enfoncent dans la douce dépravation que leur offrent leurs réserves. “ (Fannon, 1961¹¹⁶ : 120).

« Le tourisme peut être comme la guerre, une continuation de la politique. On impose ‘l’american way of life’ qui, sur un fond de bas revenus, soulève le mirage l’espérance. On offre ainsi aux pays en voie de développement l’image de leur future situation. Le chemin pour y accéder sera américain. » (Kassé, cit. em Cazes¹¹⁷, 1992 :8¹¹⁸).

« The controlling and integrating force in international tourism has become the large multinational First World companies which control airlines, tour wholesaling and

¹¹⁶ Fannon, Franz (1961), *Les Damnés de la Terre*, Paris, Ed. Maspero.

¹¹⁷ Georges Cazes, Geógrafo francês, professor da Universidade de Paris I, especialista em turismo e desenvolvimento.

¹¹⁸ Cazes, Georges (1992), *Tourisme et Tiers Monde, un Bilan Controversé*, Paris, L’Harmattan.

hotel chains. These companies are able to create, coordinate and market the components of a industry to develop a tourism product” (Britton, 1982¹¹⁹, cit. por Sharpley e Telfer, 2002:55).

Neste quadro, fundamentado principalmente pelo estruturalismo latino-americano e pelas correntes neo-marxistas, um conjunto de críticas vão ser efectuadas ao turismo enquanto vector de desenvolvimento:

- a) desde logo, o modelo ocidental em que assenta e que reproduz, quer através da sua acção modernizadora, quer através da visão de desenvolvimento turístico em que labora e para que aponta.
- b) A dependência económica e política externa que induz através da abertura aos investimentos exógenos e à falta de controlo da acção das grandes instituições e companhias multinacionais.
- c) As baixas taxas de retenção dos fluxos financeiros turísticos que origina, com os decorrentes diminutos significados para o fortalecimento das economias dos locais e regiões de recepção nos espaços menos desenvolvidos.
- d) A dependência cultural associada ao turismo de massas e às práticas de planeamento e gestão turística influenciadas pelos padrões ocidentais.
- e) A circunscrição das periferias a espaços de lazer dos centros - criação dos “cinturões do lazer ou cinturões turísticos” – com a consequente formatação destes territórios em função das necessidades de descontração, de ócio e de contacto com o exótico, da procura.
- f) A pouca atenção prestada aos efeitos de aprofundamento das disparidades socio-económicas internas aos locais de recepção, seja através do efeito de arrastamento das elites locais, seja devido à insensibilidade quanto à justiça social e territorial na distribuição das mais valias obtidas através do crescimento da actividade turística.

¹¹⁹ Britton, SG (1982), The Political Economy of Tourism in the Third World, *Annals of Tourism Research*, 9.

- g) A incapacidade para promover uma real e efectiva aproximação, à escala global, entre as áreas desenvolvidas e as menos desenvolvidas.

Neste quadro, o diagnóstico geral então efectuado colocou em evidência a dimensão externa do desenvolvimento turístico como a grande responsável pelos problemas constatados. De resto, um diagnóstico paralelo, como já tivemos oportunidade de referir, àquele que, em concomitância, os ideólogos do modelo da dependência tinham efectuado para a problemática do desenvolvimento em geral.

Assim, como seria de esperar, a solução encontrada para o turismo não divergiu significativamente daquela que Prebisch (1964)¹²⁰, Cardoso (1979)¹²¹, Amin (1976) ou Frank (1969)¹²², no essencial, defenderam: o desenvolvimento de um sector turístico forte de génese endógena (o reflexo, no turismo, da industrialização nacional), susceptível de se articular - e arrastar – com outros sectores económicos nacionais e, desta forma, contribuir para a concretização de altas taxas de retenção dos rendimentos do turismo através da quebra das importações e de uma significativa diminuição da saída para o exterior das mais-valias turísticas.

Esta estratégia de internalização da economia do turismo implicou, em muitos casos, devido à escassez de capitais privados (ou ao seu cepticismo face à sustentabilidade e rendibilidade do modelo de desenvolvimento turístico em que se inscreviam) a fortes investimentos públicos directos na criação e/ou remodelação das infra-estruturas turísticas, nomeadamente nas de alojamento, mas também na criação de instituições públicas com responsabilidades noutros domínios da operação turística. Um exemplo paradigmático deste processo de produção do espaço turístico foi o que aconteceu na Tunísia, onde, segundo de Kadt (1979), entre 1960 e 1965, 40% do alojamento foi construído e posto em operação através do financiamento directo do estado.

¹²⁰ Prebisch, Raul (1964), *Portée de la Conference des Nations Unies sur le Commerce et le Développement. Rapport Adressé au Secrétaire Général des Nations Unies par le Secrétaire Général de la Conférence*, Paris, PUF.

¹²¹ Cardoso, F. H. e Falleto, E. (1979), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar.

¹²² Frank, A. G. (1969), *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, New York, Monthly Review Press.

Em diversos casos, tal como aconteceu – em paralelo – com o processo de industrialização de base endógena, a indisponibilidade de capitais – privados, mas, sobretudo, públicos – suficientes, levou também à contracção de vultuosos empréstimos junto de instituições financeiras externas, facto que, em última análise, contrariou, através do preço do capital de empréstimo, os próprios fundamentos da estratégia geral – e turística – de desenvolvimento.

Para além destes aspectos relacionados com a deslocação do centro de gravidade económico e regulatório do turismo do exterior para o interior, há que referir que as mudanças nas formatações específicas do sector - quer no plano da oferta, quer no da procura – foram relativamente modestas. As ideias fundamentais que o quadro da dependência introduziu no turismo traduziram-se, sobretudo, no campo das suas ligações externas e no plano dos resultados económicos e políticos daí decorrentes. E não, propriamente, na sua modelação e espacialização.

Em última análise, poder-se-á dizer que nestes domínios se verificaram pequenos ajustes decorrentes de uma maior preocupação com a participação local e com os efeitos negativos do turismo. Chegaram mesmo a surgir algumas experiências de desenvolvimento turístico integrado, como, por exemplo, a que ocorreu, após 1971, em *Basse Casamance*, no Senegal¹²³ ou a que teve lugar no Lago Patzquaro, Michoacán, México¹²⁴. Contudo, ou porque as apostas não se centravam num novo modelo alternativo - mas sim na endogeneização do modelo anterior, massificado e concentrado – ou porque o panorama da procura turística de então ainda não estivesse maduro para tal, as experiências que não soçobraram ao fim de alguns anos, continuaram, por muito tempo, sendo sempre a excepção que confirmou a regra, ou seja, uma ínfima minoria no quadro da oferta turística das áreas periféricas.

¹²³ Scibilia, Muriel (2003), *La casamance Ouvre ses Cases*, Paris, L'Harmattan.

¹²⁴ Sobre esta experiência de turismo comunitário não existe literatura susceptível de ser citada. O conhecimento do autor advém da sua permanência no local e dos diálogos que então manteve com a população envolvida. O projecto foi financiado pelo Banco Mundial e pelo organismo do governo mexicano responsável pelas comunidades indígenas.

TURISMO SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão fundamental	Económica	
Velocidade do desenvolvimento	Rápida	
Integração com outros sectores	Elevada, em teoria	Desde que o desenvolvimento turístico tenha sido acompanhado por um reforço e diversificação das estruturas económicas locais, nomeadamente por um processo paralelo de industrialização (de acordo com os pressupostos do modelo da dependência)
Abertura às economias locais	Elevada	
Impacto nas economias locais	Elevado, em teoria.	Desde que o desenvolvimento turístico não tenha implicado a contracção de elevados empréstimos ao sector financeiro internacional.
Perspectivas de desenvolvimento regional	Centro-Periferia	
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Alta	O estado como promotor.
Papel do mercado	Médio/Baixo	O papel do mercado como factor de regulação varia consoante as perspectivas que animaram o desenvolvimento turístico no quadro da dependência: estruturalismo e/ou marxismo
Papel das comunidades locais	Médio/Alto	Desde que estas tenham massa crítica suficiente para tanto
Planeamento e ordenamento	Planeamento <i>top-down</i>	Planeamento dentro de uma perspectiva basicamente economicista e físico-espacial
Quadro legislativo	Forte	Inerente ao próprio modelo da dependência
Controle do sector	Interno	

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
OFERTA		
Mobilização dos recursos	Media/alta/mista	Predominantemente alta, embora já comece a despontar algumas preocupações com o seu carácter finito. Nomeadamente no domínio cultural e no contexto das experiências com feição comunitária.
Natureza dos investimentos	Internos	Pelo menos nominalmente.
Intensidade dos investimentos	Forte	
Propriedade dos meios	Interna	
Equipamentos receptivos	<i>Standartizados</i> e massificados com algumas experiências diversas.	Na maioria dos casos seguem o modelo tradicional, podendo, contudo, evidenciar já algumas preocupações com a diferenciação
Diversidade de produtos	Média/baixa, mista	O “Sol e Mar” continua predominante, apesar de alguns produtos emergentes
Densidade dos produtos	Média/baixa, mista	Na sua maioria ainda bastante centrados no atractivo principal
Animação turística	Media/baixa, mista	Começam a despontar preocupações no sentido de estabelecer pontes com as populações locais e com os locais de acolhimento
Integração com outras áreas	Média	
Espacialização da oferta	Concentração, com tentativas de dispersão	O modelo de concentração no litoral continua dominante, embora com preocupações de extensão a outras áreas tendo em vista a promoção do desenvolvimento regional
Mercados alvo	Áreas urbanas dos países desenvolvidos	
Emprego qualificado	Interno	
Emprego indiferenciado	Interno	

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
Atitude perante o turista	Um mal necessário, uma fonte de divisas	O turista é encarado de forma menos “material”, mas continua sendo tido como uma fonte de divisas. Nalguns casos, como uma correia de transmissão dos valores do Centro
PROCURA		
Tipo de turista predominante	Turista de massas, com segmentos de turistas mais exigentes e culturalmente mais apetrechados	Os turistas mais individualistas e exploradores começam a fazer a sua aparição
Práticas turísticas	Tradicionais e predominantemente pouco variadas	Embora comecem a surgir módulos acopláveis aos produtos turísticos tradicionais e despontem novos produtos
Contactos com a comunidade de acolhimento	Médios, misto.	As tipologias fechadas e de <i>resort</i> não facilitam o contacto com as populações locais, embora a abertura para tal seja maior
Organização da viagem	Grupos, pacotes	Predominantemente, embora a dimensão individual comece a ganhar algum peso
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Mediadores turísticos	Agências nacionais	Por vezes, com acordos estabelecidos com os grandes operadores internacionais
Divulgação	Sobretudo externa	
Informação turística	Baixa/Média	Pelo facto de começar a surgir uma outra forma de organizar a estadia, mais aberta e solta, a informação e sinalização turística começa a ser mais necessária
PARÂMETROS CAUTELARES		
Sustentabilidade ambiental	Pouco considerada	

(Continua)

(Continuação)

Sustentabilidade social	Considerada em teoria	Sobretudo, no domínio da conservação dos valores culturais nacionais e/ou locais
Justiça territorial	Considerada em teoria	Há alguma preocupação em dispersar a recepção turística embora, na prática, ela continue concentrada
Justiça social	Considerada em teoria, variável.	Não tanto na dimensão interna, mas mais em termos globais. Nas áreas em que o modelo de desenvolvimento da dependência foi mais influenciado pelas perspectivas marxistas, esta dimensão foi alvo de preocupações relevantes, pelo menos em abstracto

3.3.3 – Turismo e neo-liberalismo

Como vimos anteriormente, o advento da década de 70 do século passado trouxe consigo o despoletar de uma crise económica mundial, cujos efeitos iriam ter consequências importantes ao nível dos sistemas económico e político mundiais.

As causas e consequências destes acontecimentos levaram, assim, a por em causa as ideias predominantes sobre o significado do desenvolvimento e como atingi-lo. Neste quadro, alterações profundas vão-se produzir, também no turismo e na forma como era encarada a sua relação com o desenvolvimento dos territórios.

Por outro lado, tenha sido pelos impactos que a crise económica despoletou na actividade turística mundial, tenha sido pelas insuficiências específicas dos modelos anteriores em que o desenvolvimento turístico se baseou, também no campo restrito do turismo se foi consolidando a ideia de que era necessária uma reflexão crítica sobre os seus caminhos e efeitos e, na sua decorrência, as necessárias formulações teóricas e operacionais.

Na verdade, muitas das iniciativas e espaços turísticos formatados à luz de pressupostos teóricos e metodológicos então correntes, começavam, agora, a

apresentar sintomas preocupantes de crise, nomeadamente através da queda das taxas de remuneração do capital para valores que, nalguns casos, se situavam em níveis inferiores às verificadas para a média de todos os sectores económicos das áreas consideradas.

Neste contexto, várias respostas foram ensaiadas: nos territórios desenvolvidos, promovendo o consumo turístico através da densificação, diversificação e aumento do valor dos produtos turísticos; nas áreas menos desenvolvidas, sobretudo através da racionalização do sector e da intensificação dos factores de massificação turística (Tanja Mihalic, 2002¹²⁵).

Este foi, por exemplo, o que sucedeu no México - em Cancún - que, tendo sido uma área desenvolvida turisticamente a partir de 1970 através de uma fortíssima intervenção do governo mexicano, foi, posteriormente, sofrendo alterações na sua filosofia de base e na sua estruturação territorial à medida que os capitais privados foram crescendo e o estado se foi retirando.

Por outro lado, é importante ter presente, também, que os reflexos do paradigma do neo-liberalismo económico no turismo - contrariamente ao que se passou, por exemplo, com o da dependência - traduziram-se, sobretudo, na organização do sector e na sua projecção enquanto vector de desenvolvimento dos territórios, e não, propriamente, no acervo conceptual do turismo. Na verdade, excepto da parte de algumas instituições internacionais, como muito pouco foi acrescentado pelo neo-liberalismo à teoria do turismo, e o que surgiu, sobretudo da área académica, foram críticas mais ou menos negativas.

Dentro do quadro geral do pensamento neo-liberal - a abertura dos países ao mercado mundial, a atracção de investimentos externos, a redução das intervenções públicas e o decréscimo da carga fiscal sobre as empresas e as mais valias em geral - o centro de gravidade do desenvolvimento turístico vai derivar para três aspectos fundamentais: criação de condições para o funcionamento das regras de mercado; abertura plena aos

¹²⁵ Mihalic, Tanja (2002), *Tourism and Economic Development Issues*, in Sharpley e Telfer (2002).

investimentos e à assistência exteriores; formatação enquanto actividade económica exportadora.

Estes último objectivo significou a secundarização – ou mesmo o desaparecimento – das já de si, então, limitadas preocupações do turismo enquanto factor de luta contra as disparidades territoriais e sociais, ou seja, a submissão do turismo aos resultados macroeconómicos globais.

Aliás, a dimensão do turismo enquanto sector exportador, levou a que numerosas agências internacionais, tais como o FMI e o Banco Mundial, colocassem o turismo no centro dos seus planos de ajuda ao desenvolvimento de muitos territórios, financiando a criação e/ou remodelação de infra-estruturas cruciais para o crescimento do sector.

Estes empréstimos, dirigidos ao financiamento do turismo, foram efectuados mediante as habituais contrapartidas:

- a) A adopção de programas de ajustamento estrutural, tendo em vista sanear a dimensão interna da economia, tida, como se sabe, como uma das causas fundamentais do insucesso dos territórios em termos de desenvolvimento – privatização das empresas turísticas e eliminação das instituições públicas ligadas ao sector, redução das contribuições sociais das empresas, flexibilização da legislação laboral, redução de impostos e taxas, redução das limitações impostas pelas políticas de ordenamento do território, desvalorização das moedas e outras iniciativas tendo em vista aumentar a competitividade externa do sector turístico e o aumento da remuneração dos capitais.
- b) A abertura ao exterior, seja no domínio do investimento, seja no da operação das grandes empresas multinacionais, seja no da assistência técnica ao desenvolvimento turístico efectuada pelas grandes instituições internacionais, veículos do novo modelo de organização económica – revogação das leis que limitavam, em muitas áreas, o investimento externo (caso de Marrocos, da Turquia ou da Tunísia, só para citar alguns com afinidades culturais entre si),

concessão de facilidades, incentivos e de garantias aos investidores externos, eliminação de monopólios estatais e sua colocação no mercado externo, efectivação de investimentos públicos com externalidades altamente positivas sobre a rendibilidade dos investimento externo, entre outros aspectos.

Os resultados da aplicação dos modelos neo-liberais ao turismo, com o reforço do papel do mercado e das forças da globalização, tiveram como consequências a redução do seu papel enquanto ferramenta de atenuação das disparidades espaciais internas aos territórios, a continuidade e, mesmo, reforço do processo de massificação e *standartização*, o acréscimo da dependência face ao exterior, a redução das taxas de retenção das receitas turísticas, o aprofundamento das desigualdades sociais, a redução da função social do turismo, o afastamento e alheamento das populações locais face aos processos de desenvolvimento turístico, numa palavra, o aprofundamento das diferenças entre a emissão e a recepção e entre os turistas e os residentes.

“(...) the global political context has evolved in such a way that the “end of history” (an expression used by Francis Fukuyama in the early 1990s to stress the triumph of liberal democracy) was followed by a period far less glorious than what had pompously been announced (...) the dramatic rise of neo-liberalism gave rise to (...) the open market and its many negative effects on the life of people and communities by deepening, among others, the gap between rich and poor, not only between countries but also within the countries themselves. In this broad context world tourism (...) continues to progress with some periods of slowdown (...). This is essentially mass tourism, which does not always bring along the positive effects expected and leaves important segments of the population aside. Through its industrial structure, mass tourism too often causes a profit benefiting the countries of the visitors to the detriment of the host population, a phenomenon which is increasingly denounced by those offering soft forms of tourism by stressing the responsibility and solidarity of

the stakeholders involved.”. (Addendum to the Montreal Declaration “Towards a Human and Social Vision of Tourism¹²⁶”,2006:1).

TURISMO SOB O PARADIGMA DO NEO-LIBERALISMO ECONÓMICO		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão fundamental	Económica	
Velocidade do desenvolvimento	Rápida	Tendo em vista não só uma remuneração rápida dos investimentos, mas também a obtenção rápida de elevados rendimentos turísticos
Integração com outros sectores	Baixa	A massificação e a <i>standartização</i> implicam a formatação da oferta segundo parâmetros internacionais que, muitas vezes, a produção local não tem capacidade para dar resposta
Abertura às economias locais	Baixa	
Impacto nas economias locais	Baixo	As taxas de retenção são muito baixas e os rendimentos do turismo concentrados nas elites locais
Perspectivas de desenvolvimento regional	<i>Clusters</i>	Segundo Porter ¹²⁷ (1990) ¹²⁸ , o desenvolvimento das regiões repousa sobre as vantagens competitivas, obtidas, sobretudo, através das economias de aglomeração e de escala
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Baixa	As instituições públicas retiram-se, acantonando-se ao papel de garantir e favorecer os investimentos privados externos
Papel do mercado	Alto	O regulador, por excelência

(Continua)

¹²⁶ Texto adoptado pela Assembleia Geral do “ International Bureau of Social Tourism”, realizada em *Aubagne en Provence*, a 10 de Maio de 2006.

¹²⁷ Economista Norte-Americano, professor da “Harvard Business Scholl”.

¹²⁸ Porter, Michael (1990), *A vantagem Competitiva das Nações*, Rio de Janeiro, Editora Campus.

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DO NEO-LIBERALISMO ECONÓMICO		
Dimensões	Características	Observações
Papel das comunidades locais	Baixo	Associado às dimensões dos investimentos e à sua génese. Por vezes, o seu papel é reduzido ao sector informal do turismo
Planeamento e ordenamento	Planeamento <i>top-down</i> e limitado	Planeamento dentro de uma perspectiva basicamente economicista
Quadro legislativo	Existente mas limitado	Sobretudo, salvaguardando o bom funcionamento do mercado e protegendo os investimentos externos
Controle do sector	Externo	Agências internacionais e grandes multinacionais
OFERTA		
Mobilização dos recursos	Alta	Os recursos são encarados como uma matéria-prima, uma mercadoria
Natureza dos investimentos	Externos	Muitos através de empréstimos concedidos pelas grandes instituições internacionais de promoção do desenvolvimento
Intensidade dos investimentos	Forte	De acordo com o modelo de massas e <i>standartizado</i>
Propriedade dos meios	Externa	As elites locais partilham a propriedade dos investimentos, muitas vezes, nos subsectores menos centrais
Equipamentos receptivos	<i>Standartizados</i> e massificados	Muitas vezes nas tipologias fechadas
Diversidade de produtos	Baixa	Produtos com amplos mercados, como por exemplo, o Sol e Mar. Nalguns casos, começam a surgir alguns produtos alternativos tendo em vista o combate à sazonalidade turística
Densidade dos produtos	Baixa	Produtos simples, com cadeias de valor curtas e pouco complexas. Nalguns casos, surgem módulos acopláveis ao cerne dos produtos

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DO NEO-LIBERALISMO ECONÓMICO		
Dimensões	Características	Observações
Animação turística	Média/Baixa	Animação tradicional de hotel ou <i>resort</i>
Integração com outras áreas	Baixa	A integração, a existir, é efectuada através das grandes empresas multinacionais estabelecidas em diversos pontos específicos do espaço
Espacialização da oferta	Concentração	Economias de escala e de aglomeração como forma de adquirir vantagens competitivas
Mercados alvo	Áreas urbanas dos países desenvolvidos	
Emprego qualificado	Muitas vezes externo	Como consultores ou quadros das grandes empresas multinacionais que vão circulando pelo mundo
Emprego indiferenciado	Interno	
Atitude perante o turista	Atitude mista de aceitação e rejeição	Por um lado o turista trás dinheiro, mas, por outro, ou o seu número é demasiado ou, na maior parte dos casos, implica uma segregação espacial e dos equipamentos
PROCURA		
Tipo de turista predominante	Turista de massas	Profissionais dos serviços e da indústria com média e baixa qualificação. Reformados.
Práticas turísticas	Tradicionalistas e pouco variadas	Centradas nos locais concentrados dos destinos ou nos espaços fechados. Alguns módulos adicionais disponíveis para os turistas mais exigentes.
Contactos com a comunidade de acolhimento	Baixos	Pela concentração e carácter fechado das infra-estruturas de recepção, mas também pelo tipo de turista e o modo como é encarado pelas comunidades locais.
Organização da viagem	Grupos, pacotes	

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DO NEO-LIBERALISMO ECONÓMICO		
Dimensões	Características	Observações
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Mediadores turísticos	Grandes grossistas. Empresas multinacionais.	Os quais dominam, quase em exclusivo, o mercado e impõem as suas condições
Divulgação	Externa	
Informação turística	Limitada	O tipo de turismo predominante não implica grandes investimentos em informação turística no local e em sinalização
PARÂMETROS CAUTELARES		
Sustentabilidade ambiental	Não considerado	O ambiente é um recurso como outro qualquer, susceptível de ser regulado pelo mercado
Sustentabilidade social	Não considerado	Pelas características do modelo de desenvolvimento neo-liberal subjacente
Justiça territorial	Não considerado	Pelas características do modelo de desenvolvimento neo-liberal subjacente.
Justiça social	Não considerado	Pelas características do modelo de desenvolvimento neo-liberal subjacente.

3.3.4 – Turismo e desenvolvimento alternativo

Na última citação inscrita no ponto anterior, há referências a dois aspectos importantes para percebermos o percurso do turismo nos anos mais próximos da actualidade: a contestação crescente de que as formas industrializadas e massificadas de turismo vinham sendo alvo e, por decorrência, as responsabilidades assacadas aos *stakeholders* nos efeitos negativos que, cada vez mais, lhe eram associados.

Trata-se da emergência de uma cultura crítica relativamente à natureza do turismo predominante - e aos seus efeitos nos locais de recepção - que se inscreve num movimento mais amplo de distanciamento relativamente ao neo-liberalismo enquanto doutrina económica e social e enquanto produto final da evolução histórica,

económica e política da humanidade. Trata-se, igualmente, da análise crítica dos efeitos negativos do aprofundamento do processo de globalização mundial e da sua tradução em termos da actividade turística internacional.

Sinteticamente, no turismo, como noutros domínios, o aumento exponencial da produção e do consumo, a redução a mercadorias transaccionáveis de todo o espectro da realidade natural e humana, bem como a generalização dos mercados a sectores cada vez mais amplos das sociedades de consumo mais desenvolvidas, começaram a produzir “amargos de boca” a muitos que, olhando para o presente e para o futuro, pesaram os preços a pagar pelo processo de “democratização” motorizado pelos ventos do liberalismo que sopravam do quadrante ocidental, no caso dos países em vias de desenvolvimento, e pela desumanização da economia e das sociedades imposta por um capitalismo implacável, no caso dos países do centro (onde, de resto, a contestação ao neo-liberalismo atingiu junto de alguns sectores da população os seus picos).

Um dos resultados que mais rapidamente produziu reacções de sectores diversificados do pensamento mundial foi a degradação ambiental, ou melhor, o consumo em movimento uniformemente acelerado dos factores de estabilidade e bem-estar naturais indispensáveis à qualidade da vida humana. Tratava-se, no fundo, do reflexo de algo completamente novo na longa história da humanidade: a ideia de que a humanidade vivia num mundo finito.

A noção de mundo finito, na sua simplicidade e evidência (actual), foi das mais tardias “descobertas” humanas e, a avaliar pela lentidão com que foi apropriada, talvez das mais angustiantes. Começa, em nosso entender, num contexto diferente do termo “finito” daquele que é costume empregar no domínio ambiental, o de mundo com fim possível e, para alguns, anunciado. Isto, quando o progresso científico e tecnológico, pela primeira vez, colocou nas mãos da humanidade a capacidade efectiva para se autodestruir. O pesadelo nuclear das primeiras décadas da segunda metade do século XX não só assustou a população mundial, fê-la reflectir sobre o

significado do progresso, fê-la perder a inocência dos justos, fê-la, afinal, questionar o seu futuro.

E se o seu futuro era findável, rapidamente descobriu, ou foi alertada para tal pelos especialistas, que vivia num mundo igualmente findável e que, ou mudava de práticas e atitudes, ou o seu fim – ou o fim do seu quadro de vida - poderia chegar por outras vias, menos explosivas, mas não menos inexoráveis.

Neste quadro, durante os anos 50 e 60 começam a surgir, no seio do pensamento académico, um conjunto de postulados neo-maltusianos, os quais ligavam os problemas ambientais - já então sentidos ou pressentidos - ao crescimento explosivo da população mundial, encarado como uma verdadeira bomba-relógio. Muitas destas preocupações foram posteriormente atenuadas, no quadro da redução das taxas de fecundidade ocorridas nos países desenvolvidos e no dos resultados da “revolução verde” verificada nos restantes.

Contudo, a semente estava lançada. Em 1972 é divulgado o “Relatório Meadows” - Os Limites do Crescimento -, produzido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), por encomenda do Clube de Roma¹²⁹. Nele, as consequências da continuidade do processo de industrialização, nos moldes em que estava a ser efectuado, eram traçadas com uma paleta de cores bastante escura. Este relatório, pela divulgação e influência que teve, constituiu um marco fundamental no caminho ascendente que as preocupações com a sustentabilidade ambiental iriam percorrer.

“The behavior mode of the system is that of overshoot and collapse. In this run the collapse occurs because of nonrenewable resource depletion. The industrial capital stock grows to a level that requires an enormous input of resources. In the very process of that growth it depletes a large fraction of the resource reserves available. As resource prices rise and mines are depleted, more and more capital must be used for obtaining resources, leaving less to be invested for future growth. Finally investment cannot keep up with depreciation, and the industrial base collapses, taking

¹²⁹ Clube fundado, em 1968, por Aurelio Peccei e Alexander King, tendo em vista a discussão de assuntos da política e da economia mundial considerados importantes.

with it the service and agricultural systems, which have become dependent on industrial inputs (such as fertilizers, pesticides, hospital laboratories, computers, and especially energy for mechanization).” (Meadows *et al.*¹³⁰, 1972: 2).

Nos finais dos anos 70 surge a hipótese Gaia, de James Lovelock¹³¹, que encara o planeta como uma só entidade homeostática, juntamente com as preocupações sobre o potencial da actividade humana para perturbar o equilíbrio ecológico delicado da Terra (Southgate e Sharpley, 2002¹³²).

No seguimento da crescente preocupação com as perturbações ambientais decorrentes dos modelos de desenvolvimento até então adoptados, as grandes instituições mundiais começam, primeiro por introduzir no seu discurso a dimensão ambiental e, posteriormente, por desenvolver ou promover estudos tendo em vista dimensionar e ultrapassar os perigos inerentes às alterações na ecoesfera.

Assim, logo no início dos anos 80 é publicado um relatório, com origem principal na Organização das Nações Unidas, o “World Conservation Strategy”, em que, pela primeira vez, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, “the integration of conservation and development to ensure that modifications to the planet do indeed secure the survival and well being of all people”¹³³.

Não prolongando esta fileira expositiva e dando um salto no tempo, em 1992 realiza-se, no Rio de Janeiro, a Cimeira da Terra, a qual vai colocar o desenvolvimento sustentável na ordem do dia e promover, ainda mais, a sua difusão para todos os quadrantes do pensamento e para todas as áreas do globo. Precedida pelo relatório Brundtland¹³⁴, o qual aprofunda o conceito de desenvolvimento sustentável, a cimeira do Rio vai estabelecer o compromisso possível entre a necessidade de sustentabilidade e a viabilidade actual – política e económica – da sua aplicação às actividades

¹³⁰ Meadows, Donella; Meadows, Dennis; Rends, Jorgen; Williams, Behrens (1972), *The Limits to Growth*, short version, sem referências.

¹³¹ James Lovelock (1919-), Químico e médico inglês, cientista e ambientalista. Desenvolveu a hipótese Gaia.

¹³² Southgate, Chris e Sharpley, Richard (2002), *Tourism, Development and the Environment*, (em Sharpley e Telfer, 2002).

¹³³ Idem.

¹³⁴ Relatório Brundtland “O Nosso Futuro Comum”, 1987.

humanas. Este compromisso em torno dos caminhos do desenvolvimento preconizados para o Século XXI, vai dar origem à famosa Agenda XXI, a qual se vai afirmar como o grande marco de referência do desenvolvimento sustentável e, nessa qualidade, plasmada para diversos domínios e actividades das quais o turismo não vai ser a excepção.

Na realidade, as questões ambientais vão-se colocando, de forma crescente, no domínio específico do turismo. Mesmo no contexto de um modelo de desenvolvimento turístico em que os recursos ambientais – e não só - eram encarados como uma mercadoria, o seu carácter finito, ou a consciência acrescida do seu carácter finito, não podia deixar de levantar interrogações quanto à perenidade do próprio modelo económico de formação da actividade. A questão já não era somente uma matéria de ética ou de filosofia de desenvolvimento dos territórios. Começava a transformar-se, para os mais esclarecidos, numa questão de sobrevivência – ou, colocando a ideia dentro da linguagem da época, de sustentabilidade do negócio tal como estava formatado.

Esta nova realidade de enquadramento leva a dois caminhos: um, de reforma moderada da actividade tendo em vista a manutenção do essencial, isto é, a transferência de vultuosas mais valias das periferias para os centros e a satisfação das necessidades das grandes bacias emissoras; outro, de expansão de formações turísticas alternativas.

Em qualquer dos casos, é interessante verificar como as preocupações ambientais vão “entrando” no discurso turístico oficial. Na verdade, se passarmos em revista três momentos importantes da reflexão de cúpula durante os anos de 80, a Declaração de Manila (1980), o Documento de Acapulco (1982) e a Declaração de Haia (1989), todos com génese na Organização Mundial de Turismo, verificaremos mudanças importantes naquele domínio.

Nas duas primeiras, a problemática ambiental surge de forma bastante marginal, associada, quase sempre, à necessidade de utilizar os recursos naturais de forma prudente:

- a) “Los recursos turísticos de que disponen los países están constituidos a la vez por espacios, bienes y valores. Se trata de recursos cuyo empleo no puede dejarse a una utilización incontrolada sin correr el riesgo de su degradación, incluso de su destrucción. La satisfacción de las necesidades turísticas no debe constituir una amenaza (...) para el medio ambiente, especialmente para los recursos naturales (...).” (Declaração de Manila, no âmbito da Conferência Mundial de Turismo, convocada pela OMT, *in* Ruiz e Armand, 2000¹³⁵: 604).
- b) “La Reunión Mundial de Turismo (...) invita a los Estados y a toda instancia interesada, pública o privada, así como a la Organización Mundial del Turismo (...) Recomienda además (...) [nas orientações indicativas] (la) protección y preservación del medio ambiente, de la estructura ecológica y del patrimonio natural (...). (Documento de Acapulco, surgido na Reunião Mundial de Turismo, convocada pela OMT, *in* Ruiz e Armand, 2000: 600).

Na Declaração de Haia, produzida na Conferência Interparlamentar sobre Turismo, convocada pela OMT conjuntamente com a União Interparlamentar, a dimensão da preservação ambiental ganha uma relevância completamente diferente ao ser acolhida como um dos dez princípios que devem inspirar o turismo internacional: “Princípio III – La integridad del medio natural (...) es condición fundamental del desarrollo del turismo (...) convendría tomar medidas eficaces con los fines (de) (...) informar y educar a los turistas nacionales e internacionales para que protejan, conservem y respectem el medio natural (...) de los lugares que visitam; promover una planificación integrada del ‘Desarrollo Duradero’ enunciada en el Informe de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo (Informe Brundtland) (...); determinar la capacidad de ocupación de los lugares visitados por los turistas (...); proseguir el inventario de los lugares de interés turístico (...); fomentar el desarrollo de formas alternativas de turismo (...).” (Ruiz e Armand, 2000: 568)

Posteriormente, como reflexo no turismo da cimeira do Rio de Janeiro, sai, em 1996, a “Agenda XXI for the Travel & Tourism Industry”, que constitui um programa de

¹³⁵ Ruiz, Carlos Vogeler e Armand, Enrique Hernández (2002), *El Mercado Turístico, Estructura, Operaciones y Procesos de producción*, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid.

acção para o sector, no qual o desenvolvimento sustentável é traduzido para o campo do desenvolvimento turístico sustentável. Este documento, uma declaração de intenções e de boas práticas, constitui, ao mesmo tempo, como já referimos, um reconhecimento da mudança necessária à perpetuação dos fundamentos em que o turismo assentava: “ The Earth Summit forced us all to realize that we are depleting our resources much faster than they can recover. A good deal of our Travel & Tourism activity relies on these fragile natural or cultural resources, so it is in our interests to protect them for the future.” (Agenda XXI for travel and tourism industry, 1996: 3)

De qualquer forma, por convicção ou interesse, o caminho estava aberto à mudança no domínio ambiental. O paradigma de desenvolvimento turístico alternativo, ele próprio dentro dessa linha de pensamento, em concomitância com o que vinha acontecendo num plano mais geral, vai surgir à luz do dia como uma alternativa global, mais ou menos radical, ao turismo massificado, *standartizado* e de orientação neo-liberal dominante.

Juntamente com o conceito de sustentabilidade ambiental, o paradigma alternativo de desenvolvimento turístico vai incorporar outras preocupações, que, no seu conjunto, vão alargar a ideia de sustentabilidade a mais dois outros vectores: a sustentabilidade social e a económica.

É, pois, dentro deste triângulo que se estabelecem as características que, pese embora as múltiplas formatações que assume na prática, o turismo desenvolvido dentro da perspectiva de desenvolvimento alternativo vai ter como transversais e estruturantes:

- a) A sustentabilidade como conceito central e como medida fundamental das boas práticas no domínio do desenvolvimento turístico.
- b) A satisfação das necessidades das comunidades locais como objectivo central a alcançar.
- c) O acento tónico nas condições susceptíveis de proporcionar um desenvolvimento de base endógena, nomeadamente o fortalecimento das

comunidades locais tendo em vista a sua capacitação para a participação na concepção, operacionalização e gestão do processo turístico.

- d) O papel conferido ao turismo como motor da inclusão dos estratos sociais mais vulneráveis e, em geral, como promotor da coesão social.
- e) A importância conferida aos processos baseados em iniciativas de pequena escala (grande escala no sentido preciso do termo), bem integrados nas realidades das comunidades de acolhimento e focalizados na competitividade conferida pelo aprofundamento e valorização da diferença e das especificidades.
- f) A colocação em evidência de formas de turismo espacialmente difusas e assentando em formatações e temáticas diversas mas com laços muito estreitos com a natureza, a cultura e as trocas de experiências e vivências.
- g) A harmonização da qualidade de vida dos locais com os níveis de agrado dos turistas.
- h) A centralidade conferida ao turismo social e territorialmente justo - na distribuição das mais valias do turismo, mas também das suas externalidades negativas – e ao turismo responsável.

Na prática, um desenvolvimento turístico respeitador das comunidades de acolhimento e para elas primordialmente dirigido, procurando, ao mesmo tempo, responder às novas tendências de maior exigência e crescente autenticidade experimentadas em sectores da procura com crescente expressão numérica e com disponibilidades económicas e/ou acervo cultural superiores à média do mercado.

Na sequência do já foi referido, é importante mencionar dois aspectos que relativizam o paradigma do desenvolvimento turístico alternativo enquanto algo totalmente novo ou enquanto revolução no sector:

- a) Em primeiro lugar, e como já vimos, algumas das suas características foram, por necessidade dos factos, assumidas, igualmente, pelo modelo turístico neo-

liberal, ainda hoje predominante e que se desenvolve, com algumas *nuances* mais actuais e responsáveis, em concomitância com o turismo decorrente do modelo alternativo.

- b) Em segundo lugar, o turismo chamado alternativo – tal como o modelo geral do desenvolvimento alternativo – é um campo de largo espectro e de geometria variável, onde confluem preocupações diversas e de onde emergem respostas diferentes. De resto, tal como verificámos no capítulo anterior, é algo ainda em construção e um domínio que está longe de ser isento de reticências e críticas, mesmo por aqueles que se incluem dentro do espírito do seu “movimento”.

Neste último aspecto, o de ser algo ainda em construção, gostaríamos de sublinhar que aspectos que os novos ventos das ideias do desenvolvimento das sociedades e dos territórios estão, cada vez mais, a evidenciar como importantes, no que ao desenvolvimento turístico diz respeito, encontram-se ausentes ou, talvez mais correctamente, numa fase inicial de incorporação e, como tal, pouco estruturadas e menos ligadas à problemática turística de forma expressa e clara. Falamos, entre outras, sobretudo do papel da inovação social, da aprendizagem, do capital relacional e da governância enquanto factores de desenvolvimento turístico. Ou, embora menos distantes das ideias correntes ao desenvolvimento turístico alternativo, da importância do terceiro sector e do *empowerment*. Possivelmente, tal como enunciámos anteriormente, estará em gestação uma nova geração de ideias no campo do turismo alternativo como factor de desenvolvimento ou, quiçá, algo de mais substancialmente novo que o futuro se encarregará de adjectivar.

TURISMO SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão fundamental	Sustentabilidade	Ambiental, social e Económica
Velocidade do desenvolvimento	Moderada, baixa.	A natureza das iniciativas e as fontes de investimento originam velocidades relativamente baixas nos processos de desenvolvimento turístico, facto que, de resto, está de acordo com a necessidade de participação das comunidades e a sua subsequente intervenção na sequência de processos de avaliação contínua de resultados e impactes
Integração com outros sectores	Alta	As tipologias turísticas e respectivas práticas facilitam a integração com os restantes sectores económicos das áreas de recepção
Abertura às economias locais	Alta	Os investimentos de base local são privilegiados
Impacto nas economias locais	Elevado	Devido aos altos graus de retenção dos fluxos que estas tipologias turísticas originam. Limitação das importações para a construção de infra-estruturas e consumo quotidiano dos turistas; retenção das mais valias dos investimentos locais
Perspectivas de desenvolvimento regional	Sistemas Regionais de Inovação, Cidades Criativas, IAD.	<i>IAD - Integrated Area Development</i>
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Média	Aos poderes públicos é atribuído um papel significativo, embora diminuindo da base para o topo. Com a afirmação da governância a regulação das autoridades diminui. Um papel importante é conferido ao terceiro sector

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
Papel do mercado	Limitado	
Papel das comunidades locais	Alto	O princípio, o veículo e o fim dos processos de desenvolvimento turístico
Planeamento e ordenamento	Planeamento <i>down-top</i>	Orientado para a comunidade. Sustentável
Quadro legislativo	Elevado, médio	Sobretudo de génese local e regional
Controle do sector	Interno	Através da origem dos investimentos e da participação das comunidades locais
OFERTA		
Mobilização dos recursos	Baixa	Utilização inteligente dos recursos finitos e dos renováveis
Natureza dos investimentos	Internos	
Intensidade dos investimentos	Baixa	As infra-estruturas são integradas e de custos limitados
Propriedade dos meios	Interna	
Equipamentos receptivos	Integrados no contexto local	Contexto natural, arquitectónico e social
Diversidade de produtos	Alta	Ligados à natureza nas suas diversas formações, desde o turismo verde ao eco-turismo. Ligados às múltiplas formas de turismo cultural
Densidade dos produtos	Alta	Associando módulos que expressam as riquezas e especificidades locais
Animação turística	Forte	A animação é uma forma de promover a ligação entre turista e comunidade local, bem como uma via para estabelecer pontes e pontos de contacto entre cultural. É, igualmente, indispensável ao aprofundamento dos produtos e ao incremento dos graus de satisfação dos turistas

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
Integração com outras áreas	Alta	Um espaço difuso e em rede.
Espacialização da oferta	Difusa, desconcentrada	Faz parte da matriz genética do modelo de desenvolvimento
Mercados alvo	Áreas urbanas dos países desenvolvidos	Mas, os seus segmentos culturalmente mais robustos e socialmente mais esclarecidos. Uma elite em expansão
Emprego qualificado	Interno	Ou obtido através de formas de cooperação e da acção das ONG
Emprego indiferenciado	Interno	
Atitude perante o turista	Diálogo e troca de experiências	O turista é um visitante da casa colectiva
PROCURA		
Tipo de turista predominante	Turista individual, activo, com consciência social	Um turista que procura não só ver mas viver
Práticas turísticas	Diversificadas	Em função da complexidade dos modos de vida e das sociedades de recepção
Contactos com a comunidade de acolhimento	Altos	Um ponto forte na competitividade do turismo alternativo
Organização da viagem	Individual ou através de mediadores especializados	Muitas das vezes, igualmente, através de agências locais ou regionais criadas para o efeito e usando as novas tecnologias da informação
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Mediadores turísticos	Agências locais e grossistas especializados	Ou agências locais criadas para o efeito
Divulgação	Sobretudo externa	
Informação turística	Alta	As necessidades de tornar o espaço transparente e de permitir a mobilidade implicam investimentos importantes na divulgação e sinalização turística dos locais de recepção

(Continua)

(Continuação)

TURISMO SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
PARÂMETROS CAUTELARES		
Sustentabilidade ambiental	Aspecto central	Faz parte da matriz genética do modelo de desenvolvimento, global e turístico
Sustentabilidade social	Aspecto central	Faz parte da matriz genética do modelo de desenvolvimento, global e turístico
Justiça territorial	Aspecto central	Faz parte da matriz genética do modelo de desenvolvimento, global e turístico
Justiça social	Aspecto central	Faz parte da matriz genética do modelo de desenvolvimento, global e turístico

3.4 – Os turismos em Portugal, um relance ficcionado e alguns apontamentos de reflexão

Queremo-nos afastar um pouco das abordagens tradicionais ao turismo nacional. Pensamos que é uma matéria importante no nosso discurso expositivo, já que estabelecerá a ponte entre a problemática geral e o estudo de caso. Contudo, ao mesmo tempo, não nos interessa enveredar por percursos demasiado glosados, até por nós, quando, há mais de quinze anos, elaborámos a dissertação de mestrado: a sua história desde o climatismo e o termalismo das elites, até à sua actual expressão nacional e regional.

Assim, propomo-nos tomar um caminho diferente. Talvez pouco usual em trabalhos desta natureza, mas, com a chegada do pós-modernismo à produção científica e a crescente importância conferida à inovação, quiçá admissível, porque descola da teoria e assume a inovação, ... inovando. Ou, mais modestamente, tentando inovar.

Como sempre, também neste contexto e momento particulares, a diferença que separa a inovação do disparate total é fina como uma mortalha de cigarro, sendo,

normalmente, uma função mais relativa – no sentido da aceitação externa do “novo” – do que absoluta.

Veremos! Primeiro, se deixaremos prosseguir o desenho que temos em mente; segundo, se teremos engenho suficiente para o levar ao fim, terceiro, se resulta.

Assumindo respostas positivas às duas primeiras interrogações, chamamos a atenção para a natureza ficcional do texto que se segue, o qual, contudo, não deixa de derivar – e ser possível através – das experiências que tivemos oportunidade de adquirir ao longo dos anos no Sul do País, anos esses em que tudo o que nos rodeava se transformou drasticamente e em que os modelos de desenvolvimento turístico que nos moldaram, continuamente, o quotidiano eram factos para além dos nossos horizontes mentais.

Posteriormente, voltaremos ao registo habitual em empreendimentos desta natureza e estabeleceremos a ligação entre a ficção e a realidade e entre esta e as teorias do desenvolvimento, turístico e dos territórios.

3.4.1. Uma relação ficcionada entre turismo e território

I

Chicharro - para mim Sr. Chicharro, que ainda se respeitava a velhice e não tínhamos andado na escola juntos – sentado numa cadeira, pequena, de empreita, amanhava metodicamente o peixe que tinha trazido do mar pela manhã.

Barbudo de uma semana, sempre de uma semana o que era um dos seus mistérios, chapéu que já tinha sido preto lançado para os olhos, tez morena e crestada do Sol, beata de tabaco Duque, amarela como as sardinhas de barrica – sempre a mesma, achava eu – como se fosse uma sombra chinesa, projectava uma sombra, oblonga, na parede da casa de dois pisos caiada de branco e com feridas que o vento e o salitre iam tornando escaras de onde a areia se desprendia.

Ao fim de uma hora ou mais de atento labor, guardado o canivete de folha cinzenta e concava de tanto ser passada pelo barro do alguidar, levantou-se, foi até à parede fronteira e atou a moreia, escalada e com caninhas, num prego que, a atestar pela quantidade de cordas que o rodeavam, estaria ali desde a noite dos tempos.

- Raio de levante! Disse, entredentes e com a cinza a espalhar-se pela camisa preta. Deitou o conteúdo sanguinolento do alguidar para o chão de terra batida e com rescendências suspeitas de fossa, pegou na vasilha do resto do peixe e desapareceu tragado pela escuridão da porta, de onde, pouco depois, se começou a levantar um turbilhão de palavras azedas. Da discussão, pouco se percebia. Dinheiro aqui, casa acolá, armazém, mula,

Pelos vistos, algo não corria de feição e tinha provocado a revolta doméstica do Sr. Chicharro, normalmente de poucas palavras, mas simpático com a rapaziada que frequentava a sua casa, amigos do filho – o carapau. Isto, desde que não se armasse demasiado banzé durante as tardes, altura do dia em que, quando presente, dormia.

Não porque fosse noctívago compulsivo. Mas sim, porque era pescador numa traineira da Casa Varadouro e, como tal, passava as noites na faina da sardinha que abasteceria, de dia, o labor das fábricas conserveiras da empresa.

Era pescador, e dos bons, ao que se dizia. Bom pescador e num barco afortunado, o que o catapultava para a aristocracia da sua classe, com testemunhos firmados, diariamente, nas emissões da rádio escutadas atentamente, sobretudo pelos familiares dos pescadores, os resultados de toda a frota de traineiras. Um estatuto muito diferentes do dos pescadores das lanchas costeiras que se alinhavam na praia em frente da aldeia e que, mercê dos recém chegados “banhistas”, ano após ano, iam caminhando uns metros mais para longe dos três caramanchões com escadas que marcavam a entrada – triunfal – na areia.

Mais especificamente, o Sr. Chicharro era o homem da chata, tarefa perigosa e ingrata, mas que lhe proporcionava alguma proeminência no sistema hierárquico, rígido, que estrutura a “companha” de um barco de pesca. Era ele, inclusive, quem conduzia a terra o mestre da traineira, por acaso seu conterrâneo e vizinho de dois ou

três quarteirões. Era ele, também, quem o transportava, às costas, desde a rebentação das ondas até à areia seca – um de calças pesqueiras arregaçadas, outro, com fato de Nossa Senhora dos Navegantes.

Uma vida dura, que o afastava de casa muitos dias quando a traineira ficava por Portimão ou quando, após a lota, lançava ferro noutras praias mais próximas do pesqueiro escolhido, pelo mestre, para a noite. Proventos acima da média da classe, mas, mesmo assim, magros, muito magros. Insuficientes para fazer desviar a dieta alimentar do sempre presente peixe, fresco, curado ou seco. Insuficiente para limpar a conta na loja da D. Maria, tugúrio cavernoso e escuro com prateleiras e balcão de madeira esverdeada, onde, ao estilo da época, se amontoavam os artigos das mais variadas naturezas, feitios e procedências, as moscas nas tiras pendentes do tecto e as contas no rol. E, tal como viria a saber posteriormente, já na praia e da boca do Carapau, insuficiente para a sua mulher resistir à tentação de alugar a casa a uma família que viera a banhos desde o Alentejo e que deixaria algo com que arredondar as contas e fazer frente às despesas escolares, que se avizinhavam, do meu informante.

O Sr. Chicharro ficou inconformado. Ter que ir viver, por um mês, para o armazém que tinha do outro lado da estrada principal não era propriamente do seu agrado. Aquilo estava cheio de tralha da pesca e de coisas que o seu pai, pequeno rendeiro agrícola, tinha amontoado ao longo das décadas. Depois, não tinha as condições mínimas para ser habitado. O armazém propriamente dito era totalmente amplo, de telha vã, cheio de orifícios. Lá fora, no quintal, junto a uma ameixeira amarela e retorcida mas de reconhecida – e exagerada – produtividade, ficava o estábulo das mulas, ainda mais sujo, mais carregado de teias de aranha e mais minado de osgas do que tudo o resto.

- O meu pai diz que os banhistas o começam a aborrecer. Que encham as vendas e que ocupam os lugares na taberna. Que é bom é para os comerciantes, para os tipos da pensão e para os do hotel, que plantaram, lá em cima, na falésia. Que de casa dele não o tiram. Ainda bem, rematou o Carapau, dando uma volta na areia em direcção à

sombra da barraca vazia mais próxima e tirando a areia de dentro das páginas da fotonovela emprestada por umas amigas.

A praia, mista de costa alta e baixa - pois ficava precisamente na transição entre o sotavento e o barlavento algarvio - desdobrava-se por quilómetros de areal contínuo, ocupado esparsamente em frente à aldeia e, ainda menos, na área fronteira ao ralo casario que prolongava o núcleo antigo, para poente, ao longo da estrada principal. Para nascente, para depois dos barcos de pesca, ninguém. Um verdadeiro deserto e um paraíso para as práticas que, então, requeriam maior recato devido ao controle social intenso, apertado, célere e puritano vigente. Um *Far West*, onde a areia, por ausência de pisoteio, consolidava com o sal do mar e as águas da chuva. Onde se apanhavam “beijinhos”, uma espécie de búzio, pequeno e raro, comercializável. Onde se faziam expedições de pesca, “à babujem”, que duravam mais de 24 horas.

Após o banho nas águas quentes e agitadas do levante, dirigimo-nos, por entre as barracas e os toldos, uma fila de cada, duas dúzias na totalidade, para os apoios de praia. Uns para a esplanada, um plano de cimento construído sobre as rochas e à sombra protectora da fortaleza, outros, para junto do barracão das farturas, dos figos secos, das alcagoitas e demais “delicadezas”. No ar, Tom Jones desdobrava-se em trinados e gorjeios enquanto o polvo seco, na brasa maninha de um fogareiro e ao lado de um lampião de acetileno apagado, rescendia, impregnando de tradição os nossos gelados.

Carapau tinha mais dois anos do que eu e, também como eu, era estudante a tempo inteiro. Frequentava a escola comercial, na sede do concelho, onde, de notável, nada inscreveu para além dos seus dotes de ciclista. De ciclista não desportivo e a contragosto, note-se, já que, ao invés da maioria – para não dizer a totalidade – dos seus colegas, em vez subir para a moribunda camioneta da EVA que percorria, com soluços aterradores, os trinta quilómetros que separavam a aldeia da escola, montava-se numa pasteleira e aí ia ele, a pedalar, com chuva ou sol. Para mim, era um espanto, para ele, uma coisa horrorosa, para o Sr. Chicharro, uma sombra que lhe toldava a alegria e orgulho de ter um filho a estudar.

Nessa noite, como em muitas outras durante os Verões, fomos ao cinema. Os cartazes eram afixados numa estrutura de madeira, velha e tosca, com semelhanças vagas com um cavalete de pintor que tivesse três metros de altura, o qual era encostado, sempre, à parede da casa do Sr. Chicharro. De resto, era a primeira actividade conjunta de cada dia, ver os cartazes e decidir se o investimento valeria a pena.

Nessa noite valia. Um filme de Marisol, a cores e com muitas cantorias. Um pouco desfasado relativamente aos nossos gostos musicais, balanceados mais para o quadrante da música anglo-saxónica, mas com outras vantagens. Para além disso, nem o nosso apuro crítico era demasiado apertado, nem as alternativas abundantes. Por isso, lá nos instalámos nos bancos corridos de madeira, perigosamente alcandorados numa escadaria que subia desde o chão de areia – o cinema era montado na praia – até quase ao teto do barracão de chapa ondulada. Na mão, uns pirolitos de açúcar caramelizado cujo revestimento de papel colorido resistia a tudo menos a ser diluído e comido conjuntamente.

Depois do filme, o passeio nocturno para dar conta do movimento.

Movimento, é favor, porque, na verdade, as pessoas que desfilavam, para cima e para baixo, ao longo da rua principal e simultaneamente marginal, eram poucas. Umhas famílias de banhistas a refrescar-se, uns quantos turistas estrangeiros, ingleses, sobretudo.

Os turistas estrangeiros tinham começado a chegar com maior abundância há uns anos. Atraídos pelo vida barata e pelo remanso daquela paragem ainda por explorar. Chegavam com estilos de vida diferentes que arejavam a pequenez do meio e conferiam um raio de cor ao cinzento daqueles anos 60, pesados, pastosos, e do “adeus até ao meu regresso”.

Eram poucos, mas endinheirados. Depressa o comércio local, sobretudo as tabernas e os restaurantes, vocacionado para os locais e para a burguesia da sede do concelho, primeiro, e para estes e os banhistas, depois, descobriram a janela de oportunidade. Colocaram uns aprestos da pesca nas paredes, passaram a escrever as ementas num

inglês de terceira água, mudaram o registo gastronómico mais para o lado do peixe assado e do marisco e, claro, subiram os preços.

O filão estava descoberto. O vinho lagoa escorria, ainda não transformado naquela mistela que chamaram depois sangria. As lagostas, os lavagantes e os carabineiros estavam de luto permanente. Os turistas ficavam encantados com o preço de tudo. Os locais, radiantes com esta nova clientela que não olhava para os preços e que tinha a carteira à flor da pele. A corrida ao ouro estava aberta e, depressa, juntamente com os Lótus Europa que começaram a surgir à posta dos estabelecimentos de restauração mais precoces na sua adaptação aos novos ventos do negócio, uma onda de novos prospectores começaram a surgir no mercado: “O Fogareiro”, “A Grelha”, “A Lagosta”, “A Santola”, *The Fish Cottage*, *Francisco’s Seafood Paradise*, *Pipa’s*, e por aí fora, segundo a imaginação de cada “Francisco’s” ou “Silva’s”.

Conjuntamente com a expansão do ramo alimentar, mais algum comércio fazia a sua aparição ou reconversão. Sobretudo, na parte mais recente da aldeia, aquela que ligava o núcleo tradicional ao Hotel e onde alternavam armazéns, testemunhos do passado – e ainda presente, embora mitigado – agrícola baseado na “exportação” dos primores para os mercados de Lisboa, as moradias da burguesia da sede do concelho construídas nos anos 50 e início dos 60 e algumas novas edificações, de perfil baixo, já adaptadas para o aluguer aos banhistas e turistas. Entre os dois núcleos, como a perna de um “T” balanceada para o *hinterland*, começara-se, há poucos anos, a desenvolver, em torno da Igreja nova, um núcleo habitacional de prédios de três andares para onde os locais mais bafejados pelos novos ventos do turismo começaram a mudar-se. A modernidade, estava a chegar e com ela as papelarias com jornais exóticos, algumas *boutiques* de roupa tipo “Porfírios” e os primeiros *english pubs*, estabelecidos por, sabe-se lá como e porquê, alguns estrangeiros que assentaram arraiais. Tudo isto sem um jardim, sem equipamentos colectivos e à mistura com um mercado tenebroso, o leiteiro que distribuía o seu produto de bicicleta em vasilhas mais do que suspeitas e a vendedora de vegetais – Joana de sua graça - que fazia a sua ronda puxando um burro pela arreata.

Tendo efectuado a ronda Poente/Nascente várias vezes à procura de algo que, como sempre não se sabia o quê e, se calhar por isso, também nunca surgia, sentamo-nos na muralha, com os grilos a passear por baixo, junto aos pés, e os morcegos a esvoaçar junto às cabeças, em circuitos quebrados, com o lampião da iluminação pública por referência.

Carapau puxou dos últimos dois cigarros Porto de um lote de seis que tinha comprado no barbeiro ao fim da tarde. Olhou para todos os lados à cata dos fiscais, puxou do isqueiro do pai, fez lume.

-Vamos a Albufeira, amanhã? Perguntou. À boleia?

- Fazer o quê? Disse eu, por entre uma baforada mais inspirada.

- Ver os turistas e as lojas! Aquilo lá é que é bom. Isto é uma parvalheira. Rematou

Ficou combinado. Calmamente, passámos pela fortaleza e fomo-nos internando nas ruas estreitas da aldeia: Rua do Tresmalho, Rua do Candeio, Rua das Gaivotas, Travessa das Ondas, Beco das Artes.

Despedimo-nos à porta do armazém do Sr. Chicharro, onde, pelas frestas da porta enorme, se pressentia a luz mortiça de um candeeiro a petróleo.

Enquanto me afastava, ainda ouvi o Carapau blasfemar, baixo, que a mãe tinha ouvidos de tísica:

Caramba, isto está cheio de osgas.

II

Na rua principal, antes Comandante Henrique Tenreiro, agora 25 de Abril de 1974, lia-se, a todo a extensão do muro branco do melhor e mais bem localizado *Chalet*: “O Povo Vencerá”. Ao que, brincalhões ou distantes adeptos da primeira internacional, resolveram dar um toque de ambiente balnear local à revolução em curso, inscrevendo por baixo o resultado das suas profundas – e não totalmente originais – meditações: “Debaixo da calçada, a praia”.

Como por milagre, também aqui na vila, não se sabe se por geração espontânea se por mera reprodução do que se passava pelo País, do mais absoluto zero político, tinham brotado arremessos revolucionários vibrantes, curiosamente dos quadrantes, antes, mais retrógrados e menos iluminados do ponto de vista dos costumes e das convenções sociais.

Soprava uma nortada forte, como acontecia em muitas das tardes de Verão. Carapau, estava de volta de um chapéu-de-sol que teimava, para desconsolo dos alemães que supostamente abrigava, rodar para um ângulo que transformava a sua sombra numa mera tira projectada na parede de pastilha multicolor.

Eu, estava por ali, sem grande jeito. É certo que estava a comer um gelado e, portanto, era um cliente. Também era verdade que tentava combinar um programa com o Carapau, logo, estava a baixar significativamente a sua produtividade enquanto empregado. Feitas as contas era um misto de cliente e de pendura, ainda para mais conhecido dos patrões e donos da casa de gelados.

Ele, tinha cumprido o serviço militar em Moçambique e, à chegada, em 1973, resolveu por em prática o que por lá tinha visto, gelados caseiros. Casou com a namorada de sempre, nossa conhecida desde criança e pólo de atenções tão perseverantes como infrutíferas, conseguiu, não se sabe como, desocupar a casa que pertencia à sogra e estava alugada ao Sr. Chicharro há um ror de anos, fez obras, importou maquinaria de Itália e abriu a geladaria – ou mais próximo da verdade, gelataria – o Urso Polar.

Os gelados, até não eram nada maus, mas o exterior e a decoração eram dramáticos. Cruzando a traça antiga da casa do Sr. Chicharro – branca, debruada a ocre – com algo que deve ter topado algures por esses Algarves fora, o nosso empreendedor produziu um híbrido, entre o neo-algarvio de arquinho com arestas arredondadas a suportar paredes com emplastos de pazádas de cimento e o estilo pueblano, com toros pespegados junto ao telhado. Tudo rematado com um metro de altura de vidrinhos multicoloridos, por causa dos cães, segundo a versão oficial não humanizada.

No dizer de Carapau: – Só lhe falta encostar uma roda de carro de mulas à parede. A mim, mais do que tudo, sentia nostalgia da antiga casa do Sr. Chicharro, onde, com o Carapau e muitos outros e outras, tantas longas tardes de Verão tinha passado, no fresco da tijoleira e dos tetos de caninhas, lado a lado com os cartazes do cinema e envolvidos pela música desse Verão. Agora, de música, só a que um comboio caça crianças e caça níqueis, repetia, vibrantemente, de cinco em cinco minutos.

O percurso de Carapau tinha sido diferente. Em matéria de estudos, a bicicleta e o apelo do dinheiro que o turismo começou a proporcionar, cada vez mais e a cada vez mais gente, fizeram o seu efeito. Do curso comercial penosamente desbravado, restou a vertente comercial, como empregado de bar, de restaurante, de *Pub*, eu sei lá, todos os anos era um novo e diferente.

Depois, viera a altura de ir para a tropa e, antes de assentar praça, marchou-se para França e para a Bélgica onde andou nas bolandas dos refractários. Voltou uns anos depois, com a revolução e com a garantia que o assunto militar estava definitivamente arrumado.

Assentou praça em casa dos pais, agora instalados num andar de um prédio modesto e já pouco atraente, junto à Igreja que fora outrora nova. É que, na sequência do sucedido com a casa de gelados, o Sr. Chicharro entrou em negócios com um construtor – eu diria, antes, destruidor – civil local, pessoa bem conhecida pela sua lábia e pelos seus estreitos contactos com os desenhadores e fiscais da Câmara Municipal, laços esses que lhe tinham permitido, mais de uma vez, a façanha completamente extraordinária - mesmo para os padrões mirabolantes da construção civil local - de edificar ocupando a via pública e de acoplar mais uns três ou quatro andares a projectos que, já de si, ultrapassavam toda a legislação em vigor em matéria da relação entre a altura dos edifícios e a largura das vias de implantação.

De caminho na sua acção de implantar o progresso na vila, o afamado industrial topou o armazém do Sr. Chicharro. Meses depois a troca estava consumada. O armazém, juntamente com uns metros apropriados ao domínio público, deu lugar a um prédio de dez andares ao melhor estilo de Santo António dos Cavaleiros. Ao Sr. Chicharro

coube-lhe o andar e uma casota centenária, de duas divisões, na aldeia, como agora era chamada a parte original da vila.

Esta, embora pequena, sem água canalizada nem luz e relativamente afastada da praia, era o espaço predilecto do Sr. Chicharro, o local onde passava a maior parte dos dias de Inverno e, como seria de esperar, os meses de Verão, já que a sua vocação original era permitir o aluguer do andar às famílias de turistas. Para mais, agora que a Casa Varadouro, na ressaca das transformações laborais decorrentes da liberdade sindical, tinha fechado as portas, o Sr. Chicharro tinha cessado a actividade de pescador, dedicando-se agora a uns pequenos negócios, por conta de uns quantos restaurantes, de compra de peixe, na lota e, à socapa, na praia, para os abastecer com matéria prima de qualidade, frescura e preço que lhes permitissem vencer a concorrência feroz que se instalara nesta época pós-marisco e de turistas com carteiras menos recheadas. Com caranguejos nos bolsos, como o Sr. Chicharro dizia aos amigos, nas longas horas que lhe sobravam e que passava sentado nos bancos da fortaleza, vigiando o movimento das lanchas.

Começava a anoitecer. Sentado no muro da marginal esperava que o Carapau, finalmente, acabasse o turno nos gelados. Lá longe, no mar, as luzes dos barcos de pesca começavam a iluminar a estrada de Marrocos, como os locais gostavam de as apelidar. Uma rasteira em que, para gáudio dos iniciados, muitos forasteiros caíam.

Aqui e ali, uma lancha mais atrasada, normalmente de rapazes novos que o preço do peixe inflacionado pelo turismo – e pela concorrência dos restaurantes - atraía para a profissão dos pais, ainda fazia o seu percurso para os pesqueiros. Os motores, minúsculos, a dois tempos, ainda se faziam ouvir, o som puxado pela brisa que as diferenças na velocidade de arrefecimento entre o mar e a terra originavam. Longe iam os tempos dos remos e das velas que eu me lembrava de ver quando, apanhado nas malhas de uma paixão precoce, descia à praia, ao entardecer, acompanhando a destinatária das minhas atenções quando ela ia levar o farnel ao avô, antes deste largar para o mar e envolver-se, muitas das vezes, em paroxismos aquáticos terríveis até vencer a zona de rebentação das ondas.

Caindo de uma camisola de malha canelada que lhe subia pela barriga acima e badalando as calças, Carapau, cabelo comprido ao vento e barba fera, sentou-se, puxou do material de fumo, e começou, aplicadamente, a enrolar um *charro*.

- “Tás” doido, pá. Disse eu. – Isto está cheio de gente.

- Não há problema. Isto com os estrangeiros e, agora, os retornados, já ninguém liga.

Puxou uma fumaça e, com uma voz fina e cavernosa, perguntou:

- Vamos até a um hotel beber um copo?

- “Tás” cheio de massa. Interpus.

- Não! Aquilo agora tem preços normais. Já não é o que era, quando nem deixavam entrar o pessoal daqui. Só pelas traseiras.

- Também era o que faltava! Nacionalizado é de todos.

- E de ninguém... . Atalhou Carapau, enquanto se levantava e atirava a beata para o novelo de folhas de uma palmeira em crise de crescimento.

Fomos andando em direcção à frente de hotéis que tinham surgido, uns anos antes, um a seguir aos outros, ao longo da falésia, em equilíbrio instável tendo em atenção a natureza pouco consolidada dos arenitos.

Por nós passavam, em sentido contrário, em direcção à aldeia, cordões de gente. Tinham, decerto, acabado de jantar, ou de comer qualquer coisa em estilo de jantar. A grande maioria deles eram nacionais, já que os turistas estrangeiros, por esses anos andavam arredios. A revolução tinha afastado a maioria e os que vinham eram de uma estirpe diferente: mais novos, com menos dinheiro, mais descompostos, mas também mais curiosos e mais dados a outras actividades para além da praia. Muitos, inclusive, queriam discutir e trocar ideias com a população local, os quais, revolução à parte, continuavam interessados basicamente no mesmo: dar-lhes a volta e meter os marcos, francos e pesetas ao bolso.

Contudo, a míngua dos turistas estrangeiros, sobretudo dos que vinham com as carteiras recheadas, foi compensada pela afluência enorme dos nacionais, agora com

as férias pagas e os ordenados engordados. Para mais, a inflação galopante que roía as conquistas salariais não convidava a grandes poupanças. O tempo era de optimismo e em tempos de optimismo não se aforra, dá-se ar ao dinheiro, de preferência o ar marítimo, que dantes lhes era racionado.

Por nós passava bastante gente em preparos inusitados: envolta em cobertores ou com eles, dobrados, debaixo dos braços. Aquilo estava a fazer-me espécie, já que se tratava da minha primeira noite desse ano. Era como uma marcha de refugiados. Fazia-me lembrar as fotografias, dramáticas, dos republicanos espanhóis a atravessar os Pirinéus, em fuga dos mouros de Franco, rumo aos campos de concentração – por acaso quase todos em praias - que em França os aguardavam.

- Mas quem são estes tipos? O que é que andam a fazer nesta figura? Perguntei.

- Vão para o cinema. Respondeu-me distraidamente Carapau.

- P'ró cinema?!

- O que é que queres, o cinema é ao ar livre e as noites ainda estão frescas. O retornado que o montou pensava que isto era África, até importou um camelo. Um *drive-in* sem *drive*, mas com mosquitos com fartura. Ainda por cima é só filmes indianos e de pancadaria. Mais valia o barracão.

Claramente, Carapau não estava demasiado impressionado com o progresso. Nem com a revolução. Tampouco com a contra-revolução.

Aquele hotel tinha sido um marco do poder do turismo. Um enclave de prosperidade e de ostentação. Os jardins luxuriantes, as piscinas, os ranchos folclóricos, as vidraças amplas e fumadas.

Agora, era uma caricatura. É certo que conservava a decoração de outrora, mas gasta, usada, desbotada. O bar, em linhas curvas, ainda mostrava algo da sua glória passada e o serviço fazia o seu melhor, mas a falta de formação era evidente e os stocks esgotados também não ajudavam.

Os gins tónicos que pedimos foram temperados com um cheirinho do que havia: *Gin*

Âncora que, embora com génese em fornecedores da antiga casa real, era tão mau que

resistiu aos sequiosos desalojados das ex-colónias, os quais tinham ocupado esta, como muitas outras, unidade hoteleira durante meses. Alguns resistentes ainda por lá andavam, de mistura com os turistas.

- Deve ter sido por isto que a monarquia caiu, disse eu. Com fornecedores destes não podiam ir longe.

Carapau esboçou um sorriso. O sentido de humor não era propriamente o seu forte e a piada tinha-lhe passado ao lado.

Findo o *gin*, saímos e resolvemos dar uma volta pela Vila. Como sempre para ver o panorama e encontrar algo que preenchesse a sempre presente sensação de vazio, de carência, de falta de alguma coisa que jamais se obtinha, ano após ano, noite após noite.

Embrenhámo-nos pela parte nova da Vila, um espaço imenso, outrora de vinhas, alfarrobeiras e amendoeiras e agora cheio de prédios e torres altas, seguidas, repetidas à exaustão, sem espaços públicos e sem jardins. Somente uns retalhos, aqui e ali, revestidos por uma pelagem rala que teriam sido jardins aquando da venda dos imóveis das cercanias.

Espaços cortiços de Verão, desertos de Inverno. Salpicando estes subúrbios turísticos, comércio e mais comércio. Mas comércio de segunda geração, de má qualidade, minimercados, churrascarias de frangos para consumir fora, drogeries de alguidar de plástico e bóia de pato à porta, e, por vezes, ramos surpreendentes numa vila turística: venda e trocas de cromos e autocolantes, loiças decorativas ou roupa em segunda mão.

- Já me custa a orientar aqui. Disse eu. Isto cresceu como cogumelos e as ruas são todas iguais. Já nem sei ir para a tua casa sem ser pela marginal.

- Não me admira, disse Carapau. Já não era a primeira vez que eu também ando por aí meio perdido. Sobretudo aqui, em cima, durante os anos que estive fora mudou tudo. Até na aldeia deram em comprar casas e em pespegar azulejos de casa de banho nas paredes.

- Pelo menos dá o ambiente certo para depois das cervejolas, gracejei.
- “Tá” calado pá, não gozes com coisas sérias. Tu vens cá uns dias de Verão e depois ala. Acusou Carapau, continuando o discurso crítico que era raro nele.
- Ainda dizem que os turistas fugiram por causa do 25 de Abril. Abalaram mas foi pelo bonito serviço que fizeram, os construtores a encher os bolsos e o pessoal a aplaudir e a ficar com as migalhas. Nem um jardim, nem água de jeito, as estradas cheias de buracos, carros por cima dos passeios, fumo dos grelhadores por todo o lado, os caixotes do lixo o dia todo a ressumar e a empestar... .Só se forem malucos.

Embalados pela conversa chegámos à aldeia, à casa onde Carapau se amontoava com os pais. Despedimo-nos, como sempre com um grunhido carente de sentido.

Já longe, ainda ouvi, ampliada pela noite e pela estreiteza das ruas, a imprecação de Carapau ao entrar:

- Caramba, isto está cheio “da” melgas. Já nem há osgas que as comam.

Fiz o resto do caminho, até a casa, a pensar e a olhar para as paredes. È que era mesmo verdade, havia menos osgas.

III

Com pompa e circunstância, o Museu inaugurava o seu núcleo mais recente: o das actividades marítimas, composto pelo estaleiro e fábrica da Casa Varadouro e recheado de um espólio ímpar no domínio da fileira Construção Naval/Pesca/Indústria Conserveira.

Junto à loja encontrava-se montada uma mesa com os acepipes e os respectivos acompanhantes. Em volta, por entre a multidão, circulavam empregados vestidos a rigor, ora com bandejas de salgados, minúsculos e com um lustro que levantava suspeitas quanto ao devido descanso em cama de papel pardo, ora com copos de vinho da região, também suspeito, pela consabida extinção, há anos, por força de uma rotunda, da última vinha que ainda resistia nas areias do litoral.

Os presentes não tinham perfil definido. A maioria enquadrava-se no tipo omnipresente da burocracia e dos quadros técnicos de província. Eles, de fato, camisa às risquinhas e gravata pastel – os notáveis de primeira geração – ou de pólo (alguns também de camisa com as tais risquinhas), calças claras e camisolas de malha *Burberrys* pelos ombros - os de famílias notáveis. Elas, nos dois casos, luzindo *toilettes* de *boutique* lançadas sobre bronzeados africanos, badalando brincos de longas argolas e rescendendo a mil jardins. Para além destes, mais afastados dos vários grupos que o poder político e económico polarizava, alguns intelectuais, com melenas compridas, ralas e esfarripadas a culminar tristes figuras e meia dúzia de personagens, apumados nas vestes, mas que as mãos sem posição e a postura geral denunciavam pouco à vontade em sucessos desta natureza.

Estes últimos seriam os representantes da outra população local, pensei eu. A famosa participação das comunidades na vida dos museus. O sal que dá sabor aos projectos museológicos que se prezam - e que, por acréscimo, alimentam as repetitivas centenas de comunicações, em tantos outros areópagos, versando o tema, todas elas começadas por “O nosso projecto...”, ou “A nossa experiência (museológica, entenda-se...)”.

E era o caso! Porque, entre eles, reconheci Carapau. Bastante mais velho, mais barrigudo, com menos cabelo, mas Carapau.

- Estás bom, pá? Então já não me conheces? Disse eu à laia de saudação. daquelas que se fazem para saltar o vazio – e a consciência pesada – dos amigos que se vão deixando ficar na beira da estrada da vida.

- Olha! Olha! Quem é ele. De onde é que saíste que eu não te vi? Pensei que tinhas perdido o mapa do Algarve. Estás porreiro? Então o que é feito de ti? Perguntou sucessivamente Carapau, enquanto se desdobrava num abraço em que as barrigas se tocaram.

- Tenho andado por aí. E tu? Agora interessas-te por museus?

- Eu? Não! Os tipos convidaram alguns antigos trabalhadores da Casa Varadouro para a inauguração. Como já morreram quase todos, convidaram também algumas famílias

que ainda conhecem. Eu nem era para vir, mas depois, ... não sei ... , como o meu pai morreu há pouco tempo Deixou Carapau no ar.

- Fizeste bem! Pelo menos foi uma maneira de nos encontrarmos. Anda daí, vamos dar uma volta pelas instalações e depois beber um copo a qualquer lado. Jantamos? Propus.

- Jantar não dá. Podemos é ir até à minha casa e comemos por lá. Já agora ficas a conhecer a família e o caminho. Contra propôs Carapau.

Bastante antes de chegar à Vila, contra as minhas previsões, Carapau meteu a furgoneta por uma estrada secundária de asfalto cansado.

- Tu moras para aqui? Então já não estás lá em baixo, na Vila? Inquiri, com algum espanto.

- Não. Desde que me separei da minha mulher, vim para aqui, para a casa da minha avó. Aquilo já não se aguenta. É uma confusão de todo o tamanho, gente por todo o lado, barulho toda a noite, prédios onde calha. Vais ver, disse Carapau, entreabrindo um programa até então meu desconhecido.

A casa de Carapau era uma casa do campo que conservava todas as suas características originais. Porta e três janelas pequenas, platibanda decorada, açoteia e chaminé a preceito. À frente, um terreiro que outrora fora eira. Depois desta, um telheiro de uma só parede, com mesas, cadeiras, uma bancada para o fogareiro e lareira. Esta última dava uma nota exótica ao conjunto, mas até que não era má ideia para as noites mais frescas. Ao fogo e ao relento, sob a abóbada estrelar.

Perto, a uns setenta metros, uma betoneira fazia-se ouvir. Uma vivenda nascia para lá das amendoeiras e das alfarrobeiras, mesmo junto ao renque de piteiras que servia de estrema.

Bebemos mais do que comemos. Carapau sempre tinha sido um bom copo e, a atestar pelo nariz vermelhusco sulcado por densa rede hidrográfica, durante todos estes anos tinha continuado a cultivar Baco.

- Olha lá, mas vives aqui sozinho? Então e a família? Perguntei.

- A minha família agora é só o Pelim.

- Pelim?

- Sim, o meu filho. Joaquim. Jaquinzinho, ou Pelim, como é conhecido. Já vai fazer vinte anos. Está na Vila, a tratar do negócio. Esclareceu Carapau.

- Ah.

- Deixa aí o saco e vamos embora, até lá abaixo, à Brandoa-sur-mer. Disse Carapau, sacando do seu parco francês de exilado.

Quando a estrada, após vencer um outeiro, começou a escorrer para o mar, abriu-se-nos, subitamente, o horizonte litorâneo. O que outrora foram campos de cultivos e vegetação dunar estava, agora, coalhado de construções. A perder de vista, de poente para nascente, incontáveis paralelepípedos caiavam a paisagem, todos eles convergindo, através da altura e da volumetria crescente, para uma *Manhattan* que, com dentes incertos e longos, mordida a linha do horizonte e se recortava nos azuis das águas e do céu.

Depois de um percurso longíssimo por ente rotundas e estradas - ou ruas, era difícil de determinar – empoeiradas e tristes, repletas de prédios anódinos e pintalgadas de árvores raquíticas, começaram a surgir algumas construções com um ar mais familiar. Por essa altura, Carapau deu início a uma verdadeira gincana, com voltas e contravoltas, que nos levaram até um pequeno largo onde estacionou em cima do passeio.

- Estes *gajos* fecharam as ruas da aldeia ao trânsito. Só em sinais gastaram uma fortuna. Disse Carapau, com o ar reprovador de quem, concordando na generalidade com a medida, discorda na especialidade, ou seja, na sua especialidade.

Estávamos na Aldeia. Reconheci, por entre a névoa do tempo e o desgaste do progresso, alguns indícios da geometria original, acanhada e alveolar. A custo, reconheci, igualmente, a antiga casa de Carapau.

Uma enorme esplanada, já amesendada para o jantar, dois grelhadores enormes fumegantes e uma chata transformada em mostrador de peixe constituíam o mobiliário

exterior. Na fachada, agora pintada de azulão, numa prancha de pinho marítimo esbranquiçado pelo tempo, sobre a porta, podia ler-se “A taverna do Ti Chicharro”. Ao lado, na extremidade da casa, numa tabuleta com aspecto residual anunciando uma cerveja estrangeira luzia o nome “Chicharro’s”.

- Ora cá estamos. Disse Chicharro. O Pelim deve estar lá para dentro. Senta-te aí um bocado.

- Então agora tens um restaurante, perguntei à laia de anzol para capturar o fio à meada da história empresarial de Carapau.

- Qual restaurante! Isso já não dá nada aqui, com tanto buraco a servir comida. Respondeu Carapau.

- O que vez aqui é um formato novo. Ideia do Pelim. Um *fast-food* de peixe. Daqui a um bocado fazem bicha até aquela loja dos chineses. Vais ver.

- *Fast-food*. Estranhei eu.

- *Fast-food* ou *junk-food*, chama-lhe o quiseres. Continuou Carapau. É barato, o pessoal enche a barriga e ainda leva, de brinde, a roupa a cheirar a carvão e a peixe grelhado. Sim, porque só servimos peixe grelhado, acompanhamento, pão e vinho. Especialização, meu caro, especialização.

- Estou a ver, disse. E dá?

- Então não dá. Já te disse que é disto que os turistas querem, os portugueses e, ainda mais, os estrangeiros. Baratucho. Quem é que pensas que vem para cá agora? Só *tesos*. E mesmo que o não sejam, sempre é melhor isto do que *pizzas*, *quiches*, *hamburgers* ou “sandochas” de fiambre, que é o que há por aí “a dar com um pau”. O resto é caro, pouco e mal servido.

- O grande segredo aqui é a matéria-prima. Disse Carapau mais baixo e em tom de confiança. Peixe e velocidade.

- Bom peixe. Estes fundos de rocha sempre deram um peixe especial, a saber a mar. Disse eu, dando provas da minha sabedoria local.

- Tás doido, pá. Ao contrário. O peixe que vendemos não é nenhum daqui. Para já raparam tudo o que mexia no mar e, depois, quando aparece alguma coisa na lota não há quem lhe chegue. Nós importamos peixe de todo o lado, o mais barato, restos, rebotalho. De Espanha, de Lisboa, dos Açores, de África, depende de onde há excesso. Fresco, refrigerado ou congelado. Mistura-se tudo, bem grelhadinho e a malta chama-lhe um figo. Umhas choupas do Norte, uns chicharros da Galiza, uns bocas-negras e uns peixões dos Açores, umas tilápias e douradas de viveiro, postas de perca do Nilo – ou cherne de fora – como lhe chamamos, e já está. Batatas cozidas, pimentos pré-assados que vêm em baldes de cinco quilos, já prontos a comer, de Múrcia e sangria. Casqueiro da serra ...

- E daqui? Nada? Interrompi Carapau.

- A água, o ar e, quando o rei faz anos, uns peixes aranhas, umas agulhas e uns aparalápis dos grandes. Respondeu, continuando.

- O pessoal vem, senta-se, serve-se-lhe o que está a sair da grelha e o acompanhamento. Comem o que quiserem, quantas vezes quiserem. Tudo rápido e com muita sangria. Quando estão a dar a última mastigadela, conta em cima da mesa e ala que se faz tarde. Café não há para não empatar e ..., ... o senhor que se segue. *Fast-food*. Rematou Carapau.

Enquanto isto, aproximou-se um rapaz alto, alourado, envolto num avental e com o à vontade de quem pisa terreno firme. O Pelim, seguramente.

Era! Apresentações e cumprimentos feitos, Pelim perguntou:

- Então? Vem recordar os velhos tempos? De quando isto ainda era uma terra?

- Terra? Interroguei.

- Sim. Disse Pelim. De quando isto era terra de gente e não a feira popular para turistas que é agora, onde ninguém se conhece nem reconhece.

- Há pior, retorqui, admirado pela acidez de Pelim.

- Se calhar. No Haiti ou na República Dominicana, respondeu Pelim, dando-me uma palmada no ombro e afastando-se para junto dos grelhadores.
- O “gajo” faz parte da associação de defesa dos pássaros, e do património. Está sempre com esta conversa. Acrescentou Carapau à laia de desculpa.
- Como se houvesse ainda algum património para defender, rematou, abanando a cabeça e levantando-se.
- Anda mas é daí, vamos dar uma volta antes que escureça, ouviu-o dizer à medida que começava a andar.

Pelim tinha-me agradado. Reconheci nele algum do humor sóbrio, mas cáustico, do avô. Não se tinha acomodado à modorra fatalista e interesseira deste tipo de locais onde o turista é tudo e, ao mesmo tempo, nada. Uma subespécie humana, sistematicamente enganada e manipulada pelos interesses que se cruzam no sector do turismo.

Passámos pela área dos hotéis. Do mais antigo emergia uma grua enorme que assentava no sopé da falésia.

- Estão em obras. De Verão? Critiquei.
- É que a piscina e parte dos jardins caíram durante o Inverno. Esclareceu Carapau. Foi tudo parar à praia, juntamente com uma fatia da falésia. Mas tiveram sorte, puderam continuar a trabalhar de Verão. O Hotel está cheio de grupos de estrangeiros que vêm em pacotes, com tudo pago e em preços de saldo. Só espero que nenhum se mate lá pelos buracos. Havia de ser bonito nos jornais lá da terra deles.
- Os portugueses continuam a preferir as casas alugadas. Continuou Carapau, dissertando. Saem mais baratas porque dão para encher de gente e para fazer a comida. Os mais exigentes descobriram agora os condomínios fechados, que são uma espécie de prisão ao contrário, eles podem sair mas ninguém pode entrar. Ainda são piores que os *resorts*, lá para as bandas da ponta dos ingleses, pelo menos aí sempre têm uns tipos que fazem umas “macacadas” e os levam a dar umas voltas pela serra. Para ver os novos indígenas e mais umas coisas que a Europa pagou, uns museus,

umas piscinas ecológicas, umas aldeias transformadas em turismo rural, uns burros, ... Como vêes tudo isto é um círculo, vêm das cidades para a cidade e vão à serra ver aquilo que os das cidades fizeram por lá.

Chegámos à velha fortaleza e dirigimo-nos, como se tivesse sido previamente estabelecido, para o banco que outrora era o nosso observatório oficial. A praia desdobrava-se, em baixo, até onde o horizonte se esfumava na ténue neblina do entardecer. Bela, ainda. Mas perturbada – conspurcada, pensei eu – por uma multitude de objectos, de gente, de pontos, que pareciam ter movimento próprio, combinado, e voz colectiva. No ar, o aroma a coco dos bronzeadores esmagava a maresia.

Os barcos de pesca tinham emigrado para longe e os toldos estendiam-se, em fiadas, a perder de vista. Entre estes e o mar, um campo imenso de chapéus de sol, de todas as cores e de todos os padrões, dispunha-se como cogumelos após as primeiras chuvas do Outono – ou como uma convenção mundial de duendes, lembro-me de me ter ocorrido, por momentos, dizer a Carapau. Nos interstícios, gente, toalhas, malas, cadeiras, bolas, apoios de praia, bares, Na água, corpos sem pés, pernas ou trocos, pranchas em carreiras pela rebentação, colchões, bóias e motas de água roncantes.

- Parece sopa! Observou Carapau, sorrindo. Isto agora é até à noite, por causa do Sol e dos raios não sei quê.

- Aos anos que não ponho os pés na praia de Verão. Banhos só em casa, no duche. Pelo menos aí dá para pensar na vida. E a água é quase tão salgada como esta. Sorriu novamente por entre a tosse do cigarro.

Descemos as escadas da fortaleza, passámos ao lado dos arcos que davam, antigamente, entrada para a praia – e que agora eram só dois, visto um ter sido demolido para dar passagem a uma estrada, estragando a simetria – e iniciámos um percurso, implícito, quase sempre silencioso, pelos locais da nossa vivência conjunta.

Ou, para ser mais preciso, pelas nossas memórias, já que dos locais, em si, pouco ou quase nada restava. No percurso, cruzámo-nos com alguns conhecidos, povoadores e protagonistas dessas memórias, mas agora tão distantes como tudo o resto.

Desembocámos na rua principal junto do “Urso Polar”, na casa em que vivera Carapau e os pais. Estava renovado mas mantinha a sua imagem de marca, o mau gosto. Junto ao balcão e escorrendo para a rua, uma enorme aglomeração de gente aguardava a sua vez de ser atendida. Os gelados eram agora “biológicos”.

Desviámo-nos e quase fomos atropelados por um veículo estranhíssimo, cheio de gente e de luzes. Vociferámos quanto baste e perguntei:

- O que é isto? Um comboio?

- É, o retornado dos camelos, quando eles morreram e o cinema fechou, comprou isto no estrangeiro. Agora anda para cima e para baixo, pela rua principal e pela marginal, a levar gente. É mais rápido do que ir a pé. Esclareceu Carapau.

E era, seguramente, muitíssimo mais rápido e confortável, já que, quando metemos os pés ao caminho, confrontámo-nos com um rio de gente que, lado a lado, como num túnel do metropolitano em hora de ponta, descia e subia pelo eixo principal da Vila, pedonalizado durante a época alta do turismo.

Era algo impressionante, claustrofóbico, assustador. Milhares e milhares de cabeças, em pequenos movimentos ondulantes, moviam-se ocupando os espaços mais ínfimos. Um caudal anónimo e imparável, transbordante, que expressava bem a imagem da força irresistível do turismo, capaz de levar pela frente - e arrasar - qualquer obstáculo que se interpusesse. Uma boiada em estouro.

Chegamos, finalmente, ao negócio do Carapau. Cansados, sentámo-nos numa mesa da esplanada, agora, depois do bulício do jantar, já praticamente vazia.

- Ó Pelim! Trás aí a minha garrafa de *Gin* e o resto da tralha. Gritou Carapau para dentro da “Taverna”.

O sabor do zimbro, o amargor da tónica e o acídulo do limão deram-me o contraponto de harmonia de que as últimas horas me tornaram carente.

- Então? O que dizes? Perguntou Carapau?

- O que é que queres que te diga? Respondi. Foi por isto que deixei de vir cá.

Esparramado na cadeira, apreciava, agora melhor, o ambiente que nos rodeava. Duas osgas insinuavam-se por detrás da prancha de madeira. Carapau também reparou nelas, pois explicou:

- São as osgas de estimação do Pelim. Uma raridade nos tempos que correm.

Subitamente os meus olhos detiveram-se na chata do peixe, agora vazia e mal cheirosa. Por baixo, à proa, umas letras muito sumidas sobre o fundo preto escalavrado.

- Portugal V¹³⁶. Articulei com admiração.

- Nem mais. Disse Carapau. Lembras-te?

- Então não me lembro. Disse eu, sorvendo o resto do *Gin* por entre as pedras de gelo. Isso devia estar no Museu.

- E está! Não vês? Disse Carapau, envolvendo a chata com um ar sonhador ...¹³⁷

3.4.2. O turismo em Portugal, um relance sintético

As ditaduras não se quadram bem com o turismo. Fazem parte do seu código genético características que chocam com os princípios basilares da actividade turística, tais como a abertura ao exterior, a aceitação da diferença, a mobilidade sem restrições, a transparência de meios e processos de regulação política e social, só para referir algumas.

Nos seus registos mais esclarecidos – se é que é legítimo ligar esclarecimento e ditaduras – o turismo foi encarado por estes regimes como uma forma de promoção externa dos seus valores, ou como um veículo - mais ou menos eficaz - de lavagem e reconstrução, no exterior, das respectivas imagens.

De uma forma ou de outra, nem mesmo as ditaduras puderam permanecer alheadas do enorme potencial económico que a actividade turística, enquanto sector de actividade

¹³⁶ Quinto.

¹³⁷ Este texto será objecto de continuação no capítulo seguinte.

em franca ascensão após a segunda grande conflagração mundial, encerrava. Assim, num quadro contraditório, num registo de mal menor ou de mal necessário, também elas acabaram por se virar para o turismo e por considerá-lo como uma via de promoção das exportações e de fomento do crescimento económico.

Foi o caso de Espanha, logo nos anos 50 do século XX. A braços com uma crise económica gravíssima decorrente não só dos efeitos da destruição física e da desestruturação social inerente à guerra civil de 1936-39, mas também do isolamento externo procedente da repressão subsequente exercida sobre os republicanos e das ligações anteriores mantidas com a Alemanha hitleriana, o turismo surgiu como uma tábua de salvação capaz de salvar o país da bancarrota expectável.

Foi o caso, embora mais tarde e noutro contexto económico, de Portugal.

Vinte e cinco anos depois do primeiro congresso internacional do turismo (1911), que marcou o reconhecimento deste enquanto actividade a que os estados não podiam – nem deviam – permanecer alheados, realiza-se, na Sociedade de Geografia de Lisboa, o primeiro congresso nacional de turismo (1936), onde é efectuado o balanço do desenvolvimento do turismo nacional e são lançadas novas bases para o futuro (Pina¹³⁸, 1988).

Entre outros, dois aspectos importantes emergem deste congresso: o reconhecimento de António Ferro como ideólogo principal do turismo nacional e a necessidade de transferir a tutela do turismo do Ministério do Interior para uma instituição mais aberta e dinâmica.

Em 1939, o próprio ano do início da Segunda Guerra Mundial, duas importantes decisões vão mudar o panorama do turismo nacional: a transferência deste para a alçada do Secretariado Nacional de Propaganda – e, oficialmente, para António Ferro – e o anúncio do projecto de construção das primeiras¹³⁹ pousadas do Estado, sob a alçada de Duarte Pacheco.

¹³⁸ Pina, Paulo (1988), Portugal, o Turismo no Século XX, Lisboa, Lucidos.

¹³⁹ Embora já existisse uma pousada em funcionamento, no Portinho da Arrábida (Setúbal), e outra, em projecto, no Santo da Serra (Madeira).

Daqui para a frente, não fora a Guerra e as suas consequências, Portugal estaria munido das condições essenciais para a sua descolagem turística: um rumo, embora criticável na sua perspectiva regionalista e folclórica; uma estrutura dedicada, embora incrustada na propaganda oficial do regime; um conjunto de infra-estruturas capazes de alimentar uma oferta de qualidade, embora ainda incipiente.

Contudo, os ventos da história mudaram fortemente durante a década de 40, mudanças essas que se repercutiram fortemente em Portugal. Embora mantendo a posição de não beligerante, o regime sai fragilizado e isolado com a vitória das democracias ocidentais, facto que, entre outros aspectos, induz o progressivo (auto) afastamento de António Ferro, após 1945 (Pina, 1988). Entretanto, dois factos vão contribuir para o processo de expansão que, nos finais dos anos cinquenta e inícios dos sessenta, o turismo nacional vai experimentar: desde logo, a plataforma giratória mundial em que Portugal se tornou durante a Guerra e o cosmopolitismo e visibilidade externa daí derivados; mas também a ocorrência, em 1949, do primeiro défice público após a chegada de Salazar ao palco do poder. Um caso e outro, conjuntamente com outros aspectos, vão criar condições favoráveis – apetências – para, tanto no lado da procura como no da oferta, o turismo em Portugal iniciar, nos anos 50, o movimento uniformemente acelerado que o levará à posição de relevo que detém actualmente.

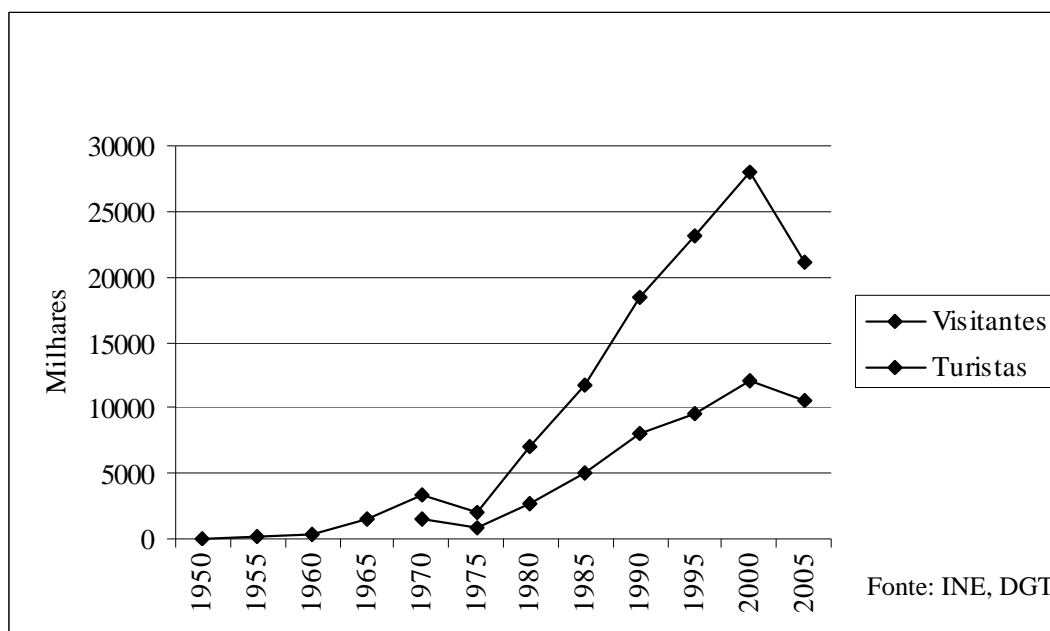
Em 1950, entraram em Portugal cerca de 76 mil estrangeiros, não se sabendo – porque tal não era então contabilizado¹⁴⁰ – quantos destes corresponderiam efectivamente a turistas. Embora tal cifra pareça um número já considerável, interessa ter presente que não correspondeu a mais de uns insignificantes 0,3% das chegadas de estrangeiros a todas as fronteiras mundiais.

Um número assaz modesto – quando comparado, por exemplo, com Espanha, que já recebia, também em meados do século, o dobro desse quantitativo –, mas um número que correspondia, afinal, à própria desorganização e desregulamentação que ainda se fazia sentir no sector.

¹⁴⁰ Só após 1969, com o início da publicação, pelo INE, das “Estatísticas do Turismo”.

Na verdade, foi só após o “Projecto de Estatuto do Turismo” e do relatório de apreciação do mesmo que a Câmara Corporativa redigiria nos inícios de 1952, conjuntamente com a nomeação, em 1955, de Marcello Caetano para Ministro de Presidência – e, por acréscimo, para a tutela do turismo – que um conjunto de diplomas vão regular e impulsionar o turismo português, seja no domínio institucional e organizacional, seja no da integração internacional, seja no da hotelaria, seja, ainda, no da formação profissional turística e hoteleira (Aurindo¹⁴¹, 2006).

Figura 26 – Evolução da entrada de visitantes em Portugal



Como a figura ilustra, é a partir de 1960 que o turismo nacional (medido através da entrada de visitantes) inicia um trajecto claramente ascendente, o qual, após a quebra ocorrida de 1974 a 1978 devido à Revolução de 25 de Abril de 1974, sofre uma explosão quantitativa extraordinária até ao final do Século XX.

¹⁴¹ Aurindo, M. J. (2006), *Portugal em Cartaz: representações do Destino Turístico (1911-1986)*, Estudos de geografia Humana e Regional, 48, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

É de sublinhar que o incremento extraordinário das entradas de visitantes¹⁴² e turistas em Portugal ocorre num contexto internacional progressivamente difícil para o País e para a sua imagem externa. Referimo-nos ao eclodir das guerras de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné e à conseqüente condenação generalizada e sistemática por parte da comunidade internacional da posição retrógrada e autista do Estado Novo nesta matéria.

É, contudo, ainda durante a década de 60 que o turismo pela primeira vez surge considerado de forma independente nos grandes planos orientadores dos investimentos públicos, os planos de fomento. Na verdade, após o primeiro (1953/58) e o segundo (1959/1964) planos de fomento, orientados respectivamente para as indústrias de base e para o binómio comunicações/hidráulica, em 1965, no “Plano Intercalar”, o turismo é considerado um instrumento precioso para a obtenção de disponibilidades cambiais e para a promoção da estabilidade financeira interna e a solvabilidade exterior (Pina, 1988). Nas edições posteriores do plano de fomento, IIIº (1968-73) e 4º (1974), a importância conferida ao turismo é crescente, acompanhando, de resto, os números que foram ilustrados pelo gráfico anterior. É interessante, contudo, verificar que enquanto no terceiro plano de fomento a dimensão económica do turismo é a única considerada, já no quarto plano a sua relevância estratégica é estendida ao plano social.

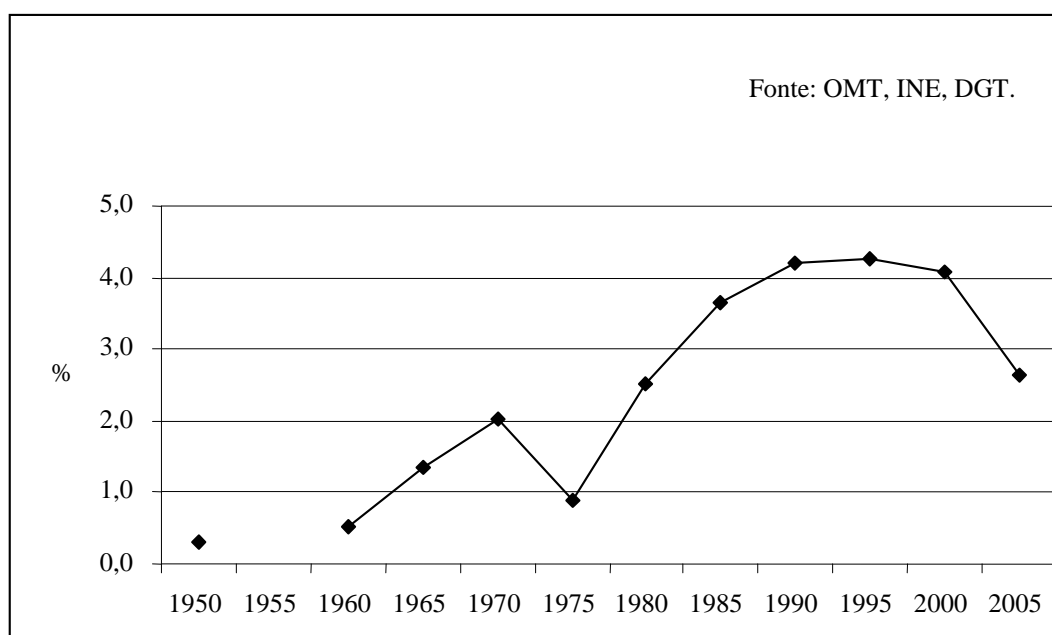
Ainda relativamente à evolução das entradas de visitantes e de turistas no território nacional, é de sublinhar o ritmo de crescimento mais acentuado dos primeiros relativamente aos segundos (por exemplo, na série 1975/2000), facto que indicia uma dinâmica muito acentuada dos excursionistas, os quais, no caso português, estão fortemente associados ao mercado espanhol por razões de ordem locacional. Assim, neste segmento dos visitantes, à curiosidade do Portugal revolucionário que vai conduzir muitos espanhóis a Portugal nos meados dos anos 70, vai suceder-se uma sempre crescente frequência do País por parte dos excursionistas espanhóis, agora eles também respirando a liberdade política e cada vez mais libertos dos

¹⁴² Considera-se o grupo dos visitantes constituído pelos turistas e excursionistas, sendo estes últimos os que permaneceram menos de 24 no País, não mobilizando, portanto, meios de alojamento.

constrangimentos produzidos pela pobreza crónica em que boa parte da população de Espanha esteve mergulhada durante séculos.

Entretanto, acompanhando a expressividade crescente dos quantitativos que contabilizam aqueles que cruzaram as fronteiras nacionais ao longo dos anos, também o peso do destino Portugal no contexto global foi engrossando. Dos meros 0,3% que já referimos a propósito de 1950, atinge-se os 2% no início dos anos 70 para, após a inflexão dos anos de efervescência revolucionária, culminar nos 4,3% do ano de 1995, quando um outro ciclo de regressão começa a anunciar a perda de competitividade internacional do turismo português, em particular, e do destino Portugal, em geral.

Figura 27 – Visitantes em Portugal, percentagem do total mundial – evolução



Na verdade, a partir dos anos 90 o turismo nacional começa a manifestar sintomas de abrandamento, os quais vão marcar o fim da euforia dos anos 80 e, talvez por isso, abrir espaço para uma reflexão profunda sobre os caminhos trilhados até então e sobre a sustentabilidade dos mesmos na óptica do significado estratégico do Sector para o País.

É certo que os anos 90 trazem com eles um ambiente de crise internacional que atinge os principais países emissores do turismo nacional. É certo, igualmente, que a invasão do *Kuwait* pelas tropas iraquianas, em 1990, vai despoletar a primeira guerra do golfo e a crise petrolífera associada. Mas também é verdade que durante a mesma década o turismo português beneficiou de vantagens decorrentes dos acontecimentos internacionais: desde logo, a própria Guerra do Golfo, a qual canalizou para Portugal turistas que tinham como destino o Médio Oriente e, mesmo, nalguns casos, os próprios países ocidentais beligerantes; mas também a guerra civil que estala, em 1991, na Jugoslávia e que, sobretudo durante a guerra da independência da Croácia (1992-1995), vai fechar a costa dálmata ao turismo internacional e, desse modo, retirar do mercado um concorrente temível do turismo de Sol e Mar português.

Neste quadro de compensações, não será na dimensão externa que poderemos buscar o essencial das explicações para o abrandamento da capacidade atractiva de Portugal. São, efectivamente, problemas de natureza interna e estrutural que podem explicar este fenómeno:

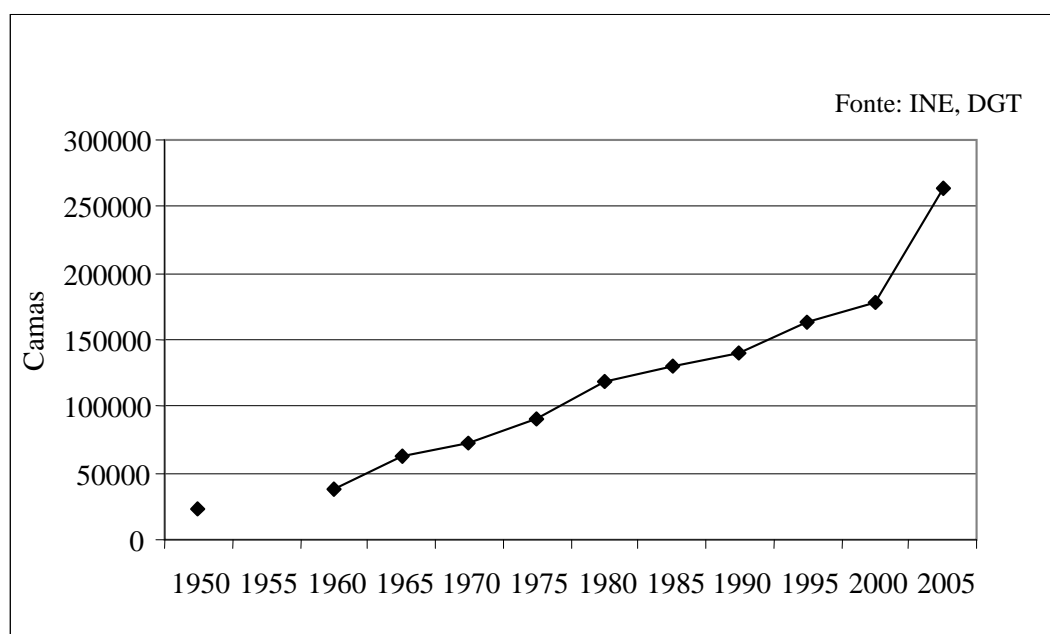
- a) O desordenamento verificado nas áreas de maior concentração turística, muito em especial no Algarve, derivado de uma regulação e gestão do território - central, mas sobretudo municipal - permissiva e complacente face ao investimento em infra-estruturas turísticas.
- b) As “iniciativas de puro conceito imobiliário profundamente desligado da realidade turística (...) a imobiliária substitui-se ao ‘turismo’ ” (Cunha, 2006¹⁴³).
- c) A fragilidade estrutural do turismo derivada de um modelo fortemente concentrador das apostas nos produtos e nos mercados, mas também nos territórios e nos operadores.
- d) A competitividade insustentável baseada nos baixos preços, num país cuja entrada na União Europeia colocou as expectativas salariais em patamares não conformes com essa estratégia.

¹⁴³ Cunha, Licínio (2006), *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, Verbo.

- e) O relativo insucesso na aplicação do Plano Nacional de Turismo (1986), o qual constituiu um marco no turismo nacional, não só pelo grande realismo, sagacidade e coragem patenteado no diagnóstico, mas também - e sobretudo - pela forte inovação e clarividência postos nos objectivos e propostas traçadas, “As Câmaras Municipais, mais apostadas no crescimento a todo o custo, não se submeteram às linhas de orientação definidas, (...) pelo que os desequilíbrios estruturais se mantiveram, tendo-se mesmo agravado em muitos casos. Algumas obras iniciadas e alguns projectos em fase de lançamento no âmbito daquele Plano não tiveram, por sua vez, seguimento posterior e foram abandonadas iniciativas que tinham por objectivo a diversificação do turismo e o melhor aproveitamento do território. (...) Ao mesmo tempo encerraram-se Centros de Turismo de Portugal no estrangeiro que haviam sido abertos no âmbito do Plano (...)” (Cunha, 2006).

Ao mesmo tempo que se verificavam as dinâmicas acima referidas, durante o mesmo período de tempo verificaram-se, igualmente, alterações significativas no lado da oferta.

Figura 28 – Capacidade de alojamento - estabelecimento hoteleiros



Desde logo, registou-se um aumento em quantidade, o qual, acompanhando na generalidade a tendência crescente ocorrida no movimento de turistas estrangeiros, não revela sensibilidade significativa aos dois períodos de desaceleração da procura internacional verificados em meados dos anos 70 e no primeiro lustro do Século XXI. Para tanto, deverá ter concorrido a entrada no mercado de investimentos hoteleiros já programados e assumidos (sobretudo no caso dos anos 1974-1976), conjugado com expectativas optimistas relativamente ao significado e persistência da contra tendência geral de crescimento da procura do País por parte dos não residentes em território nacional.

Concomitantemente, a estrutura da oferta de alojamento também sofre modificações, as quais se podem resumir, considerando, sobretudo, os últimos 25 anos, por:

- a) Uma diminuição significativa do peso das pensões na totalidade da hotelaria, acompanhada, embora com uma dinâmica negativa muito inferior, pelos aldeamentos turísticos.
- b) Um acréscimo, em termos de importância, dos apartamentos turísticos, hotéis – sobretudo os de quatro estrelas - e hotéis apartamentos, ligados à importância crescente do sector imobiliário.
- c) Uma diminuição significativa, após 1990, dos lugares disponíveis nos parques de campismo, a par, ainda nos meios complementares de alojamento, por uma redução, ainda que ligeira, do segmento das colónias de férias.
- d) Um aumento de forte significado da capacidade de alojamento do turismo em espaço rural (TER), após 1985.

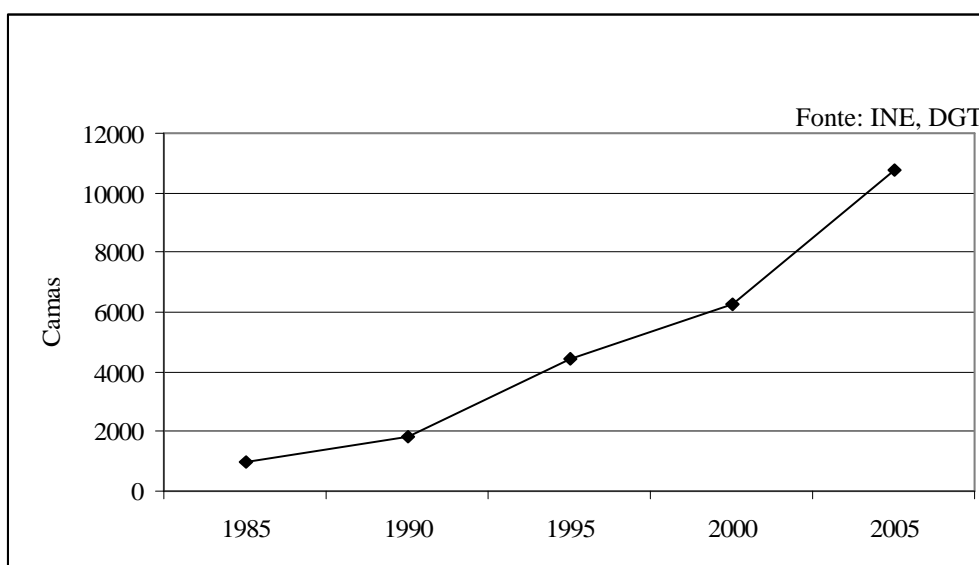
Na globalidade, podemos detectar uma tendência geral para uma diversificação com sentido ascendente – em qualificação - da oferta de alojamento.

Este último segmento, o Turismo em Espaço Rural, herdeiro da oferta de quartos em casas particulares inseridas num contexto campestre – dentro da tradição francesa dos “Chambre d’Hôte” – vai assumir, em Portugal, uma feição muito própria, ligada

estritamente a uma oferta muito qualificada, dirigida a um público-alvo restrito e exigente.

Efectivamente, contrariamente à feição social¹⁴⁴ que a oferta de turismo no mundo rural desempenhou no Reino Unido ou em França através do “objectivo de proporcionar o alojamento no campo em boas condições de higiene e de conforto aos amantes das suas delícias ‘ou àqueles que não se podem dar ao luxo, hoje tão oneroso, de banhos de mar’” (Moreira¹⁴⁵, 1994: 68), os seus primeiros passos em Portugal foram dados pela mão do turismo de habitação, ou seja, pelos detentores de casas de grande significado arquitectónico e histórico.

Figura 29 – Capacidade de alojamento – Turismo em Espaço Rural



Após uma primeira tentativa para enquadrar legalmente o turismo de habitação (Dec. Nº 14 de 1978), este vai ser consagrado, em 1983 (Dec.-Lei Nº 423), através da concessão do estatuto de utilidade pública e, mais tarde, em 1986, na sequência do já

¹⁴⁴ Veja-se, por exemplo, o “Manifeste du Tourisme Rural”, elaborado em França no ano de 1972 ou, em datas anteriores, os documentos oriundos do movimento “Gîtes Ruraux”.

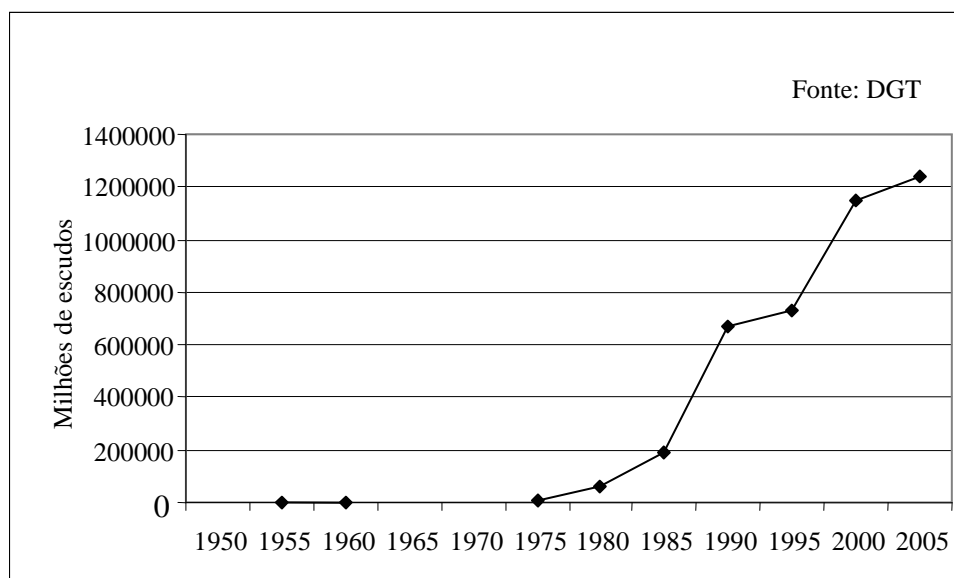
¹⁴⁵ Moreira, Fernando João (2004, 2ªEd.), *O Turismo em Espaço Rural, Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

referido “Plano Nacional de Turismo”, ver o seu conceito alargado à dimensão “Turismo em Espaço Rural” (Dec-Lei Nº 256). Daí para a frente, muitas transformações seriam operadas no edifício “TER”, contudo, a marca da sua génese peculiar associada ao “heritage tourism” – e não à função social do turismo - haveria de permanecer dominante.

Um outro aspecto que merece ser invocado nesta análise evolutiva e sintética do turismo português é a permanência média dos turistas estrangeiros em território nacional, a qual – contabilizando ou não o contingente espanhol – decresceu cerca de 3 dias nos últimos 20 anos. Curiosamente, a estadia média de todos os hóspedes na hotelaria global, verificamos que apresenta valores muito mais constantes, registando, inclusive, após um pico em 1985 (3,7 dias), quantitativos iguais no início e no fim da série temporal utilizada (3,1 dias em 1970 e em 2005). Este facto poderá ser alvo de dois tipos de explicações: a existência de dinâmicas diferenciadas por parte daqueles estrangeiros que mobilizam meios de alojamento incluídos na hotelaria global e os restantes (já que muitos dos primeiros o fazem através da compra de pacotes turísticos, modalidade que apresenta uma rigidez significativa em termos de períodos de duração); o efeito cumulativo, no domínio das estadias médias na hotelaria, decorrentes do comportamento do contingente nacional.

Relativamente ao ajuste entre a procura e a oferta, medido através das taxas de ocupação cama, pode afirmar-se que, segundo a informação patente nas Estatísticas do Turismo publicadas pelo INE, não se têm registado alterações significativas desde 1980 (38,5%). Após uma subida de 1970 até 1985 (41,5%) e de uma quebra nos quinquénios seguintes, as taxas de ocupação atingiram, em 2005, um valor da ordem dos 39%, valor esse que, atendendo ao aumento da oferta e retraimento na entrada de estrangeiros, indicia uma apetência maior para a mobilização dos meios hoteleiros, seja pelos estrangeiros, seja pelos portugueses, seja, ainda, pelo efeito conjugado de ambos

Figura 30 – Receitas do turismo



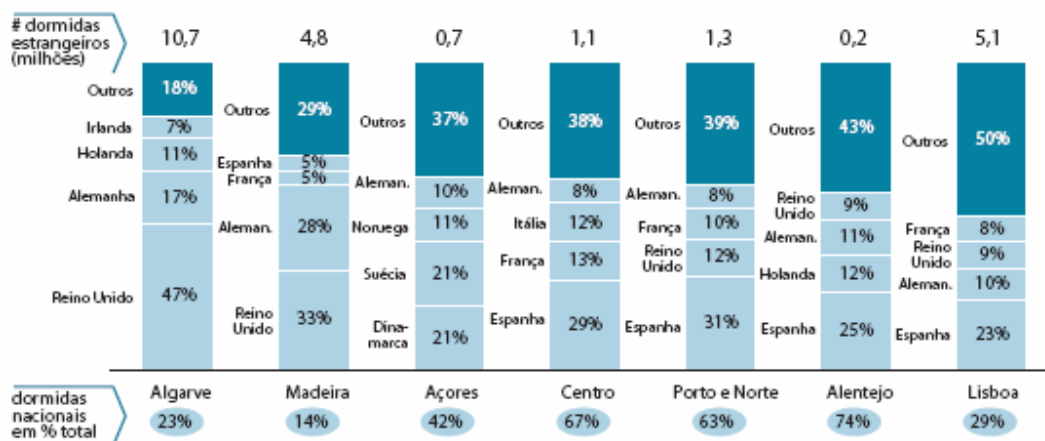
A análise das receitas derivadas do movimento de visitantes estrangeiros é sempre uma tarefa difícil já que, muitas vezes, as várias fontes consultadas não produzem resultados exactamente coincidentes, seja porque o universo considerado não é exactamente o mesmo, seja porque são utilizados preços correntes ou preços constantes referenciados a anos diversos.

Dentro deste quadro analítico – indicativo -, é possível constatar que as receitas provenientes do turismo “descolam” a partir de 1980, ano em que, dentro da nossa grelha temporal, se reflecte a recuperação do turismo estrangeiro após a Revolução. Por outro lado, é necessário ter em linha de conta que se trata de preços correntes, os quais, como tal, traduzem não só as dinâmicas de crescimento das receitas, mas também os valores da inflação, estes últimos bastante elevados durante a década de 80.

A figura seguinte revela-nos, para o ano de 2005, uma das características do turismo português já referida anteriormente: a concentração. Na verdade, para além da concentração em termos de mercados de origem e de regiões de destino, poderíamos, ainda, acrescentar uma outra concentração, aquela que se expressa através da sazonalidade, ou seja, a natureza predominantemente estival do turismo associada ao

produto “Sol e Mar” (em 2005, 36% das dormidas de estrangeiros ocorreram nos meses de Julho, Agosto e Setembro).

Figura 31 – As regiões portuguesas – peso e estrutura das dormidas turísticas (%), 2005



Fonte: INE. Figura extraída do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT).

Retornando à aludida concentração espacial, a figura extraída do Plano Estratégico Nacional de Turismo, através da análise das dormidas, é particularmente esclarecedora da mesma:

- O Algarve, Lisboa e a Região Autónoma da Madeira concentram o essencial das dormidas de estrangeiros (20, 6 milhões¹⁴⁶, dos quais sensivelmente metade são da responsabilidade do Algarve).
- Com excepção dos Açores, as restantes regiões, com quantitativos totais muito inferiores, são procuradas, em termos de hotelaria, sobretudo por nacionais (mais de 60% do total).
- A Região Autónoma dos Açores constitui um espaço em profunda mudança turística, não só no domínio da oferta (que duplicou no primeiro quinquénio do

¹⁴⁶ Correspondente a cerca de 86% das dormidas totais de estrangeiros em território nacional.

Século), mas também no da estrutura da procura (o peso do segmento nacional decresceu de cerca de 75% em 2000, para bastante menos de 50% em 2005).

- d) O Reino Unido (31% das dormidas de estrangeiros em 2005 e 25% das receitas), a Alemanha (16% das dormidas e 12% das receitas), a Espanha (11% das dormidas e 15% das receitas) e a França (5% das dormidas e 15% das receitas) constituem os mercados preferenciais do turismo nacional.
- e) Nos Açores, contrariamente a todas as restantes regiões, o mercado nórdico assume um significado primordial (53% das dormidas de estrangeiros), traduzindo não só a apetência destes para os produtos turísticos colocados no mercado pela Região, mas também as apostas do Governo Regional no mercado nórdico – sobretudo o organizado e da terceira idade - como forma de atenuar a concentração estival dos restantes segmentos.

Referimo-nos, anteriormente, ao Plano Nacional de Turismo (1986), que constituiu o primeiro e verdadeiro instrumento de planeamento, holístico e integrado, do turismo nacional. Desde aí, diversos outros documentos surgiram tendo como objectivo estabelecer e adaptar a política nacional de turismo e as respectivas traduções no plano das intervenções concretas.

Dentro destes, merecem destaque “As Linhas Orientadoras para a Política do Turismo em Portugal”, publicado em 1998, tendo como objectivo construir uma base de entendimento alargada entre todos os actores no sector (Vieira, 2007,¹⁴⁷) o “Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo”, aprovado em 2003, o qual define o turismo como um vector estratégico para o desenvolvimento nacional e define um conjunto de metas com as medidas associadas para as alcançar e, já em 2006, o “Plano Estratégico Nacional do Turismo” que, pela sua importância e actualidade, abordaremos posteriormente com mais detalhe. É de referir que este último foi complementado, já em 2007, com o Plano de Intervenção do Turismo (PIT) destinado a promover e financiar o investimento público nos domínios da qualificação da oferta e da

¹⁴⁷ Vieira, João Martins (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo, uma Perspectiva Estratégica*, Lisboa, Verbo.

promoção de eventos de projecção internacional susceptíveis de acrescer notoriedade ao destino “Portugal”.

Paralelamente a estes instrumentos de planeamento turístico nacional (planos de turismo) é importante, igualmente, salientar os planos – ou documentos de estratégia – “com turismo”. Falamos dos planos “macro” para o País, sobretudo do Plano de Desenvolvimento Regional” (1994-1999), no qual o turismo surgia enquadrado no Programa Operacional “Modernização do Tecido Económico (Vieira, 2007), no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006), onde o turismo é encarado como um actividade estratégica e no qual são preconizados: a melhoria dos recursos humanos turísticos, o aumento da competitividade do sector, a aposta no mercado doméstico, o reforço do turismo enquanto fonte de emprego, a minimização da sazonalidade e o reforço/redimensionamento da promoção turística¹⁴⁸ e, finalmente, do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia), na sua vertente de promoção das empresas, dos produtos portugueses e do turismo. Em 20 de Junho de 2007, é publicado o “Quadro de Referência Estratégico Nacional” (2007-2013), um documento que estabelece um corte metodológico com os anteriores, definindo como vertente fundamental a concretização de três grandes agendas temáticas (potencial humano, factores de competitividade e valorização do território) – desígnios transversais aos sectores de actividade e dos territórios – operacionalizadas por três programas temáticos, cinco programas operacionais regionais, dois programas plurifundos (RAA e RAM) e seis programas operacionais de cooperação territorial¹⁴⁹, todos eles providos de dimensões de intervenção no domínio do turismo.

Resta referir que, para além dos documentos formatadores das políticas de turismo ao nível nacional, muitos outros são de considerar – planos de turismo e com turismo – nas restantes escalas da estrutura territorial nacional.

Olhando para o futuro do turismo nacional e afastando-nos da dureza numérica das projecções publicadas pela OMT para o País (2,1% de crescimento médio anual até

¹⁴⁸ Parecer do Conselho Económico e Social sobre a política de turismo, 2000.

¹⁴⁹ Com exclusão dos programas de assistência técnica.

2025) poderemos avançar com a ideia - banal, mas sempre detentora de significado prospectivo – de que o devir está em aberto, ou seja, de que o futuro será aquilo que as condições externas de enquadramento e, sobretudo, a capacidade do País para superar as actuais limitações estruturais e aproveitar as vantagens comparativas¹⁵⁰ permitir construir.

“O turismo é uma vocação e uma oportunidade para a economia portuguesa desde que os responsáveis políticos o assumam e a sociedade o compreenda ajustando os seus comportamentos às exigências dos serviços de alto valor acrescentado e aos mercado. (...) No âmbito da segmentação e do posicionamento estratégico da oferta turística portuguesa e embora o aumento da oferta turística mundial se venha a manifestar em aumento do volume, em dispersão de destinos e numa crescente complexidade de produtos decorrentes do aumento da procura, da sua crescente individualização, do alargamento das razões que a motivam e da banalização das deslocações e dos transportes (...), Portugal não possui escala, aptidões e recursos que lhe permitam apostar indiscriminadamente em todos os produtos, como também não possui condições que lhe permitam alterar, no curto prazo, o perfil da oferta instalada, pelo que deverá procurar qualificar e enriquecer a sua oferta tradicional e, simultaneamente, iniciar um processo progressivo de focalização na criação de produtos orientados para alguns segmentos estrategicamente seleccionados, ou grupos de segmentos *clusterizáveis*, explorando o potencial de diversidade concentrada do país, assegurando as imprescindíveis vantagens concorrenciais e perseguindo o incremento de valor da actividade turística nacional”. (Lopes e outros, 2005¹⁵¹: 874)

Na mesma linha se pronuncia o Plano Estratégico Nacional do Turismo, documento de qualidade e relevância superiores, que orientará o percurso do turismo nacional nos próximos anos e que, como tal, suscita uma compilação das suas linhas estratégicas estruturantes.

¹⁵⁰ Transformando-as em vantagens competitivas.

¹⁵¹ Lopes, Hernâni e outros (2005), *Reinventando o Turismo em Portugal, Estratégia de Desenvolvimento Turístico no I Quartel do Século XXI*, Lisboa, Confederação do Turismo Português. 200

Desde logo, interessa referenciar que uma leitura abrangente do PENT revela uma postura implicitamente crítica quanto ao passado do turismo nacional, marcado, como tivemos oportunidade de afirmar, por apostas na quantidade e por défices importantes no domínio da regulação, seja do sector propriamente dito, seja no seu cruzamento com o ordenamento do território e com a dimensão ambiental. Dentro desta postura, também implicitamente, o PENT assume um modelo de desenvolvimento turístico em que se procura encaminhar o turismo do futuro para um ponto de equilíbrio – sempre difícil de determinar e mais de atingir – que represente a compatibilização óptima entre a dimensão económica e a sustentabilidade, o mesmo é dizer, entre a necessidade de gerar receitas significativas capazes de motorizar a economia e o desenvolvimento nacional e a indispensabilidade de garantir a perenidade do sector num quadro de qualidade e de competitividade externa.

Assim, emergem da leitura do referido documento três grandes prioridades estratégicas tendo em vista a promoção da competitividade:

- a) A qualificação do sistema turístico nacional nas suas diversas componentes, num quadro de “qualidade acessível”.
- b) A diferenciação do turismo tendo por base o cabal aproveitamento das especificidades do País, aliando a tradição com a inovação, num quadro de transformação das vantagens comparativas e vantagens competitivas.
- c) A diversificação - de mercados, de produtos e de processos de operação – tendo em vista alargar o raio de eficiência da atracção turística nacional, dar resposta às novas motivações e expectativas emergentes e, ainda, libertar o sector da concentração crónica que, aos mais variados *layers* analíticos, o tem caracterizado.

Neste contexto, são definidos cinco eixos estratégicos – i) territórios destinos e produtos, ii) marcas e mercados, iii) qualificação de recursos, iv) distribuição e comercialização, v) inovação e conhecimento – os quais se concretizam através de onze projectos. Destes, salientamos os seguintes domínios de intervenção:

- a) Consolidação dos mercados tradicionais e desenvolvimento de iniciativas tendo em vista reforçar a atractividade do turismo nacional em áreas/países de elevado potencial (quinze países que se estendem por geografias tão diferentes, como a Itália ou a China).
- b) Aumento do significado do turismo interno.
- c) Consolidação e desenvolvimento de dez produtos considerados estratégicos, cinco mais centrais e também tradicionais como o “Sol e Mar”, o MICE (ou *meeting industries*), o “Touring cultural e paisagístico”, o “City/Short Breaks” e o “Golfe”; e cinco com uma feição mais complementar, como o “Turismo residencial”, o “Turismo de natureza”, o “Turismo náutico”, a “Gastronomia e Vinhos” e a “Saúde e bem-estar”.
- d) O desenvolvimento de novos pólos turísticos, tais como o “Douro”, a “Serra da Estrela”, o “Oeste”, o “Alqueva”, o “Litoral Alentejano” e a ilha de “Porto Santo”.
- e) O reforço e a extensão das acessibilidades aéreas de forma articulada com os novos mercados a consolidar e a desenvolver.
- f) A dinamização de eventos susceptíveis de colocar Portugal no mapa da notoriedade e visibilidade turística (grandes eventos e eventos promocionais), de densificar a experiência turística e de incrementar os níveis de satisfação com a estadia (eventos decorrentes da animação turística).
- g) Densificação e aprofundamento da oferta, não só através do desenvolvimento e da qualificação dos conteúdos associados aos locais patrimoniais, mas também da melhoria dos canais comunicacionais.
- h) Melhoria das condições de enquadramento das áreas de vocação turística através da (re)qualificação urbana e ambiental, em concomitância com a (re)modelação paisagística.

- i) Qualificação dos serviços e dos recursos humanos através do reconhecimento da qualidade e da reestruturação do sistema de formação profissional, bem como do ensino e da investigação avançada em turismo.

Em resumo: um Plano ambicioso e portador de futuro, em consonância com as elevadas expectativas postas no sector por parte do País e, ao mesmo tempo, com as novas tendências que se perfilam nos horizontes do turismo mundial.

3.4.3. Portugal e o turismo - fases e perspectivas de desenvolvimento

Licínio Cunha, na sua obra mais recente e de largo espectro sobre o turismo (Cunha, 2006), dedica um ponto à análise do turismo em Portugal. Nele, dentro do espírito de Butler ou de Plog, apresenta, para Portugal, um conjunto de etapas de desenvolvimento do turismo nacional: a primeira, de 1900 a 1950, compreendendo o nascimento e a infância do turismo; a segunda, de 1950 a 1963, configurando a adolescência; a terceira, de 1963 a 1973, correspondendo ao período de maioridade; e a última, após 1974, associada à maturidade do sector.

Independentemente de podermos – ou não – concordar com as janelas temporais definidas e com as designações adoptadas – elementos que não discutimos, até porque não são apresentados os critérios em que se baseiam - parece-nos bastante interessante a ideia, tanto mais que esta confere, por analogia com o ciclo de vida biológico, uma imagem bastante clara da essência evolutiva do turismo no País.

Consideramos, contudo, que a sistemática produzida pelo autor se baseia fundamentalmente na análise das manifestações concretas do turismo – sobretudo em quantidade – e nos mecanismos nacionais de regulação e gestão do sector, pelo que se nos afigura interessante complementá-la com outro plano analítico, o das ideias subjacentes à produção dos territórios turísticos e, por acréscimo, ao desenvolvimento turístico.

Isto quer dizer que tentaremos efectuar uma outra leitura das dinâmicas turísticas nacionais, partindo do princípio que estas se enquadraram em perspectivas de

desenvolvimento – e de desenvolvimento turístico – transversais e que, por conseguinte, espelham no essencial as construções mentais globais que se foram sucedendo no tempo sobre o turismo como via para o desenvolvimento.

Neste quadro de pensamento e nesta óptica analítica, importa pois referir que não partilhamos a ideia – implícita nalguns autores - de que o desenvolvimento do turismo português tenha seguido uma via original resultante das condições específicas do País na segunda metade do Século XX.

Creemos, assim, que o essencial do ideário que estruturou o lançamento e o crescimento da “indústria” turística nacional foi, nas suas grandes linhas, uma aplicação às condições concretas do País – é verdade -, dos mesmos modelos de desenvolvimento que se aplicaram noutras paragens. O que implicará tê-los presente para a compreensão e explicação dos fundamentos das dinâmicas turísticas ocorridas.

Entendemos, pois, que a análise do percurso evolutivo do turismo em Portugal deve ser efectuada através de três vectores ou *layers* de racionalidade:

- a) O primeiro, mais abrangente e estruturante, que, como já afirmámos, se prende com a evolução geral do conceito de desenvolvimento e as vias para a sua promoção através do turismo.
- b) O segundo, mais de detalhe e operando no plano do afeiçoamento das características dos modelos globais de desenvolvimento turístico, ligado às especificidades do País, às suas características intrínsecas no plano dos recursos mobilizáveis, ao seu défice crónico no domínio socio-económico e à sua história política e institucional recente.
- c) O terceiro, ligado à dimensão tempo, associado à habitual *décalage* na adopção das inovações, por via da posição de Portugal como País periférico na Europa, mas, sobretudo, por via da atitude contumácia face ao “novo” que caracterizou os dois quartéis intermédios do século XX.

Assim, as “grandes” originalidades que encontramos no percurso evolutivo do turismo português prendem-se – com uma excepção que apontaremos posteriormente – com as

limitações à aplicação dos modelos importados e com os seus tempos de aplicação, normalmente mais ou menos desfasados “para a frente”.

Falámos em limitações à aplicação dos modelos de desenvolvimento turístico. É importante esclarecer que tipos de limitações e os seus efeitos. Utilizaremos, para tal, um exemplo que, de resto, já entreabrimos anteriormente: o desenvolvimento turístico do litoral algarvio durante a década de 60.

Hoje, quando apreciamos criticamente os efeitos dessa época, somos unânimes em reconhecer o desastre ocorrido no domínio do ordenamento turístico do território e no da salvaguarda da diferença associada à distinção. Convém, contudo, ter a honestidade científica para não julgar liminarmente o passado à luz dos nossos edifícios conceptuais e teóricos actuais.

À época, o processo de desenvolvimento turístico do Algarve seguiu as mesmas premissas teóricas e metodológicas que tinham sido aplicadas, antes, em França, em Espanha ou noutras áreas litorais. A ideia de desenvolvimento turístico fundamentava-se na construção de grandes infra-estruturas, grandes edifícios, grandes hotéis, rasgar estradas, transformar a paisagem. Numa palavra, no progresso, como então se dizia.

Pode parecer-nos, hoje, estranho. Mas, efectivamente, o desenvolvimento turístico passava então pela modernização do litoral, pela sua reconstrução à imagem e semelhança dos ambientes urbanos dos países ocidentais. Mesmo que isso fosse efectuado à custa da destruição do património construído e da artificialização do património natural. Mesmo que isso fosse sinónimo de substituição dos valores tradicionais pelos novos valores da modernidade. Aliás, a ideia de património colectivo era, então, vaga e difusa.

Pode, efectivamente, parecer-nos hoje estranho. Mas não incoerente.

Não incoerente porque, na realidade, tudo isto - e muito mais - que apontamos actualmente ao desenvolvimento turístico do litoral algarvio estava perfeitamente de acordo, no essencial, com o paradigma de desenvolvimento turístico global em que se enquadrava, o da modernização: a oposição entre tradição e modernidade; o caminho

unidireccional e a visão determinista das dinâmicas; as áreas urbanas dos países ricos como referencial.

É certo que é possível argumentar que noutros locais a aplicação do paradigma não produziu efeitos tão nefastos como no litoral algarvio. Estamos inteiramente de acordo. E é aqui que é necessário recorrer ao vector explicativo/*layer* “condições específicas”, isto porque a modernização, por exemplo no plano da substituição das malhas urbanas tradicionais por novos modelos urbanísticos, podia ter sido efectuada de forma planeada e com qualidade arquitectónica e urbana – como aconteceu noutros litorais europeus – ou de forma casuística, desregulada e com má qualidade geral, como sucedeu no Algarve ou no litoral mediterrânico espanhol. Ou seja, duas situações com o mesmo suporte racional mas que se traduzem em territórios turísticos completamente diferentes na sua organização e nos níveis de qualidade alcançados.

E é neste particular que entronca a afirmação que proferimos anteriormente quanto aos limites de aplicação dos modelos: nos anos 60 o Algarve e o País em geral não tinham condições políticas e técnicas – de desenvolvimento, no sentido mais amplo do termo – para regular e para gerir um processo rápido, violento e onde os interesses particulares dos grupos económicos eram fortíssimos, de transformação territorial e funcional do seu espaço. Nem existia, em boa verdade, uma tradição de planeamento sectorial e territorial – que só surgiu, efectivamente, após o 25 de Abril e, sobretudo, após a adesão à União Europeia. E, muito menos ainda, uma população com capacidade crítica e com espaço para o exercício da cidadania.

Referimo-nos, num parágrafo anterior, a uma excepção à ideia geral da não originalidade fundamental do caso português em matéria de desenvolvimento turístico. Trata-se de um dos muitos efeitos da Revolução do 25 de Abril e prende-se com o facto de Portugal, durante um brevíssimo triénio, ter apresentado características no domínio do desenvolvimento turístico relativamente semelhantes àquelas que tipificámos anteriormente como ligadas ao modelo da dependência.

Na verdade, dois factores concorreram para tal: em primeiro lugar, a nacionalização de uma fracção considerável da hotelaria de topo do País na sequência da

nacionalização da banca e dos grandes grupos económicos; em segundo lugar, a perspectiva socializante que animou o País após o 25 de Abril e alguns dos seus governos provisórios, com relevo especial para o quinto.

Assim sendo, serôdio no tempo e estranho no espaço, consideramos que se pode falar – globalmente – neste modelo relativamente a Portugal, ainda que, como já dissemos, muito limitado no tempo e sem a pureza original. Contudo, a ideia da produção nacional, ou, no caso vertente, da nacionalização do turismo e da sua libertação face aos interesses exógenos, existiu e marcou o seu período, pelo menos em amplos sectores da sociedade e, em menor escala, do sector.

Porque já o fizemos anteriormente, dispensamo-nos de apresentar novamente as características dos modelos de desenvolvimento plasmados na actividade turística. Como tal, optámos por dar conta dos períodos em que, no nosso entender, os diversos paradigmas mais influenciaram a produção dos territórios turísticos nacionais.

Figura 32 – Os modelos de desenvolvimento e a escala do tempo

Modelos \ Tempo	Tempo					
	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Modernização	[Gráfico de barras com gradiente de cinza]					
Dependência	[Gráfico de barras com gradiente de cinza]					
Neo-Liberal	[Gráfico de barras com gradiente de cinza]					
Alternativo	[Gráfico de barras com gradiente de cinza]					
Perspectivas mais recentes (IAD)	[Gráfico de barras com gradiente de cinza]					

Fonte: elaboração própria

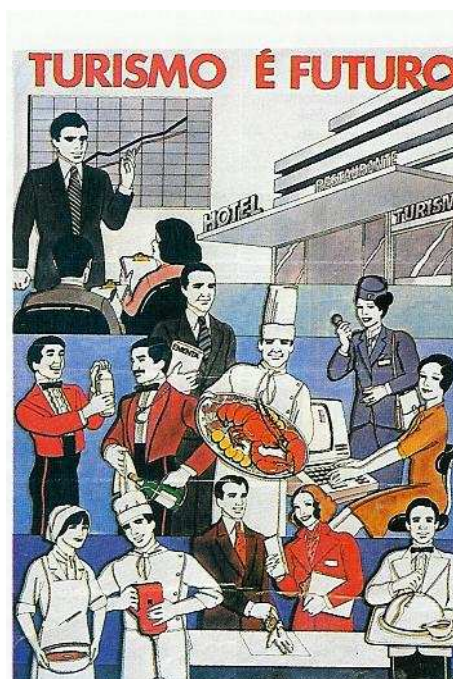
Interessa ter presente que as perspectivas inerentes aos vários modelos apresentados não se sucederam sequencialmente no tempo. Pelo contrário, em muitos casos, foram concomitantes, embora com níveis de aceitação diversos e estratos de acolhimento preferenciais.

É o caso do modelo da modernização que, passadas décadas do seu auge de influência, ainda mobiliza a opinião de alguns, especialmente nos sectores ligados à actividade imobiliária, mas também, em muito menor escala e com argumentos mais elaborados e actualizados, dentro do sector.

Figura 33 – O turismo em cartaz I



João Abel Manta, 1975



Instituto Nacional de Formação Turística, 1985

É o caso, presente, em que o modelo de desenvolvimento neo-liberal subsiste, lado a lado, com o modelo de desenvolvimento alternativo, provocando discursos muito diferentes sobre o turismo e o seu devir, ou, mais correntemente, discursos que pretendem associar o melhor dos “dois mundos”.

De resto, esta ambivalência – que consideramos positiva por introduzir a preocupação da sustentabilidade no panorama neo-liberal “puro e duro” – não é especialmente recente no país, estendendo as suas raízes mais remotas ao primeiro plano nacional de turismo e ao sequente esforço público para o lançamento do Turismo em Espaço Rural. Posteriormente, o ideário alternativo no turismo teve desenvolvimentos consideráveis, por razões de complementaridade competitiva do turismo nacional e por força da sua necessária adaptação aos novos ventos da procura de turismo qualificado, mas também pela transposição para o turismo de prioridades transversais da política europeia em matéria de ambiente e de igualdade de oportunidades.

Em qualquer dos casos, trata-se de um processo em ascendência que não põe em causa, à semelhança dos restantes sectores da economia e do País, a prevalência das ideias neo-liberais no turismo. Afeiçoadas, com um discurso politicamente mais correcto, com preocupações de sustentabilidade e maior lustro social. O futuro encarregar-se-á de precisar melhor o que, actualmente, ainda não é claro.

Figura 34 – O turismo em cartaz II



Fonte: Nuno Costa,
SNI, 1954

4 – O ALARGAMENTO DO CONCEITO DE MUSEU E AS SUAS FUNÇÕES ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo tem como objectivo fundamental estabelecer um contraponto ao turismo, agora no campo da museologia, entendida esta como o estudo do percurso evolutivo da teoria e da prática dos museus. Dentro da racionalidade deste trabalho, tratar-se-á de desenvolver e analisar o terceiro e último vértice do triângulo que estrutura o nosso roteiro metodológico: o desenvolvimento, o turismo e os museus.

Mas, tal como já avançámos no segundo capítulo, consideramos que museus e turismo não se encontram ao mesmo nível estruturante da realidade, o qual, em nosso entender, compreenderia, antes, o binómio turismo e cultura (ou turismo cultural e museus, se pensarmos num corte inferior da hierarquia temática). Como tal, embora não sendo esse o nosso centro de interesse principal, optámos por iniciar esta parte do trabalho com uma discussão – embora breve – sobre o conceito de cultura, o modo como este tem visto o seu campo de entendimento alargado e, mais importante, as consequências desse percurso evolutivo nas pontes estabelecidas entre cultura e desenvolvimento.

Mas, iniciar a temática “museus” através da problematização das relações entre a cultura e o desenvolvimento fica a dever-se, igualmente, a outras ordens de razões que não uma mera questão de equilíbrio hierárquico entre as partes: desde logo, porque dificilmente se compreenderá a globalização do conceito de museu – globalização, no sentido de novas temáticas susceptíveis de musealização, mas também de novos formatos museográficos e, ainda mais importante, de novas funções assumidas pelos museus – sem integrá-la no campo mais geral do alargamento do conceito de cultura para novas dimensões e funções. E também, só para citar duas ordens de razões, porque os museus e as políticas museológicas que lhes deram sustentação sempre fizeram parte de um todo mais vasto que foram a cultura e as políticas culturais, pelo que os pares formam nexos dificilmente dissociáveis, mesmo quando os museus – como veremos, mais na radicalidade do discurso do que no excepcionalismo do rumo

– parecem querer romper os horizontes limitados da intervenção cultural para se afirmarem como motores e promotores de dimensões objectivas no domínio socio-económico

Após este percurso inicial pelos domínios da cultura e do desenvolvimento, focar-nos-emos, então, no domínio mais restrito dos museus. Neste, começaremos por efectuar um relance sobre a evolução do pensamento museológico durante a segunda metade do século XX, evoluindo, posteriormente, para a fixação das principais alterações encontradas, seja no que diz respeito à teoria e prática museológica em geral, seja nas suas manifestações mais particulares: inserção na sociedade e no espaço, justificações para a existência, relações com o público, funções museológicas, formatações, domínios do acervo, entre outras.

Seguidamente, tal como efectuámos para o turismo, procuraremos interpretar os percursos museológicos e museográficos mais relevantes à luz dos perfis dos grandes modelos de desenvolvimento que considerámos anteriormente e, em especial, à luz das funções que cada um deles atribuía à cultura enquanto instrumento de progresso e de bem estar.

Após esta óptica geral, aumentaremos a escala de análise e consideraremos o caso português. Também aqui seguiremos um roteiro muito semelhante ao já utilizado para o turismo:

- Um texto de ficção introdutório – ou melhor, realidade ficcionada introdutória - que permitirá dar conta dos ambientes e das envolvências humanas dos museus nas últimas décadas. Este texto ligar-se-á e fechará o ciclo de ficção iniciado no capítulo do turismo.
- Um percurso, sistematizado e apoiado factualmente, pela evolução dos museus, da museologia e da política de museu, desde os anos 50 do século XX até à actualidade.
- Um cruzamento com os modelos de desenvolvimento e as suas expressões gerais nos domínios cultural e museológico, tendo em vista detectar características transversais e originalidades da realidade portuguesa.

De um modo geral, procurar-se-á, tanto quanto possível, que este capítulo possua campos de equivalência com o do turismo, onde, por transparência, seja possível vislumbrar e tirar linhas de referência para o desenvolvimento. Não será uma tarefa fácil e estamos conscientes de que só será conseguida parcialmente. É que, embora as relações entre turismo e museus sejam estreitas, não só a produção teórica nos dois ramos é dissemelhante em quantidade (muito mais profusa no domínio do turismo), mas também, em qualidade, encerram pontos de apoios científicos e tradições analíticas diversas, pelo menos até há relativamente poucas décadas.

4.1 – A cultura e o desenvolvimento

Como já se referiu anteriormente a propósito do “triângulo turismo, museus e desenvolvimento”, o estabelecimento de ligações entre a cultura e o desenvolvimento não é tarefa fácil quando tentamos ultrapassar o universo das ideias vagas e “evidentes” que povoam o senso comum.

E não é fácil por uma razão principal que dispensa outras: são conceitos vagos, com limites imprecisos e sem constância temporal. Ajustá-los mutuamente é como tentar montar um *puzzle* cujas peças variam constantemente de forma, mas também, consoante o ângulo de visão, de cores e de desenhos.

Aliás, trata-se de uma tarefa que, em última análise, funciona em circuito fechado, já que, como vimos, o(s) conceito(s) de desenvolvimento depende(m) em grande medida dos contextos culturais que lhe(s) estabelecem os horizontes de referência, sendo estes, por sua vez, forjados dentro de quadros – ou modelos – de desenvolvimento específicos aos territórios e às comunidades. O mesmo é dizer que cultura e desenvolvimento possuem racionalidades de ligação detectáveis sem dificuldades de monta quando, e só quando, estamos em presença de domínios analíticos restritos e homogêneos – no tempo, no espaço e nos grupos sociais: “Culture takes diverse forms across time and space. This diversity is embodied in the uniqueness and plurality of

the identities of the groups and societies making up humankind” (UNESCO, 2001¹⁵²:3).

Deixando para trás, por agora, a vertente do desenvolvimento, cujas diferentes perspectivas já foram suficientemente desenvolvidas, passaremos a problematizar – em maior profundidade e em complementaridade com o que já expusemos - a natureza plástica do conceito de cultura, a qual se traduz pela consideração de um conjunto de eixos de “deformação” que, embora não mutuamente exclusivos e com interpenetrações evidentes, caso a caso, lhe conferem a respectiva posição e figura.

- a) *Cultura erudita vs. cultura popular* – a distinção entre culturas dentro da mesma sociedade produziu-se na Antiguidade dentro de um quadro de produção e reprodução de conhecimento de prestígio, bem como na adopção de hábitos e normas de civilidade. Trata-se, desde logo, do acesso a meios de comunicação mais exactos e perenes que a oralidade, os quais a adopção de línguas modernas e de forte transversabilidade, como o grego, o latim ou o fenício, vai estimular e permitir. Por outro lado, no domínio da produção do conhecimento e, portanto, do património cultural, a erudição associada à alta cultura vai centrar-se em temáticas de prestígio, sejam elas de feição mais aplicável e material – como o saber no domínio da construção de edifícios, pontes, estradas ou, mesmo, cidades – seja em vertentes mais imateriais relacionadas com a vida e o posicionamento cosmogónico desta. Paralelamente, a adopção de valores culturais eruditos, formatou os hábitos e a vida em sociedade dos “sábios”, conferindo-lhes uma imagem externa distintiva (modos de vestir, mas também de ser e de estar) e uma conduta social regida por códigos de sociabilidade não decorrentes exclusivamente da satisfação das necessidades básicas individuais. A cultura popular, por seu lado, menos racionalizada e mais empírica, não só estava associada à resolução prática de problemas concretos através da comparação ou da experiência vivida, como incorporava uma forte dimensão transcendente muito

¹⁵² UNESCO, *Universal Declaration of Cultural Diversity*, November 2001.

suportada, primeiro pelos ritmos impostos pelos ciclos naturais e, posteriormente, na Europa, pelo resultado da cristianização destes.

- b) *Cultura veiculada pela escrita e por outros meios de comunicação nobres vs. cultura veiculada oralmente* – uma vez que a cultura implica, necessariamente, a comunicação susceptível de a difundir e sociabilizar, o modo como ela se reproduz e se faz ecoar nas sociedades é um domínio de importância significativa, já que daí deriva não só a sua capacidade de afirmação, mas também de perpetuação (no sentido relativo e evolutivo do termo). Isto significa que os meios através dos quais é veiculada permitem, ou não, que a cultura tenha a capacidade para entrar no processo de globalização geral por dispensarem a convergência, espacial e temporal, entre o emissor e o receptor. Foi o que se operou com os primeiros edifícios culturais, o grego ou o romano, só para nos restringirmos aos europeus, quando se apoiaram na escrita e na leitura e continua a ser o caso, actual, das culturas globais que são veiculadas através dos novos meios de comunicação de massas, como a rádio, a televisão e o audiovisual em geral ou, mais perto ainda no tempo, os meios informáticos em rede. Por outro lado, a superioridade dos meios de comunicação que convencionámos designar por nobres, permitiram, e ainda permitem, uma outra mais-valia - a capacidade para fixar a informação cultural, a qual se traduz na criação de condições para a sua circulação por entre os receptores, sem sofrer as alterações, em cadeia e em cascata, de que a comunicação oral é, muitas vezes, agente.
- c) *Cultura científica vs. cultura do senso comum ou tradicional* – foi no século XVIII que se criaram as condições objectivas e subjectivas para a revolução científica a que o século seguinte iria assistir. Essas condições ligam-se, estreitamente, ao triunfo da burguesia enquanto classe dominante, luta essa que se travou em dois tabuleiros principais – a afirmação da soberania nacional exercida através dos processos democráticos, em oposição à soberania por direito divino; a centralidade conferida ao primado da razão, em contraposição aos valores tradicionais, nomeadamente os associados ao

sobrenatural. É, pois, pela mão do racionalismo e com o advento da modernidade que a era da ciência e a cultura científica se vão impor de forma quase incontestada - excluindo os meios religiosos – até à última década do século XX, altura em que fortes ventos individualistas e anti-rationais sacodem o mundo em geral, e o campo da cultura em particular. Entre a cultura científica e a que designámos por tradicional, para além das diferenças genéticas que acabámos de expor, avulta um elemento de separação fundamental – a causa das coisas ou a fonte da Verdade. Para além de incorporarem atitudes explicativas diversas que decorrem naturalmente da sua matriz original – conceitos *vs.* preconceitos – os métodos analíticos utilizados para produzir as respostas que fecham o ciclo das interrogações detêm potenciais de reformulação e de renovação completamente distintos. A cultura científica encerra em si o fermento da mudança que a razão e o método científico lhe proporcionam; a cultura tradicional é estática, por inerência dos processos na obtenção das respostas.

- d) *Cultura oficial vs. cultura revolucionária ou alternativa* – no mesmo quadro a que já aludimos, a Revolução Francesa, uma outra transformação de monta vai mergulhar as suas raízes. Referimo-nos à emergência da cultura oficial - do estado - a qual constitui o reflexo no campo cultural do estabelecimento do estado-nação enquanto expressão geopolítica da soberania dos cidadãos. Por outro lado, este processo de estatização da cultura deve ser entendido, igualmente, no quadro geográfico existente até ao Século XIX na Europa – salvo excepções raras, um mosaico enorme de pequenas realidades políticas, cujas sucessivas composições e recomposições geopolíticas foram tornando diferentes, quando não ferozmente divergentes. É este ambiente adverso que o processo de composição dos estados modernos vai ter que enfrentar, o mesmo é dizer, vai ter que alterar no sentido de criar, ou potenciar, os factores de unidade em detrimento dos centrífugos. Os mecanismos utilizados neste processo tendo em vista a produção de cimento nacional foram vários - a cultura vai ser um deles, quiçá mesmo um dos mais importantes. Neste quadro,

um grande esforço de uniformização dos valores e das práticas culturais e sociais vai ter lugar durante o Século XIX, o que, em paralelo, vai implicar um enorme reforço do papel das instituições públicas centrais ligadas à cultura, bem como a produção de quadros legais susceptíveis de apoiar a centralização e oficialização da mesma. Enquanto isto, na sequência da revolução industrial

Figura 35 – cultura nacional e cultura operária



Fonte: Arquivo próprio.

e da subsequente estruturação das sociedades industriais, o operariado ganha um crescente protagonismo económico e social. As condições excessivas dos ritmos e dos horários de trabalho, aliadas à precariedade das condições de vida em geral e à natureza concentrada da actividade industrial, vão favorecer a emergência da cultura operária, a qual, a breve trecho, vai assumir contornos revolucionários. Trata-se de uma cultura alternativa à oficial, que incorpora um leque de valores ligados ao “Homem novo” que, seja na perspectiva bakuniniana, seja na perspectiva marxista, se supunha ser a antecâmara e o

instrumento criador do “mundo novo”. Esta cultura, ritualizada em torno dos eventos laborais e dos acontecimentos revolucionários, vai, igualmente, procurar desempenhar um papel agregador, só que, contrariamente à cultura oficial, não no plano nacional, mas sim no domínio transversal do proletariado, donde o seu carácter eminentemente internacionalista.

- e) *Cultura inclusiva vs. cultura exclusiva* – desde há muito que a cultura tem vindo a ser encarada como uma via no sentido do robustecimento das comunidades. Ao conferir aos grupos um conjunto de valores e de grelhas de leitura e avaliação das realidades comuns, a cultura pode estabelecer pontes de entendimento, favorecer consensos em torno do presente e do futuro, reforçar as identidades e criar ou estreitar os sentimentos de pertença. Este papel de criação de cimento social atribuído à cultura, tem, contudo, um reverso da medalha não negligenciável – ao reforçar o nosso lado, o “nós”, muitas das vezes encarado através de lentes magnificadoras que, de forma implícita, estabelecem contornos de superioridade moral, estabelece e reforça concomitantemente a distância em relação ao “outro”. Poder-se-á argumentar que a agregação no plano interno não significa obrigatoriamente o aprofundamento das clivagens com o plano externo, mas também não deixará de ser verdade o que a experiência nos ensina, e que se traduz por ser esta – a comparação e a acentuação das diferenças culturais face aos “outros” - uma das formas mais efectivas de produzir identidades. Neste sentido, a agregação supõe e implica a diferenciação. Por outro lado, outras questões dentro deste domínio de raciocínio se levantam? Será possível, e em caso afirmativo como, combinar a universalidade dos direitos no campo da cultura com o reconhecimento das diferenças culturais? Como combinar a pluralidade cultural com a igualdade de oportunidades? Em nosso entender, através de uma combinação inteligente entre políticas culturais inclusivas e estimuladoras da participação e da cidadania. “Cultural institutions are involved in the creation and protection of values, but whose? If people feel on the margins by the way majority interest operate, we must at least ask whether the cultural

system however unconsciously, contributes to that process. Does everyone have an equal stake in their museum, library or gallery in the sense of being able to contribute to how it represents them and their community? Do public cultural institutions today reflect all the people of their locality? Did they ever? Is the reality that they reflect the values, identity and interest of one group at the expense of marginalising difference, minority cultures or dissent? (Pachter¹⁵³ and Laundry¹⁵⁴, 2001¹⁵⁵:96).

- f) *Cultura massificada vs. cultura localizada* – o processo de globalização é um dado incontornável do mundo actual, independentemente da nossa apreciação crítica sobre o mesmo. É uma consequência da elasticidade do complexo espaço-temporal no sentido da sua diminuição enquanto factor de separação dos factos e dos acontecimento – vulgo, um mundo pequeno e à mão – e encerra duas dimensões fundamentais e interligadas, a económica e a cultural. Referimos o facto de serem interligadas porque ambas, como refere Giddens (2000¹⁵⁶), estão associadas ao mercado e às suas acções de regulação e de mercantilização globais, traduzidas em novos níveis de poder e em redes mais estreitas de interdependências. Focalizando-nos na dimensão cultural da globalização, esta expressa-se através da capacidade que os centros mundiais dominantes detêm, utilizando as novas tecnologias da informação e da comunicação, para impor normas, comportamentos e estilos de vida através de processos industrializados que, em última análise, levarão à *standartização* dos modelos culturais e, com ela, à dominação global. Este rolo compressor e uniformizador das “indústrias culturais” dominantes, supostamente avassalador e imparável, provocou, contudo, reacções que levaram alguns

¹⁵³ Marc Pachter é director da “American National Portrait Gallery” e do “National Museum of American History.

¹⁵⁴ Charles Laundry é fundador da “Comedia”, uma agência de pesquisa e desenvolvimento sobre a cultura nas cidades.

¹⁵⁵ Pachter, Marc e Landry, Charles (2001), *Culture at the Crossroads, Culture and Cultural Institutions at the Beginning of the 21st Century*, London, Comedia Publications.

¹⁵⁶ Giddens, A. (2000), *Un Mundo Desbocado. Los efectos de la Globalización en Nuestras Vidas*, Madrid, Taurus.

autores a designá-lo por “tigre de papel” (Xan Manuel Bouzada Fernández¹⁵⁷, in Morató¹⁵⁸, 2006¹⁵⁹). Isto porque, por um lado, esta produção industrial de referentes culturais globalizados verificou-se, sobretudo, nos domínios de certos mercados culturais mais propícios - ou em que a competitividade era menor, devido aos meios tecnológicos envolvidos e/ou à massa crítica necessária para os respectivos processos de afirmação e posterior mundialização – (o cinema e a música, são disso bons exemplos); por outro, porque provocaram uma reacção fortíssima ao nível local no sentido da fixação dos valores culturais tradicionais e específicos, tendo em vista a sua afirmação como espaços da diferença e da ruptura com a transversalidade cultural e com unanimidade dos valores e das práticas. Aldeias de Ásterix no mundo globalizado dos romanos? Não cremos. Primeiro, porque seriam milhões de aldeias, tantas que se poderia supor exactamente o contrário – um mundo romano por entre os interstícios das inúmeras aldeias dos incontáveis Ásterix(s). Segundo, e mais importante, porque cremos que estas culturas, massificadas e localizadas, são concomitantes no espaço e no tempo, ocupando *layers* diferentes dos edifícios culturais – um, mais epidérmico e fugaz, no caso da cultura globalmente massificada, outro, mais profundo e perene, de hibridação entre a cultura massificada e a específica, e, finalmente, ainda um outro, profundo e de referência, compreendendo os fundamentos e as raízes culturais específicas dos locais mas comuns às sociedades.

- g) *Cultura de tradição vs. cultura de inovação* – como já se referiu anteriormente, a cultura é um instrumento privilegiado no estabelecimento de pontes entre os indivíduos e entre estes e o território. Neste sentido, a cultura pode ser considerada como um importante instrumento na produção da coesão social dos lugares e, por decorrência, na sua afirmação externa. Contudo, este papel de coesão social da cultura tem sido encarado, normalmente, associado

¹⁵⁷ Xan Manuel Bouzada Fernandez, Sociólogo galego, professor de sociologia geral na Universidade de Vigo.

¹⁵⁸ Arturo Rodríguez Morató, professor titular de sociologia e director do Centro de Estudos sobre Cultura, Política e Sociedade da Universidade de Barcelona.

¹⁵⁹ Morató, Arturo Rodríguez - Ed. (2006), *La Sociedad de la Cultura*, Barcelona, Ariel.

ao património colectivo, entendido este, na sua formulação mais tradicional, como os valores e os bens materiais herdados do passado. Daí o acento tónico na conservação do património cultural e daí, igualmente, a associação corrente entre a coesão social e a memória ou a rememoração das comunidades. Não se contesta que a cultura e o património cultural transportam em si uma dimensão de passado, o que se contesta, isso sim, é que esta dimensão seja a única, já porque o património se produz em cada instante, já porque a coesão social não se produz exclusivamente olhando para trás, mas também – e diríamos sobretudo – considerando e construindo o futuro. Isto quer dizer que a criação e a inovação são, igualmente, vias importantes na produção de pontes e de laços entre os indivíduos e entre estes e os territórios – veja-se, a título de exemplo, as cidades criativas, as quais são, actualmente, em conjunto com os espaços urbanos tradicionais herdados dos processos milenares de ajuste entre o suporte natural e as comunidades humanas, importantes referenciais identitários de muitos lugares. Por outro lado, o papel da cultura não se acantona exclusivamente ao domínio da coesão social, estendo-se, de forma crescentemente aceite, ao da competitividade dos lugares. Mais uma vez, nesta última cadeia de efeitos, a preservação dos valores e das culturas tradicionais é considerada factor chave enquanto base de vantagens comparativas. Mais uma vez, ainda, não negamos que as vantagens comparativas decorrentes dos valores e do património cultural herdado não possam vir a constituir-se em vantagens competitivas dos lugares. Podem-no, efectivamente. Só que não devemos esquecer a outra vertente, a da competitividade dos territórios, a que se prende com a criação e com as indústrias criativas, responsáveis por terem posto muitos lugares no mapa mundial dos territórios do turismo e, mesmo, por os terem retirado do cone de sombra dos não-lugares.

Figura 36 - Museu Basco e Guggenheim



Fonte: Município de Bilbao.

- h) *Cultura de mainstream vs. Subculturas* – a partir dos anos 60 do século XX, a cultura conhece um processo crescente de “balkanização” associado à entrada em cena de novos referentes que não os tradicionais (território, religião, classe social, ...). Esta nova realidade, possibilitada por sociedades mais abertas em que os valores culturais dominantes deixam de ser encarados como exclusivos, vai proporcionar “abrigos”, ou nichos culturais, susceptíveis de acolher e incluir indivíduos não identificados com os referenciais disponibilizados pelo *mainstream*. Nesta perspectiva, as subculturas emergentes vão funcionar como portos de abrigo, mas também como válvulas de escape dos sistemas culturais dominantes, enquanto estes últimos não se adaptam aos ventos de mudança ou enquanto as subculturas não se diluem no caldo cultural global. Em qualquer dos casos, a sua existência confere elasticidade ao *mainstream* e proporciona-lhe um *buffer* de conforto quando os factos sociais evoluem numa velocidade que supera a capacidade de reconstrução e auto-renovação do edifício cultural prevalecente. Muitas destas subculturas nascem associadas a novos estilos de vida, os quais vão induzir manifestações externas de pertença (a música ouvida, o vestuário usado, os espaços públicos e privados eleitos, o corte de cabelo, a alimentação, ...), mas também, se perduram no tempo, a fixação de um corpo ideológico articulado de significados, crenças e valorações. Embora

encerrando domínios de focalização bastante diversificados – a subcultura *beatnick, hippie, gay, rapper, vegan, ...* – todas elas incorporam elementos estruturantes da cultura do *mainstream* e, crescentemente, são encaradas não como um desafio ou um risco social mas, antes, como factores decisivos na ligação entre a competitividade dos lugares e a coesão social por via da valorização da diversidade e da inclusão/neutralização das diversas expressões de resistência e revolta.

Com o desenrolar do tempo, a concepção da cultura e do seu papel nas sociedades evoluiu substancialmente. As políticas culturais desenvolvidas pela maioria dos países foram, precisamente, um espelho das funções e das ópticas através das quais a cultura foi sendo encarada. Embora de forma breve e limitada ao longo do eixo do tempo, parece-nos relevante fixar alguns dos “momentos” fundamentais deste percurso, centrando-nos para isso no espaço europeu, o mais próximo de nós no entendimento do factor “Cultura”.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, a Europa inicia a sua reconstrução. A tarefa, pese embora as ajudas externas provenientes do Novo Mundo, não se afigurava fácil – muitas das infra-estruturas dos países beligerantes tinham sido reduzidas a pó; as sociedades viram os seus modos habituais de vida desarticularem-se e, nalguns casos, transmutarem-se; novas realidades geopolíticas tinham emergido em substituição das anteriores. É, pois, num quadro de grande incerteza, mas também de forte optimismo, característico dos períodos pós-guerra, que a Europa se põe em marcha. Como já vimos, modernizar era então a palavra de ordem em termos de desenvolvimento. Qual o papel, neste contexto, conferido à cultura e como é que esta poderia contribuir para o processo em curso?

Desde logo, preenchendo a sede de cultura que as sociedades emersas no esforço de guerra foram adquirindo. Mas também, numa perspectiva mais instrumental, dando o seu contributo específico para a construção dos estados providência que estavam então em processo de construção. Os indivíduos, os cidadãos, tinham agora uma série de direitos sociais que os estados deveriam garantir, entre eles o do acesso à cultura

como parte integrante da sua qualidade de vida e bem-estar. Acresce que, para algumas realidades territoriais profundamente modificadas aquando dos acordos estabelecidos pelos aliados nas conferências de alto nível realizadas durante a Guerra, a cultura surgia, igualmente, associada ao seu papel tradicional dos séculos anteriores: justificar recortes territoriais, estimular o espírito nacional e conferir laços de unidade entre os habitantes do todo geográfico.

É neste quadro que as políticas internas dos países mais desenvolvidos, no campo da cultura, vão ser orientadas por processos de democratização cultural, ou seja, segundo objectivos que visam a extensão da cultura das elites a toda a população. Nasceram, assim, grandes projectos de difusão cultural e são lançadas as bases para o seu sucesso: redes de infra-estruturas e de serviços culturais, bem complementados pelo binómio programação/distribuição.

O escopo era nobre e servia os propósitos do modelo de desenvolvimento económico predominante, já que a cultura alvo de democratização era a chamada “alta cultura”, ou a cultura definida pelos peritos como importante e séria, substituindo-se, progressivamente e em teoria, às culturas populares e tradicionais. A oposição entre modernidade e tradição, já nossa conhecida como uma das características do modelo de desenvolvimento económico da modernização, também aqui, no plano do desenvolvimento cultural, não ficou de fora. Efectivamente, era uma condição do e para o desenvolvimento assim entendido. Isso foi verdade, como vimos, para os países europeus desenvolvidos e vai ser igualmente verdade na aplicação destes modelos ao mundo menos desenvolvido, embora nestes, devido às leituras comumente efectuadas pelos países do Centro, a cultura seja entendida com um papel muito menos central: ou seja, não como uma plataforma para o desenvolvimento, mas sim como um escolho (as culturas tradicionais) que haveria que remover. E tendo o esforço sido colocado, sobretudo, na destruição do existente com pouca atenção posta na reconstrução (mesmo na óptica da democratização dos valores culturais do Centro), a modernização significou, em muitos casos, a destruição das culturas tradicionais com a criação de um vácuo subsequente, propício à emergência de sociedades “sem valores” ou a braços com subculturas difíceis de gerir. “The

stealthily dissolving sense of meaning and purpose as development models leave out the constitutive aspect of culture in people's lives (...). Development policies have forgotten what Gandhi¹⁶⁰ once said: we need: 'a recognition that economic activity, at every stage of technical development, has no value except as a contribution to a social aim'." (Arizipe L¹⁶¹. 2002 in Creative Exchange, 2003¹⁶²: 5).

No início dos anos 70, as ideias associadas à democratização cultural começam a ser postas em causa, sobretudo no que à admissão – implícita ou explicitamente – de uma cultura oficial dizia respeito. Neste contexto, um novo corpo conceptual da cultura e das políticas culturais começa a ganhar densidade, seja no contexto dos países desenvolvidos, seja nos menos desenvolvidos. Admite-se, agora, a pluralidade cultural dentro do mesmo plano valorativo e, mais do que a generalização do consumo cultural, pretende-se estimular a actividade de criação cultural dos cidadãos e dar resposta às procuras concretas e específicas das comunidades neste particular. Descentrando-se da quantidade, o acento tónico das políticas culturais é agora desviado para os resultados e para os benefícios sociais produzidos.

Este modelo de democracia cultural é estimulado por dois tipos de ocorrências, convergentes nos efeitos, em sectores diferentes do mapa mundial do desenvolvimento: no mundo desenvolvido e, em particular, na Europa, pelas mudanças sociais, políticas e económicas que deram origem ao Maio de 1968 e pelas suas decorrências no âmbito da "emergence of grassroots and social movements" (Patcher and Landry, 2001: 52); no mundo em desenvolvimento, pelas "radical approaches to education evolved by Paulo Freire¹⁶³ and before him Ivan Illich¹⁶⁴, were the foundation for participatory development" (Creative Exchange, 2003: 6).

¹⁶⁰ Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) – Líder do movimento nacionalista indiano e criador da "Não-violência" enquanto meio para alcançar os propósitos da emancipação política e económica.

¹⁶¹ Lourdes Arizipe.

¹⁶² Creative Exchange (2003), *Routemapping Culture and Development*, Reino Unido (Department for International Development).

¹⁶³ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) – Educador brasileiro considerado um dos mais notáveis pedagogos mundiais. Destacou-se, sobretudo, no domínio da educação popular.

¹⁶⁴ Ivan Illich (1926-2002) – Pensador multifacetado austríaco, fundador do CIDOC (Centro Intercultural de Documentación), em Cuernavaca, México. O seu pensamento influenciou significativamente a pedagogia moderna.

Em qualquer dos casos é detectável a presença de um fermento emancipador que se pode cruzar, embora deixando margens a descoberto, com o modelo de desenvolvimento económico da dependência em ascensão nos países da periferia.

É, ainda, de reter que esta fase conceptual da cultura e do seu papel na sociedade, bem como as duas correntes convergentes de que demos conta, vão ter um reflexo profundo na museologia, especialmente na explicação do surgimento da chamada Nova Museologia e, sobretudo, nos contornos bidimensionais que a estruturariam e lhe confeririam as nuances de que se revestiu nos vários países, nomeadamente entre os do Norte e os do Sul.

No segundo lustro da década de 80 do século XX, acompanhando os ventos neo-liberais que impregnavam, agora, o campo mais vasto das perspectivas de desenvolvimento, as preocupações da cultura enquanto veículo de participação e de fortalecimento individual e comunitário cedem o passo aos desideratos do desenvolvimento económico.

A redução do envolvimento das entidades de regulação adstritas ao modelo neo-liberal vai-se traduzir, no campo da cultura, por cortes violentos no financiamento público da maioria das instituições e projectos culturais, o que, aliado à necessidade de dar resposta ao declínio das indústrias tradicionais, à crise consequente que se instalou em muitos territórios e à necessidade de reestruturação das suas actividades motoras, vai ter como consequência a focalização da cultura no plano económico e no do desenvolvimento económico.

“Frente a las anteriores propuestas que incidían en la dimensión social y cultural del desarrollo de las comunidades, este modelo hace gran hincapié en la vertiente económica de las artes y cultura, valora aspectos de coste y de rentabilidad económica y política así como la creación de empleo alrededor del sector cultural y del ocio, el turismo cultural, la imagen exterior de las ciudades basadas en su oferta cultural, la regeneración urbana, la competitividad entre ciudades (...).” (Porto, 2006¹⁶⁵: 25).

¹⁶⁵ Porto, Héctor M. Pose (2006), *La Cultura en las Ciudades, un Quehacer Cívico-Social*, Barcelona, Editorial Graó, de IRIF S.L.

Ao mesmo tempo, nos países menos desenvolvidos, sujeitos ao garrote do “Ajustamento Estrutural”, o sector cultural é asfixiado sobre os pretextos de não ser fundamental em períodos de “vacas magras” e, ao mesmo tempo, de ser altamente consumidor de recursos financeiros: a retórica da cultura sempre de “mão estendida” e sempre “subsidiodependente” tinha feito o seu aparecimento, sem distinguir que, no mesmo saco, existiam realidades culturais muito diversas, na sua natureza e funções.

Deste modo, nesses países, a cultura é reduzida a veículo de afirmação política dos poderes vigentes, financiando grandes eventos e grandes infra-estruturas de regime, ou, talvez na maioria dos casos, encarada como um sector cuja função principal seria de servir de lubrificante, facilitador, do desenvolvimento (económico).

Iria ser preciso esperar pela avaliação dos efeitos iniciais destas políticas “culturais” para, num acto de realismo apesar de tudo louvável, muitas das agências responsáveis por levarem o desenvolvimento ao subdesenvolvimento inverteram as suas posições mais radicais e reconhecerem a cultura como um factor fundamental para alcançar o desenvolvimento, “culture should therefore be repositioned at the core of development strategies (...)” (Matarasso, 2001¹⁶⁶: 83).

Apesar desta relativização da perspectiva inicial ocorrida no campo do desenvolvimento, a cultura é orientada, na sua globalidade, para o mercado e pelo mercado, encarada como uma qualquer outra mercadoria e altamente monetarizada. E se, anteriormente, a sua produção e transmissão se enquadravam no quadro dos deveres do estado social e dos direitos dos cidadãos, agora, uma vez individualizadas as sociedades e estabelecido o primado do mercado, reportam-se ao plano e às exigências dos direitos dos consumidores.

Mas, como sabemos, o modelo neo-liberal de desenvolvimento, embora ainda predominante, tem sido alvo de um cada vez maior número de vozes que lhe põem a descoberto as fragilidades e as glacialidades sociais. Este processo tem originado, por um lado, que o próprio modelo tenha vindo a ser progressivamente suavizado e extirpado das manifestações mais radicais oriundas da sua marca de água, a nova

¹⁶⁶ Matarasso, F. Ed. (2001), *Recognising Culture*, Comedia, Canadian Heritage, UNESCO.

direita, e, por outro, que novos caminhos alternativos para o desenvolvimento tenham vindo a ser desbravados – o desenvolvimento alternativo.

A questão que se coloca é como é que estas tendências se têm vindo a projectar no contexto da cultura, o mesmo é dizer, como é que cultura e desenvolvimento se cruzam, actualmente, fora das grandes auto-estradas dos modelos dominantes.

Pese embora a dificuldade originada pela proximidade temporal das transformações que, muitas vezes, nos podem fazer confundir a árvore com a floresta e a diversidade de respostas alternativas que emerge como evidente através das leituras dos autores de referência, uma tendência parece clara: a revalorização da cultura como factor de desenvolvimento, através da valorização da diversidade e da acção descentralizada. “Lorsqu’on envisage l’avenir des cultures européennes et mondiales, on se trouve confronté à plusieurs tendances contradictoires. Le stade actuel de développement post-industriel favorise les processus de mondialization (...) ainsi que de nouvelles modalités de décentralization (...). Les changements se multiplient à un rythme exponentiel, leur orientations varient et leurs schémas son éphémères.” (Groupe de Travail Européen sur la Culture et le Développement, 1998¹⁶⁷ : 240).

Ainda assim, poderemos relevar três aspectos considerados, à luz das novas perspectivas, como traves mestras do desenvolvimento dos territórios e que, como é pacífico de aceitar, estão intimamente ligadas com a cultura e os respectivos modelos e políticas culturais:

- a) A cultura como recurso do desenvolvimento, nomeadamente através da valorização dos valores culturais específicos e tradicionais e do seu aproveitamento enquanto vantagens comparativas e competitivas – o valor da diferença.
- b) A cultura como via de produção de inovação social, “através da sua capacidade para a satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado, para a promoção da inclusão social e para a capacitação de

¹⁶⁷ Groupe de Travail Européen sur la Culture et le Développement (1998), *La Culture au Coeur, Contribution au Débat sur la Culture et le Développement en Europe*, Strasburg, Editions du Conseil de l’Europe.

agentes ou actores sujeitos, potencial ou efectivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder” (André, 2006¹⁶⁸: s. n.) – o valor da equidade.

- c) A cultura como promotora da criatividade e de meios criativos, através da sua acção nos domínios da interculturalidade, tolerância e participação, bem como do seu papel na compatibilização entre a flexibilidade e a necessária estruturação dos territórios – o valor da mudança criativa.

Em acréscimo, no domínio específico da projecção da cultura como forma de combate ao subdesenvolvimento dentro do quadro do conglomerado de conceitos e práticas que designámos por modelo alternativo, segundo um estudo levado a efeito junto de cinco agências¹⁶⁹ de desenvolvimento do Reino Unido (Creative Exchange, 2003), as respectivas agendas de intervenção incorporavam a cultura como elemento estruturante das suas teorias e práticas: enquanto contextos que servem de pano de fundo ao desenho e à gestão dos projectos; enquanto conteúdos que incorporam os processos de desenvolvimento; enquanto métodos – como ferramenta de encaminhamento do rumo do desenvolvimento e como processo de *empowerment* do controle das comunidades sobre os projectos.

Independentemente do que expusemos sobre os percursos evolutivos da cultura e dos seus reflexos no desenvolvimento, é importante efectuar uma aproximação, mais ou menos globalizante e sistemática, sobre os cruzamentos principais concretos, ou efeitos, da cultura sobre o desenvolvimento. Pelo que vimos anteriormente, tal exercício assume, obrigatoriamente, uma feição de denominador comum, longitudinal e transversal, ao eixo do tempo.

¹⁶⁸ André, Isabel (2006), Cultura e Desenvolvimento, *Documento da palestra efectuada no Observatório Social do Alentejo*, Fundação Eugénio de Almeida.

¹⁶⁹ ActionAid, Health Unlimited, Comic Relief, Save the Children UK e Tearfund.

No domínio económico, as suas contribuições principais traduzem-se por:

- a) Constituir um recurso, directo ou indirecto, que alimenta as indústrias culturais e estabelece a base para muitos outros domínios dos serviços e do turismo, nomeadamente, no caso deste último, do turismo cultural (efeito de fileira).
- b) Ser uma forma de acrescentar valor aos produtos, tornando-os competitivos num mundo globalizado em que os seus preços não dependem directamente da produtividade e do valor de uso, mas de outros factores tais como o preço do trabalho ou o valor da imagem que lhes está associada.
- c) Aumentar a competitividade dos lugares através da sua capacidade para a produção de factores de notoriedade e para o fomento das suas imagens externas e das respectivas atractividades (não só no domínio do turismo, mas também na captação de investimentos e empresas de nova geração) - *rayonnement*.
- d) Ser uma fonte importante de criação de emprego - directo e indirecto – qualificado e com uma estabilidade apreciável nalguns dos seus subsectores como é o caso do emprego patrimonial (Grefe, 1999).
- e) Constituir um manancial e uma reserva de ideias, imagens e saberes, colocados à disposição do sector económico tendo em vista o incremento da criatividade e a inovação apoiada (na tradição ou na imaginação pura).
- f) Contribuir para a qualificação do capital humano das instituições em domínios crescentemente decisivos para a criação individual e colectiva de valor e para a competitividade – autoconfiança, flexibilidade adaptativa, pensamento prospectivo e crítico, informação permanente e atitude de inovação.

No campo social, tanto quanto é possível desligar este da vertente económica, os efeitos da cultura traduzem-se por:

- a) Ser um veículo de coesão social através da sua capacidade para estabelecer pontes entre os indivíduos e os grupos e para promover a sua integração, ou

seja, ser um meio importante de valorização do capital local, quer em termos de *bridging capital*, quer no campo do *bounding capital*.

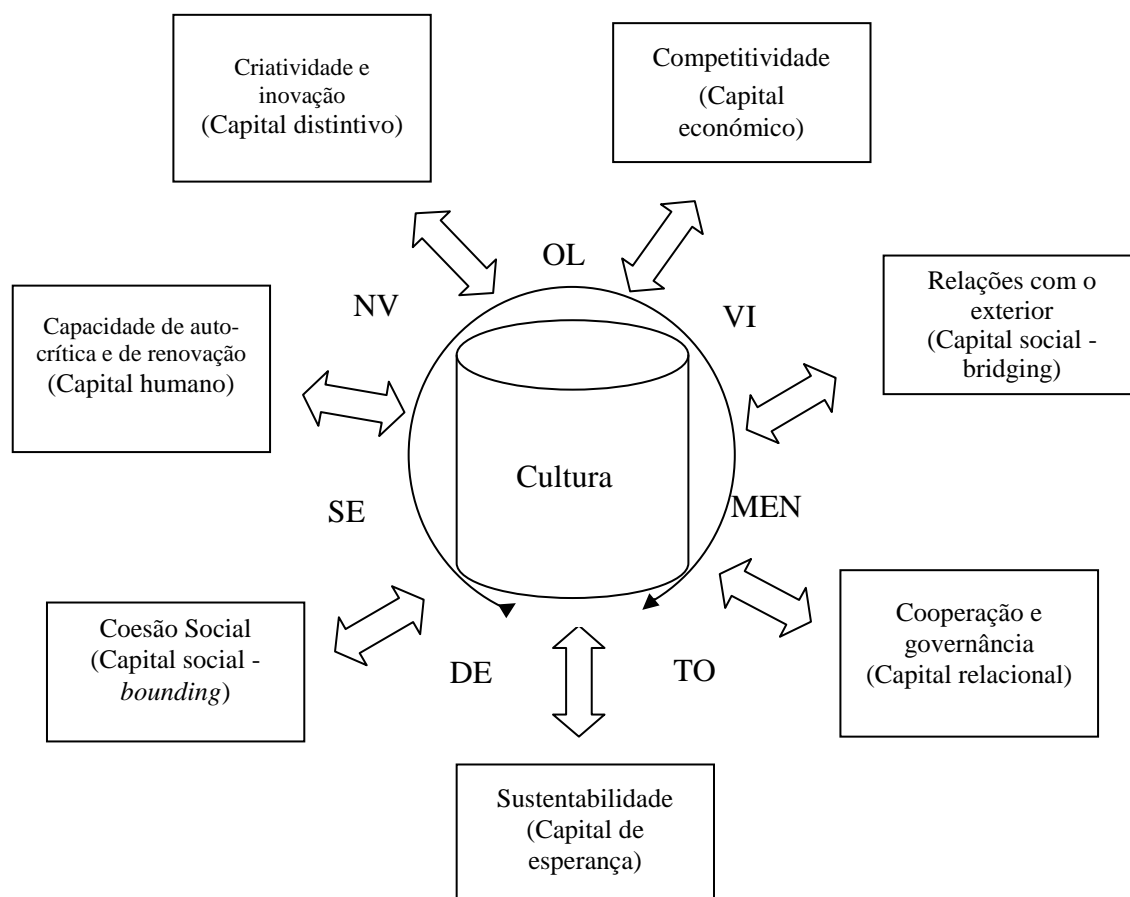
- b) Ser uma forma de afirmação das comunidades perante o exterior e, desta forma, aumentar a auto-estima dos grupos e o seu sentido de pertença.
- c) Permitir a compreensão do exterior e a aceitação das diferenças, estabelecendo plataformas que propiciarão a construção de redes de interesses (*bridging capital*).
- d) Constituir um meio para a promoção e capacitação da participação cidadã, logo um motor de cidadania e de governância.
- e) Promover o bem-estar psicológico e intelectual dos cidadãos e o preenchimento dos seus tempos de lazer.
- f) Favorecer a inovação social (emergência de novos valores e novas práticas) e, desta forma, atenuar contradições potencialmente problemáticas e contribuir para a qualidade da vida social.
- g) Conferir aos indivíduos um valor cultural e por permitir-lhes formas de reconhecimento e identidade individual.

Finalmente, no campo específico da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, os efeitos da cultura podem ser descritos por:

- a) Conferir as imagens, culturais, que contribuem para uma relação com o ambiente num quadro sustentável, “Unless we understand how our attitudes to the environment are shaped as much by feelings, memories and dreams – by our cultural values – as by the need for food, shelter or wealth, we will not find environmentally and humanly sustainable approaches to development.” (Matarasso, 2001: 9).
- b) Despoletar sentimentos de responsabilidade, colectiva e partilhada, relativamente ao património natural e cultural.

- c) Estabelecer as encruzilhadas de culturas, sem as quais os projectos de ajuda ao desenvolvimento não são compreendidos localmente e, muito menos, continuados e sustentados.

Figura 37 – Cultura e desenvolvimento



Fonte: elaboração própria

4.2 – O pensamento museológico após os anos 40 – etapas de desenvolvimento

No presente ponto iremos restringir o campo da cultura aos museus, dar conta da sua evolução recente e tentar encontrar as razões principais que estiveram por detrás das dinâmicas verificadas. Concomitantemente, efectuaremos um esforço no sentido de estabelecer enlaces entre o percurso dos museus e os modelos de desenvolvimento já descritos anteriormente, os quais, em tese, explicarão, pelo menos parcialmente, as alterações de natureza museológica e museográfica daqueles.

Sabemos que não vai ser uma tarefa fácil e linear, já que a produção teórica no campo da museologia é relativamente escassa – pelo menos comparativamente ao turismo - e com as ópticas de abordagem do fenómeno muito variadas e, sobretudo, muito circunscritas às análises culturalistas, antropológicas e sociológicas, alheando-se quase sempre, até há bem pouco tempo, da sua contribuição para o desenvolvimento dos territórios.

Por outro lado, aquilo que se convencionou denominar de museus surge-nos como um conjunto multifacetado de realidades em que as diferenças são, porventura, mais impressivas do que os vectores transversais de união: museus de escalas diferentes e em países e regiões diversas; museus generalistas e museus temáticos; museus incidindo sobre dimensões da realidade completamente distintas, museus tradicionais, novos museus, ecomuseus, economuseus, Efectivamente, um mundo de diversidade no qual a busca de explicações globais é terreno agreste e em que as generalizações de feição teórica espelham, muitas das vezes, verdades parciais cujas validações, ou não, são uma função das perspectivas com que se olha o campo dos museus e dos respectivos cruzamentos com a sociedade que se privilegia. E, com o passar do tempo e o alargamento do campo museológico entretanto verificado, ou seja, com o processo de diversificação em curso, não são facilidades analíticas que se perspectivam no horizonte. Bem pelo contrário.

Tudo isto para referir que estamos conscientes das limitações que o nosso discurso encerrará e, também, da parcialidade analítica do mesmo. Assim, deverá ser encarado como uma interpretação das dinâmicas museológicas, interpretação essa de validade

restrita porque baseada, mais do que tudo o resto, nas nossas incursões das últimas duas décadas no campo dos museus – como activista voluntário e, sobretudo, como actor que pensa o caminho que trilha.

A associação dos museus com a cultura é um facto praticamente indiscutível. Já o modo como os museus se relacionam com a cultura, a forma como a projectam na sociedade e os fins que perseguem é um domínio, como veremos, muito mais mutável e discutível.

Na sondagem efectuada muito recentemente aos valores culturais dos europeus¹⁷⁰ que envolveu 26775 cidadãos, ao ser-lhes perguntado a que palavras associavam cultura, 11% dos inquiridos responderam com termos que foram agrupados dentro da categoria “Museus”. Trata-se de um quantitativo que, longe dos 39% das “Artes” e 24% das “Tradições, línguas, costumes e comunidades sociais e culturais”, não deixa de ser significativo, sobretudo se tivermos em linha de conta que se tratava de uma pergunta aberta e que a categoria “Museu” tem uma banda mais estreita do que muitas outras categorias. Por outro lado, é igualmente interessante verificar que a distribuição em torno deste valor médio é muito significativa: Eslovénia e Áustria com 26% das respostas na categoria “Museus” são os países onde a associação museus/cultura é mais estreita, logo seguidos pelo Luxemburgo com 23%; o Reino Unido com 4% e Chipre e a Grécia com 5% detêm os valores mais baixos. Curiosamente, nas posições mais desfavoráveis para os Museus, encontram-se dois países que desempenharam papéis de incontornável importância histórica: a Grécia, um dos berços da instituição museu e donde derivou o seu nome (Museion - a Casa das Musas); o Reino Unido, onde surgiu o primeiro museu público da Europa, o *British Museum*.

É interessante, igualmente, ter presente que as distribuições dos valores atrás mencionadas não têm, obrigatoriamente, uma tradução directa para o plano da mobilização dos museus como forma de preencher os tempos de lazer e como veículos de consumo cultural.

¹⁷⁰ Directoria Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia (2007), *European Cultural Values*, Special Eurobarometer 278, Bruxelas, Comissão Europeia.

Quadro 3 – Graus de frequentação dos museus nos últimos 12 meses, em % do total de inquiridos Países da União Europeia a 27

2007	Nunca		Pelo menos 1 vez		>5 vezes	
1º	Dinamarca	35	Dinamarca	65	Dinamarca	15
2º	Suécia	37	Suécia	62	Holanda	
3º	Holanda	38	Holanda		Suécia	14
	EU 27	58	EU 27	41	EU 27	5
25º	Grécia Chipre	75	Grécia Chipre	25	Áustria Roménia	3
26º	Portugal	76	Portugal	24	Grécia Bulgária	
27º	Bulgária	78	Bulgária	20	Chipre	2

Fonte: European Cultural Values, Eurobarometer 2007

O quadro anterior disso dá conta, evidenciando-se, pela positiva, a Dinamarca, a Suécia e a Holanda e, pela negativa, a Bulgária, Portugal, a Grécia e Chipre, estes dois últimos países de forma coerente com a manifestação do seu distanciamento entre o par cultura e museus. Três factores parecem estar na base dos graus de importância que a população atribui aos museus e, subsequentemente, na sua distribuição por países:

- a) A idade, um factor importante no grau de participação/frequentação nas/das actividades culturais em geral no sentido inversamente proporcional. É, no entanto, de referir que, excepção feita ao teatro, os museus são o domínio em que o efeito da diferença etária é menos significativa.
- b) O grau de educação formal, um factor fundamental na apropriação da oferta cultural em geral e a dos museus em particular, sendo estes últimos, à excepção do cinema e conjuntamente com os sítios históricos, os que maiores diferenças apresentam numa análise efectuada ao longo do eixo dos anos de ensino. Acresce que este factor será, conjuntamente com o nível económico e

as disponibilidades temporais no plano do lazer, determinante na composição das distribuições espaciais verificadas relativamente aos níveis de frequência dos museus.

- c) O grau de urbanização da população e dos países, o qual varia na razão directa da mobilização das instituições e meios culturais em geral e dos museus em particular. É de referir que estes últimos são particularmente sensíveis a este aspecto – só superados pelo cinema e leitura de livros – facto que, se há décadas poderia parecer lógico tendo em consideração a localização predominantemente urbana dos museus, actualmente, após a explosão verificada por toda a Europa dos museus locais, o fenómeno terá que ser explicado, sobretudo, pelo lado da procura.

Após este retrato instantâneo e bastante actualizado dos museus no contexto das restantes actividades culturais, que serve de ponte relativamente ao tema anterior, passaremos em revista alguns aspectos que consideramos incontornáveis no percurso recente dos museus. Dizemos recente porque, salvo em momentos específicos de enquadramento, não estenderemos o nosso fio condutor para além dos anos 40 do século XX.

O percurso dos museus até à nossa janela temporal constitui uma história longa de séculos, mesmo de milénios. Numa perspectiva muito simplificada podemos, contudo, resumi-la a um conjunto de vectores de dinâmica que, no essencial, estão por detrás da estruturação dos museus enquanto instituição moderna e, como tal, são a estrada que os conduz até nós, isto é, até aos finais dos anos 40.

- a) O coleccionismo, responsável pela formatação dos museus enquanto repositório de objectos e pela sua utilização como veículo de comunicação.
- b) A revolução francesa e o iluminismo, que conferiram aos museus o seu carácter de instituição pública nacional, lhes introduziram a sacralidade profana e os tornaram instrumentos educativos e científicos.

- c) A revolução industrial, que lhes induziu o sentido da massificação, lhes alargou os contextos espaciais urbanos e lhes proporcionou o acesso a tecnologias e a meios expositivos de grande capacidade e expressividade.
- d) O colonialismo europeu, que funcionou como veículo de exportação dos modelos museológicos e museográficos europeus para as quatro partidas do mundo.

Logo dois anos subsequentes ao final da Guerra, em 1947, é criado, no contexto da UNESCO, um organismo internacional que, até certa medida, seria o herdeiro de um outro, seu antecedente, existente no contexto da Sociedade das Nações. Trata-se do International Council of Museums (ICOM), o qual vai atestar, até pela celeridade da sua fundação, que a comunidade internacional e os diversos países reservavam um papel significativo para os museus, seja no contexto da reconstrução das áreas devastadas pela Guerra, seja no do desenvolvimento mundial.

Entretanto, quer nos países não afectados negativamente pela guerra – onde esse facto se deu primeiro –, quer nos que ficaram a braços com a sua reconstrução física – onde o processo se iniciou posteriormente –, vai assistir-se, ao nível mundial, a uma explosão extraordinária do número de museus, acompanhada por uma reformatação da própria instituição e do seu papel na sociedade.

Na base destes fenómenos de expansão e transformação dos museus nas duas décadas subsequentes à conflagração mundial, estão vários factores. Segundo Luis Alonso Fernandez¹⁷¹, há que relevar dois: a descolagem do turismo, no caso dos museus da bacia mediterrânica e da Europa do Sul em geral; a visão pedagógica e didáctica do museu e um novo espírito de serviço à comunidade, no caso da Europa do Norte e dos países do Norte em geral (Fernandez, 1993¹⁷²).

Não estamos em desacordo com a consideração destes dois aspectos como elementos importantes na dinâmica dos museus do pós-guerra. Aquilo que nos parece, contudo, é

¹⁷¹ Luis Alonso Fernandez, professor de museologia da Universidad Complutense de Madrid e conservador de museus.

¹⁷² Fernandez, Luis Alonso (1993), *Museología, Introducción a la Teoría e Práctica del Museo*, Madrid, Istmo.

que ambos não constituem o início da cadeia explicativa, já que a montante de cada um deles está o modelo de desenvolvimento (económico) que vai estruturar as dinâmicas gerais da sociedade e as da cultura em particular. Falamos, obviamente, do modelo da modernização e do quadro por este conferido à cultura e aos museus.

No caso destes últimos, dois aspectos são de considerar:

- a) Os Museus enquanto lubrificantes dos processo de desenvolvimento, funcionando esta acção facilitadora em vários registos diferentes e com graus de importância diversos consoante as realidades territoriais e sociais em causa – a democratização da cultura artística e científica enquanto forma de combater os valores tradicionais adversos ao processo de modernização dos contextos sociais; a difusão de uma concepção de desenvolvimento unidireccional iluminada pelo farol das sociedades urbanas dos países ocidentais, sua produção cultural material e imaterial. Na prática, aos museus era conferido o papel paternalista de elevar os padrões culturais das comunidades ao ponto destas compreenderem, e aceitarem, os fins generosos adstritos aos esforços do desenvolvimento moderno. Uma missão de abrir caminho e facilitar, de educar e homogeneizar, de transmitir valores e referências, tudo isto num registo unidireccional *top-down* de difusão da “Cultura”.
- b) Os museus enquanto instrumentos directos do processo de desenvolvimento, através da sua capacidade para atrair turistas e, sobretudo, através do seu potencial na produção das imagens dos lugares enquanto espaços culturais e científicos nobres.

Estes dois aspectos estão, de resto, em consonância com a primeira definição, muito restrita, de museu, produzida pelo ICOM aquando da redacção dos seus estatutos em 1947 “reconoce la calidad de museo a toda Institución permanente que conserva e

presenta colecciones de objectos de carácter cultural o científico con fines de estudio, educación y deleite” (ICOM, *in* Hernández¹⁷³, 1994¹⁷⁴: 69).’

Conjuntamente com a expansão quantitativa dos museus durante as décadas de 50 e 60, vai assistir-se, como já afirmámos anteriormente, a ajustes nos seus aspectos qualitativos. Os fortes investimentos públicos no domínio dos museus decorrentes do modelo de desenvolvimento interventivo e do estado providência que estava associado ao paradigma da modernização, possibilitou, a par com a edificação de novos museus, o investimento público necessário para a remodelação e reformatação dos preexistentes.

Desde logo, uma especialização, facto que acompanhou, de resto, a própria especialização no campo das artes e das ciências. Efectivamente, também nos museus se tornou virtualmente impossível abarcar toda a produção material e imaterial que o desenvolvimento acelerado dos campos cultural e científico colocava às “portas” dos museus. Ou estes cresciam indefinidamente no espaço e nos orçamentos disponíveis, ou seria necessário refinar as selecções do que fazer entrar portas adentro. A solução óbvia foi reduzir o campo dos aspectos a musealizar e, em consequência, passar do ter “tudo de tudo” – o nirvana dos museus – para o ter “tudo de algo ou de alguém”, o nirvana mitigado, mas alcançável.

Por outro lado, a modernização dos meios de comunicação museológicos e dos respectivos processos educativos, através da utilização das tecnologias modernas então disponíveis, conjugadas com novas preocupações relativamente ao público enquanto receptor das mensagens (o museu centrado nos objectos evoluindo para o museu centrado no público).

“La planificación en materia de museos se revela como una medida nueva en el mundo capitalista, pero necesaria debido a la multiplicación de estos. Ello es posible gracias a la generalización de las subvenciones del Estado o de los organismos locales, tan indispensables para la subsistencia de la mayor parte de ellos.(...) Los

¹⁷³ Francisca Hernández Hernández, professora de geografia e história da Universidade Complutense de Madrid.

¹⁷⁴ Hernández, Francisca Hernández (1994), *Manual de Museología*, Madrid, Editorial Síntesis.

Capítulo 4 – O alargamento do conceito de museu e as suas funções enquanto instrumento de desenvolvimento

servicios educativos y culturales de los museos no cesan de ganar en recursos y eficacia. Y cada vez más son evaluadas las reacciones del público.” (Rivière¹⁷⁵, 1993¹⁷⁶: 84).

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão de actuação fundamental	Cultural	Cultura erudita, a grande arte e a ciência
Escala ou área de influência	Nacional e, em menor escala, regional	Nos anos 60, contudo, a dimensão local começa a emergir. Foi o caso dos museus de bairro, os quais, vão desempenhar um papel de estação difusora dos grandes museus centrais (Fernández, 1993)
Abertura às economias locais	Fraca	
Papel dos museus	Democratizar a cultura erudita através da sua difusão a todos os estratos da população	Facilitar o desenvolvimento através da promoção dos valores eternos da arte e da modernidade científica, substituindo-os aos valores tradicionais detentores de efeitos de rugosidade
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Forte	Associada ao papel conferido pelo estado aos museus e à natureza interventora do modelo de desenvolvimento
Papel do mercado	Sem significado	
Papel das comunidades locais	“Público”	As comunidades locais são consideradas como quaisquer outras, como o público que justifica, pela entrada no espaço musealizado, as instituições.

(Continua)

¹⁷⁵ Geoges Henri Rivière (1897-1985) – de nacionalidade francesa, foi uma figura ímpar da museologia mundial, como teórico, professor e operacional. Quem o conheceu e com ele trabalhou, não deixou de manifestar a sua estatura como intelectual, como artista e como cidadão progressista. Foi o primeiro director geral do ICOM e uma influência incontornável na museologia contemporânea.

¹⁷⁶ Rivière, Georges Henri (1993), *La Museología, Curso de Museología, Textos y Testimonios*, Los Berrocales del Jarama, Ediciones Akal.

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
Investigação	Forte	A investigação é formal e desenvolvida por especialistas. A investigação é encarada como uma forma de acrescentar valor ao acervo
Propriedade	Pública	Na América do Norte e países com uma tradição liberal, a propriedade é complexa, sendo muitas vezes privada ou mista
Direcção das mensagens	Ao público em geral	As mensagens são gerais e destinam-se a dar coerência ao todo nacional dentro de uma óptica de uniformização em torno dos grandes valores culturais e científicos da modernidade
OFERTA/PROCURA		
Estrutura física	Edifício com dimensão e visibilidade	O edifício é uma das vertentes fundamentais do museu, sendo encarado como algo que para além de lhe proporcionar o seu domínio próximo de actuação lhe confere a necessária dignidade institucional
Público	O que entra no museu.	O público é o visitante.
Planeamento	Relevante	É neste período que o planeamento dos museus e nos museus se inicia sistematicamente. O planeamento é considerado uma actividade indispensável ao cumprimento dos objectivos que o museu persegue
Conceito de acervo	Colecção de peças a conservar e a difundir	Um outro vértice, conjuntamente com o edifício e do público, dos museus
Tipo de acervo	Arte, ciência e história	

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
Exposição	Um fim em si	A exposição é avaliada pelo produto final e pelo resultado da sua capacidade de atrair e passar a mensagem ao público
Museografia	Tradicional, estática e unidireccional	O museu emite o público recebe
Salvaguarda	Um elemento fundamental	A salvaguarda dos tesouros artísticos e culturais é considerada uma das mais nobres funções do museu.
Documentação	Considerada fundamental no quadro da contextualização das peças e da justificação do seu valor.	É, tradicionalmente, uma linha de investigação principal dos museus. Produção virada para os especialistas e para apoiar a democratização cultural (após depuramento)
Serviços disponibilizados	Tradicional do museu	Para além dos que decorrem da exposição, há que referir os serviços educativos e a área comercial do museu
Emprego/Capital humano	Profissionais	No domínio do emprego qualificado os profissionais são de áreas científicas relacionadas com a temática dos museus. Os museólogos são-no de profissão e não de formação
Atitude perante o visitante	Paternalista	Levar a cultura e o conhecimento ao público. Levar a luz da modernidade e dos valores imortais da alta produção intelectual à população
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Informação	Importante e formal	A informação e a sua descodificação pelo público é considerada importante tendo em vista o papel conferido aos museus. Contudo, normalmente, era produzida tendo em conta o visitante médio

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO		
Dimensões	Características	Observações
Mediação	Serviços educativos e outros profissionais do museu	
Comunicação	É encarada como forma de promoção da visibilidade e de afirmação da instituição.	Tendencialmente desenvolvida de forma profissional.
PARÂMETROS DE ACTUAÇÃO		
Sustentabilidade ambiental	Não é uma preocupação significativa	Esta preocupação cresce, contudo, no final dos anos 60 abrindo caminho para o aparecimento dos ecomuseus de primeira geração
Sustentabilidade social	Não é uma preocupação significativa	Esta preocupação cresce, contudo, no final dos anos 60, sobretudo após o Maio de 1968
Justiça territorial	Não é uma preocupação significativa ao nível nacional	O território é encarado como um todo nacional. O nível local não tem uma importância relevante, supondo-se o seu desenvolvimento como um produto do desenvolvimento do todo. Ao nível internacional os museus preocupam-se em ascender os países menos desenvolvidos ao benefício da cultura e da ciência do mundo desenvolvido
Justiça social	Não é uma preocupação significativa ao nível	A população é encarada no geral, quando muito dividida entre os iniciados e não iniciados

Durante a década de 60, o processo de descolonização toma um caminho irreversível e cada vez mais generalizado. Em consequência, os novos países independentes, dentro dos despojos do período colonial, vão herdar estruturas museológicas formatadas segundo os modelos das metrópoles. Posteriormente, novos museus vão ser criados tendo como missão a consolidação das realidades políticas emergentes e, em muitos casos, tal como tinha sucedido na Europa durante o século anterior, conferir sentimentos de identidade aos respectivos mosaicos humanos e culturais.

O caminho de muitos destes países é conhecido. Saídos da dependência e da opressão colonial, nem por isso se libertaram das ingerências e da subalternidade face ao exterior. No plano do desenvolvimento, o vazio pós-colonial e a adopção de modelos importados, significaram, em muitos casos, a frustração do capital de esperança que os processos de independência tinham criado.

Da mesma forma que nas realidades políticas cujas histórias pós-coloniais remontavam a épocas bem mais remotas, os contextos destes museus tinham mudado. Em breve, também por eles, soprariam os ventos de mudança.

Três aspectos, já abordados em capítulos anteriores, vão influenciar, as referidas mudanças:

- a) A crescente consciência dos efeitos económicos decorrentes da aplicação do modelo de desenvolvimento da modernização e o conseqüente agravamento da dependência e das disparidades entre o Norte e o Sul.
- b) A emergência de sentimentos que se estruturavam em torno da necessidade de quebrar os laços externos nos moldes em que eles eram então concebidos e praticados, dando origem, não só às políticas de industrialização interna tendo em vista a substituição das importações, mas também à colocação da cultura e dos museus ao serviço desse processo de recentramento nas condições internas do desenvolvimento – à escala nacional, mas também local.
- c) A influência mais significativa, sobretudo a partir dos finais dos anos 60, do neo-marxismo.

Neste contexto de crítica ao caminho percorrido durante o pós-guerra, não é de estranhar que os museus, enquanto instituições pagas pelas sociedades, também vejam os seus papéis tradicionais decalcados dos modelos importados do Ocidente, criticados e redefinidos.

É, contudo, de ter em atenção que, nem as realidades geográficas e políticas presentes no campo dos países em vias de desenvolvimento eram as mesmas – basta lembrarmo-nos, a título de exemplo, do México ou do Senegal -, nem as concepções

de desenvolvimento que se perfilam como alternativas ao modelo da modernização constituíam um todo homogéneo – do estruturalismo latino-americano puro, às soluções mais influenciadas pelo marxismo.

Assim, não será de estranhar que o campo das ideias que se convencionou denominar como da “dependência”, ou modelo de desenvolvimento da dependência, fosse um conglomerado de banda larga e que, por acréscimo, o papel e a formatação dos museus dentro deste contexto o fosse igualmente.

Dois grandes vectores de mudança podem, contudo, ser identificados no caminho dos museus dentro deste paradigma, cada um deles mais “encostado” a uma ou outra vertente estruturante do paradigma da dependência:

- a) A criação – ou a reformulação – de grandes museus nacionais dentro de uma óptica muito mais distante da cultura e da arte universal e bastante mais centrados na história e nas culturas nacionais, ou seja, nos “produtos” nacionais – o Museu Antropológico da Cidade do México (1966), o Museu de Bagdade (1966), o Museu de Arte Africana de Dakar (1966), entre outros mais.
- b) O aumento de museus regionais e locais tendo por fim “destacar los contrastes sociales culturales y étnicos (no México)” (Rivière, 1993: 91) e, diríamos nós, conferir-lhes o necessário cimento nacional, ao mesmo tempo que se lançavam bases para o desenvolvimento local.

Embora com uma expressão e visibilidade bastante limitada – mesmo geograficamente - pela própria natureza centralizadora do modelo de desenvolvimento da dependência, este último vector de recomposição dos museus irá desempenhar um papel fundamental mais tarde, enquanto instrumentos de acção museal e, sobretudo, enquanto catalizadores de mudanças no seio da ciência museológica.

Como expressão destas transformações efectuadas em vários tempos e em direcções não exactamente coincidentes, são de salientar dois factos extremamente marcantes no percurso evolutivo da museologia:

- a) Em 1971, aquando da IX Conferência Geral do ICOM, levada a efeito em Paris e em Grenoble e subordinada ao tema “O museu ao serviço do Homem, actualidade e futuro”, o delegado do Daomé, S. Adotevi, profere uma violenta crítica ao conteúdo dos museus e às suas justificações enquanto veículos culturais, salientando a necessidade de romper com as limitações da mentalidade ocidental onde a cultura se concebe desligada da sua problemática mais geral, a dimensão social.
- b) Em 1972, no seguimento da mesa redonda sobre os museus da América Latina patrocinada pelo ICOM e levada a efeito em Santiago do Chile, surge a incontornável “Declaração de Santiago”. Nesta, atendendo às transformações sociais, económicas e culturais verificadas ao nível mundial, assume-se a necessidade dos museus darem respostas em conformidade – colocarem-se ao serviço da sociedade, centrarem-se no papel social do património, responder às necessidades das grandes massas populares, numa palavra, tornarem-se instrumentos de acção integral ao serviço do desenvolvimento social.

Estes dois momentos históricos representam portas importantes no pensamento museológico, as quais, como sempre, estabelecem ligações de duplo sentido, uma, para o exterior, de onde vão brotar parte das influências que o paradigma da dependência tinha fermentado no mundo menos desenvolvido e nos seus museus – e que, como veremos, vão ser parte da história da Nova Museologia – e outra, para o interior, por onde vão passar, em tempos diversos, influências exógenas que o novo ambiente museológico permitia agora acolher (como por exemplo, o conceito de ecomuseu).

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão de actuação fundamental	Cultural	A cultura nacional. Crescendo da dimensão social
Escala ou área de influência	Nacional e, tardiamente e num plano secundário, regional e local	Nos finais dos anos 60, contudo, a dimensão regional e local começa a emergir
Abertura às economias locais	Média, elevada	O museu é encarado como uma forma de proporcionar e estimular o desenvolvimento dos territórios através da afirmação nacional
Papel dos museus	Democratização cultural	Facilitar o desenvolvimento nacional através da promoção da cultura e das culturas nacionais, substituindo-os aos ocidentais
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Forte	Associada ao papel conferido pelo estado aos museus e à natureza fortemente interventora do modelo de desenvolvimento
Papel do mercado	Sem significado	
Papel das comunidades locais	“Público”, mas com uma intervenção superior ao modelo anterior e em crescendo	Nos grandes museus nacionais as comunidades continuam a ser encaradas como visitantes. Nos museus a escalas maiores o papel de público inicia o seu processo de transformação para o de “usuários”
Investigação	Forte, quando os meios e o capital humano é compatível	A investigação é formal e desenvolvida por especialistas e encarada como uma forma de promoção e enriquecimento nacional
Propriedade	Pública	Nos museus à escala local a propriedade pode ser das autarquias locais ou, em casos mais raros, associativa

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
Direcção das mensagens	Ao público em geral. Promoção do orgulho nacional	As mensagens são gerais e destinam-se a dar coerência ao todo nacional dentro de uma óptica de uniformização em torno dos grandes valores nacionais. Fortalecimento dos locais numa fase tardia
OFERTA/PROCURA		
Estrutura física	Edifício com dimensão e visibilidade	O edifício é uma das vertentes fundamentais do museu, sendo encarado como algo que para além de lhe proporcionar o seu domínio próximo de actuação promove a imagem nacional. Em perca de importância nas escalas locais
Público	O que entra no museu	O público é o visitante. Numa fase tardia, com o crescendo da participação ao nível local, começa a emergir a ideia daqueles que constroem e vivem o museu
Planeamento	Relevante	Nos grandes museus nacionais
Conceito de acervo	Colecção de peças a conservar e a difundir. Património colectivo nacional	Um outro vértice, conjuntamente com o edifício e do público, dos museus. A ideia do acervo como o conjunto de problemas das populações começa a emergir à escala local
Tipo de acervo	História e arte nacionais	
Exposição	Um fim em si	A exposição é avaliada pelo produto final e pelo resultado da sua capacidade de atrair e passar a mensagem ao público. A ideia de exposição como processo ganha relevância nas escalas de actuação mais pequenas
Museografia	Convencional, estática e unidireccional	O museu emite o público recebe. Em evolução na escala local

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
Salvaguarda	Um elemento importante nos grandes museus nacionais.	A salvaguarda dos tesouros nacionais é considerada uma importante função dos museus. No domínio dos museus de base local a salvaguarda é encarada mais no âmbito dos valores e memórias.
Documentação	Considerada importante no quadro da contextualização das peças e da justificação do seu valor para a nação.	É, tradicionalmente, uma linha de investigação importante dos grandes museus nacionais.
Serviços disponibilizados	Tradicionais do museu	Para além dos que decorrem da exposição, há que referir os serviços educativos e a área comercial do museu
Emprego/Capital humano	Profissionais	No domínio do emprego qualificado os profissionais são, progressivamente, a par com especialistas de outras ciências relacionadas com a temática do museu, da área da museologia. À escala local surgem os animadores socio-culturais
Atitude perante o visitante	Paternalista (globalmente)	Levar a cultura e o conhecimento nacionais ao público. Promover o orgulho nacional
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Informação	Importante e dirigida a estratos diversificados de públicos	A informação e a sua descodificação pelo público são consideradas importantes tendo em vista o papel conferido aos museus
Mediação	Serviços educativos e outros profissionais do museu. Animação cultural	O animador cultural e, posteriormente, socio-cultural ganha relevo nalguns museus
Comunicação	A comunicação, nos grandes museus nacionais, é importante como forma de dar visibilidade e credibilidade às instituições.	Efectuada de forma profissionalizante. Nos museus de base mais local a comunicação é levada a efeito através de formas directas, muitas vezes utilizando a população como veículo.

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA		
Dimensões	Características	Observações
PARÂMETROS DE ACTUAÇÃO		
Sustentabilidade ambiental	Não é uma preocupação significativa	Surge, tardiamente, pela mão das influências do movimento dos ecomuseus de primeira geração
Sustentabilidade social	Alguma preocupação	Esta preocupação cresce com o passar do tempo, como a Declaração de Santiago expressa
Justiça territorial	Alguma preocupação	O território é encarado como um todo nacional, reconhecendo-se, contudo as diferenças
Justiça social	Alguma preocupação	A população é encarada, sobretudo, no geral, reconhecendo-se, contudo, a necessidade de combater os casos mais flagrantes de exclusão cultural e social

Entretanto, no mundo capitalista desenvolvido estala a crise da primeira metade da década de 70 do século XX, a qual, conjuntamente com o avento da nova direita que a mesma catapultou para os palcos políticos e económicos mundiais, vão ser responsáveis pelo ressurgimento das teses liberais.

No plano do desenvolvimento, como já tivemos oportunidade de referir, emergem todo um conjunto de iniciativas tendo em vista a reestruturação económica dos territórios. Os estados retiram-se progressivamente da intervenção pública, assumindo, agora, um papel de árbitro tendo em vista assegurar o bom funcionamento do mercado. A ideia de menos Estado generaliza-se, os impostos são reduzidos e, em consequência, muitas das suas funções são transferidas para o sector privado.

Nos países menos desenvolvidos a braços com a escassez de recursos susceptíveis de dar respostas aos problemas e necessidades das suas populações, a ajuda internacional e os programas para o desenvolvimento passam a ser condicionados pelas medidas

tendentes a abrir os mercados ao exterior e a ajustar a estrutura interna das respectivas economias.

Num e noutro caso, estas alterações foram o toque de finados do fim do tempo das “vacas gordas”, significando isso uma redução significativa – quando não drástica – nos investimentos públicos nos domínios social e cultural.

Asfixiadas por estes cortes orçamentais, as instituições culturais, até aí basicamente dependentes do erário público, são obrigadas a repensar o lugar da cultura na sociedade e, sobretudo, a encontrar novos modelos económicos susceptíveis de garantir as respectivas sustentabilidades. Desde logo, duas estratégias principais emergem:

- a) Uma, defensiva, significando o corte nas despesas, nomeadamente nas despesas fixas, mas também nas de investimento. Tal como noutros sectores da vida económica e social, as palavras “emagrecimento” e “flexibilização” fazem o seu aparecimento e, concomitantemente, as instituições culturais que adoptaram esta estratégia retiram-se de campos de actividade tidos como demasiado onerosos e/ou pouco centrais aos seus objectivos essenciais.
- b) Outra, ofensiva, até certo ponto inspirada nos modelos norte-americanos preconizando a “fuga” para a frente. A solução central destas instituições, mais do que a redução das despesas – que algumas também efectuaram -, repousa na obtenção de receitas, seja através da recuperação da ideia pré-moderna de mecenato, seja através da mercadorização da cultura e da sua transformação na cultura-espectáculo.

Os museus não vão ser a excepção a esta cadeia de efeito e reacção: “The decline of both public and private support for museums operations during de 90s has made it increasingly difficult for (Montreal) museums to meet their traditional mandate of preserving culture and educating society. They are beeing pressured to produce a product which maximizes admission revenues and appeals to the marketing objectives of corporate sponsorship. Pressures to increase sales of culturally inscribed goods in

museum boutiques tend to necessitate exhibits which appeal to brad-based tastes”. (Tufs¹⁷⁷ & Milne¹⁷⁸, 1999¹⁷⁹: 626).

Vários efeitos concretos e principais podem ser identificados na forma como os museus organizaram a sua “entrada” na sociedade actual:

- a) Massificando a sua relação com o público através da adopção de um conceito de cultura-espectáculo.
- b) Atraindo patrocinadores através de dois mecanismos fundamentais - vendendo a sua imagem de credibilidade e/ou vendendo o seu espaço como suporte para a divulgação empresarial.
- c) Conferindo uma particular importância ao estabelecimento de sinergias com o sector turístico.
- d) Multiplicando as suas exposições temporárias, preferencialmente de grande impacto e, ainda mais relevantes, com capacidades de exportação para outras instituições congéneres mundiais.
- e) Aproveitando a característica pós-moderna da valorização da experiência e das sensações em detrimento da realidade, para recorrer, nalguns casos, à utilização de réplicas e de cópias em substituição de peças originais.
- f) Focalizando novos mercados, nomeadamente o dos grupos organizados de crianças, jovens e terceira idade.
- g) Reforçando e alargando a oferta no local de produtos relacionados com as exposições e o museu, bem como, nos casos concretos em que esse caminho se encontra aberto, recorrendo ao *merchandising* à distância e ao *e-commerce*.
- h) Investindo fortemente no emprego das novas tecnologias tendo em vista, não só aumentar a dimensão espectáculo – logo, a atractividade -, mas também a

¹⁷⁷ Steven Tufs - Professor do departamento de Geografia da Universidade de York, Canadá.

¹⁷⁸ Silmon Milne - Professor de turismo da Universidade de Victoria, Nova Zelândia.

¹⁷⁹ Tufs, Steven e Milne, Simon (1999), Museums, a Supply-Side Perspective, *Annals of Tourism Research*, Vol 26, Nº 3, Elsevier Science.

eficácia da informação intramuros (guias infravermelhos multilingues) e no exterior (exposições virtuais).

- i) Apostando no voluntariado como forma de flexibilizar os custos do trabalho menos especializado e, desta forma, permitir a contratação de especialistas nos domínios das novas tecnologias do espectáculo e da comunicação.
- j) Estabelecendo redes de cooperação tendo em vista a criação de sinergias ao nível dos investimentos e ao da constituição de bancos colectivos de capital de conhecimento (especialistas com exercícios de funções partilhadas pelas redes).
- k) Apostando em localizações – por vezes relocalizações – em locais privilegiados turística ou culturalmente falando.

Numa palavra, os museus assumem a dimensão económica da cultura e a dimensão cultural da economia, reforçando, em consonância, a sua dimensão lúdica - ou, numa apreciação benevolente, a dimensão lúdica da cultura - e efectuando a sua integração plena nas chamadas indústrias culturais.

MUSEUS SOB O PARADIGMA NEO-LIBERAL		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão de actuação fundamental	Cultural	A cultura como produto economicamente viável no mercado. A indústria cultural
Escala ou área de influência	Nacional e, mesmo, internacional	A área de influência dos museus só é limitada pela sua competitividade no mundo global. A capacidade para atrair visitantes é um elemento fundamental das estratégias

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA NEO-LIBERAL		
Dimensões	Características	Observações
Abertura às economias locais	O local não é uma escala de actuação privilegiada. Fraca	Estamos em presença de museus globais, que necessitam de áreas de influência extensas. Como tal, salvo excepções, a sua articulação com o local – nas áreas urbanas, sobretudo – passa pelo que decorre normalmente da localização
Papel dos museus	Tradicional – educação. Articulação com a economia, nomeadamente com o sector turístico	Facilitar o desenvolvimento nacional através da promoção da competitividade no domínio do turismo e das indústrias culturais. Papel educativo, no plano interno
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Mitigada	O estado retira-se da sua função de financiador principal e exclusivo. Os museus são obrigados a dar respostas a este novo quadro desenvolvendo estratégias de financiamento através dos patrocínios e das receitas próprias
Papel do mercado	Forte	O museu está no mercado e é este que vai determinar a sua sobrevivência e o seu êxito. A óptica da procura predomina nas estratégias
Papel das comunidades locais	As comunidades locais são “consumidores”, da mesma forma que todos os outros potenciais visitantes	No plano educativo, as comunidades locais, pela proximidade geográfica, podem ser alvo de programas especiais, sobretudo em ligação com as escolas

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA NEO-LIBERAL		
Dimensões	Características	Observações
Investigação	Nas estratégias ofensivas, forte	A investigação é, sobretudo, dirigida para o plano da aplicação das novas tecnologias ao vector expositivo, bem como à comunicação. As grandes realizações podem, contudo, justificar forte investigação. Em qualquer dos casos, trata-se de uma investigação aplicada, imediatista e avaliada em termos de custo-benefício
Propriedade	Pública, privada ou mista	A propriedade está dissociada das fontes de financiamento, não correspondendo o proprietário, obrigatoriamente, ao principal financiador
Direcção das mensagens	Ao público em geral. A cultura espectáculo	As mensagens tendem a ser globais tendo em atenção a necessidade de alargar os mercados potenciais
OFERTA/PROCURA		
Estrutura física	Edifício com dimensão e visibilidade	Sobretudo nos museus de construção recente, verifica-se uma tendência para o edifício ser encarado como parte do espectáculo e como uma vertente – em pé de igualdade com o conteúdo – da formação da atractividade das instituições. A aliança museu – arquitectura excede a funcionalidade do edifício. O <i>Guggenheim</i> de Bilbao é um paradigma desta ligação
Público	O “consumidor”	O público é o que consome, “in situ” ou fora dele. As regras que estabelecem a base de relação entre a procura e a oferta são as regras do consumo. As boas práticas, as que estão inscritas na “defesa do consumidor”

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA NEO-LIBERAL		
Dimensões	Características	Observações
Planeamento	Relevante. Planeamento estratégico	O planeamento, a todos os níveis, é uma peça fundamental da vida dos museus.
Conceito de acervo	Colecção a conservar e a difundir. A noção de acervo é, contudo, estendida às ideias susceptíveis de transformar as peças em produtos comercializáveis. A realidade virtual confunde-se com a realidade material	Um outro vértice, conjuntamente com o edifício e o público, dos museus. Contudo, é de referir que o museu se distancia das peças em si, centrando-se no capital relacional dentro de uma óptica de mercado. Tal leva a que, conjuntamente com peças legítimas, possam surgir nas exposições reproduções ou cópias. As peças valem pelo seu valor, seja ele o valor de custo ou o valor de comunicação. As peças são um pretexto para a produção de experiências fortes e surpreendentes
Tipo de acervo	Todo o tipo	Desde que tenha um dimensão de matéria-prima trabalhável
Exposição	Um fim em si	A exposição é avaliada pelo produto final e pela óptica de investimento-retorno. As exposições temporárias desempenham um papel fundamental na projecção externa dos museus e nas suas estratégias de financiamento
Museografia	Espectáculo	A museografia tende a ser muito elaborada, com forte intervenção da tecnologia e permitindo graus consideráveis de interactividade
Salvaguarda	Fundamental no quadro da preservação do valor das peças e da afirmação da instituição.	A salvaguarda do acervo é considerada fundamental tendo em vista o valor monetário que lhes está associado e os efeitos, directos e indirectos, daí decorrentes.

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA NEO-LIBERAL		
Dimensões	Características	Observações
Documentação	Fundamental tendo em vista a maximização do valor e das mais-valias associadas à colecção.	É, tradicionalmente, uma linha de investigação central nos museus, já que daí podem derivar diversas cadeias de produção de valor.
Serviços disponibilizados	Todos os que sejam susceptíveis de produzir receitas, directa ou indirectamente	A dimensão comercial dos museus é fortemente desenvolvida
Emprego/Capital humano	Profissionais altamente qualificados. Flexibilização e voluntariado	Nos museus verificam-se duas tendências complementares, uma no domínio da flexibilização do trabalho (normalmente no emprego menos qualificado), e outra, traduzida na contratação de especialistas altamente qualificados na produção dos meios susceptíveis de incrementar as respectivas competitividades
Atitude perante o visitante	Serviço aos clientes	Proporcionar uma boa relação custo-benefício aos clientes
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Informação	Importante e dirigida a estratos diversificados de públicos	A informação e a sua descodificação pelo público são fundamentais para o aumento dos níveis de agrado da visita. Utilização de meios sofisticados de comunicação diferenciada (infravermelhos, por exemplo)
Mediação	Serviços educativos e outros meios, nomeadamente os electrónicos	
Comunicação	Fundamental na inserção numa economia de mercado.	É encarada no domínio do <i>marketing</i> .
PARÂMETROS DE ACTUAÇÃO		
Sustentabilidade ambiental	Não é uma preocupação significativa	Embora seja sentida em todos os museus como uma boa-prática que está associada ao eco-consumo e ao politicamente correcto

(Continua)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA NEO-LIBERAL		
Dimensões	Características	Observações
Sustentabilidade social	Não é uma preocupação significativa	Embora seja sentida em todos os museus como uma boa-prática que está associada consumo responsável e ao politicamente correcto
Justiça territorial	Não é uma preocupação significativa	
Justiça social	Não é uma preocupação significativa	Embora seja sentida em todos os museus como uma boa-prática que está associada consumo responsável e ao politicamente correcto

As mudanças ocorridas nos últimos 20 anos e a configuração do modelo de desenvolvimento alternativo têm as suas raízes, como já se referiu anteriormente, nos meados da década de 70 do século passado quando se inicia uma reflexão aprofundada sobre os modelos de desenvolvimento económico e social vigentes, nomeadamente ao nível dos seus efeitos concretos e dos seus limites.

Este movimento crítico – e utilizamos o termo “movimento” porque, de facto, tratou-se de um fenómeno não institucionalizado de largo espectro, motorizado, quer por preocupações ambientais, quer por constatações relacionadas com a justiça e os efeitos de natureza social – traduziu-se numa convergência em torno de quatro pontos fundamentais: acção participada e participativa; coesão social e territorial, sustentabilidade dos processos e dos contextos, satisfação das necessidades básicas – no sentido alargado do termo - das populações como cerne do desenvolvimento.

Uma vez que a cultura e, em particular, a instituição “Museu” fazem parte do tecido socio-político dos territórios, não seria de esperar que este debate sobre os conceitos e os métodos do desenvolvimento não se reflectisse nas suas bases justificativas, nos seus objectivos e nos seus processos de projecção externa. Efectivamente, como veremos, assim aconteceu.

Interessa, contudo, antes de tudo o mais, referir que este processo a que Rivière (1993) alude sublinhando o paradoxo entre o desenvolvimento da museologia e um retorno, nos anos 70, à discussão do património, mais do que noutros campos de actividade – como por exemplo o do turismo – é, nos museus, algo complexo e multidimensional. “Algunos encuentran insoportable la carga y el prestigio (do patrimonio), le reprochan que ello obstaculiza la creatividad (...). Otros critican lo contrario, dedicando-se al consumo voraz de bienes materiales, a la multiplicación de cuñas publicitarias (...). Reprochan igualmente a la sociedad burguesa la recuperación del arte y de los artistas con fines comerciales.(...) Como respuesta (...) comienza a hacer sentir su influencia una nueva forma de museología. Representa igualmente una apuesta sobre el futuro, es decir, sobre la institución en su totalidad.” (Rivière, 1993: 83).

Num quadro em que, segundo o autor citado anteriormente - bem como muitos outros subsequentemente -, é pacífico admitir que a museologia e os museus vão sofrer mudanças significativas após os anos 70, subsistem, no entanto, duas grandes interrogações, essas mais difíceis de responder: quais os verdadeiros motores da mudança? Em que se traduziu essa mudança?

Para cada uma dessas perguntas iremos ensaiar respostas. No entanto, é necessário ter em linha de conta que serão respostas que estarão longe de esgotar as interrogações e de constituir enunciados definitivos. Desde logo, porque temos consciência de que estamos a olhar para a museologia desde um prisma parcelar – o do desenvolvimento territorial e o do turismo – deixando para trás outras dimensões analíticas que não se nos afiguram essenciais. Mas também, porque temos, igualmente, consciência que no *puzzle* que procuramos montar, existem peças soltas que não conseguimos ajustar e áreas não preenchidas para as quais não divisamos peças explicativas. Assim, será mais uma tentativa interpretação a acrescer a muitas outras já efectuadas, com áreas de luz e outras de sombra, com certezas e com fragilidades.

Relativamente aos motores da mudança ocorrida durante o final da década de 70 e nos anos subsequentes na teoria e na prática museológica, coexistem opiniões divergentes. Em nossa opinião, salientam-se os seguintes aspectos:

- a) Desde logo, as mudanças nas mentalidades sociais e políticas que estiveram na base da eclosão do Maio de 1968 e que, após o encerramento da fase de efervescência aguda, influenciaram os mais diversos domínios da vida mundial e, sobretudo, europeia. A cultura, enquanto expressão e instrumento de dominação ideológica das elites e do poder é questionada e repudiada violentamente; os museus, na sua formatação de então, com uma imagem de instituição retrógrada, passadista e reverencial, é uma das instituições culturais mais postas em causa. Incluindo os slogans que o Maio de 68 tornou famosos - “Debaixo da calçada, a praia” ou “Sejamos realistas, peçamos o impossível” – um directamente relacionado com os museus, “A Gioconda para o metro”, resumia bem o cerne da crítica à instituição museu e apontava um novo sentido para os museus – a devolução da arte ao “povo” ou, numa perspectiva mais abrangente, a abertura dos museus às populações e às suas necessidades.
- b) Por outro lado, e noutras paragens não europeias e não desenvolvidas, o crescente descontentamento face aos resultados das políticas culturais seguidas e, muito em particular no campo específico dos museus, as críticas crescentes ao seu papel submisso face ao capitalismo e aos valores dominantes das burguesias nacionais. Efectivamente, o alheamento dos museus relativamente aos graves problemas em que larguíssimos sectores das populações do mundo menos desenvolvido – mas também os habitantes dos subúrbios pobres do primeiro mundo (muitos deles imigrantes) - se encontravam mergulhados vai ser asperamente posto em causa e, com ele, o próprio papel da cultura supostamente neutro. Neste quadro, os museus são repensados e é-lhes conferido um papel interventivo na sociedade muito mais intenso e bastante mais próximo das populações e dos seus problemas concretos. Do museu encarado exclusivamente como fonte de cultura, passa-se, agora, para um museu com ênfase claramente posta na vertente social. A museologia social

fazia a sua entrada nas ou, se preferirmos, o museu integral ensaiava os seus primeiros passos. A declaração de Santiago do Chile, já aqui abordada, é uma prova inequívoca deste processo, assumindo um duplo papel – o de catalizador das transformações que se vinham operando anteriormente no panorama museológico da América Latina; o de impulsionador destas perspectivas para todo o mundo, especialmente para onde a sua mensagem teria maior receptividade, o mundo menos desenvolvido e o mundo dos teóricos e intelectuais preocupados com os museus e o seu papel na sociedade.

- c) Finalmente, e mais no plano interno da profissão de museólogo, o descontentamento de muitos profissionais mais críticos face às limitações do modelo predominante e à rigidez do mesmo, bem como à sua incapacidade para se adaptar a uma sociedade em mudança a uma velocidade exponencialmente acelerada. Como catalizadores deste processo são de referir as “Casas da Cultura”, fundadas durante a passagem de André Malraux pela pasta da cultura francesa, as quais se vieram a revelar bem mais próximas das populações e detentoras de uma capacidade interventiva superior, conferida pela sua vertente de animação cultural.

Estes três vectores, em convergência de efeitos, vão ser, quanto a nós, os principais responsáveis, conjuntamente com o nascente movimento dos ecomuseus de primeira geração (associados aos parques naturais), pela criação do ambiente crítico e alternativo que, bem ou mal - visto o termo vir dos anos 50 (Mensch, 1995¹⁸⁰) -, ficará para a história como a “Nova Museologia”.

Assumindo estes três vectores explicativos como relevantes, é importante, em seguida, desenvolver mais algumas considerações complementares.

- a) Quando pensamos no Maio de 68 e nos movimentos de contestação aos modelos de exploração capitalista das periferias, encontramos contextos diferentes e preocupações diversas. Contudo, um e outro caso, têm igualmente,

¹⁸⁰ Mensch, Peter Van (1995), *Magpies on Mount Helicon?*, in Scarer (Ed.), *Museum and Community*, ICOFOM Study Series 25.

uma base comum – o inconformismo relativamente ao *status-quo*, a demanda de mais justiça social, a acção-directa e, última análise, a adopção mais ou menos marcada de ideologias alternativas ao capitalismo.

- b) Quando expusemos os reflexos do modelo da dependência nos museus, foi, decerto, patente uma certa dificuldade na fixação das características gerais dos mesmos, nomeadamente através da necessidade que tivemos de, dimensão a dimensão, aludir a dois casos distintos – o dos grandes museus nacionais e o dos museus locais, embora estes num período mais tardio. Esta dificuldade prende-se com o facto do modelo da dependência se estruturar em torno de dois paradigmas diferentes – o estruturalismo nacionalista latino-americano e as teses neo-marxistas. No campo dos museus, estas duas géneses que vão compor o paradigma em doses diferentes consoante os locais e os contextos, vão ter reflexos distintos nas práticas museológicas dos países em desenvolvimento – a dimensão do nacionalismo latino-americano emerge, sobretudo, nos grandes museus oficiais e nas políticas nacionais para os museus; a dimensão neo-marxista manifesta-se, sobretudo, nos museus mais pequenos de cariz local e em algumas políticas de desenvolvimento local. No geral, embora sendo claramente predominante a primeira dimensão, com o tempo, a segunda começa a ganhar alguma relevância. É esta segunda dimensão que, em nosso entender, inspira a Declaração de Santiago e se vai estabelecer como uma fonte de inspiração para a Nova Museologia, estabelecendo, desta forma a ponte entre os museus sob o paradigma da dependência e os que surgem associados ao modelo de desenvolvimento alternativo.
- c) Quando dimensionamos, portanto, o surgimento da “Nova Museologia” devemos ter em atenção estas duas influências, as quais, tendo um clima propício interno, vão marcar a história desta corrente alternativa – ou, se se preferir, que expressa o modelo alternativo na museologia. Muitas das “aparentes” contradições no corpo teórico da “nova museologia” e do modo

como ela influenciou as práticas museológicas nos diversos países, radica, precisamente, nesta dupla paternidade.

- d) Finalmente, pese embora o que apontámos anteriormente quanto à génese da mudança e quanto à formação da nova museologia, é relativamente pacífico admitir que existe um paralelismo significativo com as causas que levam à estruturação do modelo de desenvolvimento alternativo. Mais, como veremos, a própria natureza das transformações experimentadas no campo da museologia – as preocupações sociais, a participação das populações, ... – são perfeitamente coerentes com as inovações que este modelo de desenvolvimento introduz. Assim, é legítimo admitir que, em última análise, a nova museologia e o que ela significou, são expressões no campo específico dos museus de outras transformações mais vastas, tanto no domínio do desenvolvimento económico como no domínio do desenvolvimento em geral (note-se, por exemplo, a valorização do local como escala privilegiada de actuação).

A segunda interrogação que expressámos anteriormente prendia-se com a tradução concreta das mudanças experimentadas pela museologia no período considerado. Dois tipos de mudanças são de considerar: as ocorridas na componente teórico-metodológica; as originadas nos tipos e formatos das instituições museais.

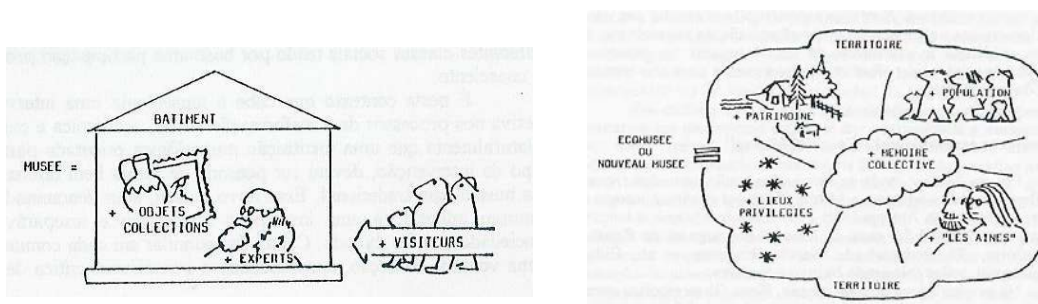
No que à primeira diz respeito, tomaremos por referência o documento que serviu de base para o debate levado a cabo em Outubro de 1984, aquando do primeiro atelier internacional Ecomuseus/Nova Museologia, realizado no Québec. Ele será, contudo, moldado e transformado em função das nossas opiniões actuais, razão porque não surge aqui enquanto texto citado:

- a) A nova museologia propugna por museus abertos – abertos ao espaço, ao tempo, às culturas e aos processos.
- b) Os objectivos do museu podem ser múltiplos, no entanto todos eles devem concorrer para o fim último que os justifica, promover o desenvolvimento das comunidades.

- c) O desenvolvimento das comunidades é entendido num contexto bastante mais amplo do que o mero desenvolvimento cultural, estendendo-se ao plano social e económico.
- d) A escala preferencial de actuação da nova museologia, embora nunca assumida de forma explícita e directa, é a escala local, uma vez que é aquela que permite e viabiliza o seu método de acção museológica e também aquela que corresponde a possibilidades efectivas de concretização das iniciativas.
- e) O método fundamental de acção museológica dentro do quadro da nova museologia assenta na participação popular em todas as fases do trabalho, independentemente da formação académica ou da experiência profissional em museus.
- f) Os bens patrimoniais materiais são parte do acervo do museu – e não a parte mais importante – uma vez que o património e o acervo são encarados de uma maneira muito mais abrangente, cobrindo tudo aquilo que compõe a memória colectiva das populações.
- g) A dimensão social, os problemas e os factos sociais são a matéria-prima por excelência do novo museu e não a colecção de peças, a qual, em última análise, pode não existir de todo.
- h) O espaço museológico deixa de ser aquele que é limitado pelas quatro paredes do museu, tornando-se um espaço de geometria variável, uma área de influência flexível, em função dos problemas e dos contextos concretos.
- i) O museu deve ser um utensílio em constante renovação, onde a inovação e a experimentação comunicacional e social devem ser uma regra.
- j) O público dos novos museus não é constituído por aqueles que fazem “girar o torniquete”, mas por todos os que o constroem no quotidiano, utilizam como recurso e/ou dele são beneficiários.
- k) O novo museu, sendo uma resposta aos problemas das comunidades e delas derivando, pode assumir formatos e estruturas diversificadas, considerando-se,

contudo, que as “exposições processo” e as interpretações holísticas, contextualizadas dos factos sociais – no passado, no presente ou, mesmo, no futuro – constituem veículos fundamentais, mas não obrigatoriamente presentes, da sua actividade.

Figura 38 – Museus tradicionais e novos museus – elementos estruturantes



In: René Rivard¹⁸¹ (1984: s. n. p.)¹⁸²

No domínio dos tipos e formatos que estiveram associados aos novos paradigmas museológicos alternativos, de entre outros, salientaremos três: os ecomuseus, os novos museus locais e os economuseus.

- Os ecomuseus – embora seja atribuído o mérito da criação do conceito de ecomuseu a Rivière, o termo foi empregue pela primeira vez por Hugues de Varine Bohan¹⁸³, em 1971. A ideia de ecomuseu surge como reflexo natural no campo da museologia da evolução conceptual verificada no domínio da conservação da natureza – da preservação, em exclusivo, da flora e da fauna; à preservação da flora e da fauna com inclusão dos humanos enquanto componentes dos ecossistemas. Este processo de humanização do conceito de

¹⁸¹ René Rivard, museólogo canadiano, iniciador da Nova Museologia. Actualmente consultor em museologia e conservação de espaços naturais.

¹⁸² Rivard, René (1984), *Que le Musée s'Ouvre*, livro policopiado, Québec, Canadá.

¹⁸³ Hugues de Varine Bohan – historiador e museólogo francês, foi director do ICOM entre 1968 e 1974. Criador do Instituto Francês em Lisboa, influenciou profundamente a museologia nacional. Actualmente é consultor no domínio dos museus e da cultura.

ecossistema vai levar, igualmente, ao alargamento do conceito de parque natural às paisagens humanizadas. É, então, no cruzamento desta nova forma de encarar os parques naturais com a experiência decorrente dos museus ao ar livre suecos que, em França, no caldo ainda fervilhante do Maio de 1968, os ecomuseus surgem e iniciam o seu processo evolutivo, afastando-se, progressivamente, do espartilho conceptual de parque natural e, aproximando-se, da noção ampla de ambiente social. Assim, o ecomuseu deverá ser um “espelho”, onde não só a população se contempla, reconhecendo-se e reconstruindo-se, mas também, mostrado aos forasteiros, induzindo a compreensão e o respeito¹⁸⁴. Estruturalmente, do ponto de vista museológico, o ecomuseu deverá ser composto pelo museu do tempo e pelo museu do espaço, os quais, em conjunto, revelarão o ajuste das populações ao seu suporte natural, ao longo do complexo espaço-temporal.

- Os novos museus locais – afirmou-se anteriormente que a escala local é a que permite despoletar cabalmente todo o potencial que a nova museologia trouxe para o campo dos museus e das mudanças sociais. Porquê? Desde logo, por duas ordens de razões – é a esta escala que a proximidade entre o museu na comunidade e no território permite uma maior identificação entre ambos e, deste modo, uma maior participação da população no museu e do museu na população; é, igualmente, a esta escala que as inércias decorrentes do peso da tradição museológica, dos quadros profissionais anquilosados e das grilhetas das grandes e valiosas colecções menos se faziam sentir como obstáculos à adopção de novas práticas e atitudes radicalmente inovadoras (e perturbadoras da tranquilidade imobilista que era apanágio e imagem de marca dos museus tradicionais). Contudo, pensamos que estes dois aspectos não são suficientes para satisfazer uma interpretação mais exigente. Assim, há que ter em linha de conta a passagem dos modelos de desenvolvimento tradicionalmente centralizadores e concentrados para um outro, o alternativo, essencialmente desconcentrado, onde, como é sabido, a escala local assume um papel de

¹⁸⁴ Interpretação da terceira versão do texto de Rivière “A definição Evolutiva de Ecomuseu”.

enorme relevância. Aliás, mesmo se considerarmos os modelos de desenvolvimento da modernização ou neo-liberal, verificamos que, com o passar do tempo, a sua abertura ao local foi crescente. Ora é neste quadro, de descentralização do desenvolvimento que encaramos a explosão dos museus locais ocorrida um pouco por todo o lado. O seu cruzamento, inicial ou no percurso, com a nova museologia estava agora completo nas condições de base qualitativas, mas também quantitativas. “Como se poderá constatar, todas estas preocupações (do desenvolvimento desconcentrado) assentam como uma luva à grande maioria dos programas de acção dos museus locais (...). Têm estes tido o papel de favorecer as condições que tornem propícias as iniciativas locais através de uma acção sobre o meio social local, acção essa especialmente relevante no que se relaciona com as chamadas estruturas imateriais de desenvolvimento (serviços de apoio, acesso à informação, formação profissional, ...) e, ainda, no que diz respeito à memorização e valorização de tradições, consideradas agora não como um empecilho ao desenvolvimento, mas sim um dos seus pilares fundamentais.” (Moreira, 1987¹⁸⁵:s. n. p.). Numa óptica mais de acordo com o nosso pensamento actual e numa perspectiva do novo museu local enquanto instrumento do progresso e da qualidade de vida das comunidades locais, um texto bastante posterior (Moreira, 2000¹⁸⁶) define duas cadeias de efeitos do museu sobre o desenvolvimento – a interna (a promoção da identidade local, da integração territorial, dos laços interpessoais, da integração de recém-chegados ou excluídos, de estudos relacionados com os saberes e técnicas locais, da autoconfiança e da estima colectiva, da formação pessoal e colectiva, entre outras) e a externa (a promoção da atractividade dos locais, da visibilidade externa, dos produtos e serviços locais, da educação dos visitantes, ...). Sobre esta matéria, a dos novos museus locais, voltaremos, mais em profundidade, na parte deste capítulo dedicada à realidade portuguesa.

¹⁸⁵ Moreira, Fernando João (1987), Para além da Nova Museologia, *Meridies* N°9, Monte Redondo.

¹⁸⁶ Moreira, Fernando João (2000), The Creation Process of a Local Museum, in *Sociomuseology*, Cristina Bruno, Mário Chagas e Mário Moutinho (Ed.), Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

- Os economuseus – conceito desenvolvido por Cyril Simard¹⁸⁷, nos finais dos anos oitenta, a partir da experiência vivida na papelaria “Saint Gilles”, no Québec. Trata-se de uma unidade industrial de fabrico de papéis artesanais que, devido a problemas económicos, viu-se obrigada a encerrar as portas em 1984. Neste quadro, tendo em atenção o interesse patrimonial dos processos e técnicas utilizados pela referida unidade, a questão que se colocava era o que fazer. Duas hipóteses, para além do puro e simples desaparecimento, se perfilaram – uma, seria recorrer aos subsídios estatais e tornar o local e a empresa bens públicos; outra seria encontrar soluções para viabilizar o funcionamento da empresa dentro dos moldes em que sempre tinha trabalhado até aí (domínio privado). Foi esta segunda a opção tomada e, após a classificação do sítio como de interesse patrimonial, foi adicionada a dimensão museu à pré existente função produtiva. A ideia assentava na capacidade da dimensão museológica para valorizar os saberes envolvidos e os produtores enquanto detentores desses mesmos saberes, conferindo à empresa, ao mesmo tempo, as condições de mercado e de competitividade susceptíveis de lhe proporcionar uma base financeira sólida no quadro de total independência face aos poderes públicos. Este conceito vai ter uma expressão significativa nas actividades que entraram em crise, como por exemplo nos campos mineiros ou instalações fabris. É um conceito de museu que interliga dois aspectos interessantes – presença dos trabalhadores; proporcionar experiências em ambientes de trabalho míticos reconstruídos. As duas vertentes do conceito de economuseu – a económica e a museológica – seriam organizadas em torno de seis grandes espaços funcionais – o acolhimento, o atelier de produção, o centro de interpretação, a exposição da colecção de criações contemporâneas, o centro de documentação e a loja/galeria (Simard, 1989¹⁸⁸). Como nota de reflexão, gostaríamos de deixar aqui uma interrogação tendo por base o

¹⁸⁷ Cyril Simard, arquitecto, etnólogo e museólogo canadiano. Presidente da Sociedade Internacional da Rede Economuseus (SIRE).

¹⁸⁸ Simard, Cyril (1989), *L'Economuseologie, Comment Rentabilizer une Enterprise Culturelle*, Montreal, Centre Educatif et Culturel.

enunciado por Duclos¹⁸⁹ - “L’apparition d’un nouveau concept, intitulé écomusée’ n’est évidemment pas un hasard (...). Ce que l’on cherche revient en fait à transformer l’action culturelle en produit culturel.”(Duclos, 2001¹⁹⁰ :7), ao qual adicionaremos o que Cyril Simard nos refere no seu livro já referenciado (1989 :s. n. p¹⁹¹.), “Les écomusées font appel à la nostalgie, à la memoire collective, à l’animation culturelle, à la participation communautaire. L’économuséologie, quand à elle, s’adresse à la enterprise

Figura 39 – Desdobrável da rede de ecomuseus do Quebec



Fonte: *site SIRE*

privée, aux innovateurs et à la mise en valeur d’une entreprise ‘en vie’ qui exprime notre modernité.”. Será que, tendo em conta este quadro, os

¹⁸⁹ Jean-Claude Duclos, museólogo francês, director do Museu *Dauphinois*.

¹⁹⁰ Duclos, La Recherche Etonologique et le Musee, Comunicação apresentada em Barcelona a 23 e 24 de Março de 2001 (Inventari del Patrimoni Etnologic de Catalunya).

¹⁹¹ A cópia consultada, porque se tratava de um conjunto de fotocópias de trabalho fornecidas pelo autor tendo em vista a sua posterior tradução para o Português, não dispunha de número de páginas.

economuseus representam um passo em frente e um aprofundamento daquilo que a nova museologia já há muito de reivindicava – a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social dos locais e das comunidades? Ou será que estamos antes em presença de um aríete do pensamento neo-liberal na nova museologia?¹⁹²

Salientadas as principais alterações ocorridas no seio do mundo da museologia e dos museus e tendo sido identificadas estas em função da emergência de um novo paradigma de desenvolvimento desconcentrado, o alternativo, passaremos a sistematizar as diversas dimensões de transversalidade detectadas.

MUSEUS SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
GERAL		
Dimensão de actuação fundamental	Social	A cultura é encarada como forma de intervenção social e de desenvolvimento económico. A função social do museu ou a museologia social
Escala ou área de influência	Local	A escala de intervenção é predominantemente local. Os museus adoptam áreas de influência de geometria variável em função dos contextos concretos de actuação
Abertura às economias locais	Forte	O museu assume o seu papel enquanto criador de condições imateriais propícias ao desenvolvimento – também económico – participando, por outro lado, directamente nesse processo.

(Continuação)

¹⁹² Consideramos esta pergunta uma matéria da maior actualidade, mas cuja resposta implicaria trabalho de campo intensivo junto dos economuseus do Canadá, algo que está para além dos nossos horizontes. Contudo, se não for entretanto explorada, é algo que nos propomos pesquisar num futuro próximo como desenvolvimento da abordagem relacional modelos de desenvolvimento/museus que temos vindo a efectuar.

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
Papel dos museus	Promover o desenvolvimento integral das comunidades e dos lugares	Facilitar o desenvolvimento local através de duas cadeias de impactos: a acção interna e a acção externa
ORGANIZAÇÃO		
Intervenção pública	Teoricamente fraca, na prática com significado	Teoricamente os novos museus derivam das comunidades e, como tal, seriam independentes da intervenção pública. Contudo, em muitos locais vão ser subvencionados pelas autarquias locais e programas de ajuda ao desenvolvimento rural/local (PIC LEADER ¹⁹³ , por exemplo)
Papel do mercado	Fraco	O mercado não exerce papel significativo na regulação e formatação do modelo. Contudo não pode ser ignorado
Papel das comunidades locais	As comunidades locais são o início e o fim do processo museológico	As comunidades locais são o cerne da actividade museológica, sendo esta centralidade comum a todas as fases do processo museológico
Investigação	Importante	A investigação é considerada importante e incide, principalmente, sobre temáticas de natureza local. Os investigadores não são somente os académicos e os especialistas, mas também a população em geral
Propriedade	Associativa ou autárquica	Em muitos casos a propriedade do museu está associada ao poder autárquico ou a associações da sociedade civil e da acção da sua cidadania

(Continuação)

¹⁹³ Ligações Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural.

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
Direcção das mensagens	À comunidade	O museu é concebido pelas e para as comunidades locais, podendo, contudo, desempenhar igualmente papéis relevantes no domínio dos visitantes
OFERTA/PROCURA		
Estruturas físicas	Área de influência	Nos novos museus o edifício perde muita da importância que outros modelos museológicos lhe conferem. O museu excede o seu contendor tradicional e os edifícios, se existentes, são parte do espaço museológico. O “edifício” pode ser disperso
Público	O que usa o museu e o que beneficia com a acção do museu	O conceito de público é bastante alargado, indo desde o que visita o museu, o que usufrui das suas iniciativas, os que o utilizam como instrumento de resolução dos seus problemas e, mesmo, aqueles que nunca se tendo deslocado ao museu – ou até desconhecendo a sua existência – são beneficiários da sua acção
Planeamento	Relevante	O planeamento é importante na acção museológica, não podendo ser, contudo, um espartilho à acção da população
Conceito de acervo	O património na mais alargada concepção	O acervo dos novos museus não são as peças no seu sentido tradicional. São os saberes, os valores, as aspirações, os problemas, ..., das comunidades
Tipo de acervo	Sobretudo, imaterial	A memória e o futuro colectivo
Exposição	Um processo	A exposição é avaliada não pelo produto acabado, mas sim pelos laços, pelas interacções, pela autoconfiança e pela aprendizagem que o processo de concepção e concretização originou
Museografia	Simple e variável	A interpretação é uma pedra fundamental da museografia

(Continuação)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
Salvaguarda	A salvaguarda é dimensionada, sobretudo, no âmbito dos valores e das identidades.	Sendo a colecção física algo menos central, a sua salvaguarda é considerado um aspecto menos central da actividade museológica.
Documentação	Importante, sobretudo no âmbito mais alargado da área de influência do museu e da respectiva comunidade.	Constitui uma linha de investigação, muitas vezes exercida por não especialistas, ou seja, por membros activos da comunidade.
Serviços disponibilizados	Todos os que as populações entendam como úteis	A exposição está longe de ser a única função e serviço dos novos museus
Emprego/Capital humano	Voluntariado e população local	Na fase “heróica” da nova museologia os museólogos eram a população que construía e geria o seu museu. Posteriormente, o conceito alargou-se aos profissionais, os quais desempenharão uma função de consultores e, ao mesmo tempo, de animadores socio-culturais e de mediadores
Atitude perante o visitante	Inclusiva e participativa	O museu como espelho para o interior da comunidade e como veículo de comunicação com o exterior
DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO		
Informação	Importante	Interpretativa e susceptível de ser compreendida pelas partes e pelo todo comunitário
Mediação	Com algum significado em fase posterior. Os museólogos como mediadores	Tendo em atenção os fundamentos participativos e inclusivos a mediação assume os contornos particulares de “abertura de portas” e de “chamar para o projecto”
Comunicação	Levada a cabo, muitas vezes, através de vias informais.	Exercida, sobretudo, dentro da comunidade.

(Continuação)

(Continuação)

MUSEUS SOB O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO		
Dimensões	Características	Observações
PARÂMETROS DE ACTUAÇÃO		
Sustentabilidade ambiental	Importante	O ecossistema social
Sustentabilidade social	Importante	Faz parte do código genético da nova museologia
Justiça territorial	Importante	Faz parte do código genético da nova museologia
Justiça social	Importante	Faz parte do código genético da nova museologia

4.3 – Percursos do desenvolvimento museológico - dos anos 50 à actualidade

Tendo efectuado um relance pelas fases que considerámos marcantes no processo evolutivo do pensamento museológico e tendo, igualmente, avançado com um conjunto de elementos explicativos que nos permitem racionalizar as geometrias características de cada modelo, importa agora, de forma sucinta, debruçarmo-nos sobre as dinâmicas de alteração e os respectivos sentidos de mudança.

Antes, contudo, é de sublinhar que o exercício que nos propomos efectuar não deverá ser encarado como algo totalmente novo no percurso expositivo que temos desenvolvido, mas antes como uma tentativa de compilar processos que já demos conta no ponto anterior de forma dispersa e de colocá-los lado a lado, dentro de um contexto temporal susceptível de lhes conferir uma leitura relacionada e instantânea.

4.3.1 – As fases evolutivas dos museus no seu contexto espácio-temporal

Tal como já afirmámos anteriormente, a tradução dos modelos de desenvolvimento globais para o campo dos museus não é uma tarefa que possa ser efectuada directamente, sendo atravessada por incoerências difíceis de interpretar.

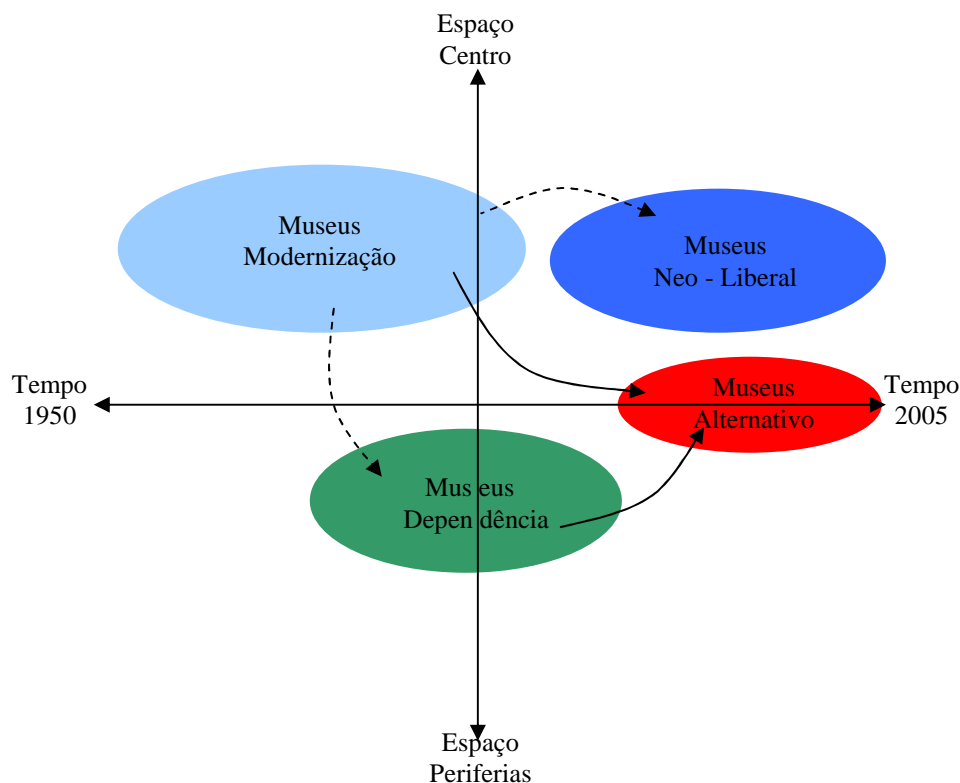
Na verdade, se essa tarefa é relativamente pacífica no domínio do turismo, já no âmbito da cultura as dificuldades avolumam-se e os laços relacionais começam a perder nitidez. No campo dos museus, há que assumi-lo, a leitura interactiva é, ainda, mais complexa e com menor transversalidade temporal. Dois aspectos, em nosso entender concorrem para tal:

- a) Contrariamente ao turismo, o domínio da cultura foi, durante décadas, encarado com uma perspectiva excepcionalista, ou seja, como um sector alheado da dimensão económica e com regras próprias. É certo que esta perspectiva, como vimos, embora ainda existente, tem vindo a ser alterada de várias formas. Ainda assim, é possível afirmar que a mesma tem funcionado como um amortecedor na cultura – e nos museus – dos “movimentos” produzidos no âmbito das concepções de desenvolvimento dos territórios, muito ligadas às dimensões económicas, sociais e políticas.
- b) Dentro do campo da cultura, os museus, talvez pela sua tradicional vocação retrospectiva, assumiram os ventos exteriores da mudança de uma forma assaz paradoxal, reagindo, na maioria dos casos, como o avestruz – escondendo a cabeça e agarrando-se ao terreno das suas verdades seculares – e, noutros, como a lebre – pulando para o futuro com mudanças súbitas de direcção. A conjugação dos dois processos reactivos, como será pacífico de aceitar, introduz um “ruído” muito intenso no tipo de análise que temos vindo a efectuar.

Ainda assim, essa análise não é impossível e não necessita, mesmo, de expedientes de conversão, basta, em nosso entender, afastarmo-nos da ideia de que os modelos estruturais do desenvolvimento e as respectivas traduções no campo museológico se sucederam, no tempo e no espaço, de forma linear e exclusiva.

A figura seguinte ilustra, pois, a nossa perspectiva de articulação entre eles para o caso concreto dos museus.

Figura 40 – Modelos museológicos na sua relação espaço-temporal



Fonte: elaboração própria.

4.3.2 – Evolução das principais componentes dos museus

A última definição de “museu” oriunda da versão de 2001 dos estatutos do ICOM, diz o seguinte: “A museum is a non-profit making, permanent institution in the service of society and of its development, and open to the public, wich acquires, conserves, researches, communicates and exhibites, for purposes of study, education and enjoyment, material evidence of people and their environment.” (ICOM¹⁹⁴).

Iremos utilizar este enunciado para identificar as principais componentes dos museus sobre as quais, seguidamente, traçaremos os percursos evolutivos que nos propomos

¹⁹⁴ Development of the Museum Definition according to ICOM Statutes (1946-2001) in http://icom.museum/hist_def_eng.html (consultado em 12 de Outubro de 2007).

dar conta. Antes disso, contudo, gostaríamos de acrescentar que, reconhecendo toda a autoridade do ICOM – razão porque utilizámos a sua definição - estamos longe de convergir com a sua perspectiva:

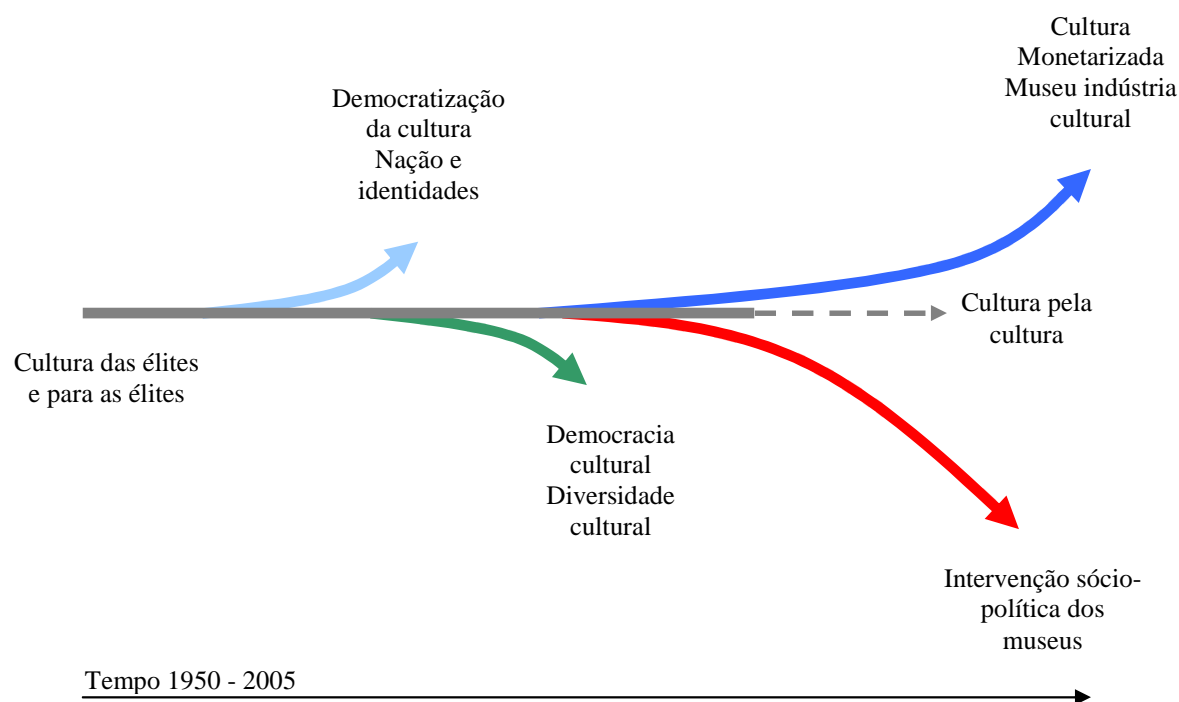
- a) Desde logo, porque não percebemos a razão que subjaz à exclusão de instituições com fins lucrativos. De facto, conhecemos museus privados, claramente com fins lucrativos, que estão bem mais perto dos restantes parâmetros que o ICOM entende associar à instituição “museu” do que outras, como os jardins zoológicos, aquários ou jardins botânicos, que continuam a ser consideradas museus. Por outro lado, como vimos, a grande maioria dos grandes museus actuais está intimamente associada ao mercado e empenhada em produzir mais-valias. Se estas são reinvestidas, se tornam ao erário público ou se vão para o “bolso” do investidor, não se nos afigura critério museologicamente substancial.
- b) Depois, porque subentende que as únicas formas de os museus servirem o público e o seu desenvolvimento são o estudo, a educação e o lazer, através da exposição, o que, embora seja o domínio de actuação da maioria dos museus, é claramente restritivo tendo em conta as práticas de algumas instituições mais avançadas no domínio da intervenção social.
- c) Finalmente, a restrição do acervo à “evidência material”, o que, embora se compreenda que as dimensões imateriais acabam por ter expressões materiais, não se nos afigura relevante este acentuar, talvez inconsciente, da “peça”.

Postas as nossas reservas relativamente à aludida definição, a análise do seu conteúdo revela as seguintes dimensões: missão do museu; acervo, público, contentor, processos de interacção com o exterior. Adoptaremos este referencial – que está, de resto, de acordo com o essencial dos quadros apresentados anteriormente a propósito dos modelos museológicos enquanto reflexos dos paradigmas de desenvolvimento – e acrescentaremos as dimensões espaço e tempo.

A missão dos museus, ou, se entendermos, o seu ambiente funcional privilegiado, desloca-se, durante o período considerado, do domínio cultural puro, das elites, para

dois outros, junto de nós: a cultura como produto comercializável e como factor de competitividade dos lugares, a cultura como forma e pretexto de intervenção político-social.

Figura 41 – Missão dos museus

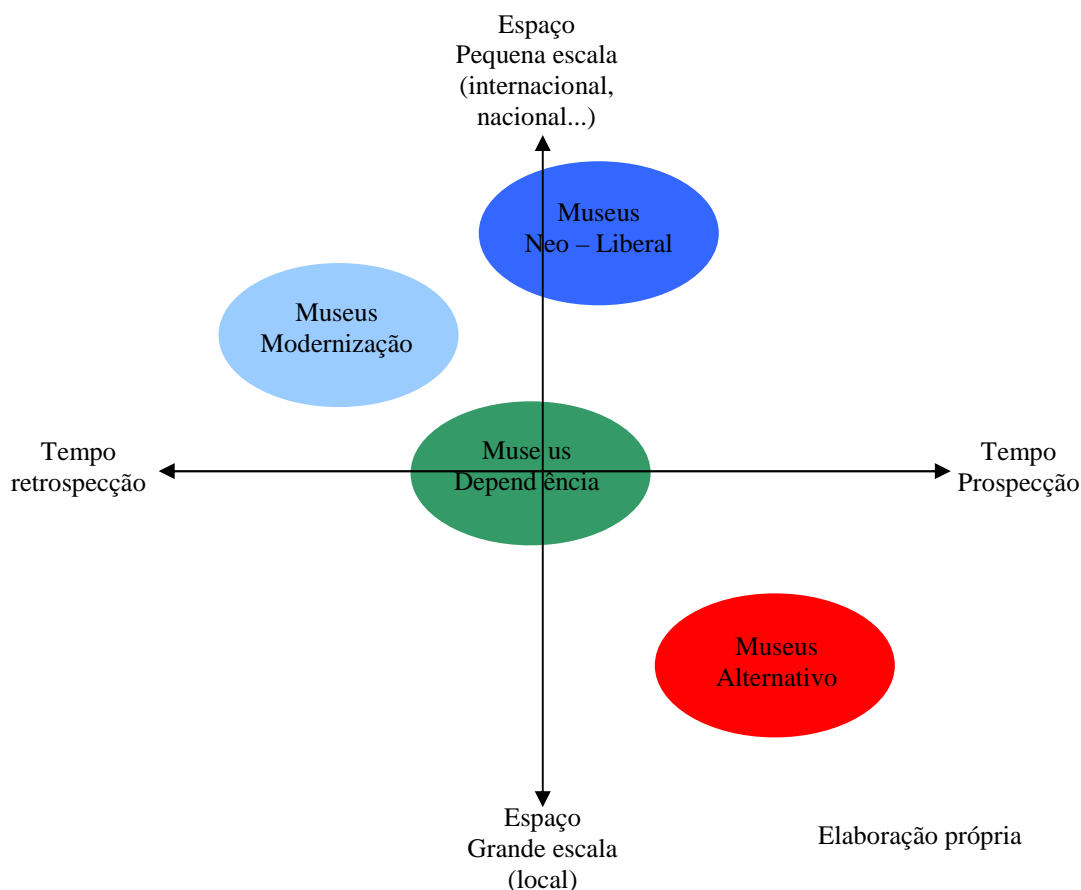


Fonte: elaboração própria

A evolução dos contextos espacio-temporais dos museus decorreu, pelo lado do espaço, no sentido corrente ao que o processo de globalização deu origem – uma mundialização da oferta, acompanhada, concomitantemente, por uma emergência do nível local (a glocalização) – e, pelo lado do tempo, por um abandono do passado enquanto pedra de toque da contextualização museal e uma consequente emergência do futuro como horizonte de referência (de certa forma, uma inversão da flecha do tempo - da retrospecção à prospecção - enquanto método analítico, mas também

enquanto direcção privilegiada de avaliação de resultados – conservar o passado vs construir o futuro).

Figura 42 – Museus, espaço e tempo

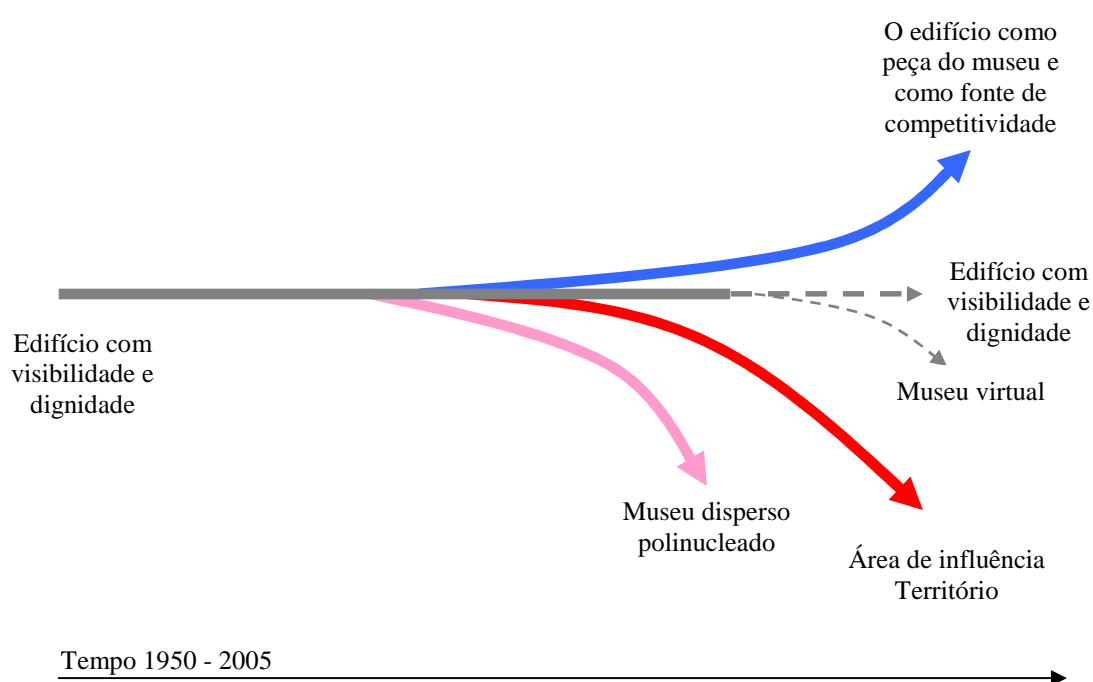


Fonte: elaboração própria

No que diz respeito ao triângulo tradicionalmente encarado como estruturante da instituição “Museu” – edifício, público e acervo – começaremos pelo primeiro, o qual, evolui, igualmente, em duas direcções paradoxais: uma, no sentido da passagem do edifício enquanto contentor com dignidade suficiente, para o edifício como peça do museu e como factor, por vezes determinante, de atractividade (estreitando, desta

forma, o binómio museologia/arquitectura); outra, na direcção da libertação do museu da “carapaça” das quatro paredes e da consequente relativização da centralidade do edifício, seja pela multiplicação destes (o museu disperso por núcleos), seja pela adopção do conceito de museu aberto, cujo edifício é, em última análise o território das áreas de influência.

Figura 43 – Museus e edifícios



Fonte: elaboração própria.

Antes de avançarmos com a evolução do conceito de público nos museus convém especificar que se entende por público todos aqueles que utilizam um serviço posto à disposição pela instituição “Museu”. Neste quadro, a evolução do conceito de público está intimamente relacionada com o percurso efectuado pelos museus, particularmente com a forma como estes foram perspectivando a sua projecção externa, ou, mais claramente, como foram estruturando a paleta de serviços disponibilizados.

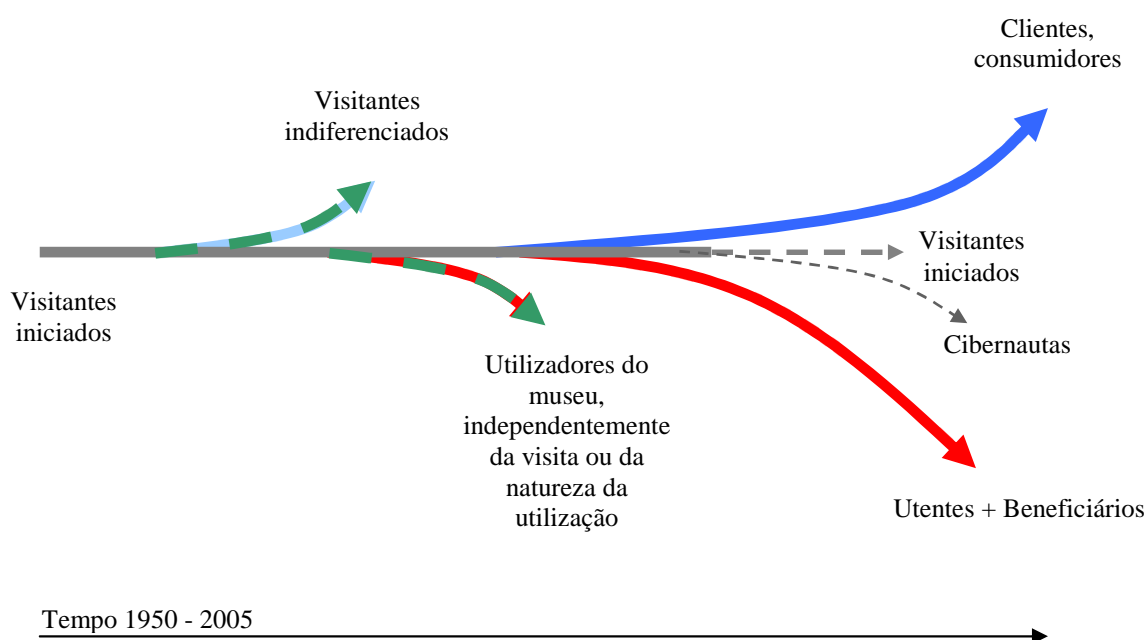
Assim, à medida que o museu deixa de ser exclusivamente um fornecedor de exposições – permanente ou temporárias – e, concomitantemente, abre a dimensão de itinerância, o conceito de público passa a incorporar também aqueles que utilizam o museu ou, sobretudo no caso dos novos museus, que se utilizam do museu, independentemente da forma que essa utilização assume. Ou seja, o conceito de público alarga-se da perspectiva estreita de visitante e passa a repousar na ideia central de utilizador. Contudo, se perspectivarmos a acção museal de forma ainda mais abrangente, a de um museu que centra a sua actividade numa óptica de promoção do desenvolvimento - o museu promotor - o conceito de público só faz sentido quando estendido da dupla dimensão visitante/utente a uma terceira, a de beneficiário directo ou indirecto da acção museal, o qual, não frequentando o museu, nem mesmo, por extensão de raciocínio – conhecendo a sua existência, dele retira dividendos económicos ou sociais. Paralelamente a este percurso evolutivo dentro de um paradigma museológico mais recente/alternativo, no domínio dos museus tradicionais a ideia de público experimenta, igualmente, uma dinâmica evolutiva que, afastando-se da concepção de visitante interessado, se aproxima, progressivamente, da de consumidor (com todas as lógicas de mercado e de custo/benefício associadas).

Embora lateralmente, convém chamar a atenção para os efeitos importantíssimos que este alargamento do conceito de público induz na “vida” prática dos museus:

- a) Desde logo, no domínio do planeamento museológico, o qual, agora, deverá ter em linha de conta não só os públicos-alvo tradicionais, os que fazem girar os torniquetes e movimentam as caixas registadoras, mas também todos aqueles que podem e devem beneficiar, directa ou indirectamente, da acção museológica e que, em grande medida, justificam as ajudas dos países e da União Europeia, no caso concreto da Europa, que lhes são destinadas.
- b) Mas também, porque o público constitui um elemento chave de avaliação da acção dos museus, nas grelhas de análise utilizadas para o efeito, as quais não devem incorporar somente o número de pessoas que, de alguma maneira, interagiram directamente com o museu e os resultados que daí retiraram, mas

também todas aquelas que beneficiaram, de alguma forma, da sua acção e o tipo de benefícios produzidos. Ou seja, é necessário estender, sob pena de deixarmos escapar pelas malhas de matrizes de avaliação inadequadas boa parte da mais nobre actividade dos museus, a sua acção enquanto promotor activo e desinteressado de oportunidades e benefícios.

Figura 44 – Museus e público



Fonte: elaboração própria.

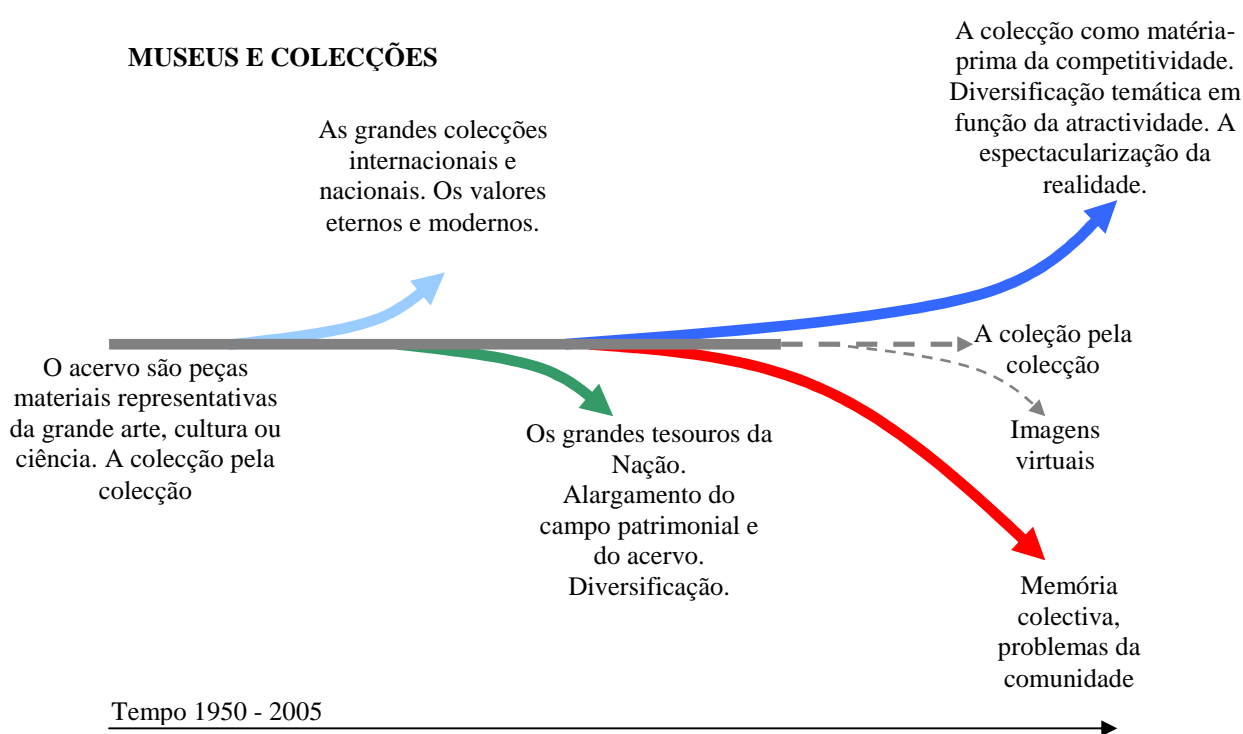
Finalmente, surge-nos o último vértice do triângulo considerado, o acervo, o qual, como outra coisa não seria de esperar, sofre, igualmente, uma alteração conceptual em vários sentidos:

- a) no que vulgarmente se denomina de alargamento do campo patrimonial e que se expressa através da musealização de elementos e temas que até há poucas

décadas era impensável associar à acção museal, exclusivamente balanceada para a arte e a cultura eruditas, ou seja, para aquilo que se relacionava com os gostos e as práticas de quem detinha o poder, “Une vigne importe autant qu’une chapelle, une rue qu’un chateau, pour en rester aux seules immobilisations.” (Grefe, 1999: 29).

- b) Na imaterialização do acervo, isto é, as peças deixam de valer somente pelo seu valor de mercado, mas, sobretudo, pelo seu valor evocativo e comunicacional. Ou seja, uma peça verdadeira ou uma réplica, do ponto de vista museológico, podem ter exactamente os mesmos préstimos.

Figura 45 – Museus e colecções



Fonte: elaboração própria.

- c) Na interpretação da colecção não somente como um conjunto de objectos mas, também e sobretudo nalguns casos, como algo muito mais vasto e precioso, a memória colectiva ou os problemas da comunidade. No contexto desta interpretação, o museu pode, e em alguns casos isso aconteceu, não possuir qualquer colecção no sentido tradicional, sendo as exposições, quando existentes, efectuadas com objectos cedidos, a título de empréstimo de muito curta duração, pela comunidade.

4.4 – Os museus em Portugal, apontamento ficcionado e notas de reflexão

Iniciaremos esta breve passagem pelo panorama dos museus nacionais da mesma forma que o fizemos para o turismo: com um pequeno texto ficcionado que, mais uma vez, tem como objectivos captar os ambientes e o sentir - dos museus e relativamente aos museus - em épocas passadas e no presente. Cremos que esta fórmula, embora atípica em tarefas desta natureza, é a única que permite alcançar esses objectivos.

Seguidamente, porque esta via possui limitações óbvias, retomaremos a análise explicativa nos moldes habituais.

4.4.1 – Uma relação ficcionada entre museus e território

Retomando a narrativa onde ela terminou, no Ponto 3.4.1, e avançando no sentido contrário ao que utilizámos no turismo ...

III

... - Então não me lembro. Disse eu, sorvendo o resto do *Gin* por entre as pedras de gelo. Isso devia estar no Museu.

- E está! Não vês? Disse Carapau, envolvendo a chata com um ar sonhador. Está no meu museu, no nosso museu de memórias. Para quase todos é um balcão de peixe, para nós é o passado...

- Um veículo para o passado, interrompi. Neste caso, um barco para o passado, para as cores vivas do Verão, para o cheiro a alcatrão com peixe, para as uvas com pão. Enfim, uma máquina do tempo.

- É, é. E já agora para a falta de dinheiro, para os carapaus alimados a todas as refeições, para a roupa coçada e para os livros em terceira mão. O pessoal diz mal do turismo, que estragou isto tudo, que deu cabo das tradições e por aí fora. O que se esquece é que isto, antigamente, era uma miséria e que ou ias para a pesca ou então, toca a andar, para o Barreiro ou para Lisboa, carregar cestos nas mercearias ou preencher impressos nos escritórios. E ainda tinhas que ter conhecimentos, senão nem isso.

- Eu sei. Respondi. De todas as formas não era obrigatório chegar a este ponto e tu sabes isso melhor do que eu, que vivias cá todo o ano.

Entretanto, Pelim, que tinha terminado os arranjos do fim do dia, trouxe mais uma rodada de bebidas e sentou-se. Sem clientes, sem empregados e com as luzes da esplanada apagadas, um outro ambiente, mais sossegado e íntimo, tinha substituído o bulício anterior. O largo retomou a envolvimento de outrora.

- E então? Perguntou Pelim.

- Então o quê? Retorquiu Carapau enquanto sacudia das calças os pingos de condensação do copo.

- O museu. Gostaram? Não foi lá que vocês foram, à inauguração?

- Isso de museus é aqui com o nosso amigo, sempre teve essa pancada. Adiantou Carapau, meio a sério, meio a zombar.

- Está bem. Eu gostei, respondi, passando por cima das palavras, do tom e do sentido da pequena farpa de Carapau. Dá uma ideia interessante e completa do mundo da pesca industrial. Tem um núcleo da construção e da reparação naval, um outro da transformação e da conservação do peixe e um sobre a pesca. Pelo meio, apresenta a empresa e como ela evoluiu. Gostei, sobretudo da reconstrução da traineira, do interior - os beliches onde o pessoal descansava, os sítios de arrumos, a ponte do

mestre, o porão do peixe. Faltam os cheiros e a vida concreta que se passava cá fora, a bacia da caldeirada, os gritos e imprecações do mestre, o balanço constante. Ah, e a chata, aponteí com o queixo.

- Pois. Disse entredentes Carapau.

- Então e não tem nada sobre o ambiente? A poluição do Rio, das zonas húmidas e dos mares? Os recursos explorados até à exaustão? Perguntou Pelim, dando largas à sua veia de ecologista militante.

- Não. O museu está mais virado para o socio-económico. Na verdade, mais para a história da Casa Varadouro que de outra coisa. Respondei, insinuando a crítica que vinha congeminando, mas que não quisera colocar abertamente, para não estimular a acidez de Carapau e, também, tenho que confessar, porque achava o assunto uns furos acima da sua capacidade crítica. Não que o considerasse pouco inteligente, mas, isso sim, possuidor de uma bagagem de reflexão limitada e um raciocínio muito terra a terra.

- Pois, é sempre a mesma coisa. Atacou Pelim. No meio das boas intenções o ambiente é sempre o parente pobre. Também não era de estranhar, sendo um museu municipal e sobre o que é. A Câmara sabe muito bem o que fez e o que faz e da Casa Varadouro nem vale a pena falar, basta ver a chavasqueira que fizeram com o estaleiro e com a fábrica. São a voz do dono, ou dos donos.

- Quem? Perguntei, surpreendido com Pelim.

- Quem? Os tipos do museu, o Museu. Respondeu ele, um pouco irritado.

- Mas estavas à espera de quê? Uns pagam e os outros deram as peças. Querias que fossem bater-se eles próprios? Avancei, pondo achas na fogueira para ver até onde ia Pelim.

- Queria que se deixassem de termos bonitos, de memórias colectivas e de outras histórias, queria que perdessem a vergonha e dissessem o que se passou, de verdade. Já que gastam o dinheiro público e os subsídios da Europa, pelo menos isso. Que aqueles tipos exploraram meio mundo e destruíram tudo por onde passaram. Mas é

sempre a mesma coisa, continuou Pelim, varre-se o lixo para debaixo do tapete e mostra-se, para descargo de consciência, uns pozinhos no fundo da pá.

- É pá, essa da memória colectiva é boa. Atalhou Carapau. Isso é como o peixe aqui do restaurante, come-se e convence quem nunca comeu peixe a sério. Quem não tem memória da moreia, do salmonete, da choupa do sarrajão. Têm a memória de peixe, sabe-lhes a peixe, qualquer um lhe serve. Isto é a tua memória colectiva, as generalidades onde tudo cabe e nada tem o gosto verdadeiro.

- Além disso tu achas que há memória colectiva aqui em baixo? Continuou interrogativamente. A memória da miséria, essa ninguém a quer reviver. Tu querias? E ainda menos a memória de toda esta destruição. Uns porque foram eles próprios que para isso contribuíram, a maioria porque foram cúmplices. Logo, memórias colectivas, aqui, deixa-te disso.

- As memórias servem para nos aquecer a vida e para nos dar lições de futuro. A nós, a memória da chata lembra-nos os amigos e os dias de Verão na praia - o calor da juventude. Ao meu pai, lembrava-lhe concerteza os temporais, as horas nos remos, o frio, a pobreza e os maus-tratos. Aos outros, lembra-lhes o que? Um barquito atado à ré da traineira? Que houve pesca aqui? Que havia pescadores e barcos de madeira?

Carapau, ganhava calor ao som dos seus próprios argumentos. Bebeu o resto do meu *Gin* e continuou.

- E quanto ao futuro, a pesca e o fim das casas como a do Varadouro que lição nos dão? Que se deviam manter? Que se deve viver melhor? Que o Almirante era um tubarão? Que muita coisa mudou? Então para isso façam um museu do turismo, que aí não é só passado, é presente e futuro. Mas isso, está quieto. Nem aqui nem em lado nenhum do País fizeram.

- Por acaso até que nem era má ideia. Disse eu.

- Um ecomuseu. Avançou Pelim, levantando-se.

Foi o sinal para a partida. O Carapau pegou nos copos vazios e levou-os para dentro. Entretanto, ajudei o Pelim a arrumar as cadeiras e as mesas que faltavam. A “Taverna” foi fechada.

Metemo-nos no carro. Mais um ror de voltas pelas ruas estreitas da aldeia até chegar ao troço não pedonalizado da rua principal, agora com pouca gente. Uns grupos de turistas ainda se encontravam em volta de alguns cafés e bares aproveitando as últimas rodadas. Outros, mais sensíveis ao álcool ou com menor capacidade de encaixe, cambaleavam e deitavam-se no chão. Mais além, na muralha, uma rapariga vomitava, amparada por um indivíduo que, ao mesmo tempo, lhe segurava os longos cabelos louros atrás das costas.

Àquela hora, com a escassez do tráfego, chegámos rapidamente a casa. A noite estava magnífica, estrelada e de um fresco suave, revigorador. Os aromas das plantas mediterrânicas faziam-se sentir, impregnando a noite de um odor que me evocava caracóis. Não dos vivos, mas daqueles que surgem por todos os cafés e *snack-bars* das cidades.

Resolvi ficar por ali, pelo telheiro de onde tínhamos partido horas antes. Carapau despediu-se, depois de me indicar o caminho para o quarto. Um cigarro volvido, Pelim juntou-se, protestando com o calor que fazia dentro de casa. Ao redor do candeeiro singelo preso na parede, esvoaçava uma nuvem de insectos em que sobressaía uma borboleta nocturna. Perto, duas osgas esbranquiçadas esperavam a sua oportunidade.

- Mas qual era a tua ideia para um ecomuseu? Interpelei Pelim, tentando perceber a fonte que a alimentou, bem como a consistência da mesma. É que não é o ambiente normal dos ecomuseus, acrescentei.

- Pois, eu sei, explicou Pelim. Fiquei impressionado com um ecomuseu que existe na Serra. Tinha ido visitar uns amigos do meu pai, que ele conheceu quando estive lá fora e que vieram, mais tarde, viver para cá. Queriam ser agricultores e fazer agricultura biológica. Como tinham um filho da minha idade passei lá bastante tempo, de férias. Foram eles que, há bastantes anos, me ensinaram e me mostraram a

importância do ambiente e da forma como o devemos respeitar. Na última visita que lhes fiz, fomos a um ecomuseu e a ideia agradou-me, um casamento entre as preocupações ambientais e as humanas, uma ecologia com gente e um desenvolvimento social com ambiente. Depois, li umas sobre o assunto, na *internet*.

- Mais uma vez, Pelim espantava-me pela agudez do seu pensamento. Bem arrumado. Quem diria, ao vê-lo no restaurante.

- Mas em ambiente urbano? Duvidei.

- Porque não? Continuou Pelim. A ideia dos museus do tempo e do espaço aplicam-se em qualquer lado. E aqui, teriam muito que contar. Não seria somente a Casa Varadouro e as suas actividades. Seria a história de todos nós e da nossa casa comum, como aqui chegámos, mas, sobretudo, como podemos daqui sair.

- Desculpa lá, ó Pelim. Mas como é que tu cruzas isso tudo com o turismo? Já reparei que és crítico, mas afinal vives dele. Ataquei, para ver como resistia.

- Aqui toda a gente vive do turismo, mesmo que o não saiba. Até os cangalheiros vivem do turismo, pois o dinheiro que lhes paga os serviços cheios de “nove horas” veio do turismo. Repliquou, continuando.

- Eu não sou contra o turismo, sou contra este turismo, para o qual tivemos que nos vender. Hoje, foi-se a carne e os ossos estão aí. O ecomuseu poderia contribuir para dar vida a estes lugares, sem alma e sem chama. As pessoas, os turistas, cada vez mais querem experiências vibrantes.

- Sim, de acordo, respondi. Mas o ecomuseu não seria propriamente o *Guggenheim*...

- ... o ecomuseu, atalhou Pelim, dar-nos-ia a energia e os referenciais, não para congelar o presente, mas para avançar e inovar respeitando-nos e respeitando quem nos visita.

O silêncio das conversas acabadas caiu entre nós. Aconcheguei-me na cadeira e apoiei os pés em cima de uma pilha de madeira. Pelim, fez outro tanto. Perto, um noitibó esvoaçante lançou, mais uma vez, o seu grito penetrante.

II

Acabado de chegar à aldeia, informaram-me que Carapau estaria a assistir à cerimónia de inauguração dos Jogos Olímpicos. Não sendo propriamente um seguidor atento de desportos, toda a polémica que se tinha gerado, meses atrás, a propósito do boicote anunciado por vários países africanos, espicaçava-me a curiosidade. Seria que estariam mesmo ausentes?

Por outro lado, estava, como todos os anos, cheio de curiosidade para saber quais as novidades desse Verão. É que, invariavelmente, todos eles traziam algo de novo: um amigo desconhecido, uma zanga, um espaço, uma mania.

Meti os pés ao caminho.

Pela montra, o nariz ao alto de todos os presentes no Café denunciava que a televisão estava manifestamente mal colocada. Quase junto ao tecto, numa casa com um pé direito respeitável. De fora, a mole humana parecia um congresso de enforcados.

Entre eles, numa mesa junto ao bilhar, estava Carapau. Saudações, como sempre, parcas. Uma palmada no braço e o “então como vai isso” do costume. Para quem se conhecia e estimava há tantos anos, as palavras não eram receptáculo suficiente para os sentimentos.

- Olha o Carlos Lopes. Sublinhou, pouco depois, Carapau. Desta vez vai ser canja.

- Ahh. Pois. Respondi, do alto da minha ignorância na matéria.

Passado uma boa meia hora, com a cerimónia terminada, Carapau emitiu os sinais de saída, guardou o tabaco e lançou umas moedas para cima da mesa.

- Embora. Vamos ter com o Rato.

- Com o Rato? Estranhei.

- Sim, com o Rato. Um tipo fixe. Vais ver. Disse Carapau. Deve estar a sair do trabalho.

Subimos a rua até à marginal. Continuámos por esta respirando a brisa nocturna que soprava do mar. Mesmo antes de passarmos o posto de turismo, veio até junto de nós um indivíduo que aparentava ser um pouco mais velho do que eu e Carapau. Cabelo comprido, calças e blusão de ganga coçada. Devia ser o tal Rato.

- Reunião, logo, à meia-noite. Disse para Carapau, enquanto olhava para todos os lados. No sítio do costume.

E começou a afastar-se. Já a uns bons metros, virou-se para trás e acrescentou para o Carapau: - Leva esse tipo, se quiseres.

O tipo, pelos vistos, era eu.

Continuámos até ao hotel para, como de costume, beber um *Gin* tónico e encontrar os amigos e conhecidos. Pelo caminho aproveitei para tirar “nabos da púcara” e pôr-me ao corrente.

- Mas olha lá, disse para Carapau. Quem vem a ser este “marmelo”? Era o Rato, não era? Mas o que é que o tipo quer? Que tipo esquisito. Saiu de onde?

- Vê lá se queres perguntar mais alguma coisa, respondeu-me Carapau, agastado com tanta pergunta e com o seu papel de mediador. Para mais, como me conhecia perfeitamente, apercebeu-se que o tal Rato não me tinha caído especialmente bem.

- Se não queres responder não respondas, disse-lhe no mesmo tom. Agora uma coisa é certa, não vou a lado nenhum sem saber o que se passa.

Entretanto, chegámos ao hotel. Para além de alguns “retornados” e meia dúzia de turistas espanhóis, estava vazio. Pedimos os Gins e, desta vez, a “coisa” estava melhor para o nosso lado. Como deviam ter já esgotado o velho stock do “Âncora”, havia agora uma marca importada, de Espanha.

Após uns goles iniciais, Carapau começou a história de Rato. Foi longa, tanto mais que a tal reunião se misturou.

Carapau tinha conhecido o Rato em Bruxelas, durante o tempo em que esteve fora. Após o 25 de Abril tinha-lhe perdido o rasto, já que um tinha ido para Lisboa e outro

para a aldeia. Em Outubro do ano anterior tinham-se reencontrado por acaso. O Rato tinha vindo à sede do concelho na comitiva de um partido da extrema-esquerda fazer um comício e, ao que parece por mero acaso, encontraram-se aí num café. Com a conversa e as recordações do exílio, o Rato acabou por ficar uns dias na casa que a família do Carapau ocupava durante o Verão e que, por essa altura, já estava vazia. Durante esse período tinha andado com o Carapau, conhecendo a aldeia e, mesmo, numa incursão que ambos fizeram à Serra, em visita a conhecidos comuns lá de fora que aí se tinham estabelecido e que, entretanto, tinham estreitado relações com o Carapau.

Dois meses mais tarde o Rato apareceu novamente pela aldeia. Andava meio fugido, na clandestinidade por causa do 25 de Novembro. Ficou por ali uns dias e, porque a mãe de Carapau tenha ouvido algo ou porque tenha deduzido, disse que na aldeia tudo se sabia e que ele tinha que ir à sua vida. Carapau acabou por levá-lo para a Serra, por onde ficou uns meses a sachar alhos e a fazer raminhos de plantas aromáticas e medicinais que os amigos estrangeiros iam vender quatro vezes por ano ao seu país.

Ou porque não tinha veia de agricultor, ou porque se fartou da tranquilidade da Serra ou porque entendeu que o perigo estava ultrapassado, há uns meses, Rato desceu ao litoral, arranjou emprego e estabeleceu-se na Aldeia. Segundo Carapau, andava a tratar das coisas e a juntar dinheiro para ir para a Nicarágua, ajudar a Revolução.

Segundo Carapau, durante o tempo que passou na Serra, pelas conversas que teve com os seus hospedeiros e pelos livros a que lançou a mão, tinha mudado bastante - suavizou o antigo estalinismo e abriu-se para novas formas de intervenção política. Aqui, entroncava a famigerada reunião.

Movido pela curiosidade, resolvi assistir. Fomos a casa do Carapau, pegámos em duas canas de pesca artesanais e num balde e dirigimo-nos para a praia. Descemos as escadas de acesso junto ao posto da Guarda-Fiscal e fartámo-nos de andar na areia molhada.

Já passava da meia-noite quando chegámos ao local “habitual”, um anfiteatro de areia, completamente oculto, encravado nas dunas. Ao todo, connosco, estaria uma dúzia de pessoas, todas jovens e quase todas conhecidas.

- Bom, estamos todos. Disse Rato. Vamos a isto.

Rato, sem perguntar nada a ninguém, começou a falar. Quase uma hora e meia. Citou, Lenine, citou Estaline e Mao. Mas também, talvez por as obras estarem frescas na memória, citou Kropotkin, Bakunine e até Durruti.

Entredentes, saiu-me: - só me faltava mais esta, um anarco-estalinista. Carapau lançou-me um olhar assassino. O Rato, definitivamente, tinha um ascendente qualquer sobre ele.

Tinha começado por falar da revolução e das suas belezas. A igualdade, a solidariedade, a justiça. Prosseguiu com a burguesia e o imperialismo, americano e russo. Falou do 25 de Novembro e de como o povo tinha sido derrotado pelos lacaios do capital, pelos militares cripto-fascistas e pelos auto-denominados democratas. Disse que o período revolucionário agudo terminara e que agora, contrariamente à maioria da esquerda folclórica que se amedrontara e se acoitara em casa a tratar da vidinha e a recuperar o tempo perdido, era preciso continuar, com novas formas de luta, mas continuar, persistentemente. Porque, no final, a vitória seria de quem tivesse imaginação.

- Então, mas o que é que fazemos? Perguntou alguém. Isso é tudo muito bonito mas o pessoal já se encolheu todo. Passaram de revolucionários à “a minha política é o trabalho” com a mesma velocidade com que de grandes amigos do Sr. Almirante se tornaram marxistas-leninistas.

- Pomos uma bomba no hotel. Destruímos o turismo, como os tipos da ETA. Disse outro que estava deitado de bruços na areia, a lutar para enrolar um cigarro.

A assembleia desatou a rir.

- Ganha juízo pá. Ouviu-se a várias vozes.

- Vais à mercearia da D. Maria e pedes uma bomba bem aviada, já com rastilho. Disse outro. E até a podes mandar entregar no hotel.

- E depois comias ar. Comentou Carapau.

- Comia mas era o rancho da prisão, disse eu.

- Calma aí pessoal, interrompeu o Rato. Reiniciando o discurso por mais um quarto de hora, desta vez sobre as condições objectivas e subjectivas da Revolução. Seguiu-se um outro, curto, sobre os novos campos de batalha onde a luta se deve desenrolar na Europa: o campo do ambiente e da cultura.

- É pá. Mas se já sabes o que queres fazer, então desembucha. Disse o da bomba, com ar de poucos amigos. E depois logo se vê.

- Muito bem. Replicou Rato. Vamos lutar no campo da cultura. Vamos avançar com um centro cultural, uma coisa dessas, tipo museu, tipo centro de dinamização popular. Vamos lutar no terreno deles, com armas que eles pensam inofensivas, mas com as nossas ideias afiadas e explosivas.

. Um museu! Aqui? Por nós, que somos uns nabos nisso? E para fazer a Revolução? Está tudo doido, rematou o meu companheiro da esquerda.

Rato puxou dos galões do conhecimento e desfiou um rosário de argumentos sobre o que tinha lido dos museus da América Latina, sobre o Chile, a Nicarágua e o México, sobre os museus em França após o Maio de 68. Sobre a identidade, sobre a acção directa e a autoconfiança. Sobre a cultura como arma de intervenção. Sobre a revolução cultural. Sobre Cuba e sobre os ateneus populares em Espanha, antes e durante a guerra civil. Sobre os museus feitos pelo povo, sem peças e sem doutores.

De facto, a estadia na Serra tinha-lhe feito bem. Não pelos alhos, mas pelas ideias novas que lhe puseram na cabeça. Se é que já não as tinha.

Toda a gente ficou meia sem palavras.

Rato olhou para o relógio e disse que já era tarde. Que ia desenvolver a ideia, fazer uns planos e que quem quisesse entrar devia aparecer, à mesma hora, no dia seguinte.

No dia seguinte, na praia, depois de umas conversas preliminares para preparar o terreno, Carapau acabou por perguntar o que tinha achado de todo aquele “preparo” da noite anterior.

- Pensando bem, até acho uma boa ideia. Disse. Depois de toda aquela conversa sobre a revolução e o povo, pensei que o gajo ia propor a tomada da Junta de Freguesia. Afinal não é tão parvo como parecia. Os teus amigos da Serra sempre lhe meteram alguma coisa na cabeça.

- É pá. Mas um museu. Isso não interessa a ninguém. Já bastava quando o pessoal era obrigado a ir a Faro, ao museu distrital, nos dias de grande festa. Objectou Carapau.

- Chama-se museu, mas não tem nada a ver com isso. Não ouviste o que ele disse. Não tem tarecos nem nada. Retorqui, avançando para novos argumentos.

- Além disso, sempre pode por as pessoas a pensar e a fazer qualquer coisa. Eu já tinha ouvido qualquer coisa sobre isso e tu, que estiveste lá fora, até me admira que não. Ahhh. E além disso não é nada de ilegal.

- Bom, lá isso é verdade. Respondeu Carapau. Eu, de facto, ouvi falar de qualquer coisa na Bélgica sobre isso. Um museu mineiro ou coisa que o valha. E ali o pessoal da Serra, em conversa sobre como aquilo está tudo abandonado, também já me falou sobre um museu tipo parque natural. Mas esse pessoal, sabes como é. Porreiros, mas com uma pancada pelas hortaliças e pela bicharada.

- Ainda assim, acho que vale a pena, reafirmei. Se é para fazer a revolução, não faço ideia. Mas isto não tem nada. Nem uma biblioteca, nem um clube, nem um centro cultural. Pelo menos fica com um museu. Sempre lá podem ir ler o jornal.

Enquanto isto, levantou-se um burburinho na praia. Um turista, vermelho que nem um pimentão, estava aos saltos na areia molhada contra a qual batia com o pé. À volta, os basbaques do costume.

- Olha, aquele já foi picado por um peixe-aranha. Isto, este ano, está cheio deles. Disse Carapau.

- É melhor chamar o Cabo de Mar. Sugerir. Os tipos têm umas ampolas que é remédio santo.

- Pois têm, disse Carapau. Não há é Cabo de Mar. Foi afastado a seguir ao 25 de Novembro e ainda não veio outro. E posto médico também não, fechou depois que o Dr. Decilitro morreu.

- Para o turismo não há melhor. Concluí a rir.

Naquela noite, já que íamos à reunião, resolvemos ir mesmo à pesca. Sairíamos assim que Carapau acabasse o turno da noite, aí pelas 10 horas. Eu fiquei de preparar o material e de o levar para o ponto de encontro, a esplanada sob a fortaleza. Carapau, pela sua parte, encarregar-se-ia dos mantimentos necessários

Depois de uma hora de pesca em que, para além do gasto de lula nos anzóis, nada de notável aconteceu, deixámos as canas enterradas na areia e dirigimo-nos para as dunas, em direcção ao local do encontro.

Mais uma vez fomos os últimos a chegar, já que, segundo Rato, estávamos todos. Como baixa, havia a assinalar, somente, o da bomba, possivelmente mais por despeito do que por outra causa qualquer. Rato, abriu o encontro e fez o ponto inicial da situação.

- Então, estamos todos de acordo, disse após a sua intervenção. Avançamos para um museu como forma de luta. Novos caminhos, mas o mesmo objectivo.

Mais convencidos uns, menos outros, todos deram sinais de assentimento. Eu próprio o fiz.

- Nesse caso, há que começar a trabalhar, continuou Rato. Há que formar uma associação, pode ser de defesa do património, não interessa, ir à Câmara Municipal tratar das instalações e começar a recolher umas peças e uns livros para lá pôr dentro. Assim que tivermos esta fase concluída, passamos à seguinte, alargar este núcleo inicial e começar a acção. Dúvidas?

- Olha lá, mas tu não tinhas falado que era uma coisa sem peças? Perguntei. Agora já dizes que temos que arranjar peças. Aonde?

- É pá, alguma coisa temos que lá meter dentro, disse Rato agastado. Senão como é que convences as pessoas e os tipos da Câmara que é um museu? “Sem peças” é uma forma de expressão, quer dizer que não é o nosso objectivo principal. Quanto ao resto, cada um que resolva o problema de onde vêm. Temos é que ter qualquer coisa relativo às várias profissões daqui, algo que estabeleça a ligação entre nós e as pessoas.

- A Câmara? Mas para quê meter esses tipos ao barulho? Perguntou alguém do outro lado da roda.

- Temos que ter um local, e o tempo das ocupações selvagens já lá vai, infelizmente. Esclareceu Rato. Há o antigo mercado que está desactivado, aí entra a Câmara para nos dar luz verde.

E a reunião continuou pela noite fora. Todos os detalhes foram ajustados e uma nova reunião, daí a um mês, foi marcada. Logo que o espaço estivesse disponível, haveria trabalho de limpeza e de construção civil para fazer. Até lá, seria distribuída uma lista de peças para recolher, as quais seriam guardadas, provisoriamente, num armazém que Rato arranjava. Entretanto, íamo-nos encontrando na aldeia, como era costume.

Passados alguns dias, as notícias começaram a chegar, daqui e dali. Dos contactos com a Câmara, que tinham corrido bem e já permitiriam fazer a próxima reunião no velho mercado, mesmo a tempo da sua desocupação pelas velharias que aí estavam guardadas e que uns camiões viriam retirar. E da lista de peças com os respectivos responsáveis, bem como o andamento da mesma.

- O gajo não está bom da cabeça, disse eu ao Carapau quando soubemos a tarefa que nos tinha sido designada. Ao menos podia ter deixado cada um escolher o que lhe era mais fácil. Isto do estalinismo...

- É pá, estás sempre com essa. Retorquiu. A coisa arranja-se. Vamos mas é dar uma volta e ver o ambiente.

E, efectivamente, arranjou-se. Embora só passados largos dias, mesmo na véspera da reunião, aquando da festa da aldeia, que era das poucas ocasiões em que os barcos da pesca local, durante o Verão, não se faziam ao mar. E, mesmo, alguns da pesca

distante, quando se dava o caso do mestre e da maioria da tripulação serem dali. Era o que se passava com a traineira da Casa Varadouro, Portugal Quinto.

A festa decorreu como todos os anos, foguetório logo pela manhã e a procissão de tarde. Nem mesmo o odor oleoso a farturas e o aroma pungente do polvo seco na brasa faltaram. Ao fim da tarde, um pequeno incidente provocou risos e indignações na população que se juntara junto ao recinto de baile: alguém tinha colocado a internacional, interpretada pelo coro do exército vermelho, à mistura com a restante música que era transmitida pelos altifalantes. O padre, esse, ia tendo uma apoplexia.

Após a procissão dos barcos de pesca costeira e do fogo preso que teve lugar na praia, a maioria dos assistentes começou a abandonar o recinto e a dirigir-se para as suas casas. Um bom bocado volvido, Carapau e eu metemo-nos na água e nadámos os cerca de trezentos metros que nos separava da traineira. Era lua cheia, mas as luzes de presença da embarcação guiaram-nos.

Chegados e já no raio de acção do *chap chap* que todos os barcos fundeados fazem com a mínima ondulação, pusemo-nos à escuta de movimento por parte do tripulante que ficou de serviço. Nada. Em caso de ele estar acordado e activo, haveria que esperar e, no pior dos casos, fazer a manobra que tanto eu como Carapau tínhamos efectuado já dezenas de vezes, mergulhar por baixo da quilha e passar para o outro lado. Era impressionante tendo em atenção a dimensão da embarcação, mas não constituía problema, salvo para as costas, se o percurso fosse calculado por defeito. As cracas do casco eram como um raspador de limão.

Nadámos silenciosamente para a ré e, aí, Carapau agarrou-se com os pés e as mãos à proa da chata e retirou a amarração umbilical que a ligava à traineira. Sempre dentro de água, iniciámos o nosso percurso para longe, com a força da deriva e a ajuda dos impulsos natatórios.

A uma distância prudente, prosseguimos a remos até ao destino previamente definido, uma furna na rocha, distante, pequena e não frequentada pelos percursos turísticos. Fundeámos e fizemos o caminho de volta, pelos carreiros da falésia, em fato de banho

e descalços. A partir de agora seria com o Rato, encontrar forma de a transportar e, sobretudo, disfarçar.

Na reunião do dia seguinte, efectuada, não no mercado, mas à porta deste, a grande surpresa foi a ausência de Rato. De resto, já há alguns dias que ninguém lhe tinha posto a vista em cima. Alguém avançou, contudo, que ele devia ter ido a Lisboa.

- Pelo menos podia ter dito alguma coisa. Protestei.

- Se calhar não teve tempo. Retorquiu Carapau que o defendia quase sempre.

- Não me digas que já foi para a Nicarágua. Disse alguém. Talvez o tenham chamado de repente.

A assembleia foi rápida devido às circunstâncias do local. Foi decidido aguardar uns dias até o Rato dar notícias. Em qualquer dos casos, mesmo que já tivesse ido para a Nicarágua ou viesse a ir brevemente, ficou, igualmente, decidido que o projecto deveria avançar. Até por ele, que tinha sido o seu mentor e ia arriscar-se em “cavalarias” revolucionárias muito mais importantes.

Uma semana volvida, Carapau convocou um encontro de urgência. Durante todo o dia da reunião e, mesmo, na véspera, andara com um humor tenebroso e quase desaparecido. Não lhe consegui arrancar nada, mas não augurava nada de agradável.

Carapau, entrou na reunião a matar. Tirou do bolso uma carta, abanou-a à frente de todos e disse:

- O Rato foi para Lisboa. De vez. O pai arranjou-lhe um emprego no tribunal.

Nesse momento o Rato morreu, juntamente com a Nicarágua. E morreu, para muitos, a revolução.

Nesse momento, morreu, para todos, o Museu.

I

O Sr. Chicharro assomou à porta e marcou a partida para daí a 10 minutos. Assomar à porta, tem que se dizer, era uma força de expressão já que as únicas partes do corpo visíveis foram uma mão e a cabeça.

Enquanto esperávamos, Carapau e eu resolvemos subir à fortaleza. Na praia, já se movimentavam os pescadores que tinham chegado da faina nocturna. Uns, passando as redes e desemaranhando os peixes, os búzios e as algas que tinham ficado mais presos, outros, puxando pelo areal caixas cheias de peixe até um círculo de gente onde se destacava o pregoeiro. Fora da zona de rebentação das ondas, três barcos esperavam a sua vez de correrem para terra e, aí, serem puxados através das traves de madeira ensebada para a areia seca.

De turistas, àquela hora tão precoce, nem um sinal. As barracas continuavam fechadas, em simetria perfeita. Pelas fiadas, uma banheiro arrastava um ancinho de onde, tempos a tempos, retirava o que os banhistas iam deixando por lá ficar – umas cascas de melancia, maços de cigarros, sacos das batatas fritas e, quem sabe, um fio de ouro ou uma moedas.

Quando descemos, já o Sr. Chicharro estava à esquina da rua, olhando de um lado para o outro com um ar comprometido. O caso, de facto, não era para menos.

- Ó Sr. Chicharro, disse eu, com essa gabardina está a adivinhar chuva.

- Qual chuva, rapaz. Com esta nortada. Respondeu o Sr. Chicharro, encaminhando-se para a taberna pelo dédalo de ruas estreitas.

Cá fora, à porta, ouvimos o taberneiro rir-se e dizer qualquer coisa não compreensível.

- E o compadre queria que eu andasse por aí nesta figura triste. Respondeu, de saída, o Sr. Chicharro.

Quando chegámos ao largo, no meio de uma chusma de gente, avultavam três camionetas verdes, da EVA, ainda mais velhas do que as do costume. Os condutores, fardados de cinzento, tentavam por ordem e encaminhar as pessoas. Dirigimo-nos

para uma delas e, uma vez que a porta não tinha manípulo, a confusão era aí ainda maior, com dois ou três rapazolas a tentar forçar a entrada.

- Calma aí pessoal, disse o condutor. O material não é para dar o cabo. Puxou de um ferro em cruz, introduziu no buraco do manípulo ausente e abriu a porta. A turba invadiu o “material”.

Depois de uma viagem de mais de uma hora e meia, é certo que com algumas paragens para vomitar, cansados – nós e a camioneta – chegámos à cidade.

- Isto manda mais gás cá para dentro do que para o escape. Disse o Sr. Chicharro antes de cuspir para o chão. Que peças de museu!

Estávamos na estação rodoviária. O movimento de veículos era intenso, algo que, tendo em atenção a ocasião – o dia da Cidade – não era de estranhar. À saída, estabelecemos as combinações para a jornada, já que o Sr. Chicharro tinha obrigações às quais nós éramos alheios.

Tratava-se de comemorar a elevação da capital de distrito a cidade, mas, mais do que isso, nesse ano, a data tinha sido aproveitada para efectuar uma grande celebração do regime. As entidades e as personalidades do distrito e, mesmo, algumas nacionais, estariam presentes. As corporações representativas do distrito, igualmente.

Foi assim que os pescadores da Casa Varadouro foram convocados para a cerimónia principal e, foi assim igualmente, que lhes foi concedido transporte gratuito dos locais de residência para a Cidade. Transporte à razão do número de pessoas de cada núcleo familiar, porque a família, embora em condições a roçar a miséria generalizada, era um dos pilares do regime e a célula dos valores cristãos.

Como a mãe de Carapau nem quis ouvir falar em tal coisa, o Sr. Chicharro, através das influências de Carapau, tinha-me convidado para preencher o lugar disponível na requisição de transporte. Para nós, era uma oportunidade de quebrar a rotina daquele Verão interminável e, sobretudo, como dizia Carapau, ir ver as montras e os discos novos expostos nas casas de electrodomésticos que se sucediam na rua do comércio.

E, tendo-nos separado do Sr. Chicharro, assim fizemos. É certo que o comércio, à excepção das casas de comidas e bebidas, estava encerrado, mas, para nós, com um pecúlio mais do que magro, era indiferente. Consumia-se com os olhos.

Nesse ano, a grande novidade eram os gira-discos portáteis, uns mais convencionais e outros, que nos faziam colar os narizes aos vidros, de leitura vertical. Possuíam uma ranhura no topo, por debaixo da pega, onde se introduziam os *singles* e os EP. Um espanto, com um preço, igualmente, espantoso. Espalhados pelo meio dos aparelhos, em disposições artisticamente calculadas, os discos desse Verão, com predominância para o *single* “San Francisco”, de Scott McKenzie.

- As montras são todas iguais e este gajo das flores também já enjoa. Lá em casa não se ouve outra coisa, parece que os tipos da aparelhagem sonora, na praia, só têm um disco. Resmungou Carapau. Queria era ver os LP, mas esses não estão expostos.

- Sempre é melhor que a do ano passado, retorqui. Aquela da “Namoradinha de um amigo meu” já não se podia ouvir.

- Caramba. Anuiu Carapau.

Vagueando pelas ruas, o tempo foi passando. À hora de almoço comemos, num café junto ao Teatro, uma sandes de fiambre acompanhadas dos respectivos refrigerantes, uma “Laranjina C” e uma “Canada Dry”, os quais, no conjunto, pareciam o “Bucha e Estica”.

Lentamente, fomos encaminhando para o local da cerimónia, no largo fronteiro à Sé e ao museu distrital. À medida que nos aproximávamos engrossavam as gentes e aumentava o tinir dos metais e o soar dos instrumentos de percussão e de sopro. O sol cortava a prumo.

No palanque revestido de verde já se encontravam os notáveis, os quais, segundo as hierarquias, faziam mesuras mútuas. No centro das atenções alvejava o almirante, dono e senhor das pescarias nacionais e de tudo o mais que, de uma forma ou de outra, tinha que ver com água salgada. Cá em baixo, entre o palanque e os assistentes paisanos, formavam, em grupos quadriculados, as forças arrebanhadas pelo regime. A

Legião Portuguesa em tons de verde, a Brigada Naval de azul e os alunos da Escola de Pesca em padrão avermelhado. Ausente, a Mocidade Portuguesa, já que as férias escolares não se compadeciam com cerimónias em Setembro. Entre os de azul, com cara de caso, lá estava o Sr. Chicharro.

- Que seca que o teu pai leva hoje, disse eu para Carapau.
- O que é que queres, respondeu ele, quem anda nas traineiras já sabe o que o espera. Sem estas palhaçadas, não há emprego. E então lá, na Casa Varadouro.
- Mas como é que controlam isso, perguntei eu.
- Como? Pelos bufos e pelas cédulas de pescador. Não percebes nada disto. Rematou Carapau.

Começou a cerimónia. Discursou o presidente da Câmara Municipal. Discursou o presidente da Junta Central das Casas dos Pescadores, tentou discursar, mas de facto emitiu uns sons incompreensíveis e uns vivas a este e aquele, o presidente do Sindicato Nacional dos Pescadores, discursou um comissário da Legião e, finalmente, tomou a palavra o Sr. Almirante que, numa voz recortada e mimética, aumentou o tédio da assistência para níveis quase insuportáveis.

Quando a inquietude da assembleia já denunciava o agrado pelo fim à vista, para desespero da maioria, dois acólitos carregaram um altar de campanha e o bispo de serviço preparou-se para a sua função. A missa ia começar. Aí, achei que era demais para um dia só. Fiz sinal ao Carapau e recuámos em direcção à porta do museu municipal que, por milagre, estava aberta e nos acolheu.

- Mal por mal, vamos a isto. Deixa lá ver o que é que eles têm aqui no museu. Disse eu.

Carapau concordou. Empurrámos o guarda-vento e entrámos.

Lá dentro, uma atmosfera escura, pesada e fresca sublinhava a entrada num espaço solene. Um odor a uma mistura de pó e cera pairava no ar insinuando a dúvida que todos os espaços pouco frequentados, mas minimamente cuidados, sempre levantam quanto à primazia entre a poeira e o esfregão. Na entrada e nas salas iniciais nem

vivalma, o museu estava por sua conta e, decerto, por conta dos poderes milagrosos da cerimónia religiosa a que os funcionários assistiam. Na parede, num enorme cartaz, podia ler-se: “É expressamente proibido mexer nas peças”.

Entranhámo-nos no museu acompanhados pelo ranger do tabuado e pelo abanar das vitrinas, cheias de peças e documentos, decerto valiosos, mas completamente desinteressantes. Sucederam-se bifaces, raspadores e pontas de flechas. Cerâmica árabe, incunábulo e forais. As condecorações deste e daquele general, tão importante quanto desconhecido. Óculos e leques de notáveis locais. Um estilhaço, uma granada e uma tabuleta de trincheira no gótico que encantava os alemães. Fardas, fotografias, pentes, relicários, aparadores, cestos, jarras, crucifixos, caixas de rapé, colchas, selos, búzios e mais um mar de coisas.

Da pesca, modelos de barcos à escala, dioramas das artes e das armações de atum e manequins com trajes de pescadores, trajes de trabalho e trajes domingueiros, desta e doutra e mais outra localidade.

Do presente, do real, do esforço, das expectativas e dos anseios das pessoas, nada. A vida acabava lá fora, entráramos na tumba da memória.

Carapau, que há largo tempo se arrastava pelo meio das salas, ao chegar à secção “arados”, bateu-me nas costas e disse:

- Isto parece a caverna do Ali-Bábá, com ladrões e tudo. Mas ladrões por ladrões, prefiro os que estão lá fora, pelo menos esses não são fantasmas, estão vivos.

Cá fora, ofuscados pela luminosidade, um sopro de vida invadiu-nos. A multidão já debandava e o Sr. Chicharro, novamente de gabardina, esticava a cabeça procurando-nos.

- Então? Que tal? Perguntou.

Olhámos um para o outro e Carapau respondeu: - as montras estão fracas.

4.4.2 – Os museus em Portugal, quantidade e evolução

Antes de entrarmos na substância deste ponto, importa tecer um conjunto de observações cautelares que são relevantes não só para a compreensão da estrutura que o enforma, mas também – e sobretudo – para entender a racionalidade de algumas das observações que são efectuadas.

Dentro do primeiro aspecto mencionado, destacamos:

- a) A partir de 1990, o universo estatístico nacional passa a repousar em novas unidades territoriais – as NUT – abandonando, progressivamente, os distritos enquanto patamar intermédio entre o nível nacional e o local. Deste modo, uma vez que estes deram lugar às NUT II e que estas não estabelecem correspondência directa com os primeiros, as séries estatísticas, de 1950 a 2005, não são possíveis de efectuar.
- b) De 1950 ao presente, o panorama museológico nacional sofreu grandes alterações, quer em quantidade, quer em diversificação. Como tal, não é de estranhar que os critérios estatísticos tenham, em conformidade, sofrido mudanças, facto que, como é entendível, introduz importantes perturbações na coerência diacrónica da informação relativa aos museus. Acresce, ainda, que a alteração dos critérios ao longo do tempo não foi acompanhada pelas necessárias explicações em local acessível à pesquisa efectuada bastantes décadas depois.
- c) Por outro lado, verifica-se, igualmente, uma grande variabilidade ao longo do tempo nas dimensões analíticas privilegiadas, bem como nas modalidades em que as diversas variáveis museológicas são agrupadas. Este facto, mais uma vez, dificulta análises de cadeias temporais longas (p. e. no caso da classificação tipológica dos museus).
- d) Finalmente, mesmo o entendimento sincrónico das instituições que fazem parte do grande conjunto “Museus” não é transversal a todas as instituições que compilam e divulgam informação sobre a realidade museológica. Este facto, aliado, eventualmente, a metodologias diferenciadas no que diz respeito

à recolha de informação, leva a disparidades numéricas muitíssimo significativas, o que introduz, ainda mais, “ruído” e dificuldades no domínio das análises transversais. A título de exemplo e tomando o ano de 2000, basta referir que o INE, nas Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, dá conta da existência de 201 museus, enquanto o Observatório das Actividades Culturais, na sua publicação “O Panorama Museológico em Portugal, 2000-2003”, refere 491 (533 para o mesmo ano em publicação posterior¹⁹⁵).

Neste quadro de dificuldades, há, pois, que encontrar troços caminháveis, que permitam as análises evolutivas e comparativas susceptíveis de nos revelarem as grandes tendências museológicas experimentadas no País. Contudo, é de referir, que em muitos casos será necessário “saltar” de um troço para outro, com todas as implicações na consistência da informação que apresentaremos e com a transferibilidade da mesma para outros contextos.

Relativamente ao segundo aspecto levantado no início deste ponto gostaríamos de referir o seguinte:

- a) Não é nosso objectivo principal efectuar a história recente da museologia portuguesa e, muito menos, elaborar um texto tipo “mapas e números dos museus”. Ainda assim, pensamos ser relevante, dentro do contexto deste trabalho e como contraponto ao que já efectuámos para o turismo nacional, captar o essencial dos processos evolutivos ocorridos no universo em causa, seja na vertente quantitativa, seja na qualitativa.
- b) Por outro lado, sabemos que as ligações entre os modelos de desenvolvimento, económico e global, que nos têm servido de referência neste trabalho e os museus e a museologia portuguesa, não são totalmente claras e lineares. Como já referimos, nem os museus foram, durante décadas, perspectivados na óptica do desenvolvimento dos territórios, nem o percurso político e social do País na segunda metade do Século XX foi isenta de originalidades. Ainda assim, o

¹⁹⁵ Neves, José e Santos, Jorge (2006), Os Museus em Portugal no Período 2000-2005: Dinâmicas e Tendências, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais (texto em www.oac.pt).

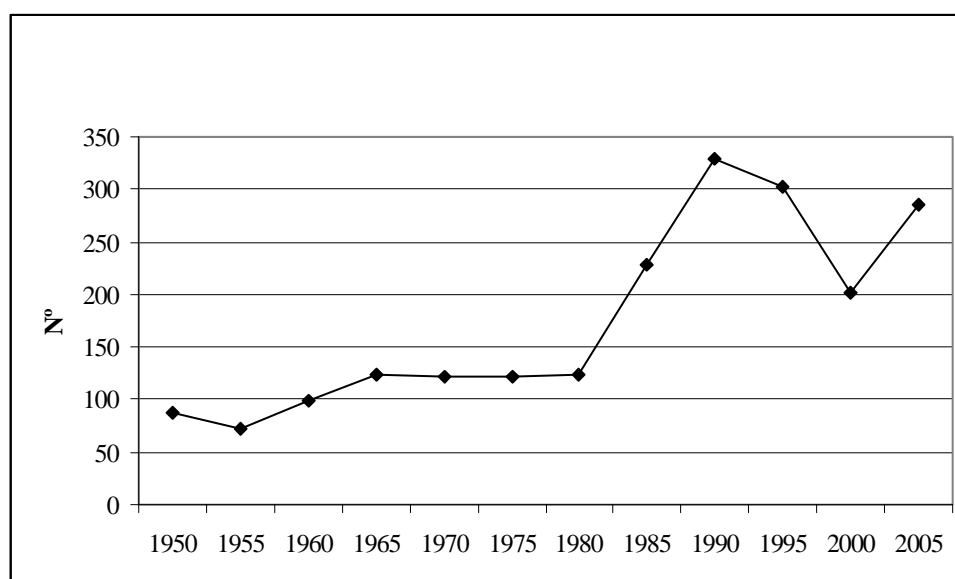
lançamento de pontes entre estes dois domínios – museus e desenvolvimento – continua a ser o nosso objectivo principal, pelo que o discurso expositivo sobre os museus portugueses deverá ser encarado neste contexto específico.

- c) Finalmente, importa igualmente referir que fomos protagonistas directos nalgumas dimensões particulares do percurso museológico nacional após 1985. Não dizemos isto como abono de qualquer espécie, mas, antes pelo contrário, como justificação para eventuais subjectividades, as quais, embora de evitar em trabalhos desta natureza, são virtualmente impossíveis de extirpar completamente. Assim, assumimos que temos uma perspectiva particular sobre esta matéria, que, embora eventualmente diferente do *mainstream*, não consideramos nem mais certa e nem mais válida do que as demais. É, tão somente, a óptica que as circunstâncias de “museólogo” amador num pequeno, mas diferente pelo seu experimentalismo, museu local proporcionaram.

Segundo as estatísticas disponíveis, em 1950 haveria em Portugal cerca de 88 museus, sessenta por cento dos quais concentrados em três distritos, Lisboa (35), Porto (11) e Coimbra (7). Curiosamente, para além do que os números nos indicam relativamente às disparidades do território em matéria de museus, a ligação daqueles a uma função educativa sobressai de imediato. Não será, decerto, por acaso que os mesmos distritos resumiam, no virar do século, o panorama universitário nacional.

No mesmo ano de 1950, os 88 museus de que o INE nos dá conta, originaram um quantitativo de 442 mil visitas, repartidas de forma ainda mais desigual pelo território: Lisboa, 57,6% das visitas; Porto, 3,8%; Évora, 3,5%. Este último caso é interessante, uma vez que embora Évora só possuísse então três museus, os mesmos conseguiam mobilizar mais visitantes que os de Coimbra. Para tal não será despicienda a própria visibilidade da cidade enquanto referência patrimonial – e turística – incontornável, bem como o facto do Museu de Évora albergar uma colecção de pintura herdada de um dos gabinetes eclesiásticos mais reputados, o de Frei Manuel do Cenáculo.

Figura 46 – Portugal, número de museus



Fonte: Estatísticas da Educação, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, INE

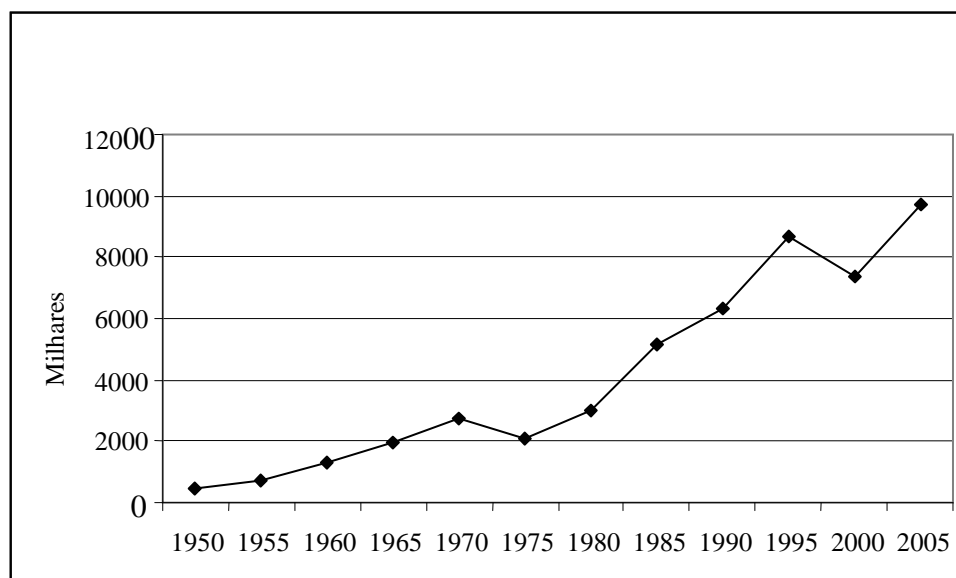
No domínio da evolução registada durante os 55 anos posteriores, pese embora os problemas para os quais já chamámos a atenção, mesmo que em termos indicativos, é possível detectar um aumento importante no número de instituições museológicas.

Tomando em conta, agora, os quantitativos referentes aos visitantes, encontramos uma tendência paralela no sentido do seu incremento progressivo ao longo do vector tempo, facto que, de resto, seria de esperar tendo em atenção, não só que existe uma relação entre a presença de instituições e as visitas (já que sem oferta não há procura), mas também porque, como vimos, os fluxos turísticos para o nosso país foram engrossando, em concomitância com uma apetência maior por parte da população portuguesa para frequentar os museus devido, entre outros aspectos:

- a) Ao alargamento dos níveis de escolaridade.
- b) À dessacralização da instituição “Museu” e à melhoria da sua imagem junto das populações.
- c) À diversificação dos museus e dos serviços por eles prestados.

d) Às visitas escolares e ao seu efeito de arrastamento.

Figura 47 – Portugal, Número de visitantes dos museus



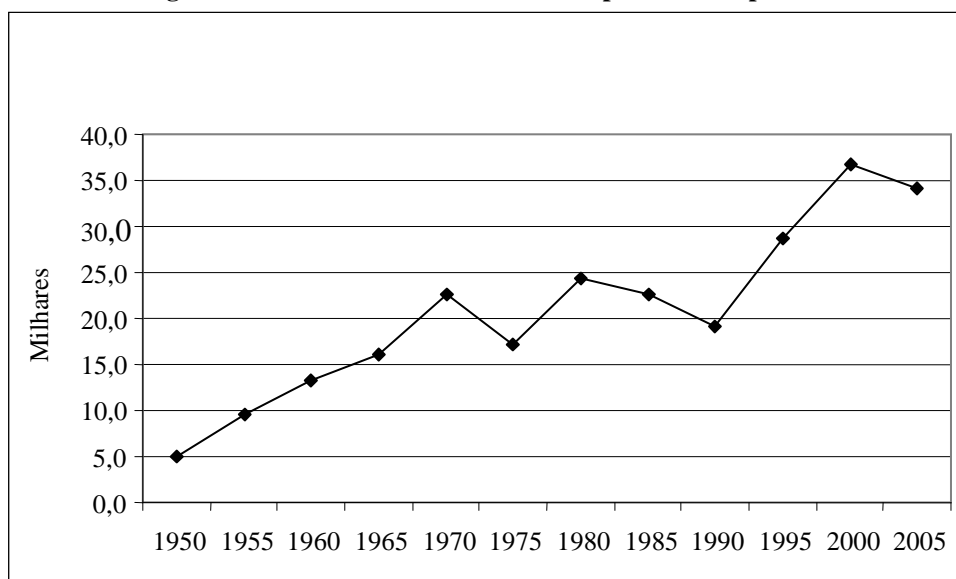
Fonte: Estatísticas da Educação, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, INE

Uma leitura um pouco mais detalhada do gráfico que expressa a evolução anual dos visitantes nos museus portugueses, permite detectar duas quebras na tendência ascendente: uma, registada em 1975, que não estranha, já que esse ano se saldou por uma diminuição significativa das entradas de visitantes internacionais e por, no campo dos cidadãos nacionais, se verificar uma focalização das atenções gerais na situação política do País; outra, verificada em 2000, para a qual não encontramos outra explicação do que variações metrológicas.

Uma vez que, como já se referiu, o número de instituições existentes estimula, só por si, o volume da procura, parece-nos interessante relacionar a massa de visitantes com esse aspecto tendo em vista perceber o seu peso no acréscimo experimentado pelos visitantes dos museus nacionais.

Ora, o que se pode concluir é que, ao longo do tempo, não só há mais museus como – e isso é fundamental – estes atraem um número médio de visitantes mais elevado, facto que nos transporta para outros vectores explicativos, em parte já aludidos.

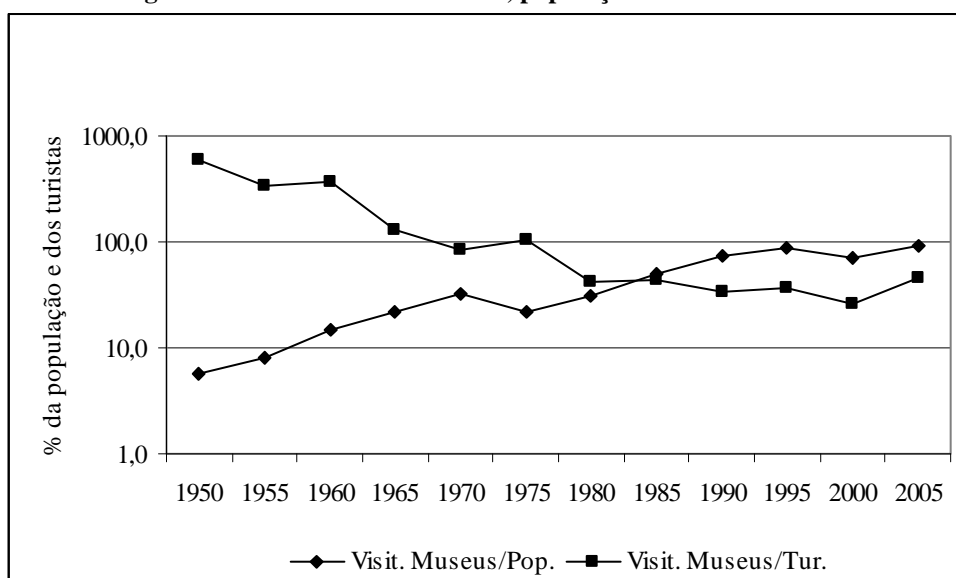
Figura 48 – Número médio de visitantes por museu e por ano



Fonte: Estatísticas da Educação, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, INE

Contudo, como a figura seguinte ilustra, se a relação entre os visitantes e a população residente portuguesa é favorável, já o mesmo não se passa com o turismo, já que o crescimento dos turistas é muito mais explosivo do que o dos visitantes dos museus.

Figura 49 – Visitantes dos museus, população residente e turistas



Fonte: Estatísticas da Educação, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, INE

Ainda para o ano inicial da nossa série estatística, 1950, a análise da estrutura dos museus portugueses revela que, para além dos museus mistos (40,4% do total de museus), os segmentos mais significativos eram os de história, arqueologia e etnologia (20,2%) e os de belas artes e artes aplicadas (19,3%). Esta distribuição ilustra bem as apostas que foram efectuadas pelos diversos poderes, sobretudo pelo Estado Novo, na divulgação e fixação dos valores tradicionais ligados à ruralidade e na exaltação do passado histórico do País. A arte, nomeadamente a arte erudita nacional e, em menor escala, a internacional, é outra vertente privilegiada, patenteando a dimensão educadora – mas também, no caso das colecções nacionais, exaltadora do passado do País - que, igualmente, era conferida aos museus.

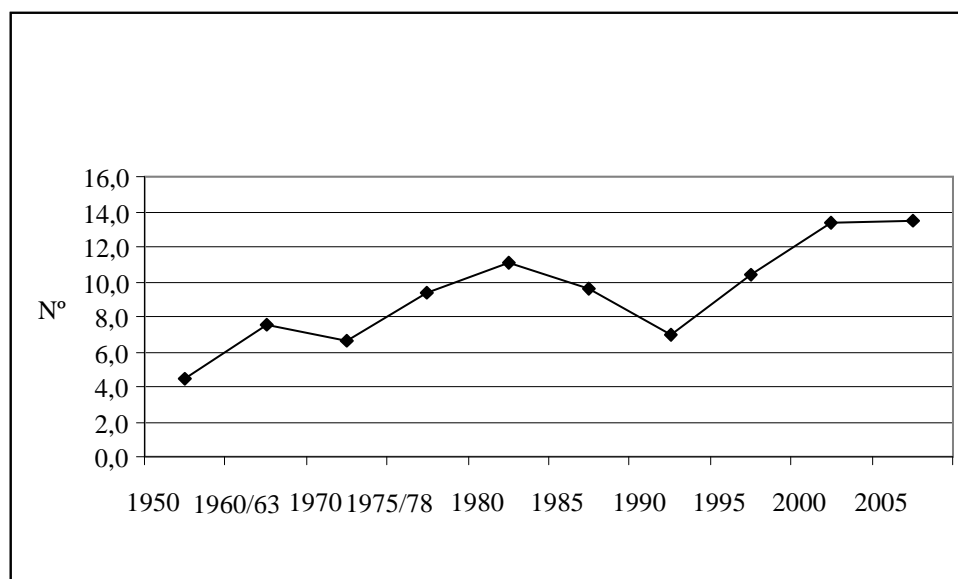
É de referir o peso bastante inferior que os museus científicos então detinham (11,0%), traduzindo não só a realidade de um país pouco industrializado (e a debilidade que a influência museológica inglesa em Portugal), mas também o corte efectuado pelo Estado Novo com o esforço desenvolvido nesta matéria pela monarquia durante a segunda metade do Século XIX e pela República durante as primeiras décadas do século seguinte. Curiosamente, a estrutura que descrevemos antes, vai-se manter, com pequenas oscilações percentuais, até 2005, ano em que, segundo os dados do INE por nós trabalhados no sentido de permitir alguma coerência retrospectiva, os museus de história, etnografia e etnologia representam cerca de 28% do total dos museus (belas artes e artes aplicadas 21,8% e os museus de ciências 10,7%). Aqui, claramente, pesará a explosão dos museus locais, os quais, à falta de melhor arrumação tipológica, foram engrossar o tipo de museus mistos e, sobretudo, os do leque história/antropologia/etnologia.

No que diz respeito ao pessoal ao serviço nos museus, a distribuição temporal dos números absolutos revela aquilo que seria de esperar encontrar, isto é, que mais museus implicariam mais profissionais envolvidos nos mesmos. Este facto, de resto, é confirmado quando verificamos que a maioria dos profissionais, tal como os museus, estão sedeados em Lisboa, Porto e Coimbra. Note-se, ainda, que só o distrito e

posteriormente a região de Lisboa e Vale do Tejo, concentram uma média de 60% de todos o capital humano dos museus.

Quando cruzamos os profissionais ao serviço com o número de museus existentes ao longo dos anos, registamos que a dimensão média dos museus, em termos de pessoal ao serviço, apresentou uma tendência crescente o que, embora paradoxal tendo em conta a proliferação durante as últimas décadas de museus locais com baixo orçamento, nos dá conta, não só da multiplicação das funções que os museus assumem para além da vertente expositiva em sentido restrito, mas também da influência exercida pelas autarquias no financiamento e na composição do quadro de pessoal destas instituições museológicas locais.

Figura 50 – Dimensão média dos museus, pessoal ao serviço



Fonte: Estatísticas da Educação, Anuário Estatístico de Portugal e Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, INE

É interessante, contudo, verificar que no relacionamento humano nos museus nacionais se verifica, quando cruzamos pessoal ao serviço com visitantes, uma dinâmica inversa à anteriormente registada, isto é, um crescendo do número de visitantes por profissional ao serviço. Na verdade, só para dar alguns exemplos ao longo da série temporal, enquanto em 1950 tínhamos 1122 visitantes por funcionário, 312

em 1980 já temos 2195 e em 2000 esse número ascende aos 2746. O crescendo da afluência de público aos museus não foi, pois, acompanhado pela incorporação proporcional de pessoal, o que, até certo ponto e numa óptica porventura parcial do problema, pode ser justificado pelos efeitos da aplicação das novas tecnologias à comunicação e à segurança.

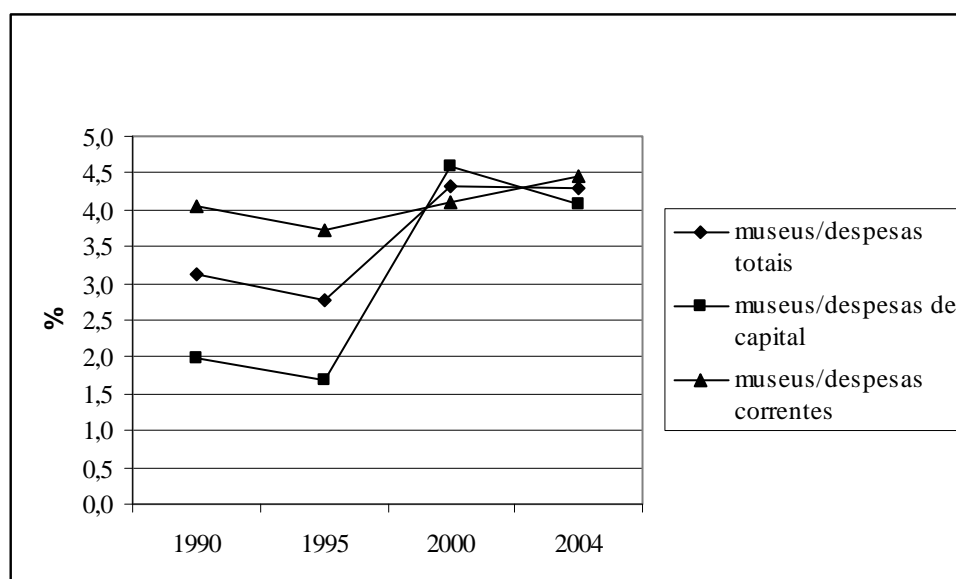
Existem alguns outros aspectos que consideramos relevantes mas para os quais, devido à variabilidade dos critérios estatísticos aplicados aos museus durante os últimos 55 anos, temos somente segmentos temporais limitados. Ainda assim, deles daremos conta a título ilustrativo.

Globalmente, tem-se verificado um aumento em importância relativa do número dos “outros museus públicos” (administração regional e local, universidades, empresas públicas, colectividades de utilidade pública e organismos desconcentrados da administração pública) e dos museus privados (visando, ou não o lucro) sobre os museus nacionais. Num corte instantâneo e só para dar uma ideia das grandezas a que nos estamos a referir, em 1990, os museus nacionais representavam 16,7% do número total, os “outros públicos” 72,1% e os privados 11,2%. Contudo, quando transportamos estas percentagens para o domínio dos visitantes, embora a mesma tendência de dinâmica geral se mantenha, o significado de cada segmento considerado varia fortemente. Para o mesmo ano de 1990, os museus nacionais mobilizaram 58,7% das visitas, os “outros públicos” 33,8% e os privados 7,5%. A atractividade dos grandes museus nacionais, especialmente no domínio dos turistas e das escolas (cujos grupos, no caso destas últimas, representam uma média de cerca de 20% dos visitantes contabilizados desde 1995), aliada à natureza da intervenção menos virada para a visita no sentido tradicional do termo (fazer girar o torniquete) dos museus locais poderão introduzir alguns elementos explicativos.

Uma das tendências mais consensualizadas no domínio da museologia portuguesa prende-se com o peso crescente que o poder autárquico, após o 25 de Abril, tomou no campo da criação e manutenção de estruturas museológicas de base local, tenha sido por uma questão de afirmação das estratégias culturais municipais, ou pela

necessidade de estabelecer pontes com as populações locais menos integradas, ou, ainda, como forma de dignificar/prestigiari os municípios e a própria gestão autárquica, com objectivos ligados ao desenvolvimento económico, mas principalmente com fins de afirmação política. Contudo, quando passamos para o domínio do investimento autárquico no campo dos museus, fazendo fé nos valores disponíveis (1990/2004), verificamos que aqueles são de pequena monta, cifrando-se em redor de um valor médio anual de 3,6% da despesa total das câmaras municipais. Neste valor, é, contudo, de referir que um pouco mais de metade se reporta a despesas correntes, dando-nos conta, portanto, que o investimento em novos museus e na melhoria dos já existentes, tem um significado relativo modesto.

Figura 51 – Museus e despesa autárquica



Fonte: Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, INE

Atendendo aos últimos valores disponíveis, interessa sublinhar o destaque que o Algarve detém no investimento municipal em museus, muito especialmente na vertente das despesas de capital (10,4% das despesas de capital totais dos municípios algarvios, contra a média nacional de 4,1%), facto que nos pode conduzir a pensar na existência de um esforço em curso para alterar o padrão actual do turismo na região,

ainda baseado, em grande medida, num “Sol e Mar” pouco densificado com módulos acopláveis nas vertentes culturais e naturais.

Salvo este aspecto, pese embora pequenas oscilações que séries temporais longas sempre originam, o panorama museológico nacional durante os últimos 55 anos foi dominado por uma macrocefalia em torno de Lisboa e, em menor grau, o Porto e Coimbra.

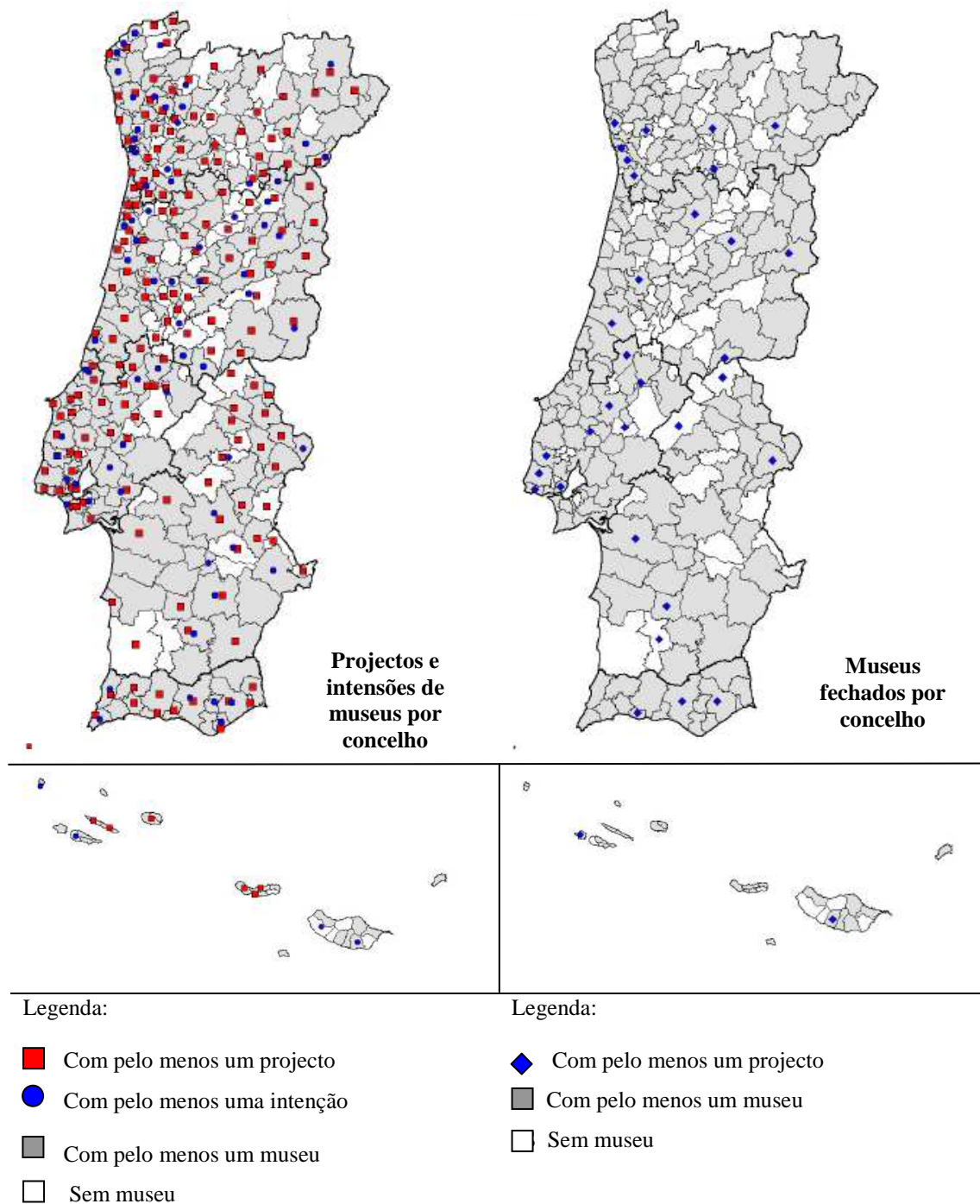
Tal como já referimos anteriormente, existe uma discrepância significativa entre os dados relativos aos museus publicados pelo INE e os que o Observatório das Actividades Culturais utiliza, tendo por fonte a base de dados “Museus”¹⁹⁶. Independentemente de pensarmos que existe uma tendência para a convergência entre as duas fontes – já que o INE é um dos participantes no protocolo que levou à constituição de referida BD – haveria que optar por uma das fontes como suporte à análise instantânea de 2005 que pretendemos efectuar em seguida. Por uma questão de abrangência do universo e por entendermos que os dados do Observatório estão mais próximos e dão melhor conta da realidade dos museus locais, serão estes últimos os utilizados. Chamamos, desde já, a atenção para o corte interpretativo retrospectivo que isso implicará.

Em 2005, existiam registados na Base de Dados “Museus” 1018 museus¹⁹⁷ em funcionamento, 326 em projecto, 93 em intenção e 39 fechados. Importa, desde logo, sublinhar a vitalidade que os museus portugueses continuam a ter e o interesse que despertam nos investidores públicos e privados, já que, para um universo de pouco mais de mil actuais, se registam 419 em carteira, na sua maioria com origem na administração local (cerca de 60%).

¹⁹⁶ Decorrente de um protocolo estabelecido em 2000 pelo Instituto Português de Museus, o Observatório das Actividades Culturais e o Instituto Nacional de Estatística.

¹⁹⁷ Todos os dados estatísticos, salvo referência em contrário, reportam-se ao ano de 2005 e têm como fonte Neves e Santos (2006).

Figura 52 – Museus e território



Fonte: Extraído, com reformatações, de Neves e Santos (2006).

É, contudo, de ter em linha de conta que dos 920 abertos ao público, cerca de 32% só o fazem esporadicamente, aquando de visitas programadas ou ocasiões especiais. Aqui, em nosso entender, emerge logo um dos problemas capitais do processo de expansão verificado recentemente pelos museus locais: os investimentos em infra-estruturas surgiram, apoiados pelos fundos europeus, mas os investimentos para a manutenção, nomeadamente no capital humano escassearam, no domínio da formação, ou, mesmo, na composição da massa crítica necessária para a abertura em regime permanente. Neste particular, discordamos parcialmente da interpretação efectuada por Neves e Santos¹⁹⁸ (2006: 9), os quais referem que “No essencial, não se trata (...) de indícios de crise, mas sim de opções de gestão que visam racionalizar o funcionamento de algumas unidades mais deficitárias”.

A distribuição territorial destas intenções acompanham o mapa do desenvolvimento do País, isto é, possuem uma tendência para a litoralização, da Península de Setúbal até à raia Nortenha e no Algarve.

Um dado igualmente interessante prende-se com o peso dos museus polinucleados no cômputo geral daqueles que se encontram em funcionamento (14%) e nos que existem em projecto (7,1%). Embora não constituindo percentagens esmagadoras, trata-se de valores que dão conta de alguma penetração, em Portugal, do conceito de museu com várias antenas territoriais, conceito esse que, em grande medida, foi divulgado pela ecomuseologia e pela nova museologia.

A análise dos museus segundo as tutelas confirma, em grande medida, o que avançámos anteriormente nesta matéria, ou seja a afirmação da administração local (40,9% do total dos museus) e dos privados (38,5%) como as entidades tutelares por excelência. Seguem-se-lhes a administração central (16,7%) e, de acordo com o significado do nível regional no País, a administração regional (3,9%). Lançando pontes com os valores que tivemos oportunidade de dar conta no nosso relance retrospectivo, as percentagens anteriores significam uma dinâmica de afirmação do local e do privado no mundo dos museus nacionais.

¹⁹⁸ Técnicos superiores do Observatório das Actividades Culturais.

Na verdade, relativamente à administração local enquanto nível tutelar, avultam, com esmagador relevo, as Câmaras Municipais (88,9% dos museus da administração local), facto que está de acordo, não só com o relevo que os municípios detêm no panorama administrativo, político e social do País, mas também com os desígnios e as funções que estes associam aos museus enquanto veículos e instrumentos de comunicação e de acção. Acresce, por outro lado, que no plano financeiro, são as autarquias que dispõem do essencial das verbas aplicáveis aos museus descentralizados e as que, por deterem uma máquina montada e bem oleada, com maior facilidade acedem aos programas regionais ou regionalizados dos fundos estruturais e aos programas de intervenção comunitária.

No que diz respeito aos museus de tutela privada, cerca de três quartos manifestam fins não lucrativos. Nestes, destacam-se as associações (37%), as fundações (16,8%) e a Igreja (15,1%), embora esta última a perder importância ao longo dos anos. Estes quantitativos estão de acordo com a importância crescente do Terceiro Sector no País, nomeadamente na sua vertente de defesa dos valores patrimoniais e naturais locais. Um outro aspecto que merece ser sublinhado, agora no domínio dos museus dependentes de instituições que visam o lucro: o peso relativo e crescente das empresas privadas (14,7%). Nesta categoria, mais do que empresas privadas que exploram museus - de resto, fora da definição, restritiva neste particular, de museu do ICOM – deverão tratar-se de museus de empresas, as quais utilizam o prestígio que a “Instituição Museu” ainda detém na sociedade, para se promoverem e dignificarem, junto do grande e pequeno público, enquanto instituições que incorporam responsabilidades culturais e sociais.

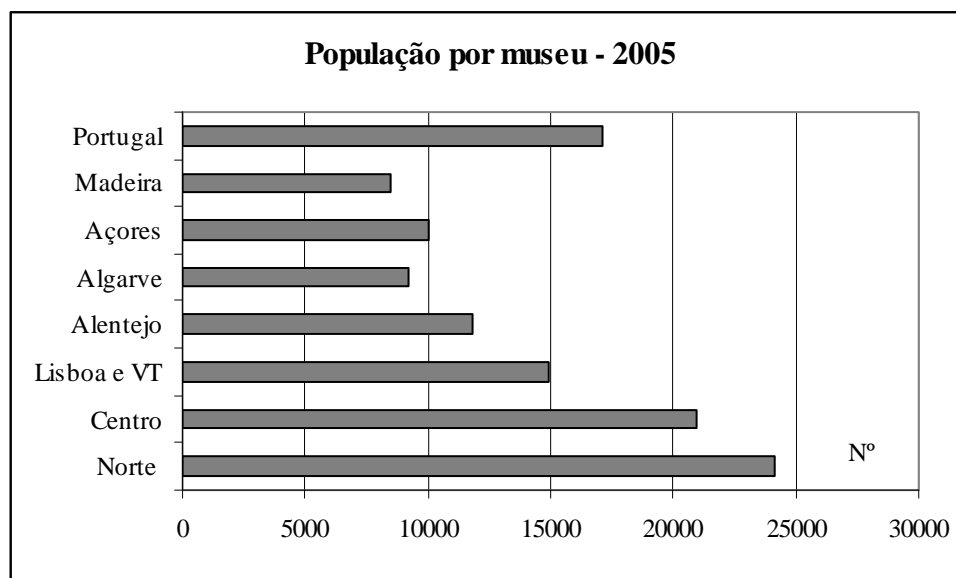
O tipo predominante dos museus portugueses em 2005 não sofreu alterações de monta ao que anteriormente se detectou. Assim, são os museus de Arte (20,6% do total) e de Etnografia e Antropologia (19,3%) os mais quantiosos. Há, contudo, de assinalar dois outros tipos, mistos e pluridisciplinares (14,9%) e os especializados (10,7%). Globalmente, há que referir a continuação da escassez numérica dos museus de ciências e tecnologias, algo que, vindo do passado, não deixa de marcar alguma continuidade na vocação humanista e tradicionalista dos museus nacionais, ainda

distanciados, de alguma forma, da vertente mais prática e aplicada que caracteriza o modelo museológico anglo-saxónico. É certo, no entanto, que deve ser tomado em linha de conta que aqueles números relativos às artes e etnografia/etnologia deverão incorporar dois processos constitutivos diferentes, mas convergentes: o que advém da tradição museológica centralizada, muito associada à educação pelas artes e à divulgação dos valores originais da nação, e o que surge através da construção museológica descentralizada, repousando esta na memorização ou reconstrução do passado local, como forma de entender o presente e construir o futuro.

Como seria de esperar tendo em conta o processo explosivo de crescimento dos museus portugueses, verifica-se que a maioria é relativamente jovem. Na verdade, 73% foi constituído após 1980 e cerca de 33% na década de 90. É de ter em linha de conta que as intenções e os projectos de museus já manifestados, em associação com os valores expressivos de aberturas ocorridas durante o primeiro lustro do século XXI (19,9% do total), concorrem para antever um crescimento do parque museológico nacional durante a presente década ainda superior ao anteriormente verificado. Neste domínio, a crise que tem o País tem experimentado nos últimos anos e as restrições ao endividamento autárquico parecem não ter efeitos visíveis na multiplicação dos museus. Espera-se que o seu equipamento e as respectivas dotações em capital humano sejam, igualmente, contemplados no esforço de investimento em infra-estruturas museológicas que se adivinha. É que, muitas vezes, a visibilidade desejada cumpre-se com a edificação, caindo a acção museológica concreta para o campo “da racionalização de infra-estruturas deficitárias” – um eufemismo para significar que os investimentos não se justificaram ou que os objectivos a atingir com a despesa já foram atingidos.

Relativamente à distribuição geográfica dos museus, tal como no passado, a Região de Lisboa e Vale do Tejo detém a dianteira com cerca de 30% dos mesmos. Seguem-se a Região Norte (25%) e a Região Centro (18,4%). Neste particular, não há nada a estranhar, considerando a história geográfica dos museus e, igualmente, o peso populacional de cada uma das regiões.

Figura 53 – população residente por museu – NUT III

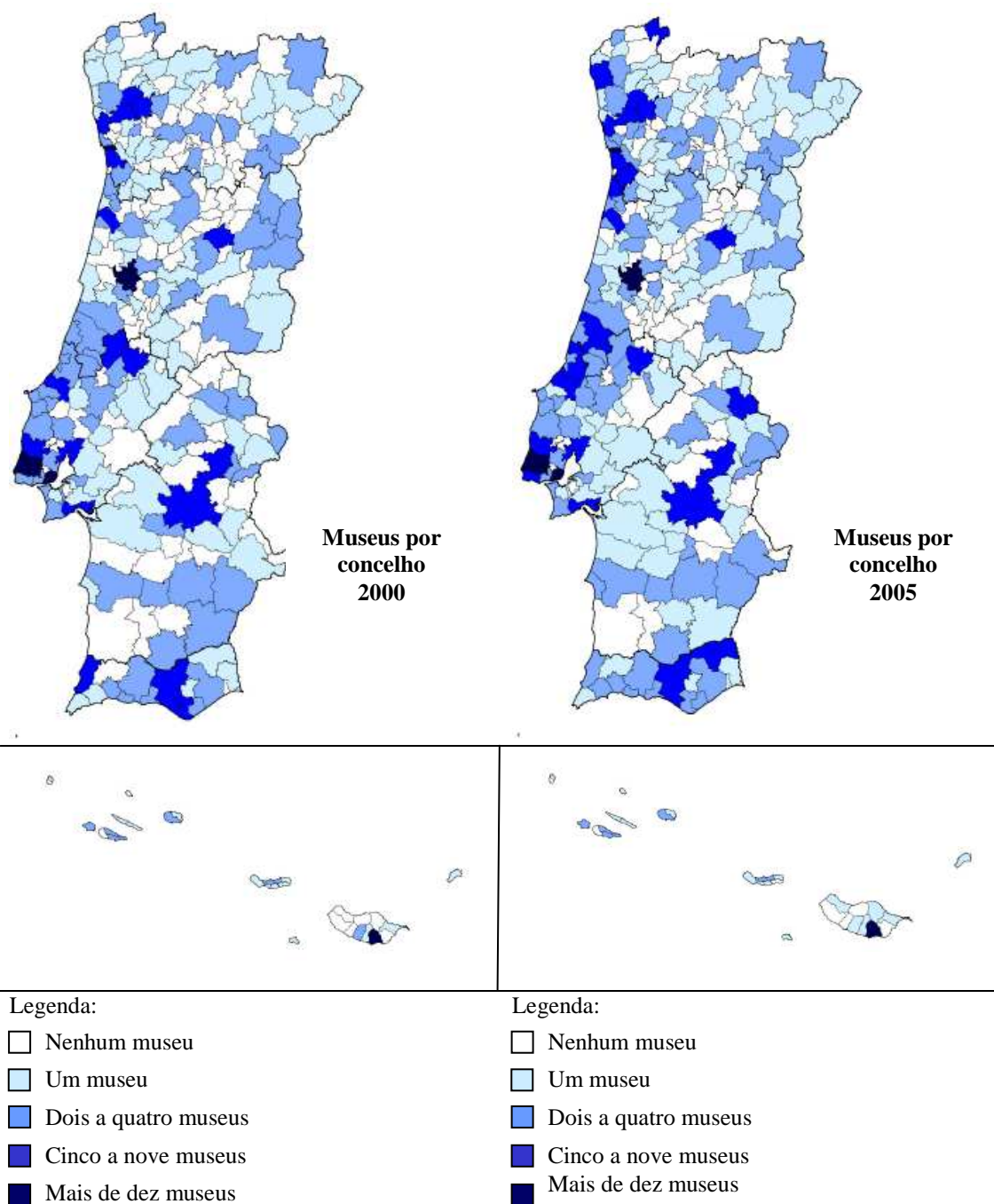


Fonte: OAC.

Contudo, quando cruzamos os museus com a população verifica-se que a imagem anterior surge invertida, sugerindo que as Regiões Norte e Centro se encontram relativamente mal servidas em infra-estruturas museológicas, quando comparadas com a Madeira, o Algarve ou, mesmo, os Açores e o Alentejo. Razões de natureza turística, mas, sobretudo, decorrentes dos museus assumirem, actualmente, o estatuto de uma infra-estrutura básica cuja presença independe do quantitativo populacional, poderão, contribuir para explicar o fenómeno.

Como se pode verificar pelos mapas seguintes, quer em 2000, quer em 2005, somente cinco concelhos apresentam mais de 10 museus. Desde logo, Lisboa, seguindo-se-lhe, o Porto, Coimbra, Sintra e Funchal. Quanto aos três primeiros concelhos, pouco há a dizer tendo em conta, cumulativamente, o seu passado museológico, a natureza universitária e os quantitativos populacionais. Contudo, relativamente aos dois últimos, poderemos admitir que, em conjugação com a quantidade de população residente, o factor turístico terá uma dimensão explicativa significativa (de resto, tal como nos primeiros e, sobretudo, em Lisboa).

Figura 54 – Museus e território II



Fonte: Extraído, com reformatações, de Neves e Santos (2006).

Para além deste aspecto, há que dar relevo, como o fazem Neves e Santos (2006) a dois outros aspectos da análise comparativa das duas distribuições:

- a) Diminuem, claramente, os concelhos sem qualquer museu.
- b) Aumentam os concelhos incluídos na categoria de 5 a 9 museus.

Finalmente, em termos de manchas de distribuição, salientam-se claramente três tipos de territórios: a) quase todas as sedes de distrito; b) a faixa litoral do país entre Setúbal e Viana do Castelo; c) as principais áreas turísticas – Algarve, Lisboa e Funchal.

4.4.3 – Museologia e museus portugueses, uma reflexão qualitativa

Do varrimento quantitativo efectuado no ponto anterior aos museus portugueses, é possível retirar um conjunto de conclusões.

O número de instituições museológicas aumentou significativamente durante o período considerado, muito especialmente após meados da década de 70. Concomitantemente, o número de visitantes dos museus sofreu uma evolução significativa no sentido de uma maior expressividade numérica, evolução essa que não está somente associada ao aumento em quantidade dos museus, já que o número médio de visitantes por museu também sofreu incrementos assinaláveis.

Em termos tipológicos os museus portugueses apresentaram uma tendência para a diversificação, sobretudo através do processo de descentralização que também foi patente durante e após os anos 80, mas também através da entrada no panorama museológico da iniciativa privada. Ainda assim, foi possível constatar que a debilidade numérica dos museus consagrados aos aspectos científicos e tecnológicos se manteve, sendo estes, ao longo de todo o período considerado, largamente suplantados pelos que se enquadram nos domínios das artes e do binómio história/etnologia.

Finalmente, verifica-se que a distribuição territorial dos museus não está directamente relacionada com a população residente, apresentando numa resolução analítica mais fina do que a regional – os concelhos -, três tendências gerais: litoralização, (quebrada, nalgumas áreas de interior, devido a razões de ordem local que

possivelmente se prenderão com uma maior importância atribuída à instituição museu enquanto veículo de divulgação dos valores societários ligados à política local e/ou ao seu papel como promotora da coesão social e do desenvolvimento local), urbanização e desenvolvimento turístico.

Neste quadro, três grandes questões podem ser levantadas: o que esteve por detrás das evoluções e das características encontradas? Tiveram essas dinâmicas paralelas com o que se verificou ao nível internacional? Podemos encontrar laços entre elas e os grandes modelos de desenvolvimento a que nos temos vindo a referir ao longo deste trabalho?

É ao que tentaremos responder de seguida, embora sem preocupações de uma sistematização fechada por pergunta.

Segundo Brígola (2003¹⁹⁹:4), “com a implantação da República foi reforçada a vontade política e legal de dar corpo e coerência a uma rede de museus nacionais e regionais, de acordo com uma visão pedagógica, patrimonial e artística que se queria essencialmente divulgadora e descentralizadora”. Tendo em atenção o País de então, poder-se-á dizer que o Século XX se iniciava dentro de um quadro de modernidade para os museus.

Do ponto de vista da justificação da instituição, os valores generosos subjacentes ao regime republicano e a sua abertura ao mundo, foram transferidos para os museus: divulgar e promover os grandes valores estéticos veiculados pela arte, contribuir para a fundação de um País - cronicamente atrasado e marginal - em torno dos grandes ideais e valores da era moderna, afirmar a ética republicana e o seu ideário societário, expandir a rede de museus nacionais, através da nacionalização do património eclesiástico, dos grandes centros urbanos para as capitais de província.

Enquanto isto, dentro do afã legislativo que caracterizou os sucessivos governos da Primeira República, também os museus foram alvo de um conjunto de disposições tendo em vista o seu enquadramento tutelar e fórmulas de funcionamento. Dentro

¹⁹⁹ Brígola, João Carlos (Rel.), (2003), Perspectiva Histórica da Evolução do Conceito de Museu em Portugal, *Revista da APOM*, Lisboa.

Capítulo 4 – O alargamento do conceito de museu e as suas funções enquanto instrumento de desenvolvimento

deste, é de destacar, ainda segundo Brígola²⁰⁰ (2003), o Decreto N°1 do Governo Provisório que reorganizou, entre outros, os serviços museológicos nacionais. Independentemente da validade concreta do articulado do referido Decreto, não deixa de ser de reter, como manifestação da importância conferida pela República aos museus (ou a desorganização em que estariam), o facto destes integrarem a primeira peça legislativa formal do novo regime.

Figura 55 – A ruralidade idealizada



Fonte: Exposição do Mundo Português, 1940 – Aldeias Portuguesas - foto de Mário Novais.

²⁰⁰ João Carlos Brígola, museólogo, docente da Universidade de Évora.

Figura 56 – A glorificação da nação e das suas instituições



Exposição do Mundo Português, 1940 - Corpo Sul do Pavilhão dos Portugueses no Mundo - Foto de Mário Novais.

Contudo, em 1926, instala-se no País uma ditadura militar que evoluiriam, posteriormente, para o regime que passou à história sob a designação de “Estado Novo”. Sob o pretexto da instabilidade política e da ruína das finanças públicas, Portugal acertou o passo com o seu substrato tradicional profundo, rural e clerical, e desviou o centro do poder da burguesia urbana para os grandes possidentes, sobretudo os ligados à “lavoura”. Uma oportunidade para o País emergir renovado e modernizado das suas convulsões de mudança estava encerrada. Os museus não ficariam alheados deste retrocesso.

Na verdade, como afirma Teixeira²⁰¹ (2000²⁰²:), “ (...) o segundo período (correspondente ao Estado Novo até 1965) afirma-se como nacionalista e com o expresso desejo de padronizar os comportamentos das culturas regionais, detectável na intenção de criar museus etnográficos que contribuíssem para a ‘manutenção’ dos

²⁰¹ Madalena Brás Teixeira, museóloga, directora do Museu do Traje.

²⁰² Teixeira, Madalena Brás (2000), Balanço do Século, *Boletim da APOM*, III Série, Lisboa.

costumes tradicionais do povo” (versão electrónica sem número de página)²⁰³. Trata-se, pois, de uma inversão, não só nos objectivos conferidos aos museus, mas também na sua perspectiva de integração territorial.

Emergem, desta forma, objectivos relacionados com a exaltação dos valores tradicionais cultivados pelo regime – a família, a religião e a pátria – dentro de um quadro de ordem e submissão à autoridade do regime, valores esses que o Estado Novo não associa às grandes urbes e aos seus modos de organização económica e social, mas sim ao campo, mitificado como repositório e génese das virtudes nacionais. Daí, o enfoque privilegiado que vai conferir ao ruralismo e à divulgação dos seus costumes tradicionais, seja através dos museus, seja, como é patente nos manuais escolares de então, através da escola. A imagem passada por ambos é a de um país trabalhador mas feliz, pequeno mas grande no seu passado glorioso, temente a Deus e agradecido aos chefes. Um País sem cidades, sem operários e sem políticos.

Num outro plano da política do Estado Novo, o da sua feição imperial, os museus vão, igualmente, desempenhar um papel relevante - o da justificação do esforço colonial e, mais tarde, após o início da descolonização europeia e o advento das reivindicações nacionalistas nas colónias, afirmar a imagem de um País uno do Minho a Timor e contribuir para a consolidação da frente interna, indispensável para a manutenção do esforço de guerra em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Assim, à medida que o regime político português se ia afastando do entendimento geral das nações em matérias de sistemas de governação e de geopolítica mundial, também os museus se foram distanciando dos ventos de mudança que sopravam no panorama cultural e museológico europeu e mundial. Ou seja, ao mesmo tempo que, por exemplo, na França do pós-guerra, Malraux encetava a sua política de democratização e extensão cultural em que os museus foram uma peça fundamental, em Portugal, os museus reforçavam a sua vocação de veículos do regime, num círculo vicioso de incorporação dos valores tradicionais das regiões rurais que, posteriormente e após o devido processamento no sentido da homogeneização

²⁰³ http://www2.ufp.pt/~slira/Licenciatura/textos_musi.htm (consultado em 13 de Outubro de 2007)

nacional e da adequação ao ideário do regime, eram devolvidos, para absorção como modelo, às áreas de procedência.

Este desfasamento da realidade museológica nacional face ao exterior é, de resto, manifestado por Faria (2002²⁰⁴), quando afirma: “Ao mesmo tempo que noutros países europeus se acentua a pressão no sentido de uma maior democratização destes espaços, em Portugal a pouca afluência aos museus não parece abalar a instrumentalização que o Estado faz destas instituições e o sentido nacionalista que lhes confere”.

Durante o mesmo período do Estado Novo é, contudo, de referir que os museus, tal como o regime, foram apresentando dinâmicas evolutivas. O mundo mudava e nem mesmo o imobilismo crónico do País durante este período poderia obstar a que o panorama político e museológico fosse sofrendo algumas alterações: o País industrializava-se, o turismo crescia a ritmos vertiginosos, a base de sustentação do regime deslocava-se do campo para a cidade, a guerra colonial provocava desgastes significativos na sociedade e, mesmo, a carapaça fascizante e antidemocrática do regime ganhava contornos mais suaves.

Assim, foram criadas as condições para uma certa renovação – na continuidade, é certo – do panorama museológico nacional. Em 1965, é iniciada a programação do Museu Calouste Gulbenkian, a qual vai introduzir uma lufada renovadora na concepção de Museu enquanto centro de cultural, bem como elevar a fasquia no plano da qualidade arquitectónica e museográfica dos museus nacionais. Outra coisa, de resto, não seria de esperar tendo em conta que contou com a colaboração de Georges Henri Rivière, como vimos um portador incansável de inovação nos museus²⁰⁵. Por esta altura, outros acontecimentos que se vão sucedendo nos domínios da formação,

²⁰⁴ Faria, Margarida Lima, *Etapas e Limites da Globalização da Cultura Institucional: os Museus*, in Fontoura, Carlos e Silva, Augusto Santos (Org.), (2002), *Projecto e Circunstância, Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento.

²⁰⁵ O papel renovador e de viragem que o Museu Gulbenkian protagoniza em Portugal deve-se, igualmente, ao facto dele protagonizar, quase duas décadas depois de Malraux em França, a primeira manifestação da ideia de democratização cultural através do instrumento “Museu”.

da organização profissional e da legislação, vão, igualmente, assumir relevância enquanto factores de convergência com o *mainstream* internacional.

Devido às próprias contradições do regime, nomeadamente no que se reportava ao crescente desfasamento entre os seus parâmetros políticos e o isolamento externo em que se colocou, face aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros nacionais, aquele foi perdendo a sua base de sustentação tradicional. Concomitantemente, a incapacidade económica e humana para continuar indefinidamente o esforço de guerra nas colónias, foi minando a apoio popular com que o regime ainda contava e, mais importante, abriu brechas profundas na sua guarda pretoriana, as forças armadas.

Deste modo, já num período em que os ímpetus revolucionários europeus estavam, claramente, em recessão, vai ocorrer um golpe militar que, posteriormente, ganhará contornos revolucionários, relançará o País na turbulência própria dos grandes momentos de viragem histórica e, em última análise, mudará o contexto operativo dos museus portugueses.

A partir de Abril de 1974, o País abre-se ao exterior e muitas das ideias até aí tamponadas pela acção do regime anterior entram em catadupas nos diversos domínios da vida nacional: no político, mas, igualmente, nos científicos, sociais, ambientais, patrimoniais, entre muitos outros. O País está ávido de mudança após 48 anos de ditadura e, a partir de então, não faltará matéria-prima susceptível de a alimentar.

Ao mesmo tempo, juntamente com os ideais democráticos e humanistas que constituem o suporte de diferenciação do novo regime, afirma-se, igualmente, a sua vocação descentralizadora, concretizada através das transferências de competências e da relevância que vai conferir ao nível local, ou seja, às Autarquias Locais e, em especial, às Câmaras Municipais. Estas, a partir daqui, passarão a ser protagonistas incontornáveis da gestão democrática do território, da mediação entre o poder central e as populações dos diversos locais e, ainda, porque providas da legitimidade enquanto autarquias e porque dotadas dos meios financeiros necessários, da produção

e da condução do desenvolvimento territorial local. Concomitantemente, sobretudo após a resolução dos problemas infraestruturais e de saneamento básico mais agudos, verifica-se uma forte aposta destas nos museus locais, não só como forma de afirmação externa da autarquia e do seu poder, mas também como meio para a promoção das identidades locais e territoriais, a coesão social e as dinâmicas endógenas do desenvolvimento.

Os dois aspectos anteriormente referido, aliados ao crescente desconforto motivado por um mundo em crescente globalização que, para alguns, significava uma colonização cultural tendente à uniformização e diluição nos grandes modelos mundiais de organização da cultura, das identidades e das sociedades, vão levar a três transformações fundamentais no panorama museológico português:

- a) A explosão dos museus à escala local e a conseqüente entrada na cena museológica das autarquias locais, nomeadamente as Câmaras Municipais.
- b) O advento, tardio, das preocupações relativas à democratização e à democracia cultural por parte do Estado, preocupações essas que se integram no quadro mais vasto da luta pela justiça territorial e social que anima o novo regime e que, como se entende, se vão reflectir no domínio da museologia e dos museus, nomeadamente através dos apoios financeiros centrais e de uma política claramente descentralizadora nesta matéria.
- c) A abertura verificada nas grandes e tradicionais instituições museológicas nacionais para se repensarem e para redefinirem as sua vocações e funções no quadro do novo regime democrático e no contexto pós-colonial.

Desenham-se, assim dois percursos que os museus portugueses vão prosseguir após o 25 de Abril, um, associado às grandes instituições, que vão progredir no sentido de se tornarem competitivas e de fazerem face aos cortes orçamentais do Estado (após os anos 80), seja através da incorporação de novos meios tecnológicos aplicados à comunicação e à museografia, seja estabelecendo acordos de mecenato com instituições económicas de cariz privado, seja, ainda, encontrando formas de alargar o seu mercado potencial, nomeadamente através da aposta na elaboração de exposições

temporárias exportáveis para outras instituições ou da compra de outras existentes no circuito internacional em regime de “chave na mão”.

Em qualquer caso, há que dizê-lo, trata-se de um processo que se desenrola no sentido de uma maior aproximação dos museus ao seu público/clientes e no da multiplicação dos serviços e das experiências oferecidas. Estas dinâmicas que surgem no contexto adaptativo que os grandes museus tiveram que percorrer foram, também, parcialmente influenciadas pelas práticas e pelos posicionamentos mais inovadores e de proximidade que os museus locais desenvolveram.

Segundo Faria (2002), tudo isto foi acompanhado por “novos sentidos atribuídos aos museus e à reformulação do seu sentido nacionalista”, encontrando novas formas de expressão num contexto pós-colonial (Portugal como país privilegiado no quadro do diálogo entre culturas e como marco da Lusofonia), efectuando uma releitura “comemoracionista” da história nacional e abordando os grandes temas globais, como o ambiente ou o diálogo intercultural.

Enquanto isto, no início dos anos 80, começa a ganhar corpo em Portugal, algo que anteriormente já se fazia sentir noutras paragens do mundo, nomeadamente na América Latina e na França pós Maio de 1968: “ a vontade de dar um sentido às práticas museais que servisse o desenvolvimento das comunidades onde se inseriam” e a ideia que “a função social dos museus não se esgota nos objectivos da museologia instituída” (Moutinho²⁰⁶, 1989²⁰⁷: 62, 63).

Ou seja, a museologia portuguesa inicia um processo de afastamento da dimensão estritamente cultural e começa a assumir a sua função social, politizando a sua intervenção e transformando-se num instrumento catalizador das energias, dos saberes e das memórias locais, numa óptica de reforço da coesão social, bem como num veículo de promoção da auto-estima e da capacitação e autonomia das populações,

²⁰⁶ Mário Canova Moutinho, arquitecto doutorado em Antropologia. Percussor da Nova Museologia em Portugal, dinamizador do Museu Etnológico de Monte Redondo e pioneiro da formação em museologia social.

²⁰⁷ Moutinho, Mário (1989), *Museus e Sociedade*, Cadernos de Património Nº5, Monte Redondo, Museu Etnológico de Monte Redondo.

tendo em vista o desenvolvimento individual e colectivo das comunidades que constroem o museu, lhe dão corpo, traçam objectivos e o justificam.

No caso concreto de Portugal, este movimento alternativo à museologia tradicional, embora de inspiração externa, vai, contudo, assumir contornos particulares, porventura mais radicais do que aqueles que vão formatar os processos congéneres noutros países europeus. Para tanto, há que ter presente duas vertentes explicativas:

- a) Portugal, nos finais da década de 70 e inícios da de 80, apesar da Revolução de Abril, continua sendo um país atrasado, a braços com gravíssimos problemas de natureza económica e social. Nesta linha de raciocínio, podemos, mesmo, dimensionar o País mais próximo dos problemas do mundo em vias de desenvolvimento do que do desenvolvido, sendo ele próprio o resultado de duas situações que convivem simultaneamente - a realidade do desenvolvimento de alguns, poucos, e a realidade de subdesenvolvimento da maioria, sobretudo fora dos grandes centros urbanos.
- b) No início da década de 80, o período revolucionário mais agudo tinha-se dissipado no seguimento dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975. A revolução que parecia, para muitos ao virar da esquina, estava, agora, longe. A normalidade democrática entendida no sentido ocidental do termo tinha sido restabelecida, conjuntamente com os valores do capitalismo e da economia de mercado. Neste quadro, muitos daqueles que tinham no horizonte próximo um conjunto de transformações políticas, económicas e sociais de natureza radical aperceberam-se da quimera que perseguiram e, muito naturalmente, mudaram de estratégia, afastando para prazos mais distantes os seus objectivos últimos e recorrendo a outras formas de intervenção que não a luta política no seu sentido mais restrito e tradicional. Este processo de reconversão a outras estratégias de luta e intervenção, vai engrossar, em gente empenhada na luta por uma sociedade mais justa, muitas frentes de batalha – os museus, vão ser uma delas.

Neste quadro, as propostas alternativas na museologia portuguesa, vão ser, desde o início, influenciadas pelos ventos que sopraram da Europa e, sobretudo, de França, mas também pelas perspectivas emancipadoras e de forte cunho político-social que a museologia inconformada sul-americana produziu e de que a Declaração de Santiago do Chile dá conta²⁰⁸. Como se demonstrou, o terreno da museologia portuguesa era propício a este cruzamento singular entre o desenvolvimento social no sentido europeu do termo e a libertação das grilhetas da pobreza e da dependência no sentido sul-americano.

De resto, é interessante notar que o primeiro passo na divulgação e implantação da Nova Museologia em Portugal ocorreu aquando de um seminário, realizado em 1981 por iniciativa do Instituto Português do Património Cultural e do Instituto Francês de Lisboa²⁰⁹, que contou com a presença activa do director desta última instituição, Hugues de Varine²¹⁰, ele próprio um profundo conhecedor e frequentador da América Latina e da sua museologia.

Neste seminário estiveram presentes dois museólogos portugueses – António Nabais e Mário Moutinho – que, pouco tempo volvido, vão estar envolvidos na fundação de dois museus locais que irão desempenhar um papel de grande relevância exemplificativa na nova museologia portuguesa. Referimo-nos ao Ecomuseu do Seixal, um projecto de natureza municipal, e ao Museu Etnológico de Monte Redondo, uma iniciativa associativa que conservará, até hoje, a sua independência tutelar e financeira.

²⁰⁸ É, igualmente, de referir a influência que o Canadá, muito em especial o Québec, terá na nova museologia portuguesa. Não a referimos no texto principal porque consideramos que, no essencial, também a museologia desse país representa o enlace das duas correntes de pensamento, a europeia/francesa e a da América Latina. É de notar que o Québec está, por um lado, linguística e culturalmente ligado intimamente à cultura francesa e, por outro, devido à sua história peculiar (dependência face à vertente anglo-saxónica do Canadá e consequentes lutas no sentido da autonomia e, até, independência), relativamente aberto à influência emancipadora dos museus da América Latina.

²⁰⁹ Em nosso entender, já tinha existido uma tentativa de introdução das novas fórmulas museológicas, logo em 1977, aquando da tentativa de criação do Ecomuseu da Serra da Estrela. Este processo, liderado pelo Instituto de Conservação da Natureza, justificou, inclusivamente, a visita de Georges Henri Rivière a Portugal. Como o referido projecto não avançou, não o considerámos no nosso texto.

²¹⁰ Hugues de Varinne (1935 -), historiador, arqueólogo e museólogo, foi director do ICOM e do Instituto Franco-Português. Grande conhecedor da América Latina e dos seus problemas, a sua estadia em Portugal traduziu-se na forte influência que protagonizou na formação museológica nacional dentro de uma perspectiva renovadora e desenvolvimentista.

Figura 57 – Os primórdios do Museu Etnológico de Monte Redondo



Instalações iniciais do Museu Etnológico de Monte Redondo, 1985 – foto do autor

Daqui para a frente, outras instituições museológicas locais – já existentes ou criadas de raiz - serão receptivas às novas ideias e muitos outros museólogos se juntarão a este processo de desconstrução e construção dos horizontes teóricos e metodológicos da museologia nacional.

Este processo de afirmação da Nova Museologia em Portugal vai estar na origem da participação relevante que alguns museólogos nacionais vão deter ao nível da estruturação e divulgação internacional desta nova perspectiva, seja participando, numa fase precoce, na associação “Museologie Nouvelle et Experimentation Social”²¹¹, fundada, em 1982, em França, seja, sobretudo, no estabelecimento do “Movimento Internacional para uma Nova Museologia”, criado, em Lisboa, no ano de 1985.

²¹¹ MNES, associação fundada por Marie Odile de Bary, André Desvallés Alain Nicolas e Hugues de Varine. Após um período com intensa actividade no domínio da museologia social, esta associação vai inflectir o seu percurso para o campo da comunicação e da museografia experimentais.

O MINOM, através do seu grande animador - o museólogo canadiano Pierre Mayrand²¹² – irá ter um papel decisivo na afirmação da Nova Museologia ao nível internacional (e na sua institucionalização visto ter sido reconhecido pelo ICOM em 1986) e ir-se-á revelar um factor fundamental na divulgação e na estruturação da museologia social em Portugal.

Neste percurso, é de referir a organização, por parte da secção portuguesa do Movimento, das jornadas sobre a função social do museu, as quais, conjuntamente com os encontros “Museologia e Autarquias” foram – e continuam a ser – os grandes fóruns da renovação museológica em Portugal no quadro dos parâmetros da Nova Museologia.

As “Jornadas Sobre a Função Social do Museu” realizam-se ininterruptamente desde 1988²¹³ (tendo a primeira edição das mesmas sido realizada em Vila Franca de Xira) e por elas passaram um número significativo de museólogos, muitos dos quais de renome internacional, bem como uma boa parte dos agentes de desenvolvimento local do País. Pela abrangência dos temas tratados e pela abertura à sociedade que soube demonstrar, estes eventos tornaram-se uma referência incontornável da museologia nacional e um veículo de dinâmica social inestimável, excedendo, em larga medida, os objectivos que inicialmente detinham e que se confinavam à discussão teórica dos princípios da Nova Museologia, os quais, diga-se, nunca foram totalmente claros para além das grandes declarações de princípios.

Enquanto a Nova Museologia fazia o seu percurso de afirmação teórica e conceptual em Portugal, como já se referiu anteriormente, a sua base de aplicação – os museus locais – continuavam em franca expansão. Neste processo, para além do que já se avançou, há que ter em linha de conta um outro momento fundamental: a entrada de Portugal, em 1986, na União Europeia.

²¹² Pierre Mayrand, museólogo e precursor da Nova Museologia. Professor da *Université du Québec à Montreal*.

²¹³ Como curiosidade, refere-se que a sua realização foi decidida, em 1987, aquando de uma reunião do MINOM efectuada no Museu do Traje, através de uma votação em que o “Sim” ganhou por um voto.

Para além de todos os restantes efeitos que este acto representou para o País, importa salientar o lançamento, em 1991, do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, o qual vai ser fundamental, não só para a gestão e o financiamento de muitas iniciativas museológicas de base local, mas também para a criação de um ambiente propício à integração nessas experiências do espírito e da letra da Nova Museologia.

Efectivamente, para além dos 11500 projectos financiados pelas três gerações do Programa, muitos deles relacionados com a museologia local, se passarmos em revista os grandes princípios estruturantes do PIC, é fácil apercebermo-nos da aderência entre os seus vectores estruturantes de intervenção e boa parte do “ideário” da Nova Museologia: a abordagem *bottom-up* dos problemas; as parcerias como forma de operacionalização; a diversificação funcional e económica dos locais; a valorização dos saberes, identidades e produtos locais.

Como já referimos, surgiu, recentemente, no panorama museológico internacional uma nova tipologia de museus que pode ser associada às novas perspectivas alternativas à museologia tradicional (c. f. Ponto 4.3.3) – a economuseologia. Embora não reunindo todas as características e não adoptando a designação de economuseus, têm sido várias as experiências em Portugal que se aproximam deste tipo de museologia. Por isso, em termos prospectivos, não parece de descartar que este formato museológico se venha a afirmar a curto ou médio prazo, pelo potencial que a fórmula encerra em espaços que, tal como Portugal, se encontram em processos de ajuste estrutural da economia. O projecto em desenvolvimento na Região Autónoma da Madeira, mais propriamente no Funchal, envolvendo o relançamento de uma “Casa de Bordados” encerrada há alguns anos²¹⁴, será um bom exemplo deste tipo de museus e da sua tendência para a afirmação em território nacional.

Para terminar este relance sobre a museologia portuguesa, importa referir que, após os anos 80, se tem assistido, por parte dos sucessivos governos, um maior intervencionismo – e, mesmo, para alguns, centralismo (Faria, 2002) - no plano da cultura e dos museus.

²¹⁴ Klut, Ana Teresa de Macedo (2003), *Economuseu “Casa de Bordados”*, dissertação de mestrado, ULHT.

São disso exemplo, entre outros, dois factos que nos merecem alguns comentários: o trabalho desenvolvido, desde 2002, em torno da Lei-Quadro dos Museus Portugueses e o lançamento, em 2000²¹⁵, da Rede Portuguesa de Museus. Relativamente à primeira, apenas diremos que a Proposta da Lei Quadro (2004) constitui, em nosso entender e no plano estrito da concepção de Museu e dos grandes desígnios que lhes estão atribuídos, um documento bastante avançado, obviamente dentro do quadro de uma concepção restrita de museus. Repega, no essencial, a definição do ICOM de museus (excluindo, igualmente e incompreensivelmente, do campo dos museus os que detêm fins lucrativos) e estabelece um enquadramento nobre para os mesmos, “A concepção global do regime jurídico dos museus portugueses tem como matriz que a dignidade da pessoa humana implica o desenvolvimento integral da personalidade, servida pela liberdade de fruição e criação cultural. Os museus representam um instrumento fundamental para a protecção e valorização do património cultural do povo português, que esta proposta assume claramente como uma tarefa fundamental do Estado, em concordância com os princípios fundamentais da Constituição da República. Numa palavra, democratização e democracia cultural, acompanhadas por preocupações relativas à manutenção e ao aproveitamento do património.

No que diz respeito à Rede de Museus – consignada e objectivada no projecto de diploma anteriormente apresentado -, é importante sublinhar as duas grandes potencialidades que, a nosso ver, encerra:

- a) Desde logo, a sua capacidade para estabelecer pontes e para promover mecanismos de articulação entre os museus centralizados e os descentralizados, ou seja, entre os grandes museus do Estado e os museus de base local, sejam estes -ou não - de génese municipal.
- b) Mas também, as enormes possibilidades que abre no sentido de um efectivo contributo para a resolução de um dos grandes problemas de muitos museus portugueses, o isolamento a todos os níveis e a falta de qualificação do capital humano.

²¹⁵ A Rede Portuguesa de Museus estava contemplada na legislação desde 1997, mas foi só com o Despacho Conjunto 616/2000, de 17 de Maio, que foi criada a Estrutura de Projecto da Rede.

De uma forma mais geral, podemos avançar que o capital relacional que a Rede promove será, decerto, um precioso instrumento na construção de um futuro mais promissor para os museus nacionais e para a qualificação das funções que entendem desempenhar na sociedade, tenham elas um maior pendor cultural ou social.

Estes desígnios positivos que associamos à Rede Portuguesa de Museus não nos impedem, contudo, de nos distanciarmos de uma função, em nosso entender, perversa, que à mesma está atribuída: a creditação dos museus. Na verdade, pensamos que, neste particular, deve existir uma liberdade total na formatação das instituições que se designam a si mesmas de museus e que não deve ser o Estado, ou outros organismos por sua delegação, a decidir sobre essa natureza, especialmente quando disso, muitas das vezes, depende o acesso às ajudas dos fundos da União. Em última análise, está-se a limitar a possibilidade de inovação, o que, no domínio da cultura, é uma atitude fatal.

As instituições e os seus projectos devem valer por si e pelo seu mérito e, não, porque provêm de uma instituição que não é reconhecida como museu devido a não ter colecção, inventário ou quadro de pessoal.

Assim, consideramos que esta função de creditação, para além de não ser defensável do ponto de vista das novas teorias e práticas museológicas, constitui, igualmente, um resquício da concepção paternalista e centralizadora do Estado, sobretudo paradoxal quando a mesma está incrustada numa iniciativa que se designa a si própria de rede.

“Uma estrutura em rede (...) corresponde ao que seu próprio nome indica: os seus integrantes ligam-se horizontalmente a todos os demais, directamente ou através dos que os cercam. O conjunto resultante é como uma malha de múltiplos fios, que pode espalhar-se indefinidamente para todos os lados, sem que nenhum dos seus nós possa ser considerado principal ou central, nem representante dos demais. Não há um “chefe”, o que há é uma vontade colectiva de realizar determinado objectivo.”. (Withaker, 1998²¹⁶: s. n. p.)

²¹⁶ Withaker, Francisco (1998), *Redes: uma Estrutura Alternativa de Organização*, (www.rits.org.br – consultado a 20 de Outubro de 2007)

Por outro lado, mesmo aceitando a função de creditação da Rede como legítima, permanece sempre – como já insinuámos anteriormente - a questão dos critérios a partir dos quais os museus a creditar são avaliados. Desde logo, nesta matéria, duas questões são de referir:

- a) O que se prende com o facto de que impor critérios para considerar, ou não, uma instituição como museu pode, em última análise, levar à asfixia da inovação museológica, isto é, ao congelamento da natural evolução que a museologia tem vindo a experimentar para horizontes mais afastados dos tradicionais.
- b) O que se liga à validade dos próprios critérios actualmente utilizados – e existência de inventário, o público entrado, ... – o que nos pode levar a questionar se museus onde o público não passa obrigatoriamente pela visita física (museus virtuais ou museus que definem o seu público como os beneficiários da sua acção) ou que não têm colecções na acepção clássica (museus que vão à comunidade buscar as peças para exposição e depois as devolvem, ou museus que compram as suas peças em novo e após o percurso expositivo as vendem, ou ainda museus cuja colecção são os problemas das comunidades) não são verdadeiros museus. A ser assim, ou melhor, a não serem considerados como tal, então entramos no campo em que a função de creditação nada mais é do que a imposição, pela força dos argumentos financeiros, de uma visão e de uma política estreitas para os museus.

Madalena Brás Teixeira (2000) considera que a museologia portuguesa do Século XX, atravessa quatro fases: a da República, a do Estado Novo até 1965, a do Estado Novo após 1965 e a posterior ao 25 de Abril de 1974. Reconhecemos a esta classificação o mérito de pôr em evidência as grandes janelas temporais que, no essencial, marcam os patamares evolutivos principais dos museus e do pensamento que os suportou.

Sem embargo, oferece-nos tecer dois comentários, os quais tomaremos como linhas condutoras do nosso discurso posterior:

- a) Os argumentos que suportam as referidas fases – com o quais estamos de acordo – referem-se, sobretudo, aos efeitos concretos no campo dos museus e, menos, ao pensamento museológico que os induziu, ou, se se preferir, às funções que aos museus estavam consignadas pelas tutelas.
- b) Entendemos que a fase posterior ao 25 de Abril, pelo menos no que se reporta à museologia de base local e, por acréscimo, à Nova Museologia, encerra em si um percurso demasiado sinuoso e diferenciado para caber na sua totalidade dentro de uma só categoria. Em nosso entender, haveria que estabelecer, porventura, três períodos.

Relativamente ao primeiro aspecto levantado, consideramos importante adiantar que compreendemos perfeitamente a opção da autora em incidir o seu discurso mais na forma do que no conteúdo genético das fases que identificou. Na verdade, a primeira opção oferece-nos a solidez dos factos objectivos, enquanto a segunda leva-nos para o campo subjectivo das ligações entre museus e algo que os contextualiza.

Dizemos “algo”, porque, efectivamente, este é o primeiro aspecto onde a dúvida se levanta. Ou seja, o que explica, ou tem maior potencial explicativo, na evolução da museologia portuguesa e dos seus museus?

De forma coerente com o que temos defendido anteriormente e de acordo com o modelo analítico que adoptámos neste trabalho, a resposta surge de forma natural: os modelos de desenvolvimento em que o País assentou a sua evolução desde o pós guerra e as funções que nestes foram atribuídas à cultura, em geral, e aos museus, em particular.

Esclarecido este aspecto, ainda assim remanesce-nos uma outra questão, a que se prende com a possibilidade – que nós pretendemos, dentro do quadro deste trabalho, estabelecer – de articular transversalmente, dentro da lógica explicativa dos modelos de desenvolvimento, o que sucedeu nos museus portugueses com o que ocorreu no turismo nacional e tudo isto no quadro internacional.

Não se nos afigura uma tarefa impossível, mas, desde já, importa reconhecer que não será fácil e que as ligações entre a museologia nacional e os modelos de

desenvolvimento económico e global que identificámos ao nível mundial, apresentarão distorções consideráveis, como, de resto, já verificámos em menor grau para o exercício que efectuámos para a cultura.

Dois aspectos surgem como explicativos:

- a) O quadro político e social nacional durante a segunda metade do Século XX foi atípico relativamente ao conjunto das nações, muito em especial face aos outros países europeus. Na verdade, Portugal passou um quarto de século sob um regime ditatorial que, conjuntamente com a Guerra Colonial, o isolou profundamente do resto do mundo e lhe conferiu matizes muito próprias ao nível do seu desenvolvimento. Basta pensar, por exemplo, no arranque tardio - e de certa forma a “contra gosto” dos fundamentos ruralistas do regime – do processo de plena industrialização. Por outro lado, num período em que a Europa das revoluções perdia claramente ímpeto, verifica-se, no País, um processo revolucionário que, mais uma vez, o vai colocar numa situação original face ao exterior durante quase uma década. Neste quadro de pensamento, ao que se deve acrescentar a posição de fronteira que Portugal irá deter até tarde entre países do centro e das periferias, consideramos que só após a entrada do País na União Europeia, Portugal vai acertar o passo com a Europa e o Mundo desenvolvido, em termos das perspectivas e das práticas do desenvolvimento.
- b) Os museus portugueses, talvez ainda mais do que o campo cultural no seu todo (porque, de facto, nas sua versões tradicionais foram um bastião do imobilismo e de reacção às inovações), só muito tarde saíram do terreiro no qual se acantonaram durante décadas, o da cultura e o da educação através da arte erudita e da história oficial. Acresce que este papel, se por um lado os colocou na posição de arautos dos valores dos poderes, por outro conferiu-lhes uma posição dentro do quadro daquilo que hoje se designa por “serviço público”, um eufemismo para justificar as subvenções estatais. Neste quadro, a dimensão económica foi algo que, até tarde, nunca esteve no horizonte dos

museus nacionais, os quais funcionavam em ambiente protegido e desligado desses problemas profanos. Assim, contrariamente ao turismo, os museus só tarde se assumiram como encerrando uma dimensão económica, seja directamente através da obtenção de receitas, seja, sobretudo, indirectamente através da facilitação e promoção do desenvolvimento dos territórios. Neste quadro, não será de estranhar que as pontes entre modelos de desenvolvimento económico e geral e o percurso evolutivo dos museus sejam estreitas e sinuosas.

Assim, contrariamente ao turismo em que a tradução do modelo da modernização começa a ser sentido no início dos anos 60, na museologia nacional, em nosso entender, só nos finais da década de 60 começa a ter alguma expressão – e, mesmo assim, acantonada a algumas experiências concretas de que o Museu Calouste Gulbenkian é o expoente máximo. Efectivamente, nem os valores da tradição poderiam ser postos em causa pelo regime já que lhe tinham servido durante décadas como suporte ideológico, nem a cultura era encarada como uma condição para o desenvolvimento num País com uma massa escandalosa da sua população numa situação de analfabetismo formal e funcional. Isto, já para não falar que o ocidentalismo inerente ao modelo da modernização, muito marcado pela influência americana decorrente do Plano Marshall, dificilmente se quadrava com um país que se assumia como último bastião imperial (curiosamente e anacronicamente, numa época em que esse ocidentalismo se traduzia no estabelecimento de relações neo-coloniais). A saída de Salazar do poder, em 1968, e a crescente relevância dos grupos económicos ligados à finança e à indústria, aliados aos ventos mais liberais de Marcello Caetano, explicam esta aproximação terminal do Estado Novo à ideia de uma democratização controlada e mitigada da cultura e a um novo papel para os museus.

Com o 25 de Abril de 1974, os grandes museus portugueses acentuam e assumem, agora claramente, uma função no domínio da democratização e da promoção da democracia cultural. O país abre-se e a cultura passa a ser encarada como uma vertente da democracia que se pretende instaurar, ao mesmo tempo que, no plano

económico, descobre um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento: os valores culturais ultrapassados e as deficiências culturais crónicas. Neste quadro, consideramos que a tradução do paradigma da modernização para o campo dos museus só foi totalmente efectivada no período pós revolucionário.

Contudo, como vimos, outros vectores de mudança percorreram os museus portugueses: a explosão dos museus locais e, mais tarde, as ideias da Nova Museologia que os vão parcialmente alimentar. Estas últimas vão ser, em nosso entender, fundamentais para perceber a entrada na museologia portuguesa de dois novos paradigmas museológicos ao serviço do desenvolvimento: o da dependência e o alternativo.

Antes de mais considerações nessa matéria, temos por útil referir que a Nova Museologia portuguesa sofreu, ela própria, alterações ao longo do seu percurso em território nacional, bem como na forma como se traduziu e influenciou a museologia portuguesa. De uma forma simples, podemos distinguir três grandes períodos, os quais, embora tendo uma racionalidade temporal por ordem de apresentação, não deixaram de se interpenetrar, no tempo mas também no corpo teórico metodológico mal definido que sempre a caracterizou:

- a) Um período inicial que poderemos designar de “heróico” – desenrola-se durante os primeiros anos da sua introdução, em termos de mancha temporal até ao início dos anos 90, e caracteriza-se não só pelo seu carácter radical nos objectivos, marcados por uma forte dimensão político-social e de libertação societária, mas também pelos processos de interacção com as populações – a participação directa na concepção, operacionalização e gestão dos museus -, o seu distanciamento face aos objectos e a importância conferida aos processos. Este período foi, quanto a nós, marcado sobretudo pelas influências museológicas oriundas das experiências latino-americanas, as quais, como

vimos, estiveram parcialmente relacionadas com o modelo de desenvolvimento da dependência.

- b) Uma fase intermédia, que poderíamos designar de “transição” – estabelece-se durante o primeiro lustro dos anos 90 e traduz-se pelo início da reintrodução das dimensões tradicionais – embora adaptadas – no edifício conceptual da Nova Museologia. Ressurgem os museólogos profissionais (embora com uma vocação de animação socio-cultural mais vincada), abrem-se cursos de especialização nas universidades, as peças deixam de ser pretextos e passam a merecer atenção em função da sua originalidade, os fins expositivos começam a suplantar os processos. Numa palavra, a Nova Museologia adapta-se aos novos ventos sociais e, sobretudo, acomoda-se às grilhetas e decorrências da sua ligação estreita aos poderes autárquicos. Paralelamente, os discursos dentro da Nova Museologia começam a ser diferentes, separando os mais institucionalizados dos mais “puristas”, normalmente estes últimos afastados da museologia enquanto carreira profissional. Este período significa, quanto a nós, a diluição do modelo latino-americano e a sua substituição por modelos de desenvolvimento alternativos concebidos na Europa e para os problemas sociais da Europa.
- c) A fase mais recente, após meados dos anos 90, que designaremos por “institucionalização” – que se reflecte na perda de memória da Nova Museologia face às suas origens emancipadoras e promotoras de auto-estima e acção directa. Os novos museus, nesta fase, tornam-se instituições reconhecidas (e creditadas) pelo Estado, incorporando, cada vez mais, as funções tradicionais contemplativas e educativas. O ensino da Nova Museologia progride para outros níveis e é reconhecido, a população, essa, é relegada, novamente, para o domínio de público ou, quanto muito, de beneficiário da acção museológica. Na verdade, em nosso entender, passam a ser museus tradicionais “preocupados”, na melhor das situações, com a sustentabilidade ambiental e social – em muitos casos, sob um discurso bem intencionado, sobretudo preocupados com a sua sustentabilidade. Numa outra

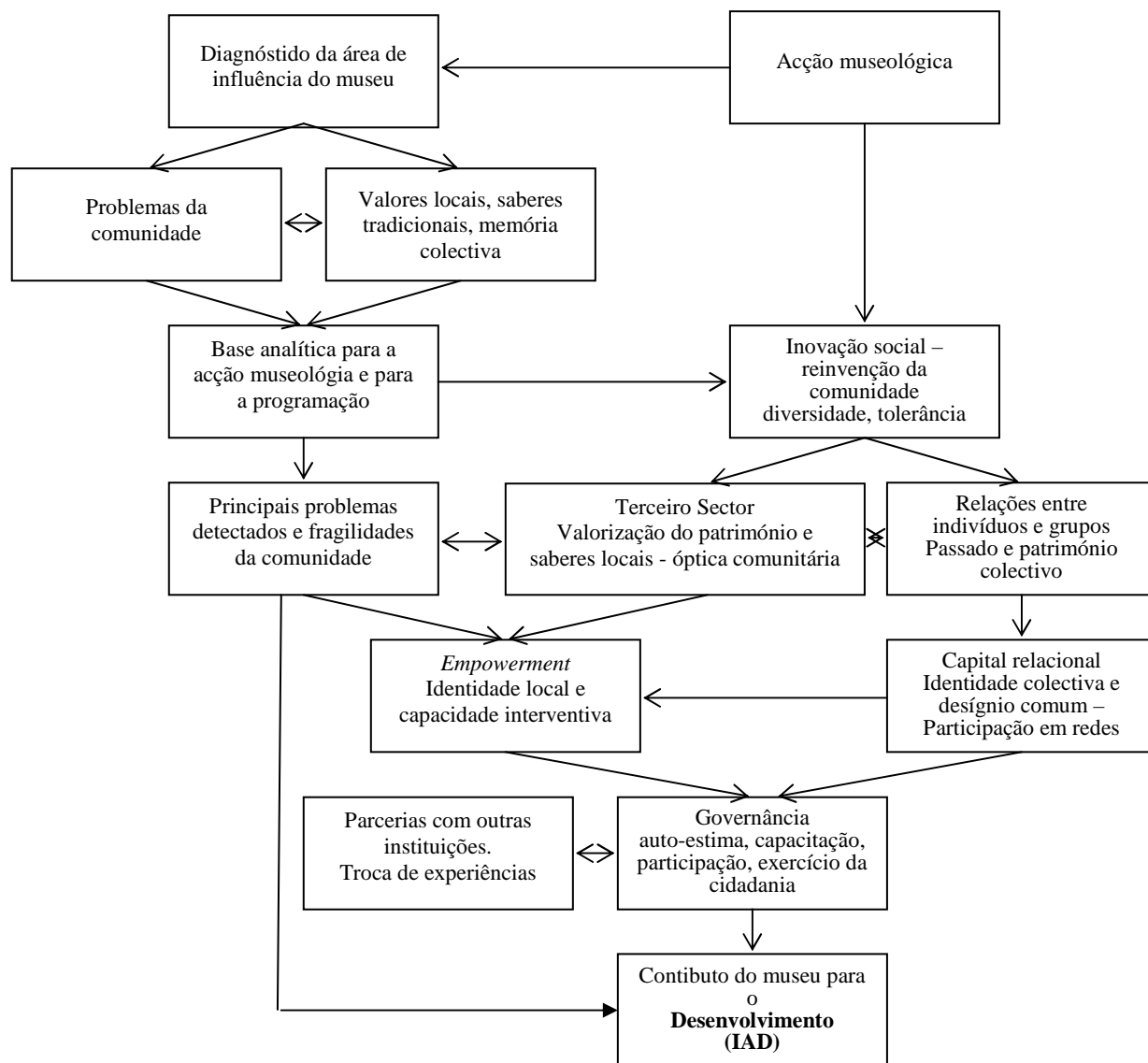
vertente de análise, a dos museus que resistem à total recuperação por parte do sistema museológico (que, entretanto, assumiu ele próprio os desígnios mais marginais ou técnicos do discurso da Nova Museologia), os novos museus expressam o modelo europeu alternativo (de que o PIC LEADER é um veículo) ou, muitas vezes inconscientemente, aquele a que aqui já referimos sob a designação de “Integrated Area Development”.

É dentro deste quadro de pensamento que colocamos, pois, as ligações entre o percurso da vertente descentralizada da museologia nacional e as questões do desenvolvimento: num primeiro momento, com fortes influências de algumas vertentes do modelo da dependência (Declaração de Santiago do Chile) e, num processo de *fade out/fade in*, emergindo as perspectivas do modelo europeu de desenvolvimento desconcentrado e alternativo.

Aliás, repegando o modelo que denominámos anteriormente por IAD, parece-nos que este constitui, efectivamente, a chave-mestra e integradora que nos permite descodificar os posicionamentos e as práticas actuais dos museus locais que não recuaram totalmente para as trincheiras das tradições museológicas tradicionais, até porque neste modelo a cultura assume um papel central na motorização do desenvolvimento.

No sentido de ilustrar o que atrás afirmámos, repegaremos na figura que ilustra a relação entre as diversas componentes dentro da perspectiva do IAD (c.f. Capítulo 2, Ponto 2.3) e reescrevê-la-emos no contexto da sua aplicação ao panorama da museologia local contemporânea.

Figura 58 – Os museus dentro da perspectiva IAD



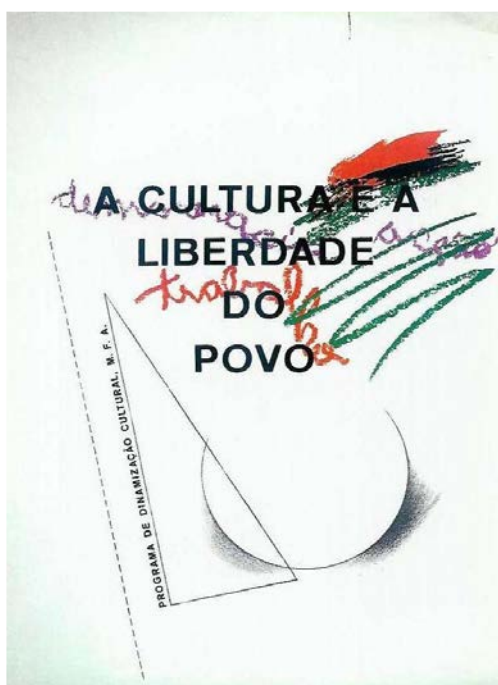
Fonte: elaboração própria

Finalmente, não por uma questão de cronologia mas pelo roteiro discursivo que adoptámos, resulta importante referir que, enquanto se produziam as transformações assinaladas anteriormente no campo da museologia de base local, um novo paradigma de desenvolvimento se afirmava no contexto mundial, o neo-liberalismo.

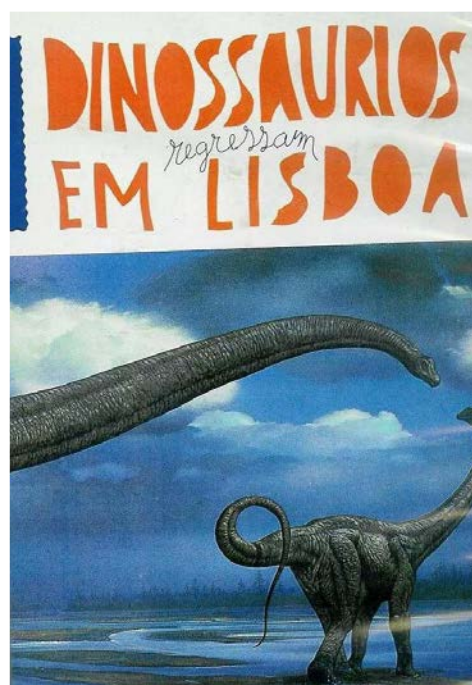
No campo concreto da cultura e dos museus, como vimos, verificou-se e verifica-se ainda uma forte resistência à sua assumpção plena. Na verdade, essa resistência, para além das razões profundas que já desenvolvemos e que se prendem com a visão enraizada durante décadas da cultura como antónimo de economia, significa recusar que os museus sejam deixados sós num ambiente de extrema competitividade, onde a sobrevivência é um dado sempre em aberto e onde a mesma significa fazer cedências à pureza original que muitos associam à acção cultural.

Todavia, lentamente, os cortes orçamentais destinados aos grandes museus – ou as restrições ao aumento das despesas - foram operando os seus efeitos, com as consequências de estes terem sido impelidos para o campo do mercado. Assim, as suas reacções adaptativas ao novo contexto económico do desenvolvimento nacional, foram múltiplas, passando todas elas por de formas identificar as respectivas vantagens comparativas e por maximizar as suas transformações em vantagens competitivas.

Figura 59 – A democratização da cultura



Cartaz de Maria Velez, sem data.
Fonte: coleção própria.



Primeira grande exposição do Museu de Mineralogia e Geologia da Universidade de Lisboa, sem autor e sem data. Fonte: própria.

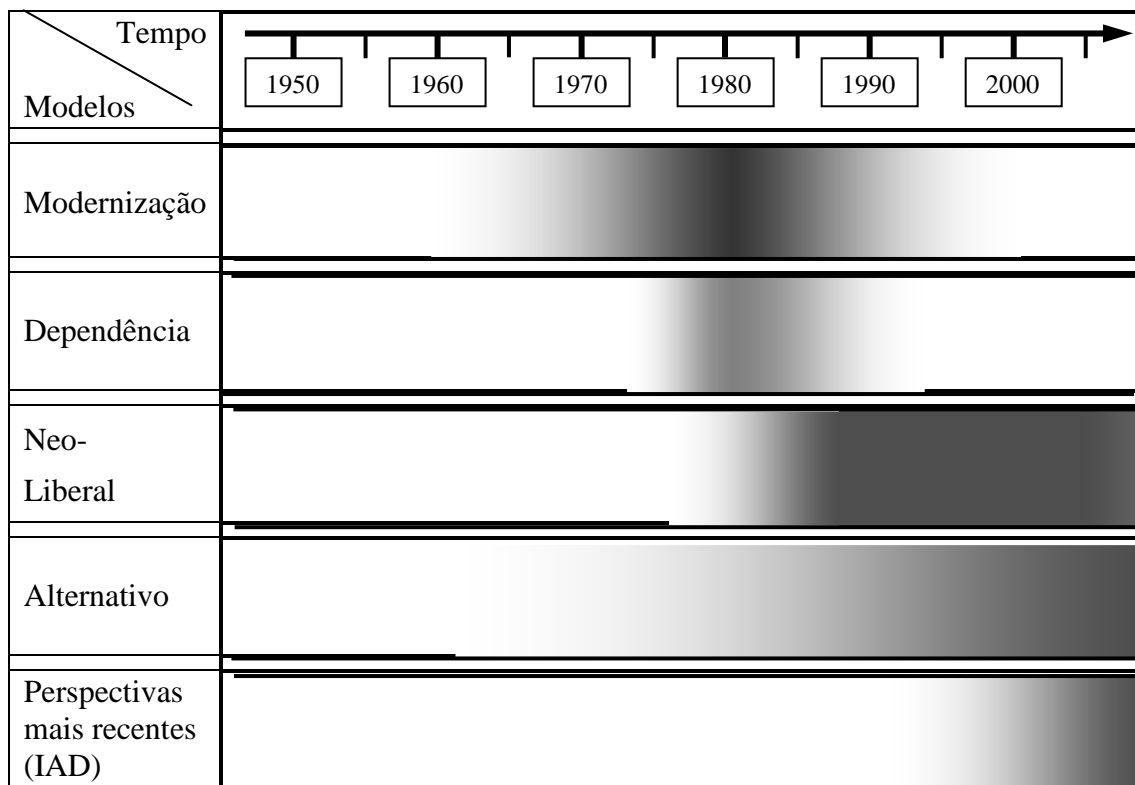
Basicamente, corresponderam a três caminhos complementares e interdependentes:

- a) O alargamento dos mercados alvo, seja pela produção de programas de comunicação dirigidos a públicos específicos e bem identificados, seja através do recurso a formatos expositivos facilmente globalizáveis.
- b) A introdução do “espectáculo” nos museus através da adopção das novas tecnologias aplicadas ao discurso expositivo e da consequente produção de experiências inesperadas, de forma a poder competir num universo cada vez com menor sensibilidade e capacidade para a surpresa devido à crescente concorrência por parte dos *media* de forte impacto e de efeitos instantâneos.
- c) A abertura ao público e aos seus anseios e necessidades, deixando para trás a anterior atitude arrogante e sacralizante que caracterizava os grandes espaços museológicos nacionais. O público passa a ser encarado como um consumidor que, como cliente, tem sempre razão.

Neste ambiente reactivo, três aspectos concretos merecem o nosso sublinhado: a incorporação de especialistas no quadro de pessoal dos grandes museus, tecnologicamente aptos e inovadores, tendo em vista concretizar novas formas de comunicação eficazes, bem como despoletar ambiências e experiências de inserção total com forte impacto; a elaboração – ou aluguer no mercado internacional – de grandes exposições capazes de conduzir aos museus um público numeroso e indiferenciado susceptível de produzir proventos significativos; o alargamento da oferta de serviços disponíveis para serem comprados e a mercadorização do património musealizado, directamente através da comercialização nas lojas do museu ou de formas de *merchandizing*, ou, indirectamente, através da venda da imagem do museu às grandes empresas privadas ou públicas.

Em qualquer dos casos, o modelo de desenvolvimento neo-liberal alterou o ambiente de paz e tranquilidade em que as catedrais da cultura viviam no País e lançou os museus, definitivamente, para o campo das indústrias culturais, com todos os aspectos negativos e positivos que isso significa.

Figura 60 – Modelos museológicos em Portugal e o tempo



Fonte: elaboração própria

Figura 61 – Caso de referência I

O Ecomuseu Municipal do Seixal, um marco na museologia e nos museus portugueses

O ecomuseu do Seixal constitui uma referência incontornável no desenvolvimento do pensamento museológico nacional, já porque constituiu uma das primeiras materializações, em Portugal, das novas correntes de pensamento alternativas aplicadas aos museus, já porque vai ilustrar – em contraponto ao percurso seguido pelo Museu de Monte Redondo – as mais valias e as limitações decorrentes de uma estreita ligação ao poder autárquico.

No seu surgimento e formatação há que ter em conta, como elementos explicativos, três vectores convergentes:

- a) Uma autarquia preocupada com a salvaguarda e a promoção das infra-estruturas e dos valores culturais específicos, preocupação essa que se inseria dentro do quadro do grande movimento pós-25 de Abril relativo à defesa dos bens patrimoniais como forma de promoção das identidades territoriais e comunitárias (tanto mais importante num concelho alvo de uma forte

pressão (sub) urbanística), bem como forma de estabelecer bases para um desenvolvimento endógeno e socialmente sustentável (tudo isto acrescido pelo potencial de mediação entre a população e a autarquia que um museu local encerra).

- b) Uma população receptiva à constituição de um museu que a retratasse e lhe desse o sentido do seu passado (ameaçado pela explosão demográfica associada a um saldo migratório amplamente positivo), disposta a acarinhar, valorizar e, mesmo, participar nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Museu e, em acréscimo, identificada e em consonância com a política cultural da autarquia.
- c) Um inovador, neste caso António Nabais²¹⁷, com os conhecimentos necessários das novas correntes museológicas (em boa parte devido à influência de Hugues de Varine), com vontade de as explorar e com o dinamismo e capacidade institucional para as concretizar.

Neste quadro de condições favoráveis e na decorrência de um conjunto de trabalhos no domínio do levantamento e da exposição do património (nomeadamente a exposição “ O Trabalho na história do Concelho do Seixal²¹⁸), foi constituído, em 1982, o Museu Municipal do Seixal, mais tarde, por sugestão/opinião de Hughes de Varine, apelidado do Ecomuseu do Seixal.

No folheto editado aquando do seu primeiro aniversário, vem, desde logo, expresso o grande objectivo desta instituição museológica: “ a salvaguarda e valorização do património cultural e natural, sempre que possível *in situ* e em actividade, a fim de colocar à disposição da população local instrumentos críticos que favoreçam a tomada de consciência dos seus valores culturais”. Duas ideias força emergem: a manutenção do património nos seus contextos geográficos e funcionais (aspecto caro à ecomuseologia); a criação de condições e o estímulo necessário para a acção directa da comunidade (aspecto associado à Nova Museologia, embora neste particular a estruturação dos objectivos ter sido tímida, já que se fica pelos valores culturais, não explicitando a finalidade última dessa “tomada de consciência” dos mesmos).

Graça Filipe²¹⁹, muitos anos volvidos, numa comunicação ao 1º Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal, complementa, já no registo de balanço de actividade, a proposição inicial de objectivos: “ A actividade do Ecomuseu do Seixal assenta numa política cultural que articula, entre outras vertentes, a educação, a valorização do património e a constituição e transmissão de acervos museológicos, como recursos de desenvolvimento sustentado de um território delimitado pelas

²¹⁷ António Nabais, historiador e museólogo é uma das referências incontornáveis na divulgação e na afirmação da Nova Museologia em Portugal.

²¹⁸ Fernandes, Ana Mercedes Stoffel (2006), *Um Núcleo Documental para o Estudo do MINOM*, dissertação de mestrado apresentada na ULHT, Pág. 73.

²¹⁹ Graça Filipe – Museóloga, Chefe de Divisão de Património Histórico e Natural/Directora do Ecomuseu do Seixal.

competências municipais, num quadro complexo de referências regionais/metropolitanas”. Um texto bastante mais elaborado, melhor contextualizado na problemática dos museus como ferramenta para o desenvolvimento, mas, em nosso entender, com menos força e ambição nos planos da transformação social e da promoção da acção directa das populações.

Esta constatação – que assumimos enquanto opinião pessoal sempre questionável – leva-nos para o domínio dos limites, mas também das vantagens, de um museu que é um serviço da Câmara Municipal, na verdade, a sua Divisão de Património Histórico e Natural²²⁰.

Desde logo, as vantagens são evidentes, no plano dos investimentos possíveis em infra-estruturas (o Museu possui, actualmente, seis núcleos e duas extensões), mas também no quadro humano, em quantidade e qualidade, que permite. Conjuntamente, estes dois vectores possibilitaram uma dinâmica e uma vitalidade de desenvolvimento e de afirmação da instituição impensável noutro contexto institucional/tutelar.

Por outro lado, pensamos que não existem “almoços grátis”, ou seja, que houve um preço a pagar, o qual, mais uma vez na nossa opinião, pode ser ilustrado através dos seguintes aspectos principais:

- a) Inicialmente, na definição da área de influência do Museu, a qual foi ajustada aos limites territoriais do Concelho e não, como faria mais sentido, ser dimensionada como de geometria variável, em função das temáticas em causa.
- b) Posteriormente, na ligação das práticas museológicas às estratégias autárquicas (nomeadamente à estratégia política), à diluição do carácter de promoção da participação activa da população numa perspectiva de fomento da sua capacidade de acção directa (em última análise, contraditória com o sistema de representativo em que se baseia o poder autárquico e, igualmente, com a sua tendência para a liderança de todos os processos), à institucionalização, profissionalização e burocratização da gestão e da actividade museológica, com efeitos na diminuição dos níveis e patamares de participação da comunidade na vida do museu (que não deverá ser somente visitar, documentar-se e educar-se, mas também gerir, operacionalizar, decidir).
- c) No futuro, na sustentabilidade do próprio projecto museológico, no quadro de alterações possíveis e previsíveis do executivo camarário.

Independentemente destas observações, interessa concluir como começámos, sublinhando o lugar destacado desta instituição no contexto da renovação museológica em Portugal e o papel inspirador que, para muitos - entre os quais nos incluímos -, desempenhou.

²²⁰ Câmara Municipal do Seixal (2000/01), *Ecomuseu Municipal do Seixal, Programa de Qualificação e de Desenvolvimento*, CMS, Pág. 3.

Figura 62 – Caso de referência II

O museu Etnológico de Monte Redondo, um projecto inovador e experimentalista

O Museu do Casal de Monte Redondo foi criado, em 1981, no quadro de uma concepção museológica tradicional, ou seja, dentro de uma perspectiva de recolha de objectos museológicos e a sua posterior exposição. A ideia era, então, montar um museu etnológico e abri-lo, através da exposição, à observação do público.

Contudo, como o caminho também se faz caminhando, cedo alterou o seu rumo, centrando, progressivamente, a sua atenção e acção no presente e nos seus problemas, elegendo, concomitantemente, como motor fundamental da sua produção e operacionalização, a comunidade que lhe dava sentido e o justificava.

Para tanto, como afirma o seu principal dinamizador Mário Moutinho, “cedo nos apercebemos de que a população local exigia mais do que não propúnhamos e menos do que pretendíamos”²²¹. A este contributo/reivindicação da comunidade local, há que adicionar, também no caso de Mário Moutinho e dos seus companheiros do núcleo inicial do Museu, os efeitos da “inovação” museológica que Hughes de Varine protagonizou.

É neste contexto que o museu inicia o seu percurso enquanto meio de expressão ao serviço da comunidade e, como é afirmado no documento atrás citado, “escapou aos museógrafos que pretendíamos ser para se transformar num trabalho colectivo com um vasto campo de acção até aí desconhecido” (*Meridies* Nº 1, Pág. 155).

É, de resto, a assumpção que este museu fez – e continua a fazer – de que não existem limites para a inovação, seja em matéria dos processos, seja no domínio dos campos de actuação, que, quanto a nós, constitui o seu contributo fundamental para o desenvolvimento da museologia em Portugal e que lhe confere o carácter único e extraordinário que lhe reconhecemos.

Definindo o seu âmbito de intervenção como colocado no da museologia do quotidiano e no da museologia informal²²² – alvo e forma de intervenção – o Museu leva aos limites o experimentalismo no domínio do aprofundamento da sua função social, desembaraçando-se, progressivamente, de um conjunto de preconceitos-obstáculos que tolheram muitas das instituições que tentaram trilhar um

²²¹ Museu Etnológico de Monte Redondo (1984), Projecto de Actuação do Museu Etnológico de Monte Redondo”, *Revista Meridies Nº1*, Monte Redondo, Pág. 155.

²²² Moutinho, Mário (1997), Theory and Practice of Social Museology, *Stoneterior*, Nº 46, Tóquio (sem número de página).

caminho paralelo: embora existente, o acervo físico foi desviado do centro das suas atenções; a originalidade e a antiguidade das peças expostas deixaram de ser preocupações; a gestão foi entregue aos elementos mais activos da população através de um “Concelho Informal de Gestão”; a independência face a qualquer tutela ou financiador mantida; as portas foram abertas a todos para levarem a cabo os projectos que entendessem; as ideias foram consideradas a matéria-prima com que o Museu deve lidar. Um posicionamento ímpar, como dissemos, e não só em Portugal.

É certo que este posicionamento experimentalista e de vanguarda teve os seus custos, os quais o Museu assumiu e assume como o preço a pagar pela informalidade e a abertura que permite a inovação: o seu desenvolvimento foi lento em termos de infra-estruturas, a sua visibilidade é relativa para além dos meios locais e da museologia; a sua acção foi muitas vezes desenvolvida sem a orientação que um plano estratégico (ou uma direcção forte) lhe poderia conferir; não possui um corpo profissional remunerado; a sua acção é vista com alguma desconfiança pelos poderes políticos e os pequenos poderes da museologia; alterna entre períodos de grande actividade e outros de inacção quase total. Mas, como se subentende pelas nossas palavras, é um preço bem pago por algo inestimável e único: a consciência de que todos os caminhos continuam em aberto.

Para nós, que colaboramos com este museu há mais de 20 anos (e que, portanto, não somos uma fonte isenta), este posicionamento foi uma escola de vida – de humildade na acção e de relativização do conhecimento científico face ao que deriva da experiência quotidiana -, foi uma lição de postura – nem tudo é comercializável, sobretudo no domínio dos princípios -, e foi, igualmente, um local de aprendizagem de uma museologia como veículo de crescimento colectivo e individual, não só de a quem se destina, mas também de quem a produz.

Sendo um museu cujas actividades não passam obrigatoriamente por uma expressão expositiva e, muitas vezes, do domínio material, a sua observação e avaliação por elementos externos à comunidade e aos que nele participam activamente é especialmente difícil. Esta questão ganha especial acuidade quando, por exemplo, se trata da sua análise por parte de entidades como a Rede Portuguesa de Museus, para as quais, e segundo os seus critérios normais, se coloca mesmo a questão de estarmos em presença de algo que se pode denominar “Museu”.

Efectivamente, trabalhando dentro de um registo de público beneficiário (o que beneficia da acção do Museu, mesmo, hipoteticamente, desconhecendo a sua existência) e no âmbito de um conceito de acervo desmaterializado, o Museu de Monte Redondo escapa às matrizes tradicionais de análise das suas actividades, muitas delas não entendidas ou, mesmo, pouco valorizadas. No fundo, o “drama” comum aos que estão para além do seu tempo e aos que produzem e assumem a criatividade e a inovação como forma de acompanhar (e promover) a mudança.

Por fim deixamos um extracto que, quanto a nós, ilustra bem o posicionamento do Museu no seu

Capítulo 4 – O alargamento do conceito de museu e as suas funções enquanto instrumento de desenvolvimento

contexto local (Moutinho, 1997, Pág. 6): “Ora num pequeno meio rural, com recursos limitados, é a nosso ver tão importante valorizar a profissão de cabeleireira ou de costureira (fundamentais na economia doméstica de muitas famílias) através de concursos, como alojar uma escola para crianças com dificuldades de aprendizagem, protestar contra a desqualificação da madeira de pinho (a principal riqueza da região são as florestas e indústrias de madeira e resinas) pela legislação da Comunidade Europeia, ou guiar visitantes nos circuitos de ecomuseologia do Museu.”.

5 – CONCLUSÕES PARCIAIS

Nas páginas anteriores passámos em revista os três elementos que nos propusemos analisar no início deste trabalho: modelos de desenvolvimento, turismo e museus. A janela temporal que utilizámos foi aquela que corresponde ao período posterior à II Grande Guerra Mundial enquanto as escalas analíticas privilegiadas foram a global, a europeia e a do País, muito em especial a primeira e a última.

Não obstante estas opções de base, considerámo-las sempre como quadros orientadores que não deveriam impedir, quando necessário, a expansão do roteiro discursivo do trabalho: assim, nalguns casos, estendemos temporal e espacialmente a nossa atenção para outras realidades que não se encontravam, à partida, dentro do “raio de eficiência” definido. Foi o caso, no domínio do tempo, da primeira metade do Século XX, ou, no domínio do espaço, do nível local.

Por outro lado, considerámos que este tipo de trabalho – essencialmente de natureza relacional – não deveria cair na tentação de desenvolver à exaustão todas as temáticas que estavam em causa. Pelo contrário, a nossa opção foi a de explorar cada tema na medida da satisfação de dois requisitos:

- a) Proporcionar uma panorâmica de enquadramento susceptível se suportar o desenvolvimento da problemática.
- b) Aprofundar os aspectos que considerámos essenciais para o trabalho que nos propusemos efectuar.

Neste quadro, temos a consciência que outros domínios possíveis de desenvolvimento das três matérias-alvo deste debate ficaram em aberto, da mesma maneira que os vários módulos que compuseram cada uma dessas matérias poderiam ter sido

aprofundados. Foi o caso do turismo em Portugal e, sobretudo, pela quantidade de informação disponível que tínhamos em nossa posse, bem como pela própria vivência pessoal, nas últimas décadas, da museologia portuguesa contemporânea. Em qualquer dos casos, contudo, impusemos a nós próprios uma economia discursiva e o relevar dos momentos e pontos que considerámos essenciais.

Obedecendo ao mesmo princípio de economia, neste ponto de conclusões parciais não iremos proceder à compilação das conclusões que foram sendo extraídas em cada capítulo e em cada ponto – até porque se encontram expressas nos seus devidos lugares -, mas sim proceder àquilo que se nos afigura primordial, que é efectuar o enlace entre as várias etapas que constituíram o nosso discurso.

Este enlace conclusivo, não só será uma forma de integrar as diversas componentes, mas também de dar uma resposta parcial às grandes questões que organizam este trabalho: existem efectivamente relações entre os percursos do turismo e dos museus e os modelos de desenvolvimento dos territórios? Ou, numa perspectiva um pouco mais ambiciosa, qual o conteúdo relacional existente no triângulo museus/turismo/modelos de desenvolvimento? Ou ainda, num sentido mais pragmático, de que modo os museus podem contribuir, ou mesmo serem elementos-chave, de um novo modelo de desenvolvimento turístico que contribua efectivamente para o progresso e bem-estar das comunidades?

Como se torna evidente, as interrogações não detêm exactamente o mesmo âmbito analítico. Enquanto a primeira nos remete para uma pesquisa no sentido de se apurar em que medida os modelos de desenvolvimento que abordámos podem ser encarados como chaves explicativas das dinâmicas verificadas nos museus e no turismo, a segunda remete-nos para uma outra dimensão que acresce à primeira, e que constitui o terceiro lado do triângulo relacional: as ligações entre o turismo e os museus. Finalmente, a terceira introduz-nos a dimensão do futuro, isto é, como é que os museus podem amenizar e humanizar a actividade turística, ajudando a conciliar os desejáveis impactes económicos da actividade com a necessária sustentabilidade e a indispensável consciência social.

A este quadro, há, ainda, que acrescentar uma óptica que incorpore escalas diferenciadas, já que as referidas relações podem apresentar variações e intensidades diferentes consoante o nível espacial considerado.

Assim sendo, as conclusões que apresentaremos serão parciais – e isto explica não só o título que demos ao capítulo, mas também a presença desta palavra três parágrafos acima – porque:

- a) A verificação, ao nível local, do papel-chave dos modelos de desenvolvimento no processo de estruturação do turismo e dos museus será concluída através do estudo de caso que nos propomos desenvolver no Concelho de Silves.
- b) O terceiro lado do triângulo – turismo e museus – embora tenha sido abordado na generalidade logo no segundo capítulo, por opção, será concretizado no mesmo estudo de caso. Foi, em nosso entender, uma forma de fugir a uma listagem exaustiva de ligações transversais, a maioria delas óbvias do ponto de vista teórico, mas menos evidentes quando se passa para o plano do local e do concreto.

Nesta medida, os domínios conclusivos parciais estão definidos, faltando somente dar-lhes as devidas respostas.

Na globalidade, consideramos agora - depois do trabalho que foi efectuado – que efectivamente existe uma relação entre as dinâmicas teóricas/conceptuais e metodológicas verificadas no âmbito do desenvolvimento dos territórios e os percursos trilhados pelo turismo e pela cultura/museus.

Contudo, há que reconhecer que:

- a) As lógicas relacionais não são totalmente lineares e directas.
- b) As lógicas relacionais não são totalmente correspondentes do ponto de vista temporal.
- c) Existem outros factores, diversos em função das realidades consideradas, que detêm peso explicativo nos percursos do binómio museus/turismo e que se prendem com as especificidades próprias dos espaços e das épocas.

No caso português, este último aspecto é particularmente relevante pelas condições específicas de ordem política que o País atravessou e que se estenderam até praticamente aos anos 90. É, contudo, de ter em linha de conta que esta especificidade portuguesa não foi sentida da mesma forma nos domínios do turismo e dos museus. Duas razões podem explicar tal facto:

- a) No domínio do turismo, Portugal constituiu uma fronteira entre o Centro e a Periferia durante décadas, facto que, tendo em conta que o turismo mobiliza fortemente os recursos das periferias e que liga estes dois mundos, explica, em aliança com o facto do turismo ser uma actividade claramente económica, uma maior relação entre os grandes modelos de desenvolvimento e a formatação nacional da actividade turística.
- b) No domínio dos museus, estes não só recusaram, durante décadas, a sua ligação com a dimensão económica, como não assumiram, até há bem pouco, qualquer papel particular como instrumentos de desenvolvimento (para além da retórica vaga do seu papel na divulgação e ensino da cultura erudita). Por outro lado, porque dependentes economicamente do Estado, os grandes museus desempenharam, durante décadas, um papel de suporte ideológico dos

regimes, os quais, porque afastados do *mainstream* mundial, introduziram nos museus efeitos de retardamento face ao exterior.

Figura 63 – Relações apuradas no final da Parte A ente as dimensões estruturantes do trabalho

	Grandes modelos de desenvolvimento	Desenvolvimento do turismo à escala global	Desenvolvimento do turismo à escala nacional	Percursos museológicos à escala nacional	Percursos museológicos à escala nacional
Grandes modelos de desenvolvimento					
Desenvolvimento do turismo à escala global					
Desenvolvimento do turismo à escala nacional					
Percursos museológicos à escala global					
Percursos museológicos à escala nacional					

Legenda:

- Relações muito evidentes
- Relações evidentes
- Relações menos evidentes

Fonte : elaboração própria.

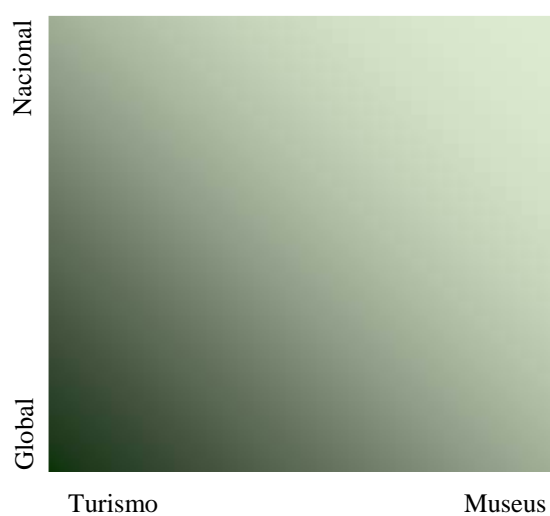
Como remate a esta conclusão, apresentámos um quadro em que ilustramos o peso das relações que em nosso entender se identificaram. Mais uma vez prevenimos para o seu carácter provisório, sobretudo na dimensão turismo/museus.

Através da análise do mesmo quadro, podemos identificar dois vectores fundamentais na gradação – intensidade e linearidade – das relações entre os três elementos fundamentais considerados neste trabalho: os modelos de desenvolvimento, o turismo e os museus.

São, efectivamente, efeitos de *fade-out* que se verificam:

- a) Do turismo para os museus, ou seja, da actividade económica para a actividade menos associada à economia. É de referir que, embora isso não esteja ilustrado na figura anterior, a análise efectuada permite afirmar que a cultura no seu todo estabelece uma situação de passagem ente os dois (tome-se como exemplo as indústrias culturais).
- b) Do plano global ou, se preferirmos, mundial para o nacional. Ao nível do local, o estudo de caso permitirá – ou não - confirmar a tendência espacial. Ao momento, temos que confessar, encontramos argumentos que vão nos dois sentidos, pelo que preferimos não avançar com conjecturas.

Figura 64 – Modelo relacional entre componentes



Fonte: elaboração própria.

PARTE B – ESTUDO DE CASO, O CONCELHO DE SILVES

6 – CONTEXTO TERRITORIAL NUMA PERSPECTIVA DINÂMICA E MULTI-ESCALAR

Desde logo, a primeira questão a que importa dar resposta prende-se com as razões que suportam a escolha do local que entendemos eleger para instalar o nosso “laboratório” de análise territorial.

Três razões principais, embora com níveis de relevância distintos e com domínios de significado igualmente diferentes, estão na base da nossa preferência pelo concelho de Silves:

- a) Em primeiro lugar, no domínio da aplicação do corpo teórico e conceptual desenvolvido anteriormente, o Concelho surge-nos com um inegável potencial, já que – i) detém um percurso na vertente do desenvolvimento turístico em consolidação desde os anos 60, em torno da freguesia de Armação de Pêra; ii) é suporte de um número considerável de experiências museológicas inovadoras e de qualidade reconhecida; iii) é um concelho extenso e, sobretudo, com territórios encerrando características naturais e humanas diversas e com forte potencial de complementaridade em termos de desenvolvimento local, seja por via da diversificação da oferta turística, seja através de outras formas de valorização da sua extensa paleta de recursos; iv) é um concelho-chave da Região em que se insere, já porque integra o grande arco urbano-turístico transversal do Litoral e do Barrocal algarvio, já porque, quiçá como nenhum outro, estabelece a ligação longitudinal entre a Serra o Litoral e entre o Algarve e o Alentejo.
- b) Em segundo lugar, no domínio da afectividade territorial, Silves sempre foi um concelho que me fascinou, pela sua história longa, brilhante e exótica, pelas suas mutações económicas e sociais e, sobretudo, pela sua capacidade em renascer das crises em que a história, as condições naturais ou, pura e simplesmente, o finalizar de ciclos económicos, o votaram de tempos a tempos. A esta vitalidade que emerge em tempos de condições adversas e que

hoje lhe reconheço à luz de um percurso pessoal já longo de prática e de reflexão sobre o desenvolvimento dos territórios, há que acrescentar o fascínio da criança – que por inocente não deixa de marcar os sentimentos futuros – pelas imagens das gestas que o seu castelo vermelho me evocava e me fazia povoar a imaginação já receptiva pela leitura dos romances históricos e dos “Cavaleiros Andantes”, ou pelo carácter mourisco e guerreiro do seu brasão heráldico que admirava e comparava com outros nos azulejos da estação ferroviário-fluvial do Sul e Sueste.

- c) A terceira razão liga-se à operacionalização do estudo de caso, o Concelho de Silves encerra vantagens pessoais que derivam do facto de o conhecer com uma relativa proximidade desde o início dos anos 60 do Século XX. Trata-se de uma vantagem que não é despicienda, mesmo quando a informação sobre os territórios está tão acessível e é tão abundante que, por vezes, a dificuldade incide sobre a selecção e sobre não nos deixarmos submergir sob as torrentes de factos, de números ou de opiniões. Ainda assim, o conhecimento pessoal do território, aquele que não deriva de uma passagem rápida e momentânea, permite ver para além dos números e da informação, permite contextualizá-los nos respectivos períodos históricos e, mais do que tudo, exercer a crítica que a vivência dos mesmos capacita.

Por outro lado, entende-se igualmente dar conta de algumas opções que tomámos e que ajudarão a explicar o fio condutor que imprimiremos ao capítulo inicial deste estudo de caso.

Seja pela formação académica de base que temos, seja pela profissão que desempenhamos, a elaboração e a leitura de caracterizações de concelhos foram – e são – práticas correntes do nosso quotidiano. Assim, cimentámos uma opinião sobre as referidas tarefas, quer na óptica do produtor, quer na do “consumidor”: i) trata-se de análises que, por percorrerem caminhos há muito estabelecidos pelos figurinos da geografia regional, são, normalmente, tão extensas quanto vazias de significado metodológico e de aderência aos contextos que as motivam; ii) consubstanciam prosas

que, por previsíveis, mecânicas e artificialmente abrangentes, encerram um carácter enfadonho, por vezes quase insuportável.

Mas, também é verdade que um trabalho incidente num determinado território encerra a necessidade de o conhecer, e dar a conhecer, em profundidade, nos seus vários *layers* de composição e nos percursos que aí desembocaram. Assim, a grande questão que se coloca é como produzir e dar conta desta informação contextualizante dentro de um quadro estimulante e suficientemente completo sem ser exaustivo.

Dando corpo a estas preocupações, delineámos um roteiro de aproximação ao concelho de Silves e de contextualização da problemática central deste estudo composto por duas vertentes, as quais estruturarão o presente capítulo:

- a) Uma vertente de integração regional e nacional do Concelho (vertente externa), na qual daremos conta das estratégias de desenvolvimento supra-municipais (nacionais e, muito em particular, regionais) e do seu significado para Silves.
- b) Uma vertente de exploração diacrónica e sincrónica das realidades do Concelho (vertente interna), não pelos percursos habitualmente estabelecidos que demos conta anteriormente, mas antes através da exploração de um leque reduzido de questões-chave, as quais, em nosso entender, consubstanciam o travejamento da sua realidade actual.

Assim, dentro do espírito das novas metodologias de exploração territorial holísticas e dirigidas, espera-se conseguir um retrato do território em questão – e um “filme” até ao dito retrato – suficientemente compreensiva (na acepção anglo-saxónica de *comprehensive*) e suficientemente compreensível dentro de um registo de “rapsódia territorial”.

6.1 – O concelho de Silves - integração estratégica de contexto

O Quadro de Referência Estratégico Nacional e o Programa Nacional de Ordenamento do Território consubstanciam, na actualidade, o essencial das grandes orientações nacionais no domínio do desenvolvimento: o primeiro, dentro de um quadro essencialmente estratégico e mais globalizante; o segundo, estabelecendo as grandes opções no domínio da organização do território nacional (Dec.-Lei nº 380/99).

Tratam-se, efectivamente, de dois documentos de vocação estratégica, mas com referenciais de aplicabilidade diferentes, embora convergentes nos territórios: o QREN, enquanto documento de enquadramento das políticas públicas passíveis de apoios dos fundos estruturais e de coesão; o PNPO, enquanto referência obrigatória de todos os restantes instrumentos de ordenamento e gestão territorial.

É, ainda, de referir que os dois documentos supracitados não se encontram isolados no panorama da composição estratégica nacional e que, em conformidade com o desígnio da coerência, assumem e incorporam esse património estratégico anteriormente desenvolvido. Esta natureza de síntese estratégica que os dois documentos, em certa medida, encerram é, de resto, uma das razões porque os utilizaremos como guias principais do trabalho que nos propomos desenvolver no actual ponto.

Entre outros desses documentos complementares de estratégia, citaríamos:

- a) Ao nível europeu, as orientações da Estratégia de Lisboa e o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC).
- b) Ao nível nacional, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) e o Plano Tecnológico.

Como já se assinalou anteriormente noutro capítulo (c. f. ponto 3.4.2), o grande objectivo para o País que o QREN assume - a “qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem

como a promoção de níveis elevados e sustentáveis de desenvolvimento económico e socio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.” – será concretizado através do desenvolvimento de três agendas temáticas tendo em vista:

- a) Fomentar a competitividade do País num contexto de crescente globalização e de um duplo cerco por parte não só das economias mais desenvolvidas tecnologicamente, mas também por aquelas que beneficiam de factores de produção mais vantajosos, nomeadamente ao nível do custo do trabalho.
- b) Acrescer o potencial humano nacional através da promoção, intensificação e qualificação de vectores diversificados de formação e da criação de condições para o efectivo despoletar desse potencial.
- c) Promover a qualificação dos territórios, tendo em vista a sua dinamização económica e o incremento dos factores de qualidade de vida, numa óptica de coesão nacional.

Sendo um documento bastante abrangente e exaustivo, para além da sua apresentação genérica que efectuámos, importa ter em consideração, sobretudo, o que nele se reporta mais directamente à tarefa que nos norteia.

Sendo certo que todo ele detém significado concreto para as diversas regiões e os vários locais, seja por força das prioridades gerais que define para o País, seja pelo enquadramento e as orientações que estabelece ao nível dos programas operacionais regionais, deter-nos-emos nos aspectos concretos relacionados com o posicionamento das regiões no paradigma de desenvolvimento que preconiza.

Desde logo, o QREN reconhece que as políticas anteriormente seguidas relativamente ao desenvolvimento das regiões não produziu os efeitos esperados, quer no plano do crescimento económico do tecido regional, quer no da correcção das disparidades inter-regionais. Para tanto, são apontadas duas causas principais:

- a) Impacto das dinâmicas nacionais nos níveis regionais.

- b) Dicotomia entre as políticas públicas nacionais e as regionais de desenvolvimento, nomeadamente nos planos da competitividade e da coesão.

É, pois, neste contexto que o Quadro de Referência Estratégico Nacional assume uma renovação das políticas regionais estruturada em torno de dois vectores principais: i) reforço da componente “valorização do território” através do reconhecimento e aproveitamento das especificidades próprias em matéria de potencial de desenvolvimento; ii) partilha de responsabilidades - entre o plano nacional e o regional – em termos da coesão dos territórios, mas também da competitividade das partes e do todo nacional.

Figura 65 – O posicionamento estratégico de Portugal

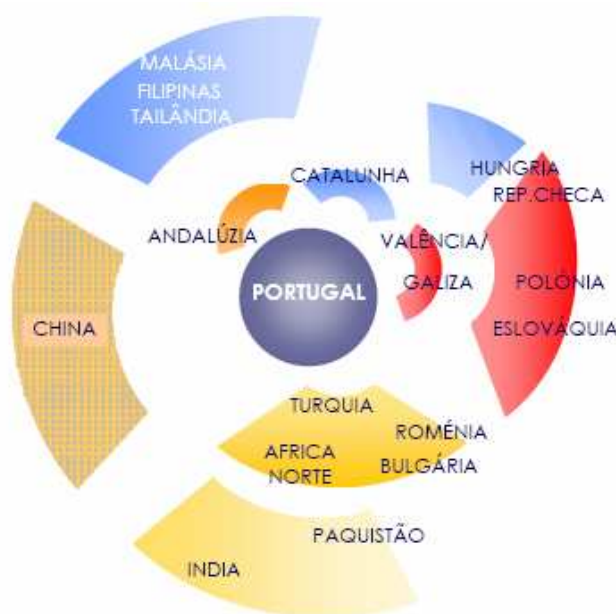


Figura extraída de “Portugal, prospectiva das Actividades e Territórios”²²³.

Trata-se, então, de um documento de estratégia que, partilhando responsabilidades entre a dimensão nacional e a regional, abre caminho para uma maior autonomia das

²²³ Ministério das Finanças (2004), *Portugal, prospectiva das Actividades e Territórios*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Direcção de Serviços de Prospectiva.

regiões na gestão dos seus processos de desenvolvimento, facto que, no caso do Algarve, é algo de importância primordial tendo em atenção não só as características e a problemática específica da Região, mas também o facto desta estar em fase de *Phasing Out*²²⁴, o que significará, a curto trecho, a sua passagem plena para o objectivo competitividade, logo, reduzindo significativamente o acesso aos fundos de estruturais.

Contrariamente ao QREN, o Programa Nacional da política de Ordenamento do Território configura um documento que, embora de âmbito nacional, assume uma expressão mais regionalizada. Assim, este documento efectua um varrimento analítico da Região, no qual conclui que embora o Algarve possa ser considerado como uma das regiões mais internacionalizadas e dinâmicas do País (responsável por 8% das exportações e com uma capacidade atractiva de novas populações acima da média nacional), apresenta fragilidades evidentes no que respeita ao modelo de desenvolvimento seguido até ao momento:

- a) Fragilidade da base económica, derivada da excessiva concentração nas actividades turísticas e no imobiliário.
- b) Extensividade e desequilíbrio do modelo de crescimento, sem uma evidente qualificação das actividades económicas predominantes e sem o surgimento de outras alternativas e dando origem a formatações territoriais adversas, em termos de qualidade e de coerência.

Globalmente, a apreciação efectuada sobre a Região do Algarve neste documento é bivalente: no âmbito da competitividade, o Algarve tem vindo a experimentar dinâmicas pouco satisfatórias; na vertente da coesão, a Região tem experimentado uma evolução francamente positiva, o que é raro em territórios onde o turismo é um pilar essencial da economia, já que este tende, tradicionalmente, a produzir fragmentações territoriais.

²²⁴ O regime de *phasing out* é um regime de transição entre os objectivos “coesão” e “competitividade”, concedido às regiões que na Europa a 15 teriam um PNB inferior a 75% da média da União mas que, por via da integração dos novos países, superaram essa fasquia.

Tendo em mente estas e outras constatações que emergem do diagnóstico regional efectuado, o PNPOT avança com quatro grandes objectivos estratégicos para a Região, os quais concretizaremos e avaliaremos, posteriormente, em função do seu significado concreto para Silves:

- a) Diversificar e qualificar o *cluster* do turismo, algo que, tendo em atenção o peso da actividade na Região e a sua evolução recente menos positiva, seria algo de incontornável. Este objectivo vem, de resto, ao encontro das orientações nacionais e regionais inscritas no Plano Estratégico Nacional do Turismo.
- b) Robustecer e qualificar a economia e promover actividades intensivas em conhecimento, um objectivo que pretende devolver a diversidade funcional e económica que a Região já possuiu outrora, mas agora numa base inovadora e competitiva visando a exportação e a prestação de serviços qualificados às empresas. Ou seja, associar as vocações e os saberes tradicionais ao conhecimento intensivo, de forma a desenvolver novas actividades e novos produtos susceptíveis de integrar o Algarve no conjunto das regiões inovadoras e desenvolvidas da Europa.
- c) Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo, controlando o processo de urbanização concentrado no Litoral e difuso no Barrocal, conferindo novas centralidades à armadura urbana e proporcionando as condições necessárias à qualificação do turismo e à renovação e reconstrução da base económica da Região.
- d) Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável, um objectivo tão essencial para uma região que aposta no turismo e nas actividades económicas de nova geração, como para um território que aposta na qualidade de vida e no futuro dos seus habitantes.

Ainda dentro do quadro dos planos de âmbito nacional, embora não procuremos a exaustividade, parece-nos importante efectuar uma nota sobre o Programa de Desenvolvimento Rural (o qual concretiza o Plano Estratégico Nacional de

Desenvolvimento Rural 2007-2013), já que, como se sabe, o Algarve “não é só turismo”, continuando a deter extensas áreas de matriz rural na Serra, mas também no Barrocal. Por outro lado, é este instrumento que, no seguimento das orientações emanadas pela Comissão Europeia relativas ao apoio ao desenvolvimento pelo FEADER, enquadra a abordagem LEADER incidente sobre a dinamização das zonas rurais, em geral, e o desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer (subprograma 3, Medida 3.1, Acção 3.1.3), bem como a conservação e valorização do património rural, em particular (subprograma 3, Medida 3.2, Acção 3.2.1). Estes aspectos são particularmente relevantes, quando sabemos que o Algarve possui três Grupos de Acção Local²²⁵ (Vicentina, In-loco e a Associação Terras do Baixo Guadiana) e que o Concelho de Silves, em particular, integra parcialmente a área de acção de dois deles (In-Loco – freguesias de São Marcos da Serra, São Bartolomeu de Messines e Silves; Vicentina – freguesia de Silves).

Como remate deste varrimento pelos principais documentos de estratégia e de intervenção extra-regionais (ao qual adicionaremos o PENT, que por já ter sido referido anteriormente neste trabalho nos dispensámos de apresentar novamente), elaboraremos uma súmula transversal das principais orientações estratégicas relevantes para a Região e discutiremos o seu significado para o caso concreto do Concelho de Silves. Não incluiremos nesta súmula aquelas que, embora seguramente relevantes no plano global, não possuem, em nosso entender, maior relevo para o Algarve do que para as restantes regiões do País, sendo, portanto, orientações estratégicas de âmbito e validade de natureza global e nacional (como são, por exemplo, todas aquelas que estão associadas ao Plano Tecnológico, ao Programa de Estabilidade e Crescimento ou, mesmo, ao Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego).

²²⁵ Os Grupos de Acção Local consubstanciam parcerias organizadas entre entidades públicas e privadas, efectuadas em torno de uma estratégia comum de intervenção territorial (expressa nos Planos de Desenvolvimento Local).

Principais orientações estratégicas em instrumentos nacionais de estratégia com significado específico para a Região do Algarve	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Desenvolvimento de actividades económicas inovadoras e associadas à sociedade do conhecimento	Muito importante	Embora o Concelho não possua unidades de investigação em número significativo, poderá beneficiar do <i>know-how</i> produzido nos centros regionais de I&D e capitalizá-lo internamente na oferta de novos produtos e serviços.
Diversificação da base económica através da valorização do potencial endógeno	Muitíssimo importante	O concelho de Silves, pela sua extensão e localização, encerra um grande e diversificado potencial de base susceptível de estruturar a diversificação económica do concelho, demasiado dependente do turismo litoral e balnear (actividades agrícolas inovadoras e produção biológica, valorização pela inovação dos produtos agrícolas tradicionais, valorização do potencial florestal, desenvolvimento turístico do interior e das actividades artesanais, indústrias culturais centradas nos bens patrimoniais e na capacidade criativa do concelho, ...)
Promoção das condições para a projecção internacional das actividades económicas e culturais, bem como a inserção competitiva.	Muito importante	Sobretudo nos domínios agrícola e turístico, bem como nas indústrias criativas com base, ou não, no património cultural existente.
Protecção e valorização dos valores ambientais e paisagísticos	Muitíssimo importante	Em todo o concelho, no litoral para apoiar a qualificação turística, no barrocal e na Serra tendo em vista viabilizar o desenvolvimento de ofertas alternativas às convencionais. Por outro lado, os valores ambientais são cada vez mais importantes para a consolidação de uma imagem externa favorável e para o estabelecimento de empresas de nova geração e da sociedade do conhecimento.
Protecção dos espaços naturais com especial sensibilidade através da elaboração de instrumentos de gestão específicos	Importante	Dois tipos de espaços são particularmente sensíveis no Concelho de Silves. A orla costeira e as áreas limítrofes às albufeiras das barragens. Em qualquer dos casos, existem instrumentos de gestão específicos. Interessa, contudo, sublinhar o caso particular da área litoral dos Salgados/área dunar da Praia Grande

(Continua)

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos nacionais de estratégia com significado específico para a Região do Algarve	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Protecção e valorização dos valores e sítios culturais	Muitíssimo importante	O património cultural do Concelho é um elemento fundamental, quer para a constituição de módulos acopláveis ao turismo de Sol e Mar, quer para a constituição de produtos culturais específicos nas áreas do interior. De referir que o património cultural do Concelho é uma componente central na composição da imagem externa do Concelho e no estabelecimento de laços identitários internos
Controle do desenvolvimento urbanístico e do consumo imponderado do espaço rural	Muitíssimo importante	Orientação estratégica fundamental para o futuro do Concelho tendo em vista evitar o actual padrão urbanístico altamente concentrado do litoral e a sua propagação dispersa para o Barrocal
Estruturação e qualificação do sistema urbano	Muito importante	Sobretudo na Vila de Armação de Pêra
Gestão equilibrada e racional dos recursos energéticos e hidráulicos	Importante	Este é um problema transversal à Região, mas que se revela especialmente agudo no Concelho de Silves, seja devido à concentração demográfica e à expansão do turismo litoral, seja pela vocação agrícola de parte do território.
Protecção, promoção e valorização das actividades agrícolas de cariz tradicional e das paisagens rurais	Muito importante	As actividades agrícolas já tiveram uma importância primordial em todo o Concelho. Actualmente, pese embora o processo de desenvolvimento litoralizado e baseado no turismo seguido, as potencialidades no domínio agrícola mantêm-se, muito em particular, como já se referiu, na vertente da recuperação e valorização inovadora dos produtos agrícolas tradicionais. Por outro lado, a paisagem rural constitui o complemento natural ao turismo de Sol e Mar e o suporte cénico para o desenvolvimento de novas formatações de turismo “verde”.

(Continua)

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos nacionais de estratégia com significado específico para a Região do Algarve	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais	Muito importante	O desenvolvimento de novas actividades e a luta contra os desequilíbrios intra-concelhios passam pela manutenção de uma massa crítica demográfica que as possibilite. Neste domínio particular, a qualidade de vida proporcionada às populações, muito em particular às da Serra, revela-se fundamental.
Promoção do desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura	Moderadamente importante	Embora a pesca continue a desempenhar um papel económico para uma pequena parte da população do litoral, pelo facto de ela se ter conjugado com o turismo e, ainda, pela pouca dimensão da faixa costeira do Concelho, assume actualmente um carácter relativamente marginal. Por outro lado, há que ter em conta, que para a Freguesia de Armação de Pêra, a actividade piscatória tradicional faz parte da composição da sua identidade e, por acréscimo, da paleta colorida que estrutura o seu produto turístico, ele próprio associado ao mar.
Qualificação da actividade turística	Muitíssimo importante	A actividade turística tem vindo, desde os anos 60 do Século XX, a ganhar importância na estrutura económica do Concelho, inicialmente no litoral e, desde há uns anos a esta parte, estendendo-se para o <i>hinterland</i> . Contudo, seja pelo facto de se ter tratado de um processo pouco regulado e menos planeado, seja pela obsolescência de algumas infra-estruturas e a persistência de um crescimento privilegiando a quantidade e não a qualidade, são patentes actualmente os sintomas que apontam para a necessidade de reformulação do actual modelo de desenvolvimento turístico, nomeadamente através do incremento da qualidade das infra-estruturas, dos produtos e dos serviços turísticos.
Diversificação e densificação da oferta turística	Muitíssimo importante	Uma outra vertente da reformulação do actual modelo turístico concelhio deverá passar pela diversificação dos produtos e dos serviços, seja através da sua oferta isolada, seja pela constituição de uma oferta modular acoplável aos produtos tradicionais.

(Continua)

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos nacionais de estratégia com significado específico para a Região do Algarve	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Melhorar a imagem das áreas turísticas e conferir-lhes notoriedade competitiva	Muito importante	A imagem externa do litoral do Concelho tem vindo a sofrer alguma degradação, enquanto as restantes áreas carecem de uma imagem turística consolidada. Neste quadro, e tendo em conta as orientações estratégicas do PENT, fará todo o sentido apostar em eventos turísticos com objectivos e ambições diversificadas e, mesmo, em projectos “image-builders”.
Redução da sazonalidade turística	Muitíssimo importante	Tendo em vista a sustentabilidade e estabilidade dos investimentos turísticos – sobretudo no litoral – e a qualidade e estabilidade do emprego no turismo e nas actividades com ele relacionadas
Promoção da coesão entre os territórios	Muitíssimo importante	De importância capital num concelho com a extensão e a diversidade territorial de Silves, sobretudo tendo em conta as velocidades das dinâmicas de desenvolvimento experimentadas pelas várias freguesias
Promoção da cooperação, transregional, transfronteiriça e transnacional	Importante	Sobretudo no domínio da cooperação cultural e no do desenvolvimento local, nomeadamente dando seguimento ao Programa ²²⁶ Piloto de Cooperação Portugal/Espanha/Marrocos no âmbito do ordenamento do território e património cultural ²²⁷ .

No domínio dos instrumentos de gestão territorial regionais, procederemos também a uma selecção daqueles que consideramos mais relevantes, quer para a definição das estratégias regionais, quer para o desenvolvimento do Concelho de Silves.

A “Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2006-2013” desenvolve a sua análise estruturada em torno de quatro grandes áreas temáticas: i) inovação e competitividade empresarial; ii) recursos humanos, emprego e coesão social; rede urbana e infra-

²²⁶ Aprovado por decisão da Comissão em 25 de Novembro de 1998 (Nº FEDER: 970029024I).

²²⁷ GEOIDEIA e TAU (2003), Estudo de Avaliação da Acção Piloto de Cooperação Portugal, Espanha, Marrocos sobre Ordenamento do Território e Património Cultural (Resumo Executivo), Ed. G&T, Madrid.

estruturas económicas e sociais; iv) ambiente e prevenção de riscos. Noutros termos: competitividade e coesão social; infra-estruturas e ambiente.

No âmbito da competitividade regional, são identificados três sectores económicos - já consolidados - como motrizes: o turismo, a construção civil e o comércio. Paralelamente a estes, identificam-se o imobiliário, o agro-alimentar e a biotecnologia como actividades emergentes.

Na globalidade, reconhece-se as elevadas potencialidades da Região decorrentes quer das condições climáticas de excelência de que goza, quer dos recursos naturais e culturais de que dispõe. O turismo, embora excessivamente concentrado no segmento de Sol e Mar, tem assistido nos últimos anos a uma diversificação significativa dos produtos disponibilizados, facto que, a prazo, poderá contribuir para atenuar a elevada sazonalidade do sector, para o incremento da qualidade da oferta e para a melhoria da imagem externa da Região, estas duas últimas bastante abaladas pelo crescimento desordenado do turismo e conseqüente massificação.

O crescimento do turismo, entrelaçado com a actividade imobiliária, está na base do significado regional do sector da construção civil, ancorado fortemente em empresas de pequena dimensão, com pouca apetência para a incorporação da inovação nos processos e nos produtos. Por outro lado, a continuidade do processo de crescimento do parque habitacional no litoral e a sua recente difusão para o barrocal, tem ocupado quase exclusivamente a actividade do sector da construção civil, desviando a sua atenção do potencial que o mercado da reabilitação e recuperação qualificadas encerra.

A actividade comercial é a segunda que mais emprego origina na Região e tem apresentado uma dinâmica significativa, seja em número, seja nos formatos. Tal facto, que se prende, directa e indirectamente, com o desenvolvimento da actividade turística, não tem, contudo, originado uma significativa melhoria na adopção de práticas de gestão e de comercialização inovadoras (excepto nas empresas de maiores dimensões).

Outros sectores económicos com claras possibilidades de expansão na Região, entrelaçam-se com o aproveitamento dos saberes e dos produtos tradicionais mediterrânicos, agora num ambiente qualificado e inovador que a existência de centros de investigação específicos ligados aos estabelecimentos de ensino superior permite (biotecnologias). Estes produtos, bem como os decorrentes da aquicultura, não só beneficiam dos mercados que um turismo mais exigente e mais apoiado na fruição da gastronomia regional abrem, mas também poderão configurar o início de uma cadeia de valor que as agro-indústrias complementarão.

Embora com uma importância pouco significativa no contexto da Região, interessa ainda referir, porque a sua implantação abrange o Concelho de Silves (conjuntamente com Albufeira, Loulé, Portimão e Olhão), o sector da indústria transformadora (metalúrgica, alimentar, cortiça e madeira), o qual, salvo raras exceções, se reveste de um carácter pouco competitivo e com fraca dinâmica.

Figura 66 – O concelho de Silves



No que diz respeito aos recursos humanos, emprego e coesão social, o Algarve, pese embora algumas melhorias verificadas nos últimos anos, debate-se ainda com problemas de monta. Desde logo, pelas carências sentidas nos âmbitos da qualificação escolar e profissional da população, em geral, e da população empregada, em particular. Na verdade, a pressão exercida pelo sector do turismo sobre a população escolar e sobre os profissionais, bem como a sua opção por mão de obra pouco qualificada, de baixo custo, têm, em conjunto, contribuído para o abandono escolar precoce e para desincentivar a formação profissional inicial e ao longo da vida.

No domínio particular do emprego - embora este, por via do turismo e das actividades complementares, apresente uma procura significativa que induz, mesmo, fluxos migratórios para a Região - o Algarve continua a deter uma face obscura: o desemprego sazonal associado aos ritmos turísticos, a informalidade dos vínculos laborais, algum desajuste entre a oferta e a procura e a desqualificação profissional (nomeadamente no turismo e, em particular, na restauração).

Sendo o Algarve uma região de imigração, os problemas relacionados com a coesão social e, em particular, com a integração dessas populações (mas também com as oriundas do interior da Região) é especialmente relevante. Os níveis de criminalidade, as condições de habitação e a qualidade de vida de algumas franjas da população residente, por insatisfatórios relativamente ao todo nacional, revelam que ainda existe um longo caminho a percorrer. Uma situação tão mais preocupante quanto é sabido que o Algarve se encontra em vias de perder (ou reduzir drasticamente) o acesso aos fundos de coesão.

Quanto à rede urbana, infra-estruturas e equipamentos sociais, pode-se dizer que, no domínio da primeira, aquela espelha a Região em termos de recursos e actividades: “As actividades do sector primário, o desenvolvimento rural e a conservação da natureza traduzem-se em modelos territoriais extensivos enquanto o turismo de sol e

praia e o turismo urbano correspondem a ocupações intensivas do território” (CCDRA, 2006²²⁸, pág. 29).

Neste quadro, não é de estranhar que a rede urbana se estruture assente no litoral, em dois eixos polinucleados principais, Loulé-Faro-Olhão e Lagoa-Portimão-Lagos, este último articulado com Silves.

No que diz respeito às infra-estruturas e aos equipamentos, a Região detém carências ainda significativas, seja na resposta às necessidades dos residentes, seja, sobretudo, no apoio ao desenvolvimento turístico e à consequente necessidade de proporcionar respostas qualificadas às exigências crescentes dos turistas e à acrescida competitividade global dos lugares. O sistema ferroviário, pese embora algumas melhorias recentemente introduzidas, continua longe de corresponder ao de uma região turística moderna e competitiva; os sistemas de abastecimento eléctrico e de água, nalgumas áreas, não dão respostas cabais aos picos de consumo; o sistema e as infra-estruturas de saúde apresentam lacunas nalgumas especialidades médicas e são insuficientes para proporcionar níveis de segurança exigíveis em regiões de afluência turística intensa; os equipamentos desportivos e culturais não correspondem ao desiderato expresso de diversificação do turismo regional. E estes aspectos só para citar alguns.

Sendo o Algarve uma região de vocação turística por excelência, o ambiente e os recursos naturais ganham uma importância acrescida. Na verdade, os problemas inerentes à preservação desses valores não se colocam somente no plano da qualidade de vida das populações, mas também no da alimentação da base económica regional que é o turismo. Assim, a sustentabilidade do sector turístico num registo de não degradação dos seus termos competitivos – ou num aumento dos mesmo – passa, obrigatoriamente por dois vectores de intervenção: ordenamento e melhoria ambiental e das áreas litorais (incluindo os ambientes urbanos); preservação dos ambientes e recursos rurais associados à Serra e ao Barrocal, este último alvo crescente da pressão imobiliária e turística.

²²⁸ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (2006), *Algarve, Estratégia de Desenvolvimento 2007-2013*, Faro, CCDRA.

As estratégias de desenvolvimento preconizadas congregam apostas na economia do conhecimento e na salvaguarda dos valores sociais, culturais e ambientais, tendo em vista a produção de um salto qualitativo em termos de competitividade, rumo ao desenvolvimento e à afirmação cabal como uma região turística de relevância internacional indiscutível.

Para tanto, é definido um leque de vectores de intervenção, dos quais, pela sua importância salientamos: fortalecer e modernizar a economia regional, muito em especial o *cluster* do turismo; desenvolver os serviços intensivos em conhecimento e reestruturar os modelos organizativos do tecido empresarial; promover as qualificações dos jovens e adultos e melhorar as condições de empregabilidade; apostar na coesão social da região; fomentar a articulação territorial, melhorar as redes de acessibilidades e o quadro de equipamentos da Região; qualificar, proteger e valorizar a paleta paisagística regional (urbana e rural) e promover infra-estruturas ambientais de qualidade articuladas com políticas eficazes nos domínios da educação ambiental e da prevenção de riscos.

No plano concreto das acções com uma importância capital para o Concelho de Silves, salientaríamos a aposta na navegabilidade do Rio Arade, a qual, a concretizar-se, não só abriria as portas da Cidade de Silves ao turismo náutico e lhe proporcionaria uma via directa de comunicação turística com Portimão e o litoral, mas também, no plano económico mais global, reperia as condições de Silves enquanto cidade “marítima”, as quais, como é sabido, estiveram na base do seu esplendor e da sua relevância em épocas anteriores.

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve) expressa objectivos estratégicos muito semelhantes ao documento que acabámos de analisar: define como ambição tornar o Algarve “Uma região competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento” e traça como grandes objectivos a diversificação do *cluster* do turismo, o robustecimento e qualificação da economia em torno de actividades intensivas em conhecimento, a promoção de um modelo territorial equilibrado e competitivo e a consolidação de um sistema ambiental

sustentável. Como dissemos, um quadro de forte coerência com a “Estratégia de Desenvolvimento 2007-2013”.

Contudo, tendo em atenção a natureza específica do PROT Algarve, a dimensão territorial da estratégia regional é aprofundada, não se desviando esta, no entanto, do espírito global do documento estratégico que lhe serve de matriz. Assim, o modelo de organização do território preconizado, estrutura-se em torno de:

- Sustentabilidade ambiental.
- Reequilíbrio territorial e fortalecimento da armadura urbana.
- Qualificação e diversificação do turismo.
- Salvaguarda e valorização do património cultural.
- Estruturação das redes de equipamentos colectivos, transportes e logística.

Cada uma destas linhas estratégicas de intervenção é, posteriormente, desenvolvida e completada por um leque bastante denso de objectivos operacionais, dos quais daremos conta posteriormente, de forma resumida e enquadrada no conjunto das orientações de génese regional.

Como base territorial de trabalho, o PROT Algarve considera quatro unidades territoriais – Litoral Sul e Barrocal; Costa Vicentina; Serra e Baixo Guadiana – cada uma delas subdivididas em unidades menores. A integração, polémica, do litoral e do barrocal numa única unidade operativa é justificada através da crescente homogeneidade no domínio da ocupação humana recente. Trata-se de uma opção que, certamente, a história urbanística dos últimos anos suporta, mas que, pelos sinais que transmite (resignação perante o avanço do modelo de produção territorial do litoral para o interior), poderá não ser a mais correcta em termos de desenvolvimento - com manutenção das especificidades regionais - futuro.

As subunidades principais que abrangem o território do Concelho de Silves são as seguintes:

- a) Lagoa-Galé – (Sudoeste do Concelho) – inclui a área litoral de forte concentração urbana de Armação de Pêra e o seu prolongamento, com edificação menos densa e mais dispersa, para o interior. Nesta última faixa e de forma crescente à medida que nos afastamos do litoral, subsistem, ainda, algumas explorações agrícolas de policultura, assentes em povoamento rural tradicionalmente disperso.
- b) Silves – (Centro-Sul do Concelho) – inclui a área urbana de Silves e alguns núcleos populacionais menores de génese rural. Compreende uma área agrícola de forte produtividade, estruturada, sobretudo, em torno da hortofruticultura de citrinos, um produto concelhio de créditos firmados ao nível nacional. O vale do Rio Arade integra a Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária Arade/Odelouca).
- c) Guia-Tunes – (Sudeste do Concelho) – trata-se de uma área de forte conectividade transversal e longitudinal que, por esse motivo, desenvolveu alguma base industrial e logística com o correspondente reflexo no povoamento. No restante território predomina uma agricultura diversificada, onde despontam pontualmente alguns núcleos de culturas intensivas sob estufas. O povoamento, disperso com maior ou menor densidade, traduz a natureza das práticas agrícolas e a proximidade às vias de comunicação. Abrange parcialmente o SIC²²⁹ Barrocal da Rede Natura 2000.
- d) Espinhaço de Cão-Monchique (Centro-Oeste do Concelho) – compreende parte da área serrana do Concelho, predominando, como tal, a actividade florestal e, com menor valia económica, uma agricultura de subsistência. Pela

²²⁹ Sítio de Importância Comunitária.

sua importância paisagística e ecológica, integra os SIC Arade-Odelouca e Monchique- Costa Sudoeste²³⁰ da Rede Natura 2000.

- e) Meia Serra (Centro-Este e Norte do Concelho) – área de predominância florestal, compreende igualmente zonas agrícolas e núcleos rurais de média dimensão ao longo dos principais eixos de acessibilidades. Integra os SIC Monchique e Caldeirão da Rede Natura 2000.

Como apreciação geral do PROT Algarve dentro de uma perspectiva concelhia, afigura-se-nos importante referir que as estratégias definidas se adequam de forma assaz ajustada às características de Silves: um concelho com fortes vínculos históricos (salvaguarda e valorização do património histórico-arqueológico); um concelho com fortes assimetrias territoriais (reequilíbrio territorial, estruturação urbana, das redes de transportes e dos equipamentos colectivos); um concelho de importante valia ambiental e paisagística (sustentabilidade ambiental); um concelho de forte potencial turístico (qualificação e diversificação do turismo).

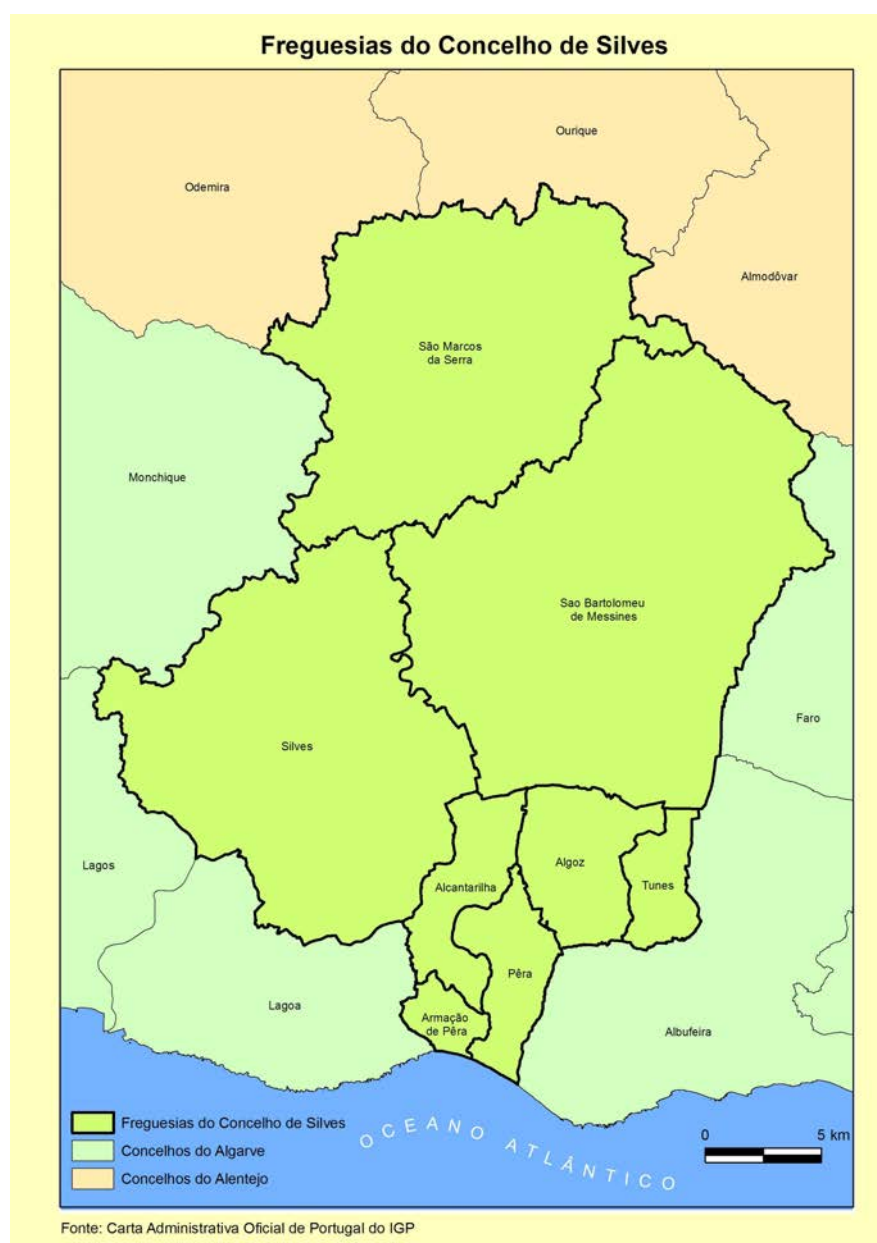
Neste quadro, para além dos objectivos (gerais e operacionais) que são transversais a toda a Região ou a grande parte dela, gostaríamos de salientar, pela sua especificidade concelhia e pelo seu potencial de “alavancagem”, os seguintes:

- O reconhecimento da necessidade de conceber um modelo de desenvolvimento especialmente dimensionado para as áreas do interior.
- A valorização do eixo de articulação “Transversal Serrano”.
- A consideração de uma plataforma empresarial polarizada pelas tecnologias da cortiça (embora não seja líquida a sua localização no Concelho).
- A aposta em produtos complementares ao Sol e Mar, nos quais o concelho dispõe de vantagens competitivas evidentes (turismo de natureza, rural, caça, cultural, ...) e a intenção de promover indústrias criativas baseadas no património histórico-arqueológico.

²³⁰ Segundo o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, o SIC referido designa-se somente Monchique (PTCON0037).

- A hipótese de ligação ferroviária Lagos-Portimão-Lagoa, com extensão a Armação de Pêra.
- A criação do centro empresarial e de logística de Tunes.
- A navegabilidade e valorização turístico-económica do Rio Arade.

Figura 67 – Estrutura territorial e administrativa de Silves



É, contudo, de referir que no domínio específico dos equipamentos colectivos de âmbito regional considerados como estruturantes, dentro de uma lista de 21 projectos identificados, nenhum se situará no concelho de Silves, facto que, tendo em conta a dimensão, diversidade, localização e peso económico e histórico do Concelho, se nos afigura discutível pouco compreensível.

Como vias de concretização das estratégias anteriormente adoptadas em termos de operacionalização das ajudas nacionais e comunitárias, destacam-se o Programa Operacional da Região do Algarve 2007-2013 e o Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve (PIPITAL), este último prolongado pelo Despacho conjunto nº 123/2006 até 31 de Dezembro de 2013²³¹, ou seja até ao final do presente ciclo de programação

Assumindo o papel importante que a anterior geração (PROALGARVE) desempenhou na modernização e qualificação da Região²³², o actual Programa Operacional reconhece a necessidade da manutenção dos esforços financeiros no sentido de consolidar e fomentar o dinamismo, a competitividade, a inovação e a coesão social regionais.

Globalmente, o diagnóstico efectuado pelo PO segue de perto os efectuados no âmbito dos documentos estratégicos já abordados, da mesma forma que os seus objectivos específicos também apresentam um paralelismo claro com os horizontes estratégicos aí consagrados. Nestes, contudo, visto o PO ser financiado somente pelo FEDER, não se encontram presentes os objectivos que se prendem com a formação de recursos humanos, a empregabilidade e a inserção social.

Assim, as prioridades de desenvolvimento definidas pelo PO, restringem-se aos domínios da i) competitividade, inovação e conhecimento/qualificação, ii) protecção e qualificação ambiental e iii) valorização territorial e desenvolvimento urbano.

²³¹ Deveria ter cessado em 2006.

²³² E, do Concelho de Silves, nomeadamente através das acções específicas que sobre ele incidiram: o POLIS e a intervenção no centro histórico de Silves, a requalificação do espaço urbano-turístico de Armação de Pêra, entre outros.

Visto que também nos objectivos específicos associados a cada eixo prioritário não encontraremos matéria divergente do espírito e da letra dos documentos estratégicos de enquadramento, limitar-nos-emos a referir aqueles que consideramos com maior significado potencial para o concelho de Silves:

- A valorização do *cluster* do turismo.
- A intervenção nas áreas classificadas e a defesa da biodiversidade.
- A prevenção de riscos (nomeadamente dos incêndios florestais).
- A promoção da competitividade da rede urbana regional.
- A coesão territorial nas áreas de Baixa Densidade/Valorização económica de recursos endógenos.
- A valorização do Arade.

O PIPITAL, programa financiado pelas contrapartidas decorrentes das concessões do jogo nos casinos do Algarve, visa o recentramento, qualificação e promoção da oferta turística da Região, pelo que assume o carácter de um programa de intervenção sectorial de largo espectro: desde a melhoria das condições naturais e urbanas de enquadramento turístico, até à promoção da criação e valorização de equipamentos turísticos de cariz diversificador e diferenciador do turismo regional, passando pelo ordenamento e pela operacionalização das zonas turísticas e pela promoção turística da Região junto dos mercados emissores.

Dentro do largo espectro tipológico de projectos financiáveis, pela complementaridade com os instrumentos que já passámos em revista, pela importância potencial para Silves e pela convergência com o tema deste trabalho, salientáramos, o apoio a projectos culturais, nomeadamente aos centros culturais, bibliotecas e museus.

De seguida, tal como efectuámos para o plano nacional, avaliaremos a importância para o concelho de Silves das principais orientações estratégicas regionais²³³.

Principais orientações estratégicas em instrumentos de génese regional ²³⁴	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Apoiar a competitividade e inovação das empresas regionais	Muito importante	Sobretudo nos domínios dos serviços e da logística, bem como das agro-indústrias e das indústrias componentes da fileira florestal
Apoiar o desenvolvimento da sociedade do conhecimento	Muito importante	Em todos os domínios mas com particular relevância nas biotecnologias aplicadas aos citrinos e a outras espécies agro-florestais tradicionais E-turismo
Melhorar as condições de empregabilidade para absorver novas qualificações	Importante	Sobretudo nas áreas de baixa densidade
Melhorar a qualificação dos jovens e dos adultos, valorizando as competências básicas e tecnológicas	Muito importante	Sobretudo no domínio do turismo e das actividades correlacionadas.
Fomentar iniciativas de desenvolvimento socio-económico de apoio à integração de grupos vulneráveis	Importante	Tendo em vista o afluxo imigratório para o litoral do concelho é importante a sua integração no tecido social local. Combate à criminalidade e comportamentos marginais
Melhorar as acessibilidades e a mobilidade	Moderadamente importante	Sobretudo relevante na área da Serra.
Completar as redes regionais de equipamentos	Importante	Tendo em atenção as áreas do interior do concelho e a grande concentração populacional no litoral, o concelho ainda apresenta algumas deficiências no domínio dos equipamentos, mormente nos ligados à saúde e desporto

(Continua)

²³³ Organizadas, no quadro, dentro de uma ordem genérica de: competitividade e inovação; potencial humano; ordenamento e gestão do território.

²³⁴ Só consideraremos as orientações estratégicas que correspondam a uma situação de adicionalidade evidente face às existentes em documentos de âmbito nacional.

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos de génese regional	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Qualificar o espaço público e a paisagem	Muito importante	Nomeadamente nas áreas do litoral e nas do barrocal mais pressionadas pelo desenvolvimento turístico e construção. No caso do tecido urbano, é fundamental conferir-lhes coerência, centralidades, bem como áreas abertas verdes
Completar e garantir infra-estruturas ambientais de qualidade	Importante	Tendo em vista a sustentabilidade e a qualificação do desenvolvimento turístico e a qualidade de vida das populações
Criar níveis elevados de protecção ambiental, muito em especial nas áreas classificadas	Muitíssimo importante	O concelho de Silves enquadra um conjunto de áreas de grande valia natural e ecossistémica, algumas delas protegidas. Para além de constituírem uma reserva ambiental do Concelho, todas elas possuem um significado económico potencial evidente
Promover a participação, as boas práticas e políticas de informação e de educação ambiental	Importante	A educação ambiental, conjuntamente com outras acções convergentes e participativas, é indispensável para a preservação da riqueza paisagística e natural do Concelho, muito em especial das suas áreas do barrocal e da serra.
Implementar uma política de prevenção de riscos e de ordenamento florestal e litoral	Muito importante	O concelho possui um parque florestal notável que urge preservar dos incêndios que o vêm consumindo. O litoral, embora de reduzida extensão, partilha as fragilidades deste tipo de ambiente, seja o de Costa Alta (fragilidade das arribas) seja o de Costa Baixa (cordão dunar)
Gerir e ordenar o potencial hídrico da Região	Importante	Embora o concelho possua reservas hídricas importantes que lhe são conferidas pelo seu sistema de barragens, é fundamental preservar áreas de infiltração e evitar a contaminação dos aquíferos
Garantir a qualidade das águas balneares	Muito importante	Tendo em conta a importância do turismo balnear na freguesia de Armação de Pêra
Garantir a qualidade das águas destinadas ao consumo humano e o seu regular abastecimento	Muito importante	No quadro da qualidade de vida da população residente, mas também como suporte ao desenvolvimento turístico de qualidade

(Continua)

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos de génese regional	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Promover um modelo urbano articulado e equilibrado	Importante	Sobretudo tendo em conta os pequenos aglomerados rurais do interior e o desenvolvimento explosivo e pouco ordenado das localidades do litoral.
Dar continuidade às políticas específicas tendentes ao desenvolvimento das áreas de baixa densidade	Muitíssimo importante	É importante dar continuidade e apoiar intervenções articuladas tendo em vista fortalecer e sustentar o potencial de desenvolvimento dessas áreas, nomeadamente criando condições para a retenção da sua massa crítica populacional e os seus recursos. Adicionalmente, torna-se importante apoiar a concretização do potencial que esses espaços encerram
Fomento e apoio às parcerias para o desenvolvimento das áreas de baixa densidade	Muito importante	Nomeadamente, promovendo as abordagens tipo LEADER
Controlar a edificação descontrolada e desqualificadora nas áreas do interior	Importante	Nomeadamente no barrocal, enquanto extensão da urbanização do litoral, mas também na área serrana, especialmente nos espaços mais sensíveis e de maior valia paisagística
Promover a diversificação produtiva das áreas do interior e a valorização dos produtos e actividades tradicionais	Muitíssimo importante	Não só na perspectiva do desenvolvimento das áreas de baixa densidade, mas também no da diversificação da base económica do Concelho e no da complementaridade turística com o produto de Sol e Mar
Aumentar a atractividade e a qualidade de vida das áreas do interior, nomeadamente através de acções equilibradoras no domínio dos equipamentos colectivos	Muito importante	Na perspectiva da justiça territorial intra-concelhia, mas também no da manutenção da massa crítica populacional necessária para vivificar qualquer processo de desenvolvimento local
Valorização do Guadiana e do Arade	Muitíssimo importante	Reforço das condições turísticas da cidade de Silves e, no plano económico mais global, reposição das condições históricas de cidade “marítima”
Disciplinar a urbanização e consolidar os núcleos urbanos das áreas do litoral	Muito importante	Armação de Pêra é um caso paradigmático da necessidade de uma intervenção urbana tendo em vista proporcionar novas centralidades e novos espaços colectivos de qualidade

(Continua)

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos de génese regional	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Promover e reforçar a política de inventariação do património regional (incluindo o subaquático), bem como as ciências e técnicas patrimoniais	Muitíssimo importante	Na óptica da protecção do património concelhio, mas também no da criação das condições de base para a sua valorização, no quadro do turismo e das indústrias criativas, num quadro de sustentabilidade.
Salvaguarda e valorização do património histórico e arqueológico e promover o turismo de índole cultural	Muitíssimo importante	Na óptica da imagem do concelho, no da base para a criação de indústrias culturais e no da diferenciação turística
Promover e qualificar a rede de museus regionais, bem como outros equipamentos de índole cultural	Muito importante	Tendo em vista a consolidação da imagem do concelho enquanto espaço de história e de cultura, mas também tendo em vista o desenvolvimento do turismo cultural e a oferta de módulos culturais acopláveis ao produto de Sol e Mar
Fomentar a elaboração e disponibilização de roteiros temáticos	Muito importante	Na óptica do desenvolvimento das áreas turísticas de baixa densidade e no da diversificação e densificação da oferta turística concelhia
Disciplinar e orientar as áreas de vocação turística e os ritmos de crescimento da oferta	Importante	Muito importante nas áreas de feição turística do litoral, nomeadamente na freguesia de Armação de Pêra
Promover o turismo nas áreas do interior e diversificar a oferta turística regional	Muitíssimo importante	Tendo em vista o desenvolvimento local do interior, mas também a diversificação, diferenciação e qualificação turística do Concelho.
Requalificar a oferta turística existente e discriminar positivamente a oferta de qualidade	Muitíssimo importante	Especialmente na freguesia de Armação de Pêra
Valorizar a imagem externa da Região	Moderadamente importante	Sobretudo se a valorização passar por uma dissociação exclusiva do produto de Sol e Mar
Melhorar e tornar mais segura a rede rodoviária regional	Moderadamente importante	É importante melhorar e densificar a rede do interior do Concelho e tornar mais segura a do litoral

(Continua)

(Continuação)

Principais orientações estratégicas em instrumentos de génese regional	Significado das orientações estratégicas para o Concelho de Silves	Observações
Melhorar a rede ferroviária regional, nomeadamente através da qualificação da existente e da sua extensão para o Barlavento e Sotavento	Importante	Sobretudo se se concretizar a extensão a Armação de Pêra da ligação Lagos/Portimão/Lagoa (embora esta ligação levante problemas de crescimento da pressão turística pouco qualificada)
Melhorar as infra-estruturas portuárias e marítimas regionais.	Pouco importante	Excepto no caso do projecto de abertura da ligação fluvial do Rio Arade ao litoral avançar, caso em que a importância deste vector aumentará exponencialmente
Incentivar e concretizar a rede de ciclovias regional	Muito importante	Na óptica da ligação do concelho à rede de ciclovias, à viabilização de roteiros cicláveis integrados e ao fomento do turismo desportivo, de natureza e cultural
Concretizar o sistema regional de logística	Importante	Nomeadamente para a freguesia de Tunes.

Adicionalmente, pela importância que lhes conferimos no âmbito do desenvolvimento das áreas interiores do Concelho, parece-nos importante referir, ainda que pontualmente, dois outros instrumentos de intervenção territorial extra-concelhios em estados de aplicação diversos.

O “Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve”, o qual configurou a tentativa de pôr em marcha uma estratégia de desenvolvimento - específica, integrada e de largo espectro - para as áreas mais problemáticas da Região, tendo em vista estancar o declínio que as mesmas vêm experimentando ao longo do tempo, bem como fomentar os respectivos factores de convergência. Trata-se de uma estratégia integradora com o litoral, assente na valorização dos recursos locais, na atracção de investimentos e na discriminação positiva em matérias de incentivos e ajudas. A sua operacionalização estava articulada com o eixo 2 do PROALGARVE através de três programas: o PROLOCAL (intervenção integradas para o desenvolvimento e diversificação económica do interior do Algarve); o PRESTÍGIO

(projectos estruturantes de valorização do interior do Algarve) e o SOFIA (redes de inovação e conhecimento).

Na fase presente de implementação do PO Algarve 2007-2013, embora este tenha espaço para tal (Eixo 3 – Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano), desconhecemos ainda qual a articulação efectiva entre os dois instrumentos de intervenção. Contudo, estamos certos de que seria importante a continuidade do espírito e da letra do programa específico para as áreas de baixa densidade, tanto mais que tal continuidade daria corpo efectivo aos objectivos e desideratos estratégicos expressos nos vários documentos de génese regional que acabámos de explorar.

Em acréscimo, importa ainda referenciar o Programa de Acção Local inerente ao Grupo de Acção Local “In loco”, cuja área de intervenção abrange parcialmente o Concelho de Silves (freguesias de São Marcos da Serra, São Bartolomeu de Messines e Silves). Contando com os apoios comunitários oriundos do FEADER e dentro da lógica *bottom-up* característica do PIC LEADER, a intervenção deste GAL em ciclos de programação anteriores tem-se revestido de grande importância no domínio da introdução de fórmulas inovadoras e alternativas tendentes à promoção do desenvolvimento rural das áreas do interior do Concelho²³⁵. Estamos convictos de que no presente ciclo (2007-2013), tal não será diferente.

Finalmente, pensamos ser importante consolidar uma apreciação sobre a forma como as anteriores orientações de estratégia detêm equivalência nas orientações e objectivos municipais de desenvolvimento. Para tanto, socorremo-nos do Plano Director Municipal do Concelho, a propósito do qual há que referir previamente:

- a) Que se trata de um documento antigo, ratificado em Julho de 1995, e que se encontra desenquadrado das dinâmicas recentes do Concelho, muito em especial no que se reporta às áreas que experimentaram maior mudança.

²³⁵ No anterior ciclo de programação e até 2003, foram aprovados seis projectos Leader na área do Concelho: unidade móvel de saúde (Silves); instalação de um sistema de energia solar para aquecimento (S. Bartolomeu de Messines); criação de serviços públicos à população (São Marcos da Serra); melhoria de unidade de produção apícola (S. Bartolomeu de Messines); aquisição de máquina de orladura automática (São Marcos da Serra); roteiro natural do concelho de Silves (Silves).

- b) Que estamos perante um documento que, mesmo numa perspectiva de grande abertura, manifesta insuficiências evidentes, seja na caracterização e diagnóstico, seja nas estratégias e actuações que preconiza.
- c) Que, talvez pelo que se afirma na última alínea, é impossível não reparar na desadequação entre alguns aspectos que avança e as transformações operadas, desde então, no Concelho, muito em especial no domínio do urbanismo e da contenção dos efeitos perversos do desenvolvimento rápido e desordenado da actividade turística.

Ainda assim, foi possível identificar como objectivos estratégicos: i) a definição de um eixo litoral de actividades associadas ao turismo e ao recreio (Ribeira de Espiche a Armação de Pêra e áreas urbanas de Alcantarilha e Pêra); ii) consolidação, como zona intermunicipal, do eixo industrial Tunes/Algoz; iii) apoio ao desenvolvimento de núcleos turísticos de baixa densidade no interior do Concelho; iv) execução do plano de consolidação urbano-turística de Armação de Pêra (redes viárias e estacionamento, zonas verdes e áreas para actividades de lazer).

Para além dos objectivos estratégicos atrás enunciados é apresentado um leque de objectivos específicos - muito pouco articulados com os primeiros - que, supostamente, deveria completar o mosaico estratégico definido para Silves. Deles daremos conta em quadro próprio, relacionando-os com os instrumentos de estratégia de natureza extra-municipal. Acresce, ainda, referir que o PDM divide o território do concelho em cinco unidades operativas de planeamento (UNOP): I – Armação de Pêra; II – Praia Grande e núcleos urbanos de Alcantarilha e Pêra; III – Eixo Tunes/Algoz; IV – Barrocal; V – Serra.

Principais orientações estratégicas presentes no PDM de Silves ²³⁶	UNOP					Adequação aos instrumentos de estratégia supra-municipal
	I Ar. Pe	II PraiaGr	III Tu/Alg	IV Barr.	V Serra	
Plano de desenvolvimento turístico de Silves	X	x	x	x	x	Qualificação e diversificação do turismo
Desenvolvimento da citricultura – Plano Citrícola do Algarve				X		Fomento das actividades agrícolas de elevado potencial
Desenvolvimento da horticultura e fruticultura em abrigo e ao ar livre		x	x	X	x	Fomento das actividades agrícolas de elevado potencial
Relançamento do pomar tradicional – frutos secos		x	x	X	X	Fomento da agricultura tradicional e ligação às agro-indústrias
Desenvolvimento da floresta tradicional e das actividades complementares					X	Desenvolvimento florestal e rural das áreas de baixa densidade
Reflorestação com espécies florestais de crescimento lento					X	Desenvolvimento florestal das áreas de baixa densidade e combate aos riscos
Desenvolvimento da caça turística					X	Diversificação turística e desenvolvimento das áreas de baixa densidade
Desenvolvimento do turismo rural e do agroturismo				X	X	Diversificação turística e desenvolvimento das áreas de baixa densidade
Melhoria das infra-estruturas de desporto e recreio e sua articulação com o turismo	X	x		X	x	Melhoria da qualidade de vida das populações, das infra-estruturas e equipamentos e do turismo
Desenvolvimento da zona industrial inter-concelhia			X			Ligação com a plataforma logística de Tunes
Melhoria e desenvolvimento das estruturas verdes urbanas	X	x	x	X		Melhoria dos centros urbanos e qualificação do turismo
Melhoria da rede viária			X			Melhoria dos transportes e acessibilidades

(Continua)

²³⁶ Entradas no quadro organizadas segundo a estrutura do PDM.

(Continuação)

Principais orientações estratégicas presentes no PDM de Silves	UNOP					Adequação aos instrumentos de estratégia supra-municipal
	I	II	III	IV	V	
Melhoria da sinalização vertical e horizontal	X	x	X	X	x	Melhoria das condições de segurança viária
Conclusão da rede de abastecimento de água					X	Melhoria da qualidade de vida das populações, das infra-estruturas e equipamentos e do turismo
Melhoria e alargamento da rede de drenagem de águas residuais e seu tratamento	X					Melhoria da qualidade ambiental e sustentabilidade turística
Central de tratamento de lixo	X					Melhoria da qualidade ambiental e sustentabilidade turística
Salvaguarda dos aspectos culturais e ambientais	X	X	x	X	X	Salvaguarda do património, sustentabilidade e diversificação turística
Renovação urbana dos centros históricos		X	x	X	x	Promoção do turismo cultural e sustentabilidade turística
Preservação ambiental e paisagística	X	X	x	X	X	Salvaguarda do património, sustentabilidade e diversificação turística
Limitação das intervenções no espaço urbano tendo em vista a preservação de uma cultura arquitectónica	X	x		x		Qualificação e sustentabilidade turística

Como se pode verificar, todos os objectivos específicos associados ao PDM de Silves encontram acolhimento nas estratégias de âmbitos territoriais mais alargados, facto que se nos afigura natural tendo em atenção a abrangência destas últimas. Contudo, convém referir que o inverso não é verdade, já que vectores importantes das estratégias nacionais e regionais são totalmente omissos do espírito e da letra do PDM, caso – somente a título exemplificativo – da qualificação do capital humano, da coesão social, da inovação empresarial e, mesmo, de boa parte do que se liga com a

convergência territorial. Outras matérias, como a defesa e valorização do património e a qualificação e diferenciação turística, surgem de forma muito parcial, pouco desenvolvida e concretizada.

6.2 – O concelho de Silves, características específicas de contextualização

O concelho de Silves, sendo um dos maiores do Algarve, possui, conjuntamente com o de Loulé (e em menor grau, Tavira), uma posição e uma figura que lhe conferem a particularidade de condensar no seu território as principais características que formatam o Algarve: uma extensa área serrana, fronteira ao Alentejo, de forte feição florestal, com baixa densidade humana e uma agro-pastorícia de subsistência; uma faixa de transição – e em rápida mutação - entre a Serra e as planuras costeiras onde a agricultura e a fruticultura ainda regem o compasso de vida de parcelas significativas da população e se mesclam com outras actividades suportadas pelos centros urbanos e pelas vias de comunicação; o litoral, de alta densidade populacional, fortemente urbanizado e muito transformado pelo turismo e pela economia que dele deriva. Assim, podemos considerar o Concelho de Silves como um mini-Algarve, com quase todas as suas mais-valias e potencialidades, mas também com boa parte dos problemas que actualmente a Região apresenta.

Por outro lado, se esta abrangência e diversidade territorial se reflectiu ao longo de toda a história do Concelho no sentido de produzir diferenças aos mais variados níveis que o tornaram – e tornam – um mosaico policromático de mundividências, interesses e aspirações gerador de forças centrífugas e de contradições de difícil gestão, também não é menos verdade que a complementaridade entre as suas diversas fracções territoriais, através dos efeitos centrípetos que originaram, permitiram manter, ao longo dos tempos, uma comunhão de interesses e uma identidade concelhia notável. Estamos, pois, perante um bom exemplo de um território cuja coesão interna se baseia, antes de tudo o mais, não na homogeneidade, mas sim na funcionalidade que a diferença produz, diversidade essa que, à luz dos modelos de desenvolvimento territoriais recentes, configura a sua riqueza primordial e introduz um potencial

incomensurável na equação do seu futuro, através das possibilidades que oferece à inovação, tanto no plano económico como social.

6.2.1 – Silves, um concelho marcado pela história

O concelho de Silves, como a grande maioria dos concelhos do País, possui uma ocupação humana longa, que nos remete para a pré-história. Contudo, não será a profundidade das suas raízes históricas documentadas que justificam o extraordinário significado que unanimemente lhe é atribuído neste particular, mas antes a vitalidade económica, o esplendor cultural e a rede de relações comerciais que construiu e manteve durante o fluir de numerosos Séculos, sobre as influências de diversos horizontes civilizacionais.

É a esta capacidade de adaptação aos ventos da história e, em particular, à fácil adequação entre os seus múltiplos recursos e os modelos económicos que as vagas civilizacionais foram protagonizando e transpondo para o mundo antigo que Silves deve, em última análise, a sua riqueza histórico-patrimonial e o potencial de desenvolvimento daí decorrente.

O primeiro ciclo conhecido de expansão económica e demográfica de Silves estruturou-se em torno da sua riqueza mineral cuprífera, a qual vai permitir, em associação com a agro-pastorícia, não só o desenvolvimento das comunidades locais em torno da actividade mineira e metalúrgica (cobre e bronze), mas também a sua participação no comércio marítimo à distância.

É, assim, da Idade do Bronze o primeiro conjunto de vestígios e sítios arqueológicos importantes do Concelho, em número e em distribuição espacial: as necrópoles do Serro da Figueira e do Serro da Portela, em São Bartolomeu de Messines; os vestígios de antigas minerações do Pico Alto, do Monte Rosso e da Cisterna do Cães²³⁷

²³⁷ Foi Estácio da Veiga que associou a Cisterna do Cães a um antigo poço de exploração mineira.

(Castelo de Silves); os restos de povoados da Idade do Bronze Final do Cerro da Rocha, entre outros (Gomes²³⁸, 2002²³⁹).

Entretanto, a participação de Silves nas redes comerciais peninsulares e mediterrânicas abriu o território do Concelho à difusão das inovações produzidas no mundo de então e, em acréscimo, produziu o conhecimento geográfico de base que iria desembocar no estabelecimento de entrepostos e feitorias comerciais de iniciativa exógena, nomeadamente fenícias e púnicas.

Esta intensificação dos contactos com o exterior produziu alterações significativas de ordem económica e civilizacional, nomeadamente, segundo Gomes (2002), as técnicas da metalurgia do ferro, as técnicas da olaria fabricada com recurso ao torno rápido, os primórdios da vida urbana e a escrita.

O salto qualitativo produzido pelos contactos com povos que se situavam no topo do desenvolvimento humano teria sido enorme e diversificado, salientando-se o primeiro surto de diferenciação territorial entre um mundo em urbanização e o rural, surto esse que, de resto, estaria na base de muitos dos actuais aglomerados populacionais do concelho, nomeadamente de *Cilpes* (Cerro da Guerrilha), a um quilómetro da actual Silves (Ramos²⁴⁰, s.d²⁴¹).

É deste período (Idade do Ferro I e II) que datam outro conjunto importante de vestígios arqueológicos do concelho: as necrópoles de Benacite, das Passadeiras e dos Cômoros da Portela (São Bartolomeu de Messines) e o povoado fortificado da Rocha Branca, junto ao Rio Arade e a poente da Cidade de Silves (Gomes, 2002; PDM de Silves, Ponto 8.4).

Embora relativamente ausente da imagem histórica de Silves, a ocupação romana deixou marcas profundas, de natureza imaterial, mas também material.

²³⁸ Rosa Varela Gomes, arqueóloga, professora da Universidade Nova de Lisboa.

²³⁹ Gomes, Rosa Varela (2002), *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andaluz: Território e Cultura*, Trabalhos de Arqueologia 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

²⁴⁰ Joaquim Manuel Castelo Ramos, licenciado e mestre em Design.

²⁴¹ Ramos, Manuel Castelo, em www.geocities.com/baetaoliveira/hist.html

Efectivamente, a chegada “de Roma” ao Concelho vai produzir uma expansão extraordinária no campo económico, não só através da introdução de novas técnicas e produtos agrícolas, do domínio da hidráulica, das tecnologias aplicadas à mineração e à construção de vias de comunicação e de obras de arte, mas também ao alargamento dos mercados para os produtos locais que a incorporação na rede económica global romana implicava.

Com eles, os romanos trouxeram, igualmente, uma matriz urbana, cultural e artisticamente refinada pela drenagem e incorporação de quadros civilizacionais diversificados, muito bem apoiada por um sistema legislativo eficaz e por uma organização administrativa notável.

Assim, a romanização de Silves vai traduzir o cruzamento de três factores primordiais: o quadro civilizacional técnico, cultural e administrativo romano de base; as particularidades específicas do Concelho, nomeadamente e sua configuração territorial e a sua geografia dos recursos; a necessidade de estruturar uma vida – e uma economia – de relações, aberta ao exterior e parcialmente formatada em função do exterior.

Como tal, sintetizando, podemos resumir os resultados da ocupação romana através das seguintes transformações/inoações²⁴²:

- a) Reforço e desenvolvimento extraordinário da armadura urbana do Concelho, nomeadamente o núcleo inicial da actual Silves e de alguns povoados com base nas actividades agrícolas e mineiras, caso, por exemplo, de São Bartolomeu de Messines. Em qualquer dos casos, existem vestígios arqueológicos em número significativo que suportam a ideia do desenvolvimento urbano neste período – restos do templo romano no local da Sé de Silves, traçado urbano da mesma cidade, base de estátua dedicada a Júpiter em São Bartolomeu de Messines, entre outros.

²⁴² Todas as localizações referidas nos 4 parágrafos seguintes, salvo indicação em contrário, foram retiradas da obra, já citada, de Rosa Varela Gomes.

- b) Desenvolvimento, um pouco por todo o Concelho, de numerosos assentamentos rurais tipo *villae*, demonstrando a exportação para Silves do modelo de organização rural típico do quadro de organização económico romano, aquele que, em última análise, conferia o necessário suporte a uma civilização de matriz urbana e que era susceptível de capitalizar a riqueza agrícola dos solos e a amenidade climática que encontraram (Vila Fria, a Sudeste de Silves; Fazendas da Amoreira e do Morgado das Taipas, na freguesia de Algoz, pequenas *villae* da Meia Serra, entre outras).
- c) Surgimento de assentamentos populacionais baseados na exploração sistemática dos recursos litorais do Concelho, nomeadamente através da salga e da secagem de peixe ou do fabrico de molhos e pastas de peixe. Tendo em atenção a reduzida extensão do litoral de Silves, foram somente identificados estruturas desta natureza, actualmente desaparecidas, na praia de Armação de Pêra.
- d) Estruturação de um sistema de acessibilidades susceptível de suportar uma vida de relações e uma economia aberta ao exterior, nomeadamente estradas e respectivas obras de arte, mas também estruturas de apoio à navegação fluvio-marítima - calçadas romanas, nomeadamente no caminho velho da Fonte Nova, junto a Silves (PDM de Silves, Ponto 8.4) e o conjunto de numerosos objectos de transporte de mercadorias descobertos aquando das dragagens levadas a cabo no Rio Arade durante as décadas de 70 e 80 do Século XX.

Com o enfraquecimento e posterior dissolução do poder romano nas margens do império, as condições de paz e a segurança no Concelho alteram-se profundamente. Deste modo, durante os séculos IV e V D.C. assiste-se a manifestações de retraimento ao nível da ocupação do território, manifestações essas que assumem as formatações normais em condições desta natureza: ou a concentração populacional nos locais mais seguros e facilmente defensáveis, as cidades fortificadas, ou a dispersão para as áreas mais recônditas e inacessíveis do mundo rural.

No caso do território que compreende o actual concelho de Silves, este período de transição entre a romanização e a ocupação muçulmana é relativamente pouco conhecido e pouco documentado através de vestígios materiais, pensando-se, contudo, que as *villae* romanas teriam sido, em boa parte, abandonadas durante e após o Século IV, precedendo ou acompanhando o domínio visigótico.

Desta época, contam-se algumas peças encontradas na Cidade de Silves e na área das Terras Velhas - Freguesias de Pêra e de Alcantarilha – (Gomes, 2002, pág. 104 e 109), as quais atestam a continuidade dos assentamentos e das actividades humanas em meio urbano, mas também rural, até ao Século VIII, altura em que se inicia o período islâmico.

Durante cinco séculos os muçulmanos permanecerão em Silves, marcando o seu território de uma forma indelével, conferindo-lhe a imagem mourisca que guarda até aos dias de hoje e estruturando uma plataforma identitária que é o seu cartão de visita externo e um dos seus trunfos mais fortes em termos patrimoniais e turísticos.

Pode-se dizer que a presença muçulmana não constituiu uma originalidade do Concelho de Silves, já que a mesma se estendeu a todos os restantes concelhos do Algarve e a muitos do resto do País. E, pode-se, igualmente, contrapor que as reminiscências de um passado islâmico são bem patentes por todo o País ao Sul do Douro e, especialmente, do Mondego.

Tudo isto é verdade, contudo, talvez em nenhum outro lugar do território nacional a mesma presença marcou tão fortemente o passado e o presente de um retalho territorial, pela forma como o transformou, adaptando-o aos seus padrões urbanísticos e civilizacionais, mas sobretudo pela importância que lhe conferiu no xadrez geopolítico do *Al-Andaluz* e pela centralidade que lhe conferiu enquanto centro do saber e das artes.

Na verdade, de margem remota do império romano que foi (note-se a inexistência actual de qualquer grande monumento, facto que denuncia a precariedade dos investimentos em construções por parte dos romanos), a território ainda não emergente sob o domínio visigótico, os muçulmanos vão elevar Silves a centro

regional de incontestada preponderância e abrir um período histórico em que a Cidade e a sua área de influência atingem píncaros de notoriedade e de brilho civilizacional ímpares em toda a sua história.

Incorporada no Califado dos Omíadas de Damasco em 713, Silves atravessou vários períodos durante o domínio islâmico: esteve ligada ao Califado de Córdova, pertenceu ao Reino Taifa dos almorávidas de Sevilha (tendo sido administrada durante este período, Século XI, por Al-Mutamid, filho e herdeiro do califa) e foi capital regional de outros reinos taifas posteriores até à conquista, já no Século XII, pelo califa almoada Al-Mansur.

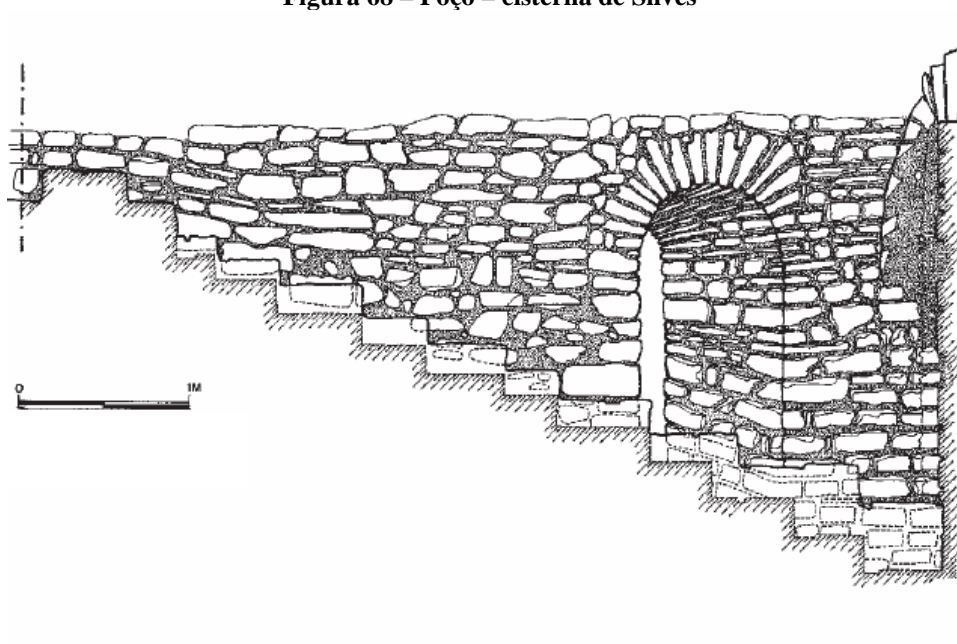
A sua importância no contexto peninsular islamizado foi crescente, tendo ganho relevância a partir do Século X, para a qual contribuiu a conjugação de diversos factores de natureza locacional e estratégica: a “sua implantação estratégica entre a Serra e o Litoral, no cruzamento de duas das principais vias de acesso ao Algarve, para quem vinha do norte (uma por São Bartolomeu de Messines e outra por Monchique) e da que longitudinalmente atravessava aquela região, encontrando-se suficientemente próxima da costa para auferir da riqueza proporcionada pelos recursos marinhos (pesca e sal), numa zona muito rica em água, solos agrícolas férteis, madeira e minérios” (Gomes, 2002: 111).

A influência dos povos islamizados no território actual de Silves foi, como vimos, longa e marcante. Ao nível urbano, os centros populacionais vão reforçar a sua importância enquanto nós privilegiados da organização e da gestão do território e, progressivamente, incorporar a matriz transversal ao urbanismo muçulmano: a estrutura labiríntica decorrente de um crescimento orgânico efectuado em função do espaço privado e não do espaço público; a feição fechada e misteriosa associada às urbes em que a unidade primordial é o assento familiar muito pouco transparente para o exterior (segundo a frase de Maomé “a tua casa é o teu santuário” e dando expressão material à posição segregada das mulheres na sociedade islâmica); a organização em torno do espaço religioso por excelência, muitas vezes associado ao centro do poder profano – a mesquita maior, com o seu minarete e a respectiva

madrassa – e estruturando-se tendo por base áreas funcionais e profissionais. Envolvendo toda esta tessitura urbana, a necessidade de segurança e defesa expressava-se através das cercas amuralhadas (muralhas da Almedina e do Arrabalde), do complexo defensivo da Alcáçova (castelo) e das barbacãs e fossos associados.

Nas áreas rurais, os muçulmanos introduziram um conjunto de técnicas hidráulicas de captação, distribuição e de rega que, conjuntamente com novos procedimentos agrícolas e as novas espécies cultivares que trouxeram consigo e vulgarizaram, muito contribuíram para o florescimento económico das áreas rurais, em particular, e da Região, em geral.

Figura 68 – Poço – cisterna de Silves



Fonte: Figura extraída de Gomes (2003)²⁴³

No domínio das inovações em termos de espécies frutícolas e hortícolas, são de destacar a alfarrobeira, a amendoeira²⁴⁴, o damasqueiro, a ameixeira, a amoreira, a

²⁴³ Gomes, Rosa Varela (2003), *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andaluz: a Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia 35, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

cana-de-açúcar, o arroz e, porventura, as ervilhas e as favas. Em concomitância, durante o período muçulmano vão ser incrementadas outras cultivares preexistentes, tais como a vinha, a oliveira, o trigo, a cevada, o painço, as ervas aromáticas, entre outras espécies. No litoral, a pesca foi expandida através da introdução de novas tecnologias de captura, nomeadamente do atum.

Neste quadro de expansão económica, ainda segundo Gomes (2002), a estrutura fundiária parece ter continuado o sistema de latifúndio herdado dos romanos, mas agora complementado por áreas de minifúndio com produção tanto mais intensa quanto localizados nas proximidades dos centros urbanos de dimensão mais apreciável (para além de Silves, São Bartolomeu de Messines, Algoz, Alcantarilha, entre outros). Ainda como expressão da melhoria da produtividade agrícola e pecuária, bem como das condições de segurança, os pequenos centros populacionais rurais teriam tido um surto considerável, facto atestado pelos numerosos vestígios de alcarias que foram encontrados no território concelhio. Para além destas actividades, são de destacar, ainda, as indústrias extractivas, seja do grés vermelho de Silves, utilizado na construção, seja dos minerais cupríferos, ferrosos e auríferos, com destino à metalurgia.

Também as áreas rurais estariam englobadas num sistema defensivo – defesas à distância (atalaias) – que não só permitiriam o abrigo das populações em caso de emergência, mas, sobretudo, proporcionariam condições de vigilância susceptíveis de permitir a sua deslocação para os lugares mais fortemente infra-estruturados do ponto de vista da segurança.

Após um breve período de três anos em que Silves foi ocupada pelas forças cristãs (1198-1191), a Cidade e o seu termo foram incorporados definitivamente no reino de Portugal, em meados do Século XIII (1242), durante o reinado de Afonso III, já num período em que o seu antigo esplendor se encontrava em fase descendente.

Com o estabelecimento do poderio cristão em Silves, muitos aspectos da sua realidade vão sofrer mudanças, muitas delas relacionadas com a nova rede de poder em que está

²⁴⁴ Há autores, que referem os fenícios como introdutores, no Algarve, desta espécie.

agora inserida, com o espaço religioso de enquadramento e, também, com factores de natureza exógena e global. É, contudo, de referir que, tal como aconteceu noutros locais após a reconquista, embora se verifiquem dimensões de ruptura, também há aspectos de continuidade, seja porque parte da população islamizada permanece nos seus locais de assentamento, seja porque séculos de formatação cultural não se transformam radicalmente nem desaparecem no curto espaço em que as alterações políticas súbitas se produzem.

Poucos anos volvidos sobre a conquista definitiva da Cidade, a mesma obtém privilégios concedidos por um foral, vê confirmado o seu estatuto de sede do bispado do Algarve e assiste, tanto quanto se sabe ainda no Século XII, ao início das obras da sua Sé Catedral, precisamente no mesmo local onde anteriormente se ergueram um templo romano e, posteriormente, a Mesquita Maior. Paralelamente, o dispositivo de fortificações da Cidade é melhorado e adaptado em função da tradição defensiva cristã, ao mesmo tempo que a cidade, de acordo com o urbanismo medieval do Ocidente, se abre ao exterior e se dota de espaços públicos.

Das áreas rurais, pouco é sabido para além do que vem descrito no “Livro do Almojarifado de Silves” (Século XV) e dos poucos vestígios que têm sido encontrados em diversas áreas do Concelho. Contudo, fazendo fé nestas duas fontes históricas, tudo leva a crer que a organização rural muçulmana foi, em certa medida, transposta para as épocas posteriores: muitas das maiores propriedades agrícolas, bem como as alcarias, vão manter-se, ao mesmo tempo que a agricultura intensiva sobre minifúndio, junto aos principais centros urbanos, continuará a marcar a sua presença. Agora, possivelmente com alguns colonos vindos de outras paragens para ombrearem com os antigos habitantes - ou os seus descendentes - nas actividades agrícolas, e num quadro em que os latifúndios são apropriados pela nobreza e pelas organizações religiosas.

Concomitantemente, a vida de relações comerciais à distância proporcionada pela inclusão de Silves na esfera de influência muçulmana diminui, seja porque os

mercados se restringem, seja, principalmente, pela matriz fechada e com pendor de autarcia que caracteriza o período medieval no Ocidente.

Do exterior, um conjunto de acontecimentos vão, igualmente, influenciar o devir histórico de Silves durante este período: desde logo, a Peste Negra, que chega a Portugal em 1348 e vai dizimar cerca de um terço da população, tendo sido Silves umas das cidades mais afectadas (Marques²⁴⁵, 1977²⁴⁶); mas também os terramotos ocorridos entre 1309 e 1356 e os efeitos das guerras de 1369-82 e de 1384-1387, ambas com Castela.

Todo este processo enfraqueceu bastante Silves e os seus territórios de influência, originando uma recessão demográfica e, posteriormente, uma perda acentuada da sua importância económica e política. Para tanto, contribuiu decisivamente o balancear do País para o exterior e a consequente litoralização dos centros de gravidade da economia e do poder nacionais, ao mesmo tempo que Silves se interiorizava na decorrência das alterações entretanto verificadas na linha costeira e, principalmente, devido ao crescente assoreamento do Rio Arade durante a segunda metade do Século XV. O período de Silves como cidade “marítima” estava a chegar ao seu termo e, com ele, a sua notoriedade: a que lhe advinha do passado e, mesmo, aquela que os feitos de Diogo de Silves²⁴⁷ e Tristão Vaz²⁴⁸ lhe conferiram efemeramente no contexto da expansão.

Da época das descobertas datam alguns monumentos que fazem parte do património do Concelho e contribuem, actualmente, para a composição de uma oferta estruturada em torno do turismo cultural: a Cruz de Portugal, cruzeiro gótico de origem desconhecida oferecido à cidade por D. Manuel aquando da transladação para o Mosteiro da Batalha dos restos mortais de D. João II, a Igreja da Misericórdia, um templo de estilos múltiplos que espelha o longo processo de edificação e partes da Sé, monumento gótico terminado já no Século XV.

²⁴⁵ A. H. De Oliveira Marques, historiador, antigo professor da Faculdade de Letras de Lisboa.

²⁴⁶ Marques, A. H. de Oliveira (1977, 7ªEd.), *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Palas Editores.

²⁴⁷ Chega, em 1427, às ilhas de Santa Maria, São Miguel e, possivelmente, a outras do arquipélago dos Açores.

²⁴⁸ Em 1419, chega à Ilha da Madeira. Algarvio, seria provavelmente natural de Silves.

Nos séculos seguintes, Silves deixa de ser menção na História de Portugal, facto que atesta o seu declínio. Perde a condição de cabeça da hierarquia urbana da região em que se insere e deixa, igualmente, de ser a sede do bispado do Algarve. Entretanto, o terramoto de 1755, que se fez sentir com grande violência em todo o Algarve, produziu grandes estragos materiais e contribuiu, ainda mais, para o declínio demográfico que vinha experimentando e para a asfixia económica daí decorrente.

A contrastar com esta decadência da cidade de Silves, nas freguesias que compõem o Concelho, durante os Séculos XVII e XVIII, teria havido alguns surtos de crescimento demográfico e desenvolvimento económico. A suportar esta afirmação temos não só o desenvolvimento urbano de alguns centros rurais, mas também um conjunto de obras monumentais que nos chegaram até hoje: em Armação de Pêra é edificada a fortaleza e a respectiva ermida de Nossa Senhora dos Navegantes (Século XVII); em São Marcos da Serra é construída a Igreja Matriz e o povoado cresce consideravelmente; em Alcantarilha surge, durante o Século XVII, a ponte “romana” na via de ligação a Armação de Pêra; no Algoz verifica-se uma expansão urbana digna de nota, da qual o património construído ainda dá conta.

O Século XIX vai trazer para Silves importantes mudanças e dar início a um ciclo de renovação e de crescimento. E, contudo, o referido Século começa de forma atribulada devido às invasões francesas e, sobretudo, por via da Guerra Civil (1831-34) entre liberais e absolutistas. Esta teve forte impacto no território do Concelho, muito em especial na área serrana de São Bartolomeu de Messines, local onde se feriram batalhas, por onde passou a expedição do Duque da Terceira e se desenvolveu uma prolongada luta de guerrilhas protagonizada por Joaquim de Sousa Reis, o “Remexido”²⁴⁹.

Três factores históricos de natureza exógena vão contribuir, em conjugação com a localização do Concelho de Silves e a sua ligação por ferrovia, em 1889, ao interior serrano, ao Alentejo, aos portos do litoral e a Lisboa, para a industrialização que Silves vai experimentar tendo por base a transformação da Cortiça:

²⁴⁹ Preso e executado em 1838.

- a) Nos finais do Século XVII, D. Pierre Perinhon, monge beneditino de Reims, descobre a aplicação das propriedades vedantes da cortiça ao engarrafamento do vinho (Mendes²⁵⁰, 2002²⁵¹).
- b) No terceiro quartel do Século XVIII, começam a ser fabricadas em Portugal garrafas cilíndricas, facto que, por permitir o armazenamento horizontal e o contacto entre o vinho e a rolha de cortiça, vai dar início ao envelhecimento dos vinhos na garrafa, por exemplo no caso do vinho do Porto (Mendes, 2002).
- c) No Século XIX, através da influência da Catalunha, são introduzidas no País as tecnologias que vão permitir a produção industrial de rolhas de cortiça.

Assim, em paralelo com o crescimento do sector vitivinícola português e com o incremento da sua capacidade exportadora, a indústria da transformação industrial da cortiça vai desenvolver-se um pouco por todas as áreas corticeiras apropriadas do ponto de vista da logística. Silves não vai ser excepção. Prova disso é o estabelecimento, logo em 1870, da fábrica Vilarinho e Sobrinho, a qual, em 1890, proporcionava emprego a 600 operários (Mendes, 2002).

Posteriormente, outras unidades surgirão (como a Avern, Son & Barris, em 1894, nas instalações do actual Museu da Cortiça/Fábrica do Inglês) e a feição industrial e operária de Silves ganhará profundidade e chegará aos nossos dias, seja através do património construído de génese industrial e operária, seja pela marca que deixou nas suas populações e organizações (de resto, ainda detectável através da geografia eleitoral do período pós-25 de Abril).

Posteriormente, o ciclo da cortiça entrará em decadência – a última fábrica encerra as suas portas em 1997 – mas, por essa altura, já tinha sido complementado e, mesmo superado, por duas outras actividades: a citricultura, possibilitada pelo regadio

²⁵⁰ Américo Carvalho Mendes, economista, professor associado da Faculdade de Economia da Universidade Católica Portuguesa.

²⁵¹ Mendes, Américo M. S. Carvalho (2002), *A Economia do Sector da Cortiça em Portugal. Evolução das Actividades de Produção e de Transformação ao Longo dos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão (Documento de Trabalho).

associado à barragem do Arade (1955) e, sobretudo, pelo surto turístico no litoral após os anos 60 do Século XX.

Ao nível patrimonial estes ciclos económicos recentes vão desempenhar papéis contraditórios: enquanto os dois primeiros vão contribuir para a edificação de um conjunto de habitações de forte valor arquitectónico e proporcionar um acervo com forte dignidade ao nível do património industrial e agrícola, o segundo, mercê da forma desordenada e desmedida que assumiu, vai ser responsável pela delapidação de parte desses capitais de futuro.

Voltando ao título deste ponto – um concelho marcado pela história – e como consequência da construção e da desconstrução territoriais que necessariamente lhe estão associados, pode-se concluir que o Concelho de Silves possui um acervo histórico-cultural de particular relevância, facto que lhe confere forte adequação às premissas que os recentes modelos de desenvolvimento - que tivemos oportunidade de identificar e discutir em pontos anteriores – incorporam, seja no domínio da competitividade, seja no da coesão social.

Neste quadro, terminamos sistematizando os principais recursos materiais de índole histórico-patrimonial de que o Concelho dispõe²⁵²:

Freguesia	Designação	Situação
Alcantarilha	Igreja Paroquial	Interesse Público
	Castelo	Interesse Público
	Igreja da Misericórdia	Interesse Público
Algoz	Ermida de Nossa Senhora do Pilar	Interesse Público
	Celeiro do Monte da Piedade	Interesse Público
	Fonte e Poço Medieval da Ribeira de Algoz	Interesse Público
Armação de Pêra	Fortaleza	Interesse Público
	Chalé dos Caldas e Vasconcelos	Interesse Público
	Hotel Garbe	Interesse Público
Pêra	Igreja de São Francisco	Interesse Público
São Bartolomeu de Messines	Igreja de São Bartolomeu de Messines	Interesse Público
	Menir dos Gregórios/Pedra dos Cucos	Interesse Público
São Marcos da Serra	Chaminé Algarvia – Rua do Castelo	Interesse Público
	Igreja Matriz	Interesse Público

(Continua)

²⁵² Inventário da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; PDM de Silves; CCDDR Algarve (2001), *A situação Actual da Arqueologia e do Património Arqueológico no Algarve*, Faro.

(Continuação)

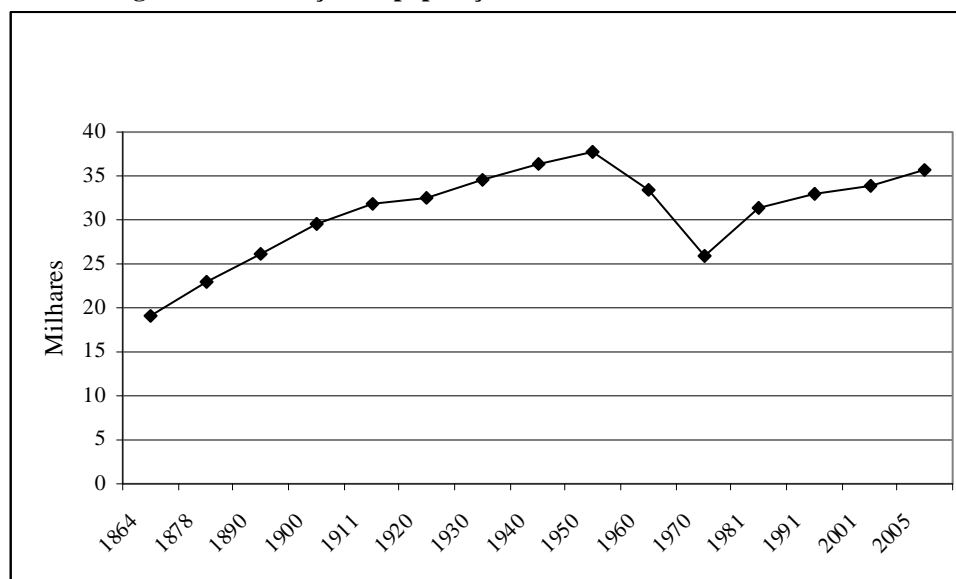
Freguesia	Designação	Situação
Silves	Cruz de Portugal	Monumento nacional
	Castelo	Monumento nacional
	Sé Catedral	Monumento nacional
	Pelourinho	Interesse Público
	Igreja da Misericórdia	Interesse Público
	Ermida Nossa Senhora dos Mártires	Interesse Público
	Poço-Cisterna	Monumento nacional
	Ermida de São Pedro	Interesse Público
	Palacete dos Viscondes de Lagoa	Interesse Público
	Ponte	Interesse Público
	Muralhas e Portas Muçulmanas - Almedina	Interesse Público
	Teatro Mascarenhas Gregório	Interesse Público
	Povoado do Cerro da Rocha Branca	Interesse Público
	Edifício das Casas Grandes	Interesse Público
	Azenha da Horta do Rodete	Interesse Público
	Estação Arqueológica de Vila Fria	Interesse Público
	Cerro do Convento de Nossa Senhora do Paraíso	Interesse Público
	Casa de Lavoura dos Viscondes de Lagoa	Interesse Público
	Fábrica de Cortiça de José Estrelo	Interesse Público
	Casa Figueira Santos	Interesse Público
	Casa da Família Vasconcelos	Interesse Público
	Antigo Colégio	Interesse Público
	Casa Largo D. Jerónimo Osório	Interesse Público
Cadeia Comarcã	Interesse Público	
Centro Histórico	Interesse Público	
Edifício da Câmara Municipal	Interesse Público	
Cisterna da Rua do Castelo	Interesse Público	
Tunes	Escola Primária	Interesse Público

6.2.2 – Silves, um concelho com profundas mudanças socio-económicas

Tal como se referiu no final do ponto anterior, Silves experimentou, após os meados do Século XX, um novo sopro revitalizador da sua economia. Primeiro, através da instalação no Concelho de um conjunto de unidades industriais ligadas à transformação da cortiça, posteriormente através do aproveitamento do regadio e, finalmente, pelo desenvolvimento do turismo.

É certo que os surtos económicos referidos não se sucederam de forma estanque ao longo do tempo, antes pelo contrário, coexistiram, em fases diferentes dos respectivos processos de desenvolvimento (emergência, consolidação e declínio) e com significados diversos para o desenvolvimento do Concelho. É certo, igualmente, que o significado espacial intra-concelhio de cada um dos períodos não foi o mesmo: a preponderância do ciclo da cortiça motorizou, sobretudo, o desenvolvimento da Freguesia de Silves e do seu eixo de prolongamento serrano, o ciclo da citricultura (e horticultura de regadio) recaiu, basicamente, no eixo entre Silves e a Barragem do Arade, enquanto o do turismo vai impactar, antes de mais, o eixo litoral (muito em especial, o compreendido entre Armação de Pêra e a Senhora da Rocha), prolongando-se, posteriormente, para a Galé (pela Freguesia de Pêra) e para o interior do concelho ao longo dos principais eixos de acessibilidades.

Figura 69 – Evolução da população residente no Concelho de Silves



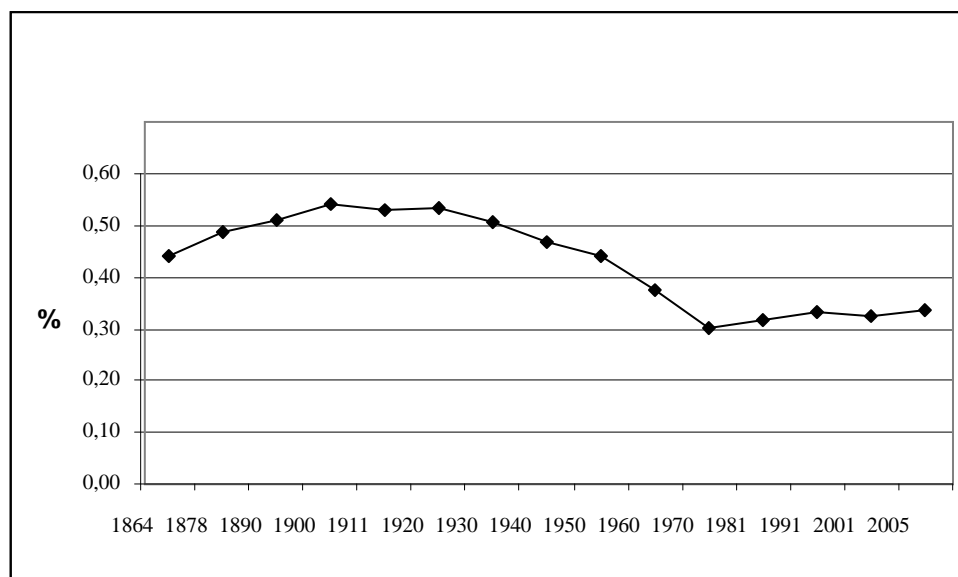
Fonte: Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Anuais da População Residente, INE.

Por outro lado, quando cruzamos os vários ciclos com a população residente no Concelho, verificamos que o período da industrialização permitiu a Silves recuperar massa crítica populacional, da mesma forma que o do turismo também vai produzir

um aumento populacional a partir da década de 70. No quadro da evolução demográfica, dois aspectos merecem uma referência complementar:

- a) A expansão do regadio, em geral, e da citricultura, em particular, não tiveram um efeito motor visível sobre a população do Concelho, facto que se no caso da citricultura poderá ser explicado pela introdução de novas técnicas produtivas mais maquinizadas, já no da horticultura não é bem claro tendo em atenção a sua característica intensiva em mão-de-obra, seja ao ar livre, seja sob coberto.
- b) O desenvolvimento turístico ocorrido no litoral do Concelho não introduziu alterações significativas ao enfraquecimento demográfico que Silves vinha experimentando desde a década de 50, ou, talvez melhor, não foi suficiente para compensar as perdas populacionais verificadas nas freguesias de baixa densidade populacional.

Figura 70 – Evolução da população residente no Concelho de Silves em percentagem do total nacional

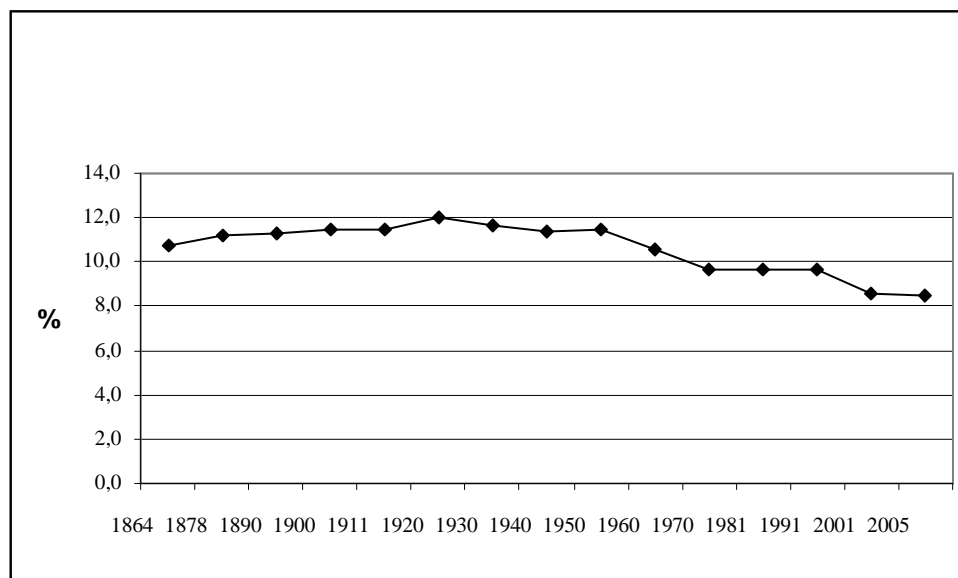


Fonte: Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Anuais da População Residente, INE.

Quando cruzamos as dinâmicas populacionais do Concelho com as que se registaram em contextos espaciais mais vastos, o quadro de desenvolvimento do Concelho, medido pela sua capacidade de retenção e/ou atracção populacional, apresenta-se-nos com maior nitidez, sendo possível identificar três períodos distintos:

- a) De 1864 até à década de 20 do Século XX, em que o Concelho apresenta dinâmicas superiores – ou equivalentes – às do País e às da região em que insere.
- b) Da década de 20 até à de 70 do Século XX, em que o Concelho regista um percurso populacional claramente negativo face aos dois espaços de enquadramento considerados.
- c) Após os anos 60, em que se identificam dois percursos divergentes – pequenos ganhos relativamente ao todo nacional e pequenas perdas face ao conjunto da Região, facto que o desenvolvimento turístico do todo algarvio poderá explicar, seja face ao País, seja na comparação com Silves.

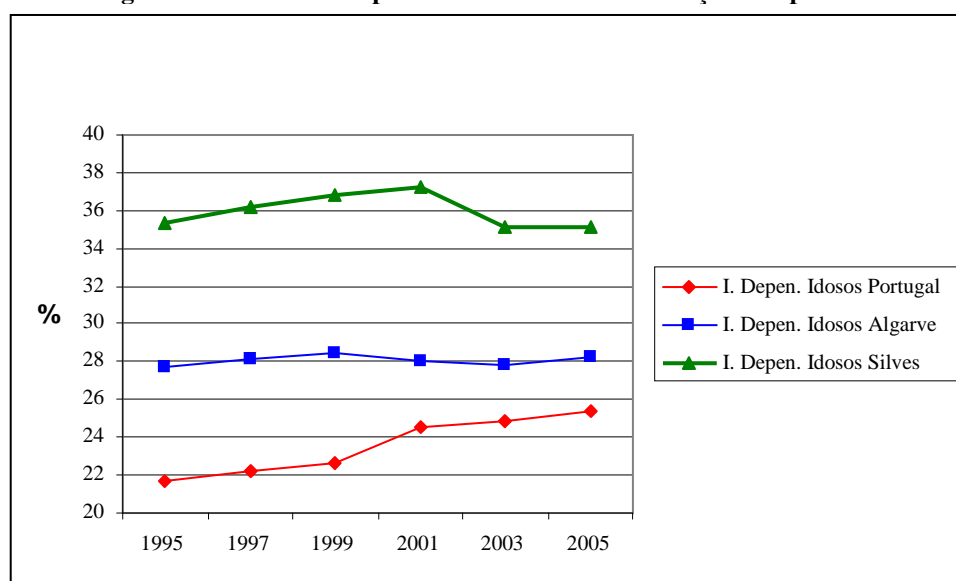
Figura 71 – População residente no Concelho em percentagem do total do Algarve



Fonte: Recenseamentos Gerais da População e Estimativas Anuais da População Residente, INE.

Embora num quadro temporal mais estreito, uma análise comparativa de algumas variáveis demográficas pode ajudar-nos a compreender melhor as dinâmicas populacionais recentes. Desde logo, estamos perante um concelho bastante envelhecido em que os índices de dependência dos idosos são sistemática e significativamente superiores aos verificados no Algarve e no País. Contudo, também é de ter em atenção que se regista alguma convergência após o ano de 2001, sobretudo devido ao aumento significativo das taxas de natalidade e de fecundidade com a manutenção dos valores da mortalidade (embora em níveis comparativamente elevados pelo efeito da estrutura envelhecida da população – o índice de envelhecimento de Silves no ano de 2005 foi de 177,8, contra 126,2 e 110,1 do Algarve e de Portugal, respectivamente).

Figura 72 – Índice de dependência dos idosos – evolução comparativa



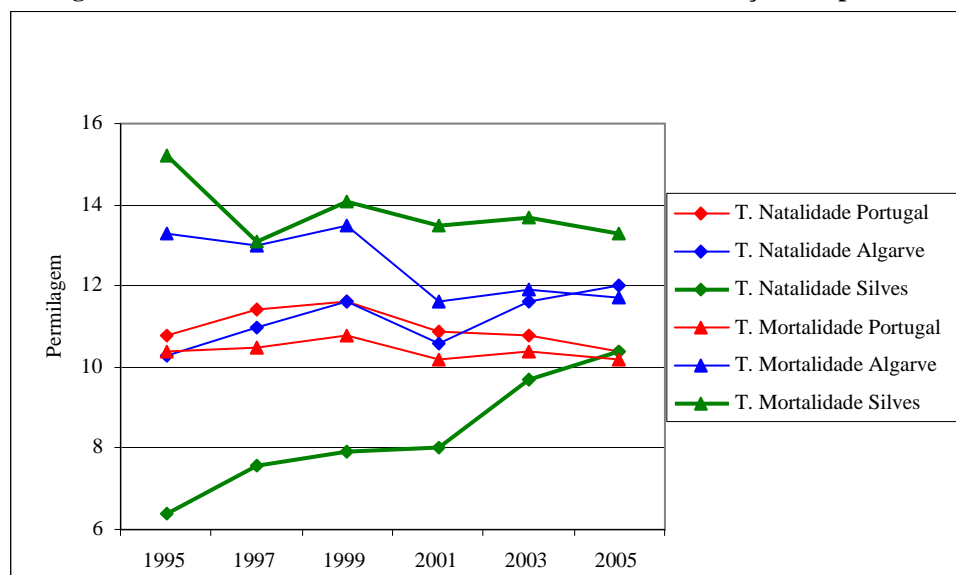
Fonte: Anuários Estatísticos da Região Algarve, INE.

Um outro aspecto que interessa ter em linha de conta nesta matéria é que o Concelho de Silves tendo, como todo o Algarve, crescimentos efectivos bastante superiores aos do País (na realidade mais do triplo no ano de 2005²⁵³), beneficia para essa dinâmica,

²⁵³ Portugal – 0,38%; Algarve – 1,3%; Silves – 1,2%)

sobretudo, do saldo migratório já que as taxas de crescimento natural mais recentes foram mesmo negativas (por exemplo 2003: -0,4 e 2005: -0,3).

Figura 73 – Taxas de natalidade e mortalidade brutas – evolução comparativa



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Algarve, INE.

No domínio mais específico da população empregada e da economia, importa referir que Silves é actualmente um concelho onde predomina o emprego – e as actividades – ligado ao terciário (primário – 8,2% da população empregada; secundário – 24,4%; terciário – 67,4%).

Estas cifras, encerram dois tipos de significado diferentes, consoante a sua leitura é compartimentada ou comparada com os valores totais para a Região. No primeiro caso, confirma-nos não só o peso relativamente pequeno da agricultura e da pesca no Concelho, mas também a reduzida base industrial que o concelho possui após o término do ciclo da cortiça. Efectivamente, é preciso ter em linha de conta que fazendo parte integrante dos referidos 24,4% do emprego no secundário está incluído o relativo à construção civil, o qual, como se sabe, é extremamente relevante na Região (16,4%) e no Concelho (cerca de 18%) devido às dinâmicas turísticas e do imobiliário.

No sentido de aprofundar um pouco o sector económico do Concelho, tomaremos a opção de restringir a análise ao que consideramos essencial tendo em conta o que anteriormente se referiu e, também, os ciclos económicos que considerámos inicialmente. Assim, daremos um destaque especial a três dimensões: i) as actividades agrícolas, pelo que representaram - e ainda representam - para algumas áreas do Concelho e pelo significado que, num quadro de inovação, poderão vir a deter em associação com as agro-indústrias; ii) o turismo, por ser actualmente o motor de dinâmicas muito significativas na faixa litoral, nalgumas frentes de expansão pelo barrocal e pelo potencial de desenvolvimento que encerra para a área serrana; iii) finalmente, a construção civil, por consubstanciar a resultante de todas as dinâmicas experimentadas pelo Concelho.

O concelho de Silves possui, segundo o último recenseamento agrícola²⁵⁴, uma superfície agrícola utilizada (SAU) de 12245 ha, algo que corresponde a 18% da superfície total do Concelho, uma proporção inferior à do Algarve (28%²⁵⁵). Duas razões podem estar na base da diferença patenteada: o envelhecimento e rarefacção da população serrana e o avanço para o interior da onda de urbanização associada ao turismo, incorporando neste último aspecto as áreas que, embora não construídas, já se encontram em pousio expectante. Paralelamente, as explorações agrícolas (4012), apresentam uma dimensão média superior à verificada na Região (Silves: 16,9 ha; Algarve: 12,5 ha), facto que, tratando-se de um número global, não traduz a oposição entre as pequenas explorações associadas ao minifúndio que surgem no litoral, junto aos centros populacionais e nas áreas de maior produtividade e as explorações de maior dimensão, caracterizadas pela extensividade do regime produtivo, que se localizam, sobretudo, na área serrana.

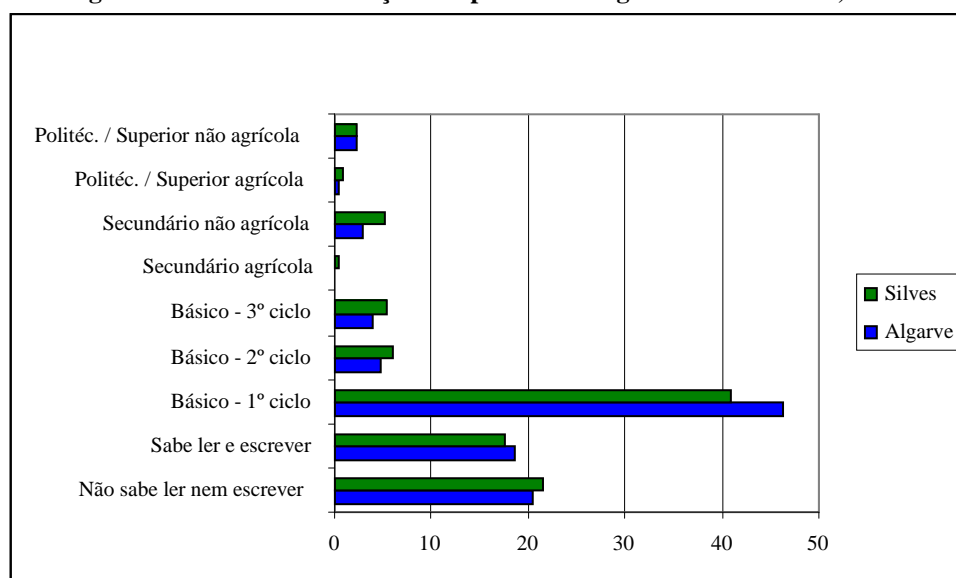
Este quadro, quando combinado com outros factores como o acesso à irrigação e a maquinização das explorações, pode oferecer-nos uma perspectiva – sempre em termos médios – da maior ou menor produtividade potencial, bem como da introdução de factores de produção que nos afastam de uma agricultura tipicamente camponesa.

²⁵⁴ Recenseamento Geral da Agricultura, 1999, INE.

²⁵⁵ A SAU do Algarve foi calculada através do somatório das referentes aos concelhos.

E nestes domínios Silves dá-nos uma imagem mais favorável do que a verificada na Região, já que 63% das suas explorações têm condições de irrigação (contra 34% do Algarve) e 61% usam tractores” (Algarve: 37%). Este facto, quando cruzado com o significado relativo da agricultura biológica no Concelho e com a importância da protecção integrada/tratamento de resíduos, reforçam, ainda mais, a ideia de Silves, a par de Loulé, como um concelho onde se têm feito sentir alguns vectores de modernidade e inovação agrícola.

Figura 74 – Níveis de instrução dos produtores agrícolas individuais, em %



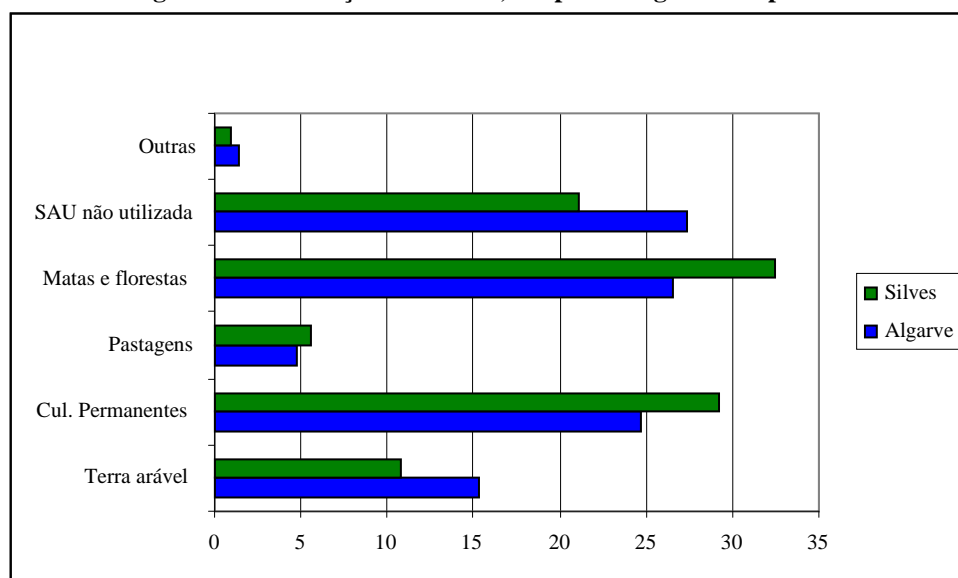
Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, INE, 1999.

Como em todo o Algarve, a produção em contexto familiar no Concelho apresenta uma proporção elevadíssima (Silves: 97,0%; Algarve: 96,9%), tendo os produtores, como é característico do sector, níveis de instrução bastante baixos (Silves: 21,6% dos produtores agrícolas são analfabetos, contra 20,4% da Região). Embora não se verifiquem diferenças de monta na comparação entre o Concelho e a Região em matéria de qualificações escolares, é interessante verificar que em Silves se verifica um maior contraste entre os produtores. Na verdade, se por um lado a proporção das menores qualificações é aqui maior do que no Algarve, também é verdade que em

Silves são mais expressivos os valores relativos às qualificações mais elevadas. Algo que, em última análise, nos remete para duas gerações de agricultores, com processos e expectativas diversas relativamente ao sector, ou, se preferirmos, para a concomitância da modernidade e da tradição no sector agrícola concelhio.

Na utilização da terra, predominam no Concelho, claramente, as matas e as florestas, bem como as culturas permanentes, cada uma das categorias com um peso superior ao da Região. Estas diferenças são compensadas pela menor área de SAU não utilizada e pela menor expressão da área destinada às culturas temporárias em Silves.

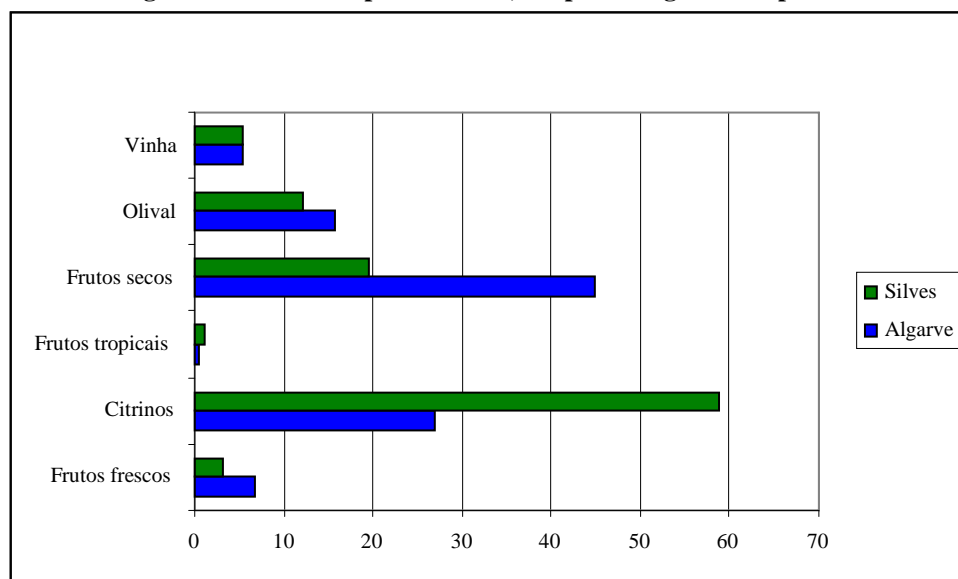
Figura 75 – Utilização das terras, em percentagem da superfície



Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, INE, 1999.

As culturas temporárias mais significativas no Concelho são os cereais, domínio em que, relativamente ao total da Região, se verifica uma maior mobilização percentual do total de área dedicada às culturas temporárias (Algarve: 22,0%; Silves: 28,4%). No domínio das culturas permanentes, destaca-se, como seria de esperar, a área dedicada à citricultura e, num plano muito inferior e comparativamente mais baixo do que a região no seu todo, os frutos para secagem.

Figura 76 – Culturas permanentes, em percentagem da superfície



Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, INE, 1999.

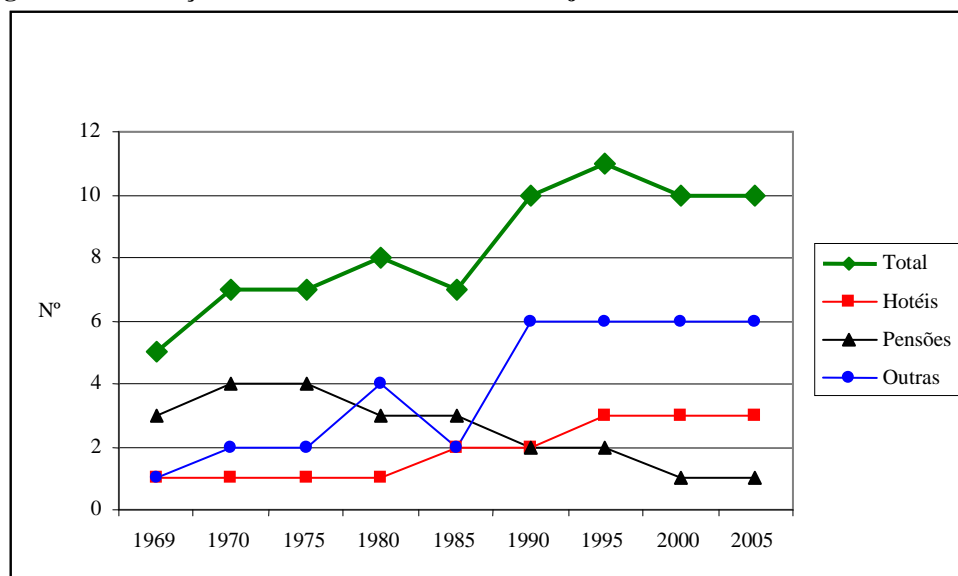
É de referir que, embora os frutos derivados da citricultura não sejam identificados como produtos tradicionais prioritários do Algarve (Neves²⁵⁶, 2003²⁵⁷), é-lhes conferido um potencial de desenvolvimento significativo caso sejam ultrapassados os obstáculos actuais que diminuem a sua competitividade no mercado nacional face a Espanha (centrais de distribuição e certificação), seja para consumo directo, seja para a transformação em licores e sumos.

O desenvolvimento turístico inicia-se no Concelho de Silves nos alvares dos anos 60. Um marco deste processo foi a abertura ao público, em 1963, do Hotel Garbe, a primeira unidade de alojamento turístico com dimensão e qualidade de Armação de Pêra - e de Silves – capaz de fazer face à crescente procura internacional no segmento de topo.

²⁵⁶ António Oliveira das Neves, economista e consultor.

²⁵⁷ Neves, A. Oliveira (2003), *Condicionantes e Potencialidades dos Produtos Tradicionais, Região do Algarve*, Faro, CCDR.

Figura 77 – Evolução do número de unidades de alojamento turístico – Concelho de Silves



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

O primeiro ano em que existe informação estatística relativa à oferta turística do Concelho é 1969, altura em que o turismo já se encontrava em velocidade de cruzeiro e, como tal, já existiam 5 unidades de alojamento onde avultavam, pela qualidade e pela procura internacional, para além do Hotel Garbe, o Hotel de Apartamentos²⁵⁸ CMAR e a Pensão Hani, todas elas em Armação de Pêra. Desde esta data até 2005, com algumas oscilações, o número de unidades de alojamento duplicou, facto que, tendo em atenção a expressividade da oferta paralela, está longe de ilustrar o processo de expansão e massificação que o turismo sofreu no litoral do Concelho.

É, ainda, de registar que o peso das unidades de alojamento de Silves no computo geral da Região, apresentou um declínio de 5,3% do total, em 1969, para 2,5% em 2005, o que nos indica que, pese embora a duplicação do número de unidades verificada no Concelho, as dinâmicas extra-concelhias nesta matéria foram, ainda, superiores, muito em especial no domínio das pensões e das outras unidades de alojamento.

²⁵⁸ Embora se denominasse hotel, era efectivamente um complexo de apartamentos turísticos.

Figura 78 – Etiqueta de mala do antigo hotel de apartamentos turísticos CMAR, em Armação de Pêra, um dos primeiros no seu género



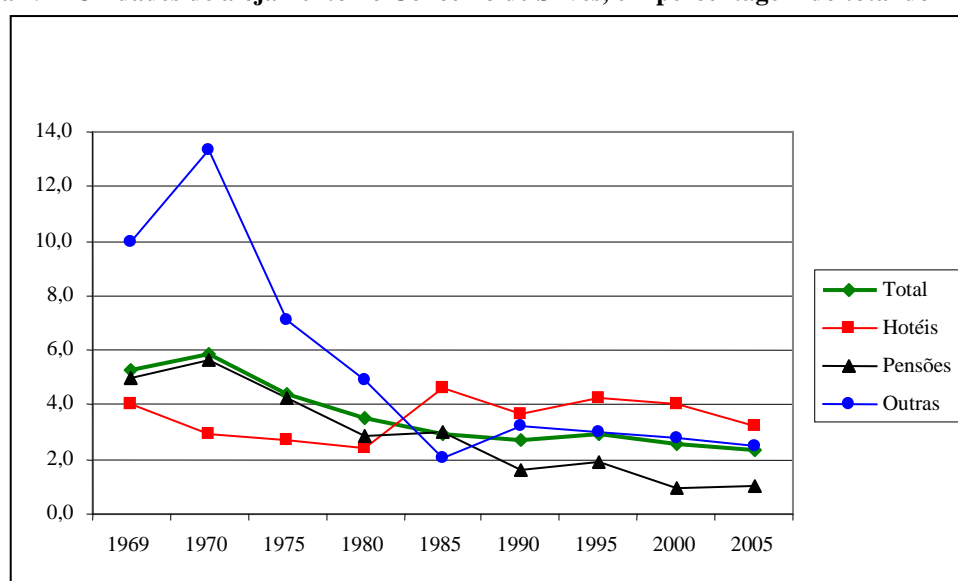
Fonte: colecção própria.

A tradução do parque de infra-estruturas de alojamento para a capacidade efectiva de recepção expressa através do número de camas disponíveis no mercado, revela-nos um crescimento expressivo, ainda mais acentuado do que o verificado nas unidades de alojamento, facto que indicia um incremento da dimensão média dos estabelecimento da hotelaria. Por outro lado, é de ter em consideração que as dinâmicas de crescimento se verificaram, sobretudo, na vertente dos hotéis e na dos “outros”, isto é, nos hotéis-apartamentos²⁵⁹ e nos aldeamentos turísticos. Mais uma vez, se não

²⁵⁹ É interessante chamar a atenção para o pioneirismo de Silves – e, em particular, Armação de Pêra (CMAR) - neste tipo de alojamento (10% do total do Algarve em 1969). Posteriormente, com os

considerássemos o alojamento paralelo, poder-se-ia afirmar que a oferta neste domínio vinha experimentando, ao longo do tempo, uma melhoria significativa, sobretudo derivada da queda continuada das camas oferecidas pelas pensões (embora não tenhamos dados para toda a série estatística considerada, pode-se afirmar, em reforço da ideia anterior, que a referida diminuição se fez sentir, mais do que tudo, na base, isto é nas pensões de uma e duas estrelas).

Figura 79 – Unidades de alojamento no Concelho de Silves, em percentagem do total do Algarve

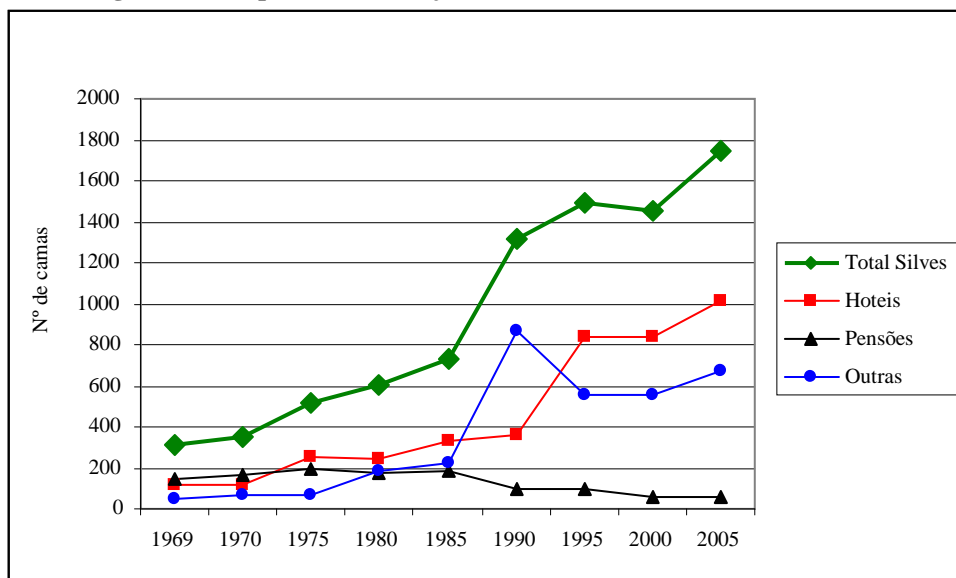


Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

Ainda assim, em paralelo com o que já tínhamos verificado para o número de estabelecimento, as dinâmicas de crescimento registadas em Silves, salvo para o caso dos hotéis, foram inferiores às que se produziram na totalidade da Região. Embora a explicação deste facto não seja totalmente isenta de dúvidas, afigura-se-nos que se deverá à própria exiguidade da faixa costeira do Concelho, precisamente o ambiente que atraiu a grande maioria dos investimentos direccionados para o Algarve.

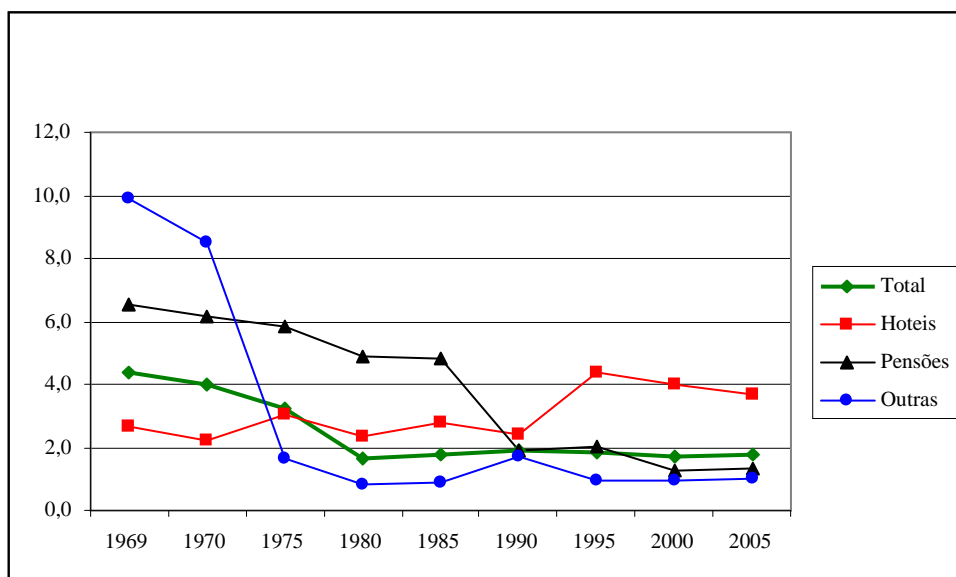
grandes investimentos efectuados neste tipo de unidades de alojamento por todo o Algarve, a sua posição de destaque dilui-se.

Figura 80 – Capacidade de alojamento instalada no Concelho de Silves



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

Figura 81 – Capacidade de alojamento do Concelho de Silves em percentagem do total da Região



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

No que se relaciona com a oferta de turismo em espaço rural convém esclarecer que a situação no Concelho é algo confusa já que a grande maioria das unidades de alojamento que se reivindicam como tal encontra-se em situações seguramente diversas, mas ainda assim fora do contexto oficial. Em nosso entender trata-se, tão somente, de uma extensão ao turismo rural do mecanismo que está sobejamente presente na globalidade da oferta turística concelhia, a colocação no mercado de alojamento paralelo, mais ou menos próximo ou coberto pelo panorama legislativo municipal e extra-municipal.

Assim, das 22 unidades que contabilizámos no Concelho definindo-se como turismo em espaço rural, apenas 3 se encontram devidamente aprovadas enquanto tal pela Direcção Regional de Economia do Algarve, curiosamente nenhuma delas integrando qualquer associação do sector (logo, incorporando as regras estabelecidas em sede associativa, muitas das vezes mais estreitas que as oficiais), seja o Centro de Turismo em Espaço Rural (CENTER²⁶⁰), seja a Associação Portuguesa de Turismo em Espaço Rural (PRIVETUR).

As três unidades anteriormente referidas, situadas nas freguesias de Alcantarilha, Silves e Tunes, oferecem um total de 22 quartos e perfazem uma capacidade de alojamento total de 44 camas²⁶¹.

A toda esta oferta convém, ainda, adicionar 2660 lugares disponibilizados pelos dois parques de campismo existentes no Concelho, ambos situados na freguesia de Armação de Pêra.

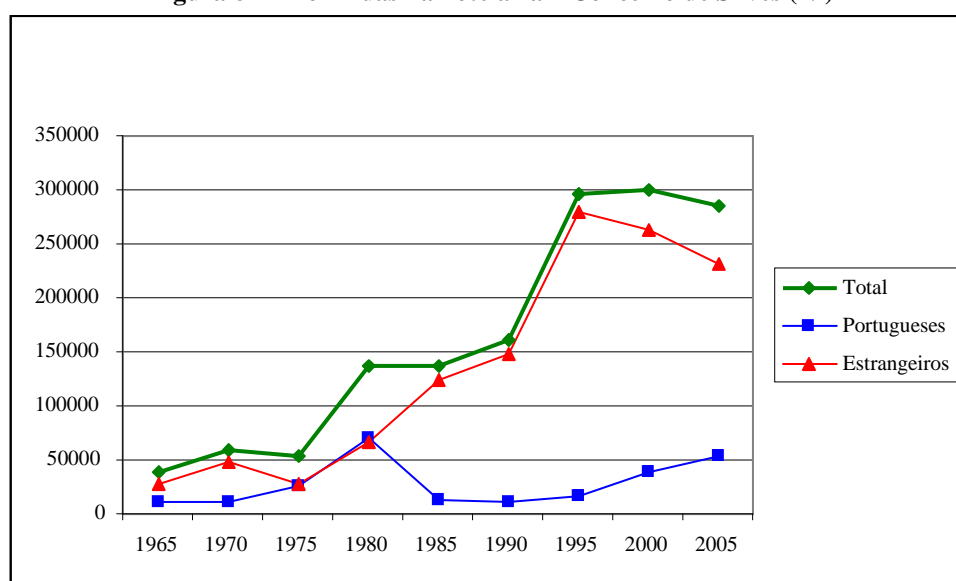
No domínio da procura, materializada esta pelas dormidas concretizadas no Concelho, há, antes de tudo o mais, que sublinhar, mais uma vez, estarmos perante quantitativos manifestamente subavaliados relativamente à realidade turística de Silves, muito especialmente no segmento das dormidas nacionais, no qual a oferta de outras formas de alojamento não contabilizadas através do crivo da hotelaria exerce maior impacto.

²⁶⁰ O CENTER é, efectivamente, uma associação de associações de turismo em espaço rural.

²⁶¹ Para o total de unidades contabilizadas, 22, apurou-se 122 quartos/apartamentos, 7 chalés e 4 vivendas, tudo com uma capacidade de alojamento estimada entre 270 e 300 camas.

Ainda assim, a análise evolutiva da procura revela uma tendência para o crescimento significativo da mesma ao longo do período temporal considerado. Nesta dinâmica, há, contudo, de assinalar dois quinquénios durante os quais se registaram decréscimos: o de 1970-75, devido aos efeitos da revolução do 25 de Abril de 1974 e o de 1990-95 que, a não ser algo de conjuntural, denuncia a reconhecida perda de competitividade do turismo do Algarve.

Figura 82 – Dormidas na hotelaria – Concelho de Silves (Nº)



Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

Pelo que atrás se disse relativamente ao contingente das dormidas nacionais, salvo a exceção do quinquénio 1975-80, a esmagadora maioria da totalidade das dormidas no Concelho ao longo dos anos foi da responsabilidade dos turistas estrangeiros. É, contudo, de notar que durante e após os anos 90 se tem vindo a registar um aumento percentual do contingente nacional²⁶², facto que, atendendo à natureza relativa dos números em apreço, pode ser explicado através da conjugação de duas vias:

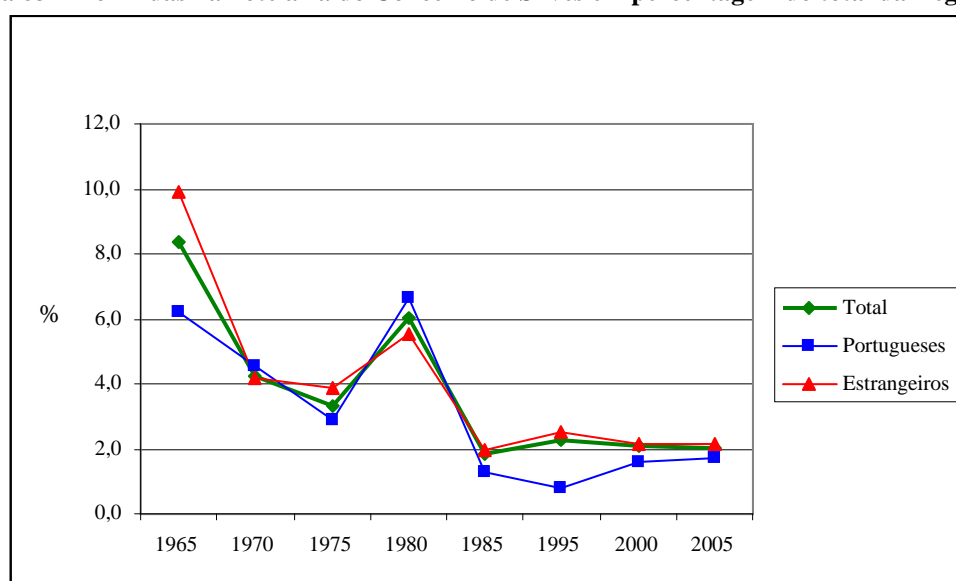
- a) Maior procura por parte dos nacionais decorrente do processo de desenvolvimento económico que o País tem experimentado e das suas

²⁶² Dormidas dos nacionais na hotelaria de Silves: 1995 – 94,6%; 2000 – 87,3%; 2005 – 81,1%.

consequências nos rendimentos e na repartição social dos mesmos, em conjugação com as mudanças operadas ao nível dos seus padrões de consumo turístico da população nacional.

- b) Decréscimo da atractividade do Algarve face a destinos similares e/ou face a destinos longínquos que se tornaram competitivos devido ao preço dos pacotes turísticos de base e às deslocações aéreas de *low-cost*.

Figura 83 – Dormidas na hotelaria do Concelho de Silves em percentagem do total da Região



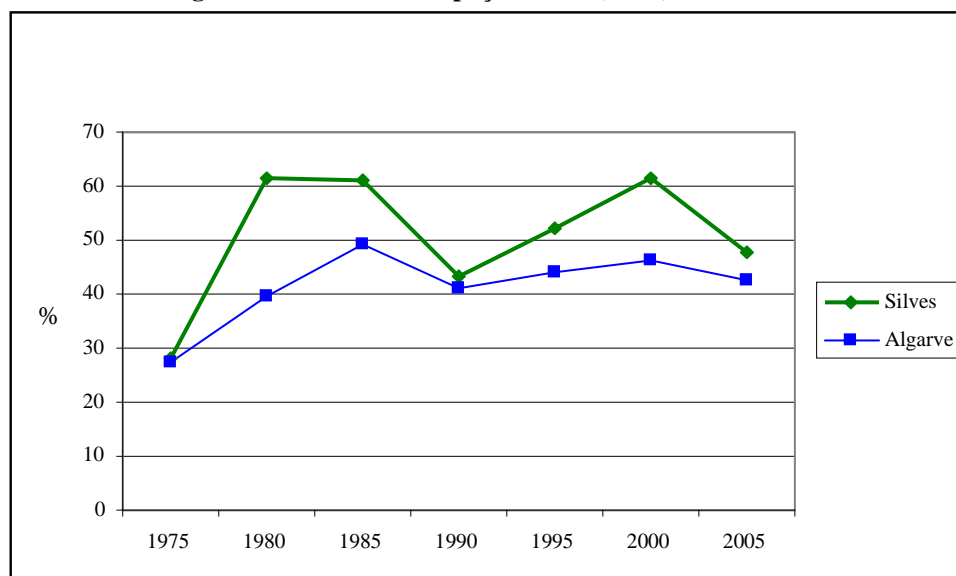
Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

Por outro lado, quando pesamos a quantidade das dormidas na hotelaria do Concelho de Silves pelo total da Região, surge-nos uma outra imagem, menos positiva que a anterior: a de um concelho em perca de *share* de mercado, ou seja, a de um concelho que embora apresente crescimentos consideráveis no domínio das dormidas na hotelaria, não tem conseguido acompanhar os ritmos de expansão da Região no seu todo. Por amadurecimento do seu produto principal ou por esgotamento (e condicionamento) das áreas de expansão no domínio do Sol e Mar, a verdade é que Silves – para o mal, mas também para o bem - não revelou o dinamismo de crescimento de outros concelhos do Algarve até meados dos anos 80 do Século XX,

data em que estabilizou o seu peso relativo, tenha sido pelo reforço dos investimentos no produto Sol e Mar que tornaram mais competitivo o destino (já que não se verificou um aumento relativo da oferta), já pelos efeitos de outros modelos menos litoralizados e mononucleados na sua expressão territorial, facto que, diga-se de passagem, não se afigura muito plausível tendo em atenção a natureza mais difusa e não massificada destas alternativas ao turismo balnear de litoral.

A distribuição por países das dormidas na hotelaria levadas a efeito por turistas estrangeiros no concelho de Silves segue de perto, ao longo de vector tempo, o padrão regional sendo o mercado mais importante o Reino Unido, seguido pela Alemanha e pela Holanda (2005, Silves: Reino Unido - 45% das dormidas efectuadas por estrangeiros, Alemanha - 20,7%, Holanda - 14,6%; Algarve: Reino Unido - 47,4%, Alemanha - 16,8%, Holanda - 10,9%).

Figura 84 – Taxas de ocupação-cama (TOC) na hotelaria



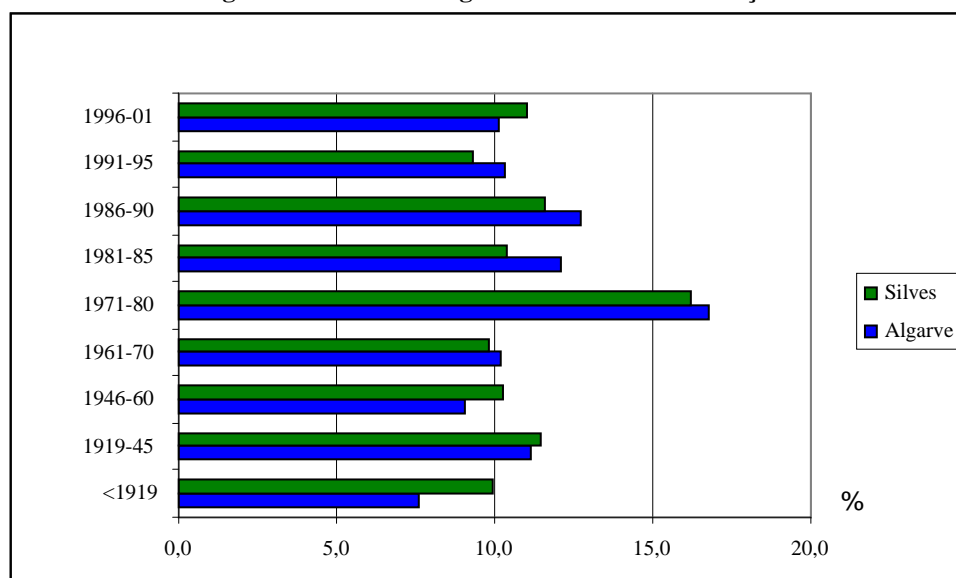
Fonte: Anuários Estatísticos Regionais e Estatísticas do Turismo, INE.

O ajuste entre a oferta e a procura pode ser medido através das taxas de ocupação das camas. Neste domínio, Silves, embora com oscilações ao longo do tempo, sempre apresentou resultados mais favoráveis do que a região no seu todo, revelando-nos um

balanço relativamente favorável quanto à rentabilidade das unidades de alojamento e a existência – pelo menos teórica – de algum espaço para o investimento neste domínio, sobretudo no que diz respeito ao segmento dos hotéis e dos hotéis-apartamento os quais dispõem dos resultados mais favoráveis (2000: 64,5% e 60,7% respectivamente).

Apesar do território do Concelho de Silves poder, em boa parte, ser considerado como de baixa densidade (na verdade, seis das suas freguesias²⁶³ são, efectivamente, consideradas como tal pela CCDRA²⁶⁴), a exiguidade do seu litoral face induz que todas as variáveis pesadas pela população apresentem valores bastante mais baixos que os verificados na Região enquanto todo. Estão neste caso os hóspedes por habitante (2005: 1,6 em Silves, 6,3 no Algarve), as dormidas por 1000 habitantes (2005: 805,8 em Silves, 3314 no Algarve) e, mesmo, a capacidade de alojamento (2005: 49,4 camas em Silves, 239,9 no Algarve).

Figura 85 - Edifícios segundo os anos de construção



Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001, INE

²⁶³ Alcantarilha, Algoz, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, Silves e Tunes. A freguesia de Pêra é considerada de transição.

²⁶⁴ CCDRA (2003), *Sócio-demografia das Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, Faro.

Em associação estreita com o desenvolvimento turístico a construção civil é o único subsector industrial que, como vimos anteriormente, tem um verdadeiro significado no Concelho.

No caso de Silves, essa ligação está bem expressa através da estrutura dos edifícios em termos de antiguidade. Na verdade, os edifícios anteriores a 1960 apresentam um peso inferior do que na Região, tendo o ritmo construtivo concelhio posterior – associado ao desenvolvimento turístico (sobretudo de Armação de Pêra) – resultado, até 1995, numa composição globalmente mais jovem dos edifícios. Acresce referir, contudo, que uma análise mais aprofundada da estrutura das datas de edificação dos edifícios nos dois espaços considerados, não deixa de suscitar algumas interrogações:

- a) A estrutura globalmente mais recente dos edifícios no Concelho de Silves terá resultado, como anteriormente referimos de ritmos posteriores a 1960 mais intensos do que na Região em geral (sabendo que nesta o desenvolvimento turístico se fez sentir de igual forma)? Ou terá sido por a construção após 1960 ter penalizado mais o parque edificado anterior em Silves do que na Região (atendendo à limitação da linha de costa)?
- b) O peso percentual superior dos edifícios mais recentes (1996-2001) na globalidade da Região do que no Concelho será devido ao um maior abrandamento do investimento associado ao turismo neste último espaço do que na globalidade do Algarve? Ou será antes pelo início de um processo de esgotamento do espaço disponível no litoral do Concelho, com os consequentes efeitos no preço dos terrenos e no imobiliário em geral?

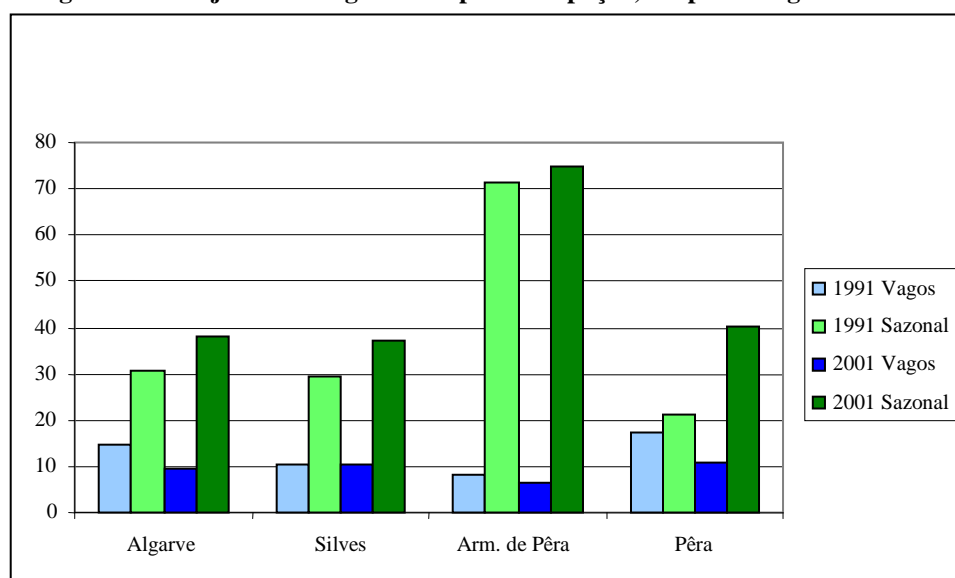
Em qualquer dos casos a ideia com que se fica é que a dinâmica construtiva – em paralelo com o investimento associado ao turismo – parece ter arrefecido mais precoce e intensamente em Silves do que na Região, facto que, de resto, é comprovado pela variação do número de edifícios entre os dois últimos censos²⁶⁵, em Silves mais 12,0% e no Algarve mais 14,9%.

²⁶⁵ Silves: 1991 – 13634, 2001 – 15272; Algarve: 1991 – 139694, 2001 – 160543.

Relativamente ao uso dos edifícios existentes, a esmagadora maioria destina-se, em ambos os casos, ao uso residencial, sendo as restantes utilizações, sobretudo em Silves (0,9% do total de edifícios, contra 1,5% na Região, no ano de 2001), perfeitamente residuais. A acrescida concentração verificada em Silves no domínio dos edifícios destinados a usos residenciais, permite-nos deduzir a existência, neste espaço, de alguma debilidade relativa no domínio das actividades económicas de maior dimensão (aquelas que, à partida, ocuparão edifícios na sua totalidade).

Concomitantemente, o cruzamento dos valores relativos aos edifícios com os respeitantes aos alojamentos revela-nos, em 1991 e em 2001, um maior número médio de alojamentos familiares clássicos por edifício na Região do que no Concelho de Silves (2001: Silves – 1,59 alojamentos familiares clássicos por edifício; Algarve – 1,72), ou seja e sinteticamente, que os edifícios na totalidade da Região tendem, em média, a ser maiores do que no Concelho (maior área de construção ou, por hipótese académica, possuem alojamentos menores).

Figura 86 – Alojamentos segundo o tipo de ocupação, em percentagem dos totais



Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001, INE

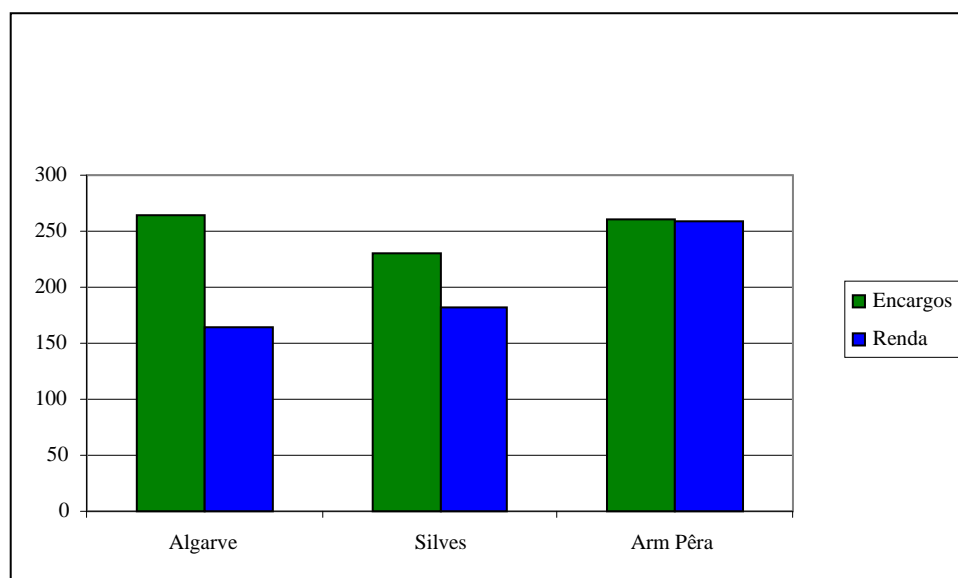
No domínio do regime de ocupação dos alojamentos, como é característico do padrão nacional devido à falência do mercado de arrendamento após o 25 de Abril, também em Silves e na sua Região os alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, são-no, na sua maioria, pelos respectivos proprietários (2001: Silves – 81,7% dos alojamentos, Algarve – 75,5%). Curiosamente, a freguesia de Armação de Pêra possui a maior percentagem do Concelho em matéria de alojamentos arrendados ou subarrendados, o que, em última análise, nos pode indicar os efeitos – directos e indirectos – do turismo na revitalização do mercado de arrendamento.

Mas, a relação entre o turismo e o parque construído é, sobretudo, patente quando analisamos o tipo de ocupação e os custos médios da habitação.

Relativamente ao primeiro aspecto é de referir que:

- a) Os alojamentos vagos diminuíram em todos os territórios de 1991 para 2001, denotando um melhor ajuste entre a procura e a oferta, especialmente na Freguesia de Armação de Pêra.
- b) Os alojamentos destinados a usos sazonais aumentaram consideravelmente, muito em particular na Freguesia de Pêra, a qual, devido à concentração urbana e ao congestionamento turístico de Armação de Pêra, tem-se posicionado como uma alternativa.
- c) Os valores patentes pelos alojamentos destinados ao uso sazonal são extraordinariamente elevados na Freguesia de Armação de Pêra, na verdade o dobro do Concelho (2001: Silves – 37,4% do total de alojamentos familiares, Armação de Pêra – 74,6%), facto que revela a estreita associação entre este tipo de ocupação e o turismo, seja enquanto segundas residências para fruição directa do proprietário, seja como palco de oferta paralela.

Figura 87 – Encargos com a compra de alojamento e renda do aluguer – valores médios em Euros relativos ao ano de 2001

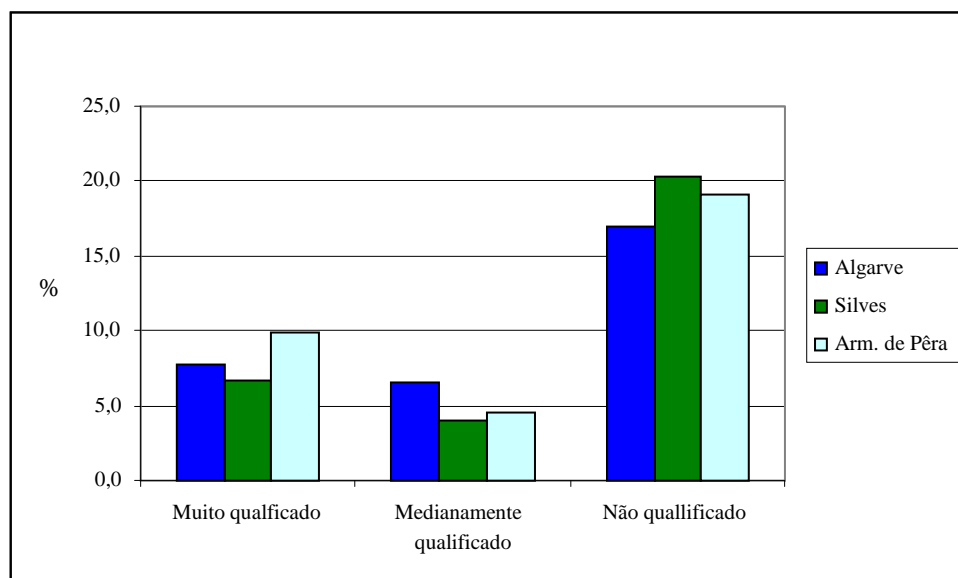


Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001, INE

No que respeita o custo médio mensal dos alojamentos, dois casos se colocam: o que se prende com a compra, em que os valores são inferiores no Concelho aos verificados nos outros territórios considerados, seguramente devido à influência dos preços praticados nas freguesias de baixa densidade; o que diz respeito à carga financeira decorrente do arrendamento, vertente em que, mais uma vez, a natureza eminentemente turística da Freguesia de Armação de Pêra tem como efeito o agravamento relativo dos arrendamentos.

O resultado das características económicas anteriormente descritas, manifestam-se directamente no emprego e nas suas características, bem como no poder de compra das unidades territoriais que temos vindo a ter em linha de conta.

Figura 88 – Qualificação do emprego tendo por base as profissões

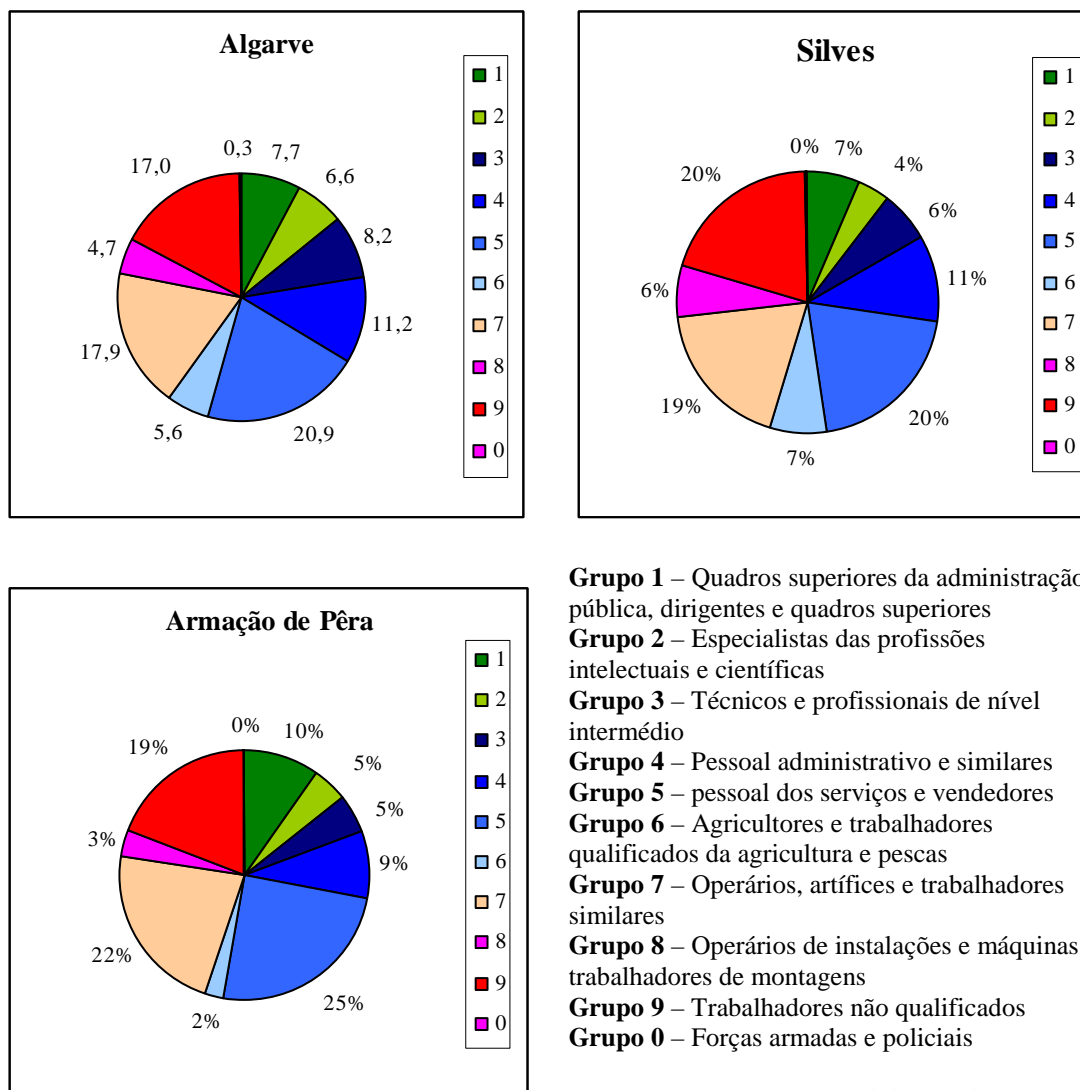


Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001, INE

Interessa, desde logo, referir que as taxas de desemprego totais são mais favoráveis no Concelho de Silves do que no Algarve, resultado alcançado através das diferenças verificadas no segmento masculino da população activa (2001: Silves - 3,4% de desemprego/homens, Algarve - 4,8%).

A estrutura do emprego, como se pode verificar através do gráfico seguinte, é pouco qualificada, sobretudo no quadro da totalidade do Concelho de Silves, embora a sua freguesia com maior desenvolvimento turístico apresente níveis de qualificação apreciáveis, superiores, mesmo, aos do Algarve como um todo.

Figura 89 – Distribuição percentual do emprego segundo os grupos de profissões



- Grupo 1** – Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores
- Grupo 2** – Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- Grupo 3** – Técnicos e profissionais de nível intermédio
- Grupo 4** – Pessoal administrativo e similares
- Grupo 5** – pessoal dos serviços e vendedores
- Grupo 6** – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
- Grupo 7** – Operários, artífices e trabalhadores similares
- Grupo 8** – Operários de instalações e máquinas e trabalhadores de montagens
- Grupo 9** – Trabalhadores não qualificados
- Grupo 0** – Forças armadas e policiais

Fonte: Recenseamento Geral da População, 2001, INE

No domínio da outra expressão da *performance* económica que considerámos, o poder de compra *per capita*, o Concelho de Silves, seguramente devido ao peso das freguesias do interior, apresenta um valor índice aferido à média nacional, para 2004, (81, 5) bastante inferior ao da Região (107,8).

Esta constatação é, de resto, confirmada através da análise dos indicadores associados à actividade financeira, os quais são, na totalidade dos que considerámos, mais

desfavoráveis em Silves do que na totalidade da Região e, à excepção dos levantamentos em caixa automática por população residente (efeito do turismo), do que os do País.

Quadro 4 – Indicadores financeiros

	Estabelecimentos bancários e similares por 1000 habitantes (população residente)	Caixas automáticas por 10000 habitantes	Levantamentos nacionais em caixas automáticas por habitante (euros)	Compras pagas através de terminais automáticos por habitante euros)	Depósitos por habitante (milhares de euros)	Crédito concedido por habitante (milhares de euros)
Portugal	0,5	10,2	1981	1966	13,8	22,9
Algarve	0,6	14,0	2677	3519	11,6	14,5
Silves	0,3	9,3	2056	1494	8,9	8,3

Fonte: Inquérito às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, 2005; INE, Sociedade Interbancária de Serviços, S.A, 2005.

Contudo, o desempenho económico dos territórios reflecte-se nas sociedades a outros níveis, porventura de uma forma mais indirecta e atenuada pelos mecanismos de solidariedade nacional e comunitária expressos através das transferências financeiras e das ajudas ao desenvolvimento. Estão neste caso as dimensões ambientais, sociais e culturais, as quais, em conjunto, contribuem para a qualidade de vida das populações.

No concelho de Silves, 85% da população é servida por sistemas de abastecimento de água, um número inferior ao do Algarve e à média nacional e que se deverá compreender à luz da dispersão da população na área serrana e ao seu peso relativamente ao litoral e aos centros urbanos. Esta vertente explicativa poderá ser estendida aos pesos inferiores no Concelho da população servida por sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais (2005: Silves – 65% da população servida

por recolha de águas residuais e 60% por sistemas de tratamento das mesmas; Algarve – 84% relativamente aos sistemas de recolha e 79% aos de tratamento²⁶⁶).

Relativamente aos resíduos urbanos²⁶⁷, não só a sua produção por habitante é bastante inferior à Região²⁶⁸, mas também a recolha selectiva dos mesmos o é, seja em termos percentuais do total produzido (2005: Silves – 5% do total; Algarve – 7%), seja em quilogramas por habitante (2005: Silves – 28 Kg/Hab.; Algarve – 48 Kg/Hab.).

No domínio da saúde, seja no das infra-estruturas (salvo no caso das farmácias²⁶⁹), seja no do pessoal, na generalidade a situação do Concelho é desfavorável relativamente à Região. Em 2005, Silves só possuía 15 camas hospitalares²⁷⁰ e 16 em centros de saúde²⁷¹, algo que representa uma lotação praticada de 0,9 camas por 1000 habitantes²⁷², contra cerca de 134 para o Algarve e 996 para Portugal. No capítulo do pessoal de saúde, para o mesmo ano, registavam-se 0,9 enfermeiros e 0,7 médicos por 1000 habitantes (3,9 e 2,8 respectivamente, para o Algarve).

Assim, embora as consultas por habitante sejam inferiores ao Algarve (2005: Silves – 2,0; Algarve – 2,9), não é de estranhar que as taxas de ocupação da camas nos estabelecimentos de saúde sejam ligeiramente superiores às verificadas na Região, não sendo ainda maiores devido ao facto da grande maioria dos utentes com necessidade de internamento, por falta de condições infraestruturais e por não existirem as especialidades médicas, ser encaminhada para os hospitais de Portimão ou de Faro.

Na generalidade, tendo em atenção o envelhecimento da população que verificámos anteriormente e considerando a frequência turística do Concelho, há que sublinhar as insuficiências que o seu sistema de saúde manifesta face às solicitações que, à

²⁶⁶ Caracterização do Saneamento Básico, INE.

²⁶⁷ Estatísticas dos Resíduos Municipais, INE.

²⁶⁸ 2005: Silves – 573 Kg/Hab.; Algarve – 728 Kg/Hab.

²⁶⁹ 2005: 3 farmácias por 1000 habitantes em qualquer dos territórios considerados. Estatísticas das Farmácias, INE.

²⁷⁰ Estatísticas dos Estabelecimentos de Saúde, INE.

²⁷¹ Inquérito aos Centros de Saúde, INE.

²⁷² Estatísticas da Saúde, INE.

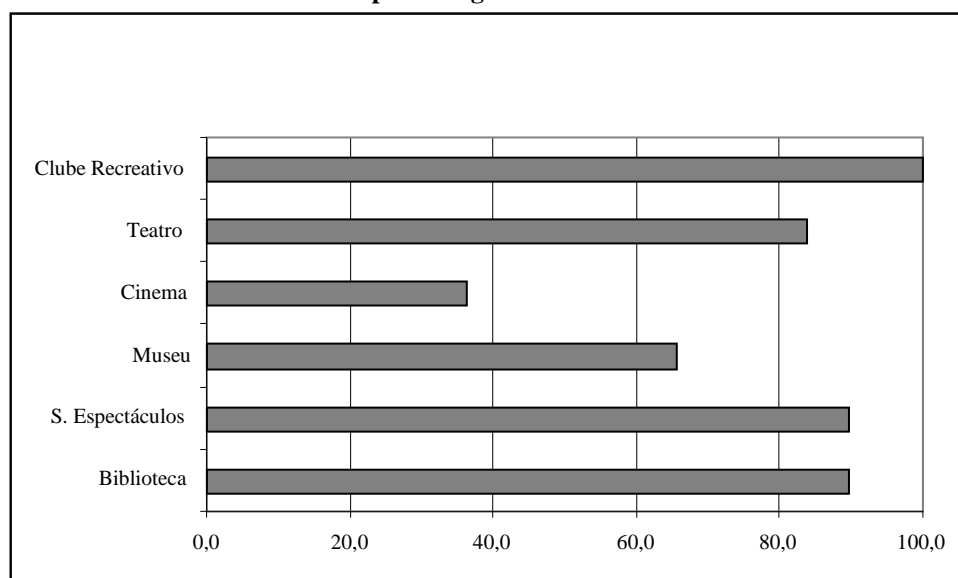
partida, lhe serão colocadas tendo em vista a sustentação da principal actividade económica, bem como as necessidades da população residente.

Relativamente aos equipamentos culturais e desportivos não existem dados relativos à percentagem da população, excepto aqueles que podem ser inferidos a partir das freguesias servidas. Será este o método de aproximação que utilizaremos, embora conscientes da sua consistência.

Globalmente, podemos referir que a maioria das freguesias estão servidas com os equipamentos essenciais, seja no domínio da cultura, seja no do desporto. Em acréscimo, há que referir que determinados equipamentos, pelo montante dos investimentos iniciais e pelos custos de funcionamento, em acumulação com a massa crítica necessária para a sua cabal rentabilização, detêm raios de cobertura que excedem a malha das freguesias.

Embora não seja o centro da nossa análise neste ponto, pensamos, contudo, ser relevante chamar a atenção para o caso de São Marcos da Serra e, em segundo plano, para Pêra, freguesias que, embora de dimensão populacional reduzida, são claramente sub dotadas em equipamentos de cultura e desporto.

Figura 90 – População servida em regime de proximidade pelos equipamentos culturais, em percentagem do total

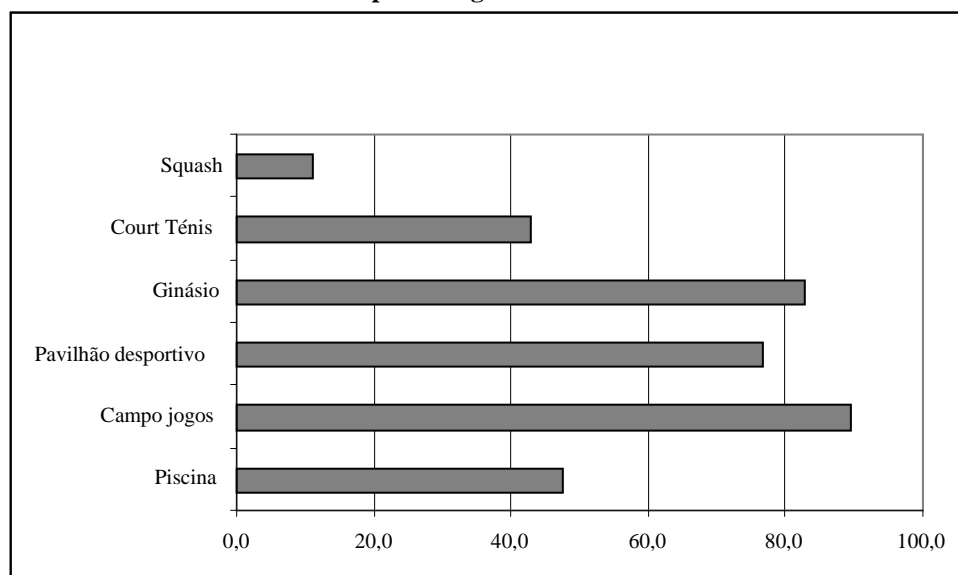


Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, INE.

Na vertente dos equipamentos culturais, destacam-se pelas percentagens inferiores de população com acesso de proximidade, o cinema e os museus. Relativamente aos equipamentos de apoio ao cinema, embora importantes do ponto de vista turístico, compreende-se a situação tendo em atenção a divulgação pela população das formas domésticas de visualizar videogramas e do impacto na rentabilidade deste tipo de salas de espectáculos, logo na manutenção das existentes e nos investimentos para a criação de novas unidades. No caso dos museus, há que considerar que as duas unidades situadas na Freguesia de Silves detêm uma dimensão e identidade municipal, facto que concorre para que a taxa de cobertura deste tipo de equipamento transcenda, na realidade, os números apresentados.

Na vertente das infra-estruturas desportivas, o panorama não é tão homogéneo como o que acabámos de verificar para a cultura. Há que considerar tipos de infra-estruturas que são inexistentes no Concelho (pista de atletismo, campo de golfe e centro de equitação, entre outros) e outras cuja cobertura populacional é relativamente escassa, caso do *squash* e, em menor grau, do ténis e das piscinas.

Figura 91 – População servida em regime de proximidade pelos equipamentos desportivos, em percentagem do total



Fonte: Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, INE.

Como remate a este ponto, referimos, mais uma vez, que Silves foi um Concelho que passou por um processo económico bastante diversificado e assimétrico, processo esse que o marcou significativamente, não só face aos territórios de contexto, mas também, internamente, nos domínios das contradições e disparidades que apresenta.

Mas estas, especificamente na vertente territorial, serão objecto de uma atenção específica.

6.2.3 – Silves, um concelho com profundas disparidades territoriais

Ao longo do segmento anterior do trabalho, várias vezes nos referimos à diversidade do Concelho e às diferenças que as suas freguesias manifestam aos mais variados níveis analíticos.

Tal facto não seria de estranhar tendo em atenção a dimensão da unidade territorial em causa e, sobretudo, a sua natureza de concelho longitudinal, ou seja, a de um espaço que se estende desde o Alentejo ao litoral e que, por conseguinte, se desenvolve, em anfiteatro, desde as alturas da Serra até às planuras do litoral, incluindo na sua marca genética tradicional uma faixa de transição com dimensões muito consideráveis – o Barrocal algarvio, o qual, em nosso entender, constituiu o coração funcional do Concelho.

Assim, do ponto de vista da geografia e da geografia histórica, em particular, estariam criadas as condições para um Concelho de diversidade em que os factores centrípetos de unidade derivariam não tanto da homogeneidade como da complementaridade funcional entre os seus espaços constitutivos.

A este quadro tradicional é, contudo, necessário sobrepor o resultado da evolução económica verificada no Concelho nos últimos 50 anos, a qual, porque estruturada pelo desenvolvimento da actividade turística balnear, vai reforçar o panorama preexistente de concelho assimétrico.

Efectivamente, o desenvolvimento turístico recente²⁷³ do Concelho, pela sua natureza especializada e unipolar²⁷⁴, longe de contribuir para uma convergência entre os seus territórios vai ser, sobretudo, um agente de alteração da geometria das disparidades intra-concelhias, nomeadamente através da litoralização do centro de gravidade económico e funcional de Silves (que, anteriormente, se estruturou em torno de dois eixos: um, longitudinal, entre Silves e a Serra, baseado na indústria transformadora da cortiça; outro, transversal, assente no Barrocal e motorizado pela citricultura e pela horticultura).

Embora com estas referências adquiridas, entendemos explorar mais profundamente a dimensão “diversidade territorial”, não só para a fundamentar de forma mais sólida, mas também para encontrar as vias fundamentais que a explicam.

Para tanto, tendo em atenção a multiplicidade de elementos em causa e a impossibilidade de, através de uma análise de gráficos ou quadros simples, abrangermos a totalidade da “equação” multivariada que procurávamos entender, resolvemos avançar para a elaboração de uma tipologia dos territórios de Silves, tendo por base os seus quadros estatístico-administrativos mais restritos: as freguesias.

Optámos, pois, por elaborar uma análise factorial de componentes principais, para a qual seria necessário identificar um conjunto de variáveis, entre as que são disponibilizadas pelo panorama estatístico nacional para o nível de “Freguesia”, suficientemente diversificado e reconhecidamente significativo.

As dimensões analíticas consideradas foram: a população; o emprego e a instrução; a mobilidade; a construção e o alojamento; o turismo. Cada uma destas dimensões foi alimentada através das seguintes variáveis e indicadores²⁷⁵:

²⁷³ Quando nos referimos a “recente” estamos a considerar o desenvolvimento do turismo desde os anos 60 do Século XX e não o que se tem verificado nos últimos anos, o qual, embora com efeitos incipientes no Concelho, possui vertentes que contrariam a concentração e as disparidades. Estamos a falar do turismo de interior, estruturado em torno da natureza ou da cultura.

²⁷⁴ No sentido que lhes confere Lozato-Giotard em « *La Géographie du Tourisme*, Masson édit. , " *Géographie* ", Paris, 1987 ».

²⁷⁵ Instituto Nacional de Estatística.

- a) População – densidade populacional (2001); variação da população (1991-2001); percentagem da população com 65 ou mais anos (2001); percentagem de uniões de facto nas pessoas em conjugalidade (2001); percentagem de estrangeiros lusófonos (2001); percentagem de outros estrangeiros (2001).
- b) Emprego e instrução da população – quadros e profissionais qualificados, Classificação Nacional das Profissões (CNP) 1 e 2, (2001); pessoal técnico de nível intermédio, CNP 3, (2001); trabalhadores semi-qualificados do terciário, CNP 4 e 5, (2001); operários e trabalhadores dos transportes, CNP 7 e 8, (2001); agricultores e trabalhadores agrícolas, CNP 6, (2001); trabalhadores não qualificados, CNP 9, (2001); taxa de actividade das mulheres (2001); percentagem da população com, no mínimo, o 3º ciclo do ensino básico completo (2001); percentagem da população com o ensino superior completo (2001).
- c) Mobilidade – população residente fora do concelho 5 anos antes (2001); população que trabalha fora do concelho (2001).
- d) Construção e alojamento – proporção de edifícios servidos por recolha de resíduos sólidos urbanos (2001); índice de envelhecimento dos edifícios, <1945/>1991, (2001); proporção de alojamento familiar de uso sazonal (2001); número médio de alojamentos familiares clássicos por edifício (2001).
- e) Turismo – unidades de alojamento turístico (2002).

A análise evidenciou três factores com um forte peso explicativo na distribuição das 22 variáveis consideradas, muito em especial o primeiro, o qual, só por si, explica 61,8% dessa mesma distribuição, um valor digno de ser evidenciado.

Quadro 5 – Factores e respectivos valores

Factores	Valor específico	Percentagem	Percentagem acumulada
1	13.5991	61.81	61.81
2	3.4069	15.49	77.30
3	2.4834	11.29	88.59
4	1.3097	5.95	94.54
5	0.6617	3.01	97.55
6	0.3963	1.80	99.35
7	0.1429	0.65	100.00
8	0.0000	0.00	100.00

Fonte: resultados obtidos através do Programa SPADn

Relacionando os três factores principais com as variáveis de partida (*loadings*), podemos descrevê-los como:

- a) Factor 1 – destaca a oposição entre **inércia e dinamismo** territorial. Caracteriza-se, assim, pelos valores obtidos por variáveis relacionadas, entre outros aspectos, com níveis de ensino de ciclo mais longo, com qualificações profissionais mais elevadas, com forte dinamismo e atracção populacional, com uma dinâmica demográfica moderna, com níveis elevados de alojamento sazonal e, por outro lado, pela baixa expressão dos operários e trabalhadores agrícolas e pela juventude dos edifícios.
- b) Factor 2 – destaca a presença do **terciário indiferenciado com bastante mobilidade**. Caracteriza-se pelos valores elevados das variáveis relativas à população que trabalha no exterior e ao terciário pouco qualificado, mas também ao pouco significado do alojamento sazonal e ao pequeno número de alojamentos por edifício.
- c) Factor 3 – destaca o **terciário relativamente qualificado e o meio urbano tradicional com pouco dinamismo**. Caracteriza-se pelos valores elevados da variável relativa aos técnicos intermédios e ao baixo significado do elemento mobilidade da população.

Quadro 6 – Factores e variáveis

Variáveis	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Densidade populacional	-0,84	-0,42	-0,27
Variação da população 1991-2001	-0,91	0,25	-0,26
% população com 65 ou + anos	0,87	-0,42	0,12
% uniões de facto nas pessoas em conjugalidade	-0,93	0,04	0,34
% estrangeiros lusófonos	-0,76	-0,49	-0,23
% outros estrangeiros	-0,91	-0,32	-0,05
Quadros e profissionais qualificados	-0,84	-0,29	0,40
Pessoal técnico nível intermédio	-0,36	0,42	0,65
Trabalhadores semi qualificados do terciário	-0,79	0,55	-0,17
Operários e trabalhadores transportes	0,69	-0,51	-0,29
Agricultores e trabalhadores agrícolas	0,60	0,04	0,48
Trabalhadores não qualificados	0,49	-0,09	-0,56
Taxa actividade mulheres	-0,91	0,31	-0,08
População residente fora 5 anos antes	-0,81	0,14	-0,55
População trabalha fora	-0,04	0,75	-0,55
Índice de envelhecimento dos edifícios (<1945 / >1991)	0,90	-0,23	-0,08
Proporção de edif. servidos por recolha de res. sól. urbanos	-0,89	0,37	-0,09
Proporção de alojamentos familiares de uso sazonal	-0,72	-0,60	-0,18
Número médio de alojamentos familiares por edifício	-0,75	-0,59	-0,14
Unidades alojamento turístico	-0,86	-0,42	0,06
% população com o 3º ciclo de ensino básico completo	-0,96	0,12	0,20
% população com o ensino superior completo	-0,83	-0,20	0,44

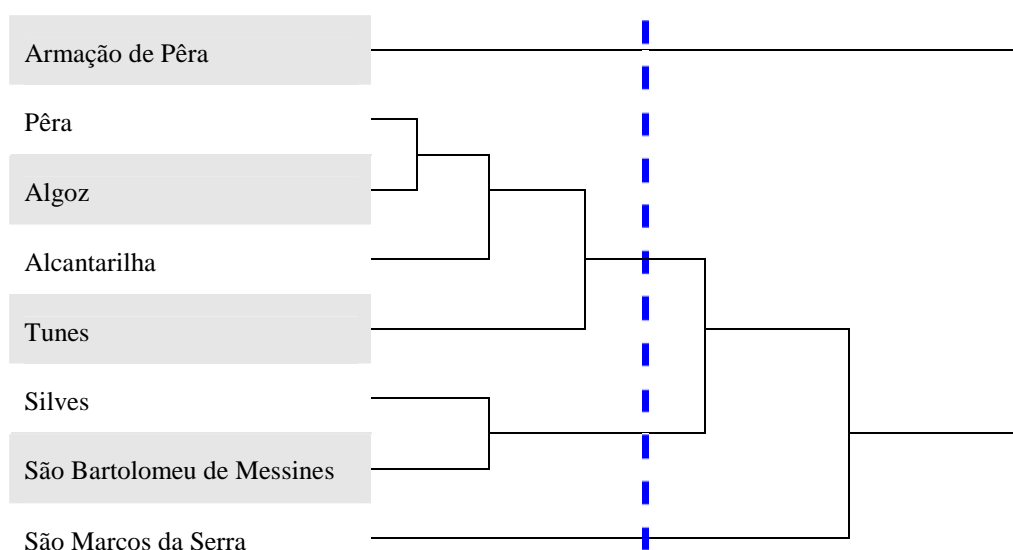
Fonte: resultados obtidos através do Programa SPADn

Estabelecendo a ligação entre as unidades de análise – as freguesias – e os factores, podemos verificar que o primeiro factor separa, para cada um dos lados, dois pares de freguesias: desde logo e vincadamente Armação de Pêra e São Marcos da Serra, respectivamente as freguesias de maior e menor dinamismo, em acréscimo, Pêra e São Bartolomeu de Messines, experimentando respectivamente alguns sinais de um dinamismo e de uma inércia relativos. As restantes freguesias apresentam *scores* que nos permite atribuir-lhes, em posições relativas diversas, uma situação de transição, mista, entre a modernidade e a tradição.

Relativamente ao segundo factor, ele destaca, sobretudo, Tunes, evidenciando a situação ímpar desta freguesia no contexto do Concelho, situação essa que, como

sabemos, derivando da sua localização de charneira na malha viária do Concelho e do Algarve, esteve na base do seu desenvolvimento e lhe confere, cada vez mais, as características de uma plataforma giratória, logística, mas também funcional e humana.

Figura 92 – Ligação-cluster das freguesias a partir dos scores dos 3 primeiros factores



Fonte: resultados obtidos através do Programa SPADn

Finalmente, o terceiro factor agrupa Silves e, até certa medida, São Bartolomeu de Messines, territórios com pouco dinamismo mas com alguma qualificação do terciário. É, contudo, de referir que esta ligação não deixa de fora as diferenças específicas entre as duas freguesias, a primeira mais urbana e com um peso significativo dos quadros e profissionais técnicos de nível intermédio (que a sua qualidade de freguesia sede de concelho inevitavelmente lhe conferiria), a segunda de carácter mais rural.

Desta forma, concretizando mais objectivamente a realidade que estamos a tratar, a tipologia das freguesias do Concelho, podemos concluir que se confirma plenamente o que vínhamos avançando anteriormente, a forte diversidade territorial de Silves. Na

verdade, a análise efectuada permite, numa primeira leitura, identificar três grandes pólos de diversidade, centrados em Armação de Pêra e São Marcos da Serra²⁷⁶, entre os quais se ajustam, em situações de transição/mistas, mais balanceadas para o lado do dinamismo ou da inércia, as restantes freguesias.

Contudo, esta leitura pode ser refinada e detalhada, obtendo-se, deste modo, o conjunto de quatro grandes tipos de freguesias que passamos a apresentar:

a) Tipo A – dinamismo, modernidade e urbanização – Armação de Pêra.

b) Tipo B – em transição motorizada pelo turismo e pela localização – Alcantarilha, Algoz, Pêra e Tunes.

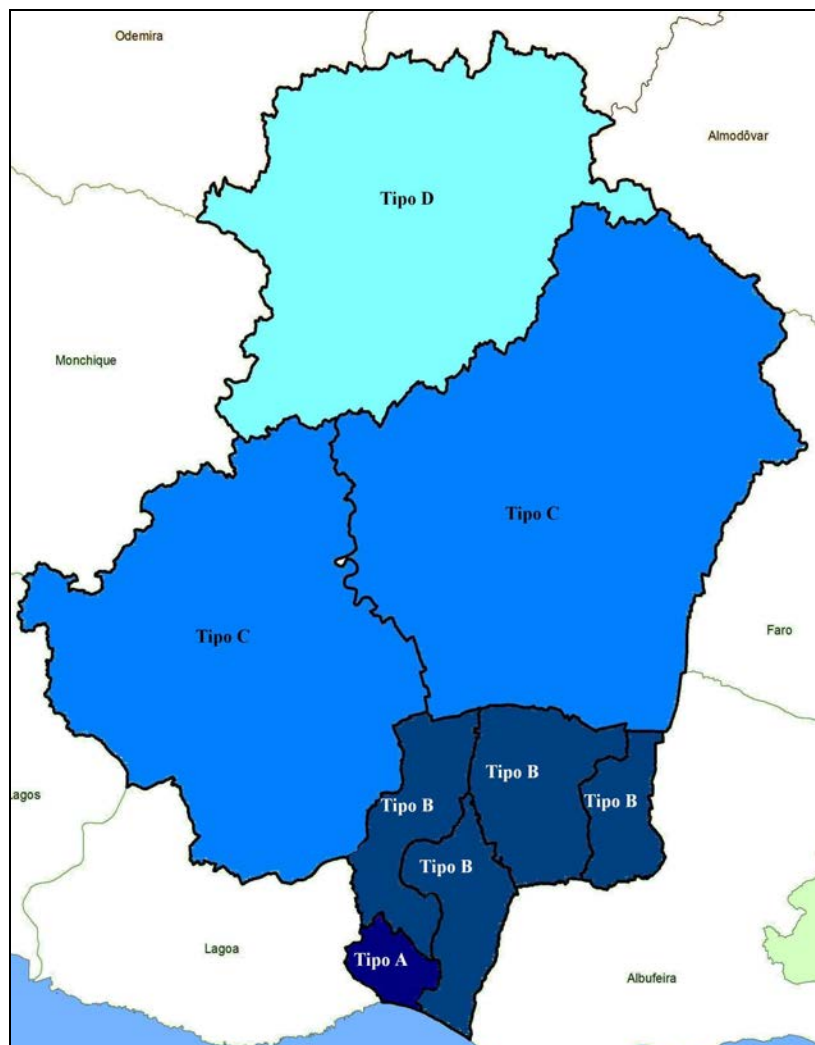
c) Tipo C – espaços urbanos e rurais tradicionais e de baixo dinamismo mas com potencial humano para a passagem a um novo ciclo de desenvolvimento. Funções administrativas e comerciais – Silves e São Bartolomeu de Messines.

d) Tipo D – espaços rurais profundos – São Marcos da Serra.

O mapa seguinte, que espacializa a tipologia anterior, permite-nos observar a sua disposição dentro de uma lógica litoral-interior, sublinhando, deste modo, os efeitos directos e indirectos das dinâmicas induzidas pelo turismo.

²⁷⁶ Ou, para ser mais preciso, três pólos: Armação de Pêra, São Marcos da Serra, Silves/São Bartolomeu de Messines.

Figura 93 – Tipologia das freguesias do Concelho



Fonte: elaboração própria sobre base do IGP.

6.2.4 – Silves, um concelho com forte potencial de desenvolvimento

Não estando a elaborar um plano de estratégia para o concelho de Silves, entendemos, contudo, terminar este ponto de contextualização do objecto de estudo com uma breve análise prospectiva.

E isto porque consideramos que dentro do espírito que nos norteou ao longo deste capítulo faria todo o sentido introduzir a dimensão do futuro já que se é verdade que muitas das acções presentes se justificam através do pensamento retrospectivo, também não é menos verdade que o futuro explica, igualmente, parte dos comportamentos e dos posicionamentos que tomamos no quotidiano.

Assim, dimensionamos as linhas que se seguem como um complemento, o qual, através “da inversão da flecha do tempo”, consolida e fecha o ciclo explicativo da realidade actual do concelho de Silves.

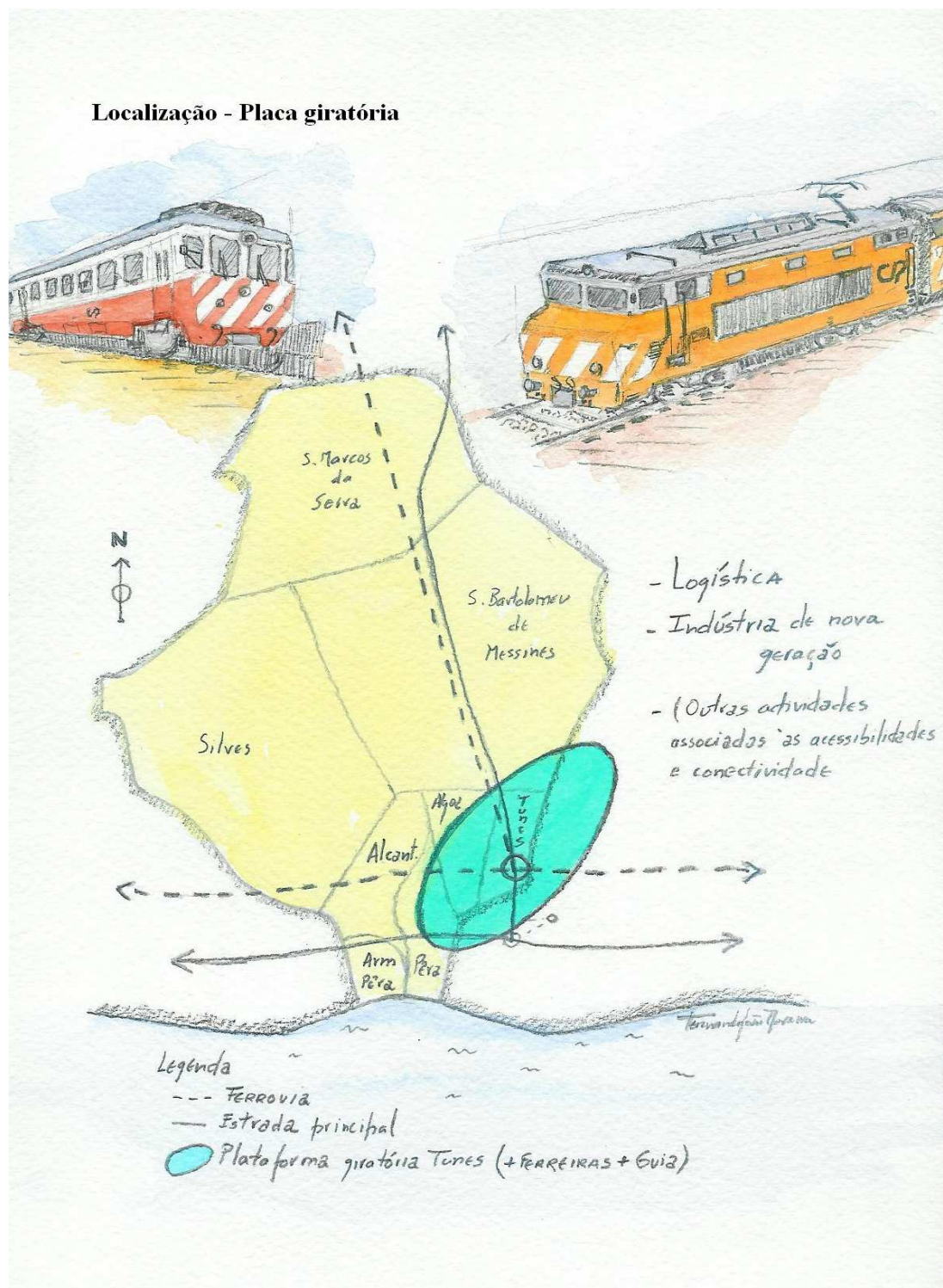
Interessa, ainda, referir que a abordagem prospectiva que faremos será estruturada através de um conjunto de vectores que, em nosso entender, encerram um evidente significado estratégico enquanto factores potenciais de sucesso, estruturando, portanto, um leque de plataformas de desenvolvimento incontornáveis no presente e no futuro do Concelho.

Sem preocupações de exaustividade ou de ordenamento em termos de importância, destacamos:

- a) Potencial de localização – decorrente da localização central do Concelho no contexto da Região e da sua posição de charneira longitudinal e transversal no sistema de transportes ferroviário e rodoviário. Este vector confere ao Concelho, em geral, e à Freguesia de Tunes, em particular, um lugar privilegiado no sistema de acessibilidades regionais, bem como a característica de placa giratória Norte/Sul e Este/Oeste (dentro do triângulo de distribuição Guia, Ferreiras, Tunes), com todo o potencial de desenvolvimento que daí advém, seja no domínio da logística, seja no da localização de actividades para as quais a mobilidade é um factor de especial relevância.

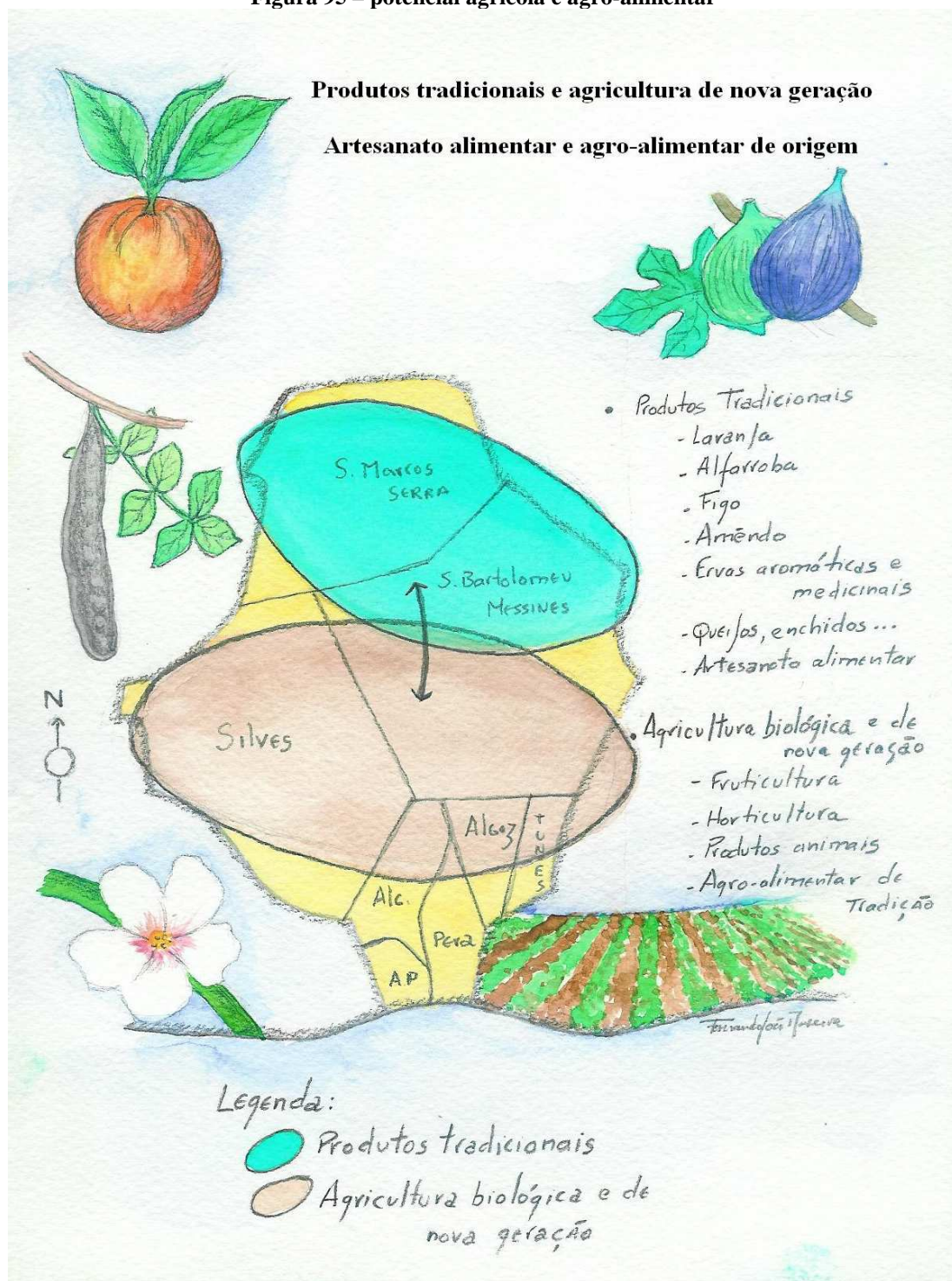
- b) Potencial ao nível dos produtos tradicionais – decorrente das mudanças operadas no mercado consumidor (muito mais preocupado actualmente com a

Figura 94 – Potencial de localização



Fonte: elaboração própria.

Figura 95 – potencial agrícola e agro-alimentar



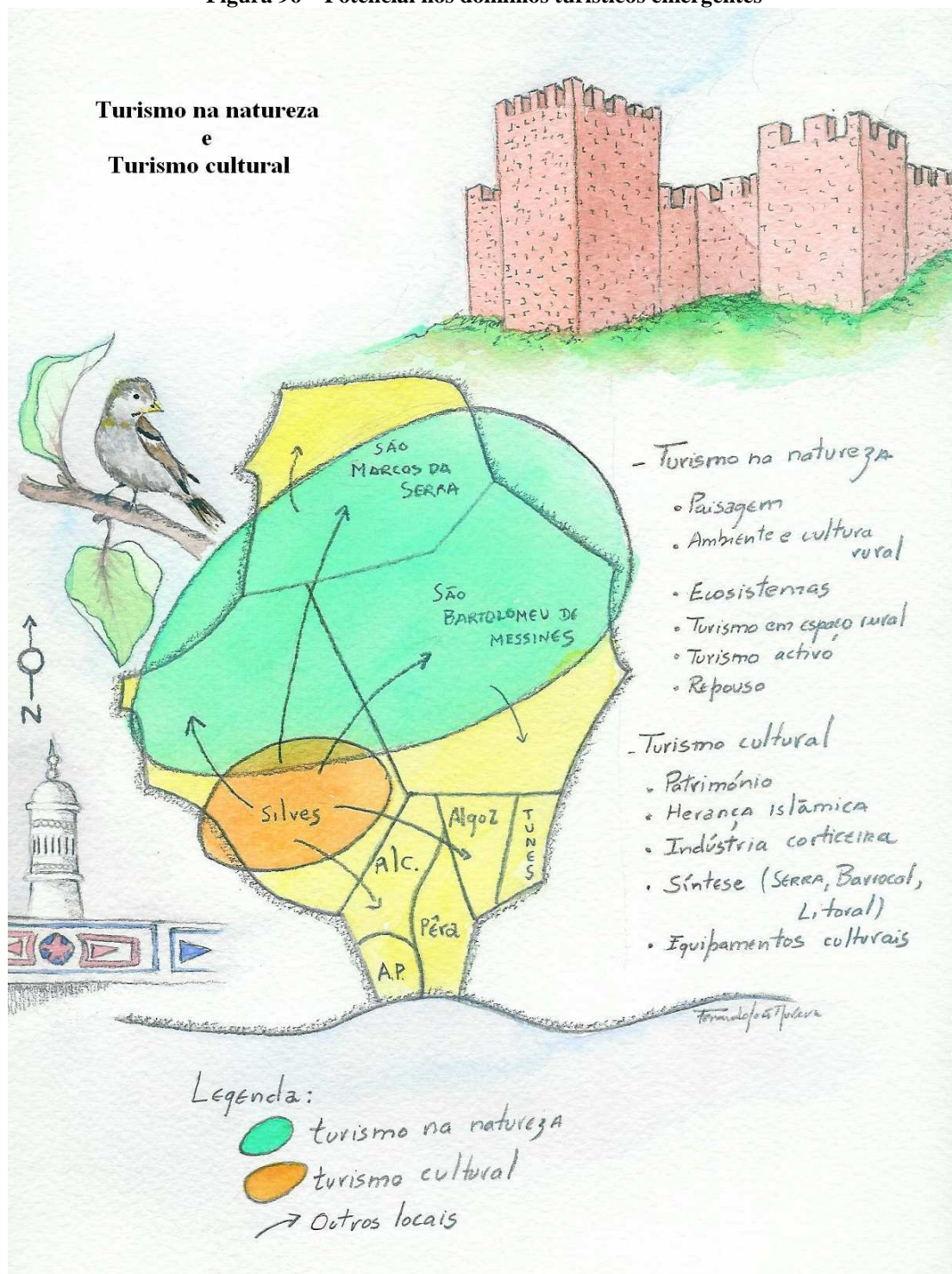
Fonte: elaboração própria.

autenticidade dos produtos e com a recuperação dos sabores tradicionais), as quais, conjuntamente com as novas formas de cultivos, com a organização dos produtores relativamente aos canais de distribuição e com a inovação aplicada ao aumento e aprofundamento das cadeias de valor (transformação) abrem novas janelas de oportunidades neste domínio. Por outro lado, a valorização dos produtos tradicionais, para além dos efeitos económicos directos, induz, ainda, efeitos diferenciadores susceptíveis de serem capitalizados indirectamente pelo turismo, no domínio da gastronomia, mas também no da construção de uma imagem turística externa associada à autenticidade e à inovação na tradição. Independentemente de outras áreas do Concelho, a Serra, pelas suas características, evidencia forte vocação neste particular.

- c) Potencial associado à agricultura de nova geração – sustentada pelas novas preocupações emergentes quanto à artificialização dos produtos agrícolas e pecuários, bem como pela crescente disponibilidade dos mercados consumidores para pagar “o saudável” e os produtos com “bilhete de identidade”. Neste domínio é de destacar a agricultura biológica ou a efectuada recorrendo a baixos níveis de aditivos de síntese, seja através do consumo directo da sua produção, seja através de processos de transformação efectuados, de forma inovadora, pelas indústrias agro-alimentares. Pelas suas características e tradição, o Barrocal surge como a área de eleição neste domínio.

- d) Potencial no domínio do turismo na natureza – decorrente da diversidade paisagística e ambiental que o Concelho patenteia. A natureza, no seu sentido amplo, é, efectivamente, um palco privilegiado para novas formas de turismo procuradas por mercados qualificados e crescentemente mais abrangentes, seja para as práticas directamente relacionadas com o desfrute da mesma, seja para a prática de actividades desportivas ou activas. Por outro lado, no contexto do

Figura 96 – Potencial nos domínios turísticos emergentes



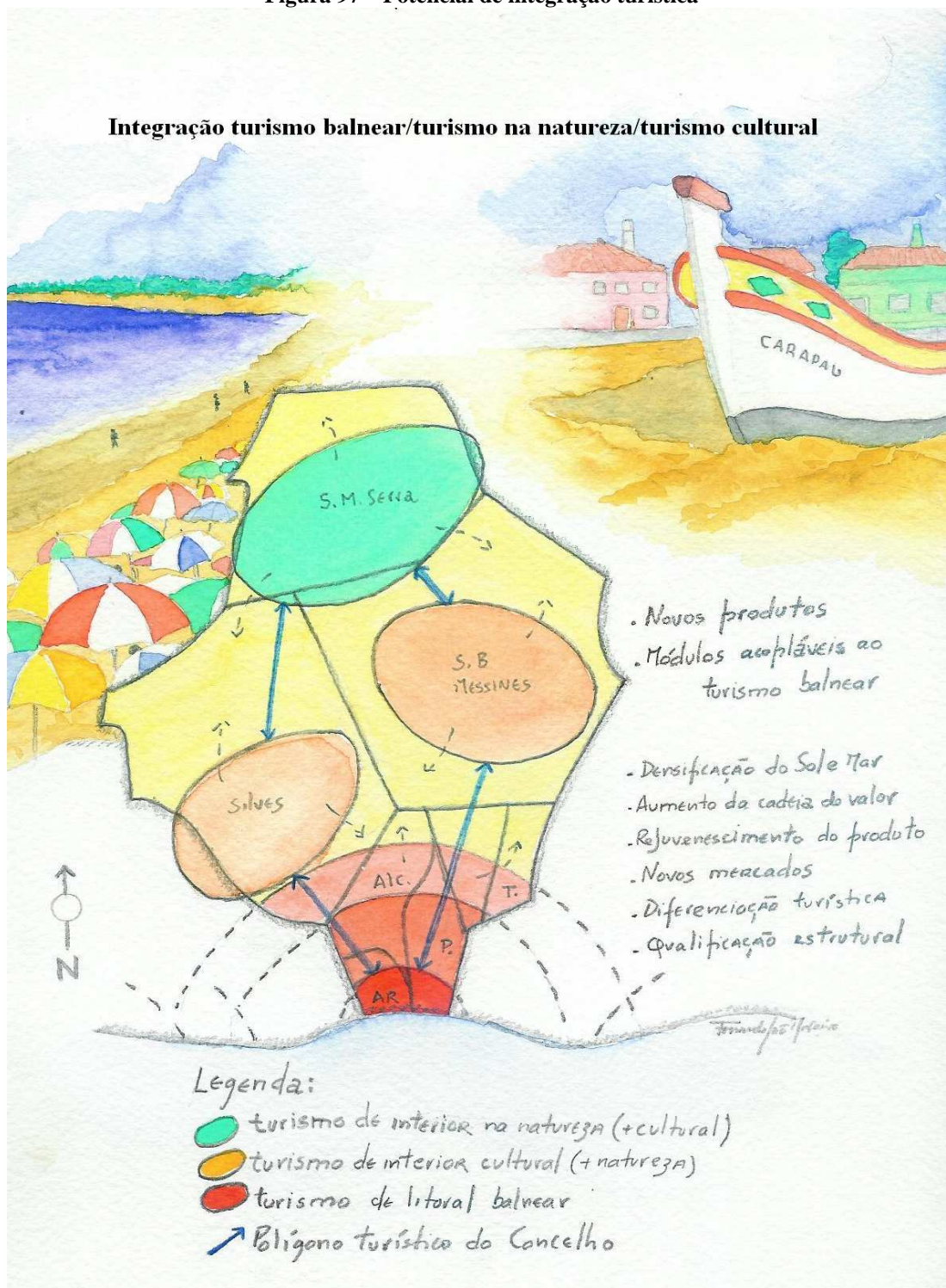
Fonte: elaboração própria.

espaço natural mais transformado pela acção humana – o espaço agrícola ou o espaço rural – são de referir as modalidades que se alimentam das características específicas que a presença desta actividade económica ao longo dos anos forjou. Neste particular a Serra, para o turismo na natureza, e o Barrocal, para as várias modalidades de turismo rural, evidenciam-se como áreas privilegiadas.

- e) Potencial no âmbito do turismo cultural – suportado pelas características específicas do processo histórico concelhio e pelas suas manifestações no domínio do património construído/monumental, mas também pelos seus reflexos na construção da identidade específica do Concelho na dimensão do património imaterial. Neste particular, embora longe de ser única, destaca-se a matriz islâmica que marcou profundamente o Concelho e que, ainda hoje, constitui uma componente importante do seu código genético e uma imagem de marca incontornável. Sobretudo por isso, Silves – Freguesia e Cidade – é um pólo de relevância máxima neste domínio.

- f) Potencial de articulação turística – originado pelas capacidades que o Concelho possui para desenvolver produtos alternativos ao turismo balnear de litoral e, sobretudo, para densificar, diferenciar e renovar este último através da acoplagem de módulos temáticos – natureza e cultura – ao produto dominante, desenvolvido, até aqui, num registo massificado e anódino, com um pendor esmagadoramente unipolar. É de referir que este potencial de articulação é tanto mais importante quanto o produto Sol e Mar concelhio apresenta sintomas de envelhecimento sem renovação, facto que se tem traduzido por uma degradação da sua imagem externa com a consequente e previsível desqualificação da procura.

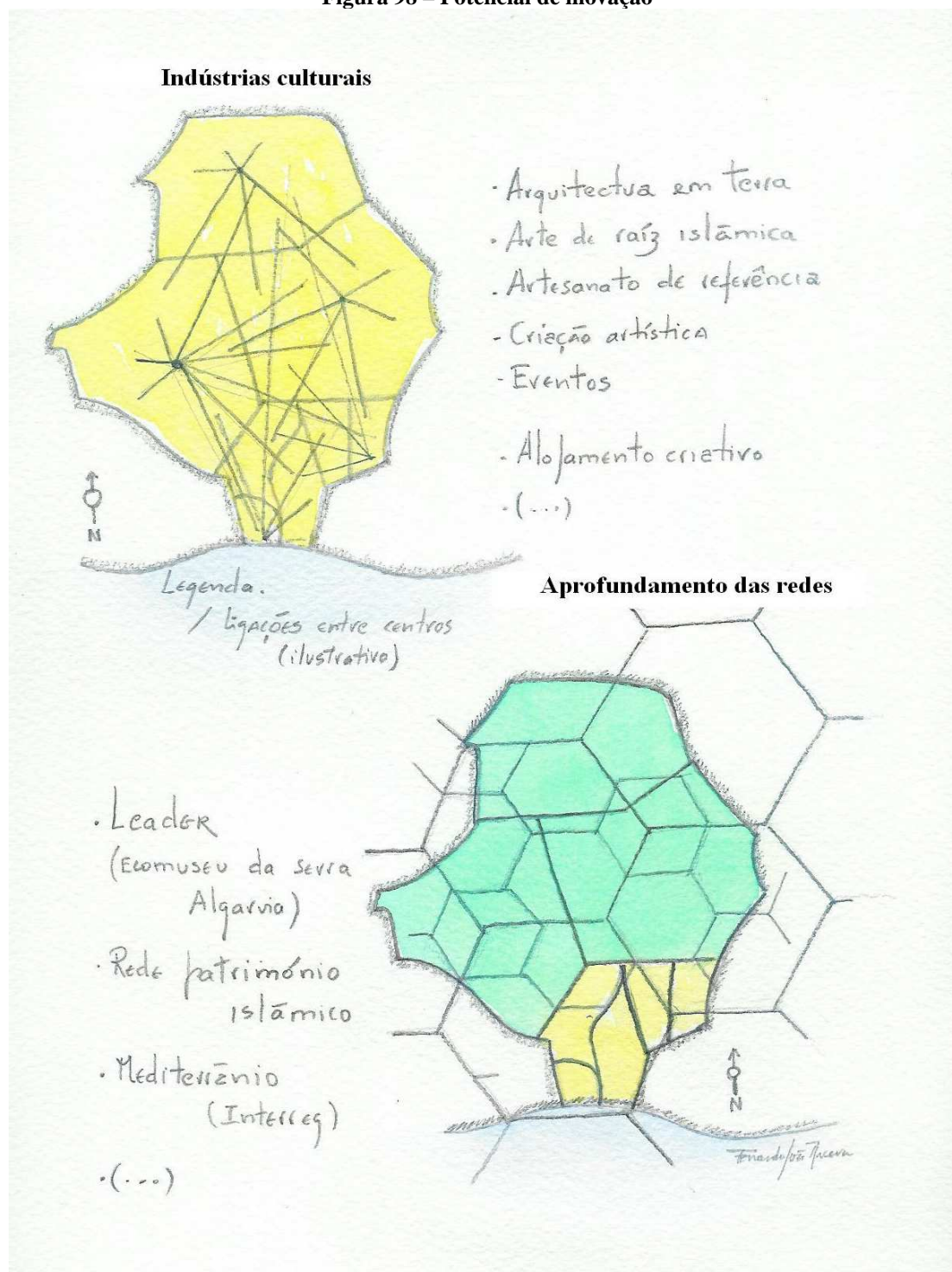
Figura 97 – Potencial de integração turística



- g) Potencial decorrente da robustez do sector cultural – protagonizado pelo aproveitamento criador das matrizes e saberes tradicionais, mas, também, pela produção contemporânea de factos e produtos culturais. Neste particular, como já se referiu anteriormente neste trabalho, jogam um papel fundamental a capacidade de criação decorrente da massa crítica populacional que certas áreas do Concelho possuem, mas, antes de tudo o mais, da propensão para transformar a energia criativa em inovação, facto em que jogam um papel de relevo a tolerância e a diversidade que o processo de desenvolvimento turístico também aqui proporcionou.
- h) Potencial de integração em redes – decorrente, desde logo, de parte do seu território se situar na área LEADER (In-loco), mas também da existência de matéria-prima susceptível de conferir sentido à estruturação de outras redes internacionais, nacionais e, mesmo, regionais. Estas redes, que correspondem a uma nova visão relacional alternativa às tradicionais relações marcadas pela hierarquia e autoridade, permitem aumentar o capital relacional e, desta forma, despoletar e intensificar as dinâmicas pessoais, de proximidade e de racionalidade temática indispensáveis à promoção do desenvolvimento dos territórios (Integrated Area Development), seja através do *empowerment* dos actores, seja por via da maximização das oportunidades neles existentes.
- i) Potencial de síntese, o grande fundamento estratégico do Concelho – originado pela localização de charneira entre a Serra e o Litoral e entre o Barlavento e o Sotavento²⁷⁷ (plano geográfico), mas também por o Concelho ser um território bivalente, balanceado entre as marcas culturais da sua integração na Europa, caldeadas, contudo, pela matriz histórica da ocupação secular dos povos islamizados (plano histórico) e pela dualidade entre tradição e inovação que

²⁷⁷ Apesar da pouca extensão do litoral do Concelho, é nele que se produz a passagem entre a costa alta, de arriba, característica do Barlavento, e a costa baixa, dunar, característica do Sotavento.

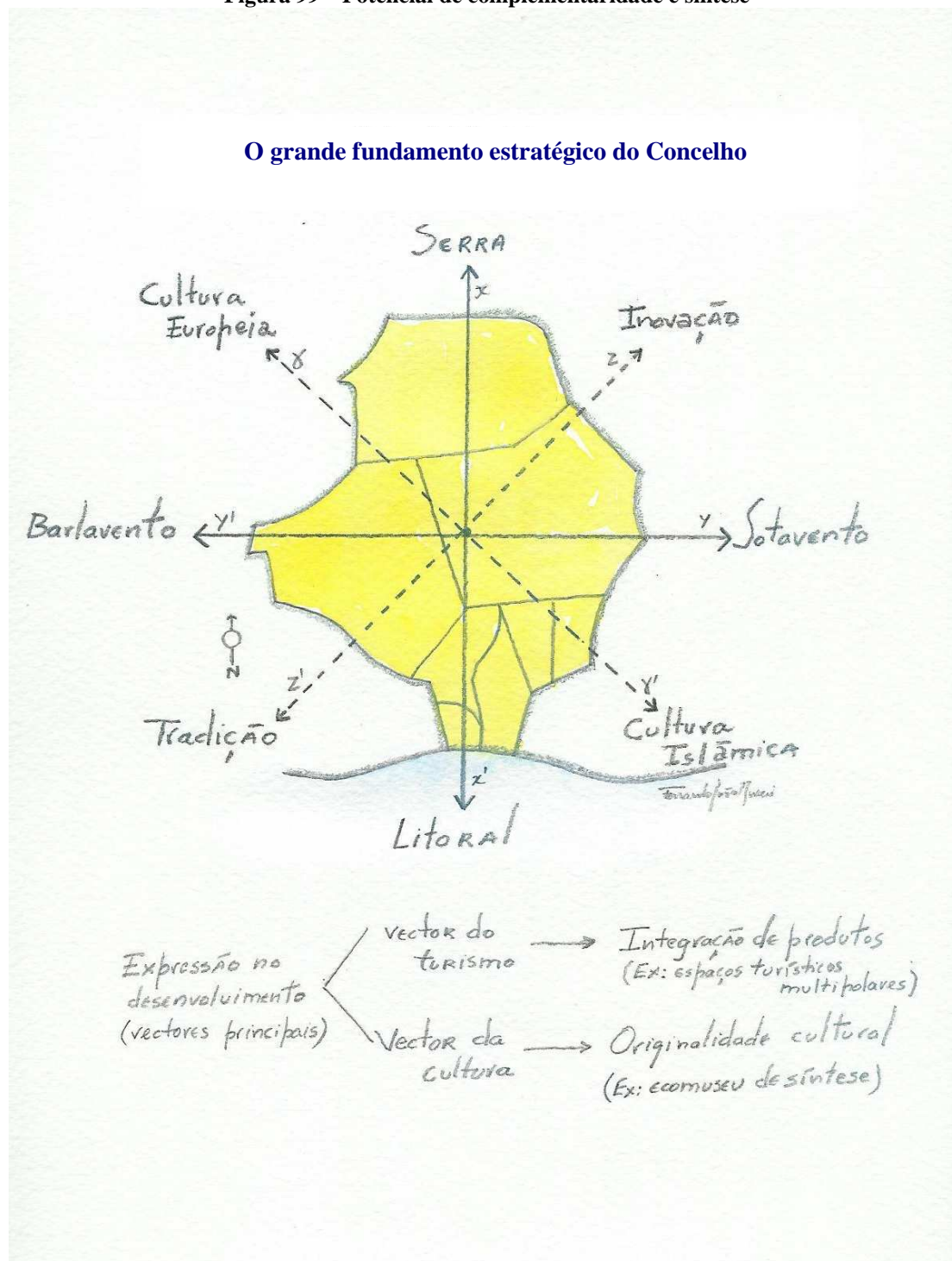
Figura 98 – Potencial de inovação



Fonte: elaboração própria.

marca o seu espaço económico, funcional e de mundividências (plano socio-económico). Neste quadro, Silves surge-nos como um concelho de síntese da realidade algarvia, na verdade como um mini-algarve, com todas as suas diferenças e contradições, mas igualmente com todo o potencial de complementaridade que tal encerra. E, neste contexto, dois vectores surgem imediatamente como palcos onde o despoletar de tal potencial poderá introduzir mais valias extraordinárias: o turismo, através do que daí decorre em matéria de composição de produtos integráveis dentro de uma lógica de geometria variável; a cultura, por via da diversidade e da concentração num só território de características que sintetizam a essência do Algarve. Daí, referirmos na cartografia que Silves poderá, no futuro, vir a ser considerado (e trabalhado nesse sentido) um verdadeiro ecomuseu de síntese do Algarve - congregado em torno do tempo e do espaço - com todas as suas belezas e glórias, mas também com as cicatrizes e chagas que um desenvolvimento desmedido e imponderado nele introduziu.

Figura 99 – Potencial de complementaridade e síntese

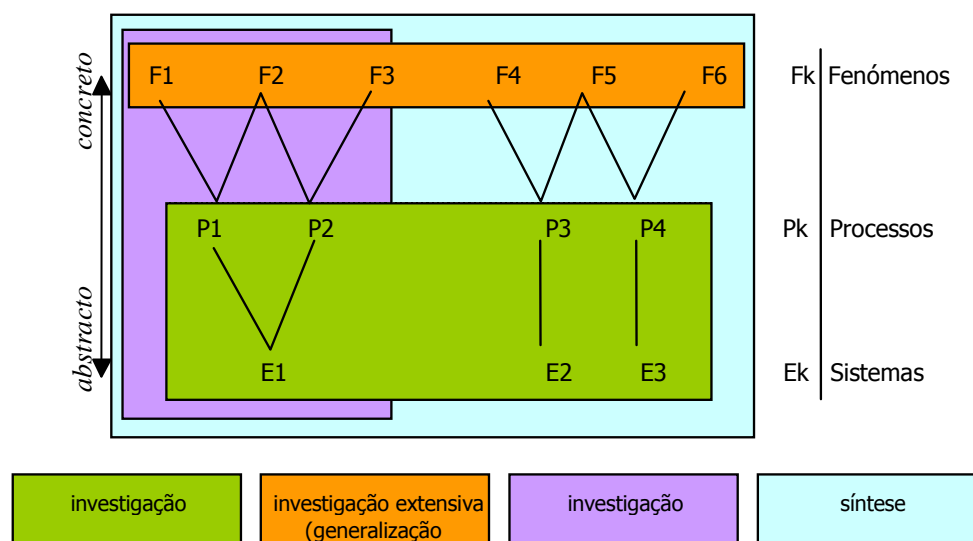


Fonte: elaboração própria.

7 – O OBJECTO DE ESTUDO: MUSEUS, TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO CONCELHO DE SILVES

Após a contextualização efectuada anteriormente, o presente capítulo tratará de dar corpo ao objecto de estudo, ou seja, o modo como o turismo e os museus se integraram no contexto do desenvolvimento do Concelho. O mesmo quer dizer que, em termos das estratégias de análise, iremos dar seguimento ao trabalho de pesquisa extensivo efectuado anteriormente, através de um processo analítico intensivo e complementar que visa cumprir dois grandes requisitos: i) a explicação causal (processos ou estruturas) sobre a produção de determinados objectos, factos ou acontecimentos relevantes; ii) o estudo dos agentes individuais nos seus contextos causais - observação e entrevistas interactivas e inquéritos.

Figura 100 - Articulação da análise extensiva com a intensiva



Fonte: extraído de André 2007²⁷⁸

²⁷⁸ André, Isabel (2007), Estratégia de análise (apresentação de apoio ao ensino).

Neste quadro, o presente capítulo constituirá uma fase do nosso trabalho que apresentará características relativamente distintas de todas as outras, já que:

- a) Se desenvolverá a uma escala estritamente local, descendo, nalgumas ocasiões a análises micro centradas em localidades ou infra-estruturas específicas.
- b) Alimentar-se-á, sobretudo, através da recolha directa de informação junto dos actores, do nosso conhecimento pessoal e presencial do Concelho e das suas componentes territoriais, bem como de um conjunto pequenos textos dispersos que, de forma fugaz ou dentro de outros contextos, se debruçam sobre aspectos variados da realidade concelhia. Neste particular, é de sublinhar a escassez informativa existente, sobretudo quando se tratam das diversas freguesias do Concelho, escassez essa que causa tanta mais estranheza quanto sabemos que, no caso de Armação de Pêra, se trata de um dos mais movimentados, antigos e problemáticos destinos turístico-balneares da Região e do País.

Assim, estruturou-se um conjunto de procedimentos de recolha directa de informação, os quais se espera contribuirão não só com informação complementar que permita colmatar as nossas lacunas no domínio da abordagem qualitativa da estruturação dos processos de desenvolvimento turístico e museológicos do Concelho, mas também que nos viabilizem, através das suas opiniões qualificadas enquanto actores, a conclusão das triangulações que temos vindo a efectuar entre os modelos de desenvolvimento, o turismo e os museus, agora a uma escala local.

Dentro destes procedimentos, salientamos como sendo os mais importantes:

- a) A efectivação de um conjunto de observações directas não participantes²⁷⁹ tendo como objectivo a actualização da nossa visão sobre as diversas realidades que estão incluídas no estudo. Entre estas, destacamos - i) os museus do Concelho, com o fito de consolidar uma opinião própria sobre a

²⁷⁹ Não participantes para além das práticas normais de um visitante de museus.

colecção exposta, os aspectos museográficos, os discursos expositivos e, sobretudo, os objectivos que estão patentes e associados à função museológica na sua globalidade; ii) os postos de turismo existentes (Silves e Armação de Pêra) no sentido de perceber a formatação da informação turística disponibilizada nos vários suportes, bem como os horizontes estratégicos que configura; iii) a biblioteca municipal, com o fim de recolher informação sobre alguns aspectos em que ainda permanecem lacunas, nomeadamente o processo histórico de desenvolvimento do turismo em Armação de Pêra e no Concelho; iv) outros espaços e instituições decorrentes do processo de entrevista, nomeadamente a Câmara Municipal de Silves

- b) A efectivação de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas a actores ligados i) à definição e operacionalização das estratégias de desenvolvimento do concelho, ii) ao turismo e sua operação, iii) aos museus dentro do quadro da oferta cultural²⁸⁰. As entrevistas semi-estruturadas assumirão o subtipo de entrevistas a especialistas, já que “o entrevistado tem menos interesse como pessoa total do que como perito num certo campo de actividade” (Uwe Flick²⁸¹, 2005²⁸²: 92). Assim, o guião da entrevista terá que ser bastante directivo, tendo em vista levar o especialista a não se dispersar e a expressar a sua opinião e perspectiva nas matérias em apreço.
- c) A organização e operacionalização de um inquérito aos visitantes do Concelho, tendo como principais objectivos – i) complementar a caracterização dos visitantes de Silves e dos seus museus; ii) perceber as motivações que subjazem às visitas; iii) recolher opiniões sobre as visitas; iv) estabelecer ligações entre os actos turísticos e as visitas aos museus, v) estabelecer um cenário de enquadramento do acto turístico, nos âmbitos das

²⁸⁰ A lista das entidades entrevistadas e respectivas fichas, o guião das entrevistas e as transcrições das mesmas serão apresentadas em anexo.

²⁸¹ Uwe Fick, psicólogo e sociólogo alemão, especialista em métodos qualitativos e nas representações sociais no âmbito da saúde pública e individual. Professor da Alice Salomon University (Berlin) e na Memorial University of Newfoundland (Canadá).

²⁸² Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Monitor, Lisboa.

práticas gerais associadas ao turismo e ao “consumo” museológico. Os questionários serão aplicados por uma equipa constituída por elementos qualificados, com domínio de línguas estrangeiras e com experiência em processos semelhantes, prevendo-se, ainda assim, um período de formação específica tendo em vista divulgar os objectivos do inquérito e as boas práticas que se consideram indispensáveis. Será, igualmente, efectuado um teste prévio, tendo como objectivo despistar problemas ao nível das perguntas. O inquérito será aplicado na Cidade de Silves e na Vila de Armação de Pêra, prevendo-se que o tempo necessário para a sua resposta não exceda, nunca, os dez minutos (idealmente 5 minutos). O método de amostragem a ser utilizado será o de conveniência²⁸³ (apesar de ser considerado um método pouco fiável, no caso presente e tendo em atenção o afluxo de visitantes esperados, afigura-se-nos adequado – serão entrevistados tantos visitantes como os que os inquiridores conseguirem abranger). O período de realização do inquérito será o de uma semana, tendo como objectivo proporcionar a inclusão de um leque alargado de situações associadas à visita e o período corresponderá ao Carnaval, altura em que a afluência turística do Algarve se aproxima e corresponde, de certo modo, à diversidade da época estival. Finalmente, temos a dimensão da amostra, para o cálculo da qual há que ter em linha de conta que: i) o universo não está quantitativamente definido; ii) desconhecemos, à partida, as características do mesmo. Assim, adoptaremos, para o cálculo da dimensão da amostra, padrões estatísticos normalmente utilizados em trabalhos de índole científica (nas ciências sociais), ou seja, uma margem de erro de 5% e uma margem de confiança de 95%. Uma vez que não conhecemos o universo e a sua variância e que nem sequer conseguimos estimar o limite superior e inferior relativamente à média, trabalharemos com a maior variância possível (proporção de 50%/50%), ou seja $S^2=0,25$. Aplicando este valor à fórmula $n=(S^2 \times Z^2)/e^2$ (em que “n” é a dimensão da

²⁸³ Método sem considerações apriorísticas quanto ao processo de contacto ou a estrutura da amostra.

amostra para um universo não finito e desconhecido, “S” é a variância, “Z” o desvio padrão relacionado com o índice de comparação e “e” o erro da amostra admitido), temos $n=(0,25 \times 1,96^2)/0,05^2$, isto é, $n=384,16$. Se durante o período considerado não forem efectuados 384 questionários válidos, a amostra será encerrada, considerando-se os resultados obtidos através da mesma com um significado indicativo.

A estrutura do capítulo, já exposta em linhas gerais logo nas páginas iniciais desta dissertação, contará com três segmentos principais, percurso de resto em linha com os roteiros que temos vindo a seguir.

Um, em que procuraremos explorar o turismo do concelho de Silves de forma mais aprofundada do que já o fizemos. Aqui, para além de uma breve síntese explicativa e genérica dos dados anteriormente apresentados, centraremos a nossa atenção:

- a) Na freguesia de Armação de Pêra (porque génese do processo de desenvolvimento turístico do Concelho, nos anos 60 do século XX), sobre a qual não só procuraremos fixar as fases de desenvolvimento da actividade e suas traduções na produção do espaço urbano-turístico, mas também faremos o ponto da situação actual e discutiremos as perspectivas futuras numa óptica de reversão do processo de envelhecimento do ciclo de vida turístico.
- b) Nas restantes freguesias do Concelho e, muito especialmente, a Cidade de Silves, tendo em atenção a difusão do turismo de matriz balnear a partir de Armação de Pêra (difusão costeira e para o interior) e, sobretudo, a ascensão de novos territórios turísticos na sequência de uma crescente valorização e procura de outros recursos e produtos.

Outro, relativo aos museus do Concelho, onde, para além de uma análise retrospectiva de conjunto de carácter inicial, efectuaremos:

- a) Um “varrimento” individualizado de cada instituição museológica em operação – caracterização dos aspectos institucionais, programa e acção

museológicos, características dos visitantes/utentes/beneficiários, relações com o turismo; inserção local e regional.

- b) Uma síntese comparativa do conjunto museológico e a respectiva integração no contexto mais vasto da oferta cultural concelhia.

Finalmente, um terceiro, em que cerziremos o turismo e os museus, entre si, e estes com o desenvolvimento do concelho. Aqui, tirar-se-ão as conclusões parciais deste capítulo, tanto no domínio do triângulo que estrutura desde o início a nossa problemática (agora ao nível local), como no da possibilidade - e probabilidade - de virem a afirmar-se, no futuro, novos modelos de desenvolvimento turístico alternativos e complementares relativamente ao actual (sustentáveis e indutores de sustentabilidade).

7.1 – O desenvolvimento turístico em Silves

Como tivemos oportunidade de constatar anteriormente, o Concelho de Silves desenvolve-se turisticamente em dois momentos distintos e segundo duas lógicas diferentes.

Um momento inicial, centrado no litoral da Freguesia de Armação de Pêra, com um percurso que remonta aos finais do Século XIX e se intensifica nos anos 60 do século seguinte, dentro de uma lógica de formatação ligada ao turismo balnear e, por conseguinte, sendo expressão dos sucessivos modelos de desenvolvimento turístico que produziram aquilo a que poderemos denominar, no seguimento de Lozato-Giotard (1987), como um espaço turístico balnear tradicional (embora num sentido de progressiva desqualificação, mercê das contingências específicas – nacionais, regionais e locais – associadas ao nosso desenvolvimento turístico).

Outro, complementar ao primeiro, que se desenrola bastante mais tardiamente e que se expressa através da mobilização de outros territórios e outros recursos concelhios. Trata-se de um processo de alargamento do âmbito turístico concelhio que, a partir de um foco inicial centrado na cidade de Silves, se vai estender, progressivamente, a

outros domínios temáticos e a outros palcos geográficos. Embora constitua uma lógica turística que mergulha as suas raízes no excursionismo tradicional ligado aos pontos de especial relevância monumental (e, neste caso, às cidades possuidoras de castelos com um referencial histórico inegável), a sua recente intensificação e alargamento – temático e espacial – repousa nas modificações actuais que o turismo vem sofrendo: nas alterações psico-sociológicas da procura, com a consequente valorização/revalorização dos recursos e, numa óptica mais alargada, com os reflexos na actividade dos diversos modelos de desenvolvimento territorial de que temos vindo a dar conta ao longo deste trabalho. Relativamente ao primeiro destes aspectos, interessa ter presente que, como referem Chris Cooper²⁸⁴ e Michael Hall²⁸⁵ (Cooper e Hall, 2008²⁸⁶: 117): “What actually constitutes a tourism resource depends on the motivations, desires and interests of the consumer, and the cultural, social, economic and technological context within which those motivations occur” ou, como nos lembra Zimmermann (1951²⁸⁷:15), “Resources are not, they became, they are not static”.

São, portanto, estes dois momentos que tomaremos como guias para a análise, mais detalhada e qualitativa, do processo de desenvolvimento turístico do Concelho de Silves que iremos efectuar de seguida.

Interessa, contudo, referir que a estrutura analítica adoptada encerra somente validade enquanto procedimento de sistematização expositiva, já que nem no passado os territórios e processos descritos foram estanques, nem, muito menos, o são actualmente. Efectivamente, basta uma análise superficial dos territórios turísticos do Concelho de Silves para nos apercebermos que o impacto espacial do turismo balnear deixou, há muito, de estar circunscrito à Vila de Armação de Pêra e, mesmo, à sua Freguesia. Dois processos de expansão podem ser salientados:

²⁸⁴ Chris Cooper – Professor de Gestão Turística e director da Escola de Turismo da Universidade de Queensland, Austrália.

²⁸⁵ C. Michael Hall – Professor de Gestão do Departamento de Gestão da Universidade de Canterbury, Nova Zelândia.

²⁸⁶ Cooper, Chris e Hall, Michael (2008), *Contemporary Tourism, an International Approach*, Butterworth-Heinemann, Oxford, Reino Unido.

²⁸⁷ Zimmermann, E. W. (1951), *World Resources and Industries*, Harper and Brothers, Nova Iorque.

- a) Um, assente sobre o litoral, que se processou numa primeira fase para poente e que, após a ocupação total do território até à Sr.^a da Rocha, tomou a direcção contrária rumo à Ponta da Galé (pela Freguesia de Pêra), saltando sobre espaços mais problemáticos ao nível da admissibilidade social da edificação (os Salgados, entre a foz da Ribeira de Alcantarilha e a foz da Ribeira de Espiche²⁸⁸), mas que viram, recentemente, aprovado um projecto de assentamento turístico e urbanístico que vai originar a total ocupação da faixa costeira do Concelho de Silves e seu prolongamento para o de Albufeira²⁸⁹.
- b) Outro, que representa o descolar do turismo balnear do litoral (a interiorização do turismo de matriz balnear), estruturado em torno das principais vias de comunicação em direcção às freguesias de Alcantarilha, Pêra e Algoz, protagonizado através de processos de urbanização difusa que, posteriormente, abrem as portas e são complementados por empreendimentos de edificação bastante mais concentrados, seja do tipo aldeamentos em banda, seja do tipo de unidades de apartamentos residenciais e de alojamento turístico semi fechados.

7.1.1 – Armação de Pêra e o turismo balnear

Não são claras nem totalmente assentes as origens remotas da actual Vila de Armação de Pêra²⁹⁰. Contudo, tendo em linha de conta a morfologia litoral que a estrutura –

²⁸⁸ Área classificada como IBA (Important Bird Area) pela Birdlife e reconhecida como tal pela União Europeia (Associação Almargem, Discussão Pública do PP da Praia Grande, 16 de Outubro de 2007).

²⁸⁹ Planos de pormenor da Praia Grande e do sapal de Armação de Pêra (três campos de Golfe, 4000 camas turísticas, apoios turísticos diversos e áreas residenciais).

²⁹⁰ Toda a informação presente neste ponto advém de um conjunto de fontes cuja análise revela fortes cruzamentos e sobreposições, facto que torna quase impossível a atribuição precisa dos créditos devidos. Assim, optámos por referenciar, em conjunto, os principais recursos que utilizámos: Plano de Pormenor de Armação de Pêra (Volume I, Capítulo 3), Armação de Pêra, Pequeno Estudo Monográfico, CM de Silves 1999, vários textos recolhidos na *Internet* da autoria de Manuel Ramos (Vereador da CM de Silves) e, também, informação contida nos sites da C. M. de Silves e das Juntas de Freguesia, bem como no Portal da Vila de Armação de Pêra e no *Blog Silves Digital*.

Recorremos, também, a um conjunto de cartas comentadas que, não tendo conseguido identificar com precisão a autoria, referenciamos directamente da forma aí expressa: “Eduardo Cardoso Mascarenhas de Lemos “Modelos, Transformação e Factores de Desenvolvimento das Cidades Escolhidas”, in,

com um troço de costa de arriba, propícia à vigilância defensiva, e com outro troço de costa baixa de matriz dunar, propícia ao desenvolvimento das actividades humanas ligadas ao mar -, a proximidade da foz da Ribeira de Alcantarilha e a Lagoa dos Salgados (ecossistemas particularmente ricos em termos faunísticos), bem como a fácil acessibilidade ao interior, será de supor uma ocupação humana – permanente ou temporária – relativamente precoce.

Efectivamente, segundo Alveirinho Dias²⁹¹, “a ocupação da generalidade das zonas costeiras foi sempre muito escassa. É certo que, nalguns ambientes, com particular relevância para as zonas estuarinas e lagunares, os amplos recursos aí existentes serviram de pólo de atracção para a ocupação, desde a pré-história.”²⁹². Cremos que, com todas as reservas que a inexistência de provas materiais acarreta, pode ser o caso da baía de Armação de Pêra.

Mais perto de nós, Estácio da Veiga²⁹³ referencia um centro militar luso-romano, presumivelmente localizado no espaço da actual fortaleza, tendo em vista a protecção da actividade da pesca e da transformação de pescado que se desenvolveria até à Ribeira de Alcantarilha. Ainda segundo o mesmo autor (1967:10, cit. in PP de Armação de Pêra), tal facto justificaria a descoberta, na Praia de Armação de Pêra, de tanques romanos destinados à salga do peixe. Embora em toda a nossa vivência no local nunca tenhamos atestado fisicamente tais vestígios nem, o que é mais significativo, tenhamos alguma vez ouvido quaisquer referências à sua existência no âmbito da história oral de base local, a verdade é que Armação de Pêra reuniria todas as condições para o efeito: mar úbere em peixe, espaço aberto para a actividade

“Modelos urbanos e a formação da cidade balnear. Portugal e a Europa”, tese de doutoramento em Arquitectura, especialidade de Planeamento Urbano, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Wrocław, Polónia, 2006”, in <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=430259>. Finalmente, importa referir que todo o conjunto informativo acima referido foi complementado – e interpretado – através da minha própria vivência de Armação de Pêra, desde o início dos anos 60 do Século passado até à actualidade.

²⁹¹ João M. Alveirinho Dias – Professor Associado na Faculdade de Ciências do Mar e do Ambiente da Universidade do Algarve.

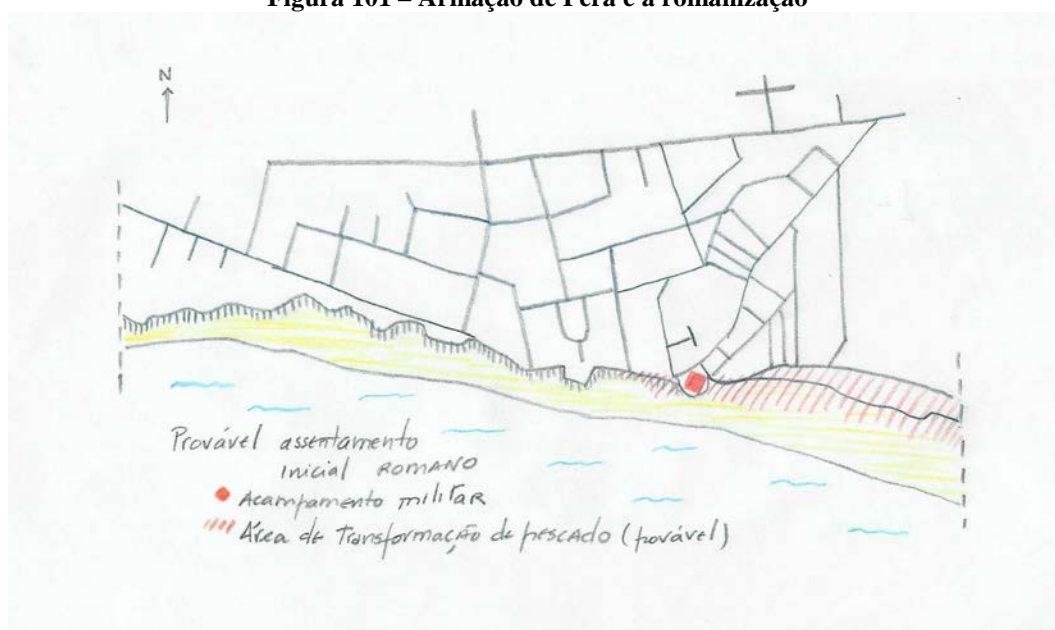
²⁹² Dias, João Alveirinho, *Evolução da Zona Costeira Portuguesa: Forçamentos Antrópicos e Naturais*, in *Encontros Científicos* (SD: 8).

²⁹³ Estácio da Veiga (1828-1891) – Arqueólogo algarvio, iniciador das prospecções sistemáticas. Foi autor da Carta Arqueológica do Algarve e fundador do Museu de Arqueologia do Algarve.

piscatória e transformadora, boas acessibilidades para o interior, condições defensivas de excelência. Por outro lado, é conhecida a apetência dos romanos pelo peixe salgado e pelo *garum* peninsular, bem como o intenso comércio que tal preferência deu origem. Uma vez que estavam reunidas as condições de produção com a existência de um mercado de escoamento, não estranha que Armação de Pêra tenha sido mais um dos numerosos locais costeiros onde a pesca e as cetárias suportaram e justificaram o povoamento.

Após o refluxo romano e apesar dos vestígios islâmicos e da Alta Idade Média cristã existentes na Freguesia, a presença humana no território que hoje é a Vila de Armação de Pêra esbate-se na distância do tempo. Contudo, a edificação, em 1661, do Forte de Santo António da Pedra da Galé – a “fortaleza de Armação de Pêra” – destinada a garantir protecção contra as razias oriundas da costa do Norte de África, atesta a continuidade (ou refundação) do povoamento nestas paragens.

Figura 101 – Armação de Pêra e a romanização



Fonte: elaboração própria²⁹⁴.

²⁹⁴ Todos os desenhos sobre a evolução urbana de Armação de Pêra devem ser entendidos como um exercício indicativo e ilustrativo das grandes tendências registadas ao longo do tempo, em grande parte decorrentes da interpretação do autor das várias fontes a que teve acesso e da sua experiência vivida do

Efectivamente, ainda segundo Estácio da Veiga²⁹⁵, mais uma vez a actividade piscatória associada a uma armação fixa de pesca ao atum teria motivado que alguns dos habitantes de Pêra, primeiro sazonalmente e depois com carácter definitivo, tenham acabado por originar um assento de povoamento, inicialmente constituído por cabanas precárias em colmo. Com a referida construção do Forte de Santo António da Pedra da Galé – entretanto munida de uma capela (nos anos 30 do Século XVIII) - e assegurada que estava a protecção de gentes e haveres, estariam então reunidas as condições para o engrossamento deste núcleo inicial.

Contudo, este arranque fundacional teria sido subitamente interrompido pelo terramoto de 1755, o qual, tendo estado na origem de um *tsunami* que invadiu a orla costeira 3 Km (quase até à povoação de Pêra), provocaria uma tal devastação e mortandade que levaria largos anos até à reconstrução do lugar (84 mortos e somente uma casa escapada à destruição).

Embora os dados sejam relativamente contraditórios, tudo leva a crer que nos finais do Século XVIII/inícios do Século XIX, o aglomerado estivesse outra vez reconstruído e, ainda em habitações precárias, já detivesse uma população rondando a centena e meia de pescadores.

Daqui para a frente, a expansão humana e urbana da Vila de Armação de Pêra não mais pararia. Os motores económicos deste processo de crescimento e desenvolvimento iriam ser dois, aos quais, muito mais tarde, se juntaria – ou, talvez melhor, se substituiria – um terceiro, o turismo.

Deixando este último para o seu devido nicho histórico-temporal, os dois vectores de sustentação da expansão urbana do aglomerado de Armação de Pêra foram as

local. Esta é, de resto, a razão porque estão apresentadas ao estilo de esboço e, não, recorrendo a técnicas cartográficas mais sofisticadas (que, em nosso entender, comunicariam precisão onde ela não existe) Acresce referir, ainda, que beneficiaram do precioso contributo de um conjunto de cartas, muito mais minuciosas, encontradas na *internet*, em

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=430259> e que atribuo a Eduardo Cardoso Mascarenhas de Lemos (2006).

²⁹⁵ Antiquidades Monumentais do Algarve, cit. in PP de Armação de Pêra.

actividades pesqueiras associadas à captura do atum e da sardinha e as actividades agrícolas decorrentes da sua implantação numa zona de areias com bastante fertilidade.

Estas duas actividades – ou esta génese moderna no cruzamento do mar com a terra – iriam não só marcar o leque de actividades predominantes até meados do Século XX, mas também expressar-se no crescimento urbano efectuado em torno de dois núcleos principais: um, a nascente da fortaleza e sublinhando o litoral, ligado à pesca e aos pescadores; outro, mais para o interior, suportada pela Rua Dr. Manuel de Arriaga, o eixo de ligação a Alcantarilha) e sensivelmente à mesma longitude, constituindo a “aldeia” dos agricultores. Entre os dois e, posteriormente, mesmo neles, as formas de ocupação mistas – individuais e/ou familiares – surgiram e desenvolveram-se.

Figura 102 - Núcleos iniciais de Armação de Pêra e posterior evolução



Fonte: elaboração própria.

É assim que, no início do Século XX, duas grandes fileiras de actividade marcavam o panorama económico da povoação:

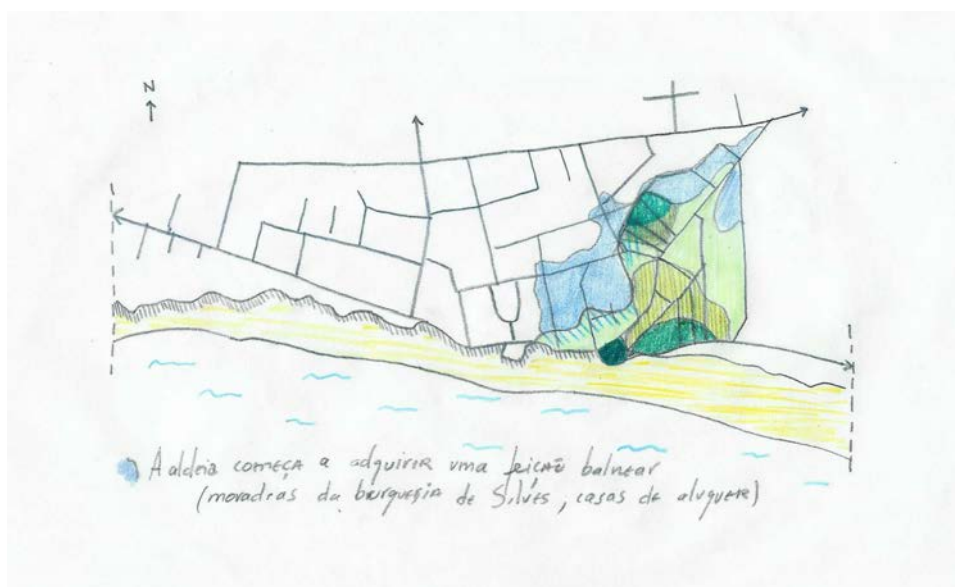
- a) A fileira da pesca e da conservação de pescado, protagonizadas pelas já referidas armações fixas de atum (tradicionalis e com o copo à valenciana; pesca de direito, recuado e de revés) e pela arte xávega, esta destinada à captura de sardinha. Estas duas técnicas de pesca estariam na base do estabelecimento, na povoação, de cinco indústrias conserveiras.
- b) A fileira agro-frutícola e de transformação de frutos secos, associada aos “fumeiros”, dos quais teriam existido quatro na povoação. Tratavam-se de unidades transformadoras artesanais, com predominância de mão-de-obra feminina e períodos de laboração sazonais (Setembro a Dezembro, a época alta dos frutos trabalhados – figos, amêndoas e alfarrobas). Após a apanha dos frutos oriundos das explorações familiares da área, estes eram secos ao sol em esteiras (caso dos figos) ou descascados (caso das amêndoas), sendo posteriormente escolhidos, embalados e exportados para o Norte, Centro e, mesmo, estrangeiro. Nalguns casos a cadeia de valor era estendida através da confecção de doces tradicionais tendo por base os figos secos e as amêndoas: as estrelas de figo (figos espalmados, cortados no perímetro externo e cravejados de amêndoa torrada), os figos cheios (recheados com uma mistura de amêndoa, açúcar e outros produtos destinados a conferir um sabor exótico muito particular) e os bolos de figo (de pasta de figo adicionada de outros ingredientes ou, simplesmente, de figos abertos e prensados).

A estas duas fileiras económicas principais haveria que adicionar todo um conjunto de actividades de suporte às mesmas (construção e reparação naval – os calafates -, a elaboração de esteiras e recipientes em palma – a empreita -, a cordoaria e o fabrico de redes, entre outras), bem como o comércio, fosse com o exterior baseado na colocação nos grandes mercados consumidores dos primores agrícolas ou do vinho

das areias dos arredores (após a chegada do caminho de ferro a Alcantarilha²⁹⁶), fosse, ao nível interno, destinado a prover a população dos produtos essenciais. Quaisquer destas actividades comerciais tradicionais ainda eram pressentidas nos anos 60 do século passado, fosse através dos “armazéns” que ainda existiam (por exemplo, no Beco Dr. Henrique Gomes ou, mesmo, na Av. Marginal), fosse mediante as unidades comerciais generalistas mais antigas²⁹⁷.

Entretanto, nos finais do Século XIX e no dealbar do Século XX, as famílias burguesas mais endinheiradas começam, por mimetismo com a nobreza (acantonada em Sintra ou em Cascais) e de acordo com os ventos do tempo que sopravam do exterior, a procurar locais de vilegiatura que lhes permitissem, não só um refrigério estival, mas também o estabelecimento de relações sociais num quadro de lazer e entre pares.

Figura 103 - Armação de Pêra e o dealbar da função turístico-balnear I – finais do Século XIX



Fonte: elaboração própria.

²⁹⁶ 1903.

²⁹⁷ De que o paradigma era a loja, intemporal, da “Dona Maria”, na esquina da Rua José António dos Santos com a Rua do Terreiro.

Numa primeira fase, impõem-se como destinos as localidades termais em particular, mas também outros destinos cujas condições de base – climáticas e infraestruturais – fossem apropriadas ao climatismo em sociedade. Posteriormente, na sequência do espírito da época veiculado por diversos líderes de opinião como Ramalho Ortigão²⁹⁸, os banhos de mar começam a ser encarados segundo uma dupla óptica: higiénica e terapêutica (Dias, s.d.). Ainda assim, como Dias (s.d: 13) refere apoiando-se no Guia de Portugal²⁹⁹, “seja por razões demográficas, seja devido ao potencial económico, seja por assimetrias nas acessibilidades, o certo é que, na primeira metade do Século XX, o desenvolvimento das estâncias balneares se processou predominantemente nas partes norte e central do País”.

Acrescentaríamos, no seguimento de Dias, que tal facto não seria de estranhar tendo em conta a forma como a região era encarada, nomeadamente pelo Guia de Portugal, referência incontornável em termos turísticos no segundo quartel do século XX.

Sublinhamos alguns excertos exemplificativos: “ Fala-se muito no céu azul do Algarve, mas em verdade, (...), nem pela profundidade, que é escassa, nem pela cor, que é esbranquiçada e um pouco ténue, se pode por a par do belo esmalte lustroso do firmamento alentejano” (Guia de Portugal, p. 197); “Mas a repetição constante dessas paisagens estreitas chega a cansar, e não nos podemos furtar por fim a uma sensação de monotonia, que um mar quase sem onda não anima, e um céu baixo, como abóbada de templo, não areja. Instintivamente a alma pede-nos maior largueza, maior grandeza, um sopro mais vivo do ideal” (Guia de Portugal, p. 200); “Uma população mais de mouros ou de beócios (...) no fundo interesseiros, mesquinhos, pouco hospitaleiros, estreitos de espírito (...) este clima flácido traduziu-se-lhes no espírito como que por uma secura e pequenez da alma(...)” (Guia de Portugal, p. 204); “Aliás, a mulher algarvia não prima pela beleza. O sangue mourisco corrompeu-a. A luz intensa e a excessiva secura do ar gretam-lhe a pele. É débil, pequena, encarquilhada, sem viço nem frescura (...)” (Guia de Portugal, p.203); “A estação ideal do turismo

²⁹⁸ Ortigão, Ramalho (1876), *As Praias de Portugal*, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

²⁹⁹ Dionísio, Santana e outros (1927, 1ª Ed.), *Guia de Portugal II, Estremadura, Alentejo e Algarve*, Fundação Calouste Gulbenkian (1983, reedição), Lisboa.

em quase todo o Algarve é o Inverno, pela menor poeira das estradas, a temperatura mais amena, (...).” (Guia de Portugal, p.209); “Nada mais banal, por exemplo, do que as cidades da província, sem monumentos, sem parques e sem jardins e cuja arquitectura regional, tão pitoresca, foi substituída por uma série de construções sem carácter e sem lógica, absolutamente divorciadas do ambiente e das tradições, nos modelos mais torpes e mais chinfrins.” (Guia de Portugal, p. 210); “Na cozinha apreciam as iguarias estranhas (...).” (Guia de Portugal, p. 203).

Ainda assim, se não de paragens distantes, Armação de Pêra começa a ser procurada do ponto de vista turístico-balnear. São dois os contingentes iniciais mais significativos: um, de proximidade imediata, corporizado pela burguesia industrial de Silves e outro, menos numeroso e proveniente de uma proximidade relativa à escala regional, protagonizado pelos agrários alentejanos.

Num e noutro caso, a “colonização” turística inicial de Armação de Pêra vai ser efectuada através de duas vertentes distintas, complementares e, por vezes, sucessivas no tempo: o aluguer de casas, à época e geralmente não mobiladas, aos pescadores e demais população local (que se trasladava, durante a “Estação”, para os armazéns ou para outros tipos de refúgios precários); a construção de residências secundárias próprias, consoante o estilo da época e as posses específicas do investidor (ou da sua necessidade de afirmação social).

É durante este período que são construídos numerosos *chalets* e vivendas, para poente dos núcleos urbanos preexistentes e em alguns espaços intersticiais, a maioria dos quais entretanto desaparecidos às mãos do rolo compressor do betão. Destes, destacaram-se pelas suas dimensões e presença arquitectónica o *chalet* da família Vasconcelos, construído em finais do Século XIX na Rua Mascarenhas Gregório, balanceado sobre a praia, ainda existente e actualmente classificado como imóvel de interesse público e o *chalet* de Gregório Mascarenhas, construído em 1909, também na rua do mesmo nome e, infelizmente, já desaparecido (este edifício, “o palácio dos bicos”, embora possuísse uma fisionomia acastelada/apalaçada de gosto que consideramos duvidoso, era um *ex-libris* da Armação de Pêra enquanto “riviera” da

alta burguesia. Foi demolido nos anos 60 para dar lugar a uma estranha urbanização disposta transversalmente ao eixo viário de suporte).

Figura 104 - *Chalet* Mascarenhas Gregório, Armação de Pêra



Fonte: Postal ilustrado com fotografia de Custódio, Silves.

Já que o “consumo” do Sol e do Mar efectuado por esta burguesia se inseria dentro do espírito da época, ou seja, dentro de um registo de talassoterapia assistida pelos banheiros e com pouco tempo de duração (procurava-se a praia para os banhos de mar e não propriamente para uma permanência prolongada ao Sol), havia que providenciar locais de lazer susceptíveis de animar os restantes períodos do dia e, também, servir de pontos de encontro para os convívios nocturnos inter-familiares. É, pois, dentro deste registo que é inaugurado o primeiro casino de Armação de Pêra, curiosamente edificado muito perto da área de implantação dos grandes *chalets*, numa rua cuja toponímia ainda o evoca: Beco do Casino Velho, junto à Rua das Caravelas.

Sendo uma das praias mais frequentadas por algarvios durante a primeira metade do século XX (segundo Raul Proença *in* Guia de Portugal) e sentindo-se a necessidade de dar uma resposta competitiva à crescente procura dos litorais por parte dos estratos mais elevados da sociedade portuguesa em geral (“o mar está conquistando,

apaixonando dia a dia a alma do povo. Onde existia uma praia deserta, encontram-se agora pontinhos brancos de lona a assinalar a vida”, *Século Ilustrado* de 25 de Agosto de 1945, cit. por Dias, sd: 14), é fundada, em 1936, a Junta de Turismo de Armação de Pêra³⁰⁰, tendo em vista a promoção da localidade enquanto zona turística de qualidade. O coronel Joaquim Gomes, reconhecido impulsionador do turismo local, assumirá a presidência desta instituição turística de base local (extinta em 1970).

Figura 105 - Armação de Pêra e o dealbar da função turístico-balnear II – inícios do Século XX



Fonte: elaboração própria.

Após a Segunda Guerra Mundial, a situação de crise que já se vinha fazendo sentir anteriormente no sector pesqueiro – e que esta, mercê da inserção do País no

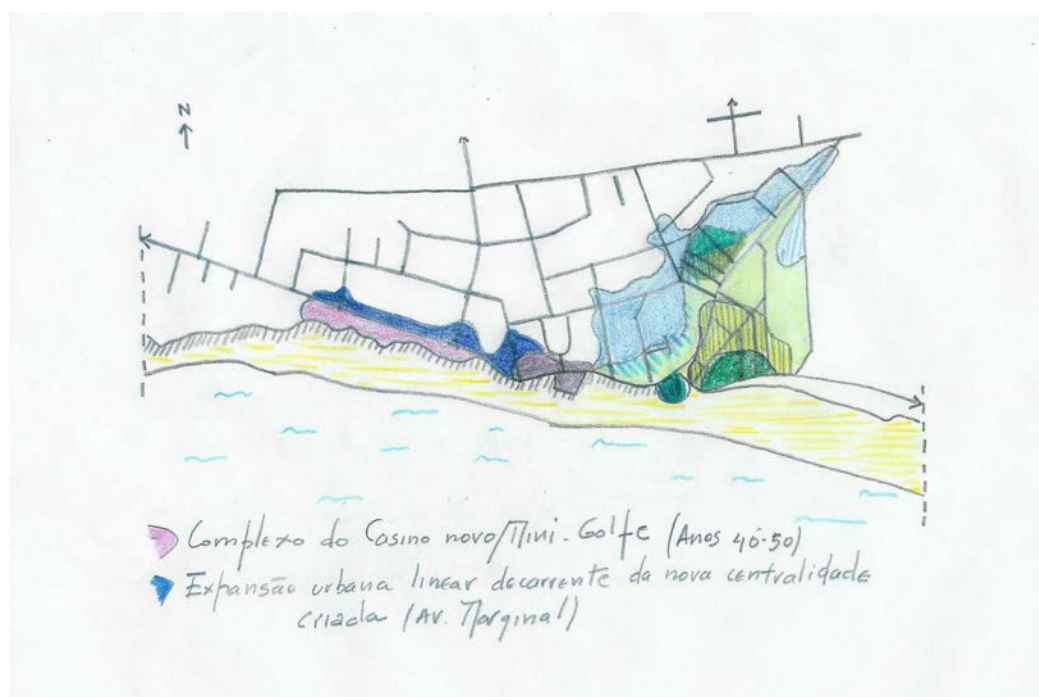
³⁰⁰ As Juntas de Turismo, concomitantemente com as Comissões Municipais de Turismo, representam a segunda vaga da organização turística ao nível local, vaga essa que se caracterizou por um reforço da ligação institucional às Câmaras Municipais. Foram instituídas através do Decreto-Lei 27424 de 1936 e extintas em 1970. Sucederam às Comissões de Iniciativa (do turismo), estabelecidas em 1929, que eram organismos com forte autonomia ligados umbilicalmente através da sua composição social à Sociedade de Propaganda de Portugal

panorama europeu e mundial, mitigou - agrava-se. Progressivamente vão surgindo, no mercado internacional de conservas de peixe, novas áreas concorrentes e, sobretudo, os *stocks* de atum começam a escassear nos pesqueiros tradicionais do Sul do País. Por outro lado, as artes de cerco e as da pesca ao atum em base móvel registam importantes avanços tecnológicos, facto que concorre, ainda mais, para o declínio das armações fixas de pesca. As existentes em Armação de Pêra não vão ser excepção e, após um período longo de declínio em que se procuraram adaptar aos novos contextos, desaparecem da cena piscatória local em 1972, altura em que já todas as fábricas de conserva de pescado tinham encerrado (nos finais dos anos 60 ainda existiam duas armações em funcionamento, as quais, da perspectiva do seu impacte na Praia, se distinguem pela dimensão e cor – cinzenta – dos seus barcos varados). Daqui para a frente o sector pesqueiro em Armação de Pêra ficaria reduzido à pesca artesanal costeira efectuada nos pequenos botes e lanchas tradicionais que ainda hoje emprestam colorido à praia ou, num registo diferente, ao emprego oferecido pelas traineiras dos armadores de Portimão.

Enquanto isto, também no domínio “da terra” a situação económica foi evoluindo numa direcção desfavorável. Após um período de alta durante os anos 40 e 50, em parte também originado pela Guerra e suas sequelas, a indústria de conservação e transformação de frutos entra em declínio. Novas áreas produtoras, incorporando novas tecnologias de produção e de embalagem ou detentoras de mão de obra barata, entram no mercado internacional, as áreas de produção de matéria prima reduzem-se ou evoluem para a situação de pousios espectantes, os gostos e as preferências do mercado alteram-se face ao surgimento de novos produtos derivados da produção alimentar massificada. Como consequência, um pouco por todo o lado, a produção artesanal entra em declínio e quando, décadas depois, a mesma é revalorizada pelos mercados de nova geração já em Armação de Pêra nada mais resta do que fósseis em ruínas dos antigos fumeiros e esparsas árvores de fruto “esquecidas” por entre as urbanizações florescentes.

Paralelamente, durante os anos 60 e 70, a generalização dos alimentos congelados, particularmente os agrícolas, vai retirar o suporte ao negócio da comercialização dos primores algarvios para os grandes mercados abastecedores de Lisboa. O tomate, as favas, as ervilhas – ou os *griséus* – passam a estar disponíveis todo o ano, frescos ou congelados, vindos das mais variadas partes do mundo. Os preços ao produtor deixam de beneficiar da falta de concorrência que o clima algarvio proporcionava, induzindo, ainda mais, um agravamento dos termos comparativos entre a renda fundiária oriunda da actividade agrícola face à decorrente do turismo. Como resultado cumulativo, a actividade agrícola e agro-comercial entra em evanescência, os campos são abandonados ou vêm a sua funcionalidade alterada, os armazéns de Armação de Pêra desaparecem.

Figura 106 - O complexo do casino e uma nova centralidade na Vila – anos 40 e 50



Fonte: elaboração própria.

Mas, entretanto, o processo de alargamento da procura turística tinha iniciado o seu rumo e a localidade continuava a sua transformação rumo a esta nova funcionalidade. Assim, em 1958/59, impulsionado pela Junta de Turismo, surge o novo casino em edifício de arquitectura impressiva e decorações interiores cuidadas com génese na paleta do pintor Le Monnier. Rapidamente esta nova infra-estrutura de dimensão regional vai tornar-se um ponto de referência incontornável na vida social do lado luminoso de Armação de Pêra: os turistas endinheirados e os notáveis e ricos locais, os quais, conjuntamente, acorriam aos espectáculos, aos bailes, aos concursos de beleza e récitas, à sala de jogo e, também, aos diversos serviços de restauração aí instalados.

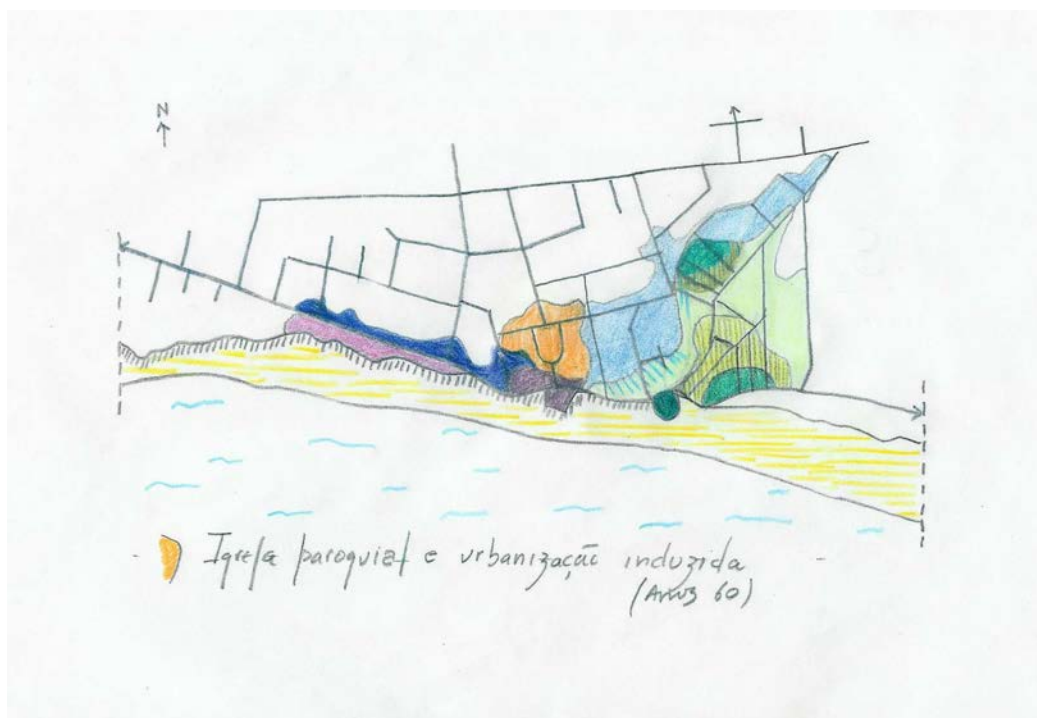
Associado ao casino propriamente dito, foram, igualmente, contemplados neste período³⁰¹ um conjunto de arranjos exteriores, de acessos à praia, de balneários e de espaço(s) verde(s). Estes últimos, a poente do edifício do casino, englobaram um mini golfe e os respectivos apoios, sendo, até à actualidade, não só um dos espaços mais concorridos pelos forasteiros durante a época estival, mas também, (incrivelmente, diríamos nós) o único com dimensão significativa existente no tecido urbano da Vila. Na prática, tratava-se da contrapartida mais popular ao elitismo do casino.

Em qualquer dos casos, este complexo, edificado na sequência da abertura da Av. Marginal após os anos 40, vai ter como consequência a estruturação de uma nova centralidade e, em decorrência, a atracção da dinâmica urbana para poente, processo este que a abertura, em 1962, do Hotel Garbe e, em datas bastante posteriores, dos Hotéis do Levante e Viking, bem como do aldeamento turístico da Vila Lara vai intensificar.

Anteriormente, em 1960, tinha sido inaugurada a nova Igreja Paroquial, localizada na Praceta D. Elisa Gomes e consagrada a Nossa Senhora dos Navegantes, a qual induziu um surto de renovação e expansão urbana nos seus espaços imediatos (sobretudo para Norte).

³⁰¹ 1948,1958, 1963 – Datas iniciais de execução dos Ante-Planos de Urbanização.

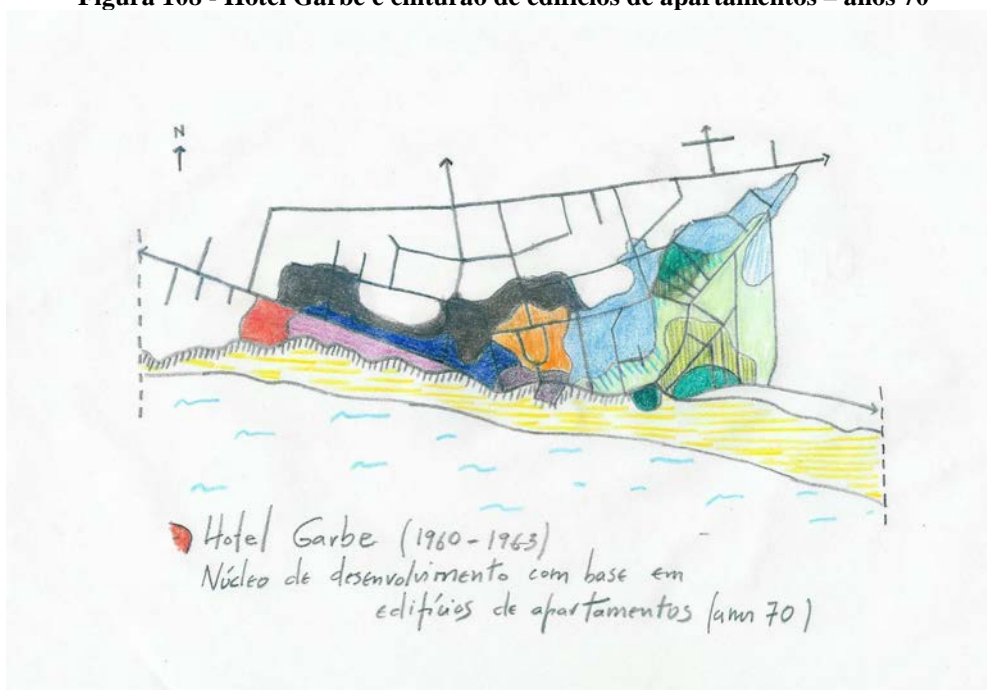
Figura 107 - A igreja paroquial induz uma nova estruturação do espaço contíguo – anos 60



Fonte: elaboração própria.

Estas novas centralidades, complexo do Casino, Igreja Paroquial e Hotel Garbe, apoiadas na Avenida Marginal enquanto grande eixo estruturador, vão ser os focos principais a partir dos quais, já nos anos 70, se vai começar a desenvolver um surto urbano dentro de uma nova tipologia: edifícios de apartamentos em altura destinados a alimentarem o mercado das segundas residências e o do aluguer paralelo de alojamento turístico. Em nosso entender, esta fase de crescimento da Vila marca o início do seu processo acelerado e intenso de descaracterização.

Figura 108 - Hotel Garbe e cinturão de edifícios de apartamentos – anos 70



Fonte: elaboração própria.

Na década de 60 do Século passado o processo de massificação do turismo balnear entra em ritmo uniformemente acelerado. Em Armação de Pêra este processo faz-se sentir de forma particularmente intensa como resultado da convergência de dois grandes fluxos turísticos:

- a) O fluxo de turistas internacionais, especialmente oriundos do Reino Unido e da República Federal Alemã, que buscam o Algarve como uma alternativa mais barata e menos massificada do que os litorais turísticos meridionais tradicionais - seja a *Côte d'Azur* em França, seja a riviera italiana – ou, mesmo, os dos novos destinos turísticos que iniciaram o seu processo de desenvolvimento ainda na década de 50 (Costa Brava, Costa do Sol, Ilhas gregas, entre outros). Tratavam-se de fluxos turísticos típicos das fases de juventude dos ciclos de vida dos destinos turísticos (descoberta e envolvimento): alocêntricos e na “crista da onda” dos novos destinos a surgir

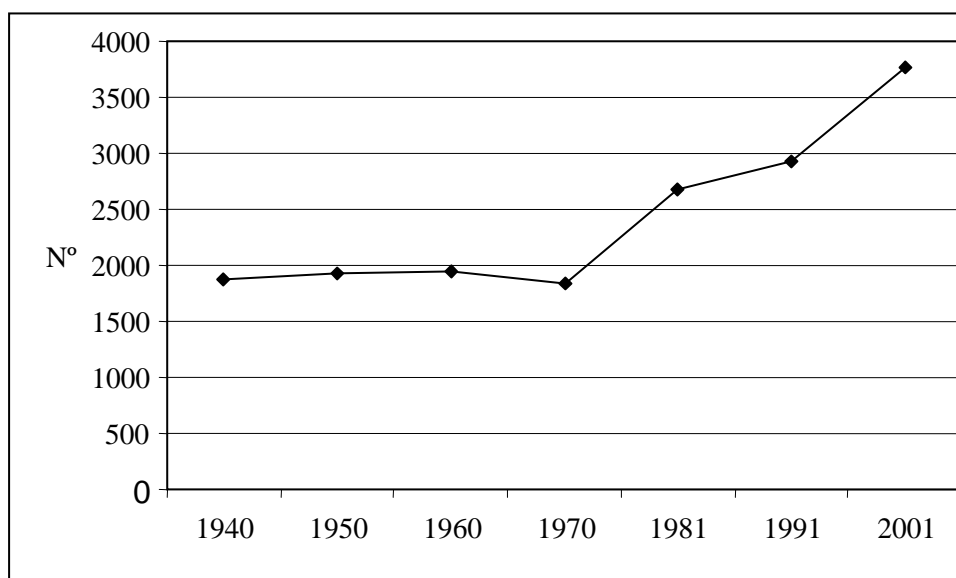
no mercado mundial, pouco inclinados para estadias demasiado massificadas, procurando a diferença e, normalmente, com algum poder económico, este último que o custo de vida barato de então multiplicava e relevava. Eram, de resto, estes os fluxos que preenchiam as unidades de alojamento formalizadas e de topo de gama, enchiam os ainda escassos restaurantes e marisqueiras e constituíam, para os locais e para as instituições oficiais do turismo, o imaginário e o paradigma do turista dito de qualidade.

- b) O fluxo interno, agora oriundo das grandes cidades do País (com relevo para Lisboa), composto pelos privilegiados que não só dispunham de férias, como também detinham a capacidade económica para as gozar fora dos locais de residência. Esta massa, embora percentualmente pouco significativa no contexto da população nacional, “descobre” o Algarve e para ele se encaminha durante os meses de estio, não para a hotelaria convencional porque na maioria dos casos fora do alcance da sua bolsa, mas para o alojamento paralelo, inicialmente protagonizado pelas residências dos locais e, posteriormente, alimentado pelo imobiliário vocacionado para as segundas residências e para a disponibilização de apartamentos destinados ao aluguer turístico paralelo. Neste domínio do turismo interno, Armação de Pêra, dando seguimento à sua vocação de praia dos algarvios, vai impor-se como um dos destinos preferidos - e mais escolhidos - pelos nacionais, tornando-se, agora, a praia dos portugueses.

Nesta confluência, Armação de Pêra vai experimentar um surto de desenvolvimento turístico extremamente significativo, surto esse que, como sempre, deteve aspectos positivos e negativos. Sabe-se hoje, por experiência vivida e observada, que este processo resultou numa desorganização irreversível do território e numa erosão quase total dos seus referentes identitários, às “mãos” de um crescimento urbano não regulado e guiado pelo apetite insaciável dos interesses ligados ao imobiliário e à construção civil. O que, porventura, se sabe menos – ou se desvaloriza mais – é que este surto teve um significado económico importante para a Vila e para a sua

população num momento em que estes perdiam a sua base económica tradicional. Efectivamente, quem quer que se recorde de Armação de Pêra no dealbar dos anos 60 não deixará de ter presente os nichos de pobreza então existentes e, sobretudo, a falta de oportunidades e de emprego com que a maioria da população – e, principalmente a população jovem – se via a braços. O turismo, embora com todas as maleitas que carregou, modificou esta situação e tornou a Vila numa das localidades mais prósperas do Concelho. Pena foi que este processo não tenha sido conduzido com visão de futuro e sem a mesquinhez do lucro fácil e imediato em que os locais, a troco de algumas “migalhas”, também acompanharam.

Figura 109 - Evolução demográfica da Freguesia de Armação de Pêra



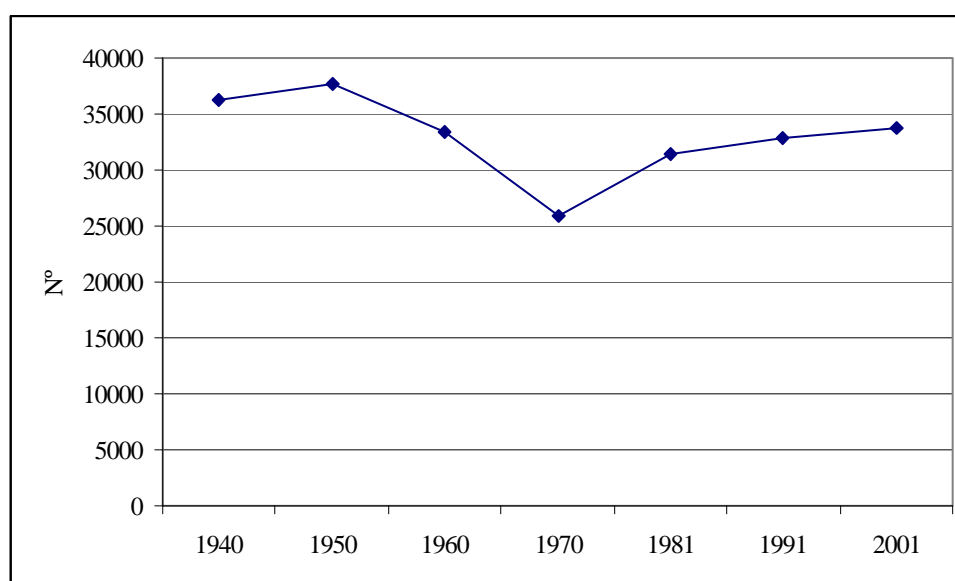
Fonte: censos da população, INE.

Relativamente a este particular e à falta de melhor informação disponível, basta comparar a evolução demográfica registada na totalidade do Concelho de Silves com a que se verificou na Freguesia de Armação de Pêra.

Na verdade, se olharmos para o período da massificação do turismo, ou seja, após a década de 50, verificamos que, embora nesta freguesia se tenha registado um leve

declínio demográfico, Armação de Pêra não acompanha a enorme queda verificada na totalidade do Concelho, sendo, de resto, o único caso ao nível das oito freguesias de Silves em que se pode falar de uma sustentação populacional. Isto já para não falar no forte incremento registado durante e após os anos 70.

Figura 110 - Evolução demográfica do Concelho de Silves



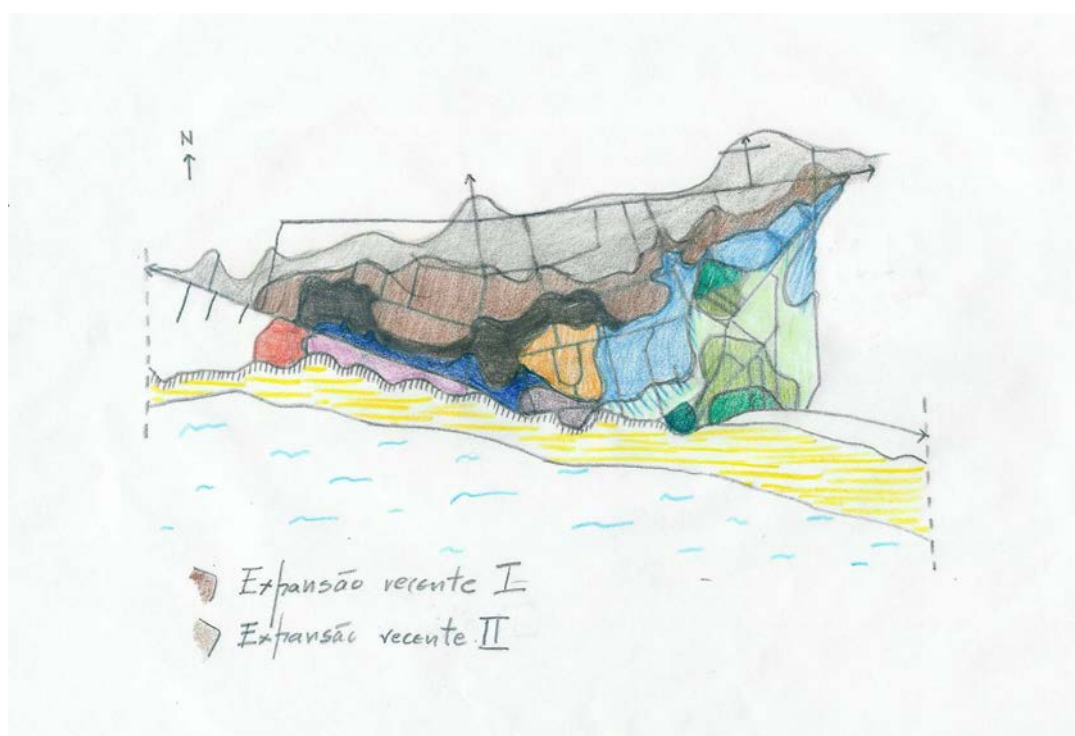
Fonte: censos da população, INE.

Com o advento do 25 de Abril de 1974, também aqui se regista, durante alguns anos, uma quebra na procura turística e nos investimentos em infra-estruturas e imobiliário. Sobretudo os fluxos internacionais sofrem quebras consideráveis e, mesmo os que continuam a ter Armação de Pêra como destino registam alterações na sua composição e estrutura: mais jovem, mais aventureiro, mais politizado³⁰² e, sobretudo, menos endinheirado.

³⁰² Refere-se politizado, pensando nalgum turismo “de revolução” que se verificou nos anos subsequentes ao 25 de Abril, muito especialmente com génese em Espanha e antes da abertura política aí ocorrida em 1975/76.

De resto, há que referir que parte das infra-estruturas até aí destinadas primordialmente ao turismo foram, neste período, utilizadas para o acolhimento daqueles que chegaram oriundos das ex-colónias. Foi o caso de algumas unidades de alojamento e do Casino, o qual, após atravessar um longo período de decadência desde os finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 – altura em que foi concessionado a um cidadão norte-africano que lhe conferiu um ambiente exótico de que faziam parte alguns dromedários – recebe deste modo o golpe final que o tornaria inactivo até à sua recuperação já em 1999.

Figura 111 - Evolução recente do núcleo urbano de Armação de Pêra



Fonte: elaboração própria.

Tudo isto, aliado à fuga do investimento – de que é exemplo a paragem do hotel que estava em fase inicial de construção a poente do Garbe e de que ainda hoje restam os vestígios das fundações na terra esventrada – deu origem a um hiato na explosão turística e urbana que, idealmente, poderia ter sido aproveitado para repensar o

caminho anteriormente trilhado e, à luz das novas condições políticas democráticas, ter iniciado um processo de inversão das tendências passadas.

Mas, há que registar, as preocupações centrais da população local e das instituições (autárquicas e do turismo) foram outras. O resultado está à vista.

E, paradoxalmente e em sentido contrário ao que seria de supor, Armação de Pêra não foi uma localidade que ficou arredada do esforço de planeamento territorial. Bem pelo contrário, já que, precedendo o actual Plano de Pormenor e não contabilizando o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vila Moura, o Plano de Pormenor do Sapal de Armação de Pêra e os Planos de Pormenor da Praia Grande³⁰³, são contabilizados 11 instrumentos de planeamento que, com diversos âmbitos e fins, incidiram directamente sobre a Vila. Este conjunto³⁰⁴ é constituído por:

- a) Os ante planos de urbanização da Praia de Armação de Pêra, levados a efeito em 1948 e 1958 e dos quais não foi possível encontrar elementos disponíveis³⁰⁵.
- b) O ante-plano de urbanização de Armação de Pêra, data de 1963, o qual, para além de pretender reordenar o tecido urbano existente e o respectivo sistema viário, pretendia disciplinar o crescimento urbano das áreas recentes através da definição de tipologias construtivas em função dos zonamentos aí estabelecidos. Propunha, ainda, o aproveitamento turístico da área mediada entre a Ribeira de Alcantarilha e o limite oriental do concelho (habitação, comércio, animação turística e espaços verdes).
- c) O plano Sub-Regional de Armação de Pêra, datado de 1966, e encerrando os objectivos de estruturar e disciplinar o crescimento urbanístico decorrente do desenvolvimento do turismo, bem como assegurar a defesa e a valorização do património (paisagens rural e urbana, orla marítima). Armação de Pêra era

³⁰³ O primeiro porque se aplica a uma estreita faixa litoral e os segundos porque não compreendem o núcleo urbano da Vila.

³⁰⁴ Toda a informação relativa aos instrumentos de planeamento foi compilada a partir do Plano de Pormenor de Armação de Pêra (Câmara Municipal de Silves).

³⁰⁵ Segundo o referido PP.

considerada o núcleo central de um território de desenvolvimento turístico mais alargado, sendo-lhe atribuídas 7500 camas turísticas (num total de 30000 para o conjunto da área de intervenção). Propunha a criação de um porto de recreio para a foz da Ribeira de Alcantarilha.

- d) O estudo “Prospecção, preservação e recuperação de elementos urbanísticos e arquitectónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, da Região do Algarve: Armação de Pêra”, de 1967, efectua uma avaliação da qualidade do edificado tendo em vista a inclusão da Vila no conjunto dos núcleos de interesse patrimonial e arquitectónico do Algarve. Conclui que 60% do edificado avaliado era dissonante, sendo os restantes 40% desprovidos de interesse. Releva, contudo, a fortaleza e o conjunto de seis edifícios localizados sobre o mar a poente desta. Já que Armação de Pêra era considerada uma das melhores praias do Algarve, propunha uma renovação urbana da povoação através de um plano geral de urbanização, a atenuação das dissonâncias constatadas e salvaguarda dos raros valores patrimoniais e urbanos existentes.
- e) O estudo de um sector turístico ocidental de Armação de Pêra, realizado em 1968, incidia, sobretudo, sobre a necessidade de proceder a uma reorganização do sistema viário interno da Vila, tendo em vista criar melhores condições de fruição turística dos espaços à beira-mar. A construção deveria ser direccionada para fins essencialmente turísticos, enquadrada por espaços verdes e unidades comerciais nos pisos térreos.
- f) A urbanização do sector ocidental de Armação de Pêra, de 1970, defende a construção de edifícios em banda, perpendiculares aos eixos viários, bem como a reserva de espaço para estacionamento e para áreas verdes. Nalgumas situações o edificado surge organizado em torno de praças numa tentativa de promover as relações espaciais e de proximidade.

- g) O plano geral de urbanização de Armação de Pêra, terminado em 1980 tinha como objectivos estabelecer uma pauta de regras que orientasse e controlasse o crescimento urbano dentro de parâmetros de sustentabilidade urbana, paisagística e social. Propugnava, ainda, a melhoria das condições de vida dos residentes através da preservação e melhoria do edificado e a da valorização dos aspectos ecológicos de enquadramento. O plano estruturava-se em torno da definição de zonas às quais eram associadas regras específicas, desde as *non aedificandi*, onde a construção era totalmente proibida, às zonas habitacionais e de serviços de construção livre, passando pelas condicionadas, pelas de protecção e pelas destinadas a espaços verdes e à protecção do enquadramento rural. Propunha, ainda, uma marina e um porto de abrigo para a foz da Ribeira de Alcantarilha dois parques urbanos, um a poente do Hotel Garbe e outro fronteiro à Rua da Praia.
- h) A urbanização da zona poente de Armação de Pêra, estudo concluído em 1982 e inserido no plano geral anteriormente descrito, propunha uma densidade média de 400 habitantes por hectare, através de uma estrutura urbana composta por edifícios com uma média geral de 5 a 6 pisos (embora com uma forte variação de volumes e alturas). Procurava, ainda, estabelecer corredores visuais sobre o mar e dar resposta às necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento turístico, bem como às carências habitacionais.
- i) O plano de pormenor do quarteirão delimitado pela EN 269-1, Av. 25 de Abril e Ruas projectadas 1 e 2 em Armação de Pêra, também decorrente do Plano Geral de Urbanização e de 1982, previa a construção de habitação colectiva em edifícios com um máximo de 13 andares e em moradias em banda, a edificação de uma unidade hoteleira de topo, o estabelecimento de um complexo desportivo e de lazer (parques infantis, um campo de ténis, campos de voleibol, mini golfe, ringue de patinagem e cinco piscinas) tudo apoiado por espaços verdes, equipamentos colectivos (colónia de férias) e aparelho comercial.

É óbvio que, no final desta longa lista de intenções, duas questões emergem como incontornáveis e pertinentes: i) quais as razões porque a esmagadora maioria desta reflexão, trabalho e custo não produziu quaisquer resultados efectivos?; ii) qual será, neste contexto, o percurso do Plano de Pormenor que brevemente entrará em aplicação?

No que respeita à primeira, se por um lado consideramos que já fomos apresentando, ao longo do texto, as razões principais que se nos afiguram estar na base deste fenómeno, por outro temos em mente que este não será, porventura, o local apropriado para exprimir, através das palavras e na intensidade das mesmas, o que pensamos. Contudo, deixaremos aqui, a título de *post it*, as palavras de desespero e desilusão do cantor e poeta catalão Joan Manuel Serrat a propósito do seu amado mediterrâneo³⁰⁶: “On són els savis i els poderosos que s’anomenem conservadors?/Quanta abundància, quanta bellesa, quanta energia feta malbé!/Per ignorància, per imprudència, per inconsciència i per mala llet./Jo que volia que m’interessin entre la platja i el firmament!/I serem nosaltres els qui t’enterrem³⁰⁷”.

Relativamente à segunda questão, há que dizer que os sinais não são animadores, seja pelo passado descrito, seja pelo facto do mesmo PP, mesmo antes de entrar em vigor³⁰⁸, já se encontrar, em boa medida, desactualizado³⁰⁹.

Os seus grandes objectivos orientam-se em torno da definição de regras de controlo da transformação urbana, da reestruturação e qualificação do tecido urbano já existente tendo em vista a preservação dos valores patrimoniais e identitários da Vila e o incremento da atractividade urbana, seja no domínio do turismo, seja no da promoção da massa crítica populacional.

³⁰⁶ “Plany al mar”, do disco “En directo”.

³⁰⁷ “Onde estão os sábios e poderosos que se denominam conservadores?/Quanta abundância, quanta beleza, quanta energia arruinada!/Por ignorância, por imprudência, por inconsciência e por má fé./E eu que queria que me enterrassem entre a praia e o firmamento!/E seremos nós os que te enterrarão.”.

³⁰⁸ Foi publicado a 18 de Janeiro de 2008.

³⁰⁹ Nomeadamente os estudos de base, os quais, por exemplo no campo da demografia, contam com os resultados do censo de 1991.

Tendo como referencial a defesa da sustentabilidade ambiental, social e económica do aglomerado, para além dos levantamentos de base e de uma análise SWOT, inclui um conjunto de propostas concretas bastante interessantes nos âmbitos do urbanismo, equipamentos sociais, culturais, desportivos e turísticos, habitação, infra-estruturas básicas e espaços verdes.

Dentro destas, pelo significado que lhes atribuímos enquanto precursoras de um novo modelo de desenvolvimento turístico e territorial, sublinhamos:

- A pedonalização da frente de mar e do núcleo antigo.
- A ampliação do usufruto do espaço público.
- A reabilitação e adaptação de imóveis de interesse.
- As propostas para a ocupação dos vazios urbanos existentes e para os interiores dos quarteirões.
- O centro de estágios e o complexo desportivo.
- Os percursos pedonais e cicláveis ladeados por espécies arbóreas diferentes.
- A casa das artes, no edifício do antigo casino, a qual inclui um espaço para exposições temporárias.
- Os parques do Vale do Olival, da Torre e a mata temática.
- Os parques infantis.
- O pólo de formação turística.
- A pousada da juventude
- O Museu do Mar, no antigo quartel da Guarda Fiscal/GNR da Fortaleza.

Em suma, trata-se de instrumento de planeamento que, não rompendo com os avatares preexistentes associados ao crescimento turístico em regime de “monocultura” e à explosão urbana, detém variados méritos:

- a) Tenta programar o crescimento urbano dentro de parâmetros de melhor qualidade habitacional.
- b) Tem em conta a qualidade de vida das populações locais, bem como os seus referentes.
- c) Defende a qualificação da oferta turística e procura quebrar a fase de maturidade do destino.
- d) Cria condições, através de várias das propostas concretas que efectua, para a extensão das práticas turísticas para além do registo estritamente balnear, permitindo, assim, o surgimento de módulos de atracção complementares ao Sol e Mar, rumo a uma futura multipolarização do destino.
- e) Enquadra-se dentro de horizontes conceptuais de sustentabilidade.

Em qualquer caso, com os seus pontos mais ou menos fortes, as transformações preconizadas por este Plano não serão de fácil concretização (assumindo que o destino deste documento não será, mais uma vez, engrossar os arquivos), já que não só estamos em presença de uma povoação cuja população flutuante quase multiplica por 30³¹⁰ a população residente, já porque anos de um modelo de desenvolvimento turístico situado no cruzamento da modernização – desenvolvimento por substituição da tradição pelos valores e as estéticas dos pólos urbanos “avançados” - com o neoliberalismo - ou a modernização temperada com o *laissez faire* que a incapacidade de regulamentação produz – criaram inércias e hábitos de difícil inversão.

Está neste caso, deixando agora para trás a problemática urbanística, a actividade turística implantada desde os anos 60, redutora, estreita, desqualificada e, desde sempre, suportada pelo alojamento paralelo e pela falta de visão de conjunto e de futuro.

³¹⁰ Não existem estimativas estabilizadas sobre a população flutuante durante os meses de Verão. O PP, baseado nos consumos de água estima, 46356. Contudo, estas estimativas são antigas e os números mais recentes obtidos, informalmente, junto da CM de Silves apontam para uma ordem de grandeza entre as 80 e 100 mil pessoas presentes no pico máximo estival.

Na verdade, se olharmos com atenção para a contabilidade oficial dos alojamentos turísticos instalados (2 hotéis, 6 hotéis-apartamentos e 2 parques de campismo em 2002³¹¹, num total estimado de 1886 camas e 2140 lugares) e a compararmos com os números – mesmo encarados por defeito – da população presente sazonalmente, ressalta, de imediato, a dimensão do fenómeno da oferta paralela, completamente desregulamentada e marginal às ambições de qualificação do destino.

E interessa referir que não somos insensíveis à função social que a oferta paralela de alojamento possui, nalguns casos, enquanto forma de distribuição, pela pirâmide social da Vila, das mais-valias do turismo. Isto, da mesma forma que não somos, igualmente, insensíveis à função que presta enquanto viabilizadora de estadas que, doutra forma mais onerosa, não seriam possíveis. As dúvidas que temos são, contudo, várias:

- a) Desde logo, qual a taxa de retenção (ou de interiorização) dos fluxos financeiros que a oferta paralela acarreta para Armação de Pêra?
- b) Seguidamente, qual a compatibilidade existente entre um destino de qualidade e uma oferta completamente em roda livre efectuada por pessoas sem qualquer tipo de formação, mínima que seja³¹², no domínio da hospitalidade turística?
- c) Ainda, como se podem custear as melhorias e as iniciativas no âmbito da gestão local do destino se uma boa parte dos fluxos turísticos decorrentes do alojamento escapa a quaisquer mecanismos de fiscalidade ou derramas³¹³?
- d) Finalmente, porque nunca foram efectuadas iniciativas no sentido de integrar este sistema paralelo, através de mecanismos não coercivos, numa rede emersa de alojamento alternativo, promovendo, por exemplo, o associativismo dos

³¹¹ Carta de Equipamentos e Serviços à População (CESAP), INE, 2002. É óbvio que este número está claramente subavaliado tendo em atenção os empreendimentos de apartamentos turísticos, os quais representarão um número superior a 1500 camas.

³¹² Como aquela que é obrigatória, por exemplo, aos proprietários de casas rurais de aluguer, nas Astúrias.

³¹³ Facto que, embora sem contornos de certeza nem precisão na forma, penso que não sucedia aquando da existência da Junta de Turismo local.

proprietários e, posteriormente, o diálogo tripartido – com os hoteleiros e as instancias autárquicas – em busca de plataformas de consenso?

Interessa, ainda, referir que a procura turística de Armação de Pêra é considerada como sendo bastante peculiar no contexto do Concelho de Silves (entrevistas efectuadas na C.M. de Silves³¹⁴), já que é encarada como não procurando a frequência de outros locais do Concelho, bem como a sua oferta no domínio cultural e patrimonial. Neste particular, está instalada, de resto, uma perspectiva muito dicotómica do turista tipo do Concelho:

- a) Aquele que predomina na época baixa – mesmo alojado em Armação de Pêra – e que é fundamentalmente estrangeiro e idoso ou aquele que, durante a época alta, está alojado no interior do Concelho, ambos os tipos tendo uma frequência turística mais complexa e mais alargada espacial e tematicamente falando (estadas com vertentes importantes no âmbito do turismo cultural, de natureza, activo, entre outros).
- b) Aquele que predomina na época alta, no litoral e em especial em Armação de Pêra, de nacionalidade portuguesa e viajando em grupos familiares intergeracionais, com uma grande “viscosidade” espacial (mais que não seja pelo problema do estacionamento durante o Verão nas áreas centrais da Vila), que se centra nas práticas balneares, bem como noutras de lazer tipicamente associadas.

A este propósito o inquérito realizado no âmbito desta pesquisa permite lançar mais alguma luz sobre a procura e suas práticas turísticas.

A grande maioria dos turistas³¹⁵ presentes e entrevistados³¹⁶ residiam habitualmente em Portugal (74,4% do total), algo que está de acordo com as características do

³¹⁴ Os produtos das entrevistas efectuadas junto das entidades que considerámos relevantes para este trabalho encontram-se incorporados ao longo de todo este capítulo. Só em casos especiais, quando interesse legitimar afirmações, serão referidas especificamente.

³¹⁵ Com idade igual ou superior a 18 anos, residência habitual fora do Algarve e presentes em contexto de lazer.

³¹⁶ 312 turistas nacionais e estrangeiros.

turismo nesta localidade e durante a época alta e períodos de férias como o Carnaval ou a Páscoa³¹⁷. No segmento dos turistas com residência no estrangeiro, são de destacar os provenientes da Espanha (9,9% pelo efeito “*short-breaks*”) e do Reino Unido (6,7% do total dos inquiridos em Armação de Pêra), nacionalidade, como se sabe, tradicionalmente importante no contexto turístico do Algarve, em geral, e de Armação de Pêra em particular.

Figura 112 - Vista da praia para nascente a partir da fortaleza



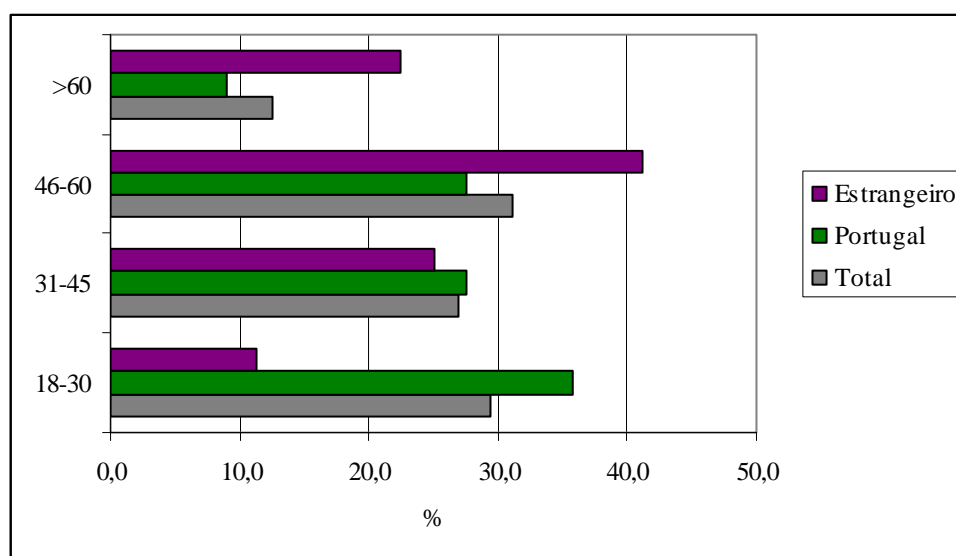
Fonte: www.armacaodepera.com

Ainda dentro daquilo que, atendendo a inquéritos efectuados anteriormente, seria de esperar, os níveis etários dos turistas estrangeiros são mais avançados do que os dos nacionais, facto que se compreende à luz da duração do período de Carnaval, bastante

³¹⁷ Embora o inquérito tenha sido efectuado em época baixa, visto ter ocorrido durante o Carnaval emula, de certa forma e nalguns aspectos, a estrutura turística conhecida durante os meses de Verão.

insuficiente – salvo para os espanhóis – para possibilitar uma estada aos activos com residência habitual mais distante. Assim, a tradicional situação dos reformados em estadas durante a época baixa, apesar da altura específica referida, acaba por ter tradução nos resultados obtidos.

Figura 113 - Turistas em Armação de Pêra segunda os grupos etários e em percentagem dos respectivos totais

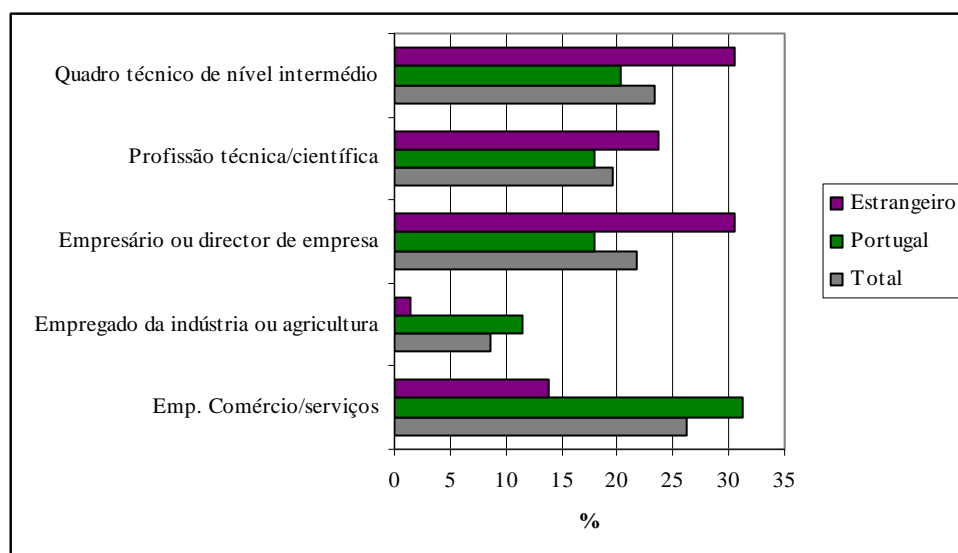


Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

No âmbito dos níveis de escolaridade, pese embora a maior juventude dos turistas nacionais, as qualificações académicas do segmento estrangeiro suplantam as dos portugueses, já que 46,3% dos primeiros possuem habilitações de nível universitário contra 27,6% dos últimos. Algo que traduz o conhecido défice nacional em matéria de qualificações escolares e que é, de resto, confirmado pelo que se registou no pólo oposto, ou seja, nos graus de nível elementar/básico em que os 25,9% do total registado entre os nacionais duplicam os 12,5% registado entre os turistas estrangeiros. E, isto, claro, entre os portugueses que fazem turismo nesta época e no Algarve, um universo que, como sabemos, está longe de ser representativo da população nacional.

As actividades profissionais da globalidade dos turistas são, maioritariamente, empregados do comércio e serviços (26,1%), quadros técnicos de nível intermédio (23,3%) e empresários e directores de empresa, ou seja, profissões de nível intermédio e alto. Contudo, ao desagregarmos este universo pelos países de residência habitual, verifica-se que no segmento nacional predominam as profissões de natureza intermédia, enquanto no estrangeiro se reforçam as de topo (empresários e directores de empresas – 30,6%; profissões técnicas e científicas – 23,6%).

Figura 114 - Grupos profissionais, por residência habitual e em percentagem dos respectivos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

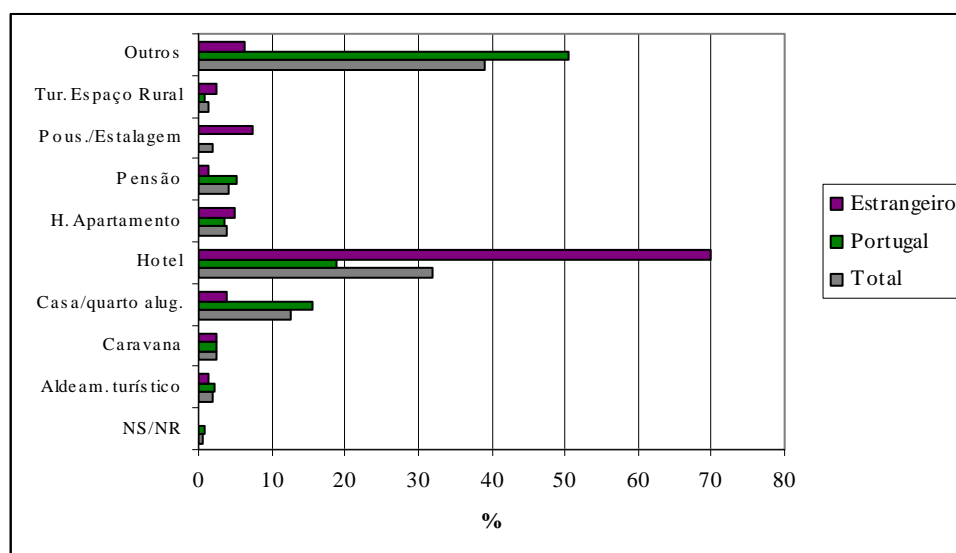
No âmbito da natureza e das características da estada, interessa, desde logo, referir que a grande maioria dos inquiridos se encontrava alojada em Armação de Pêra (51,3%), algo que não é de estranhar tendo em conta o tipo de vila em causa e a capacidade de alojamento aí instalada. Seguem-se, por ordem de importância, Portimão (20,2%), outras localidades³¹⁸ (9,6%) e, também, outras áreas do concelho

³¹⁸ A categoria “Outras localidades” compreende todos os locais à excepção de Armação de Pêra, Portimão, Lagoa, Albufeira, Loulé, Alcantarilha, Algoz e São Bartolomeu de Messines.

de Silves (8,0%). Mais uma vez as diferenças entre turistas nacionais e estrangeiros são evidentes, sobretudo no que diz respeito à maior concentração destes últimos nos alojamentos de Armação de Pêra (62,5%).

As diferenças entre turistas nacionais e estrangeiros são ainda mais marcantes quando passamos a analisar os tipos de alojamento mobilizados. Relativamente ao conjunto de estrangeiros predomina largamente a categoria “hotel” (70% do total), enquanto no segmento nacional assume um relevo especial a categoria que engloba as segundas residências e a estadia em casa de amigos e de familiares (50,4%).

Figura 115 -Tipos de alojamento por residência habitual e em percentagem dos totais



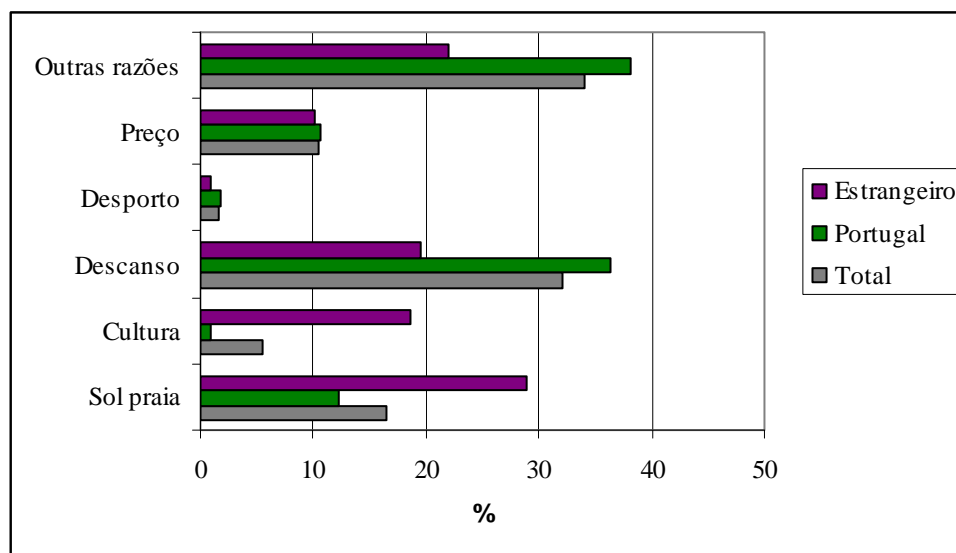
Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Por outro lado, é, igualmente, interessante verificar que a mobilização do alojamento paralelo é significativamente superior junto dos nacionais (15,5%) do que dos estrangeiros (3,8%).

Globalmente, quer as diferenças de nível de vida e de capacidade económica, quer as modalidades em que a estada teve a sua génese (sobretudo a importância dos pacotes turísticos junto dos estrangeiros), quer, ainda, os hábitos de consumo turístico, estarão

na origem – e explicação – boa parte dos fortes contrastes expressos nos quantitativos que apresentámos.

Figura 116 - Razões principais que justificam a estada turística, em percentagem do total de referências e residência habitual



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

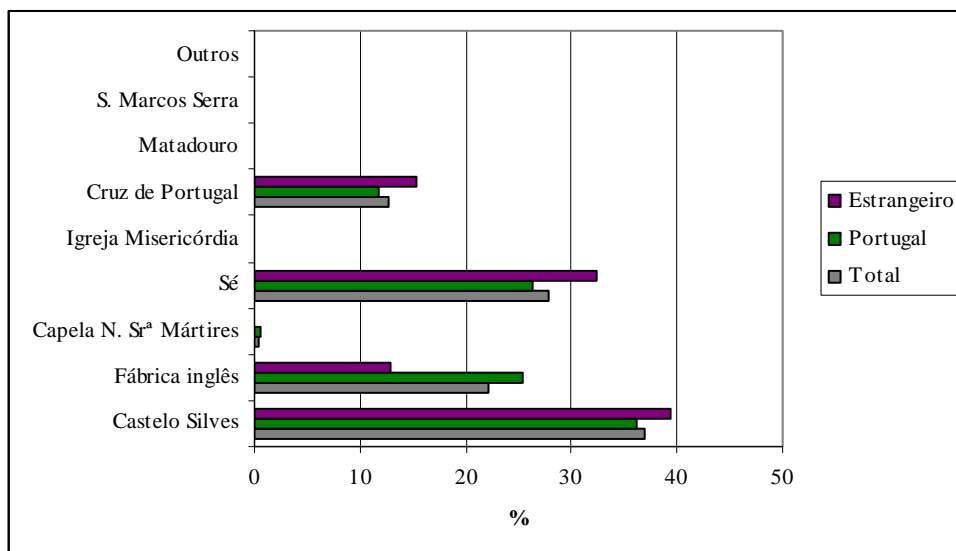
Para além da categoria “Outras razões” (predominante entre os nacionais e entre a globalidade dos inquiridos) que expressa motivos normalmente mais afastados do *core* do turismo em áreas tradicionais de receção (tais como, entre outros, a visita a familiares e amigos), o conjunto dos inquiridos invocou como razões da estada em Armação de Pêra três explicações fundamentais: descanso (32%), Sol e praia (16,6%) e preço (10,5%). Ou seja, uma razão de ordem geral relacionada com a fuga ao *stress* do quotidiano em ambiente supostamente com pouco bulício e relaxante (o que é parcialmente verdade no caso de Armação de Pêra em época baixa), uma razão relacionada com a atracção fundamental da Vila e o seu *core* de negócio, o sol e a praia, e, ainda, um motivo pouco interessante tendo em conta a competitividade pela qualidade da oferta, o preço (algo que justifica a atractividade de Armação de Pêra

também no Verão, mesmo tendo em conta os problemas anteriormente referidos relacionados com a massificação e o desordenamento do território).

É, no entanto, relevante ter presente as diferentes razões da atractividade de Armação de Pêra – ou do litoral algarvio numa perspectiva mais geral – quando analisamos os turistas nacionais e os estrangeiros: enquanto para os primeiros a dimensão “Descanso” surge reforçada, já para os segundos o “sol/praias” e, sobretudo, a cultura (0,9% das referências dos nacionais; 18,6% das referências dos estrangeiros) assumem importâncias relativas significativamente superiores. É certo que os contextos em que as estadas de uns e de outros se desenrolaram aquando do inquérito não são exactamente as mesmas, mas também será certo que a cultura – e o clima – são factores bastante mais relevantes para os turistas estrangeiros. Se o último é fácil de entender, já a indiferença pela cultura – e pelo turismo cultural – manifestado pelos inquiridos nacionais, não sendo difícil de explicar as razões últimas, revela-se mais complicado de interiorizar tendo em conta alguns “mitos” – genericamente aceites - a propósito da importância do papel da cultura para os novos turistas e para o novo turismo balnear.

Esta debilidade que os turistas nacionais manifestam em termos culturais manifesta-se, igualmente, no domínio da preparação da deslocação, matéria em que 75,6% dos inquiridos revelaram não ter utilizado qualquer material de apoio (contra somente 8,6% dos turistas estrangeiros). É certo que para muitos dos nacionais não se tratava da primeira deslocação ao local (77,6 contra 30,0% dos estrangeiros), mas, mesmo assim, as proporções anteriormente apresentadas revelam, claramente, uma maior despreocupação dos turistas portugueses relativamente à informação prévia sobre o local da estada, algo que, de resto, também se relaciona com as razões da mesma, nomeadamente a importância do “Descanso” junto dos visitantes nacionais.

Figura 117 - Locais visitados pelos turistas inquiridos à excepção dos museus, por residência habitual e em percentagem dos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Foi também perguntado aos turistas inquiridos quais os locais que, para além dos museus³¹⁹, tinham visitado no Concelho. Desde logo, para a interpretação dos resultados, importa ter presente que a pergunta se referia a visitas efectuadas em qualquer altura da vida e não, exclusivamente, na estada que deu origem à inquirição. Este pormenor é importante já que ajuda a compreender a razão porque, contrariamente ao que temos vindo a referir sobre os hábitos culturais dos turistas portugueses, estes apresentam uma relação visita/não visita menos desfavorável do que à partida seria de supor. É que, decorrente da maior acessibilidade entre os locais de residência e de estada entre estes, o número de casos em que se verifica uma repetição das deslocações para o local da entrevista e para Silves é claramente superior no contingente nacional (78,8% dos inquiridos portugueses; 24% dos estrangeiros), facto que, à partida, cria condições para um leque de visitas mais denso e diversificado.

³¹⁹ Domínio tratado posteriormente.

E, contudo, as diferenças verificadas entre ambos – nacionais e estrangeiros – são ainda relativamente favoráveis a estes últimos, já que, do total de referências “sim/não”, entre os nacionais registaram-se 36,3% de manifestações de visitas efectuadas (sim), enquanto junto dos estrangeiros 38,2% - algo que se nos afigura de extraordinário e significativo.

Na vertente dos locais mais visitados, contudo, o padrão estrutural é muito semelhante, destacando-se o Castelo de Silves com 37,0% do total das visitas, seguido pela Sé (27,9%), a Fábrica do Inglês (22,2%) e a Cruz de Portugal (12,6%).

7.1.2 – Outros turismos e outros destinos

Já no capítulo anterior, especialmente no contexto da análise prospectiva do Concelho, se afirmou que Silves não é só turismo e que, sobretudo, o turismo em Silves não se estrutura somente em torno da componente balnear associada à faixa litoral.

Como não pretendemos repetir o que, em nosso entender, já foi sobejamente apresentado e assente, iremos, somente, focar a leitura nalguns aspectos mais específicos, com base nos resultados obtidos através do trabalho de campo realizado.

Como é sabido, o património monumental sempre constituiu uma fonte de atracção para turistas e, em tempos mais recuados e no contexto nacional, para os excursionistas. Nesta medida, não é de estranhar que Silves – e especialmente a cidade sede de concelho –, mercê dos argumentos que possui, sempre tenha sido um palco de visitaçao por parte de forasteiros. Isto, mesmo antes, e durante, a fase inicial de descolagem turística do litoral. Aliás, outra coisa não seria de esperar tendo em conta que o Castelo é, conjuntamente com o promontório de Sagres, um dos dois sítios patrimoniais mais visitados actualmente no Algarve.

Mas, também como sabemos, desde esses tempos iniciais do processo de desenvolvimento turístico do Algarve e do Concelho, muita coisa mudou, começando, desde logo, pelo crescimento do turismo interno (que, em certa medida, substituiu as anteriores práticas intensivas de excursionismo baseado na residência habitual) e pela generalização do Sul do País enquanto destino turístico internacional.

E efectivamente quer uma componente quer outra vão convergir, até há relativamente pouco tempo, em janelas espacio-temáticas estreitas: o litoral Sul do País, pela amenidade climática e pelas práticas turísticas que proporcionava; o turismo de Sol e Mar, pela correspondência que este detinha com os parâmetros então existentes sobre o ambiente e as práticas associadas às férias, bem como pela imagem de juventude, saúde e sucesso social que os litorais e as práticas balneares evocavam no imaginário psico-sociológico colectivo.

Como consequência de tudo isto, a dimensão de negócio associada ao turismo organizou-se e organizou a oferta em conformidade, isto é, centrada nos litorais e no trinómio sol, mar e animação balnear, de acordo com os modelos de desenvolvimento económico-territoriais então dominantes nos diversos pontos do globo.

O concelho de Silves, como vimos, não ficou de fora deste processo de afirmação enquanto espaço turístico, bem como de produção e reconstrução dos respectivos territórios em função desta nova janela de oportunidade no âmbito da estruturação económica. Armação de Pêra, em particular, e, posteriormente, os seus territórios adjacentes, são disso, como vimos, exemplos acabados.

Embora este processo não tenha significado que os restantes territórios do Concelho se tenham ermado completamente do ponto de visto do turismo e do recreio dos forasteiros, a verdade é que esteve na base, não só do estabelecimento de fossos e disparidades – na ocupação do território e na geração de riqueza - até aí menos sensíveis (ou existentes com outras geometrias), mas também no estabelecimento de modelos de desenvolvimento territorial díspares e, na maior parte dos casos,

desprovidos de articulação e ligações de complementaridade. Também disto Armação de Pêra serve como exemplo ilustrativo.

Mas a roda do tempo não para. O mundo evolui e, com ele, alteram-se os pressupostos materiais, espaciais e, sobretudo, mentais que formatam a actividade turística. Novos turismos e novos turistas emergem e ganham significado em termos de mercado, passando de pequenos nichos marginais para tendências cada vez mais consolidadas do *mainstream*. Obviamente, as instituições e o negócio do turismo reagem, adaptando-se, promovendo novas engenharias territoriais, multiplicando as apostas e as iniciativas, formatando novos produtos ou acoplando novos módulos aos preexistentes. Também sobre isto já nos referimos anteriormente de forma mais detalhada.

Figura 118 - Arranjos exteriores em São Marcos da Serra



Fonte: fotografia própria.

Neste quadro, embora com o atraso que a inércia e os interesses instalados originaram, mas com a inexorabilidade que a realidade de uma procura mais diversificada e mais exigente inserida num quadro de destinos mais alargado e competitivo impôs, o Concelho de Silves – litoral e interior –, também ele, iniciou uma transformação que, com o turismo como horizonte e pela mão das instâncias autárquicas e grupos oriundos da sociedade civil, se estendeu a outros sectores.

Destacamos, entre estes últimos, as apostas nos sectores culturais e ambientais, ambas inseridas num pano de fundo composto pelo ordenamento do território e pelo desenvolvimento de novos núcleos e processos de dinamismo económico.

No caso do primeiro aspecto são de mencionar um conjunto largo de iniciativas tendo em vista recuperar e valorizar – para o turismo e para as populações locais – o património monumental e edificado do concelho. São disso exemplos, e só para citar alguns mais perto de nós temporalmente falando, a recuperação do Cine-Teatro Gregório Mascarenhas, a transformação do antigo matadouro num centro de cultura islâmica, a nova biblioteca municipal de Silves, o complexo da Fábrica do Inglês, os futuros museu do Traje, do Mar e do Azeite, o ordenamento do espaço interior do Castelo, as campanhas de prospecção e escavações no âmbito arqueológico, entre outros. Mas, como cultura não é somente infra-estruturas e o património material histórico, há que referir, igualmente, o apoio e os incentivos prestados aos “produtores” culturais (associações de defesa do património, associações de cultura e de recreio, grupos desportivos, centros de estudos, ...) e à realização de eventos no âmbito do sagrado e do profano (como, por exemplo, a Feira Medieval, as festas populares espalhadas por todo o concelho, os concertos, as exposições temporárias, bem como a restante multiplicidade de iniciativas, de formatos e âmbitos diversos, que preenchem a agenda cultural do Concelho.

No domínio ambiental, que é difícil de dissociar do ordenamento do território, também bastante tem vindo a ser feito³²⁰ tendo em vista a sua protecção e valorização. Desde logo, avultam as iniciativas em torno do Rio Arade, nomeadamente as que

³²⁰ Alheando-nos da discussão se este “bastante” é suficiente ou insuficiente.

estão previstas no plano estratégico específico e que, entre outras dimensões, levarão ao desassoreamento do leito e ao arranjo das margens, devolvendo, deste modo, funcionalidades perdidas ao Rio e o Rio ao Concelho. Por outro lado, nos domínios territoriais marcados por maior interioridade e ruralidade, é de destacar a acção da “Associação para a Protecção e Desenvolvimento das Serras do Barlavento Algarvio – Viver a Serra”, nos âmbitos da intervenção florestal (nomeadamente através da constituição da Zona de Intervenção Florestal do Arade, na prevenção de incêndios florestais e na protecção do montado de sobro) e no da luta contra a desertificação humana, bem como no da protecção e conservação da biodiversidade. Ainda no domínio do ambiente e do desenvolvimento rural, surge, como referência incontornável, a acção da associação *In-loco*³²¹, a qual tem vindo a desempenhar um papel determinante nas dinâmicas locais da Serra e do Alto Barrocal de Silves desde o PIC LEADER I (1992-95). A acção deste grupo de acção local, plasmada nos três Planos de Desenvolvimento Local correspondentes às anteriores gerações dos Quadros Comunitários de Apoio, fez-se sentir concretamente, através de uma multiplicidade de pequenos investimentos, na qualificação do património natural e construído, na qualificação dos produtos locais, na qualificação dos serviços essenciais à qualidade de vida das populações, na qualificação dos recursos humanos e, igualmente, na promoção dos recursos e dos territórios através de uma imagem de qualidade, tradição e cultura³²². Neste particular, são de destacar projectos como a Quinta Pedagógica e o Museu Etnográfico de São Bartolomeu de Messines e a Unidade Móvel de Saúde de Silves, entre outros.

³²¹ No plano das Associações de Desenvolvimento Local, pela extensão do território que recai na sua área de influência consideraremos fundamentalmente a “In-loco”. Convém, contudo, referir que a associação “Vicentina” também incorpora na sua área de intervenção uma parte do Concelho de Silves.

³²² Do Plano de Desenvolvimento Local “No Coração da Serra do Caldeirão” e dos boletins da ARRISCA+ (Apoio à Revitalização Rural Integrada da Serra do Caldeirão).

Figura 119 - Unidade de alojamento turístico no meio rural



Fonte: fotografia própria.

Estas dinâmicas, associadas às orientações e iniciativas decorrentes da implementação em Silves da Agenda 21 da Cultura³²³ e do Programa Polis, nomeadamente - no caso deste último - do Plano Estratégico “Viver Silves”, bem como dos trabalhos de revisão do PDM e dos vários planos de pormenor que têm vindo a ver a luz do dia, seguramente reforçarão as condições de base que permitem dar conteúdos a um novo modelo de desenvolvimento turístico assente na diversificação de espaços, produtos e mercados.

³²³ Iniciativa promovida pela “Organização Mundial Cidades e Governos Locais Unidos”, tendo como objectivo a criação de uma visão de longo prazo da cultura enquanto pilar do desenvolvimento. Até Junho de 2007, tinham aderido à Agenda 21 da Cultura cinco municípios portugueses: Abrantes, Faro, Gavião, Palmela e Silves (Matoso, Rui, A Agenda 21 da Cultura e a Promoção da Diversidade Cultural nas Cidades, sem data).

Com a oferta diversificada e organizada, beneficiando das novas condições que uma procura em mudança e em busca crescente de autenticidade, tradição, cultura e personalização, novos turismos e novos territórios turísticos emergirão no Concelho. Sobre esta matéria não queremos repetir-nos uma vez que no capítulo anterior já desenvolvemos este tema dentro de um quadro prospectivo. Como tal, iremos somente dar conta daquilo que, em nosso entender, ajuda a confirmar e a legitimar o que então avançamos.

Em matéria de estratégia, das entrevistas que efectuámos junto da Câmara Municipal de Silves (Presidente, Vice-Presidente e Vereador do Turismo, do Desporto e da Cultura, Chefe de Divisão de Planeamento) resultou clara a necessidade de diversificar a oferta turística, a qual, independentemente do Sol e Mar, permita vencer as disparidades intra-concelhias actuais, promover a qualidade e competitividade do sistema turístico concelhio e funcionar como alavanca de desenvolvimento para as áreas mais problemáticas de Concelho.

É neste contexto que, de resto, encontram justificação transversal muitas das estratégias inerentes aos novos instrumentos de ordenamento e planeamento territorial com génese concelhia, parte significativa dos investimentos que têm vindo a ser efectuados (investimentos que permitam a diversificação do Sol e Mar), bem como a integração de Silves em redes supra-municipais como, por exemplo, a rede de cidades sustentáveis, mobilidade com utilização de veículos não agressivos ou a das aldeias turísticas sustentáveis (valorização dos materiais tradicionais e das energias renováveis no sentido de criar quadros de vida e palcos turísticos alternativos – por exemplo, o Pico do Alto, em São Bartolomeu de Messines).

O turismo científico, o turismo em espaço rural e o turismo de natureza em geral, o turismo cinegético, o turismo desportivo, o turismo de saúde e as *meeting industries*, associados ao *touring* cultural e paisagístico, foram os produtos a lançar e/ou a consolidar mais referidos para as áreas de interior. De resto, é de referir que, no âmbito do *touring* cultural e paisagístico, quer à escala da cidade de Silves (que trataremos mais em pormenor posteriormente), quer no quadro do todo concelhio,

existem agora, à disposição dos turistas, excelentes materiais de apoio à visita. Referimo-nos à recente publicação, pela autarquia, do livro “Percurso”³²⁴, sem dúvida um exemplo de um trabalho efectuado no cruzamento do rigor científico com a valia turística operacional muito pouco comum ou, mesmo, ímpar.

Nesta iniciativa que exemplifica projectos concretos de estímulo ao turismo alternativo, para além de um enquadramento biofísico e socio-demográfico do Concelho, são identificados e apresentados, através de mapas, fotografias aéreas e cortes topográficos, 11 roteiros, os quais, só pela sua designação, nos revelam algumas das apostas do concelho em termos turísticos:

- a) O roteiro do Manuelino, a efectuar recorrendo a transporte automóvel, pelas freguesias de Silves, São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra e Alcantarilha.
- b) O percurso das capelas, automóvel e pedestre, pelas freguesias de Silves, em São Bartolomeu de Messines.
- c) O percurso da Fonte do Valinho, desenhado para BTT, na freguesia de Silves, mais precisamente na Serra de Silves.
- d) O percurso cinegético, pedestre, na Freguesia de Silves (Serra de Silves), em torno do Centro Cinegético da Serra de Silves (unidade que permite conhecer a fauna característica da Serra).
- e) O percurso da história, pedonal em meio urbano, que liga os principais monumentos e locais de interesse da Cidade de Silves.
- f) O percurso do Lagoão, pedestre, desenrola-se nas imediações da aldeia de São Marcos da Serra.
- g) O percurso serrano, destinado a veículos todo o terreno, estrutura-se para Nordeste de São Marcos da Serra, chegando, mesmo, a penetrar no Concelho de Ourique.

³²⁴ Câmara Municipal de Silves (2006), *Percurso*, DCTP/SIG, Silves.

- h) O percurso aventura, pedestre, localiza-se no extremo ocidental da Freguesia de Silves e desenvolve-se pela área rural e florestal da Ribeira de Odelouca.
- i) O percurso das barragens, a efectuar com transporte automóvel, liga a Cidade de Silves às albufeiras das barragens do Funcho e do Arade.
- j) O percurso do eucalipto, pedestre, na área a Noroeste da Cidade de Silves, possui um desenho ao estilo dos circuitos de manutenção.
- k) O percurso dos salgados, pedestre e o único litoral, permite dar a conhecer os valores naturais da zona húmida e dunar que se desenvolve para nascente da Vila de Armação de Pêra e penetra na Freguesia de Pêra.

Dentro deste registo do novo turismo que se tem vindo a traduzir no incremento da oferta concelhia através de novos produtos e novas infra-estruturas turísticas associadas, nomeadamente nos domínios do alojamento e da restauração integrados nos contextos culturais e paisagístico locais, mas também através da constituição e disponibilização de módulos acopláveis ao Sol e Mar (que lhe permitirão “refrescar-se” e incrementar as respectivas qualidade percebida e diferenciação competitiva), iremos, de seguida, centrar a nossa atenção no turismo desenvolvido em torno da Cidade de Silves.

Trata-se de uma opção que tomamos por uma questão de economia do discurso expositivo, mas também por três outras razões: i) a cidade de Silves é, claramente, o segundo território turístico do Concelho (no momento e, para nós, com um futuro de crescente afirmação no contexto concelhio); ii) a cidade de Silves é o único território turístico, à excepção de Armação de Pêra, que possui dados quantitativos com significado, no âmbito do turismo, susceptíveis de serem comparados e cruzados com os que o inquérito por nós efectuado revelam; iii) a Cidade de Silves é o palco por excelência onde o turismo converge com a cultura, em geral e os museus, em particular.

Como já tivemos oportunidade de referir e de detalhar, Silves é uma cidade recheada de património monumental, arquitectónico e arqueológico decorrente da sua importante e diversificada história. Em acréscimo, trata-se, igualmente, de uma cidade que, mercê das suas centralidades económicas e administrativas, foi adquirindo, sobretudo após o Século XVIII, uma tessitura humana robusta, complexa e com as capacidades culturais e identitárias necessárias à motorização de dinâmicas de base local.

Neste quadro, é de estabelecer que, do ponto de vista do desenvolvimento turístico, Silves possui as condições necessárias e suficientes para ser uma área de destino privilegiada: dispõe de património susceptível de ser transformado em recursos turísticos e organizado em produtos tematicamente consistentes; possui a massa crítica humana indispensável à concepção e à operacionalização de um processo de afirmação turístico sustentado através do espírito criativo e da iniciativa locais.

Mas, do ponto de vista do turismo, a competitividade dos lugares não se estabelece somente pelo cruzamento dos capitais patrimoniais e humanos. Na verdade, existe uma outra dimensão que, embora imaterial, entra na equação da atractividade dos territórios, a imagem externa que deles evolva.

Neste particular, a Cidade possui um capital que muito dificilmente será ultrapassado por qualquer outra nacional e que, talvez mais do que os outros aspectos referidos, lhe confere uma posição particularmente confortável enquanto destino turístico de futuro. Efectivamente, seja pelo seu passado enquanto centro do saber e das artes, seja pelo enquadramento paisagístico do conjunto urbano coroado pelo castelo cor de sangue, seja pela localização nas margens do Arade, seja, ainda, pela harmonia e quietude que deriva da sua dimensão à escala humana, Silves traduz-se numa imagem forte associada a um centro de cruzamento de culturas – algo particularmente importante e estratégico, o encontro entre cristãos e muçulmanos - num quadro de incomparável beleza paisagística e de esplendor cultural. Curiosamente, nem a sua posterior afirmação enquanto cidade operária viria a esbater esta imagem, antes pelo contrário, associando-se com a sua centralidade numa rica área horto-frutícola, iria

complementá-la enquanto centro de um outro cruzamento, agora de natureza inter-social.

E, contudo, o sector turístico da Cidade continua a manifestar fortes debilidades, facto paradoxal dentro da linha de raciocínio que traçámos. Assim sendo, duas questões se colocam de imediato: i) quais as manifestações que permitem tal afirmação da nossa parte?; ii) quais as razões que explicam essa situação?

No que ao primeiro aspecto diz respeito, convém, de imediato, esclarecer que não atribuímos o adjectivo “debilidade” por razões quantitativas. Na verdade, segundo as estimativas da autarquia tendo por base o ponto mais visitado da Cidade³²⁵, pelo menos 300 mil pessoas³²⁶ rumaram, no último ano, a Silves. Falamos em debilidade pelo facto da esmagadora maioria do contingente de visitantes da Cidade de Silves não ser, na realidade, turistas, mas antes visitantes de curta duração ou, se preferirmos, excursionistas (97,2% dos visitantes segundo o PU de Silves³²⁷). Este aspecto é tanto mais gravoso do ponto de vista económico para o Concelho, quanto sabemos que a esmagadora maioria destes visitantes de curta duração se encontram, efectivamente, alojados fora do Concelho (92,4% dos visitantes³²⁸). Ou seja, em termos práticos são os concelhos limítrofes de Silves aqueles que beneficiam maioritariamente com o esforço e o investimento efectuado nos domínios do património e da cultura, restando para o Concelho e, ainda mais, para a Cidade as pequenas “migalhas” associadas à restauração e bebidas, a uma ou outra mobilização do restante sector comercial e as receitas das entradas pagas nos sítios em que esse regime vigora. Uma situação que patenteia um subaproveitamento efectivo do potencial turístico existente.

Relativamente à segunda interrogação a resposta não se afigura tão linear já que para tal situação (porque ocorre o divórcio entre frequência e estadia) concorrerão vários

³²⁵ Das entrevistas efectuadas. Em 2005, segundo as contagens da autarquia, visitaram o Castelo 170069 pessoas pagantes e 7205 em regime de gratuidade.

³²⁶ Segundo cálculos da edilidade.

³²⁷ Plano de Urbanização de Silves, Câmara Municipal de Silves (2007).

³²⁸ Albufeira 27,4%, Portimão 15,6%, Lagoa 15,4%, Lagos 12,8%, Loulé 11,1 (PU Silves)

constrangimentos de naturezas e pesos diferentes. Entre estes, pelo significado estrutural que lhes atribuímos, destacamos os seguintes:

- a) Desde logo, devido ao facto puro e simples da Cidade deter uma oferta de alojamento extremamente reduzida. Se olvidarmos as pequenas pensões cujo perfil estará mais adequado para os visitantes ligados à pequena actividade comercial do que ao turismo, existe na Cidade somente uma unidade hoteleira, de três estrelas, com a capacidade instalada de 112 camas.
- b) Mas também porque para cerca de 75% dos visitantes a decisão da visita a Silves só foi tomada após a chegada ao Algarve, facto que denuncia que a Cidade ainda não possui a visibilidade e a atractividade externa suficiente (sobretudo tendo em atenção a importante parcela dos visitantes estrangeiros) para constituir o motivo principal a pesar na decisão sobre o local de estadia. Assim, há que reconhecer que a Cidade tem vindo a constituir, sobretudo, um complemento e um factor de competitividade acoplado ao Sol e Mar e, não, um destino final de onde, eventualmente, poderiam derivar incursões ao litoral.

A tudo isto acresce a inexistência, até há relativamente poucos anos, de uma aposta estratégica efectiva no turismo³²⁹ da Cidade por parte das instâncias regulatórias (as quais, tal como a maioria dos instrumentos de planeamento, quando se referiam ao turismo em Silves tinham em mente o turismo no Concelho e as visitas de curta duração na Cidade³³⁰), bem como uma certa dormência global à mistura com alguma falta de sensibilização para o turismo por parte dos agentes económicos.

Estes últimos aspectos são patentes e reconhecidos, expressando-se através dos horários desajustados face às práticas turísticas correntes de muitas unidades

³²⁹ Referimo-nos a turismo na verdadeira acepção da palavra, ou seja com permanência superior a 24 horas.

³³⁰ Com justiça, há que referir que o Plano de Urbanização de Silves é um documento que rompe com esta lógica, até porque se trata de um instrumento de planeamento e gestão territorial que, em nosso entender, encerra um reflexão profunda sobre a Cidade e se estrutura através de padrões de qualidade extremamente elevados.

comerciais, através do encerramento generalizado aos domingos e feriados das mesmas unidades comerciais e de alguns pontos culturais nevrálgicos, pela debilidade da animação turística em período nocturno e, mesmo, pelo não cumprimento dos períodos de abertura divulgados nos respectivos *sites* ou nas agendas culturais³³¹.

Figura 120 - Fábrica do Inglês com o Castelo como horizonte



Fonte: fotografia própria.

Neste sentido se manifesta igualmente o plano de urbanização já mencionado, o qual avança, ainda, como factores críticos para o sucesso do turismo na Cidade a sazonalidade verificada em torno do Verão e da Páscoa, o insucesso na fidelização dos fluxos turísticos, a excessiva dependência face ao mercado internacional e, sobretudo, face ao Reino Unido e Alemanha, o desequilíbrio muito acentuado em termos de visitas efectuadas aos diversos locais de interesse da Cidade e, também, o

³³¹ Veja-se o caso da Fábrica do Inglês, anunciada como estando aberta todos os dias e efectivamente encerrada ao Domingo ou, mesmo, o caso do Museu da Cortiça, que também divulga um horário de abertura contínuo e que, efectivamente, fecha as portas também à Segunda-feira (da experiência do autor ocorrida no mês de Janeiro de 2008).

estrangulamento das acessibilidades ao longo do eixo Messines/Silves, dificultando a fluência para esta última localidade dos fluxos oriundos de Norte (A2).

O mesmo Plano de urbanização avança um conjunto de propostas tendo em vista a melhoria das condições de enquadramento do desenvolvimento turístico da Cidade. Entre estas, sublinhamos pelo seu carácter estratégico e mais globalizante: a qualificação e melhoria das condições de utilização do património fluvial associado ao Rio Arade, a requalificação urbana do núcleo histórico, o aumento da capacidade de alojamento hoteleiro, a reformulação das condições de visita e fruição dos equipamentos e sítios culturais, a melhoria e adequação do aparelho comercial à função turística, o aumento da acessibilidade Messines/Silves, a promoção das complementaridades entre os locais de valor patrimonial, o desenvolvimento de circuitos temáticos intra-urbanos, a promoção das *meeting industries*, o estímulo e o apoio à organização de eventos com valia turística, a promoção da restauração local numa lógica de qualidade e diferenciação gastronómica, o apoio às actividades artesanais e aos produtos tradicionais.

Tendo o anterior como pano de fundo, procuraremos, de seguida e recorrendo a informação recolhida directamente junto dos visitantes da Cidade, não só confirmar/justificar as considerações efectuadas e as iniciativas em carteira, mas também avançar com complementos que permitam detalhar e concretizar essa mesma informação.

Iniciamos este retrato da situação actual do turismo na Cidade através de duas contribuições externas enquanto referentes do sistema turístico local: no caso da oferta, “a trilogia Castelo-Núcleo Histórico-Arade constitui o principal elemento de atracção” (PU de Silves: 158); no da procura “o perfil do turista (...) traduz-se, num turista com motivação cultural que vem em excursão, apesar de já surgirem alguns em viatura própria” (Gonçalves³³², 2003³³³).

³³² Alexandra Rodrigues Gonçalves – Mestre em Gestão Cultural. Professora da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.

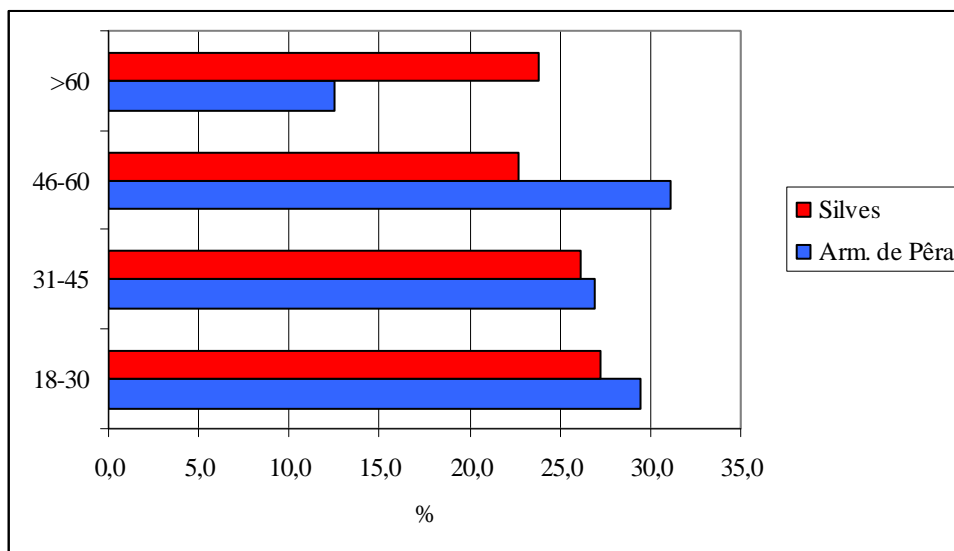
Embora o inquérito por nós efectuado em Silves não permita retirar conclusões com um significado estatístico representativo (88 inquiridos), tentaremos extrair algumas linhas de caracterização a título indicativo. Acresce, ainda, referir que estruturaremos esta análise numa óptica comparativa relativamente aos resultados obtidos em Armação de Pêra, razão porque só nos referiremos aos aspectos que emergiram com contrastes encerrando um significado turístico evidente e relevante e que, ao mesmo tempo, complementem e reforcem o que já foi referido anteriormente sobre a matéria em causa.

Desde logo, interessa ter presente que na estrutura dos turistas inquiridos, o contingente estrangeiro apresenta valores mais relevantes em Silves do que em Armação de Pêra (33% na Cidade, contra 25,6% na Vila), algo que, de resto, seria de esperar dentro das condições de época baixa (na verdade, até valores mais elevados de estrangeiros, caso o inquérito não tivesse sido levado a efeito no Carnaval). Ainda no plano dos estrangeiros inquiridos é, igualmente, de assinalar a maior relevância dos turistas provenientes do Reino Unido (18,2% do total dos inquiridos em Silves), algo que, pelo menos parcialmente, encontrará explicação no superior significado das chegadas em grupos organizados à Cidade, modalidade que, como é sabido, se compatibiliza com os pacotes turísticos em que muitos dos cidadãos deste país se deslocam ao Algarve (17,1% dos inquiridos em Silves; 4,5% em Armação de Pêra).

Por outro lado, interessa, também, relevar a estrutura etária mais envelhecida dos turistas de Silves, muito especialmente dos maiores de 60 anos (12,5% dos inquiridos em Armação de Pêra e 23,9% dos incluídos em Silves), tanto no segmento nacional como no estrangeiro.

³³³ Gonçalves, Alexandra Rodrigues (2006), *A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto “Sol e Praia”, o caso de Faro e Silves*, GEPE-IFT, Lisboa.

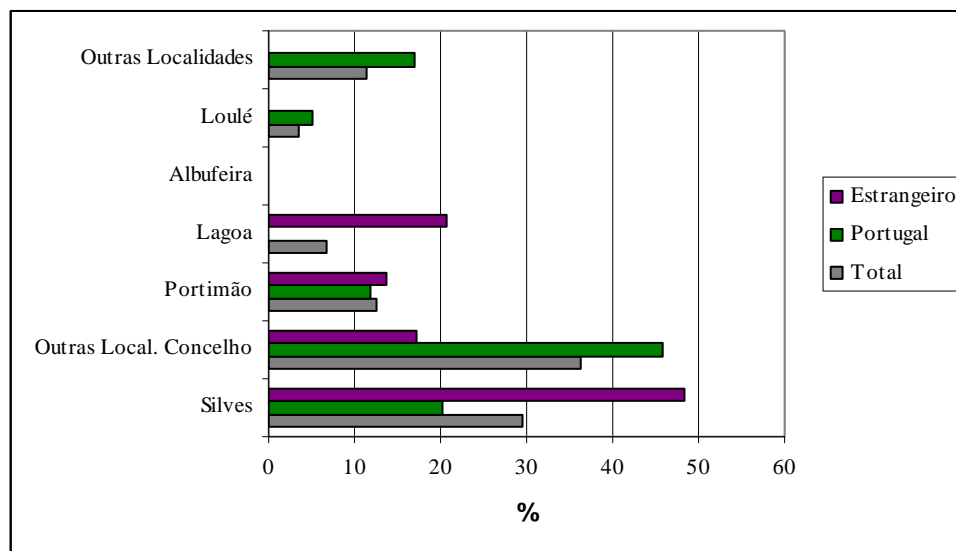
Figura 121 - Turistas inquiridos em Silves e Armação de Pêra, por grupos etários e em percentagem dos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Contrariamente ao que, à partida, esperávamos encontrar atendendo à feição cultural associada ao turismo da cidade de Silves, os níveis de escolaridade registados entre os turistas deste local são mais baixos do que os verificados em Armação de Pêra, seja no campo dos visitantes nacionais, em que predomina o grupo das qualificações ao nível do básico (39% do total), seja no dos visitantes estrangeiros, entre os quais se regista uma supremacia das qualificações dentro do grupo de instrução “secundária” (62,1% do total dos não nacionais). Algo que, possivelmente, as anteriores diferenças etárias registadas poderão, pelo menos parcialmente, explicar e que, de resto, apresentam continuidade para a situação profissional, item em que os não activos em visita a Silves, muito especialmente os reformados, ganham relevância (40% entre os visitantes de Silves; 29% entre os de Armação de Pêra).

Figura 122 - Locais de alojamento dos turistas em Silves, por nacionalidade e em percentagem dos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

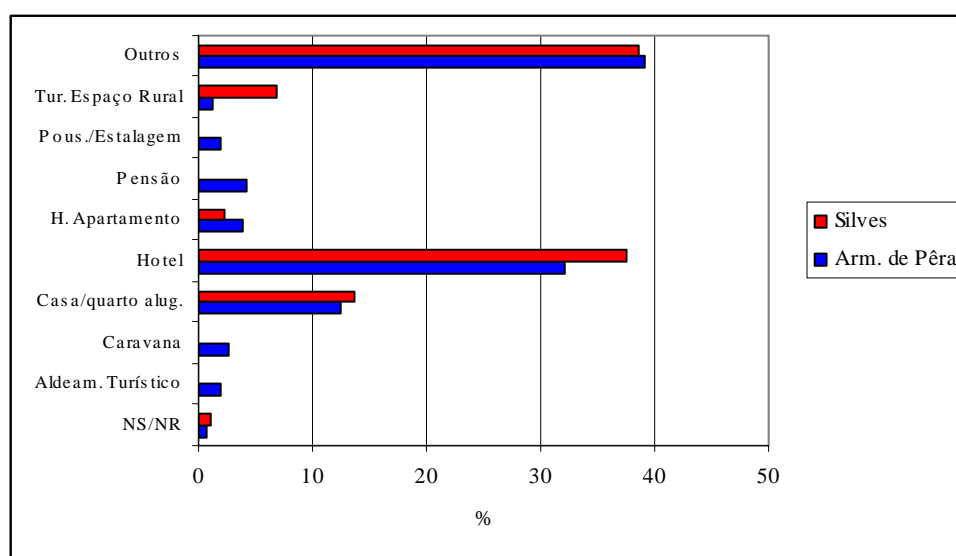
De forma divergente do que o inquérito citado no PU de Silves apresenta³³⁴ (um número extremamente escasso de visitantes de curta duração alojados na Cidade e, mesmo, no Concelho) os resultados por nós obtidos são um pouco mais animadores em matéria de mobilização das infra-estruturas de alojamento na Cidade e no Concelho. Efectivamente, cerca de 30% dos inquirido estavam alojados na Cidade, aumentando este número para quase 50% no caso dos turistas estrangeiros. Continuando a ter valores de absorção dos turistas muito inferiores relativamente aos verificados em Armação de Pêra e não estando nós perante números que resultam da fraca representatividade do inquérito – ou da altura específica em que foi levado a efeito – trata-se de um sinal positivo para a cidade de Silves. Aliás, a abertura, em 2000, do Hotel Colina dos Mouros³³⁵, bem como a sua recente renovação constituíram

³³⁴ Com base em inquérito aos visitantes da Cidade no início da actual década, na sua maioria visitantes de curta duração, vulgo excursionistas.

³³⁵ Tivemos, aliás, a oportunidade de constatar presencialmente no hotel o movimento de turistas estrangeiros em época baixa, muito em especial os que aí chegavam em viagens organizadas.

um passo fundamental para este processo já que, de alguma forma, contribuíram para atenuar uma das grandes debilidades turísticas da Cidade: a escassez e a falta de qualidade da sua oferta de alojamento.

Figura 123 - Meios de alojamento utilizado pelos turistas em Silves e Armação de Pêra, em percentagem dos totais



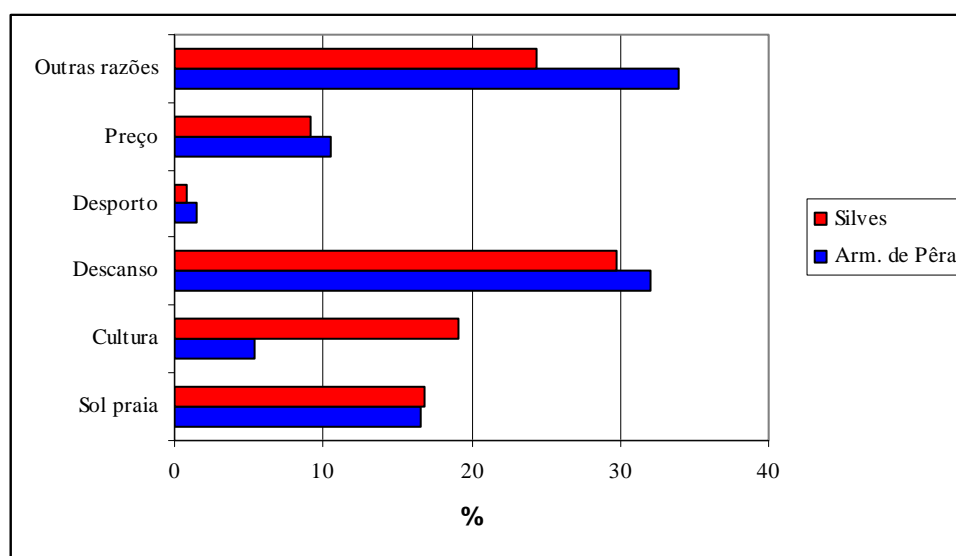
Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

As modalidades de alojamento registadas não diferem grandemente das que tivemos oportunidade de verificar em Armação de Pêra, sendo as oscilações explicadas através do maior peso relativo, na cidade de Silves, do continente estrangeiro face ao nacional. Entres estas, são de relevar o acréscimo ocorrido no domínio dos hotéis e, sobretudo, nos meios de alojamento associados ao Turismo em Espaço Rural, os quais, como se sabe, exercem, pelo preços praticados e pelo ambiente oferecido, uma atracção superior sobre o mercado estrangeiro.

Nas razões subjacentes às deslocações, para além de outras pequenas diferenças registadas, merecem destaque duas constatações: a manutenção, embora com valores percentuais mais reduzidos (excepto entre os estrangeiros), da motivação “Descanso” como a grande via de atracção dos turistas até à Cidade; o aumento verificado da

razão “Cultura”, a qual ascende a segundo lugar em detrimento do “sol praia”³³⁶. Nos dois casos, algo que seria previsível tendo em conta o facto da Cidade ser, para além de um destino comparativamente sossegado em relação ao litoral³³⁷, um repositório monumental e patrimonial.

Figura 124 - Razões que motivaram as deslocações em Armação de Pêra e Silves, em percentagem dos totais de referências



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

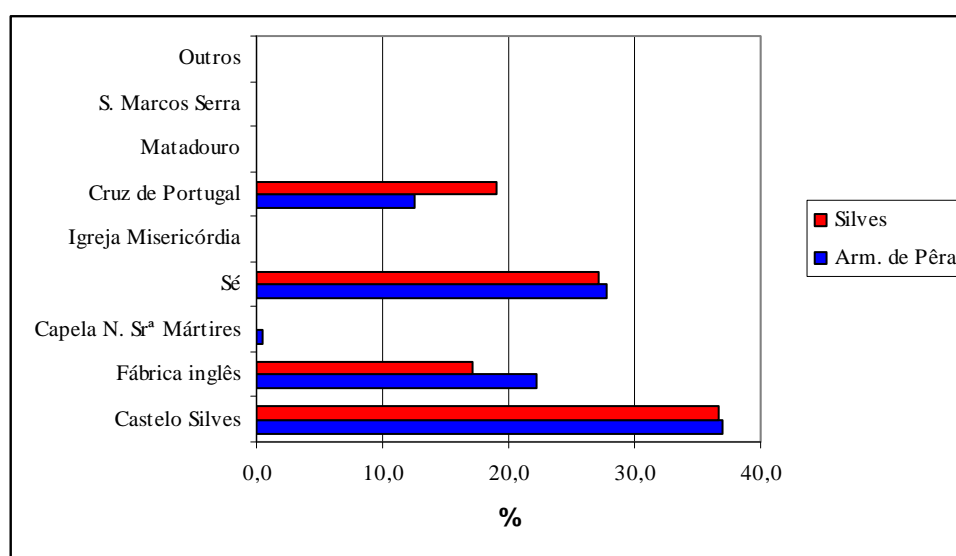
No domínio dos apoios informativos à visita, como seria de esperar atendendo às características dos lugares considerados, a preocupação com a informação turística é bastante mais evidente na Cidade de Silves. Este facto, expressa-se por apenas 1/3 dos inquiridos referir que não tinha utilizado qualquer apoio informativo (prévio ou durante o acto de visita), contra os 56% que foram contabilizados em Armação de Pêra. Algo que, desde logo, nos permite estabelecer pistas no sentido de concluir por uma maior exigência com a informação turística nos locais de vocação turística e cultural.

³³⁶ Não incluindo a razão “Outras”.

³³⁷ É certo que, sobretudo, em época alta.

Por outro lado, é interessante igualmente registar que a informação turística ministrada presencialmente por um acompanhante qualificado é bastante superior entre os turistas de Silves do que entre os de Armação de Pêra (15,3% do total dos inquiridos em Silves; 3,8% na vila do litoral), facto que nos remete para a importância das visitas organizadas na composição do espectro turístico da Cidade.

Figura 125 - Locais patrimoniais³³⁸ visitados pelos turistas de Armação de Pêra e Silves, em percentagem dos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Para além das visitas aos museus, quase todos os turistas entrevistados (97,7% e 100% entre os nacionais), frequentaram, pelo menos, um dos sítios patrimoniais da Cidade/Concelho, quantitativo significativamente superior ao que se registou junto dos turistas em Armação de Pêra (34,6%). Sendo um facto que está longe de ser surpreendente tendo em conta o produto turístico da Cidade, não deixa de reforçar a importância dos monumentos e do restante património histórico enquanto vectores chave da composição turística de Silves como local de destino.

³³⁸ Excepto os museus que serão alvo de tratamento posterior.

Já quanto à estrutura da procura patrimonial ela é muito semelhante à registada entre os inquiridos em Armação de Pêra, destacando-se o conjunto Castelo/Sé, seguido pela Cruz de Portugal e pela Fábrica do Inglês. Todos os restantes locais considerados como modalidades possíveis de resposta não registaram quaisquer manifestações de visita, algo revelador, não só da concentração de visibilidade e atractividade que esses sítios associam, mas também da necessidade de reforçar a sinalização e a informação turística incidente sobre os restantes.

7.2 – Os museus em Silves

Seguindo o rumo anteriormente estabelecido, centraremos agora a nossa atenção no panorama museológico do Concelho. Interessa, contudo, deixar estabelecidos alguns princípios de orientação que nos servirão de referência:

- a) Abordaremos as várias instituições museológicas dentro de uma perspectiva contextualizada no tema que elegemos e temos vindo a desenvolver. Isto quer dizer que o aprofundamento que conferiremos à dimensão museológica concelhia será, porventura, menor do que aquilo que, à partida, será de esperar encontrar numa dissertação apresentada dentro do âmbito específico da museologia. Neste particular, convém lembrar que o “raio de eficiência” temático escolhido engloba três dimensões analíticas principais, sendo, portanto, um trabalho “com” museologia e, não, um trabalho “de” museologia. Por outro lado, acresce ainda sublinhar que entendemos este ponto específico como um complemento ilustrativo – e demonstrativo – de tudo aquilo que neste domínio específico foi anteriormente avançado.
- b) Consideraremos todas as instituições museológicas recenseadas no Concelho enquanto tal. Não obstante, daremos maior atenção àquelas que, pela sua visibilidade e significado, corporizam as referências incontornáveis da intervenção museal de Silves.

- c) Estamos cientes de que, para além das referências que incluímos dentro do conjunto “museus”, existirão outras instituições no Concelho que, de uma forma ou de outra, recorrerão - com maior ou menor frequência - a formas de comunicação características da museologia. Estão neste caso todas aquelas que concebem e/ou operacionalizam exposições temporárias (caso, por exemplo, do Centro de Estudos Luso Árabes/antigo matadouro, a FISSUL, o Teatro Mascarenhas Gregório, o Racal Club, ...). Todas estas infra-estruturas/instituições, pelas razões invocadas na alínea a), embora já referenciadas anteriormente enquanto agentes culturais do Concelho, não serão consideradas neste segmento do trabalho.
- d) Não procuraremos, a todo o custo, a exaustividade, admitindo que possam vir a subsistir lacunas e desequilíbrios na apresentação que efectuaremos. Neste caso, tratar-se-ão de reflexos a jusante de incapacidades - que assumimos – para motivar os actores a montante. Em qualquer caso, pensamos que o cruzamento dos vários processos de recolha de informação poderão colmatar esses eventuais pontos fracos, sobretudo tendo em conta que nos interessa não tanto o detalhe desta ou daquela instituição – desde que não sejam referentes fundamentais – mas, principalmente, a visão de conjunto.

Finalmente, importa referir que a informação de base utilizada na elaboração deste ponto tem como fontes, para além da que estava previamente recolhida, compilada e disponível, as recolhas directas por nós efectuadas: as observações directas das instituições, o inquérito aplicado aos turistas – em Silves e Armação de Pêra - e as entrevistas aos actores considerados pertinentes e disponíveis para o efeito.

7.2.1 – Silves e os museus

Embora o Concelho de Silves seja reconhecidamente – e merecidamente – tido como um território de cultura, a verdade é que até há bem pouco tempo não dispunha de qualquer estrutura museológica, mesmo na sua cidade sede.

Contudo, tal facto não deve ser tomado como sinal de menor actividade cultural, já que os museus no Algarve foram, até ao advento do 25 de Abril de 1974, infra-estruturas praticamente inexistentes (salvo o Museu Arqueológico do Algarve³³⁹, fundado em 1915, e actualmente Museu Municipal de Faro e o Museu Municipal de Tavira, fundado em 1940³⁴⁰) e, também, porque a produção e o consumo cultural não se esgotam nos museus e, muito menos, nas instituições de carácter estatal ou autárquico.

Efectivamente, como refere Maria das Dores Jorge de Goes³⁴¹ (1998³⁴²: 21 e 45) “Além das agremiações de natureza económica, ligadas às várias actividades do concelho, o Sindicato dos Corticeiros, a Casa do Povo, o Grémio do Comércio, havia umas tantas colectividades de carácter cultural e recreativo.”, tendo mais tarde nascido outras “agremiações que tentam defender os interesses da terra, do ponto de vista do património e também abrir novos horizontes nas artes, nas letras, na ciência.”. Isto, diga-se, não só na cidade de Silves a que a autora se refere, mas também nas várias freguesias do Concelho, como foi e é o caso, a título meramente ilustrativo, do Clube de Futebol “Os Armacenenses”, em Armação de Pêra, ou do Clube do Trigo, em São Marcos da Serra.

De qualquer forma, não é despiciendo no plano das prioridades estratégicas no domínio dos investimentos públicos que o primeiro museu do Concelho só tenha sido inaugurado em 1990, tanto mais quanto sabemos estarmos num território de vocação turística e, ainda, numa área de riqueza patrimonial e arqueológica de eleição. De resto, também não será de desconsiderar o facto da iniciativa do estabelecimento deste primeiro museu no Concelho se ficar a dever, antes de mais, ao resultado das prospecções arqueológicas levadas a efeito na almedina, muito em particular à descoberta do poço-cisterna árabe, o qual organizou a estruturação (e a necessidade)

³³⁹ Antigo Museu Lapidar do Infante D. Henrique.

³⁴⁰ Rede Portuguesa de Museus.

³⁴¹ Maria das Dores Jorge Goes – licenciada em histórico-filosóficas, professora, em Silves, do ensino técnico, preparatório e secundário.

³⁴² Goes, Maria das Dores Jorge (1998), *Silves, Naquele Tempo ... e Agora (1956-1997)*, Câmara Municipal de Silves, Silves.

do mesmo museu. Sobre a matéria discorre Domingues³⁴³ (2002³⁴⁴: 84) da seguinte forma: “No interior da Almedina, (...), foi descoberta, por 1980, ao procurar-se o significado de um velho subterrâneo, algo misterioso, que despertava sempre a curiosidade dos jovens, dados a imaginar coisas fantásticas, nada mais nada menos que uma escadaria de planta subquadrangular que desce sempre em sentido helicoidal, no centro da qual se encontrou um poço de estrutura cilíndrica.”. É caso para dizer que, neste caso, a realidade suplantou a imaginação dos “jovens” e, em última análise, serviu de catalizadora e embrião da museologia do Concelho.

Daí para a frente, o naipe de museus - iniciado como vimos através do Museu Arqueológico – foi ganhando em quantidade e diversidade.

Anos mais tarde, em 1997, ainda resultante da iniciativa autárquica, é inaugurada, em São Bartolomeu de Messines, a Casa-Museu João de Deus, a qual, em articulação directa com a Associação do mesmo nome, pretende divulgar a vida e a obra do poeta e pedagogo, ao mesmo tempo que prestar um leque alargado de serviços relevantes para a comunidade local. Tendo em atenção a contextualização da mesma infraestrutura (casa onde João de Deus nasceu e passou a fase inicial da juventude), as fases precoces da sua vida estão especialmente documentadas, embora longe de representarem a exclusividade do acervo exposto.

Em 1999, no contexto de um projecto mais vasto de recuperação e valorização de uma antiga unidade industrial (Fábrica do Inglês ou, mais propriamente, a fábrica da firma Avern, Sons & Barris), surge o Museu da Cortiça. Trata-se de uma componente de um parque de animação e lazer, que pretende fazer convergir, num mesmo espaço de tradição e modernidade, a actividade comercial ligada ao ramo da restauração e bebidas, a organização de eventos pontuais de grandes dimensões (feiras, espectáculos, desfiles, exposições temporárias, entre outros), a animação quotidiana de rua e a dimensão museológica. Nas palavras do coordenador geral do projecto de

³⁴³ José Domingos Garcia Domingues – licenciado em histórico-filosóficas, professor, jornalista e arabista natural de Silves.

³⁴⁴ Domingues, J. D. Garcia (2002, 2ªEd.), *Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, Câmara Municipal de Silves, Silves.

musealização da Fábrica do Inglês, Jorge Custódio³⁴⁵ (1999³⁴⁶: 17), “a concepção museal que se encontra imanente a todo o projecto envolve, desde a recriação do ambiente industrial vivido pela antiga unidade corticeira, até à configuração de um espaço de cultura e animação, onde a produção do património industrial e cultural têm um lugar de relevo.

Em 2001, na sequência de um projecto - também mais amplo (Quinta Pedagógica da Serra de Silves) - de estruturação de um espaço educativo tendo uma antiga quinta dos inícios do Século XX como palco, é estabelecido o Museu Etnográfico de Silves, o qual consubstanciou uma candidatura e o respectivo financiamento no âmbito do PIC LEADER+. Curiosamente, interessa sublinhar que a sua entidade tutelar, a autarquia, considera esta estrutura museológica como uma forma de enquadrar a quinta pedagógica, sendo, no entendimento que deriva da nossa interpretação das entrevistas realizadas, um complemento cuja funcionalidade o aproximará do “museu do tempo” incluído conceptualmente nas perspectivas ecomuseológicas.

Finalmente, em 2002, surgem duas outras estruturas museológicas (ou paramuseológicas) com géneses algo semelhantes. Trata-se de dois projectos privados que se estruturam em torno da oferta de comércio e serviços em contexto cultural (em certa medida na linha da Fábrica do Inglês).

- a) A Capela das Artes, situada na Quinta da Cruz, Freguesia de Alcantarilha. Na sua essência é um complexo turístico-cultural estruturado em torno de um hotel rural de charme³⁴⁷ com 30 quartos³⁴⁸ que ocupa uma casa senhorial do século XV, antiga propriedade da família Mascarenhas Neto e assento de lavoura de uma antiga exploração olivícola. Paralelamente, desenvolve uma actividade cultural reconhecida como relevante pelo Ministério da Cultura,

³⁴⁵ Jorge Custódio – Historiador e museólogo. Um dos pioneiros no processo de afirmação da arqueologia industrial e da “museologia dos fenómenos industriais” em Portugal.

³⁴⁶ “Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês”, in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Exposição Permanente, Estudos e Catálogo*, (1999), Fábrica do Inglês S. A., Silves.

³⁴⁷ Não referenciado como TER no Guia do Turismo em Espaço Rural da antiga Direcção Geral de Turismo (na verdade, em Silves, somente duas unidades aí se encontram presentes: a Casa do Cata-vento – Casa Rural; a Quinta da Figueirinha – Casa Rural/Agroturismo).

³⁴⁸ Encerrado de Dezembro a Fevereiro.

seja para os hóspedes, seja para a população residente. No sentido de dar resposta a este domínio específico, dispõe de uma galeria de exposições permanentes no edifício principal com obras de Angel Núñez Echazú³⁴⁹, uma sala polivalente destinada à realização de conferências e concertos com a capacidade para 100 pessoas, uma sala de conferências com capacidade para 80 pessoas no edifício do lagar, três salas de exposições temporárias, uma capela privada particularmente interessante e um museu. Este último, localizado no edifício do lagar, expõe um conjunto de peças relacionadas com a extracção do azeite, seja por métodos tradicionais, seja por métodos mais modernos (foi o primeiro lagar a vapor instalado em Portugal - 1942).

- b) A Quinta dos Avós, situada na Freguesia do Algoz, assente economicamente no fabrico e comercialização de doçaria conventual. Este complexo de serviços e de cultura possui um salão de chá - com enorme procura por turistas e locais - que possui, igualmente, valências expositivas, um jardim botânico povoado por espécies características do Algarve, um centro de ioga de recente abertura (2005) e um espaço museológico. Este, instalado em casa própria para o efeito, expõe peças ilustrativas da vida quotidiana do Algarve rural desde os inícios do século XX. Estão patentes, igualmente, um conjunto de carroças de tracção animal características da Região, bem como alfaias e outra utensilagem agrícola.

³⁴⁹ Angel Núñez Echazu - médico psiquiatra e pintor de origem argentina. É o responsável pelo projecto da Capela das Artes, o qual contou com os apoios do Fundo de Turismo, da União Europeia, do Ministério da Cultura e da autarquia de Silves.

Figura 126 - Interior do Museu Rural da Quinta dos Avós, Algoz



Fonte: fotografia de Manuel Moreira

Figura 127 - Interior do núcleo museológico da Capela das Artes, Alcantarilha



Fonte: fotografia de Manuel Moreira

Embora num quadro de significado endógeno diverso, importa, ainda, referenciar o facto de existirem áreas em Silves que integram iniciativas museológicas de carácter extra-concelhio.

São os casos do:

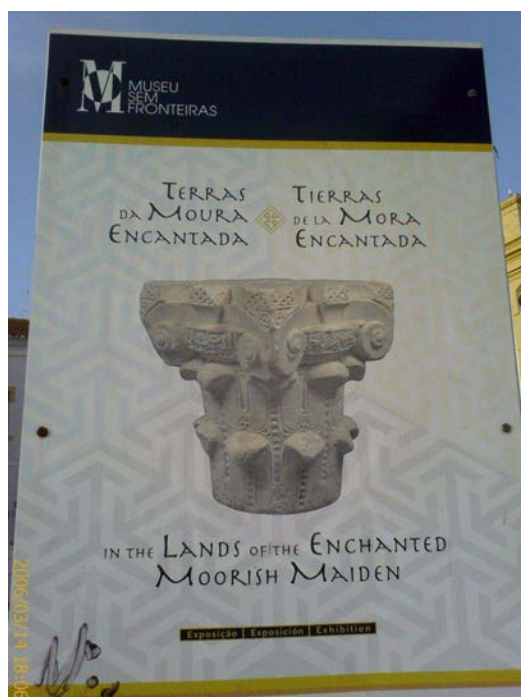
- a) Museu sem Fronteiras – itinerário “Terras da Moura Encantada”. Consiste num projecto que se baseia num formato expositivo inovador em que o visitante é conduzido, através de um suporte informativo robusto (itinerário da exposição), pelo espaço euro-mediterrânico, ele próprio concebido como se de um grande museu aberto se tratasse³⁵⁰. Este território é dividido em “salas”, as quais correspondem aos vários itinerários que estruturam o Museu e que estão devidamente assinaladas através de sinalizadores informativos. Trata-se, no fundo, de uma concepção museológica flexível que combina a ideia de Museu sem os confinamentos dos espaços fechados com a dimensão de estruturação em rede dos sítios patrimoniais de interesse temático. Neste quadro, o visitante define os seus circuitos geográficos próprios, os tempos e ritmos de visita apropriados, os níveis de profundidade com que as visitas são efectuadas e, mesmo, as vertentes privilegiadas dos itinerários-exposição. A “sala” “Terras da Moura Encantada” foi a primeira produção do Programa de Incremento do Turismo Cultural, estruturado em 1997. Tem como área geográfico-cultural o “Gharb-al-Ândaluz”, incide sobre a herança patrimonial islâmica e contou com o apoio de diversas instituições oficiais ligadas à cultura e ao turismo, bem como da União Europeia através da “Acção Piloto de Cooperação Portugal/Espanha/Marrocos sobre Ordenamento do Território e Património Cultural³⁵¹”. No Concelho, o percurso inicia-se em Silves (percurso VIII do

³⁵⁰ A concepção do projecto global é da autoria da Asociación Museos sin Fronteras (Madrid).

³⁵¹ Decisão da Comissão de 25 de Novembro de 1998. Dotada com uma contribuição FEDER de 5 milhões de euros, a acção piloto contemplou três sub-acções temáticas: investigação, inventariação e troca de experiências; estudos de recuperação do património, de ordenamento do território e de valorização económica; acções piloto de valorização económica do património.

guia³⁵²) e termina, já fora do mesmo, em Monchique e Porches (percurso opcional). Como pontos de referência são considerados o Castelo e as respectivas muralhas, bem como o Museu Municipal de Arqueologia.

Figura 128 - Sinalizador do itinerário/exposição (nascente da Praça Al'Muthamid)



Fonte: fotografia própria.

b) Ecomuseu Rural da Serra Algarvia

Durante o ano de 2000 foi celebrado um protocolo entre a Delegação Regional da Cultura do Algarve e a Associação In-Loce, com o fito de, entre outras iniciativas, promover o “projecto estruturante” do Ecomuseu Rural das Serras do Algarve. Este Ecomuseu teria como área de influência a Serra do Caldeirão e teria vários núcleos piloto, um dos quais em Silves. Os seus objectivos foram estabelecidos como sendo “a promoção da valorização do património cultural,

³⁵² Museu sem Fronteiras (1999), *Itinerário/exposição Terras da Moura Encantada, Arte Islâmica em Portugal*, Civilização Editora, Porto.

do património natural e das práticas do mundo rural algarvio e assim contribuir para a melhoria das condições de vida da sua população e para o ordenamento do seu território”³⁵³.

O turismo é considerado uma vertente estratégica para atingir os objectivos atrás enunciados já que, dentro de uma óptica de sustentabilidade, encerra em si o potencial para articular cultura, paisagem e desenvolvimento. O Ecomuseu Rural das Serras Algarvias, ainda em estado inicial, poderá vir a desempenhar um importante papel na articulação e no estabelecimento de uma lógica de integração entre as múltiplas iniciativas concretas e particulares que se vêm desenvolvendo na sua área de influência.

Para além das estruturas museológicas acima referidas, é importante ter em conta que outras se encontram em realização ou em carteira, facto que nos confirma, não só que os caminhos da museologia em Silves estão longe de chegar ao fim, mas também que os museus são entendidos – pela autarquia – como uma via de promoção do desenvolvimento local das áreas menos favorecidas do Concelho e como uma forma de estabelecer complementaridades entre a cultura e o turismo, rumo a uma diferenciação, diversificação e qualificação deste último³⁵⁴. Entre estes projectos, destacamos:

- a) O Museu do Mar, a estabelecer em Armação de Pêra nas antigas instalações da Guarda Fiscal/GNR localizadas na Fortaleza. Será uma unidade museológica que sublinhará a ligação histórica - e actual - da localidade ao Mar. A actividade pesqueira terá, tanto quanto foi possível apurar, um lugar de destaque no programa expositivo. Interessa, ainda, relevar dois aspectos: um, que se prende com o adiamento sucessivo deste projecto; outro, que se reporta à importância do mesmo, seja como referente e revigorante das memórias e da

³⁵³ (extraído de “Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia”, comunicação de Paulo Carvalho - Centro de Estudos Geográficos de Coimbra - ao 1º Congresso de Estudos Rurais, 2001)

³⁵⁴ Entrevistas efectuadas à presidência e vice-presidência da C. M. de Silves.

identidade territorial das populações locais, tão agredidas e erodidas pela avalanche turística, seja como símbolo de uma nova oferta turística, confinada até ao momento nas estreitas veredas do “sol e mar” mais pobres e desinteressantes.

- b) O Museu do Traje, a instalar em São Bartolomeu de Messines e em fase avançada de concretização. O projecto, que resultou de uma parceria estabelecida entre a C. M. de Silves e o Rancho Folclórico local, incidirá sobre os usos e costumes da Freguesia, em particular, e do Concelho e Região, em geral. Pretende-se com o mesmo, para além de estimular a penetração turística para o interior do Concelho com os inerentes impactos ao nível do desenvolvimento, dar conta da grande diversidade etnográfica do passado, bem como dos seus reflexos no presente.
- c) O complexo do Museu do Azeite, em São Marcos da Serra, outro projecto cuja concretização tem tardado e cuja concretização não se afigura para breve. Neste, para além do espaço museológico propriamente dito consagrado à fileira produtiva do azeite, estão previstos outros elementos complementares tendo em vista não só robustecer a atractividade do conjunto, mas também garantir a sustentabilidade da sua base económica. Falamos de uma estalagem tematicamente integrada a instalar num antigo lagar e fábrica de cortiça, bem como de espaços destinados à realização de eventos pontuais ou sazonais (feiras, por exemplo a do folar) susceptíveis de atrair turistas e residentes. Mais uma vez se refere a importância deste projecto tendo em vista estimular a aldeia serrana em que se localiza, a qual, embora de uma rara beleza e tipicidade, se encontra afastada das rotas turísticas com potencial significado ao nível da motorização da economia local.
- d) Museu de sítio da Arrochela, tendo em vista intensificar a promoção do potencial patrimonial e turístico da área peri-urbana de Silves. Tal como a designação sugere, será uma infra-estrutura edificada nos locais dos achados arqueológicos, a qual poderá, através de efeitos de complementaridade,

reforçar a atractividade do próprio museu arqueológico já existente. O local fica situado a 2 Km de Silves, correspondendo a um povoado de génese islâmica que terá subsistido até ao século XV altura em que foi abandonado. Até ao momento, as escavações efectuadas revelaram os vestígios das habitações, bem como conchas de bivalves e cerâmica bastante variada (Gomes, 2002). Esta estrutura museológica encontra-se em fase de proposta no âmbito do PU de Silves.

- e) O Geomuseu da colina do Castelo de Silves, destinado a divulgar o património geomorfológico existente, nomeadamente um leque aluvial situado a Sul da Caixa de Água. “O leque aluvial enquanto depósito permite análise paleográficas, climáticas e hidrológicas, pelo que se constitui como um elemento de grande interesse científico e didáctico. Por seu lado, o Monte de Silves é um testemunho da evolução dos diferentes fenómenos biofísicos presentes na história deste território.” (PU de Silves (2007): 164³⁵⁵).

7.2.2 – Os museus de Silves

Através do inquérito efectuado aos visitantes foi possível determinar que a mobilização das estruturas museológicas do Concelho é relativamente fraca já que somente 24% dos inquiridos manifestaram ter visitado pelo menos um museu em Silves, em qualquer momento da sua vida. E dizemos fraca porque este número é, precisamente, o mesmo que no “European Cultural Values Eurobarometer”³⁵⁶ corresponde à percentagem dos portugueses que visitaram pelo menos um museu em 2007. Neste medida, se pensarmos que o nosso inquérito se refere a visitas efectuadas em qualquer altura e, ainda, que no universo dos inquiridos se contam estrangeiros (cujos países detêm percentagens de frequência bastante mais avultadas), não podemos efectuar outra apreciação valorativa.

³⁵⁵ Volume I, Capítulo 3.

³⁵⁶ Ver ponto 4.3.

Ainda assim, merecem, nesta matéria, um especial destaque o Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês (18,3% já visitaram e 19,8% manifesta intenções de visitar), bem como o Museu Arqueológico (7,5% visitaram e 11,8% desejam visitar). Todas as restantes estruturas museológicas são desconhecidas ou indiferentes face aos visitantes inquiridos, já que, de todos eles, somente foi possível apurar uma visita ao Museu da Capela das Artes e, em acréscimo, nenhum respondente expressou o interesse por as visitar num futuro próximo. Acresce referir que estes quantitativos corroboram, quase em absoluto, as informações recolhidas através das entrevistas efectuadas.

Neste quadro, restringiremos a nossa análise detalhada dos museus do Concelho na base de dois vectores de selecção:

- a) Os museus que, pelos quantitativos de afluência de público nacional e estrangeiro, podem ser considerados como uma verdadeira ponte entre as dimensões cultural e turística.
- b) Os museus que, através das entrevistas efectuadas aos actores locais, foram avaliados como detendo um significado elevado ao nível das estratégias de desenvolvimento territorial.

Inserem-se neste quadro, de forma evidente, três estruturas museológicas, duas de génese municipal e uma adstrita ao sector privado empresarial: o Museu da Cortiça e o Museu Municipal de Arqueologia, respectivamente o primeiro e o segundo mais visitados do Concelho, ambos com funções turísticas óbvias, embora, como veremos, com opções não coincidentes em matéria de público-alvo; a Casa-Museu João de Deus, uma estrutura mais virada para a população local e para os visitantes nacionais, mas detentora de um claro potencial de diversificação dos territórios turísticos do Concelho (tendo em atenção o que dissemos sobre a importância da componente nacional na estrutura turística estival de Armação de Pêra) e como exemplo de um trabalho museológico virado, quase em exclusivo, para a componente interna do processo de desenvolvimento territorial, numa óptica interessante de ligação entre a

pedagogia (inspirada em João de Deus) e o acesso às novas tecnologias de comunicação especialmente por parte da população mais pobre que aflui significativamente à Casa-Museu para usar a *internet*.

7.2.2.1 – O Museu Municipal de Arqueologia

a) Coordenadas da observação directa e dos restantes processo de recolha directa de informação

Localização – Silves.

Dia da observação directa – 13 Janeiro de 2008, 10 horas.

Funcionários presentes – 1, na recepção.

Informação prestada voluntariamente – início do percurso expositivo.

Outra informação prestada mediante solicitação – publicações existentes e estrutura directiva do Museu.

Outros visitantes durante a presença – não.

Observações – não existe qualquer publicação sobre o museu, para além de um folheto A4 de divulgação generalista oriundo da CMS.

Dia da entrevista – 14 de Fevereiro de 2008

Entrevistado – responsável do museu.

Dias de elaboração dos inquéritos – 3 a 6 de Fevereiro de 2008 (Carnaval).

Locais de realização dos inquéritos – Silves e Armação de Pêra.

Número de inquiridos – 400 visitantes maiores de 17 anos não residentes no Algarve.

b) O museu através da visita efectuada

O museu está instalado num edifício próprio recuperado para o efeito. A sua localização específica deve-se ao facto de ter sido erigido em torno do poço-cisterna Almóada dos séculos XII-XIII, posto a descoberto aquando das escavações arqueológicas. Para além deste, o conjunto edificado do museu integra, ainda, restos de um pano de muralha do mesmo período.

Inaugurado em 1990, o Museu Municipal de Arqueologia estrutura-se em três níveis/pisos: um, superior, de morfologia tipo galeria, por onde se processa a entrada (e saída) dos visitantes; um outro, intermédio, que constitui o espaço central do museu e que engloba a cisterna; finalmente, um último, a um nível ligeiramente inferior, que fecha o percurso expositivo e dá acesso ao superior por onde se efectua a saída do edifício.

A colecção é apresentada cronologicamente, organizada por épocas, desde o Paleolítico ao período moderno. Sobre esta, através de uma análise sintética, é possível reconhecer dois vectores estruturantes: a importância - quantitativa e qualitativa - do período islâmico; o forte significado da cerâmica no conjunto das peças expostas.

c) O percurso da visita

Em frente à porta de acesso ao museu situa-se a recepção, na qual se encontra patente um conjunto de obras à venda no Museu, na sua esmagadora maioria de temática arqueológica. Complementarmente, logo no início do percurso, encontra-se um conjunto de vitrinas ocupadas com outros materiais à venda no museu: outros livros, estes já incorporando monografias sobre o Concelho, cadernos e agendas de elaboração artesanal e adornos variados (anéis, brincos, pregadeiras, ...). Estes dois espaços constituem a loja do museu. Ainda nesta sala de entrada, está disposta uma série de materiais relacionada com a actividade dos serviços educativos do Museu.

A vertente expositiva propriamente dita abre-se aqui através de um conjunto de peças expostas em vitrinas (poucas) relativas ao calcolítico. Segue-se o período dos metais, desde o do Bronze ao do Ferro, representado, sobretudo, através de peças em cerâmica, machados, pontas de setas, espetos, entre objectos de outra natureza. Em acréscimo, é de referir a presença, dispersa pela sala, de grupos de menires de dimensões apreciáveis, alguns de rara beleza.

Figura 129 - Exterior do Museu Municipal de Arqueologia



Fonte: fotografia própria.

Ainda neste nível e nas escadas que conduzem à sala da cisterna, encontramos peças romanas (ânforas, cerâmica diversa, moedas, capitéis, aras funerárias e bases de estátuas), da alta idade média reportada aos Séculos V a VII

(cerâmica, instrumentos cirúrgicos e de fiar, peças de vidro) e do período Omíada (Séculos VIII-IX), sobretudo ligada à alimentação e lucernas.

No piso da cisterna, para além da mesma, podemos observar peças de cerâmica oriental e moedas provenientes da escavação da Alcáçova de Silves (772-780 DC), cerâmica e peças diversas oriundas da escavação do Silo (Século IX), bem como dos períodos Califal (Século X), Taifa (Século XI), Almorávida (Século XII) e Almoada (Séculos XII-XIII).

Este último período está especialmente representado, quer pela quantidade de peças expostas, quer pela diversidade das mesmas: para além da cerâmica, anéis, objectos em osso, fivelas em cobre e bronze, moedas, recipientes de vidro, bem como talhas de grande dimensão, alcatruzes, pedras epigrafadas.

No nível inferior deparamo-nos com uma vitrina dedicada à conquista de Silves (projecteis, pontas de seta, um esqueleto humano), no seguimento da qual surge a exposição dedicada ao período pós reconquista (Séculos XIII a XVIII).

Esta é composta por peças muito diversificadas (cerâmica doméstica, fivelas e arreios, agulhas, vidros, metais de cozinha, moedas, botões, uma mesa de jogo em pedra, ...), boa parte das quais atestam a integração de Silves no contexto das rotas comerciais globais (veja-se, a título de exemplo, a cerâmica oriental).

d) Visitantes, funções e programa museológico

Como já tivemos oportunidade de referir o Museu Municipal de Arqueologia é a segunda estrutura museológica mais visitada do Concelho. Efectivamente, segundo os últimos apuramentos efectuados pela estrutura directiva, terá sido visitado, em 2007, por 15287 pessoas, menos 3843 entradas que em 2006 e um número inferior à média de entradas verificadas na viragem do Século (1999/2002 – 23554 visitantes). Desde logo, nesta matéria, convém registar

uma atenuação do poder atractivo do Museu, facto que, como veremos, não é um caso isolado.

Ainda em matéria de público, é de referir que o Museu de arqueologia pretende chamar a si vários tipos de público, não definindo, portanto, com clareza o seu público-alvo. Este facto não impede, contudo, que a estrutura dos visitantes seja maioritariamente composta por forasteiros (mais de 95%, segundo a responsável do Museu). Ainda segundo a mesma responsável, os visitantes residentes no Concelho desfrutam do Museu maioritariamente durante os grandes eventos realizados na Cidade, nomeadamente durante a Feira Medieval, já que esta se realiza nas imediações das instalações do Museu.

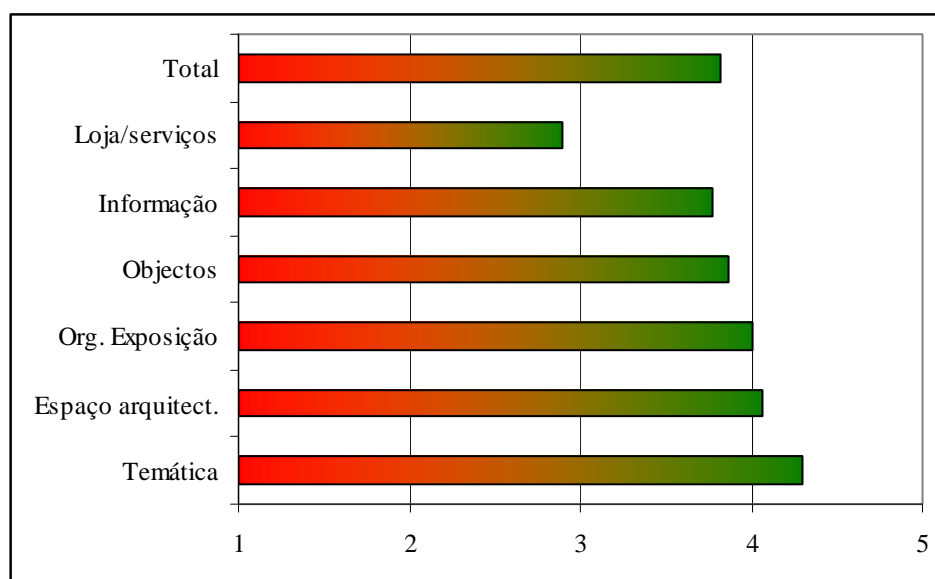
Relativamente aos visitantes não residentes, estes pertencem a uma faixa etária elevada (excepto aos fins de semana, altura em que surge algum público mais jovem, normalmente em visita familiar casal/crianças) e apresentam uma sazonalidade estrutural marcada: durante a época baixa predominam os turistas estrangeiros, boa parte deles em visitas organizadas, e durante a época alta os turistas nacionais em plano de visita individual.

Por outro lado, há que acrescer a este quadro as visitas efectuadas pelos grupos escolares, lares da terceira idade e associações culturais de fora do Concelho, as quais detêm, igualmente, um significado importante no cômputo geral (20 a 25% do total de visitas).

Globalmente, os níveis de satisfação com a visita ao museu são relativamente elevados, já que, numa escala de 1 a 5 (1 Mau; 5 Muito Bom), o conjunto dos parâmetros inquiridos obteve uma média de 3,8, o que corresponderá a uma apreciação perto do “Bom”. Interessa, contudo, ter presente que se a organização da exposição, o espaço arquitectónico e a temática são avaliadas entre o Bom e o Muito Bom, já a loja e os restantes serviços prestados ficam aquém do razoável. Algo que o Museu deverá ter em linha de conta no futuro.

Numa outra óptica, o museu assume-se como um elemento cultural indispensável à cidade e ao concelho, assumindo as funções expositivas, de preservação e interpretação do património e educativas como as vertentes estruturantes da sua actividade. Curiosamente, a ideia de que a sua existência se revela fundamental para a população residente conhecer as suas origens não apresenta correspondência nem nas opções estratégicas de relacionamento com os locais (para além dos serviços educativos³⁵⁷, da organização de alguns *ateliers* durante o Verão e da participação pontual em eventos de dimensão concelhia), nem na preferência destes pelo museu enquanto espaço de visita e enquanto ferramenta de expressão e intervenção na realidade.

Figura 130 - Museu de arqueologia – níveis de satisfação com a visita³⁵⁸



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho.

Importa, no entanto, dentro de um quadro de justiça, referir que este aspecto se deve, igualmente, à debilidade do quadro de pessoal adstrito ao Museu, o qual,

³⁵⁷ Que funcionam a "meio gás", nas palavras da entrevistada.

³⁵⁸ 1 – Mau; 2 – Medíocre; 3 – Satisfatório; 4 – Bom; 5 – Muito Bom.

composto actualmente por 4 funcionários, conta somente com dois técnicos qualificados, um contratado a termo certo e o outro estagiário, ou seja, ambos em situação laboral precária. Esta insuficiência, para além de obrigar ao desdobramento de funções, obstacularizará, certamente, a necessária reflexão em torno das estratégias de ligação à comunidade e, sobretudo, a sua concretização quotidiana.

Este aspecto está, de resto, expresso nas ambições e projectos futuros do Museu, os quais, em grande parte, passam pelo reforço e qualificação dos recursos humanos disponíveis, seja no domínio da operacionalização efectiva dos serviços educativos, seja no da conservação preventiva, seja, ainda, na alteração do horário de encerramento do Museu (de Domingo para Segunda-feira), tendo em vista viabilizar a sua adesão à Rede Portuguesa de Museus.

Estando o Museu sobre a tutela municipal e sendo as suas receitas próprias bastante reduzidas (cerca de 10% do orçamento³⁵⁹, resultantes da bilheteira e da venda de *merchandising*), o referido reforço do capital humano do Museu – como também a sua adaptação e preparação para públicos com necessidades especiais³⁶⁰ - implicará um reforço do investimento municipal na vivificação desta estrutura museológica.

e) Avaliação na óptica da museologia e do turismo

Em nosso entender, o Museu Municipal de Arqueologia encerra um enorme potencial que ainda está longe de ter sido efectivado. Na verdade, quer os resultados obtidos através do inquérito efectuado, quer a entrevista à sua responsável, vieram confirmar a impressão com que tínhamos ficado aquando da observação exploratória: uma estrutura museológica bem conseguida do ponto de vista arquitectónico e da exposição permanente, mas, ao mesmo

³⁵⁹ 10090 euros, em 2006.

³⁶⁰ Invisuais e surdos-mudos.

tempo, um museu com pouca vida, sem dinâmica notória, muito pouco prestadora de informação complementar às parcas legendas patentes³⁶¹. Tudo arrumado e nos seus devidos lugares, mas algo que se revela frio e insatisfatório, sobretudo ao público mais exigente que, tendo em conta a temática e actividade museológica concreta, consubstanciará a maioria do público potencial. De resto, este particular revela-se nas durações das visitas, as quais balancam entre os escassos minutos no caso do público menos informado e com menor bagagem interpretativa (segundo a entrevista, os nacionais que visitam o Museu de Verão) e a hora ou hora e meia, para aqueles que possuem os recursos necessários à contextualização e interpretação do que é exposto (os estrangeiros que efectuem visitas de Inverno). A aproximação, pela positiva, destes dois extremos – tarefa da responsabilidade do Museu – é inexistente, algo que não podemos deixar de relacionar com a ausência de visitas por parte dos residentes, muito em especial daqueles que se encontram na vida activa e que, como tal, são mais exigentes no domínio da apreciação custo/benefício aplicada aos seus tempos de lazer.

Assim, embora não se ponha em causa a valia potencial do Museu enquanto instrumento da comunidade e para a comunidade, bem como a compreensão da importância do mesmo para a Cidade e o Concelho, um longo caminho ainda haverá que percorrer para que estes laços potenciais ou teóricos se traduzam na prática quotidiana de um espaço vivido e assumido localmente. É certo que, fazendo fé noutras entrevistas efectuadas, a população de Silves não será das mais abertas ao consumo cultural ou ao exercício da cidadania tendo como ferramentas as instituições culturais. Mas também não deixa de ser um facto inegável que este Museu não tem as dinâmicas necessárias - nem a

³⁶¹ De notar que não está disponível qualquer catálogo da exposição e que os funcionários presentes, por escassez de efectivos, também não prestam informações complementares aos visitantes de forma voluntária e sistemática.

vontade expressa através de acções concretas e continuadas – para envolver as pessoas e para lhes oferecer um espaço de reflexão e de acção.

E se é certo que a sua orientação efectiva e real – para além dos discursos de princípios e de intenções – se orienta para a vertente externa, também neste particular os resultados não são os melhores. Para além do decréscimo dos visitantes que se tem verificado nos últimos anos, os próprios responsáveis tutelares reconhecem que o seu potencial no âmbito turístico está longe de ser cumprido. Na verdade, embora a sua localização seja excelente – a dois passos da Praça do Município e nos roteiros que levam ao Castelo – os seus frequentadores em plano turístico serão um décimo daqueles que visitam o Castelo (177271 em 2005 e, segundo estimativas mais recentes, cerca de 300000 em 2007).

É certo que para tanto também contribuirá a escassez de sinalização turística, aliada ao padrão de uma boa parte destas visitas, efectuadas em grupo, com percursos complexos e longos que, muitas das vezes, deixam para a visita da Cidade de Silves pouco mais de uma hora, tempo somente suficiente para subir a colina do Castelo, ver este de relance e descer em direcção ao autocarro. Mas também é certo que o Museu nem procura despoletar qualquer “efeito de anzol” sobre esta massa de turistas apressados e, muito menos, preencher a lacuna existente – e reconhecida pelo Museu – entre ele e os operadores turísticos, sejam os profissionais de informação turística, as empresas que organizam os pacotes globais ou as que oferecem soluções modulares e complementares de visitas ao património do Algarve.

Assim, embora esta instituição possa ter – ou vir a ter – um papel importante no reforço da componente cultural turística, seja através da diversificação dos produtos concelhios por via da concretização efectiva da modalidade de turismo cultural, seja através da densificação, diversificação e potenciação da oferta de Sol e Mar, a verdade é que ainda terá um longo caminho a percorrer rumo à sua afirmação enquanto referência turística incontornável do Concelho.

Até lá, o ciclo de um museu que iniciou a sua vida na decorrência da necessidade de expor o produto das campanhas de escavações arqueológicas – e justificá-las localmente – não estará encerrado, continuando, como tal, a sua cabal sustentação no plano das funções sociais e económicas directas que lhe são atribuídas uma matéria em aberto, algo que, em última análise, poderá justificar a falta de investimento que pressentimos e constatámos.

Finalmente, e como nota final de rodapé, deixaremos aqui a opinião de que a quantidade de objectos expostos, independentemente das suas valias intrínsecas, tira brilho ao poço-cisterna, o qual, como elemento central e catalizador do museu, poderia ser melhor explorado do ponto de vista da exposição e da comunicação com o público, nomeadamente através de técnicas museográficas tendentes a libertar todo o imaginário que este encerra e induz no público visitante.

7.2.2.2 – O Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês

a) Coordenadas da observação directa e dos restantes processo de recolha directa de informação

Localização – Silves.

Dia da visita – 23 Janeiro de 2008, às 16 horas e 30 minutos.

Funcionários presentes – 1.

Informação prestada voluntariamente – nenhuma.

Outra informação prestada mediante solicitação – localização do centro de documentação e da loja, bem como da sua situação de encerrados.

Disponibilidade para venda do catálogo do Museu.

Outros visitantes durante a presença – Não.

Observações – Para além do encerramento do centro de documentação e da loja é de referir a impressão de menor vitalidade que o mesmo espaço conferiu, seja pelo já referido encerramento da loja/centro de documentação, seja pela forma como estava vedado o seu acesso ao público (através de uma cadeira atravessada).

Dia da entrevista – 15 de Fevereiro de 2008.

Entrevistado – responsável do Museu,

Dias de elaboração dos inquéritos – 3 a 6 de Fevereiro de 2008 (Carnaval).

Locais de realização dos inquéritos – Silves e Armação de Pêra.

Número de inquiridos – 400 visitantes maiores de 17 anos não residentes no Algarve.

Figura 131 - Exterior do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês



Fonte: fotografia própria.

b) O museu através da visita efectuada

O museu está implantado no recinto de uma antiga fábrica de cortiça (Avern, Sons & Barris e G. N. Mascarenhas Corks and Corkwood Manufactures³⁶²) classificando-se, logo no início da exposição, como um museu de empresa. É, contudo, de ter em atenção que o próprio coordenador do projecto de musealização, Jorge Custódio (1999), discute a sua classificação como tal, defendendo que o mesmo ultrapassa o conceito habitual de “Museu de Empresa”, detendo características muito próprias que advêm da sua natureza de “*pivot* de todo o processo de animação e restauração”. Ainda segundo Jorge Custódio (1999), o projecto do Museu estruturou-se em torno de cinco características fundamentais: a conservação do património industrial; a constituição de um museu vivo, no qual os visitantes pudessem interagir com as peças expostas; a criação de uma via de acesso à informação sobre a história da cortiça no concelho e das suas articulações externas; a reconstituição de espaços e ambientes, recorrendo, tanto quanto foi possível, à conservação *in situ* das peças; a produção de um espaço museológico com extensões para fora das paredes do museu propriamente dito.

Este último aspecto é tanto mais importante quanto uma das impressões mais marcantes que retirámos da visita foi este extravasar do museu para todo o recinto da Fábrica do Inglês, tanto pela continuidade que a exposição tem para os espaços exteriores, como, sobretudo, pela complementaridade que os espaços comerciais com ela detêm. Assim, mais do que um museu na Fábrica do Inglês, temos um espaço global musealizado com técnicas de mediação e graus de intensidade discursiva (formal) diferentes.

Um outro aspecto que nos despertou a atenção foi a forma cuidada como a exposição foi concebida, facto que se traduz nas opções que presidiram à sua

³⁶² A fábrica alterou a sua designação diversas vezes em função das sucessivas alterações operadas na sua razão social.

estruturação, a qual resumiríamos em quatro momentos expositivos: contextualização (na cadeia de valor, na cidade, no ciclo de vida de uma unidade industrial, e na evolução do processo produtivo), a oficina de transformação, as unidades de suporte à fabricação e a distribuição dos produtos. Na verdade, todo um roteiro expositivo que nos leva do montado ao consumidor final espalhado um pouco por todo o mundo.

Importa, ainda, realçar que o processo produtivo se encontra ilustrado de forma muito equilibrada no contexto dos dois “mundos” que o originavam: o capital, através da informação diversificada associada aos vários proprietários da unidade industrial; o trabalho, documentado recorrendo a excelentes fotografias - de várias épocas – que, só pelas fisionomias humanas representadas, nos dão conta da dureza do trabalho e da condição operária, dispensando, como tal, qualquer alusão ou comentário que retirariam a força expressiva e impressiva à mensagem implícita que, pensamos, os autores quiseram passar.

Finalmente, gostaríamos de registar que, embora a visita nos tenha revelado uma unidade museológica de qualidade indiscutível, a realidade está, mais uma vez em nosso entender, aquém das intenções expressas pelo responsável do projecto museológico, já que nem o accionamento eléctrico com que as máquinas foram dotadas se encontra explorado (do ponto de vista do visitante normal), nem os “meios audiovisuais e as novas tecnologias” estão presentes e disponíveis.

c) O percurso da visita

Todo o percurso interno é efectuado num andar térreo de uma ala industrial característica do século XIX, ou seja, num edifício que se desdobra em comprimento. A excepção a este modelo encontra-se na parte final do roteiro expositivo quando, através de uma rampa, acedemos a um balcão superior de

onde se desfruta uma visão vertical da sala das máquinas e por onde se processa o acesso ao centro de documentação/loja e à saída.

Na entrada, para além da recepção e bilheteira, temos dois acessos, um que dá para o auditório e sala de projecção de cinema (50 lugares) e outro para a exposição permanente. Seguindo por este último, acedemos à sala de interpretação, a qual se encontra dividida em quatro unidades expositivas: “Do montado à fábrica: ciclo da cortiça”; “Da manufactura à maquinofactura”; “Introdução à Fábrica do Inglês” e “Silves, cidade corticeira”. Os objectos expostos são de natureza diversa, predominando as fotografias de época (da cidade, da fábrica, dos proprietários e do processo produtivo), algumas máquinas e utensílios, bem como diversas reproduções de documentos e de periódicos.

Passando à sala seguinte (através de uma porta que marca a entrada na fábrica propriamente dita) estamos na “Oficina transformadora”, com várias unidades: a “Oficina de transformação manufactureira”; “A inovação/Adaptação tecnológica” e a “Oficina maquinofactureira”. Aqui, predominam as ferramentas e as máquinas expostas *in situ*, bem como algumas fotografias de grande formato ilustrando diversas fases do processo produtivo.

A divisão seguinte corresponde às “Oficinas de serralharia, ferraria e do correio”, unidades indispensáveis no apoio à produção, tanto no domínio do fabrico e reparação de peças e utensílios, como no da produção e arranjo das correias de transmissão em couro. Encontramos, entre outros objectos, tornos (mecânico e manual), máquinas de furar e tornear, uma forja e uma máquina de colocar agrafos nas correias de couro.

No andar térreo e no seguimento do percurso, entramos na “Casa da Máquina”, onde avulta, entre outras peças, um grande motor de combustão interna a diesel, datado de 1948 e fabricado pela firma inglesa Ruston & Hornsby.

Já no andar superior, no balcão, temos a “Casa da Prensa”, em que podemos ver, para além da mesma, o universo dos produtos da Fábrica, conjuntamente com fotografias que ilustram os processos de controle de qualidade, bem como uma colecção de gravuras publicitárias ligadas ao sector da cortiça. Ainda neste espaço, encontram-se expostos vários conjuntos de peças associados à pesagem, embalagem e expedição dos produtos.

Finalmente, temos o centro de documentação/loja (encerrado) e acedemos, já fora do edifício, à exposição exterior composta por vários dispositivos, ligados ao processo produtivo, de grandes dimensões e forte resistência aos agentes atmosféricos.

d) Programa museológico, funções e visitantes

O Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês é a estrutura museológica mais visitada do Concelho, registando, em 2007, cerca de 30000 entradas. Interessa, contudo, contextualizar retrospectivamente este quantitativo, já que o mesmo deixa por revelar uma realidade que se nos afigura preocupante: a diminuição continuada da capacidade atractiva deste museu, que, no ano de maior afluência, 2001, chegou a registar 101000 visitas.

Uma questão, de imediato, se coloca: quais as razões subjacentes a este percurso descendente?

Em nosso entender, duas ordens de razões diferentes podem ser invocadas: uma, que se prende com o facto de em 2001 o Museu de Cortiça ser uma novidade no panorama museológico de Silves e do País, facto que, aliado às campanhas de divulgação então realizadas e à visibilidade e reconhecimento decorrentes da obtenção do prémio de melhor museu, muito concorreram para engrossar o fluxo de visitas então verificado; outra, mais estrutural, que se prende com a natureza privada do Museu e com a sua ligação umbilical a um projecto mais vasto de natureza turístico-cultural – a Fábrica do Inglês.

Este último aspecto, à partida sem qualquer consequência negativa previsível para o Museu (bem pelo contrário, na opinião do projecto museológico inicial), veio, contudo, a revelar-se detentor de pesadas consequências para as dinâmicas da instituição à medida que o projecto global da Fábrica do Inglês foi perdendo *élan* e se foi reduzindo. Efectivamente, a profunda crise em que o projecto da Fábrica do Inglês está mergulhada e que é bem patente através do estado de encerramento da maioria das unidades comerciais existentes e da redução drástica das actividades paralelas de animação e de composição do ambiente inicialmente previsto (animação de rua, fonte luminosa, eventos culturais e espectáculos), projectaram-se de igual forma no Museu. O quadro de pessoal foi reduzido drasticamente de 5 pessoas (2 na portaria, 1 na manutenção e restauro, 1 na demonstração do processo de fabrico e 1 director) para somente 2 (1 na portaria e 1 director a meio tempo e em situação indefinida do ponto de vista salarial) e o Museu deixou de contar com um orçamento anual susceptível de basear o planeamento das suas actividades.

Neste quadro de asfixia financeira (as receitas de bilheteira revertem para a empresa proprietária que, posteriormente, paga, mediante recibo, as poucas despesas que actualmente o Museu comporta) e de descapitalização humana, o Museu vê-se, cada vez mais, impedido de cumprir o seu projecto inicial e de desenvolver iniciativas tendo em vista reforçar a sua atractividade.

Por outro lado, não se encontra totalmente afastado o espectro da venda do complexo da Fábrica, algo que, se por um lado poderia significar uma melhoria ao nível dos parâmetros de gestão do espaço, coloca, igualmente, um véu de incerteza sobre a continuidade do projecto nos termos em que ele foi inicialmente pensado e operacionalizado. Aliás, neste particular, as últimas informações por nós obtidas sobre uma hipotética construção de um hotel de charme para idosos no intuito de reforçar a sustentabilidade económica de todo o projecto, não deixa, da mesma forma, de nos suscitar algumas dúvidas, seja sobre a capacidade da mesma infra-estrutura se revelar um pilar capaz de

suportar o esforço financeiro do investimento inicial acrescido dos custos de manutenção necessários à revitalização de todo o complexo, seja sobre a articulação de uma infra-estrutura desta natureza com uma área vocacionada para o lazer, logo susceptível de deter movimento e ruído pouco compatíveis com um hotel de charme e, menos, com um hotel de charme dirigido a idosos.

Voltando aos visitantes, a maioria destes são turistas nacionais e estrangeiros (70 a 80%), muitos dos quais enquadrados em visitas organizadas e programadas a partir das unidades de alojamento. De resto, anteriormente, existia um programa integrado de visita ao Museu e ao Castelo, sendo o percurso entre os dois efectuado por um “comboio”, entretanto vendido pela empresa proprietária. Este programa, muitas vezes, incluía, ainda, uma refeição num dos restaurantes do complexo³⁶³. Para além destes visitantes, merecem, ainda, referência os grupos organizados de génese escolar, os quais pesam entre 10 e 20% da globalidade das entradas.

Tratando-se, como vimos, de um público maioritariamente ligado ao turismo, não é de estranhar que a sazonalidade turística característica do Algarve e de Silves se traduza numa irregularidades dos fluxos mensais de visitantes, maiores durante o Verão (especialmente em Agosto) e bastante mais fracos durante o Inverno³⁶⁴.

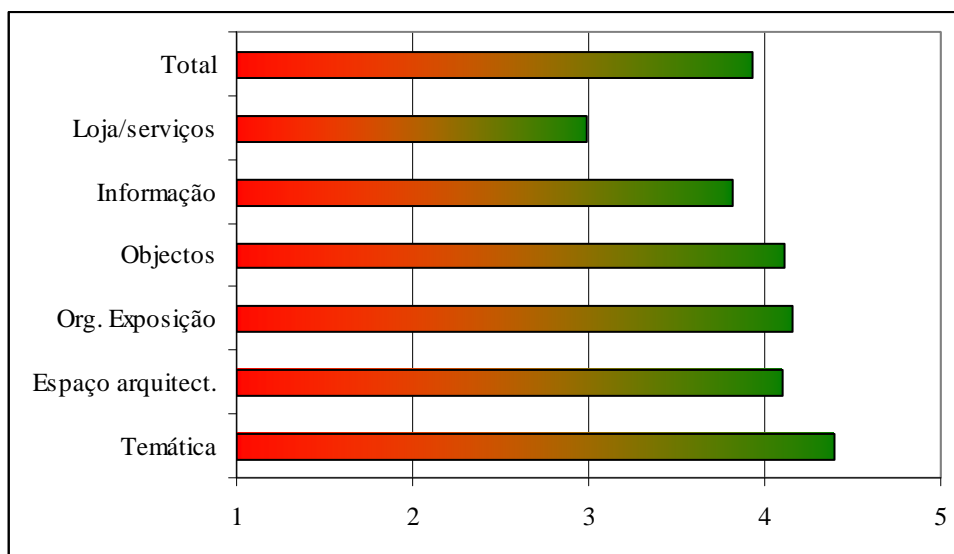
E, apesar de tudo o que dissemos anteriormente relativo ao modo como o Museu evoluiu recentemente, a força e apuro do seu projecto inicial mantêm a força necessária para, mesmo na situação presente de crise de funcionamento, suscitar níveis de agrado dos visitantes bastante fortes. Mesmo pensando que algumas das visitas se efectuaram em melhores tempos, facto que não consideramos significativo tendo em vista a opinião desfavorável colhida sobre a loja/serviços que encerraram há relativamente pouco tempo, os

³⁶³ Esta modalidade de almoço + visita ao Museu continua ainda a existir, sendo o bilhete de ingresso integrado e diluído no preço da refeição.

³⁶⁴ De acordo com o director do Museu.

resultados obtidos através do inquérito afiguram-se-nos ilustrativos do enorme potencial que esta instituição encerra e do futuro em aberto que, com mais e melhor investimento, poderá vir a ter.

Figura 132 - Museu da cortiça – níveis de satisfação com a visita³⁶⁵



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho.

Efectivamente a apreciação global do Museu, situa-se nos 3,93 pontos, a rondar, portanto, a classificação de “Bom”, avaliação essa que, no entanto, é prejudicada pelos itens “Loja/Serviços”, que não atinge o grau de “satisfatório” e, num plano inferior, pela “Informação” a qual, como já demos conta anteriormente, é efectivamente bastante fraca no domínio dos meios de apoio à visita (só disponíveis por especial pedido³⁶⁶ e com custos elevados). Todos os restantes domínios de análise e muito em especial a temática merecem apreciações entre o “Bom” e o “Muito Bom”.

³⁶⁵ 1 – Mau; 2 – Medíocre; 3 – Satisfatório; 4 – Bom; 5 – Muito Bom.

³⁶⁶ Já que implica que o funcionário presente abandone a portaria e atravesse todo o museu para ir à livraria encerrada buscar um exemplar do catálogo completo da exposição.

Este abandono a que a loja se encontra actualmente votada é tanto mais gravoso quanto a mesma desempenhava inicialmente um papel complementar de Centro de Documentação/Biblioteca consultável. A perda deste serviço, essencial no projecto inicial pela sua capacidade de prolongar, no tempo, no espaço e na substância, aquilo que o visitante acabou de contactar na parte expositiva é tanto mais rude quanto ao longo do seu percurso histórico o Museu não conseguiu pôr formalmente de pé os serviços educativos e a inventariação sistemática do importante - e único - espólio documental da Fábrica (que só foi reconhecido e alvo de uma inventariação simples, encontrando-se, actualmente, acondicionado em condições precárias). Esta foi, de resto, uma das preocupações que o director teve oportunidade de nos manifestar aquando da entrevista efectuada.

Dentro deste quadro, encontramos-nos perante uma estrutura museológica que atravessa um momento difícil da sua existência e que, embora ainda constitua uma referência para o turismo da Cidade e do Concelho, está longe de cumprir tudo aquilo que, integrado no complexo turístico-cultural da Fábrica do Inglês, poderia constituir enquanto âncora para o reforço de um novo modelo de desenvolvimento turístico, menos litoralizado e menos polarizado pela dimensão exclusivamente balnear. Contudo, projectos em carteira, tais como o lançamento de um bilhete único para o património da Cidade, que o Museu propôs à autarquia, o reforço da ligação museu/restauração, o alargamento dos protocolos estabelecidos com os operadores turísticos regionais e, mesmo, a promoção de uma rota da cortiça, estão dependentes da vontade e capacidade do promotor em fazer reverter a situação de marasmo e indefinição em que a instituição se encontra mergulhada.

Mesmo um projecto pendente de constituição de uma parceria com uma instituição congénere francesa tendo em vista a apresentação de uma candidatura para a elaboração de um audio-guia, de um livro didáctico sobre a cortiça, de maletas pedagógicas e de uma base de dados de imagem encontra-

se, segundo o director, seriamente ameaçado pela falta de capitais financeiros e humanos adstritos ao Museu.

Tudo isto, cruzado com a falta de ligação do Museu à população local - por falta de meios para levar para a frente projectos de ligação à comunidade, mas também por carência de esforço por parte do Museu nesse sentido - leva a que, pela inexistência de uma verdadeira integração Museu/Cidade, a actual situação de fragilidade da instituição seja ainda mais preocupante. É que, ao contrário do ditado popular, o que está longe do coração poderá muito bem, no futuro, vir a estar longe da vista, sem que poucos reparem e menos intercedam.

e) Avaliação na óptica da museologia e do turismo

Como atrás se referiu, as grandes apostas do Museu, dar a conhecer a realidade económica da cortiça e os que nela trabalharam, bem como promover o turismo cultural na Cidade e no Concelho, encontram-se, de momento, comprometidas. Não tanto em termos do que existe do ponto de vista físico, mas, sobretudo, no plano do papel que o Museu poderia desempenhar actualmente no contexto territorial em que se insere e no que ao futuro diz respeito. A este propósito citamos, livremente, as palavras do seu responsável: “o projecto inicial foi desvirtuado e o Museu é actualmente uma sombra do que já foi, em todos os aspectos.”.

Este aspecto é, independentemente de pensarmos que estamos perante uma crise superável, aquilo que eventualmente interessará considerar. O que leva a que um projecto inicial, relevante e rigoroso do ponto de vista museológico, chegue a esta situação de dormência? O que fez com que a dimensão interna do projecto – o cruzamento com a Silves corticeira – embora central na ideia inicial do seu coordenador, tenha sido preterida pela sua projecção no exterior e para o exterior?

Por muito que consideremos, acabamos por chegar, em última análise, ao mesmo ponto: a ligação umbilical com a Fábrica do Inglês e a natureza essencialmente económica e privada deste projecto, algo que sempre foi encarado como despoletador de sinergias. E, de facto, as sinergias existiram. Num período no sentido positivo e potenciador da vitalidade do Museu; actualmente, e depois da crise económica do projecto global se ter instalado, no sentido do arrastamento para patamares de actividade residuais.

Colocamos, mesmo, a interrogação se o facto do Museu sempre ter privilegiado a dimensão externa da sua actividade não estará, igualmente, relacionado com este cordão umbilical e com a dimensão “negócio” do projecto.

Sobre isto não temos respostas, mas deixamos aqui a interrogação. Não porque defendamos a actividade cultural como monopólio das entidades de natureza pública, mas, sim, para se ter presente que a iniciativa privada neste domínio não está isenta de problemas e que a ligação dos Museu a projectos integrados de natureza comercial, independentemente da valia do seu projecto intrínseco, partilham da sua sorte, para o bem, mas também para o mal. E, é precisamente este último aspecto, aquele que, por vezes, nos esquecemos quando falamos das sinergias. Ou seja, que estas funcionam nos dois sentidos.

Claramente, um Museu que, quer do ponto de vista do alargamento dos horizontes da museologia nacional, quer do seu encontro com a população local, quer, mesmo, do ponto de vista das dinâmicas turísticas, ainda não cumpriu todo o potencial que o projecto inicial encerra.

7.2.2.3 – A Casa-Museu João de Deus

a) Coordenadas da observação directa e dos restantes processo de recolha directa de informação

Localização – São Bartolomeu de Messines.

Dia da visita – 13 Janeiro de 2008, 14 horas e 30 minutos.

Funcionários presentes – 1.

Informação prestada voluntariamente – história e natureza da instituição, visita guiada pelo Museu.

Outra informação prestada mediante solicitação – publicações existentes e estrutura directiva do Museu.

Outros visitantes durante a presença – sim (3).

Observações – os visitantes eram jovens estrangeiros que utilizaram o museu como forma de acederem à *Internet*.

Dia da entrevista – 15 de Fevereiro de 2008.

Entrevistado – responsável da Casa-Museu.

Dias de elaboração dos inquéritos – 3 a 6 de Fevereiro de 2008 (Carnaval).

Locais de realização dos inquéritos – Silves e Armação de Pêra.

Número de inquiridos – 400 visitantes maiores de 17 anos não residentes no Algarve.

b) O museu através da visita efectuada

A casa museu está implantada em edifício próprio recuperado para o efeito. A sua localização específica deve-se ao facto de ter sido esse o local de nascimento de João de Deus e a casa onde permaneceu até aos 19 anos, altura em que foi para Coimbra continuar os estudos.

O edifício foi propriedade dos pais de João de Deus que o habitaram até à sua mudança para o Algoz, onde viriam a falecer. Após este evento, a casa foi gerida pelos irmãos do poeta, vindo, posteriormente, a ser vendida para fora da família. Foi adquirida pela Câmara Municipal de Silves com o objectivo expresso de aqui instalar esta instituição museológica. Assim, embora a Casa

Museu integre a Associação Jardins Escolas João de Deus, a sua propriedade e respectiva tutela é da CM de Silves. O projecto de recuperação e adaptação do edifício foi da autoria do arquitecto Mário Varela Gomes.

Figura 133 - Exterior da Casa-Museu João de Deus



Fonte: fotografia própria.

A Casa Museu para além da dimensão expositiva, compreende um conjunto de serviços/infraestruturas que coloca à disposição da população: biblioteca e mediateca, especialmente dirigida aos estratos mais jovens (não existe, em Messines, outra biblioteca), videojogos, ludoteca, acesso livre à *Internet*, bar de apoio, sala polivalente de apoio a eventos.

Trata-se de uma unidade museológica muito bem organizada, com uma grande capacidade no domínio da informação prestada aos visitantes, muito acolhedora e com preocupações manifestas no domínio da sua função social.

c) O percurso da visita

Embora a porta de entrada dê acesso a uma sala ampla ao nível térreo, a visita propriamente dita inicia-se no andar superior. Aqui, para além dos espaços já referidos, encontramos uma sala de exposição onde, em vitrinas e em quadros (ilustrações de António Carneiro, fotografias e óleos), nos é apresentada a vida e a obra de João de Deus.

Expostas nas vitrinas, encontram-se cartas manuscritas pelo poeta e pedagogo, jornais da época, primeiras edições dos livros de João de Deus, nomeadamente do “Campo de Flores, várias edições da sua “Cartilha Maternal”, obras sobre João de Deus e medalhas comemorativas dos 100 anos do seu nascimento.

Daqui passa-se para um conjunto de três divisões que pretende conferir o ambiente de uma casa burguesa algarvia dos séculos XIX/XX, isto é, o ambiente em que nasceu e passou a juventude João de Deus. A primeira divisão, através de mobiliário e de fotografias, recria o ambiente de uma sala de estar e dá conta dos percursos de vida posteriores a Coimbra (nomeadamente o seu casamento e estabelecimento em Lisboa), a segunda, através de poucos objectos, consubstancia uma cozinha da época e, finalmente, a terceira, na qual se pode encontrar um quarto, supostamente o da juventude de João de Deus (cama, secretária, cómoda, lavatório metálico e crucifixo).

Um percurso e um museu pequeno, com poucas peças, mas muito bem “trabalhado” do ponto de vista do visitante.

d) Programa museológico, funções e visitantes

Já tínhamos ouvido a opinião, nos *media*, de que a Casa-Museu João de Deus era uma jóia museológica incrustada no interior do Concelho de Silves. Temos que confessar que, aquando da nossa primeira visita a esta instituição, encontrámos a classificação algo desproporcionada, ao espaço e à exposição presente.

Hoje, contudo, não poderíamos estar mais de acordo com a opinião supra proferida. É que, como noutros casos que conhecemos, este museu vale, sobretudo, pela dimensão imaterial que encerra, pela coerência face à obra do seu patrono, pelo espírito de missão e, mesmo, pela função social que assume em plenitude. Algo que, como se compreende, não se torna visível numa visita convencional.

Efectivamente, a Casa-Museu, em nossa opinião, estriba a sua actividade museológica em dois travejamentos fundamentais: i) a compreensão do meio geográfico e social em que se insere; ii) a vida e a obra de João de Deus. Do primeiro, relevou os problemas que afectam uma freguesia predominantemente agrícola e industrial onde os horários de trabalho são longos e as remunerações, muitas vezes, parcas, facto que, não obstante, foi suficiente para atrair uma numerosa comunidade imigrante, pouco integrada e com os seus problemas específicos. Do segundo, colheu o idealismo e o inconformismo, as preocupações com a educação e o amor pela juventude.

Neste quadro de referências, a Casa-Museu, embora não descartando outros públicos, nomeadamente o nacional, definiu como prioridade da sua actividade museológica a vertente interna do desenvolvimento local, a que se expressa através da função social e educativa dirigida à comunidade de inserção, muito em particular à população jovem.

Assim sendo, a actividade do Museu está centrada nos jovens residentes de São Bartolomeu de Messines, muito em especial naqueles que, por os pais passarem o dia nas fábricas, nos campos ou nos estaleiros de construção civil, estariam, de outro modo desocupados e na rua, razão porque a missão que o Museu elegeu como sua foi proporcionar-lhes as actividades susceptíveis de fomentar a sua sociabilização, a vontade de aprender e o espírito de grupo. Este trabalho, importante em qualquer situação, é tanto mais relevante e necessário quando se tratam de crianças e jovens pertencentes a minorias étnicas ou a grupos menos inseridos no tecido social de uma localidade com a dimensão de São Bartolomeu de Messines.

É, assim, que o público – diríamos antes, os utentes e beneficiários - que procuram a Casa-Museu é essencialmente jovem e com duas finalidades distintas: a recolha de informação na *Internet* ou na biblioteca, esta última vocacionada para dar resposta às escolas existentes na freguesia (básicas, secundárias e técnico-profissionais); a satisfação da vertente lúdica, seja mobilizando a ludoteca, seja participando noutra tipo de actividades especialmente criadas para o efeito. No primeiro caso o público é um pouco mais velho, entre os 10 e os 16 anos, sobretudo; no segundo, trata-se de utentes mais jovens, até aos 10 anos.

Nesta medida, embora a Casa-Museu seja referenciada em todos os meios de informação turística sobre o Concelho, a sua preocupação fundamental reside, em última análise, em continuar a obra e o espírito de João de Deus. Os turistas, sobretudo os nacionais, já que o patrono não será especialmente conhecido para além das nossas fronteiras, são um complemento bem-vindo – e, como vimos, bem recebidos - mas não o público-alvo prioritário. Apesar disso, João de Deus e a sua Cartilha Maternal, pela evocação da infância que, para muitos nacionais, continuam a despoletar, suscitam visitas e justificam deslocções a São Bartolomeu de Messines. Também neste aspecto a existência da Casa-Museu não é despicienda e justifica plenamente os

investimentos efectuados pelo município. É interessante, ainda, referir que a instituição é frequentada por alguns estrangeiros, muitos deles com segundas residências na freguesia, e que aqui encontram a ligação à *Internet* de que necessitam. Para todos a Casa-Museu é um espaço aberto, um prolongamento das suas residências, um local de trocas, em que se dá e recebe. Disso, fomos testemunha.

Em termos quantitativos, em 2007, a Casa-Museu manifestou 3773 visitantes (dos quais 1/3 seriam turistas³⁶⁷ e um terço grupos organizados³⁶⁸), embora, pelo movimento que tivemos oportunidade de constatar e pelo facto de as entradas serem livres (na maioria dos casos sem deixar qualquer registo), estarmos convencidos que o número de utentes deverá ser bastante mais significativo. Em qualquer dos casos, este quantitativo representa um crescimento constante desde a abertura da instituição, bastando para tal ter em conta que em 2006 foram contabilizadas 3173 visitas e que, em 2005, foram registadas 2727.

Tendo em conta o tipo de público, a distribuição dos visitantes/utentes ao longo do ano apresenta alguma regularidade, embora sejam de registar alguns picos durante as férias escolares, altura em que a função de preenchimento dos tempos livres por parte dos jovens ganha maior acuidade.

Embora o nosso questionário aos visitantes do Concelho não tenha revelado quaisquer visitas à Casa-Museu, podemos avançar, pela nossa presença no local, que os níveis de agrado por parte dos utentes da instituição são – pelo menos aparentemente – elevados. Vê-se que os jovens estão perfeitamente integrados no espírito da Casa-Museu, que a utilizam com todo o “à vontade” de quem se sente em casa, que assumiram aquele espaço como seu, embora tudo isto num clima de respeito pelas regras existentes e num quadro de

³⁶⁷ Muitos deles no contexto do turismo residencial de terceira idade.

³⁶⁸ Grupos escolares, instituições da terceira idade e associações culturais.

perfeita consciência pelo ambiente requerido nas diversas áreas que perfazem o Museu.

Sendo tutelada pela Autarquia e não cobrando entradas por motivos de coerência com as funções que procura desempenhar, a Casa-Museu vive quase inteiramente do orçamento municipal, já que as receitas próprias são mínimas, cerca de 2% do total e provenientes, em exclusivo, da venda de publicações.

Compreende um quadro de 4 funcionários, insuficiente para dar vazão às solicitações quotidianas da instituição e, muito menos, para ter o tempo necessário para projectar o futuro. Aliás, é de referir que este número é tanto mais insuficiente quanto a arquitectura da Casa-Museu é bastante dividida, facto que tem levado a alguns estrangulamentos devido à falta de capital humano: seja através da inexistência de quem quer que seja na recepção do andar térreo, seja pela abertura muito esporádica do bar, seja, ainda, pela necessidade de um constante desdobramento de funções por parte dos funcionários presentes.

Ainda assim, como já referimos, o Museu tem – e mantém em funcionamento – uma extensa panóplia de serviços/secções para além dos espaços de exposição permanente: uma ludoteca, uma mediateca, uma biblioteca, uma hemeroteca e um arquivo documental sobre João de Deus, cujo espólio é constituído essencialmente por revistas e jornais da época.

Com toda uma obra sólida por detrás, a Casa-Museu, nas palavras da sua responsável, “está ainda na estaca zero”, facto revelador da ambição de quem sabe o quanto ainda há pela frente para caminhar e o quanto a instituição tem para dar e para receber. Tornar as actividades de pedagogia, de dança, de pintura e outras em algo com uma frequência mais regular, entrar nos circuitos das casas-museu, alargar e intensificar o trabalho junto das minorias, aprofundar, no fundo, a interacção com a comunidade e restantes pessoas, são

algumas das metas que a Casa-Museu tem para o futuro, metas essas para cujo cumprimento o reforço do capital humano será um passo fundamental.

e) Avaliação na óptica da museologia e do turismo

Das palavras anteriores, depreende-se o quanto consideramos interessante a acção museológica que vem sendo desenvolvida pela Casa-Museu João de Deus. Efectivamente, enquanto casa de memória, ela tem vindo a perpetuar e, sobretudo, a traduzir nas suas práticas hodiernas essa mesma memória, recriando-a e actualizando-a em função das necessidades do seu meio de inserção. Uma tarefa de inestimável préstimo, seja no domínio da consolidação e da adequação das condições locais às exigências dos processos de desenvolvimento de base local, seja, embora de forma menos visível, à estruturação de um novo modelo de desenvolvimento turístico para o Concelho.

É certo que esta última afirmação pode parecer contraditória com o que temos afirmado anteriormente neste ponto a propósito da acção da Casa-Museu, contudo se pensarmos num novo turismo que emerge no Concelho e nas suas exigências de autenticidade face aos produtos culturais que lhes são oferecidos, a afirmação efectuada perde a sua aparente contradição e ganha significado. Na verdade, como referiu a própria directora da Casa-Museu, há que deixar de “vender” realidades culturais que não são autênticas e que custam imenso dinheiro, impedindo que se invista no que é importante: levar as pessoas a conhecer, a agir e a aprender oferecendo-lhes o que elas necessitam e desejam. O mesmo é dizer, por outras palavras mais aplicadas à matéria vertente, há que deixar de promover e “fazer” cultura e museus para o turismo e passar, antes, para uma cultura e uns museus dirigidos para as populações locais, as quais, através da sua energia criadora, autenticidade e capacidade de inovação, produzirão, inevitavelmente, o que os turistas procuram e efectivamente desejam ver e experienciar.

Ou seja, do museu ao turismo através da comunidade e, não, saltando por cima dela.

7.2.3 – Os museus de Silves e os turistas

Tendo em conta que em pontos anteriores escarpelizamos fundamentalmente a oferta museológica do Concelho, iremos, agora, apresentar alguma informação centrada, sobretudo, na procura. Convém referir que este ponto deverá ser entendido como complementar dos anteriores, já porque o discurso expositivo foi abordando, quando pertinente, alguma informação sobre a procura específica a cada um dos museus considerados, já porque as fontes primordiais em cada fase são diferentes: anteriormente recorreremos, sobretudo às entrevistas, de agora em diante ao inquérito levado a cabo aos visitantes do Concelho.

Por outro lado, há que ter em atenção que o universo com que trabalharemos principalmente será o dos que visitaram, em qualquer altura, algum museu no Concelho, 96 dos 400 inquiridos (cerca de 24%), número que nos remete para uma dimensão indicativa em termos de conclusões a retirar.

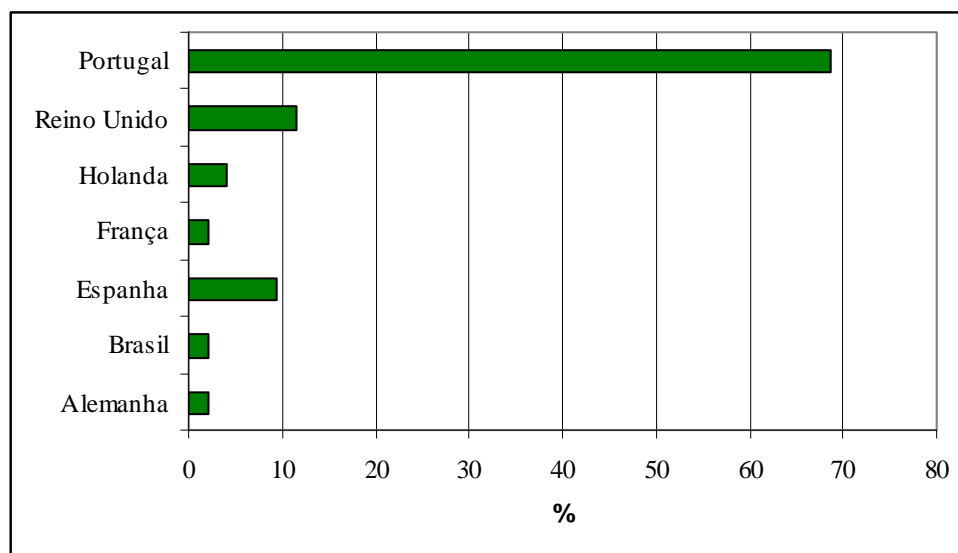
Desde logo, há que reafirmar o que já afirmámos anteriormente: a atractividade turística dos museus de Silves, no seu conjunto, pode ser classificada de bastante moderada e quase exclusivamente concentrada em duas instituições, o Museu Municipal Arqueológico e o Museu da Cortiça.

Das 136 referências efectuadas aos museus de Silves no inquérito, cerca de 81% reportavam-se a visitas efectivadas em qualquer altura e aproximadamente 19% a intenções de visita durante a presente estada. De referir que todas as intenções de visita foram efectuadas por pessoas que já visitaram um museu em Silves, no caso vertente de forma cruzada: todos os que tencionam visitar o Museu de Arqueologia já visitaram o Museu da Cortiça e vice-versa, ou seja, dentro de um contexto de público motivado.

Foram fundamentalmente turistas nacionais os que visitaram alguma vez qualquer museu de Silves (68,8%), sendo o restante público oriundo do Reino Unido (11,5%), de Espanha (9,4%) e da Holanda (4,2%), algo que está de acordo com a proximidade

geográfica de Espanha e a sua tradução em *short-breaks*, bem como com os mercados tradicionais do turismo de Silves, o Reino Unido e a Holanda.

Figura 134 - Visitantes do museus de Silves por país de residência habitual, em percentagem do total



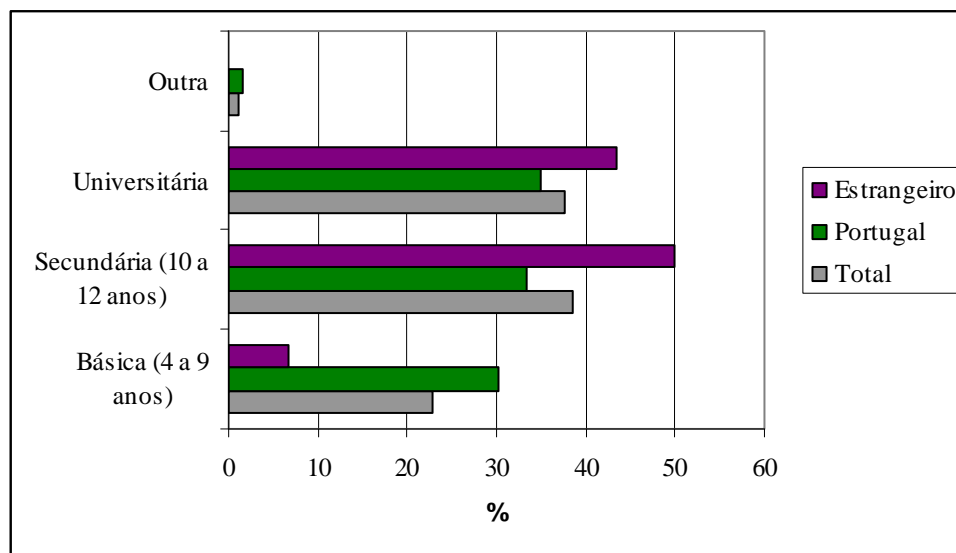
Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

No caso dos turistas nacionais a repartição espacial das suas origens corresponde ao que seria de esperar, predominando Lisboa e Vale do Tejo com 59,4% dos visitantes dos museus que responderam à pergunta (Lisboa – 32,8%) e a região Norte com 18,2% (Porto – 12,5%). No domínio da divisão por géneros o total dos visitantes encontra-se perfeitamente equilibrado, registando-se, contudo, uma ligeira predominância do género masculino nos visitantes nacionais e o contrário nos turistas estrangeiros.

As idades predominantes situam-se no grupo dos 31 aos 45 anos, se bem que seja visível uma diferença relativamente aos contingentes nacionais e estrangeiros, o primeiro, mais jovem, e o segundo com predominância do estrato dos 46 aos 60 anos, algo que, mais uma vez, constitui o panorama expectável tendo em conta a estrutura etária dos turistas estrangeiros de época baixa no Algarve.

Os museus, no domínio da sua atractividade, como veículos culturais que também são, estabelecem, normalmente, uma maior ligação com a população detentora de níveis de instrução formais mais elevados. Sendo este um princípio geral, também relativamente aos museus de Silves o mesmo se verifica já que são predominantes os visitantes com 10 ou mais anos de ensino (secundário – 38,5%; universitário – 37,5%). Contudo, quando desagregamos os visitantes por países de residência habitual verifica-se que os visitantes possuidores de um diploma do ensino superior constituem o grupo mais numeroso, facto que não acontece relativamente aos estrangeiros em que predomina o grupo dos com 10 a 12 anos de escolaridade. No pólo oposto, os que somente detêm um grau de ensino básico, o contingente nacional apresenta valores muito mais elevados do que o estrangeiro. Efectivamente, nada que seja de estranhar atendendo, não só aos níveis de formação escolar da população portuguesa, mas também à relação que ela estabelece com os factos culturais.

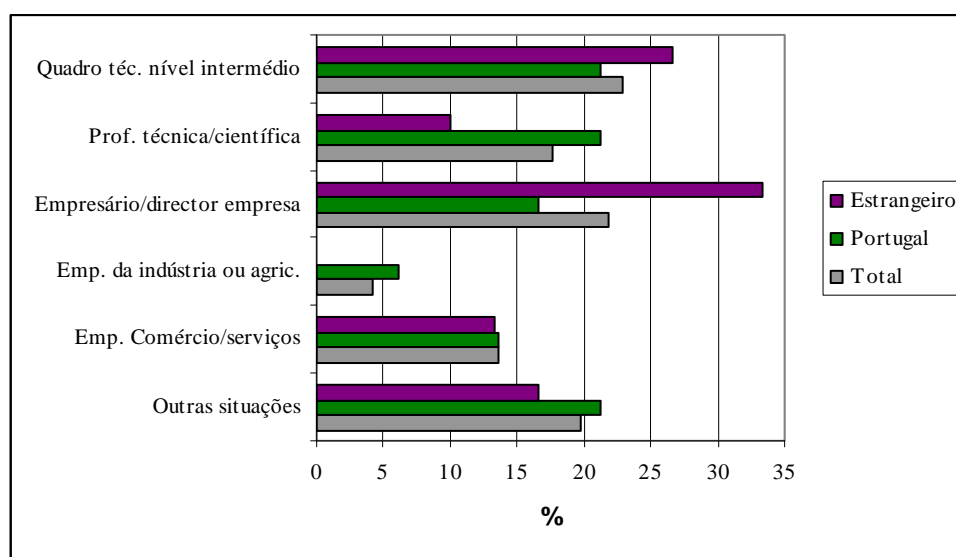
Figura 135 - Níveis de instrução dos visitantes segundo a residência habitual, em percentagem



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Profissionalmente, predominam os quadros técnicos de nível intermédio (22,9% do total dos visitantes não estudantes e não domésticas), os empresários ou directores de empresas (21,9%) e os profissionais técnico-científicos (17,7%), ou seja, as profissões mais qualificadas. Dentro destas, destacam-se, pelos respectivos pesos relativos, os empresários ou directores de empresas no âmbito do fluxo estrangeiro e os quadros técnicos de nível intermédio, bem como os profissionais técnico-científicos, no nacional. Embora como nota pouco sustentada devido à multiplicidade de razões que subjazem a estas últimas diferenças, não deixamos de pontuar o contraste entre o mundo dos negócios e o técnico nos dois contingentes.

Figura 136 - Grupos profissionais dos visitantes segundo a residência habitual, em percentagem dos respectivos totais



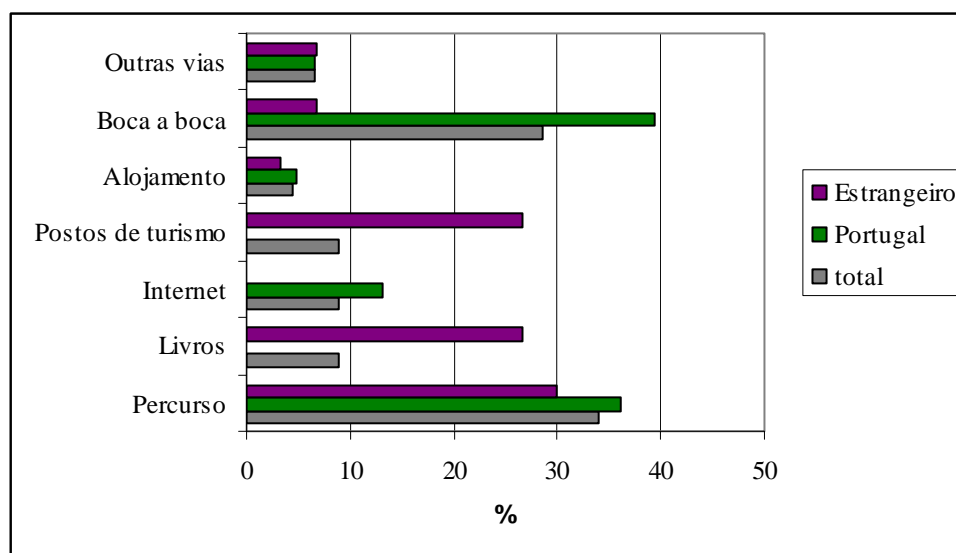
Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

No âmbito das práticas museológicas, como tivemos oportunidade de constatar anteriormente, os museus mais visitados foram o da cortiça e o arqueológico, respectivamente com 71,8 e 27,3% do total de visitas efectuadas. Como seria de esperar, o padrão das intenções de visita durante a estada turística inquirida revela um padrão simetricamente contrário, 30,8% das do total das intenções recaem sobre o

Museu da Cortiça e 69,2% sobre o Museu Arqueológico. Todas as restantes estruturas museológicas são, na prática, desconhecidas do ponto de vista do turismo.

Globalmente, o necessário conhecimento por detrás das visitas foi obtido, primordialmente, através da informação “boca a boca” (28,6%) e, ocasionalmente, durante o percurso urbano em Silves (34,1%). Interessa, contudo, sublinhar que as fontes informativas principais são diferentes para os turistas nacionais e para os estrangeiros. Enquanto no caso dos primeiros a passagem de informação “boca a boca” e durante os percursos assume, ainda maior relevância, para os segundos a consulta de livros e as informações obtidas nos postos de turismo surgem como igualmente relevantes. Assim, poder-se-á avançar que as visitas dos turistas estrangeiros aos museus denotam, de alguma forma, uma preparação no contexto da estada um pouco mais robusta.

Figura 137 - Vias de conhecimento dos museus visitados, por país de residência habitual e em percentagem dos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Os níveis de agrado decorrentes das visitas efectuadas aos museus do Concelho podem ser considerados elevados, já que se aproximam da classificação atribuída ao

“Bom” (4). Este valor, 3,91, encerra, contudo, uma composição estrutural detentora de algumas assimetrias:

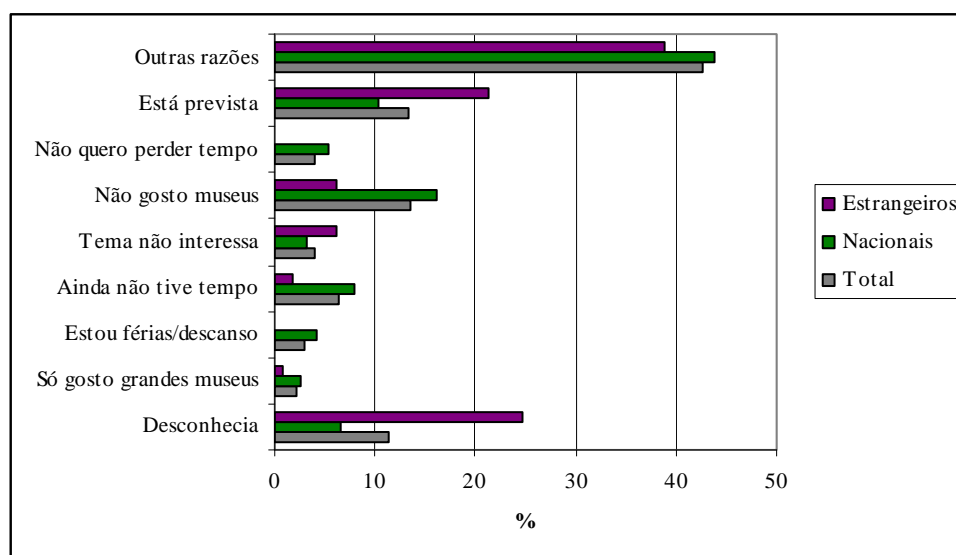
- a) Desde logo, relativamente aos países de residência habitual dos turistas visitantes, matéria em que se verifica uma apreciação mais positiva por parte dos estrangeiros (4,1, portanto já em aproximação ao “Muito Bom”) do que pelos nacionais (3,8). De referir que esta maior exigência por parte dos visitantes nacionais se expressou em todos os domínios de apreciação excepto no da informação prestada e obtida, elemento em que, pensamos, as barreiras linguísticas, aliadas a alguma impreparação dos museus para as ultrapassar, servirão de explicação.
- b) Mas também no domínio da estrutura de itens em avaliação, domínio em que a temática, a organização da exposição, o espaço arquitectónico e os objectos merecem apreciações muito positivas (todas superiores a 4), enquanto a informação e a loja/outros serviços são alvo de classificações menos boas, muito em especial no caso deste último parâmetro, o qual não atinge sequer o “Razoável” (2,98).

É, ainda, de salientar o interesse que as temáticas relacionadas com a arqueologia (tradicional e industrial) suscitam entre os turistas visitantes – muito em especial entre os estrangeiros (4,7) – facto que aponta, não só para a necessidade de apostar nos domínios do relacionamento com o público, claramente os mais débeis, mas também para a existência de condições de procura capazes de assegurar a sustentabilidade potencial de novas instituições museológicas nestes domínios.

Adicionalmente, tentámos, igualmente, perceber as razões subjacentes à não visita. Desde logo, interessa referir que tendo apresentado uma panóplia de razões bastante completa e ampla, o item “Outras” obteve cerca de 43% das respostas expressas, algo que classificamos como uma forma de contornar a resposta ou, mesmo, como uma saída para um certo constrangimento decorrente do manifesto pouco interesse pelo facto cultural.

No domínio das restantes respostas avultam três explicações: “Não gosto de museus” (13,5% do total), “A visita está prevista mais para a frente” (13,3%) e “Desconhecia a existência” (11,4%). Cruzando estes resultados com os países de residência habitual, apercebemo-nos de diferenças no perfil dos não visitantes: enquanto os nacionais não visitam sobretudo porque não gostam de museus (16,1% do total das respostas deste grupo), os estrangeiros porque desconhecem a sua existência (24,8%).

Figura 138 - Razões invocadas para as não visitas, pela residência habitual e por percentagens dos respectivos totais



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Numa apreciação de síntese, avultam três grupos principais de razões: o que se prende com o desinteresse pelos museus, em geral, e os de Silves, em particular (19,5% do total), claramente predominante nos nacionais relativamente aos turistas estrangeiros; o que, por falta de tempo, abre horizontes de visitas no futuro (19,5%), superior entre os turistas estrangeiros; o que associa férias a outras práticas que não visitar museus ou sítios culturais (7%), exclusivamente composto por respostas oriundas de turistas nacionais.

De imediato, para além das diferenças ao nível do perfil turístico – e cultural – entre nacionais e estrangeiros, interessa sublinhar a necessidade de os museus do Concelho apostarem em estratégias diferenciadas consoante os dois públicos: no caso dos estrangeiros urge o reforço das medidas tendentes a aumentar a visibilidade turística dos museus, seja pelo reforço da sinalização, seja pelo aumento e alargamento dos canais de informação e divulgação sobre/dos museus, seja, ainda, através da sensibilização dos operadores turísticos para a existência e qualidade dos museus instalados no Concelho; no domínio dos nacionais, interessará, antes de tudo o mais, mudar a imagem geral da instituição Museu, algo que, visto não depender de um trabalho pontual de génese somente concelhia, poderá ser contornado através de mecanismos de aproximação dos museus à população turística, seja reforçando a sua associação com eventos capazes de atrair os renitentes aos espaços museológicos, seja divulgando, mais e melhor, a vertente lúdica e viva das instituições instaladas em Silves (algo que, obviamente, exige, a montante, que os próprios museus assumam essa necessidade e inflictam as suas práticas actuais).

Esta matéria remete-nos para as representações – e as práticas – museológicas globais associadas aos turistas que entrevistámos no Concelho de Silves.

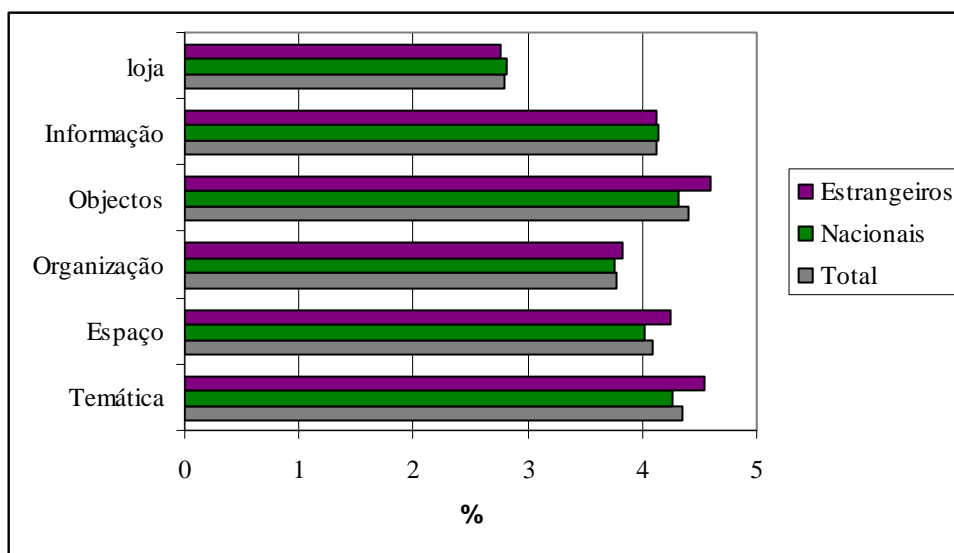
Dos 400 inquiridos, 72 afirmaram já se terem deslocado, em contexto turístico, com o objectivo fundamental de ver um museu/exposição. Trata-se de um número considerável (18%), que se explica parcialmente tendo em conta que 1/3 dessas deslocações ocorreram aquando de duas grandes exposições, a Expo 98 de Lisboa e a Expo 92 de Sevilha.

Questionados sobre os aspectos a que, num museu, dão mais importância aquando de uma visita, os respondentes pronunciaram-se prioritariamente pela temática e pelos objectos (4,4³⁶⁹ numa escala de 1 a 5), seguindo-se-lhe o espaço arquitectónico e a informação prestada/obtida, ambos os aspectos classificados com 4,1. Este padrão,

³⁶⁹ 1 – Sem importância; 2 – pouco importante; 3 – mediamente importante; 4 – muito importante; 5 – muitíssimo importante.

embora com graus de valoração ligeiramente diferentes, verifica-se nos dois segmentos considerados de turistas, os nacionais e os estrangeiros.

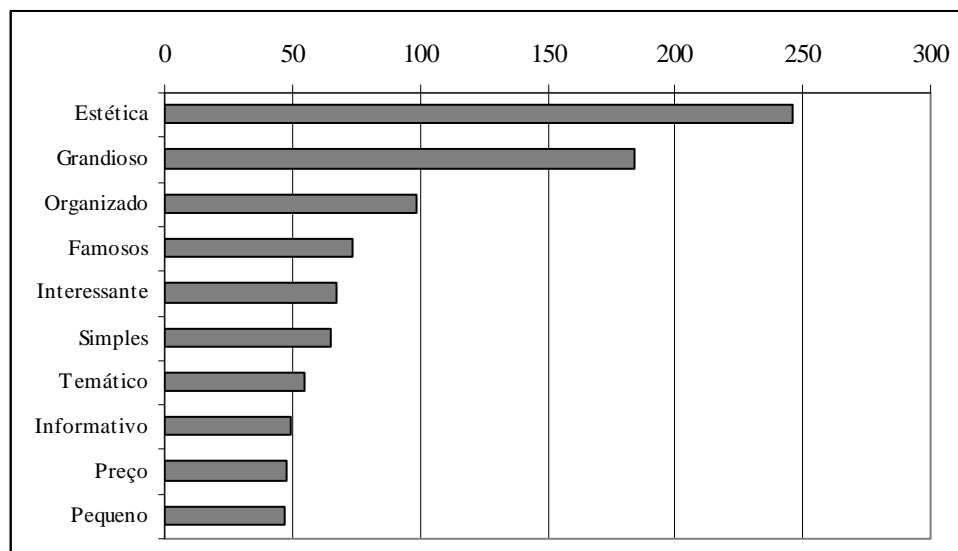
Figura 139 - Importância conferida a alguns aspectos aquando da visita a museus



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Finalmente, tentou-se verificar quais as representações mentais que os visitantes associavam ao conceito Museu. Para tanto, requereu-se aos inquiridos para associarem aos Museus em geral três adjectivos. Os mesmos foram posteriormente pesados pela ordem em que foram mencionados sendo a lista resultante bastante extensa. Esta, contudo, pode ser desdobrada em quatro categorias essenciais: atributos do espaço museológico, conteúdos dos museus, efeitos decorrentes da visita aos museus e importância dos museus. Dentro destas, a que se destaca pela quantidade e qualidade das associações é a que se prende com o conteúdo dos museus, dimensão em que se salientam a estética e a grandiosidade, ou seja, a dimensão espectáculo associada à capacidade para surpreender o visitante através da beleza e/ou dimensão. Uma outra associação que merece ser sublinhada prende-se com a organização, esta já mais enquadrada no campo dos atributos do espaço museológico.

Figura 140 - Ordenação das principais adjectivações dos museus (número de referências pesado pela ordem de colocação no questionário)



Fonte: inquérito aos visitantes do Concelho de Silves.

Globalmente, por tudo quando se referiu anteriormente e, sobretudo, pelos últimos parágrafos, podemos concluir que a relação dos turistas, enquanto visitantes, com os museus é relativamente esclarecida mas bastante tradicional. A primeira apreciação suportada pela atenção conferida ao tema e aos objectos (conteúdo) e a segunda pela relação estabelecida entre os museus e os domínios da estética e da grandiosidade, algo que nos remete para os grandes museus, muito especialmente para os da arte erudita e do património histórico-artístico. Na verdade, descontado o contexto temporal e social, algo não tão distante da ideia original (na vertente material) da “casa das musas”.

8 – TURISMO, MUSEUS E DESENVOLVIMENTO EM SILVES, SÍNTESE E CONCLUSÕES PARCELARES DA PARTE B

Este capítulo, último da Parte B do presente estudo, tem como objectivo proceder à junção entre o turismo e os museus no Concelho de Silves, até aqui analisados, por questões de sistemática expositiva, de forma separada e, como tal, carecendo de um esforço suplementar de articulação.

Para tanto, recorreremos a técnicas de análise multivariada, que permitem reunir num mesmo “tabuleiro” um conjunto de variáveis associadas à procura turística e museológica nos domínios das práticas e das representações e proporcionarem também uma visão de síntese sobre as matérias em questão.

Foi efectuada uma análise factorial de correspondências múltiplas seguida de uma classificação hierárquica descendente (*cluster*) com descrição dos grupos/partições mais estáveis. Estes procedimentos estatísticos incidiram sobre o conjunto dos 400 inquiridos, tendo-se obtido oito grupos ou tipos identificáveis com base nas sobre-representações das modalidades de cada variável considerada.

As variáveis incluídas na análise corresponderam a três grandes domínios:

- a) Variáveis representativas das práticas turísticas e museológicas levadas a cabo no concelho de Silves – número de vezes no local da entrevista e no Concelho, localidade de alojamento, tipo de alojamento utilizado, meios de transportes utilizados na deslocação, razões subjacentes à estada, apoios informativos mobilizados, museus visitados, outros locais patrimoniais visitados.
- b) Variáveis ilustrativas das práticas e das representações museológicas gerais – existência de deslocações em plano turístico com o objectivo principal de visitar um museu ou uma exposição, importância conferida, aquando da visita a um museu, a um conjunto de seis dimensões.

- c) Variáveis biográficas – país de residência habitual, grupo etário, nível de instrução e profissão. Estas variáveis foram incluídas na análise estatística como variáveis ilustrativas, ou seja, não configuraram os eixos factoriais da análise de correspondências múltiplas, nem definiram o *cluster*. Foram apenas associadas às variáveis activas (os dois primeiros grupos) na fase final do processo, para a caracterização/descrição dos grupos.

Dentro deste quadro analítico instrumental, passaremos, de seguida, a descrever cada um dos tipos obtidos, grupos esses que ilustram a gama de frequentações turísticas e museológicas registadas no Concelho:

Tipo 1 – O turista jovem e estrangeiro em estada não cultural

Este tipo é constituído por um grupo de pequena expressão numérica (30), em que sobressaem os estrangeiros, sobretudo oriundos da Alemanha e de Espanha, com níveis de instrução média-alta e profissões no domínio dos quadros técnicos intermédios.

Em acréscimo, tratam-se de visitantes muito jovens (forte significado do estrato etário dos 18 aos 30 anos), em grande medida no Concelho de Silves pela primeira vez e, como tal, mais motivados para um tipo de exploração generalista e exploratória em que a dimensão do lúdico se sobrepõe à da aquisição de conhecimentos e de capital cultural.

Este último aspecto é, de resto, ilustrado pela débil preparação da estada em termos de informação prévia, facto que os leva a não visitar os museus do Concelho, desde logo, por desconhecimento da sua existência.

No geral, trata-se de um grupo que configura potencial para o turismo cultural, porventura numa fase mais avançada do seu percurso de vida enquanto turista e/ou num contexto de repetição da permanência no Concelho. E isto até porque se trata de um público que frequenta e tem opinião formada sobre os museus em geral.

Tipo 2 – O turista estudantil

Incorpora um grupo com expressão numérica significativa (57 unidades de análise), quase exclusivamente nacional (84%), muito jovem e, como tal, com níveis de escolaridade intermédios e em processo de prolongamento, com ocupação predominantemente estudantil.

Sendo um grupo jovem, embora em estada recorrente no Concelho e na localidade da entrevista, as suas estadas regem-se pelos padrões associados a este estrato etário: acento tónico na vertente lúdica da estada e meios de alojamento económicos.

Assim, o apartamento alugado junto da oferta paralela surge sobre-representada, bem como a não mobilização de qualquer informação prévia (ou durante) a estada. Interessa, ainda, referir que este grupo configura uma população que conhece os pontos/sítios patrimoniais de topo do Concelho mas que, porque não gosta de museus, passa ao lado das infra-estruturas deste tipo instaladas em Silves.

No geral, estamos perante um tipo de turista que se desloca ao Algarve e ao Concelho para se divertir ou descansar, dentro de um quadro de lazer que não significa cultura. Alguém afastado dos paradigmas culturais mais tradicionais, os quais, claramente, associa à instituição museu. Um turista a trabalhar e a carecer de formação para o turismo cultural e um espelho de largos estratos da juventude portuguesa.

Tipo 3 – O turista balnear tradicional alheado

Trata-se de um tipo frequente de visitantes do Concelho (ilustrado por 85 inquiridos), maioritariamente composto por indivíduos de nacionalidade portuguesa, em que predominam adultos com idades entre os 45 e os 60 anos,

níveis de instrução médios e profissões pouco qualificadas ligadas ao comércio e aos serviços.

Com sobre-representação do alojamento em Portimão, são visitantes ocasionais do Concelho e de Armação de Pêra (local onde predominantemente foram inquiridos), tendo utilizado para aí chegar o transporte colectivo em proporções superiores aos dos outros grupos.

No domínio das práticas culturais e museológicas constituem um tipo de visitantes alheado e pouco interessado, logo sem bases que lhes permitam fundamentar opiniões sobre as matérias em causa.

Em grande medida, constituem uma massa de turistas/visitantes que estão presentes no Concelho por razões diversificadas e gerais. Vêm conhecer tudo em geral e nada em particular, constituindo, portanto, uma massa de certo modo amorfa, pouco exigente, culturalmente falando, e pouco motivada para ultrapassar o âmbito da frequência superficial, em época baixa, de uma espaço com características balneares. A típica “massa” turística que enche os nossos litorais.

Tipo 4 – O excursionista rural

Este tipo congrega um reduzido número de inquiridos (10), todos nacionais, de idade predominantemente avançada (mais de 65 anos), com níveis de instrução bastante baixos e actividades profissionais no âmbito das actividades rurais (os que se não encontram reformados).

Estão alojados sobretudo fora do Algarve e, embora já estivessem estado no Concelho, foi para muitos a primeira vez que visitaram a cidade de Silves, local onde responderam ao inquérito.

Tendo-se deslocado em excursão, o perfil das práticas turísticas desenvolvidas na Cidade traduz essa condição: o Castelo e a Cruz de Portugal surgem sobre-

representados, bem como a informação turística providenciada por um acompanhante profissional.

Na prática, este tipo de visitante configura o perfil tradicional do excursionista nacional de génese rural, o qual frequenta somente aquilo que está programado, no geral os locais e sítios incontornáveis e num plano de visita relâmpago. Sendo, no passado, este tipo de deslocações muitas vezes organizadas pelos grupos excursionistas, na actualidade derivam em grande medida das colectividades de cultura e recreio, Juntas de Freguesia ou, mesmo, das instituições vocacionadas para o apoio à terceira idade.

Tipo 5 – *O turista da casa de férias (de residência secundária)*

Este grupo, um dos mais numerosos da tipologia (ilustrado por um conjunto de 83 inquiridos), compreende visitantes predominantemente nacionais (89%), com idades entre os 18 e os 45 anos e níveis de instrução médios.

Sendo as suas características biográficas relativamente pouco marcantes face aos restantes grupos, aquilo que melhor estabelece a sua diferenciação relaciona-se com o tipo de alojamento sobre-representado, os “outros”, ou seja, as residências secundárias e as estadas em casas de familiares e amigos.

Em acumulação com o anteriormente referido, o meio de deslocação em carro próprio e a motivação predominante para a estada - “o descanso” – remete-nos para o típico turista nacional que rumo ao Algarve para uns *short-breaks* durante a época baixa ou para as praias durante o Verão. Um turista urbano, médio em tudo, inclusive no seu interesse pelo domínio cultural: algo que se considera importante, mas não essencial, algo que se pratica mas não se abusa e, como tal, não se mistura demasiado com o tempo livre, tempo de relaxar e de fruir da não obrigação.

Assim, a informação prévia preparatória da estada surge como praticamente inexistente e as visitas aos museus do Concelho não estão nos seus horizontes, já

porque não gostam da temática, já porque não tiveram tempo. Isto apesar de conhecerem os pontos patrimoniais mais relevantes do Concelho, nomeadamente o castelo, a Sé e a Cruz de Portugal, esta última, de resto, visível da estrada.

Claramente, tal como outros tipos anteriores, um grupo de turistas a motivar e a captar através de estratégias de associação do lúdico com o cultural e da implementação de mecanismos tendentes a promover o efeito de “anzol” nos locais das respectivas residências secundárias.

Tipo 6 – O turista cultural de circuito

Este grupo de turistas, não sendo expressivo em quantidade (31), é-o em qualidade, já que configura o arquétipo do turista cultural do Concelho e, em última análise, o modelo do turista a atrair e a promover.

Maioritariamente estrangeiro (81%) e com residência habitual predominante na Holanda e no Reino Unido, é um turista de idade avançada, com nível de instrução superior e com profissões técnico-científicas. Ou seja, um turista culto, com tempo disponível e em situação de desafogo económico. Um turista em fase de exploração inicial de Silves e do Concelho.

Estes últimos aspectos traduzem-se na sobre-representação do tipo de alojamento “hotel” e de em Silves ser uma localidade relevante enquanto base da estada. Estes factos, cruzado com a relevância do meio de transporte “excursão”, remete-nos para os programas de circuitos turísticos ao Algarve (ou a parte dele) em que muitos estrangeiros chegam e permanecem na Cidade durante vários dias, instalados, quase em exclusivo, no Hotel Colina dos Mouros³⁷⁰.

Dentro das principais motivações que movimentam estes turistas a cultura assume um papel de destaque, algo que se quadra, não só com os níveis de instrução já

³⁷⁰ Programas esses que tivemos oportunidade de constatar aquando das nossas estadas na Cidade em trabalho de campo.

referidos e com as práticas e exigências turísticas daí decorrentes, mas também com o cuidado posto na preparação da viagem em termos informativos.

No geral, visitaram os pontos fulcrais da rota patrimonial da Cidade (o Castelo e a Sé) e o Museu da Cortiça está, igualmente, no seu programa de visitas.

Como se disse, trata-se de um perfil próximo ao ideal do turista cultural, um turista culto e interessado, com elevados níveis de exigência face aos museus, mas, igualmente, com forte apetência para valorizar favoravelmente locais e áreas como a Cidade de Silves: de forte vocação histórico-patrimonial e com uma dimensão de autenticidade ainda patente e sentida. Um turista modelar, a melhor conhecer para melhor captar.

Tipo 7 – O excursionista urbano

Este tipo, relativamente reduzido em número dos seus componentes (25), representa o complemento urbano e mais qualificado do Tipo 1, o “Excursionista rural”.

Trata-se de um grupo quase totalmente nacional (92%), de nível etário bastante avançado e com patamares de instrução médios-baixos.

Alojados predominantemente fora do Algarve, no modo de transporte para o local de inquirição está sobre-representada a modalidade “excursão”, no contexto da qual as visitas à Fábrica do Inglês e ao Museu da Cortiça assumem destaque particular.

No quadro do excursionismo nacional, tidas em conta as devidas diferenças ao nível das qualificações académicas, hábitos culturais e estatuto económico, este grupo representa a vertente nacional, num nível social mais baixo, do Tipo 5, pelo que representará um contingente a consolidar e a desenvolver no âmbito do turismo de feição cultural da Cidade e do Concelho.

Tipo 8 – O turista cultural de formação e vocação

Este grupo, quantitativamente expressivo (79 inquiridos) configura a “nata” do turismo cultural do Concelho, ou seja, o paradigma do novo turista no quadro de um novo modelo de desenvolvimento turístico a reforçar.

Inclui nacionais e estrangeiros (37% dos últimos, maioritariamente originários de Espanha e do Reino Unido), detentores de níveis de qualificação universitários e exercendo profissões no âmbito da gestão/administração empresarial e técnico-científico. Um turista, culto, esclarecido e de posses, em que a disponibilidade económica viabiliza a apetência pelas frequentações de cariz cultural.

Este último aspecto é tanto mais relevante quando se trata do único tipo em que surgem representações associadas às deslocações turísticas motivadas fundamentalmente pela vontade de visitar museus, seja dentro dos respectivos países, seja no exterior. As preocupações de índole cultural são, de resto, patentes através das apreciações efectuadas aos domínios por eles privilegiados nos museus em geral, matéria em que os aspectos mais distantes da cultura, como, por exemplo a loja e outros serviços, surge com valorações inferiores.

Sendo turistas que conhecem Silves de estadas anteriores, tal facto não impediu o recurso a livros para a preparação informativa da deslocação, a qual foi motivada por razões que se repartem entre o descanso, o Sol (maioritariamente, associado ao contingente estrangeiro) e a cultura.

No âmbito dos espaços culturais já conhecidos através das respectivas presenças, destacam-se o Castelo e a Cruz de Portugal, bem como o Museu da Cortiça e o Museu de Arqueologia.

Globalmente, este Tipo junta no seu seio um conjunto de turistas relativamente diversos, mas unido pelo cariz cultural com que impregnam os actos turísticos numa simbiose indissociável entre o lúdico e o cultural e pelas suas condições socio-económicas. O turista já do presente, mas, seguramente, também o do futuro que Silves pretende – ou declara pretender – construir.

Quadro 7 - Resumo da tipologia dos turistas/visitantes no concelho de Silves

Tipos e unidades de análise /variáveis consideradas	1 (30)	2 (57)	3 (85)	4 (10)	5 (83)	6 (31)	7 (25)	8 (79)
Variáveis das práticas turísticas e museológicas em Silves								
Localidade onde se encontra alojado			Portimão	Fora do Algarve		Silves	Fora do Algarve	
Tipo de alojamento		Casa alugada			Outros	Hotel		
Anteriormente no Concelho de Silves	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não		Sim
Primeira vez no local		Não	Sim	Sim	Não	Sim		Não
Como se deslocou para este local			Transp. Colectivo	Excursão ³⁷¹	Carro Próprio	Excursão	Excursão	
Principais razões para visitar este local					Descanso	Cultura		Descanso Cultura Sol
Apoios informativos a que recorreu para efectuar esta visita		Nada		Guias	Nada	Guias Folhetos Livros		Livros
Que museus já visitou						Cortiça (tenciona)	Cortiça	Arqueolog. Cortiça
Porque razão não visitou museus	Desconhecia	Não gosta de museus			Não gosta do tema Não teve tempo	Está prevista		
Visitou outros espaços patrimoniais do Concelho de Silves		Castelo Sé		Castelo Cruz	Castelo Cruz Sé Outros	Castelo Sé	Fábrica	Castelo Cruz
Variáveis de representação das práticas e representações museológicas gerais								
Deslocação com o objectivo princ. de visitar um museu ou exposição								Sim
Quando visita um museu que importância dá:								
Informação obtida ³⁷²	3-4				4-5	5		4-5
Temática	5				4	4		5
Loja/Outros serviços	2				3-4	1-2		2-3-4
Espaço/arquitectura	5				3-4	3		4-5
Objectos expostos	4				5	5		4-5
Organização da exposição					3-4-5	3		4
Variáveis biográficas								
Estrangeiros (%)	43%	16%	26%	0%	11%	81%	8%	37%
Pais	Alemanha Espanha					Holanda Reino U.		Espanha Reino U.
Grupo etário	1	1	3	4	1-2	4	4	Equilibrado
Instrução	Média- Alta	Média	Média	Baixa	Média	Alta	Média- Baixa	Alta
Profissão	Téc. int.	Estudan.	Com-serv	Agric Sem prof		Téc. cient		Empres Téc. cient

³⁷¹ Modalidades a **bold** – valor teste igual ou superior a 5.

³⁷² 1 – Sem importância; 2 – pouco importante; 3 – mediamente importante; 4 – muito importante; 5 – muitíssimo importante.

Gostaríamos, para terminar, de reforçar as seguintes ideias que subjazem aos resultados obtidos através da análise multivariada:

- a) Consideramos os vários tipos obtidos como representativos da paleta turístico-cultural do Concelho, seja pelo nosso conhecimento prévio da realidade existente no “terreno”, seja pela informação sobre a matéria que obtivemos através das entrevistas efectuadas.
- b) Os oito tipos parecem ilustrar a totalidade do espectro de frequentações turísticas de Silves, desde o tipo 4 que, na prática constitui um arcaísmo e uma herança dos tempos “gloriosos” do excursionismo popular (como por exemplo a rota dos cinco castelos estabelecida em torno de Lisboa), até ao Tipo 8, o qual configura a vanguarda da procura turística de âmbito vincadamente cultural, passando, como seria inevitável, pelo Tipo 3 que resume o turismo balnear em toda a sua pureza e simplicidade alheada.
- c) Finalmente, consideramos ainda que, face a esta paleta de turistas e de práticas culturais e museológicas, o concelho de Silves tem, já neste momento, matéria prima, ao nível da procura, susceptível de viabilizar uma inflexão da oferta rumo à afirmação de novos produtos e à densificação e diferenciação dos tradicionalmente existentes, nomeadamente e sobretudo, o balnear.

PARTE C – APONTAMENTO CONCLUSIVO

9 - DE NOVO AS HIPÓTESES, UM RETORNO CONCLUSIVO

Pretendemos, por último, alargar e consolidar um conjunto de conclusões que remanesceram em aberto aquando do fecho da Parte A, bem como efectuar um retorno às hipóteses de partida que estruturaram este trabalho desde o seu início. Relativamente ao primeiro dos aspectos mencionados - que, de resto, constitui já uma aproximação à avaliação final das hipóteses - relembramos o que então aí expressámos:

- a) “A verificação, ao nível local, do papel-chave dos modelos de desenvolvimento no processo de estruturação do turismo e dos museus será concluída através do estudo de caso que nos propomos desenvolver no Concelho de Silves.
- b) O terceiro lado do triângulo – turismo e museus – embora tenha sido abordado na generalidade logo no segundo capítulo, por opção, será concretizado no mesmo estudo de caso (...).”

Assim, procuraremos concretizar um esforço de síntese e de aprofundamento conclusivo sobre a realidade local de Silves – dizemos “aprofundamento” porque um conjunto de apreciações com carácter de conclusões específicas foram sendo apresentadas à medida que emergiam como pertinentes – susceptível de alimentar as notas finais sobre as hipóteses que estruturaram este trabalho e que expusemos logo no seu início.

Em nosso entender, as conclusões dos trabalhos, por mais longos que sejam, devem ser cirurgicamente tratadas e expostas, facto que justificará a nossa intenção de sermos tão sucintos nesta matéria quanto a complexidade dos temas e o “engenho e

arte” nos permitam. Esperemos, parafraseando livremente Padre António Vieira em carta ao Rei de Portugal, termos tempo para sermos o mais breves possível.

Por tudo o que anteriormente se referiu - acrescido do exercício tipológico agora apresentado no final da Parte B – é possível neste momento concretizar o discurso conclusivo que enunciámos.

No âmbito da modelação do desenvolvimento turístico de Silves afigura-se-nos a existência de uma estratégia pouco consistente e, do ponto de vista do todo concelhio, pouco coerente.

Dizemos pouco consistente, porque tivemos a oportunidade de nos apercebermos que não está totalmente consolidada uma visão estratégica para o turismo do Concelho, facto que, em nosso entender, justifica, não só a distância que por vezes se sente entre o discurso no plano das intenções e algumas tomadas de decisão que, na prática, o contrariam ou lhe são estranhas, mas também a sensação que retivemos de as iniciativas serem tomadas – ou aprovadas – dentro de um quadro algo casuístico, logo com um forte grau de permeabilidade face à potenciação de rumos não convergentes nos fins ou, mesmo, divergentes.

Lembramos, a este propósito, a contradição que, salvo melhor opinião, encontrámos entre as preocupações de reforço da sustentabilidade turística e de promoção da diversificação do destino e dos seus produtos face à recente aprovação do Plano de Pormenor do Sapal de Armação de Pêra, plano esse que representa a ocupação da última faixa litoral com significado territorial expressivo (logo, para além do valor ecológico envolvido, com um significado primordial enquanto reserva estratégica do Concelho), mas também a aposta em “mais do mesmo” – embora num plano de qualidade supostamente superior: mais sete mil camas turísticas a lançar sobre uma área já de si super congestionada e massificada, incremento das residências secundárias junto ao litoral e os inevitáveis - e incontornáveis - campos de golfe, ao que parece o petróleo que o Algarve descobriu e que, por falta de imaginação e

capacidade de inovação, repete *ad nauseam* numa área a braços com problemas hídricos e num país de escassos jogadores (logo, com pouca plasticidade face e eventuais crises do turismo internacional).

Dizemos, igualmente, pouco coerente, porque, do ponto de vista do modelo territorial de desenvolvimento turístico global, se presente uma dicotomia de fundo entre o litoral e o interior, algo que oscila entre o turismo cultural, *soft* e com preocupações de sustentabilidade e de qualificação para o Barrocal e para a Serra e a continuidade (e a inevitabilidade, não assumida e, se calhar, não consciente) do processo de deprecação e massificação turística do litoral. No fundo, como se a continuidade da destruição do litoral fosse o preço a pagar pela preservação e modelação turística alternativa do interior, algo para o que os brasileiros da bacia amazónica têm uma expressão ilustrativa: “boi para piranha”, ou seja, o boi que se faz atravessar em primeiro lugar o rio, para depois, enquanto dura o festim, podê-lo cruzar tranquilamente com o resto da boiada.

De uma forma mais ajustada à produção científica, um decalque, até certa medida, do modelo de desenvolvimento turístico Canário, com as suas áreas “dadas à morte” e com as restantes protegidas e cuidadas.

É óbvio que a realidade nunca corresponde a estas apreciações que, para reforço das ideias subjacentes, são pintadas com uma paleta demasiado reduzida onde predomina o preto e o branco. Isto quer dizer que Armação de Pêra não foi esquecida e abandonada à sua sorte de uma forma radical e assumida. Aliás, tal facto seria politicamente insuportável e a também recente ratificação do PP da Vila desmentiria.

O que queremos, efectivamente, transmitir é que, independentemente das condições de base, dos recursos e da história turística, a qualificação, diversificação e diferenciação turística deve ser uma preocupação com equivalência em todo o território, algo que, seguramente, passará por iniciativas e processos diferentes, mas dentro de um quadro de futuro projectado igualmente sustentável e dentro de uma geometria de esforços e perseveranças equilibrada.

Duvidamos que assim seja e, mesmo com toda a abertura de espírito, nem o que constatámos no terreno, nem a permissividade e plasticidade do PP agora em vigor, nem as iniciativas concretas (não) desenvolvidas na Freguesia tendo em vista densificar e diversificar o naipe da oferta balnear básica e de baixa estirpe predominante, nos induzem grande optimismo quando à quebra do ciclo infernal de “mais do mesmo”.

E, contudo – como diria Galileu -, ela move-se, ou seja, a procura está lá, à espera de ser motivada, cativada e tratada como se o turista não fosse considerado pertencendo a uma subespécie humana, alguém entre o onagro sem interesses, a meio caminho evolutivo entre os batráquios (de quem derivaria a apetência pela água e pelo Sol) e os seres humanos.

Se alguma informação valiosa se retira da análise efectuada à procura turística através do inquérito por nós levado a cabo é, precisamente, a diversidade de quem ruma ao Concelho em plano de lazer, à Cidade, mas também a outros territórios, inclusive Armação de Pêra.

É certo que encontramos os turistas tradicionais do balnear puro e duro, alheados de tudo o resto para além dos estreitos horizontes dos “*lazy days*”, mas também é verdade que existem tipos de turistas com outras ambições e expectativas e, sobretudo, que estão presentes largas franjas com potencial para outras práticas e outras estadas turísticas, assim existam condições na oferta e assim lhes sejam propostas e facilitadas actividades alternativas. Como já dissemos, há que diversificar o Concelho em termos de novos produtos turísticos, mas há, também, que criar módulos específicos, de natureza cultural ou outra, acopláveis aos produtos já existentes. A qualificação turística também passa por aí e a diferenciação, essa, então, nem vale a pena referir.

Tudo isto, conduz-nos para o plano específico da relação entre o turismo e os museus em Silves, a qual, como a tipologia efectuada nos ilustra, existindo, é, igualmente, escassa ou, talvez melhor, distante. Pelo menos para muitos.

Um distanciamento compreensivelmente superior quando nos afastamos da Cidade, seja pela localização das instituições mais vocacionadas para estabelecer encruzilhadas com os turistas, seja, ainda, pela natureza e especificidades intrínsecas das procuras que demandam os vários territórios concelhios, bastante mais despertas para o plano cultural na Cidade que nas restantes áreas, sobretudo no litoral.

Ainda assim, é preciso ter em linha de conta que se o referido afastamento pode ser parcialmente associado às naturezas da procura turística, tal facto não deve obnubilar a outra face da medalha, ou seja, as filosofias e as práticas museológicas instaladas.

No âmbito do primeiro aspecto – as filosofias -, reforçamos o que já anteriormente referimos, a necessidade de estreitar a ligação dos museus às populações locais, libertando as energias criadoras destas e, deste modo, chegar aos turistas dentro de um quadro de autenticidade e de ambiente cultural suportado pela acção endógena. Modelar museus para os turistas, como a firmou a directora de Casa-Museu João de Deus, seria um erro, já porque se perderia a sua capacidade dinamizadora das bases endógenas de suporte ao desenvolvimento, já porque se desprezaria um importante factor de produção de identidades (tão necessárias em áreas a braços com problemas de erosão decorrentes do turismo), já, ainda, porque os turistas mais exigentes que estruturam a procura do turismo cultural são pouco sensíveis a produtos desligados das vivências locais e especialmente preparados para o consumo externo.

Relativamente ao segundo aspecto, as práticas, será desejável eliminar alguma passividade que verificámos nalguns museus do Concelho, dotando-os, para tanto, do orçamento necessário e, sobretudo, do capital humano indispensável para tal.

Por outro lado, interessa adoptar estratégias mais agressivas para fazer os visitantes fluírem aos museus, seja reforçando os canais de divulgação e informação museológica para o exterior, seja combinando a oferta museológica com outros tipos de oferta de âmbito cultural e lúdico, obtendo, deste modo, efeitos sinérgicos em termos de visibilidade e de atractividade das infra-estruturas instaladas.

Importa, ainda, ter presente que os museus não podem – nem devem – acantonar-se às quatro paredes que lhes servem de contentor, devendo adoptar, ao invés, práticas de extensão museológica para as localidades turísticas (através, por exemplo, da organização de exposições itinerantes a integrar nos programas locais de animação turística) ou, de uma forma mais perene, assumindo a liderança em processos de musealização de locais de elevada atractividade turística, como, por exemplo, o Castelo.

Em qualquer caso, tal como em muitas outras actividades, é necessário adoptar uma postura de não só trazer os visitantes aos museus, mas também levar o museu aos visitantes, seja esporadicamente através de iniciativas temporárias, seja de forma prolongada no tempo através da assumpção do conceito de musealização dos espaços exteriores, no caso da Cidade de Silves, rasgando com a ideia dos museus da Cidade e abrindo-se à perspectiva de Cidade Museu, perspectiva essa em que os núcleos museológicos nada mais são do que antecâmaras em que se preparam e organizam as visitas ao verdadeiro objecto musealizado – a Cidade (ou o território).

Retomando, agora, as conclusões parciais da parte A, podemos afirmar que as grandes constatações então efectuadas se confirmam:

- a) Desde logo, porque é possível afirmar que existem relações entre as dinâmicas teóricas/conceptuais e metodológicas no âmbito do desenvolvimento dos territórios e os percursos trilhados pelo turismo e pela cultura/museus.
- b) Por outro lado, porque estas relações não se estabelecem com a mesma nitidez, nem através dos mesmos mecanismos consoante consideramos os museus e o turismo numa óptica relacional face aos modelos de desenvolvimento.
- c) E, ainda, porque as relações observadas entre o turismo e os museus com os modelos de desenvolvimento territorial também apresentam efeitos de *fade out* à medida que vamos subindo nas escalas de análise, desde os patamares mais globais para os locais.

Tudo isto ressaltando, também como já referimos anteriormente, que:

- a) As lógicas relacionais não são totalmente lineares e directas.
- b) As lógicas relacionais não são integralmente correspondentes do ponto de vista temporal.
- c) Existem outros factores, diversos em função das realidades consideradas, que detêm peso explicativo nos percursos do binómio museus/turismo e que se prendem com as especificidades próprias dos espaços e das épocas, ou seja, com a sua contextualização (ou a contextualização dos factos na realidade que integram), algo que os modelos de análise que propugnam por uma visão holística para compreender a realidade têm vindo a defender há bastante tempo.

Ao nível local estes aspectos são particularmente sentidos tendo em conta a natureza muito diversificada da acção local, seja pela própria importância e natureza da acção autárquica face aos modelos de desenvolvimento adoptados e às estratégias que neles estão reservados para o turismo, a cultura e os museus, seja pelas diversas capacidades de intervenção das comunidades na promoção e na formatação das actividades culturais e turísticas de forma inovadora, em particular, bem como no domínio do exercício da cidadania e da governância, em geral.

Quadro 8 - Relações apuradas no final da Parte B ente as dimensões estruturantes do trabalho, quadro reestruturado

	Grandes modelos de desenvolvimento	Desenvolvimento do turismo à escala global	Desenvolvimento do turismo à escala nacional	Desenvolvimento do turismo à escala local	Percursos museológicos à escala global	Percursos museológicos à escala nacional	Percursos museológicos à escala local
Grandes modelos de desenvolvimento							
Desenvolvimento do turismo à escala global							
Desenvolvimento do turismo à escala nacional							
Desenvolvimento do turismo à escala local							
Percursos museológicos à escala global							
Percursos museológicos à escala nacional							
Percursos museológicos à escala local							

Legenda:

- Relações muito evidentes
- Relações evidentes
- Relações relativamente evidentes
- Relações menos evidentes

Fonte : elaboração própria.

Em síntese, o quadro anterior evidencia um conjunto de relações que se estabelecem em três vectores de gradação diferentes:

- c) Do turismo para os museus, ou seja, da actividade económica para a actividade menos associada à economia. É de referir que, embora isso não esteja ilustrado na figura anterior, a análise efectuada permite afirmar que a cultura no seu

todo estabelece uma situação de passagem entre os dois (tome-se como exemplo as indústrias culturais).

- d) Do plano global ou, se preferirmos, mundial para o local em termos de relações entre os modelos de desenvolvimento e o binómio turismo/museus.
- e) Também do global para o local, embora com efeitos de *fade out* menos marcantes, entre o turismo e os museus.

Relativamente ao segundo aspecto mencionado no início deste apontamento conclusivo – as hipóteses de partida – consideramos já ter entreaberto a “caixa” de respostas ajustáveis. Contudo, tendo em vista a sistematização das mesmas, procuraremos sublinhá-las de forma concreta e concisa.

O leque de interrogações iniciais era, relembramos, constituído pelas seguintes entradas:

- e) Num plano mais geral - As **orientações** e as **dinâmicas** do **desenvolvimento territorial** (nas suas vertentes económicas, sociais e culturais) têm uma **correspondência** evidente **nas transformações** verificadas no âmbito do **turismo** e dos **museus**, quer em termos conceptuais, quer ao nível das práticas?
- f) Num plano mais específico - Os **museus** podem **contribuir** para a definição de um **novo** modelo de **desenvolvimento turístico** com fortes implicações ao nível territorial?

Face à primeira das hipóteses, consideramos confirmado que:

- a) Existe uma correspondência entre as lógicas adstritas aos vários modelos de desenvolvimento territorial e as que têm estruturado, não só a construção dos edifícios conceptuais, mas também os territórios do turismo e dos museus.
- b) As referidas correspondências são mais nítidas e estreitas entre o desenvolvimento territorial e o turismo do que com a cultura e os museus,

facto decorrente do afastamento da vertente económica – imposto e auto-imposto – que este último campo experimentou até há bem pouco tempo.

- c) As correspondências anteriormente aludidas entre as concepções de desenvolvimento territorial com o turismo e os museus, sendo nítidas (e evidentes) no plano conceptual e nas escalas menores, evidenciam desfocagens, ruídos e diacronismos quando nos aproximamos do nível local, nível esse onde, contudo, as ligações entre o turismo e os museus são, de forma crescente, mais patentes.

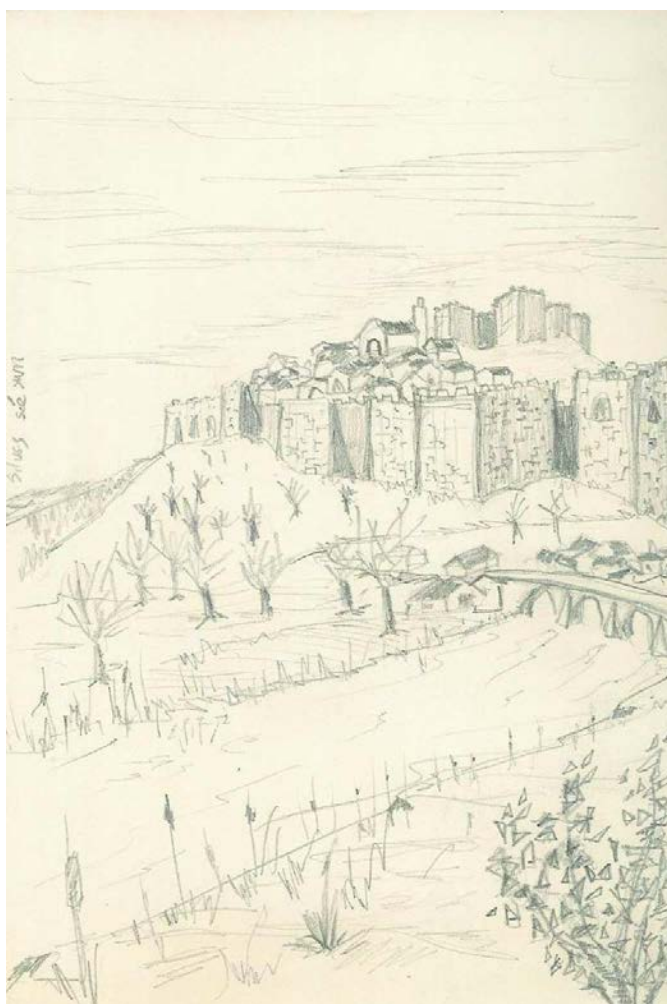
Em ligação com este último aspecto, introduzimos a segunda hipótese levantada – os museus enquanto motores de um novo modelo de desenvolvimento turístico. No âmbito deste aspecto, importa referir que:

- a) Consideramos que os museus podem efectivamente contribuir para a ascensão e afirmação de um novo modelo de desenvolvimento turístico mais esclarecido, menos depredador e mais sustentável.
- b) Temos para nós que esta contribuição só pode ganhar um significado motor desde que a integração museus/outros domínios culturais seja efectiva e que os próprios museus assumam concepções e práticas tendentes a fazê-los sair dos respectivos invólucros de protecção.
- c) Para tanto será, igualmente, necessário que os museus, dotados de meios humanos e materiais, se liguem às comunidades locais, reconhecendo nelas o interface indispensável e necessário, num plano de autenticidade e dinamismo, entre eles e o turismo e, por acréscimo, robustecendo-as no plano identitário contra os inevitáveis efeitos erosivos do turismo.
- d) Existem espaços turísticos que, pelas suas características, estão mais vocacionados e aptos para a sua estruturação em torno de novas perspectivas de desenvolvimento turístico motorizadas pelo binómio cultura/natureza.
- e) Ainda assim, mesmo os territórios turísticos mais tradicionais em termos de estruturação do seu desenvolvimento, possuem janelas de oportunidade nesta

matéria, janelas essas que não só lhes permitirão inverter processos de maturidade avançada dos produtos tradicionais, mas também qualificá-los, diferenciá-los e rejuvenescê-los.

Numa palavra final, há potencial para acolher e suportar os novos modelos turístico-culturais pela parte da procura, assim a oferta o compreenda e se liberte das tradicionais teias de interesses instalados e das outras teias, talvez mais persistentes e robustas, que travam a mudança e a inovação.

Figura 141 - Silves no século XVII



Fonte: desenho do autor efectuado na C. M. de Silves durante a espera de uma entrevista

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter implicado um prazo de maturação longo, este trabalho foi elaborado em sete meses, desde 6 de Agosto de 2007 a 6 de Março de 2008, um período que, parecendo reduzido, foi possível porque mobilizou todos os momentos que a minha vida profissional e pessoal deixaram livres.

Este ritmo relativamente intenso que viabilizou a finalização do objectivo que me propus concretizar, após o final do ano lectivo 2006/2007, cerca de um mês antes do prazo inicialmente calculado, não se destinou a cumprir qualquer imposição e, menos ainda, a estabelecer alguma marca de velocidade. Na verdade, correspondeu à adequação da tarefa em causa à minha forma algo peculiar de trabalho, algo intensa - roçando a obsessão – mas com pouca perseverança no tempo. Nesta matéria, para garantir a chegada à meta e sabendo que não sou um “corredor de fundo”, optei por fazer o percurso em velocidade.

Não considero, contudo, que o facto de ser um “corredor de velocidade” encerre em si qualquer mérito, já porque, como vimos, tratou-se de um mecanismo de defesa contra a tentação de me absorver nas tarefas quotidianas e empurrar para a frente outras, como esta, sem prazo definido ou imposto, já porque me limitei a aplicar, aqui, os ritmos de trabalho a que me habituei na minha vertente profissional enquanto consultor e enquanto participante em equipas de estudos e planos.

Referi tudo isto, de relativo interesse, somente para chegar ao ponto que queria abordar: os custos da velocidade.

Efectivamente, olhando para trás ao fim de sete meses e avaliando o trabalho produzido, não posso deixar de manifestar a sensação de que existem partes neste trabalho que, quiçá se o tempo que dei a mim próprio fosse outro, poderiam ter sido agarradas de forma diversa, porventura mais consistente. Também é verdade que estou sabedor da transversalidade desta sensação ao terminar uma tarefa de “fôlego” e

que é comum pensar-se de que ao se colocar a última palavra num trabalho criam-se as condições óptimas para o (re)iniciar.

Assim, embora assumindo o ónus da velocidade como um preço natural a pagar, há que reconhecer os seus efeitos, os quais, se em muitos aspectos são irrelevantes, noutros, nem tanto. Está entre estes últimos o inquérito que levei a efeito aos turistas em visita ao Concelho de Silves, o qual, idealmente, deveria ter sido realizado durante a época alta ou, melhor, durante as duas épocas, alta e baixa.

Apesar de ter tentado emular essa insuficiência através da data escolhida – o Carnaval – reconheço que os resultados obtidos seriam mais sólidos se fossem obtidos através de um processo de inquirição melhor situado no tempo. Em última análise e na minha autoavaliação, talvez seja esta a maior das debilidades que este trabalho apresenta.

Poder-se-á perguntar, então, porque não se aguardou por melhor oportunidade. A resposta, mais uma vez, radica nas minhas próprias limitações para manter níveis de motivação suficientemente altos - susceptíveis de alimentar o esforço continuado que um trabalho desta natureza exige - durante muito tempo.

Assim, foi uma opção que tomámos sabendo que não seria a ideal, mas que representava, isso sim, a melhor possível no quadro do tempo útil que as nossas reservas de “oxigénio” nos disponibilizavam.

No fundo, a aplicação de duas meras estratégias comuns na aviação: garantir sempre a velocidade capaz de provocar os efeitos ascensionais mínimos necessários; ultrapassar e combater a turbulência através do aumento da velocidade.

E, como em tudo, há aviões e aviões ...

Cruz Quebrada, 6 de Março de 2008

De tudo ficam três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto devemos:

Fazer da interrupção um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro...

Fernando Pessoa

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

- Amin, Samir (1976), *Imperialism and Inequal Development*, Hassocks, Harvester.
- Amirou, R. (1995), *Imaginaire Touristique et Sociabilité du Voyage*, Paris, PUF.
- André, Isabel (2006), *Cultura e Desenvolvimento, Documento da palestra efectuada no Observatório Social do Alentejo*, Fundação Eugénio de Almeida.
- André, Isabel (2007), *Estratégia de análise (apresentação de apoio ao ensino)*.
- Aurindo, M. J. (2006), *Portugal em Cartaz: representações do Destino Turístico (1911-1986)*, Estudos de geografia Humana e Regional, 48, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Aydalot, P. (1986), *Millieux Innovateurs en Europe*, Paris, GREMI.
- Beni, Mário Carlos (1997 2ª Ed.), *Análise Estrutural do Turismo*, São Paulo, Editora SENAC.
- Boserup, Esther (2007 2ª Ed.), *Women's Role in Economic Development*, Londres, Earth Scan/James & James Ltd.
- Brígola, João Carlos (Rel.), (2003), *Perspectiva Histórica da Evolução do Conceito de Museu em Portugal*, *Revista da APOM*, Lisboa.
- Britton, SG (1982), *The Political Economy of Tourism in the Third World*, *Annals of Tourism Research*, 9.
- Butler, R. W. (1980), *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources*, *Canadian Geographer* 24,
- Câmara Municipal de Silves (2006), *Percursos*, DCTP/SIG, Silves.
- Câmara Municipal do Seixal (2000/01), *Ecomuseu Municipal do Seixal, Programa de Qualificação e de Desenvolvimento*, CMS, Pág. 3.

- Campbell S. e Feinstein S. (ed.) (1996), *Readings in Planning Theory*, Cambridge, Blackwell Publishers.
- Cardoso, F. H. e Falleto, E. (1979), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Carvalho, Paulo (2001), Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia”, comunicação ao 1º Congresso de Estudos Rurais, Coimbra.
- Cazes, Georges (1992), *Tourisme et Tiers Monde, un Bilan Controversé*, Paris, L’Harmattan.
- CCDRA (2001), A Situação Actual da Arqueologia e do Património Arqueológico no Algarve, Faro.
- CCDRA (2003), *Sócio-demografia das Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, Faro.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (2006), *Algarve, Estratégia de Desenvolvimento 2007*
- Cooper, Chris e Hall, Michael (2008), *Contemporary Tourism, an International Approach*, Butterworth-Heinemann, Oxford, Reino Unido.
- Corbridge, Stuart (Ed.) (1995), *Development Studies*, Londres, Edward Arnold.
- Creative Exchange (2003), *Routemapping Culture and Development*, Reino Unido (Department for International Development).
- Cunha, Licínio (2006), *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, Verbo.
- Custódio, Jorge (1999), Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês”, in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Exposição Permanente, Estudos e Catálogo*, Fábrica do Inglês S. A., Silves.
- de Kadt, Emanuel (1979), *Tourisme, Passeport pour le Développement*, Paris, Unesco-Banco Mundial.

- Dias, João Alveirinho, Evolução da Zona Costeira Portuguesa: Forçamentos Antrópicos e Naturais, *in Encontros Científicos* (SD: 8).
- Dionísio, Santana e outros (1927, 1ª Ed.), *Guia de Portugal II, Estremadura, Alentejo e Algarve*, Fundação Calouste Gulbenkian (1983, reedição), Lisboa.
- Directoria Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia (2007), *European Cultural Values*, Special Eurobarometer 278, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Domingues, J. D. Garcia (2002, 2ªEd.), *Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, Câmara Municipal de Silves, Silves.
- Duclos, La Recherche Etonologique et le Musee, Comunicação apresentada em Barcelona a 23 e 24 de Março de 2001 (Inventari del Patrimoni Etnologic de Catalunya).
- Escobar, Arturo (1992), Development Planning, in Sachs (ed.), (1992), *The Development Dictionary: a Guide to Knowledge as Power*, Londres, Zed Books.
- Fannon, Franz (1961), *Les Damnés de la Terre*, Paris, Ed. Maspero.
- Faria, Margarida Lima, Etapas e Limites da Globalização da Cultura Institucional: os Museus, *in* Fontoura, Carlos e Silva, Augusto Santos (Org.), (2002), *Projecto e Circunstância, Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Fernandes, Ana Mercedes Stoffel (2006), *Um Núcleo Documental para o Estudo do MINOM*, dissertação de mestrado apresentada na ULHT, Pág. 73.
- Fernandez, Luis Alonso (1993), *Museología, Introducción a la Teoria e Práctica del Museu*, Madrid, Istmo.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Monitor, Lisboa.
- Frank, A. G. (1969), *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, New York, Monthly Review Press.
- Frank, G. (1966), The Development or Underdevelopment, *Monthly Review*, September 1966.

Friedmann, J (1966), *Regional Development Policy: a Case Study of Venezuela*, Cambridge (Mass.) e Londres, MIT Press.

Fukuyama, F. (1992), *O Fim da História e o Homem*, Gradiva, Lisboa.

GEOIDEIA e TAU (2003), *Estudo de Avaliação da Acção Piloto de Cooperação Portugal, Espanha, Marrocos sobre Ordenamento do Território e Património Cultural (Resumo Executivo)*, Ed. G&T, Madrid.

Giddens, A. (2000), *Un Mundo Desbocado. Los efectos de la Globalización en Nuestras Vidas*, Madrid, Taurus.

Goes, Maria das Dores Jorge (1998), *Silves, Naquele Tempo ... e Agora (1956-1997)*, Câmara Municipal de Silves, Silves.

Gomes, Rosa Varela (2002), *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andaluz: Território e Cultura*, Trabalhos de Arqueologia 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

Gomes, Rosa Varela (2003), *Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb Al-Andaluz: a Alcáçova*, Trabalhos de Arqueologia 35, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

Gonçalves, Alexandra Rodrigues (2006), *A componente cultural do turismo urbano como oferta complementar ao produto “Sol e Praia”, o caso de Faro e Silves*, GEPE-IFT, Lisboa.

Grefe, Xavier (1999), *La Gestion do Patrimoine Culturel*, Paris. Anthopos.

Groupe de Travail Européen sur la Culture et le Développement (1998), *La Culture au Coeur, Contribution au Débat sur la Culture et le Développement en Europe*, Strasburg, Editions du Conseil de l'Europe.

Hegoa e Mugarik Gabe Nafarroa (1996), *Bajo el Mismo Tetcho*, Bilbo e Iruñea, Instituto de Estudios Economicos sobre el Desarrollo (Universidad del Pais Vasco) e ONG Mugarik (Navarra).

Hernández, Francisca Hernández (1994), *Manual de Museología*, Madrid, Editorial Síntesis.

Hoselitz, Bert F. (1952), "Non Economic Barriers to Economic Development", in "Journal Economic Development and Cultural Changes", Nº1, 1952, Chicago, Universidade de Chicago.

Inventário da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; PDM de Silves; CCDR Algarve (2001), *A situação Actual da Arqueologia e do Património Arqueológico no Algarve*, Faro.

Klut, Ana Teresa de Macedo (2003), *Economuseu "Casa de Bordados"*, dissertação de mestrado, ULHT.

Kuhn, Thomas S. (3ª Ed. 1999), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Editora Perspectiva.

Lopes, Hernâni e outros (2005), *Reinventando o Turismo em Portugal, Estratégia de Desenvolvimento Turístico no I Quartel do Século XXI*, Lisboa, Confederação do Turismo Português.

Lowe, L e Lloyd, D. (1997), *The Politics of Culture in the Shadow of Capital*, London, Duke University Press.

Lozato – Giotrad, J. P (1987), *La Géographie du Tourisme*, Masson, "Géographie", Paris.

Marques, A. H. de Oliveira (1977, 7ªEd.), *História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Palas Editores.

Matarasso, F. Ed. (2001), *Recognising Culture*, Comedia, Canadian Heritage, UNESCO.

Mateus, Augusto (Coord.) (2005), *Competitividade territorial e Coesão Económica e Social*, AMA, CIRIUS, GEOIDEIA, CEPREDE, Lisboa, Observatório do QCA.

Meadows, Donella; Meadows, Dennis; Rinders, Jorgen; Williams, Behrens (1972), *The Limits to Growth*, short version, sem referências.

Mendes, Américo M. S. Carvalho (2002), *A Economia do Sector da Cortiça em Portugal. Evolução das Actividades de Produção e de Transformação ao Longo dos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão (Documento de Trabalho).

Mensch, Peter Van (1995), *Magpies on Mount Helicon?*, in Scarer (Ed.), *Museum and Community*, ICOFOM Study Series 25.

Mihalic, Tanja (2002), *Tourism and Economic Development Issues*, in Sharpley e Telfer (2002).

Ministério das Finanças (2004), *Portugal, prospectiva das Actividades e Territórios*, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Direcção de Serviços de Prospectiva.

Miossec, JH (1977), *Un modèle de l'espace touristique*, *L'Espace géographique*, N°1.

Mónica Perez (2004), *Manual del Turismo Sostenible*, Madrid, Ediciones Mundi-Prensa.

Morató, Arturo Rodriguez - Ed. (2006), *La Sociedad de la Cultura*, Barcelona, Ariel.

Moreira, Fernando João (1987), *Para além da Nova Museologia*, *Meridies* N°9, Monte Redondo.

Moreira, Fernando João (2000), *The Creation Process of a Local Museum*, in *Sociomuseology*, Cristina Bruno, Mário Chagas e Mário Moutinho (Ed.), Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

Moreira, Fernando João (2004, 2ªEd.), *O Turismo em Espaço Rural, Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

Moulaert, Frank e Nussbaumer, Jacques (2004) – “Integrated Area Development and social innovation in European cities. A cultural focus”, *City* vol. 8, no. 2.

Moulaert, Frank e Nussbaumer, Jacques (2005), *The Social Region: Beyond the Territorial Dynamics of the Learning Economy*, *European Urban and Regional Studies* 12, Londres, Sage Publications.

Moutinho, Mário (1989), *Museus e Sociedade*, Cadernos de Património N°5, Monte Redondo, Museu Etnológico de Monte Redondo.

Moutinho, Mário (1997), *Theory and Practice of Social Museology*, *Stoneterior*, N° 46, Tóquio (sem número de página).

Museu Etnológico de Monte Redondo (1984), *Projecto de Actuação do Museu Etnológico de Monte Redondo*”, *Revista Meridies N°1*, Monte Redondo, Pág. 155.

Museu sem Fronteiras (1999), *Itinerário/exposição Terras da Moura Encantada, Arte Islâmica em Portugal*, Civilização Editora, Porto.

Neves, A. Oliveira (2003), *Condicionantes e Potencialidades dos Produtos Tradicionais, Região do Algarve*, Faro, CCDR.

Neves, José e Santos, Jorge (2006), *Os Museus em Portugal no Período 2000-2005: Dinâmicas e Tendências*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais (texto em www.oac.pt).

Organização Mundial de Turismo (2ª Ed. 2003), *Turismo Internacional, Uma Perspectiva Global*, São Paulo, Bookman

Origet du Cluseau Cl. (1998), *Le tourisme culturel*, Paris, PUF.

Ortigão, Ramalho (1876), *As Praias de Portugal*, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

Patchter, Marc e Landry, Charles (2001), *Culture at the Crossroads, Culture and Cultural Institutions at the Beginning of the 21st Century*, London, Comedia Publications.

Pearce D. G. (2ª Ed., 1989), *Tourism Development*, New York, Longman.

- Pina, Paulo (1988), *Portugal, o Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidos.
- Polèse, Mário (s.d.), *From regional Development do Local Development: on the Life, Death and Rebirth (?) of Regional Science as a Policy Relevant Science*, Universidade de Montreal.
- Porter, Michael (1990), *A vantagem Competitiva das Nações*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Porto, Héctor M. Pose (2006), *La Cultura en las Ciudades, un Quehacer Cívico-Social*, Barcelona, Editorial Graó, de IRIF S.L.
- Prebisch, Raul (1964), *Portée de la Conference des Nations Unies sur le Commerce et le Développement. Rapport Adressé au Secrétaire Général des Nations Unies par le Secrétaire Général de la Conférence*, Paris, PUF.
- Pretty, J. (1994), *Alternative Systems of Inquiry for a Sustainable Agriculture*, Institute of Development Studies Bulletin, 25 (cit. por Sharpley & Telfer (2002)).
- Radcliffe, Sara A. (org.), (2006), *Culture and Development in a Globalizing World, Geographies, Actors and Paradigms*, Oxon, UK, Routledge.
- Ramos, Manuel Castelo, em www.geocities.com/baetaoliveira/hist.html 2013, Faro, CCDRA.
- Rivard, René (1984), *Que le Musée s'Ouvre*, livro policopiado, Québec, Canadá.
- Rivière, Georges Henri (1993), *La Museología, Curso de Museología, Textos y Testimonios*, Los Berrocales del Jarama, Ediciones Akal.
- Rodrigues, MJ, Neves, A e Godinho MM (2003), *Para uma Política de Inovação em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- Rostow, Walt Withman (1960), *The Stages of Economic Growth: a Non Communist Manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press.

Ruiz, Carlos Vogeler e Armand, Enrique Hernández (2002), *El Mercado Turístico, Estructura, Operaciones y Procesos de producción*, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid.

Scibilia, Muriel (2003), *La casamance Ouvre ses Cases*, Paris, L'Harmattan.

Sentías, Josep Font (coord), (2ª Ed. 2006), *Casos de Turismo Cultural*, Barcelona, Editorial Ariel .

SGO2500: Dependency Theory, November 19, 2004 (não publicado).

Sharpley, Richard e Telfer, David J. (coord.), (2002), *Tourism and Development, Concepts and Issues*, Clevedon, U.K., Channel View Publications.

Shiva, V. (1989), *Staying Alive: Women, Ecology and Development*, London, Zed Books.

Simard, Cyril (1989), *L'Economuseologie, Comment Rentabilizer une Enterprise Culturelle*, Montreal, Centre Educatif et Culturel.

Simões, José Manuel (2007), *Geografia do Lazer e do Turismo (programa)*, Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano N° 66, Lisboa, CEG.

Teixeira, Madalena Bráz (2000), *Balanço do Século, Boletim da APOM*, III Série, Lisboa.

Tufs, Steven e Milne, Simon (1999), *Museums, a Supply-Side Perspective*, *Annals os Tourism Research*, Vol 26, N° 3, Elsevier Science.

Turok, Ivan (2005), *Social Cohesion as a Factor of Competitiveness and Regional Growth*, Conferência da OCDE, *Sustainable Cities: Linking Competitiveness with Social Cohesion*, 13-14 de Outubro de 2005, Montreal, Canadá, Universidade de Glasgow.

UNESCO, *Universal Declaration of Cultural Diversity*, November 2001.

Vale, Mário (2005), *Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional: Programa*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

Vieira, João Martins (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo, uma Perspectiva Estratégica*, Lisboa, Verbo.

World Tourism Organization, *Compendium of tourism Statistics, 1990-1995*, Madrid

World Tourism Organization, *Tourism 2020, East Asia & Pacific*, Vol. 3, Madrid.

World Tourism Organization, *Tourism market trends*, ed. 2006, Madrid.

Zimmermann, E. W. (1951), *World Resources and Industries*, Harper and Brothers, Nova Iorque.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abraham Maslow	83
Adam Smith.....	77
Alveirinho Dias	467
André.....	229
António Ferro	186
António Nabais.....	332
Arizipe L.....	225
Arturo Escobar,.....	57
Augusto Mateus.....	50
Aurindo.....	188
Aydalot.....	91
Beni	117
Boserup.....	86
Brígola.....	324
Britton.....	137
Brundtland	153
Butler	120, 129
Campbell	76
Cardoso.....	138
Cazes	136
Chris Cooper.....	465
Círyl Simard	268
Corbridge.....	57, 59, 78
Cunha	191, 192, 203
David J. Telfer.....	26, 55
David Ricardo.....	77
de Kadt	109, 138
Deepak Lal	78
Domingues.....	524
Duarte Pacheco.....	186
Duclos.....	269
	609

Eduardo Cardoso Mascarenhas.....	466
Ellen Semple.....	61
Enver Hoxha.....	72
Estácio da Veiga.....	467, 469
Fannon.....	136
Faria.....	330, 335
Feistein.....	76
Fernando Henriques Cardoso.....	70
Fidel Castro.....	72
Francis Fukuyama.....	57, 146
Frank Moulaert.....	90, 93, 95, 138
Franzt Fanon.....	69
Friedmann.....	73
Giuseppe Tomasi de Lampedusa.....	120
Gomes.....	398, 401, 402, 404
Gonçalves.....	514
Graça Filipe.....	348
Gunder Frank.....	71
Helmut Kohl.....	76
Heras.....	85
Hoselitz.....	65
Huges de Varine Bohan.....	232, 265
Ivan Ilich.....	225
Ivan Turok.....	51
Jacobo Arbenz.....	74
Jacques Derrida.....	57
Jacques Tati.....	101
Jeremy Bentham.....	77
Joan Manuel Serrat.....	489
John F. Kennedy.....	80
Jorge Custódio.....	525, 545
Josep Font Sentías.....	47
Kassé.....	136
Keynes.....	65
Laundry.....	219
Le Monnier.....	479
	610

Léo Lagrange.....	100
Léon Blum.....	100
Lopes	200
Luis Alonso Fernandez.....	237
Madalena Brás Teixeira.....	338
Manuel Ramos.....	398, 466
Mao Zedong	72
Marcuse	69
Margaret Thatcher	76
Maria das Dores Jorge de Goes	523
Mário Moutinho.....	330, 332, 351
Marques	406
Matarasso.....	227, 231
Max Weber	94
Meadows	153
Mendes	408
Mensch	261
Michael Hall	465
Michel Foucauld.....	57
Milne	252
Miossec.....	129
Morató	220
Moreira	194, 267
Myrdal	66
Neves	317, 419
Nussbaumer	90, 95
Pachter	219
Padre António Vieira.....	586
Paulo Freire	225
Pearce	54
Perroux	129
Pierre Mayrand	334
Pina.....	186, 187, 189
Plog.....	129
Polèse	79
Porto	226
	611

Prebisch	70, 138
Preety	84
Ramalho Ortigão	473
Ratze	61
Richard Florida	92
Richard Sharpley	26, 55
Rivière	240, 259
Robert Borofsky	45
Ronald Reagan	76
Rostow	64, 129
Salvador Allende	74
Samir Amin	83, 71
Santos	317
Sara Radcliffe	45
Sharpley	126, 130, 137, 153
Shiva	59
Southgate	153
Tanja Mihalic	144
Teixeira	325
Telfer	126, 130, 137
Thomas Kuhn	53
Tito	72
Tufs	252
Uwe Flick	461
Vidal de la Blache	61
Vieira	198
Walter Stöhr	25
Withaker	337
Xan Manuel Bouzada Fernández	220
Xavier Greffe	48, 230, 283
Zimmermann	465

ANEXO 1

Procedimentos efectuados tendo em conta as observações e as sugestões do júri
aquando da prova de qualificação – 17 de Dezembro de 2007

Observação/Sugestão	Acção tomada	Comentário
<i>Header</i> do Capítulo 2 trocada	Foi efectuada a correcção	
Walter Störr não é referido no texto	Foi introduzida uma referência a este autor no Capítulo 1.	Na verdade, tínhamos pensado anteriormente ser importante fazer referência a este autor, pelo papel pioneiro do mesmo na defesa do desenvolvimento de baixo para cima e motorizado endogenamente. Com a continuidade do processo de elaboração, porém, esta ideia acabou por ser esquecida.
Elaboração de uma matriz de síntese transversal	Na conclusão geral procurar-se-á, estabelecer as relações sugeridas de forma menos fechada do que recorrendo às matrizes.	Tendo em conta que as entradas das matrizes que cruzam os modelos de desenvolvimento com o turismo e com os museus têm entradas muito diferentes, torna-se muito difícil a produção de uma única transversal.
Arquipélagos do turismo	Foi acrescentado um pequeno texto que estende a interpretação dos arquipélagos do turismo receptor mundial.	O texto não é maior para não provocar desequilíbrio no desenrolar expositivo.
Desenvolvimento museológico em Portugal poderia estar mais detalhado	Introdução de caixas sobre o Museu de Monte Redondo e Ecomuseu do Seixal	
A aposta dos concelhos nos museus em Portugal – efectuar maior desenvolvimento	Foi introduzido um pequeno texto que acrescenta algo sobre esta matéria nas páginas 305/306.	

(Continua)

(Continuação)

Observação/Sugestão	Ação tomada	Comentário
Introduzir, nas matrizes, uma entrada sobre a documentação/salv guarda	Foram introduzidas mais duas entradas nas matrizes de cruzamento dos modelos de desenvolvimento com a museologia.	Considerou-se as sugestões pertinentes, embora, em espírito, estivessem incluídas noutras entradas.
Introduzir, nas matrizes, uma entrada sobre a comunicação	Foi introduzida mais uma entrada nas matrizes de cruzamento dos modelos de desenvolvimento com a museologia.	Estava considerado na mediação, facto, na verdade, incorrecto.
Resposta à interrogação presente no texto sobre a economuseologia.	Foi introduzida uma nota de rodapé a propósito desta sugestão.	Como foi referido durante a sessão, dar uma resposta fundamentada a esta interrogação implicaria um trabalho de campo no exterior do País que está fora do alcance do autor neste momento.
Introduzir casos ilustrativos da museologia portuguesa.	Serão efectuadas as caixas sobre estas experiências.	
Importância do Museu Gulbenkian como ponto viragem na museologia portuguesa.	Foi introduzida uma nota onde esse papel de referência é melhor explicado.	
Critérios actuais - e outros possíveis – relativos à Rede Portuguesa de Museus	Foi introduzido um novo texto sobre esta matéria na página 215	Embora presente, achou-se por bem alargar a crítica aos critérios actuais. Os critérios alternativos deduzem-se do próprio texto.
Encontrar novo local para os dois textos de ficção.	Em apreciação.	Considera-se uma sugestão interessante que se acolherá, ou não, em função da revisão final do texto.

ANEXO 2

ENTREVISTAS - GUIÃO GERAL

Nome
Entidade
Funções
Data da entrevista
Entrevistador

- 1 – Como avalia o processo de desenvolvimento turístico do Concelho após os anos 60? Mais e menos valias do mesmo?
- 2 – Como avalia o desenvolvimento do sector cultural no Concelho? Pontos fortes e pontos fracos?
- 3 – Na sua óptica, quais as sinergias que se têm vindo a estabelecer entre o turismo e a oferta patrimonial e cultural?
- 4 – Que pensa dos museus do Concelho, na óptica da quantidade e da qualidade?
- 5 – Quais os contributos dos museus para o desenvolvimento turístico do Concelho? Enquanto complemento do produto Sol e Mar? Enquanto vectores-chave para o desenvolvimento de novos produtos turísticos?
- 6 – Quais os contributos do turismo para o desenvolvimento e para a afirmação dos museus do Concelho? São mais virados para o turista ou para a população residente?
- 7 – Pensa que Silves já enveredou – ou pode vir a enveredar no futuro - por um outro modelo de desenvolvimento turístico, mais sustentável e menos dependente do Sol e Mar?
- 8 – Que tipo de turismo, que tipos de produtos e onde?
- 9 – Qual o lugar que os museus podem vir a ter neste novo turismo?
- 10 – Que futuro, turístico e geral, prospectiva para:
 - a) O litoral – Armação de Pêra e Pêra, bem como os prolongamentos para o interior (Alcantarilha e Algoz)?
 - b) O Barrocal – especialmente em torno de Silves cidade e freguesia?
 - c) A Serra – São Marcos e parte de São Bartolomeu de Messines?

Obrigado

615

ENTREVISTAS - GUIÃO MUSEUS

Nome
Entidade
Funções
Data da entrevista
Entrevistador

A – Perguntas específicas

- 1 – Qual o estatuto jurídico do museu e qual a tutela do mesmo?
- 2 – Quais os recursos humanos do Museu? São suficientes?
- 3 – Considera as actuais instalações adequadas para a acção museológica pretendida? Quais as deficiências?
- 4 – Quais as fontes de financiamento do Museu? Os fundos disponibilizados são suficientes?
- 5 – Como justificaria a criação e a existência do Museu?
- 6 – Que aspectos salientaria no domínio do programa museológico.
- 7 – Qual o público-alvo do museu? Residentes/turistas.
- 8 - Qual a área de influência do Museu?
- 9 – Qual o número de visitantes contabilizados no último ano? Percentagem nacional e percentagem estrangeiros? Significado dos grupos escolares?
- 10 – Que realizações do Museu salientaria (pelo significado que lhes atribui)
- 11 – De que serviços internos e de extensão à comunidade o museu dispõe?

12 – No que respeita o museu, como caracterizaria os seguintes aspectos:

- a) exposição permanente
- b) exposições temporárias
- c) pesquisa
- d) conservação
- e) comunicação
- f) relações com a comunidade e função social do museu

13 – Qual o vocábulo que considera mais apropriado para, no caso deste museu e das suas funções, definir o público? (Visitante, Utente, Beneficiário)

B - Perguntas Transversais

1 – Como avalia o desenvolvimento do sector cultural no Concelho? Pontos fortes e pontos fracos?

2 – Quais os contributos dos museus (no geral) para o desenvolvimento turístico do Concelho? Enquanto complemento do produto Sol e Mar? Enquanto vectores-chave para o desenvolvimento de novos produtos turísticos?

3 – Quais os contributos do turismo para o desenvolvimento e para a afirmação dos museus do Concelho? São mais virados para o turista ou para a população residente?

4 – Pensa que Silves já enveredou – ou pode vir a enveredar no futuro - por um outro modelo de desenvolvimento turístico, mais sustentável e menos dependente do Sol e Mar?

5 – Qual o lugar que os museus podem vir a ter neste novo turismo?

Obrigado

INQUÉRITO AOS TURISTAS E AOS VISITANTES NO CONCELHO DE SILVES

1 - Dados biográficos

1. País de residência habitual: _____
2. Cidade/local de residência habitual: _____
3. Idade: _____ 4. Sexo: Masculino Feminino
5. Instrução: Básica (4 a 9 anos) Secundária (10 a 12) Universitária
6. Situação perante o trabalho: Activo Não activo
- 6a. Se “Não activo”: Reformado Doméstica Estudante
7. Profissão actual ou anterior à reforma:
- Empresário ou director de empresa Profissão técnica/científica
- Quadro técnico de nível intermédio Emp. Comércio/serviços
- Empregado da indústria ou agricultura

2 – Dados relativos à estada turística

8. Localidade onde se encontra alojado? _____
9. Tipo de alojamento?
- Hotel Hotel-Apartamento Aldeamento turístico
- Motel Pousada/Estalagem Pensão Tur. Espaço Rural
- P. Campismo Casa/quarto alugado Caravana Outros
10. É a primeira vez que está neste local? Sim Não
- (Se “Não) 10a. Há quanto tempo esteve pela última vez? _____
11. Quais as principais razões que o levaram a visitar este local? (Máx. 2)
- Sol e praia Cultura/património Descanso/repouso
- Praticar desportos Tipo e preço do alojamento Outras
12. Como se deslocou para este local?
- Modo próprio Transporte colectivo Excursão/grupo organizado
13. A que apoios informativos recorreu para efectuar esta visita?
- Guia de excursão Livros/revistas adquiridos por si Internet
- Folhetos grátis dos postos de turismo Outros Nada
14. Já esteve anteriormente no Concelho de Silves ? Sim Não

15. Que museus já visitou (em qualquer estada) ou tenciona visitar (só nesta estada) no Concelho de Silves?

	Visitou	Tenciona Visitar
Museu Municipal de Arqueologia		
Museu da Cortiça		
Museu Rural (Algoz)		
Casa Museu João de Deus		
Museu Quinta da Capela das Artes		
Museu Etnográfico/Quinta		

16. (Se visitou algum museu ou tenciona visitar nesta estada) Como tomou conhecimento da sua existência?

Durante o percurso pelo local Livros/revistas Internet

Nos postos de turismo No alojamento Boca a boca Outras vias

17. (Se visitou algum museu) Como classifica os museus que visitou? (1-Mau/5- Muito Bom)

	MArq	MCort	MRur	MJDeu	C. Arte	MEtno
Temática						
Espaço/arquitetura						
Organização da exposição						
Objectos						
Informação obtida						
Loja/outros serviços						

18. (Se ainda não visitou nenhum museu em Silves até ao momento) Porque razão não o fez/faz?

Desconhecia a existência O tema destes museus não me interessa

Só gosto de grandes museus Não gosto de museus

Estou de férias e em descanso Não quero perder tempo precioso

Ainda não tive tempo A visita está prevista mais para a frente

Outras razões

19. Para além dos museus já visitou (em qualquer altura) outros espaços patrimoniais do Concelho de Silves?

Sim Não

19a (Se "Sim") Quais?

Castelo Fábrica do Inglês Capela de Nossa Senhora dos Mártires

Sé Igreja da Misericórdia Cruz de Portugal Pelourinho

Matadouro (Centro islâmico) São Marcos da Serra Outros

3 – Hábitos turísticos em geral

20. Enuncie três palavras para caracterizar o que prefere fazer nas suas deslocações turísticas

21. Já se deslocou, em viagem turística, com o objectivo principal de visitar um museu ou exposição?

Sim Não 21a. Se “Sim”:

Local: _____ Museu/expo: _____

22. Quando visita um museu que importância dá aos seguintes aspectos? (1 a 5)

Temática		Espaço/arquitectura		Organização da expo.	
Objectos expostos		Informação obtida		Loja/Outros serviços.	

23. Indique três palavras para definir o tipo de museu que mais gosta de visitar

Inquérito realizado em: Silves Armação de Pêra Outro local

Obrigado